JOSÉ AUGUSTO P. DE SOTTO MAYOR PIZARRO

OS PATRONOS DO MOSTEIRO DE GRIJO

(Evolução e Estrutura da Família Nobre — Séculos XI a XIV)

PORTO
1 9 8 7

«Il suffit en effet de se demander pourquoi et comment viennent aux puissants tous ces neveux, petits-neveux et arrière-neveux pour apercevoir que si les plus grands ont aussi les plus grandes familles tandis que les «parents pauvres» sont aussi les plus pauvres en parents, (...)».

Pierre Bourdieu, Les stratégies matrimoniales dans le système de reprodution, in «Annales E.S.C.», 27e année, 1972, pp. 1109.

1. INTRODUÇÃO

O século XI foi palco de uma profunda alteração, vivida pelo grupo familiar que dominava a região portucalense. A pouco e pouco, e devido a várias circunstâncias, a família condal foi cedendo terreno a outras famílias que lhe foi conquistando as posições e poderes estabelecidos havia quase dois séculos. A morte do conde de Portucale, na batalha de Pedroso, não foi mais do que o desfecho violento de uma lenta agonia. Vinte e dois anos depois, em 1093, um tal Soeiro Fromarigues faz uma larga doação ao mosteiro de S. Salvador de Grijó.

Aparentemente desconexas, aquelas duas referências têm muito a ver entre si. É que o mencionado doador, fazia parte de uma daquelas famílias acima referidas e que tinham ocupado o lugar deixado vago pela desaparecida família condal.

Soeiro Fromarigues, através de uma constante política de aquisição de terras, tinha constituído um património considerável a sul do rio Douro. Não seria, por certo, tão poderoso como os infanções da Maia ou de Riba Douro, mas era-o suficientemente para lhes travar a expansão para a «sua» zona.

Ele foi também o fundador da família que é estudada neste trabalho. Desde o seu início intimamente ligada ao mosteiro de Grijó, através dos direitos de padroado, que como iremos ver também são fruto das transformações vividas no seio

da Igreja ao longo do mesmo século XI, ela vai surgir no século XIV representada por um largo número de naturais, todos eles descendentes de Soeiro Fromarigues.

O longo caminho percorrido entre este e aqueles, levou-nos a abordar variadas questões, a utilizar várias metodologias e a recorrer a diversos apoios teóricos. De todos eles daremos conta no ponto seguinte.

A primeira dificuldade que se nos colocou foi a inexistência de qualquer trabalho anterior que nos servisse de orientação e de termo comparativo. Fomos, por isso, muitas vezes como que apalpando um terreno desconhecido, e em que a intuição e a imaginação não são de todo de pôr de parte.

Qualquer investigação tem muito a ver com o seu autor. Não podemos, assim, deixar de confessar o grande gosto que temos pelo estudo da nobreza. É, de facto, um tema que nos apaixona há muitos anos, e foi com grande empenho que metemos ombros ao trabalho.

Não será por isso de espantar que nele se inclua todo um ponto dedicado à genealogia da família patronal. A literatura genealógica medieval é hoje em dia das fontes mais «cotadas» para o estudo da sociedade, sobretudo nobre, e os trabalhos nacionais e estrangeiros que a ela se dedicam têm-se multiplicado (1).

Contudo entre nós com fontes genealógicas medievais excepcionalmente ricas, o seu estudo e aproveitamento tornam-se quase obrigatórios. Tentá_mo-lo, na medida do possível, e podemos verificar a grande qualidade do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.

O trabalho ressente-se, por certo, da nossa pouca experiência. Achar-se-á, mesmo, a temática e o âmbito cronológico demasiado ambiciosos, sobretudo para quem se lança pela primeira vez num trabalho de certo fôlego. Temos, porém, a esperança de que, sendo o primeiro que aborda, com a profundidade possível, este tipo de fontes e temática, possa ser visto com benevolência e compreensão.

Mas também temos consciência de que pusemos nele muita dedicação e entusiasmo e de que as páginas que se seguem são apenas o início de uma investigação mais profunda que pretendemos levar a cabo ao longo da nossa carreira.

Que elas façam sentir, pelo menos, aos que as lerem, o mesmo amor pela Idade Média que nos levou a dedicar-lhes alguns anos de trabalho.

◆

◆ ◆

A elaboração das páginas que se seguem, não seria possível sem o concurso da amizade e dedicação de algumas pessoas.

Começarei por referir o Sr. Professor Doutor José Mattoso, que dedicadamente acompanhou a sua realização. Quer pelas críticas ou incentivos quer pela atenção com que sempre nos ouviu, os nossos agradecimentos serão poucos para atestarmos a nossa gratidão. A minha vida de investigador ficará sempre marcada pela sua orientação e amizade.

Que direi dos meus colegas? Sinceramente não encontro as palavras que exprimam a minha enorme gratidão. Mais ainda, porque sei que foi a grande amizade que nos une a todos que motivou as suas colaborações. E isso não se pode agradecer. Só retribuir.

A todos devemos, porém, uma palavra de agradecimento. Ao Professor Doutor Luís Adão da Fonseca que nos facilitou as tarefas docentes relativas à cadeira em que somos seu Assistente e que sempre nos dispensou a maior atenção e auxílio. Ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno, que muito se empenhou para que conseguíssemos uma bolsa do I.N.I.C., para levarmos a cabo uma pesquisa bibliográfica em Espanha. Ao Professor Doutor José Marques que foi incansável em sugestões e boas críticas e que muito nos serviram. Ao Professor Doutor Carvalho Homem que, pacientemente, leu algumas partes do texto dando-nos sempre o seu conselho amigo.

Os mais novos, a «arraia-miuda», como carinhosamente nos apelidamos, têm um lugar especial. Ao Luís Amaral, que nos proporcionou a lista dos naturais de Grijó que está na base de

todo o trabalho; ao Luís Miguel Duarte, cuja amizade e bom humor tem sido imprescindíveis na nossa carreira; ao Mário Barroca, que desde a primeira hora acompanhou a evolução do trabalho, dando-nos sugestões valiosas; à Teresa Soeiro, que muito nos auxiliou ao ultimar a composição das árvores genealógicas; finalmente, ao Henrique David, cuja dedicada amizade e camaradagem seria impossível descrever ou agradecer nestas breves linhas.

Para os Senhores Domingos, Carlos, Loureiro e João, das Oficinas Gráficas da Faculdade de Letras, vai também o nosso reconhecimento pela dedicação com que efectuaram a reprodução do trabalho. À Menina Ana Maria Bastos que pacientemente o dactilografou o nosso muito obrigado.

Finalmente, à minha Família. Não posso, infelizmente, agradecer o muito que meu Pai contribuiu para a minha formação e aumento do meu gosto pela História. Para a minha Mãe que tanto me tem auxiliado e para a minha Irmã que sempre me incentivou vai toda a minha gratidão.

O Amor da minha Mulher e o auxílio que me prestou, fizeram com que a fase da redacção, tão penosa, se tornasse num momento de estreita união. Seria o bastante para o meu eterno reconhecimento.

NOTAS

1.

(1) José MATTOSO, Os livros de linhagens portugueses e a literatura genealógica europeia da Idade Média, in "A Nobreza Medieval Portuguesa - a família e o poder", pp. 35-53; IDEM, As fontes do Nobiliário do Conde D. Pedro, in "A Nobreza (...)", pp. 55-98; Georges DUBY, Observaciones sobre la literatura genealogica en Francia en los siglos XI y XII, in "Hombres y estructuras de la Edad Media" , pp. 184-197; IDEM, Lignage, noblesse et chevalerie au XIIe. siècle dans la région mâconnaise. Une révision, in "Annales E.S.C.", 27e. année, 1972, pp. 803-823; Léopold GENICOT, Les Généalogies, Brepols, 1975 (Fasc. 15 de "Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental").

2. METODOLOGIA E FONTES

Depois de apresentadas as linhas gerais do trabalho e as suas intenções, tentaremos dar uma ideia da metodologia seguida ao longo da investigação e ainda fazer algumas considerações sobre a fonte que serviu de arranque para todo o trabalho.

Antes, porém, gostaríamos de comentar a sua estrutura. Quem consultar o índice poderá ficar com a ideia de que o autor, talvez desorientado, se perdeu em viagens de ida e volta entre o século XI e o século XIV. Tal não aconteceu, e desde já devemos dizer que de facto o salto que nos custou dar e, talvez, nem sempre conseguido, foi o que nos levou deste nosso apressado século XX para a calma e misteriosa Idade Média. Vejamos, então, o porquê do nosso percurso.

Em primeiro lugar, iniciámos o trabalho no século XIV ao contactar com a lista dos naturais de Grijó incluída no Livro das Campainhas (1365) (1). Cumpria-nos, assim, conhecer esse grupo, não só em relação aos indivíduos, mas também as suas famílias e os direitos que lhes conferiam a «naturalidade». Impunha-se em seguida ter a noção exacta da totalidade da família, desde o seu início até àquele grupo de 1365. Só nos restava um caminho: reconstituir a família, partindo da sua origem (século XI) até chegar de novo àquele momento.

Depois de termos uma noção aproximada da família patronal e de sabermos como se tinha constituído, entendemos que era chegado o momento de conhecer as várias estruturas que a compunham. Regressamos de novo ao século XI, para compreendermos as circunstâncias das suas origens e, depois de termos formulado um questionário base, encetamos o caminho de regresso que nos foi dando as características da sua evolução.

Compreende-se, também, que o próprio desenrolar do trabalho foi eliminando algumas das questões previamente formuladas e colocando outras o que nos obrigou, por vezes, a recuar novamente. Esses ritmos, aparentemente desconexos, são, no entanto, compreensíveis por todos os que se dedicam à investigação histórica.

Explicada, assim, a estrutura, vejamos qual a metodologia seguida em cada uma das partes que, verdadeiramente, compõem o trabalho.

◆

◆ ◆

Iniciamos o ponto 3 com as identificações dos naturais de 1365. Para esse efeito, elaboramos uma ficha de trabalho em que fomos recolhendo elementos sobre: 1 - a filiação de cada indivíduo, construindo de imediato a sua árvore de costados até aos quatro avós, bem como os do respectivo consorte;

2 - as indicações que nos permitiam estabelecer o parentesco com os outros naturais; 3 - a categoria hierárquica porque cada um era identificado no Livro das Campainhas; 4 - a citação dessa fonte que lhe dizia respeito; 5 - outras referências documentais e bibliográficas e vários tipos de observações (cargos, títulos, etc.).

Constituindo, assim, um primeiro ficheiro, iniciamos a recolha dos elementos que nos permitiram elaborar pequenas notícias sobre as famílias representadas por aqueles indivíduos (2). Interessou-nos, sobretudo, dar a conhecer a sua implantação regional e os dados que as caracterizassem no contexto mais vasto da nobreza de trezentos, dando ainda, em alguns casos, referências individuais que pudessem completar essa caracterização (3).

Para completar aquele ponto, procedemos a um levantamento, tão exaustivo quanto possível, das fontes relativas aos direitos de padroado, bem como da bibliografia existente sobre a matéria. Procuramos, acima de tudo, fazer uma síntese do que já tinha sido escrito anteriormente, bem como uma tentativa de sistematizar a principal legislação que se lhe referia (4). Tentamos ainda recolher o maior número possível de listas idênticas à de Grijó, assim como das referências às violências dos naturais de outros mosteiros.

Finalmente, colocamos uma série de questões aos dados obtidos, em ordem a tentar compreender o esquema evolutivo

desses direitos e o sistema da sua transmissão. As poucas, e inseguras, respostas obtidas, reflectem a necessidade de comparar o exemplo estudado com o de outros mosteiros, e se possível para épocas anteriores, de maneira a poder avançar hipóteses mais seguras.

O ponto 4 levantava à partida uma questão: reconstituir apenas as linhas que ligassem os naturais de 1365 ao iniciador da família patronal, ou elaborar a genealogia completa desta última? Optando pela segunda alternativa, não deixamos de estremecer perante o trabalho que nos aguardava.

Começamos a «empresa» por construir a árvore genealógica da família. Para o efeito, recorremos essencialmente aos nobiliários medievais (5) e, quando estes terminavam alguma linha antes dos meados do século XIV, aos Brasões da Sala de Sintra, de Anselmo Braamcamp Freire e, em último caso, ao Nobiliário das Famílias de Portugal de Felgueiras Gayo.

Cedo, e compulsivamente, nos apercebemos de algumas dificuldades técnicas. O número de indivíduos ia aumentando de tal forma de geração em geração, que nos vimos obrigados a dividir a árvore principal. O critério seguido para essas ramificações foi o de abrir novas árvores que começassem nos indivíduos que estavam na origem de algumas linhagens (Árvores II e VII). Mesmo assim, a «frondosidade» de algumas delas levaram-nos a novas partições (Árvores III e VIII) (6).

Construído o esqueleto da família, «restava-nos» dar-lhe corpo. Procuramos então fazer o levantamento de todas as referências documentais que permitissem elaborar as biografias, tão completas quanto possível, dos indivíduos que compunham a família patronal. Servimo-nos fundamentalmente de documentação impressa (7), não deixando, contudo, de recorrer aos arquivos (8). Assim, ao ficheiro inicial, acrescentaram-se perto de 3.000 referências documentais que, mesmo não tendo sido todas utilizadas, não foram suficientes para «dar vida» a bastantes indivíduos.

Este trabalho não é, evidentemente, o primeiro, e teremos que render aqui homenagem aos que, entre nós, foram pioneiros, referido que foi já A. Braamcamp Freire: A. de Almeida Fernandes e José Mattoso. As suas obras foram-nos muito úteis (9), sobretudo as daquele último autor, quer nos elementos que nos colocam à disposição quer pelas metodologias expostas. Oxalá que este trabalho não desmereça, pelo menos, em utilidade (10).

Como seria de esperar, as referências documentais recolhidas permitiram também corrigir ou acrescentar as referidas árvores genealógicas, para além de terem confirmado a segurança do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.

Resta-nos falar da metodologia seguida no ponto 5, a que acrescentaremos também os principais apoios teóricos. Comecemos por estes.

Não podemos esconder que o autor que mais nos serviu nos apoios teóricos foi José Mattoso. De facto, qualquer trabalho que se debruce sobre a nobreza medieval portuguesa terá que, obrigatoriamente, passar pelo apoio da sua obra. Foram-nos particularmente úteis, para este ponto, os seus artigos sobre a estrutura da família medieval (11), muito embora os seus outros trabalhos nos tenham também fornecido várias ideias (12).

Alguns autores estrangeiros serviram-nos, sobretudo, para algumas questões ligadas ao parentesco, concretamente antropólogos. Teremos que destacar os nomes de Lévy-Strauss, Bourdieu e Fox (este último foi-nos particularmente importante na parte da terminologia e conceitos, já que a sua linguagem é simples, clara e não sobrecarrega o leitor com execessivos exemplos — fundamental, portanto, para quem se inicia nas leituras antropológicas). Jack Goody e Anita Guerreau-Jalabert foram-nos bastante úteis, já que os seus trabalhos procuram aplicar os conceitos antropológicos a realidades medievais.

Metodologicamente, o ponto 5 foi caracterizado pela sua própria estrutura, ou seja, procuramos sobretudo analisar a evolução da família patronal desde as origens até 1365. Ao longo desse período escolhemos quatro aspectos que poderiam servir para a definir com uma certa segurança: a sucessão, as alianças, o património e o relacionamento com o exterior.

Estes quatro aspectos abordam, no entanto, outros mas que, dificilmente, poderiam ser tratados em separado, em parte porque os elementos recolhidos não eram para isso suficientes.

Ligados ao ponto 5 encontram-se alguns quadros e gráficos (Vd. Apêndice III e IV). Nos quadros, procurou-se recolher o número de homens e mulheres da família patronal e ainda o número de transmissões, por via masculina e feminina, da família, ou seja, aqueles matrimónios que tiveram sucessão. Esses elementos foram distribuídos por gerações. Essas gerações correspondem às das árvores genealógicas, tomando-se aqui geração no seu sentido mais vasto, o que se tornava obrigatório, atendendo à impossibilidade de agrupar os elementos da família patronal pelo ano do seu nascimento.

A cada árvore corresponde um quadro, tendo ainda sido feitos quadros que reunissem os elementos das árvores que dissessem respeito à mesma linhagem (Árvores II-III, IV-V e VII-VIII). O quadro XIII apresenta os totais, sobre os quais foram elaborados os gráficos.

Tentamos, ainda, estabelecer limites cronológicos para as várias gerações. É evidente que se levantaram vários problemas, já que a longevidade e os elementos para cada indivíduo eram desiguais. Demos a cada geração um período de 50 anos, começando em 1074 (primeira referência a Soeiro Fromarigues). Os espaços seguintes foram-se cruzando (duas gerações, e até

três, são momentaneamente contemporâneas). Como se verá, fomos obrigados, por vezes, a fazer reajustamentos de 25 anos, mas não nos parece que esse facto tenha alterado significativamente os resultados.

Não podemos deixar de referir, que não tinhamos qualquer trabalho idêntico que nos podesse servir de termo de comparação. Assim, os resultados obtidos são mais que provisórios. Aqui ficam, no entanto, para que futuros trabalhos os possam vir a criticar.

◆

◆ ◆

A lista dos naturais do mosteiro de S. Salvador de Grijó está inserta no Livro das Campainhas, códice da segunda metade do século XIV (1365) e que há bem pouco tempo foi publicado (13). Não é a sua leitura, paleograficamente correcta, que queremos comentar, mas algumas das suas características internas.

Primeiramente, o número dos naturais. De facto, e todos os autores que conheceram a lista se lhe referem, o total de naturais indicado no seu final é de 208 (14). Mas, se somarmos os totais parciais de cada categoria (28 ricos-homens, 106 infanções e 77 cavaleiros-escudeiros), esse total indica-nos o número 211. Alertados por esta anomalia, resolvemos verifi-

car todos os naturais, um a um, e concluímos que o seu número era, de facto, de 215. Pouco importa, realmente, já que a referência — «Irmaaos e sobrinhos de Fernam Paaez» (15), deita por terra qualquer tentativa aritmética. O aviso, porém, aqui fica.

Outro aspecto que tentamos descortinar foi o método seguido para a sua elaboração. Como se recolheram aquelas centenas de nomes e como eram conhecidas as suas relações de parentesco? E as categorias?

É possível que a resposta se encontre no facto de existir uma lista anterior, hoje perdida (16), a que os monges de Grijó, com a ajuda dos representantes dos naturais, tenham acrescentado as gerações mais recentes. É, no entanto, uma hipótese.

Não deixa, porém, de ser interessante o exercício de pôr em paralelo o texto do Livro das Campainhas com as árvores genealógicas. O grupo dos ricos-homens surge, na sua quase totalidade, nas árvores IV e V, ou seja, naquelas que contemplam a descendência da «Ribeirinha». O grupo dos infanções surge depois, quase que reduzido às árvores III, VII e VIII. A descrição dos Vasconcelos e Ribeiros naturais, quase nos dá a sensação de que o escrivão seguia com os olhos as nossas árvores. Finalmente, os cavaleiros-escudeiros identificados, surgem nas árvores II, VI e IX. É curioso, ainda, verificar que João Lourenço Buval, que encerra o grupo dos infanções, era

de uma família de cavaleiros-escudeiros e que, provavelmente, fora pelo matrimónio que ascendera a um grupo superior.

Foi, no entanto, colocado no fim. Os monges também compreendiam a importância das hierarquias.

◆

◆ ◆

As principais indicações aqui ficam. Voltamos a repetir o desejo de que as linhas que se seguem possam ser úteis a quem as ler.

NOTAS

2.

(1) Não será demais referir a generosa cedência dessa lista por parte do nosso Amigo e Colega Dr. Luís Carlos Amaral.

(2) Seguimos neste caso, se bem que em moldes diferentes, o exemplo proposto por José MATTOSO em Identificação de um país (...), vol. I, pp. 136-189.

(3) Aproveitamos ainda a ocasião para referir todos os elementos recolhidos para os indivíduos que não conseguimos entroncar na família patronal e que podem, dessa forma, servir a outros investigadores, não só para poderem um dia ser úteis para a sua identificação, como para outros trabalhos.

(4) Devemos aqui chamar a atenção para o importante contributo de Jorge ALARCÃO, A Propriedade Rural do Mosteiro de Grijó, que nos simplificou em boa parte essa sistematização.

(5) Não podemos deixar de agradecer, como investigadores, ao Prof. José Mattoso, pelas suas edições críticas dos Livros de Linhagens. Sem elas este capítulo, e mesmo o trabalho, dificilmente se realizaria.

(6) As árvores IV e V, não iniciam propriamente por um "fundador de linhagem". A descendência da "Ribeirinha" era, no entanto, bastante numerosa e tornava-se difícil reunir numa só árvore os descendentes das suas duas alianças, e muito menos mantê-la na Árvore I. A IX, começa, de facto, com o progenitor dos Avelares mas, como veremos, não foi possível entroncá-lo em nenhum dos ramos seguros da família patronal.

(7) Não podemos deixar de lamentar a inexistência de um registo da documentação já publicada. Esse imenso trabalho, que só será possível através do esforço conjunto dos investigadores universitários, pouparia imensas canseiras a todos os colegas e evitaria a consequente releitura e, por vezes, republicação de "inéditos".

(8) Uma lista das fontes manuscritas será dada no fim do trabalho.

(9) Para A. de Almeida FERNANDES e José MATTOSO, ver respectivamente, as notas 6 e 5 do ponto 4.

(10) Não queremos deixar de referir alguns trabalhos da bibliografia estrangeira que também nos foram úteis: Emílio SÁEZ, vd. nota 4 do ponto 4; Constance B. BOUCHARD, The structure of a twelfth-century french family: the Lords of Seignelay, in "Viator - Medieval and Renaissance Studies", vol. X, 1979, pp. 39-56; Michel BUR, L'image de la parenté chez les Comtes de Champagne, in "Annales E.S.C.", 38e. année, nº5, 1983 (Set. Oct.), pp. 1016-1039; Léopold GENICOT, Le destin d'une famille noble du Namurois. Les Noville aux XIIe. et XIIIe. siècles, in "La noblesse dans l'Occident médiéval"; IDEM, De la "noblesse" au "lignage". Le cas des Boneffe, in "La noblesse (...)"; IDEM, Un lignage chevaleresque aux derniers siècles du moyen âge. Les Juppleau, in "La noblesse (...)"; IDEM, Une grande famille qui aurait pu l'être davantage, in "La noblesse (...)"; Bernard GUENÉE, Les généalogies entre l'histoire et la politique: la fierté d'être Capétien, en France, au Moyen Âge, in "Annales E.S.C.", 33e. année, nº 3, 1978 (Mai-Juin), pp. 450-477; Arlette HIGOUNET-NADAL, Familles patriciennes de Périgeux à la fin du moyen âge, Paris, C.N.R.S., 1983.

(11) Publicados em "A Nobreza Medieval Portuguesa - a família e o poder" e em "Portugal Medieval. Novas interpretações".

(12) Sobretudo as suas sínteses: Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros (...) e Identificação de um país (...).

(13) Vd. nota 5 do ponto 3.

(14) LC. 68

(15) LC. 67

(16) Não se encontra, pelo menos, no Arquivo Distrital do Porto, onde se conserva o Livro das Campainhas.

3. OS NATURAIS DE GRIJÓ EM 1365

3.1. IDENTIFICAÇÃO

3.2. AS FAMÍLIAS

3.3. OS DIREITOS

3. OS NATURAIS DE GRIJÓ EM 1365

Na segunda metade do século XIV, o mosteiro de S. Salvador de Grijó, debatendo-se com problemas económicos tentou, através de uma nova política administrativa, sair dessa situação. Uma das medidas por que passava essa nova política dizia respeito aos herdeiros ou naturais que, quer pelo seu número quer pelas suas violências e abusos, oneravam em muito as despesas anuais do mosteiro.

O caso, porém, de Grijó não é único (1), e são conhecidos outros exemplos de mosteiros que, sobrecarregados pelas despesas com os naturais, tentaram, não os podendo eliminar, conseguir dos monarcas medidas que regulassem os direitos e deveres das duas partes e mesmo, em alguns casos, reduzi-los em número (2). Aliás, a documentação sobre esta matéria deve ser abundante nos cartórios dos mosteiros e, no nosso entender, deverá ser estudada atentamente porque nos parece extremamente rica (3). Os monarcas portugueses, sobretudo a partir de Afonso III, não deixaram de se preocupar com a situação, promul-

gando disposições que controlassem as relações entre as famílias patronais e os mosteiros e que, sobretudo, combatessem a violência e abusos senhoriais (4).

O mosteiro de Grijó também apelou para o monarca, concluindo-se o processo em 1365 com o estabelecimento do seu número e com a troca dos pagamentos das naturas feitos em géneros para numerário e segundo um escalão correspondente à hierarquia nobiliárquica dos mesmos.

De um dos passos dessa acção, ficou guardada uma acta de reunião capitular, realizada a 29 de Junho daquele ano, e que teve por finalidade inquirir dos bens e das despesas ordinárias do mosteiro e das suas possibilidades face ao número de naturais. Essa acta é conhecida por Livro das Campainhas (5) e nela vêem os nomes dos nobres — ricos-homens, infanções, cavaleiros e escudeiros —, que em 1365 foram considerados membros da família patronal e como tal credores de determinadas regalias e direitos. Quem eram então esses homens e mulheres, a que famílias pertenciam e quais eram os seus direitos?

3.1. Identificação

Como ficou dito no capítulo segundo, o Livro das Campainhas comporta a lista dos 215 naturais do mosteiro, divididos pelas categorias acima referidas.

Esta lista era do conhecimento de D. António Caetano de Sousa, que transcreveu a parte relativa aos ricos-homens (6), e de Felgueiras Gayo que dela se serviu em vários títulos do seu Nobiliário (7), sem que tenha sido alvo, alguma vez, de qualquer estudo específico. Aliás, não temos conhecimento de ter sido publicada alguma lista deste género, muito embora haja a possibilidade de se virem a encontrar e a estudar documentos similares relativos a outros mosteiros (8).

Não tendo, assim, nenhum estudo anterior que nos possa servir como orientação metodológica, entendemos que o melhor processo de apresentar as identificações será o de seguir a ordem do próprio texto do documento, até porque, como também referimos, nele se pressente uma certa intenção e fio condutor que não será legítimo alterar.

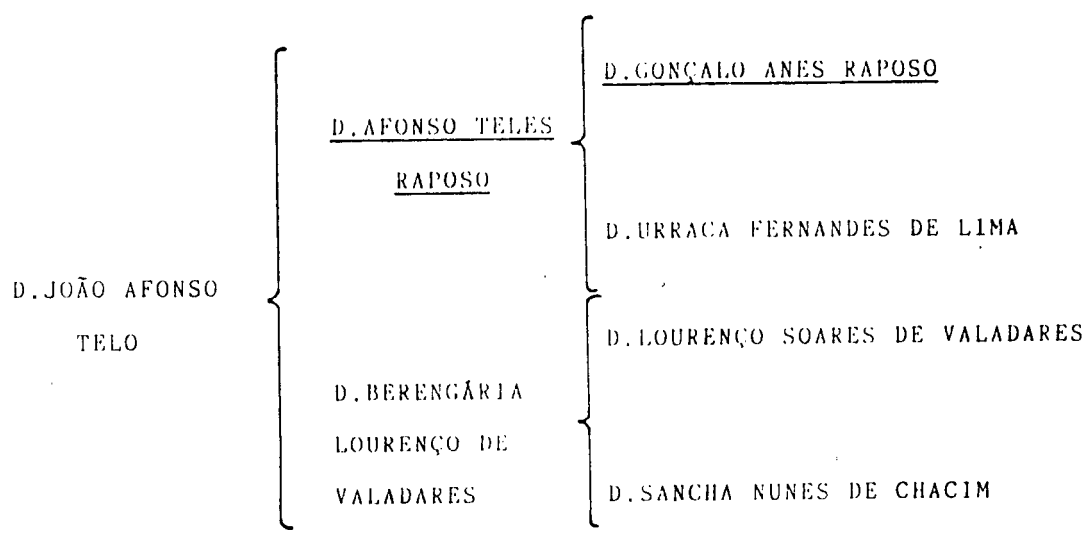
Como seria de calcular as dificuldades na identificação dos naturais foram aumentando conforme se descia na sua escala hierárquica, tornando-se mesmo insuperáveis em muitos casos referentes a cavaleiros e escudeiros. A maneira como muitos deles vêem referidos, apenas com o nome e patronímico, e sem apelido, torna alguns desses problemas dificilmente superáveis. De qualquer forma, julgamos ter identificado correctamente a totalidade dos ricos-homens, 97 dos 106 infanções e mais de metade dos cavaleiros e escudeiros, embora, em alguns destes nomes, deva confessar também uma certa margem de insegurança, dentro dos limites que adiante se definirão caso a

caso. O Livro das Campainhas parece-nos, de facto, uma fonte bastante rigorosa, atendendo aos fins que tinha em vista e à sua cronologia. As suas informações permitem-nos, pois, resolver numerosas deficiências dos nobiliáros ou mesmo de algumas fontes cronísticas.

Os passos metodológicos seguidos para a identificação dos naturais ficaram já expostos no capítulo anterior. Resta-nos acrescentar que, nas árvores de costados, adiante apresentadas se sublinharam os elementos do ramo através dos quais se transmite o direito patronal.

> Estes son os naturaaes fidalgos que ora o moesteiro de Igrijoo ha que ora son vyvos. Primeiramente ricos homeens. O conde Don Johanne Affonsso natural

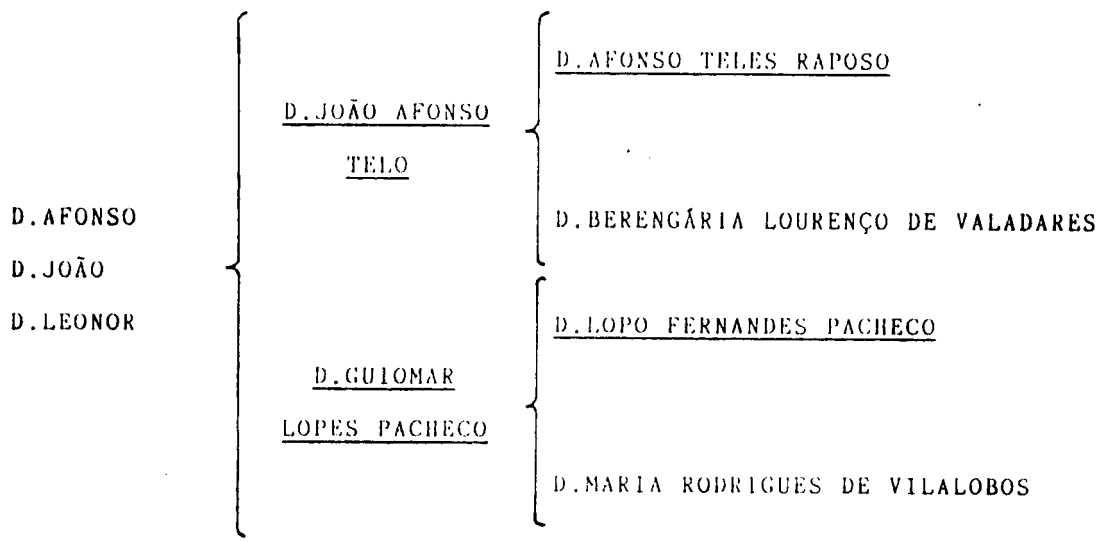
É seguramente o 4º Conde de Barcelos (9) que mais tarde se tornou 1º Conde de Ourém (10), D. JOÃO AFONSO TELO (11):



D. Guimar Lopes Pacheco (12), sua mulher, muito embora também pertencesse à família patronal e ainda fosse viva (13), não recebe comedoria.

e tres filhos seus

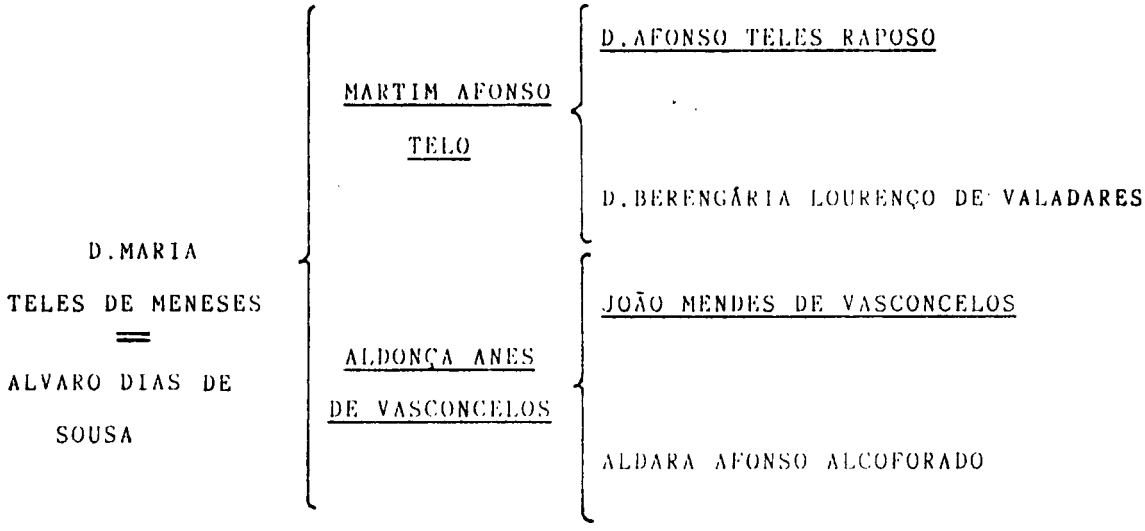
Trata-se de D. AFONSO TELO DE MENESES (14), que virá a ser o 5º Conde de Barcelos em vida de seu pai e falecido antes dele (15), de D. JOÃO AFONSO TELO (16), futuro 1º Conde de Viana do Alentejo (17) e de D. LEONOR DE MENSES (18). D. Telo, também referido no Nobiliário do Conde D. Pedro (LL57T5), não consta desta lista.



Item Dona Maria Tellez que he cassada com Alvaro Diaz de Soussa comedura enteira ella.

O próprio texto do Livro das Campainhas facilita a iden

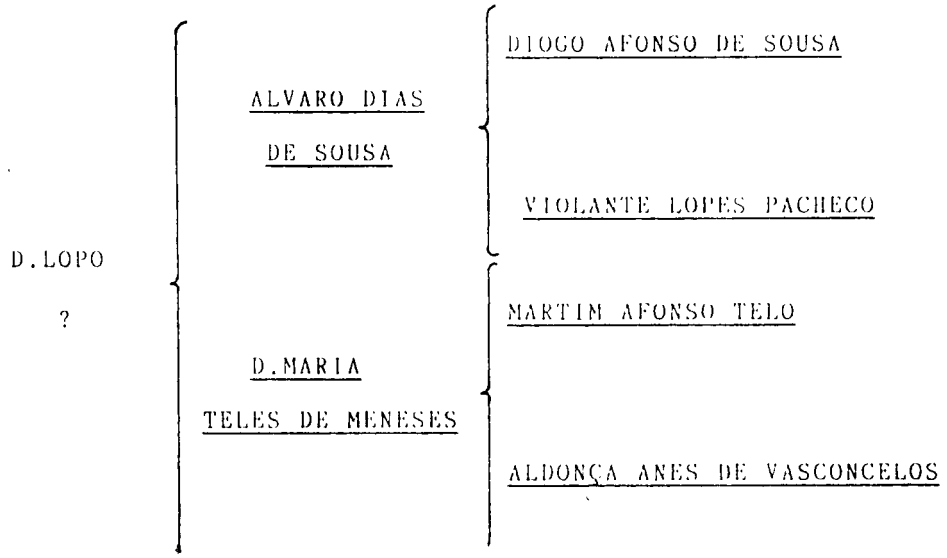
tificação desta rica-dona, a infeliz irmã de Dona Leonor Teles. DONA MARIA TELES DE MENESES (19) recebe a comedoria inteira, mas nota-se a intenção de a demarcar de seu marido, Álvaro Dias (20), que também tinha direito a ela, até porque seus irmãos Lopo e Branca se encontram a recebê-la como ricos-homens nesta mesma lista. Se ainda era vivo nesta altura (21), só se pode compreender esta exclusão pelo facto de se encontrar exilado em Castela por questões com o rei D. Pedro de Portugal. De facto a interferência do monarca na escolha dos naturais verifica-se em outros passos da dita lista, como veremos adiante (22). Pode ter havido, neste caso, uma confiscação dos bens e direitos, incluindo o do padroado de Grijó.



Item dous filhos da dicta Maria Tellez que hy ha seus e do dicto Alvaro Diaz

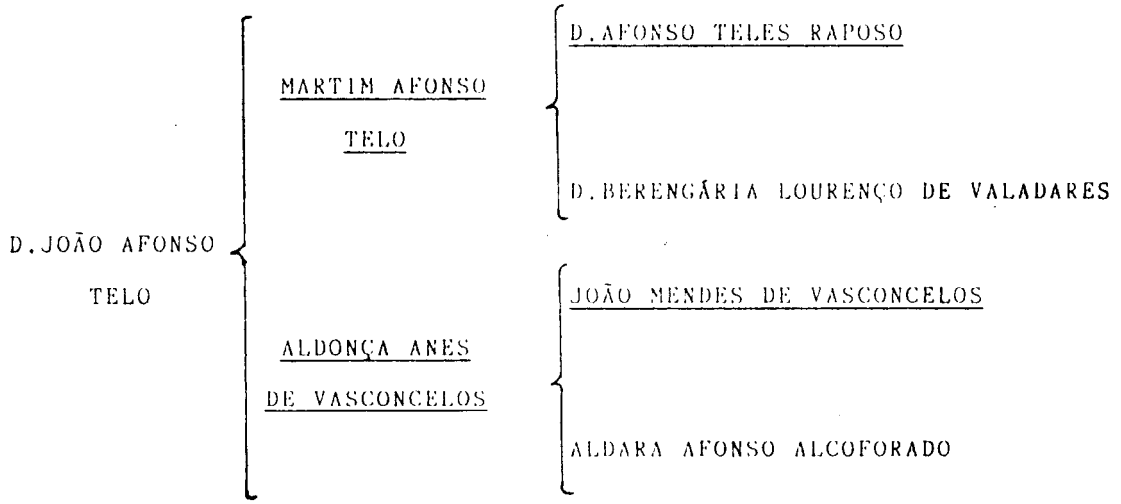
Só de um sabemos o nome e foi D. António Caetano de Sou

sa que chamou a atenção para o facto de ter mais um irmão (ou irmã) por conhecer esta lista de naturais (23). Trata-se de D. LOPO DIAS DE SOUSA que foi Mestre da Ordem de Cristo (24).



Item Johanne Affonsso o Moço comedura enteira

É seguramente D. JOÃO AFONSO TELO (25), futuro 6º Conde de Barcelos (26), irmão de Dona Maria Teles e de Dona Leonor, a seguir, e sobrinho do 4º Conde do mesmo nome.

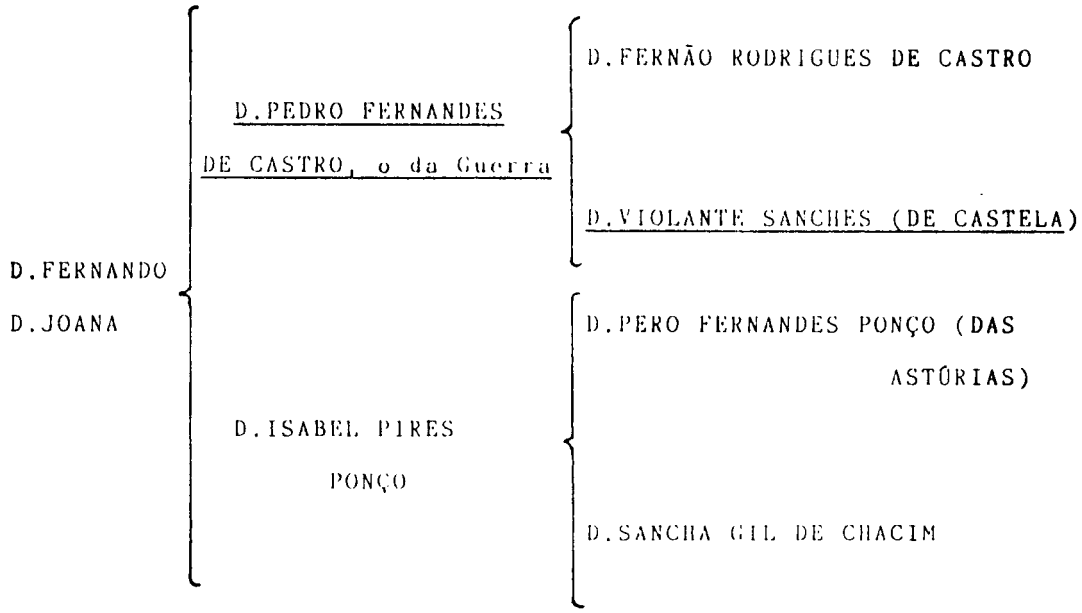


e Dona Liionor sa hirmaa que he cassada com Joham Lourenço de Cunha.

DONA LEONOR TELES DE MENESES casada com João Lourenço da Cunha, é por demais conhecida para que seja necessário fazer referência à sua identificação. Os costados são idênticos aos de seu irmão João Afonso acima referidos; sobre seu marido falaremos mais adiante.

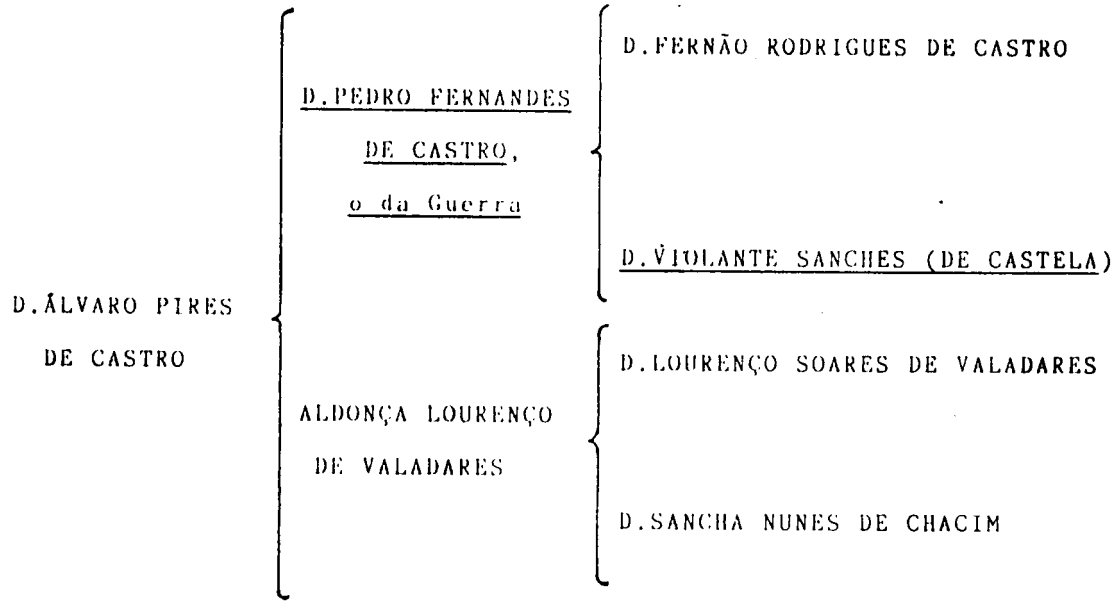
Item Dom Fernando de Crasto. Item Dona Johana sa hirmaa

São os dois filhos legítimos de D. Pedro Fernandes de Castro, o da Guerra, D. FERNANDO RODRIGUES DE CASTRO (27) e D. JOANA DE CASTRO (28), efémera rainha de Castela, meios-irmãos de Dona Inês de Castro.



Item Dom Alvaro Pirez de Crasto per força per carta d'El Rey

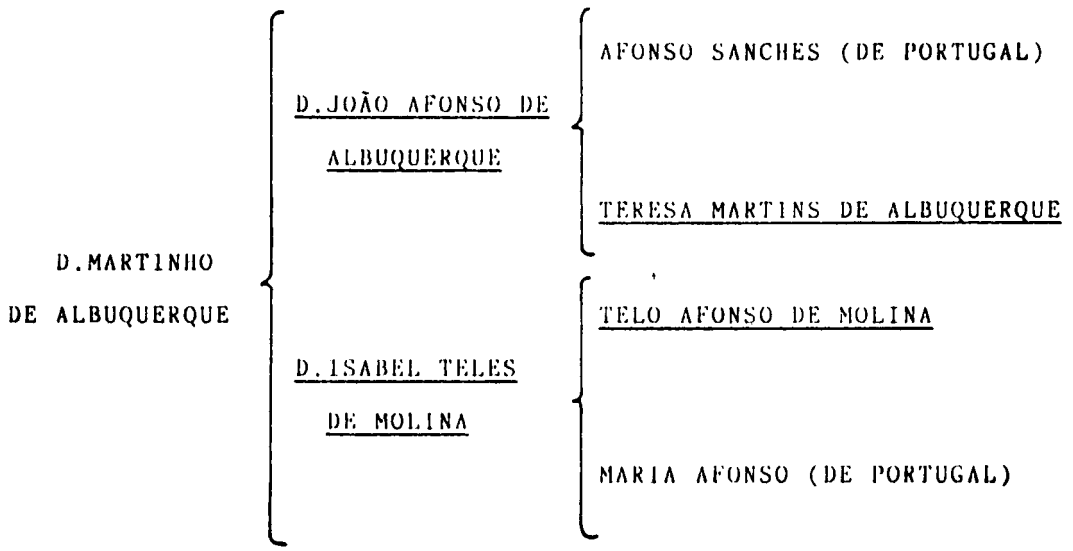
Futuro Conde de Arraiolos e 1º Condestável de Portugal (29), D. ALVARO PIRES DE CASTRO (30) era meio-irmão dos anteriores por ser filho natural de D. Pedro Fernandes de Castro e de Aldonça Lourenço de Valadares. Como filho bastardo, não tinha direito às regalias dos naturais, mas o ser irmão de D. Inês de Castro sempre lhe trouxe privilégios e regalias. Este pode-se considerar um dos muitos que D. Pedro lhe concedeu.



Item Dom Martinho filho que foy de Dom Johanne Affonsso d'Alboquerque

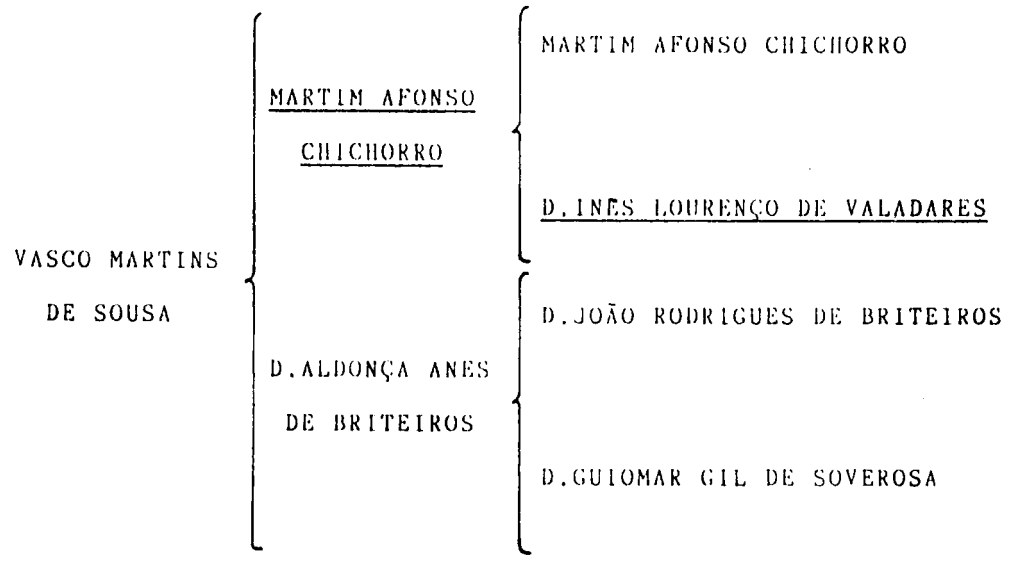
DOM MARTINHO DE ALBUQUERQUE (31) foi o 7º senhor de Albuquerque e 11º senhor de Meneses, mas faleceu em vida de sua

mãe, pouco depois desta lista ter sido elaborada. O seu pai, falecido em 1354, é o conhecido D. João Afonso "do Ataúde", provavelmente assassinado por ordem de Pedro I de Castela (32). Por morte de D. Martinho as casas de Albuquerque e Meneses foram tomadas para a coroa castelhana.



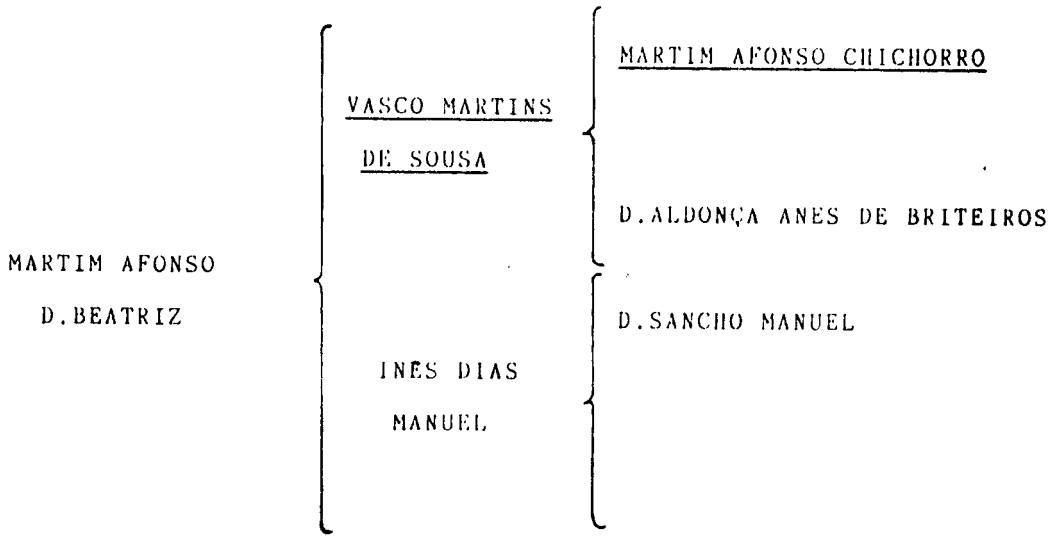
e Vaasco Martinz de Soussa per graça d'El Rey

VASCO MARTINS DE SOUSA (33) foi o Chanceler-mor do rei D. Pedro I (34) e um dos seus mais fiéis servidores. Anselmo Braancamp Freire não lhe dá descendência varonil (35), mas o Livro das Campainhas atribui-lhe formalmente dois filhos, como se vê abaixo. Pelo facto de ser filho natural, também o monarca o agraciou com a comedoria em Grijó.



Item ha dous filhos e huum ha nome Martim Affonso e a filha ha nome Dona Beatriz

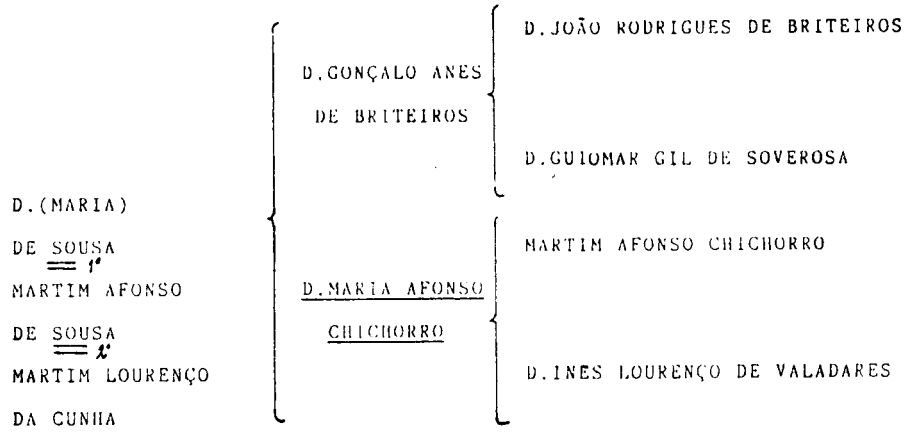
Felgueiras Gayo refere que MARTIM AFONSO morreu menino (36). Mas tendo os pais casado em finais de 1341 (37), e sendo a lista de Grijó de 1365, podemos concluir que teria à volta de vinte anos nesta última data. DONA BEATRIZ terá casado com Afonso Gomes da Silva (38).

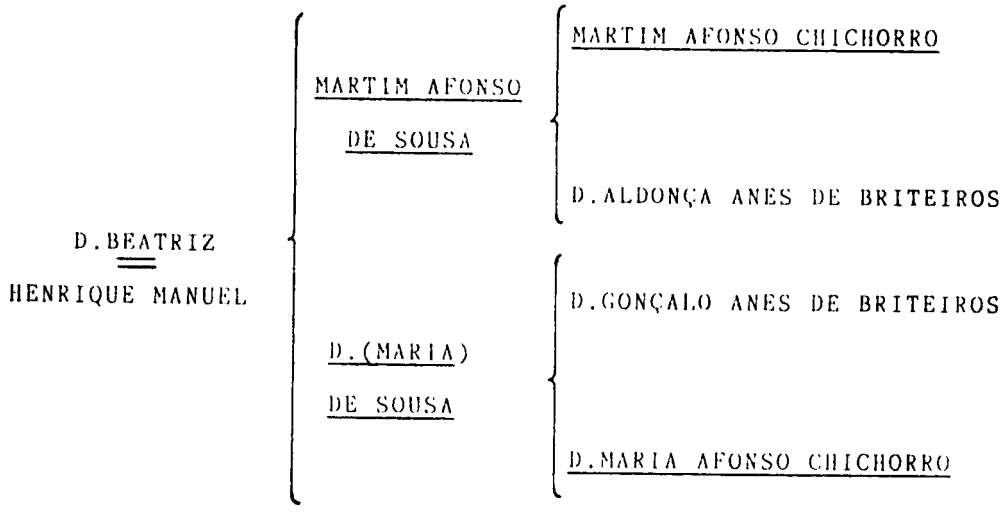


Item Dona Margarida de Soussa. Item Dona Beatriz sua filha que cassou com Anrrique Manuel

A identificação desta rica-dona e de sua filha foi das que mais dificuldades levantou, já que a afirmação do Livro das Campainhas vai contra o que sobre ela é referido por diversos autores. Vejamos em pormenor todo o processo, uma vez que da sua identificação dependem outras que se irão seguir mais adiante. Procurando nos Livros de Linhagens encontramos uma MARGARIDA (GONÇALVES) DE SOUSA (ou de BRITEIROS) (39) casada com Rui Vasques Ribeiro. Poderia aceitar-se. Mas o Livro das Campainhas refere mais adiante: "Item Dona Maria de Soussa cassada com Roy Vaasquez e ham dous filhos" (40). Não temos dúvidas que se trata de duas irmãs referidas no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (41), uma, Maria, casada com Martim Lourenço da Cunha e a outra, Margarida, com Rui Vasques Ribeiro, cujos nomes foram trocados ou por uma ou por outra fonte. Seguiram o Conde D. Pedro, Felgueiras Gayo (42) e Anselmo Braancamp Freire, este último porém, acrescentando mais elementos, mas que nem por isso lhe dão mais autoridade (43). Para aumentar a nossa confusão, o Livro das Campainhas acrescenta entre uma e outra citação: "Item tres filhos que ficaram de Martim Lourenço de Couinha" (44). Porquê separar as referências a Dona Margarida (ou Maria) de seu marido Martim Lourenço e atribuir-lhe em cada uma delas, vários filhos? Uma resposta que nos parece aceitável será, como refere Felgueiras Gayo (45),

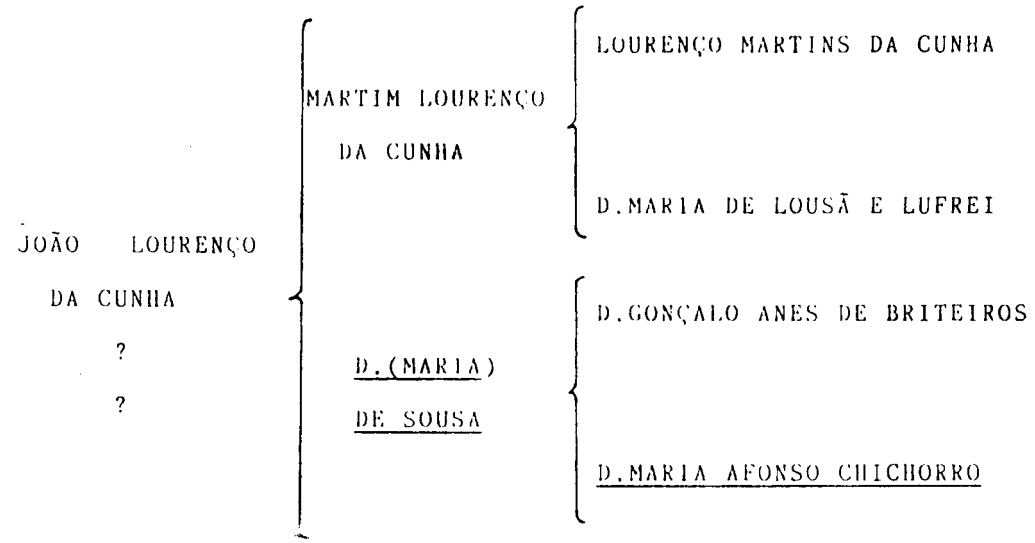
dar dois casamentos a Dona Margarida: um com Martim Lourenço da Cunha (talvez já falecido em 1365) de que ficaram três filhos, sendo um deles o atrás referido João Lourenço da Cunha, marido de Dona Leonor Teles; e um outro, com Martim Afonso de Sousa, seu primo direito e irmão de Vasco Martins de Sousa (46), atrás identificado, e de cuja união nasceu DONA BEATRIZ DE SOUSA (47), casada com HENRIQUE MANUEL (48), futuro Conde de Seia (49). Sobre este último casal, pensamos que o Livro das Campainhas vem esclarecer definitivamente a ascendência da mulher do 1º Conde de Seia, muito diferente da que é normalmente dada pelos genealogistas (50). Assim se explica o tratamento de "cunhada" que, segundo Fernão Lopes, era dado por D. Leonor Teles à mulher do Conde de Seia (51). De facto ela seria, assim, meia-irmã de João Lourenço da Cunha. De qualquer forma, parece-nos que desta vez o erro da troca cabe inteiramente ao Livro das Campainhas, já que em documento publicado por Ayres de Sá (52), em que é apontada a ascendência de João Lourenço da Cunha, o nome dado a sua mãe é Maria e não Margarida. Assim teremos: Maria casada com Martim Lourenço da Cunha e Margarida casada com Rui Vasques Ribeiro.





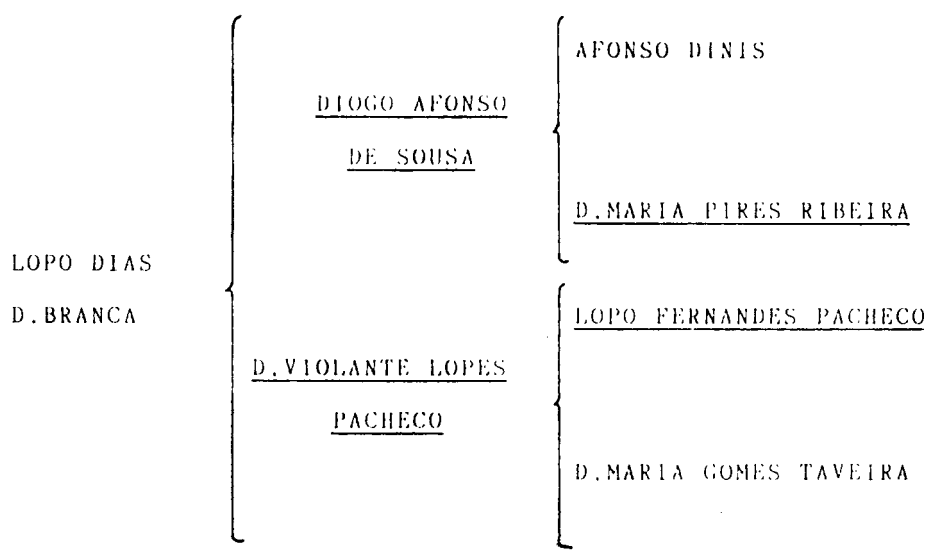
Item tres filhos que ficaram de Martim Lourenço de Couinha

Como ficou dito atrás, trata-se dos filhos (53) de Martim Lourenço da Cunha e de Dona Maria de Sousa. Conhecemos o nome de um deles, JOÃO LOURENÇO DA CUNHA (54), mas não o dos outros dois que, aliás, nenhum autor refere. Mas estamos convencidos que o Martim Lourenço aqui referido não pode ser o avô deste, do mesmo nome, nem os seus tios, já que aquele viveu em meados do séc. XIII (55) e estes, a estarem vivos em 1365, já teriam idade mais que suficiente para serem referidos pelo nome e não em relação a seu pai, decerto há muito falecido. De qualquer forma, a ligação à família patronal de Grijó é através de Dona Maria e não pelos antepassados de Martim Lourenço.



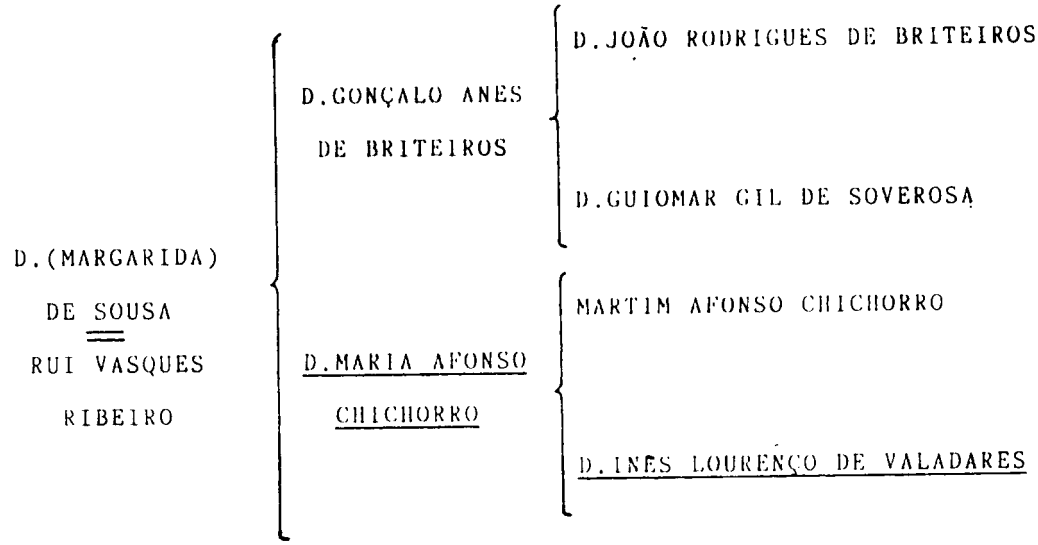
Item Lopo Diaz de Soussa. Item Dona Branca sua hirmaa

LOPO DIAS DE SOUSA(56) e DONA BRANCA (57) são os dois irmãos de Álvaro Dias de Sousa, marido de Dona Maria Teles, já referido.



Item Dona Maria de Soussa cassada com Roy Vaasquez

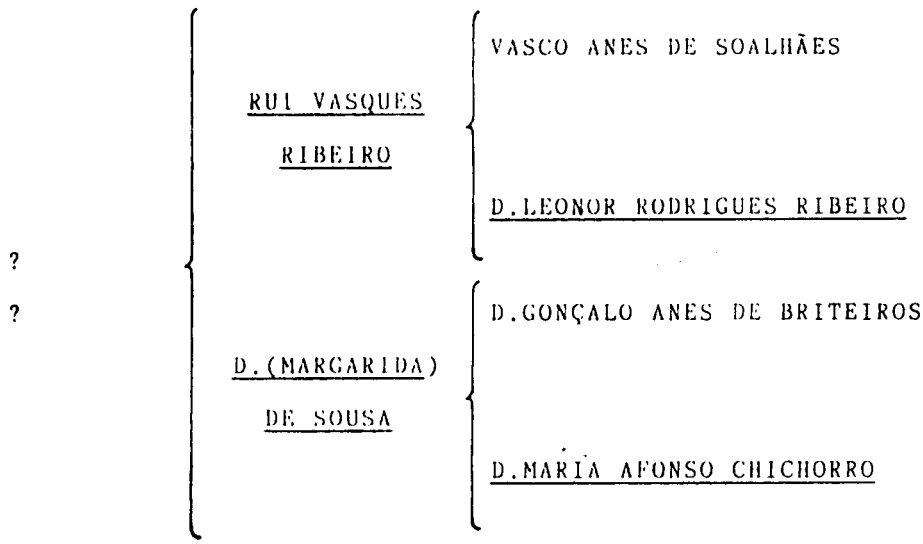
DONA MARIA DE SOUSA (58) já foi mencionada a propósito da identificação de sua irmã Margarida, onde chamamos a atenção para a troca dos nomes entre as duas irmãs, pelo que aqui deverá ser Margarida e não Maria. O marido aqui referido é RUI VASQUES RIBEIRO (59) que, no nosso entender, deve ter casado duas vezes, como teremos ocasião de verificar a propósito dos infanções. Sendo assim não se justificaria que tenham existido dois homens com este mesmo nome, como, aliás o Livro de Linhagens do Conde de D. Pedro, já pretendia referir (LL23C3; 41D6-7).



e ham dous filhos

Destes não conseguimos saber o nome, uma vez que nenhum

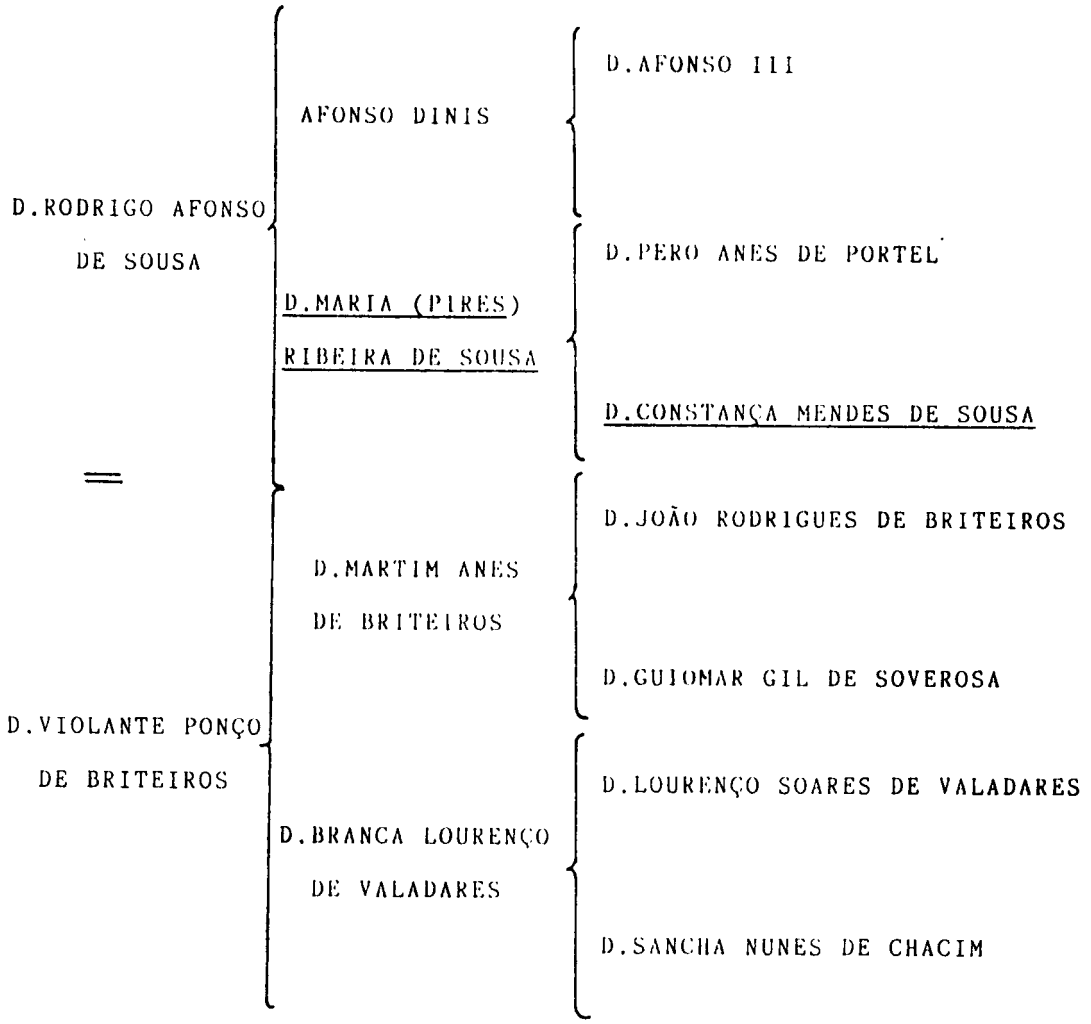
autor refere filhos àquele matrimónio, com excepção de Felgueiras Fayo (60) que, no nosso entender, se equivocou ao dizer que Teresa Rodrigues era filha de Rui Vasques e de Dona Margarida de Sousa. A ser verdade, Teresa Rodrigues receberia comedoria como rica-dona e noutra categoria, pois vem também mencionada na lista dos infanções. Veremos a interpretação a dar a este passo.



Item Rodrigo Affonsso de Soussa e Dona Viiolante sua molher per carta d'El Rey

DOM RODRIGO AFONSO DE SOUSA (61) é tio paterno de Álvaro, Lopo e Branca Dias de Sousa já referidos. A "carta d'El Rey" deve ser dada a sua mulher DONA VIOLANTE PONÇO DE BRITEIROS (62), já que não tinha ligação à família patronal, e ainda porque D. Rodrigo não tinha qualquer motivo para não receber a comedoria. O Livro de Linhagens do Conde de D. Pedro dá

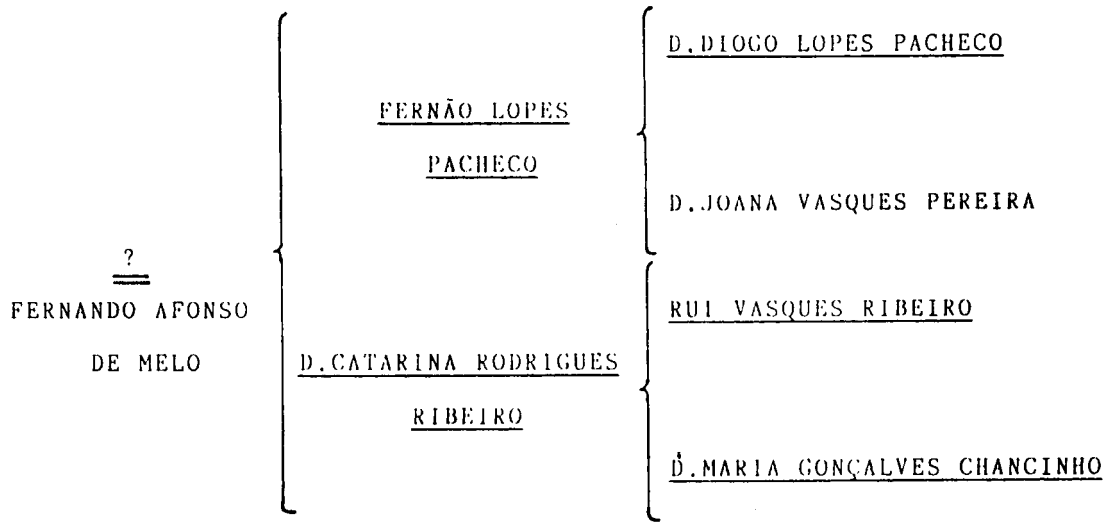
-lhes descendência (63) que aqui, pelo menos não é referida.



Item hũa filha de Fernam Lopez que cassou com Fernan d'Affonsso de Merlloo

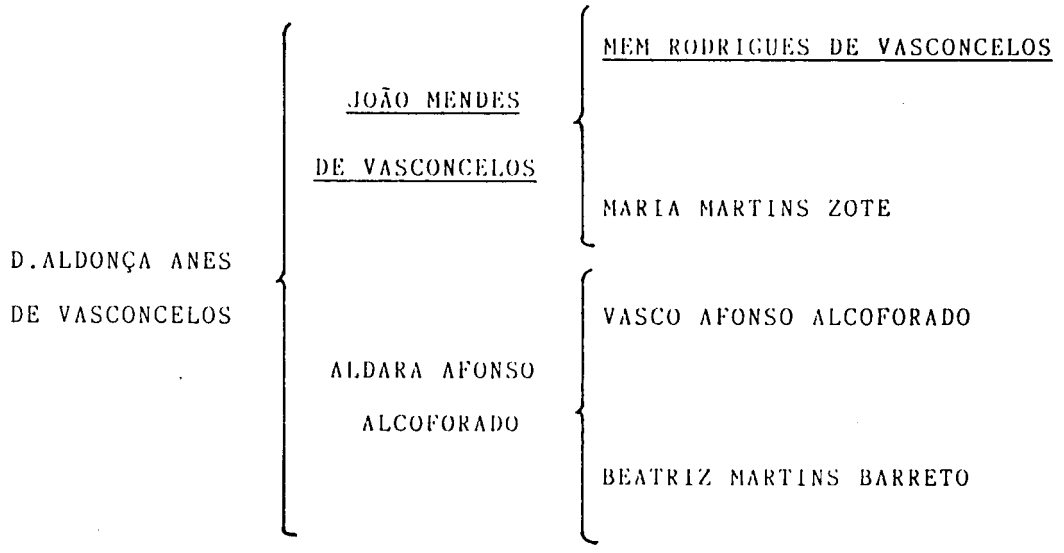
Trata-se de uma filha de Fernão Lopes Pacheco, a quem o Conde D. Pedro não refere o nome, mas dá a ascendência (64). É casada com Fernando Afonso de Melo, a quem o mesmo Conde, no local citado, também não dá o nome, mas que noutro capítulo o

refere — Fernando (65) — o que é confirmado pelo Livro das Campainhas.



Item Dona Aldonça molher que foy de Martim Affonsso Tello hirmaao que foy do dicto Conde.

DONA ALDONÇA ANES DE VASCONCELOS (66) é a maẽ de D. Leonor Teles e já viúva de Martim Afonso Telo. Daí que, na nossa opinião, se encontra a receber comedoria num grupo em que mais nenhum Vasconcelos aparece, família que, como teremos oportunidade de ver em seguida, engloba grande parte dos infanções naturais do Mosteiro de Grijó.

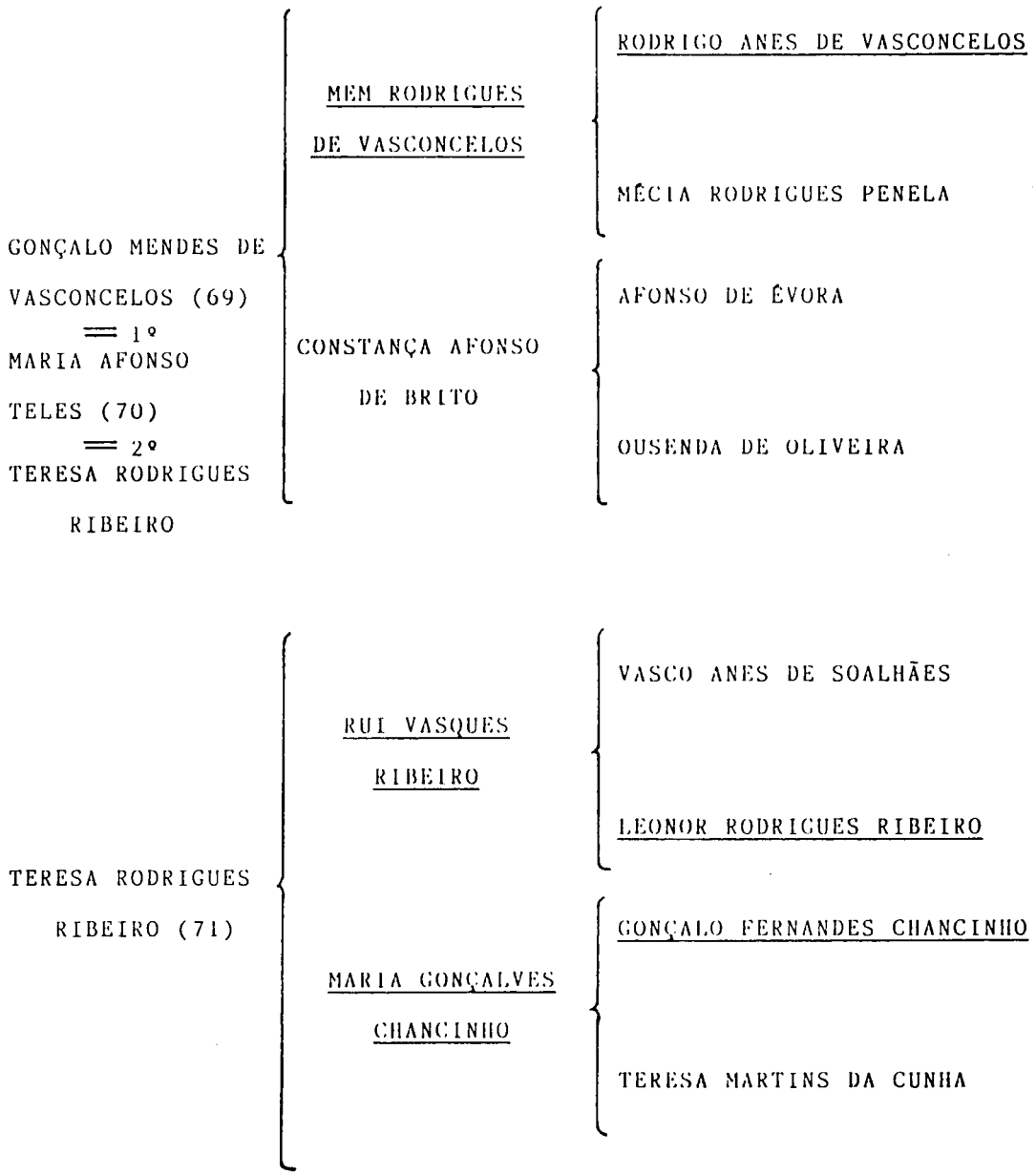


Soma vinte e oito ricos homeens e son ende os dezoito que ham d'aver comeduras enteiras e os dez ham d'aver o terço.

Item inffançooes.
Gonçalo Meendez de Vasconcellos e sua molher

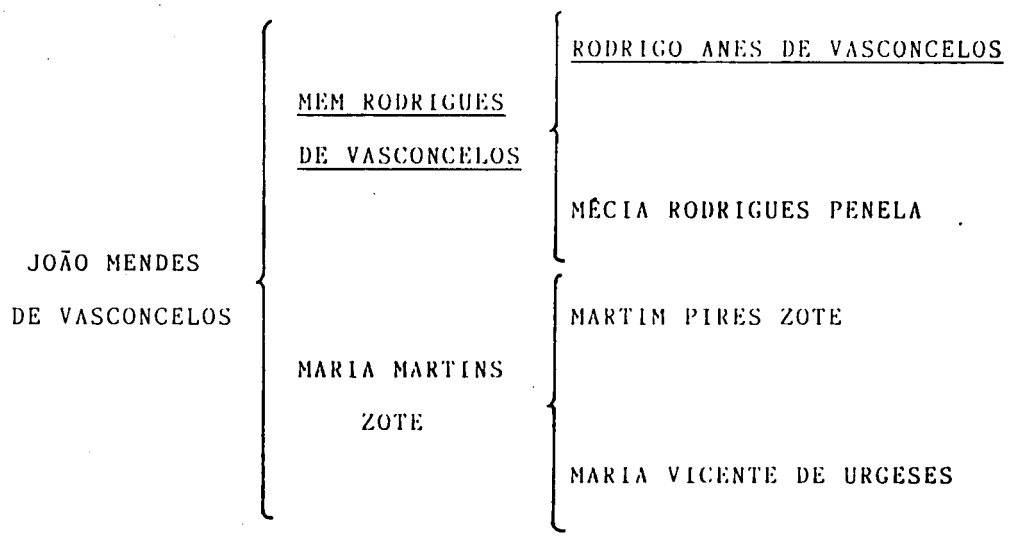
Figura bem conhecida da segunda metade do século XIV, tio avô da rainha Dona Leonor Teles e Alcaide-mor de Coimbra, não deixa, porém, de nos levantar algumas dúvidas, pelo menos quanto aos seus casamentos, já que o mesmo Livro das Campainhas, mais adiante, refere: "Item Tareija Rodriguez filha de Roy Vaasquez que cassou com Gonçallo Meendez". Ora, como é sabido que Gonçalo Mendes casou pelo menos duas vezes e que a segunda mulher era Teresa Rodrigues Ribeiro, filha de Rui Vasques Ribeiro (67), somos levados a concluir, em primeiro raciocínio, que

a 1ª e 2ª referências do Livro das Campainhas dizem respeito à mesma senhora, sendo isso, no entanto, caso único em toda a lista dos naturais agora analisada (68).

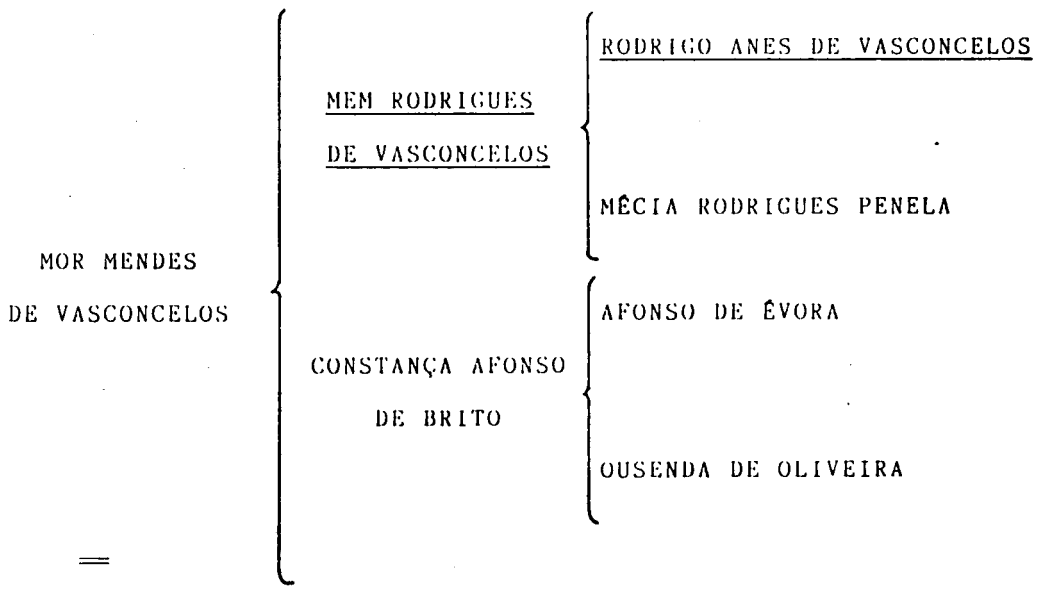


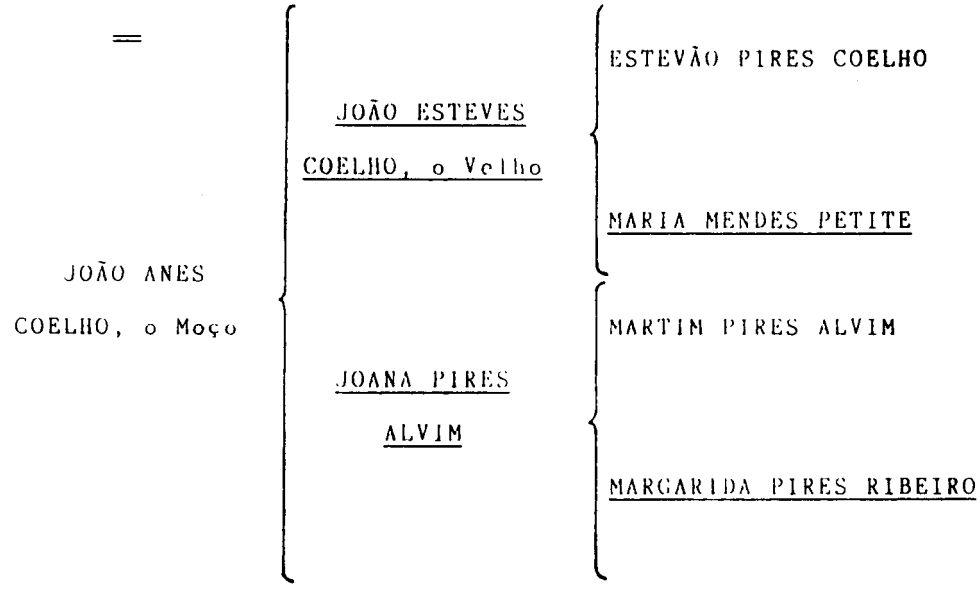
Item Johane Meendez seu irmaao

JOÃO ou JOANE MENDES DE VASCONCELOS (72) meio-irmão de Gonçalo Mendes (73), é o avô de Dona Leonor Teles, filho primogénito do 1º casamento de Mem Rodrigues de Vasconcelos.



Item Moor Meendez molher que foy de Joham Coelho o Moço da parte de Vasconcellos

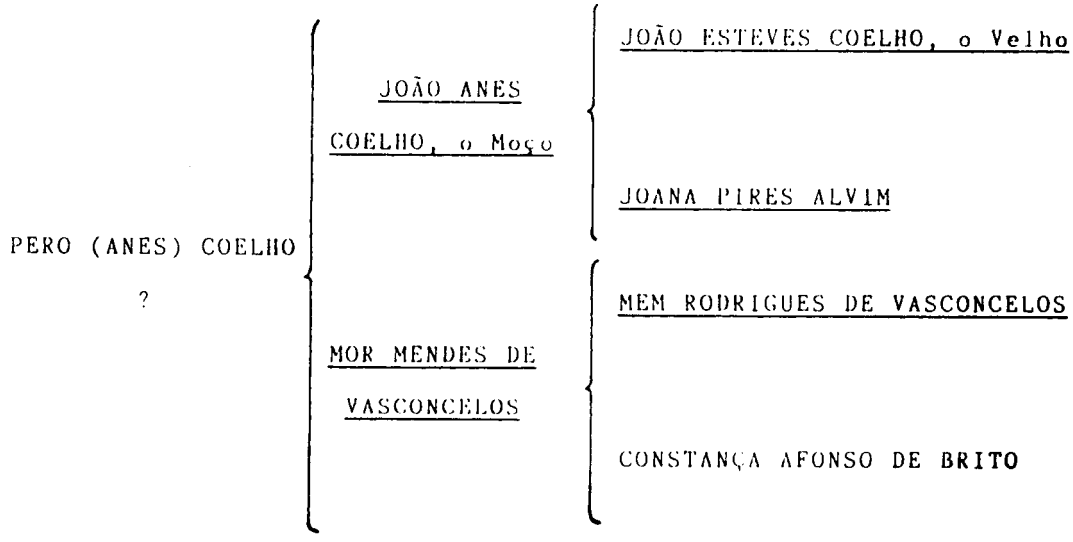




Irmã de Gonçalo, MOR MENDES DE VASCONCELOS (74) era viúva de João (Anes) Coelho, o Moço, filho de João Esteves Coelho (o Velho), também pertencente à família patronal.

Item huum seu filho e hũa sa filha

PERO (ANES) COELHO (75) sabemos ser o nome do filho, mas ignoramos o da filha.

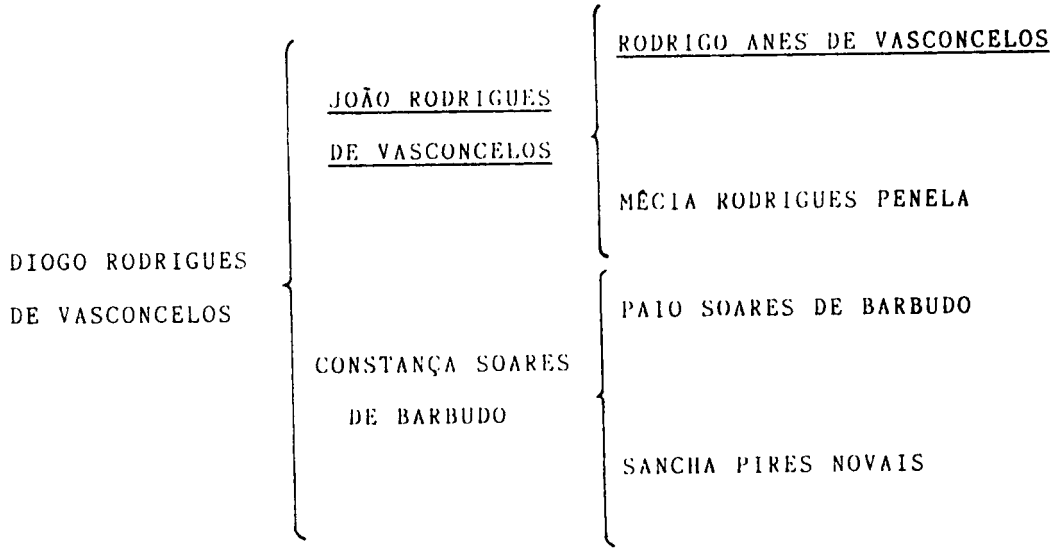


Item Maria Meendez de Sa irmaa de Gonçallo Meendez de Vasconcellos

Mais uma irmã de Gonçalo, pelo que os costados são idênticos. MARIA MENDES DE (Vasconcelos) SÁ (76) usa um apelido forçosamente relativo a alguma propriedade com aquele topónimo, já que não conhecemos qualquer ligação desta senhora àquela família (77).

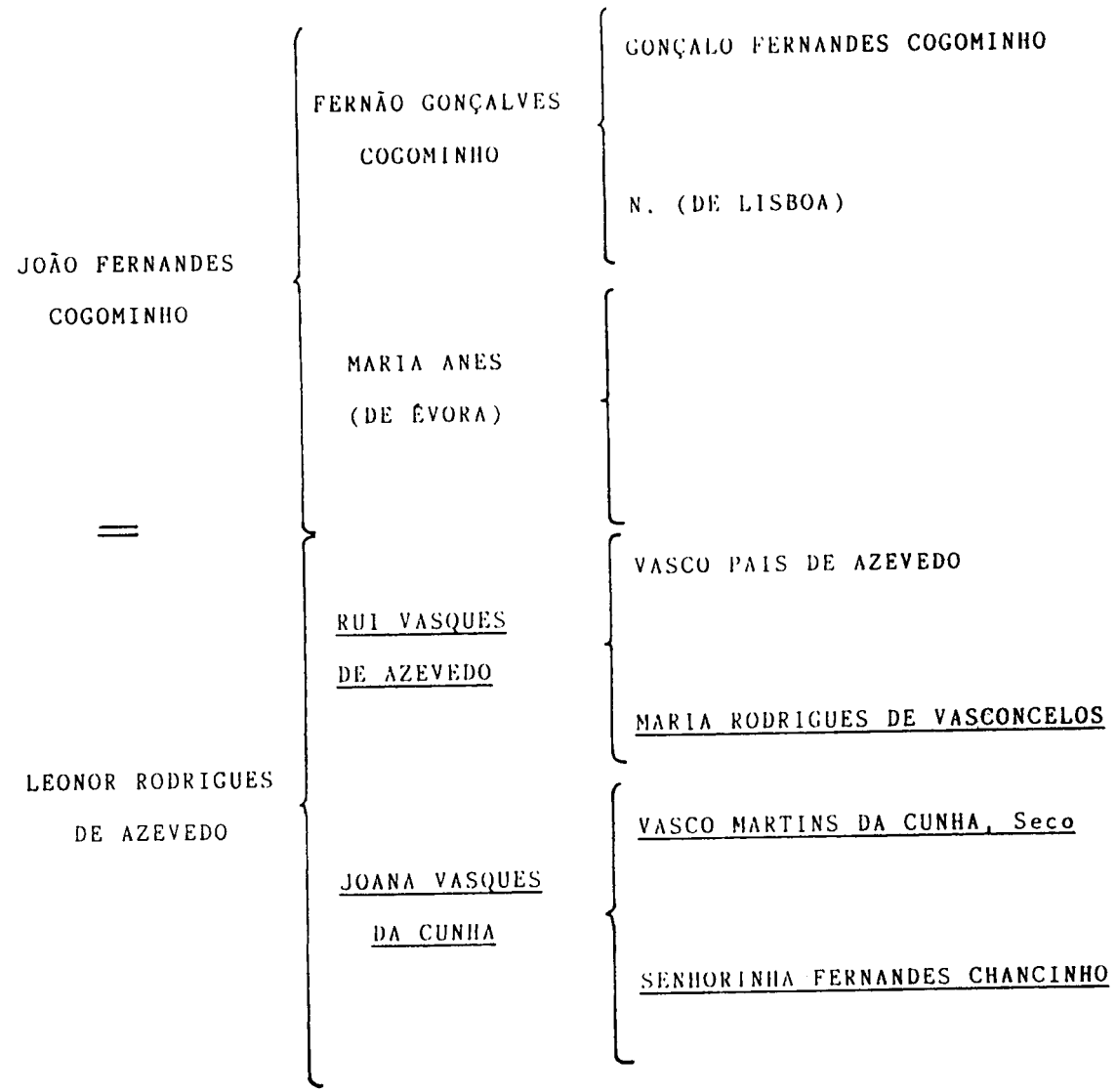
Item Diego Rodriguez de Vasconcellos

DIOGO RODRIGUES DE VASCONCELOS (78) é, na nossa opinião, filho de João Rodrigues de Vasconcelos, não fazendo o patronímico Anes, mas sim conservando o de seu pai, o que não é raro (79).



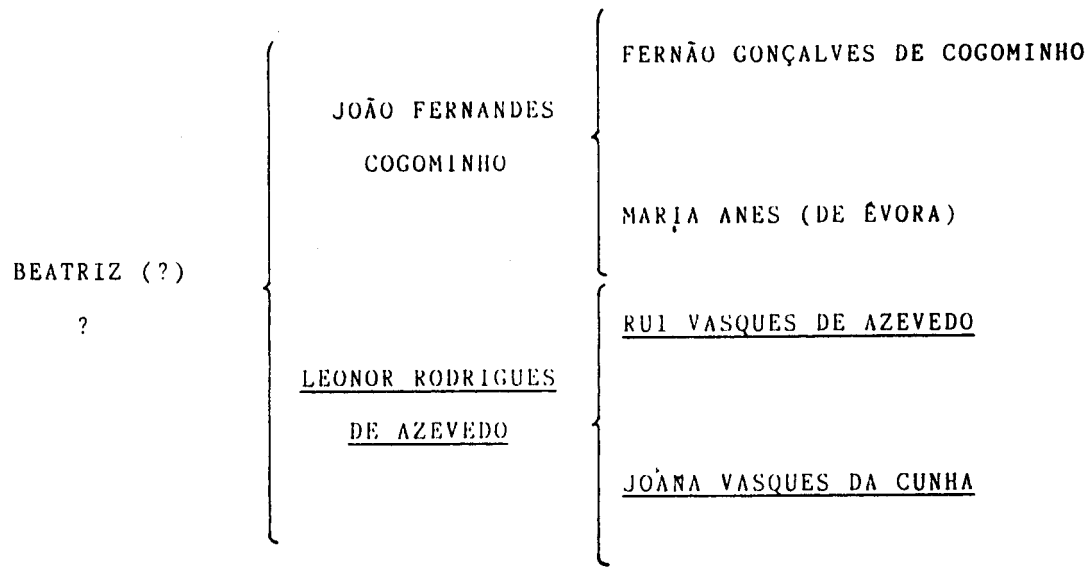
Item Joham Ferrnandez Cogomynho da parte da molher que he dos de Vasconcellos

O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro refere JOÃO FERNANDES COGOMINHO, não lhe dando porém mulher (80). Felgueiras Gayo casa-o com Leonor Rodrigues de Azevedo, Vasconcelos pela avó paterna (81), o que se confirma pela leitura de um documento de D. Pedro de 5 de Julho de 1357, que nos dá ainda o nome de sua mãe (82).



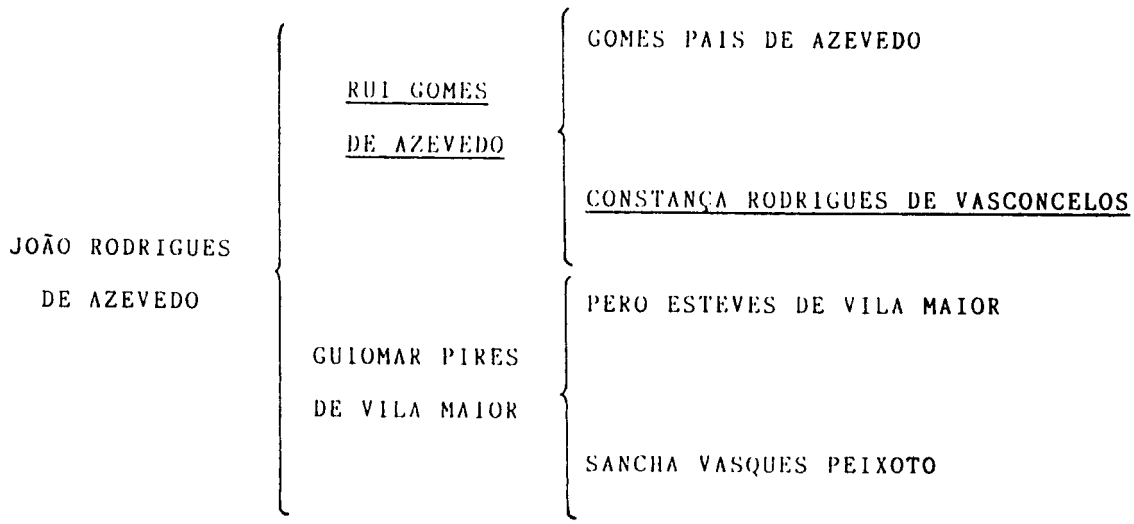
Item dous filhos seus

Não sabemos o nome dos filhos de João Fernandes Cogominho e de Leonor Rodrigues de Azevedo. Felgueiras Gayo diz que tiveram uma filha, Beatriz, e que João Fernandes teve um bastardo de nome Mem ou Gonçalo (83).



Item Joham Rodriguez filho que foy de Roy Gomeez da parte de padre

Pensamos ser JOÃO RODRIGUES DE AZEVEDO (84), filho de Rui Gomes de Azevedo e neto paterno de Constança Rodrigues de Vasconcelos.

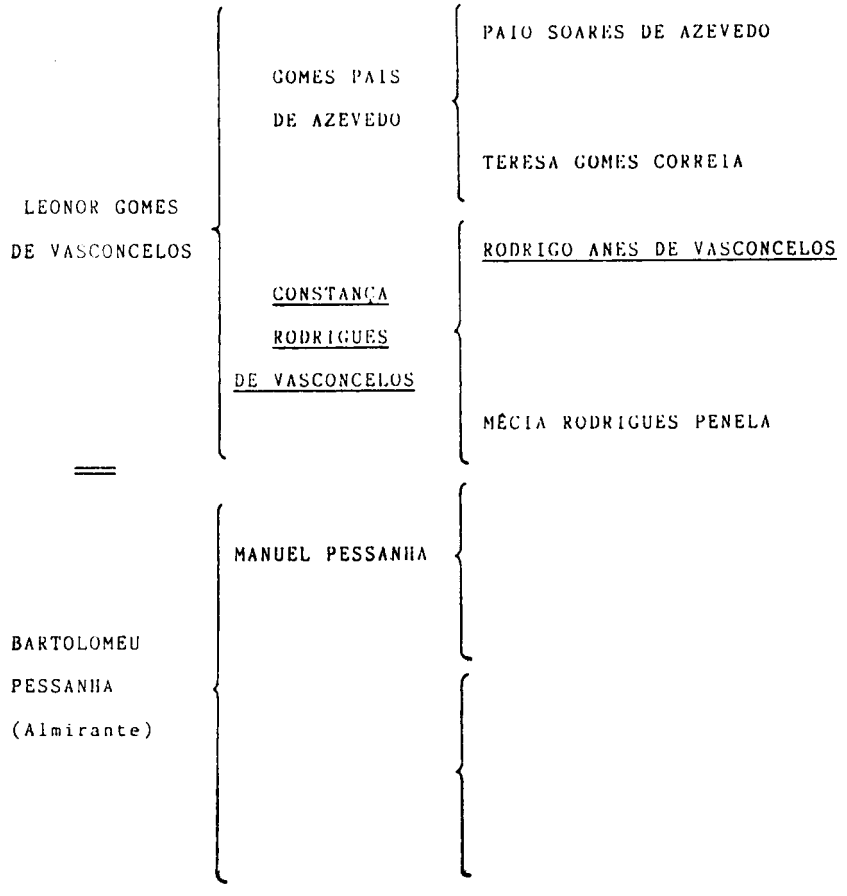


Item Diego Gomeez seu irmaao. Item Maria Rodriguez sua irmaa

Irmão de quem? Do João ou do Rui? Inclinámo-nos mais para a primeira hipótese, já que o texto da maneira que se apresenta parece referir nitidamente os irmãos do João Rodrigues. De facto, Rui Gomes teve um irmão de nome Diogo Gomes, mas este, segundo Felgueiras Gayo (85), terá seguido a carreira eclesiástica, o que é confirmado pelos Livros de Linhagens (86), deixando a casa a seu irmão Rui que terá dado o nome do irmão ao seu filho como que em agradecimento. Quanto à irmã, pelo patronímico, volta a parecer irmã do João Rodrigues. Em nossa opinião trata-se, assim, de DIOGO GOMES DE AZEVEDO e de MARIA RODRIGUES DE AZEVEDO, irmãos de João Rodrigues de Azevedo e portanto com os mesmos costados.

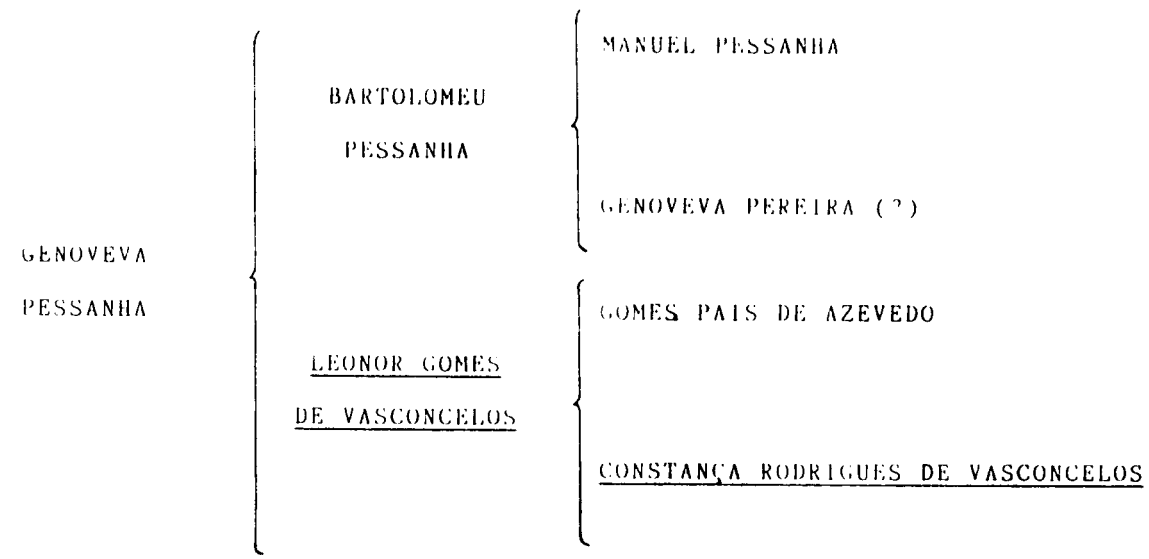
Item Liionor Gomeez de Vasconcellos molher que foy de Bartollameu Almirante

Muito embora os Livros de Linhagens afirmem que LEONOR GOMES DE (Azevedo) VASCONCELOS (87), foi abadessa de Rio Tinto , o certo é que o Livro das Campainhas é muito claro em relação ao seu casamento. Felgueiras Gayo também o refere, seguindo o Nobiliário de Manuel de Sousa da Silva, pondo porém a hipótese de o casamento com o almirante Bartolomeu ter sido com Maria Gomes, irmã de Leonor (88). BARTOLOMEU PESSANHA (89) já devia estar morto antes de 1 de Junho de 1357, data em que D. Pedro, em Lisboa, doa o almirantado a Lançarote Pessanha, seu irmão (90).



Item hũa sa filha que a nome Jeneveva

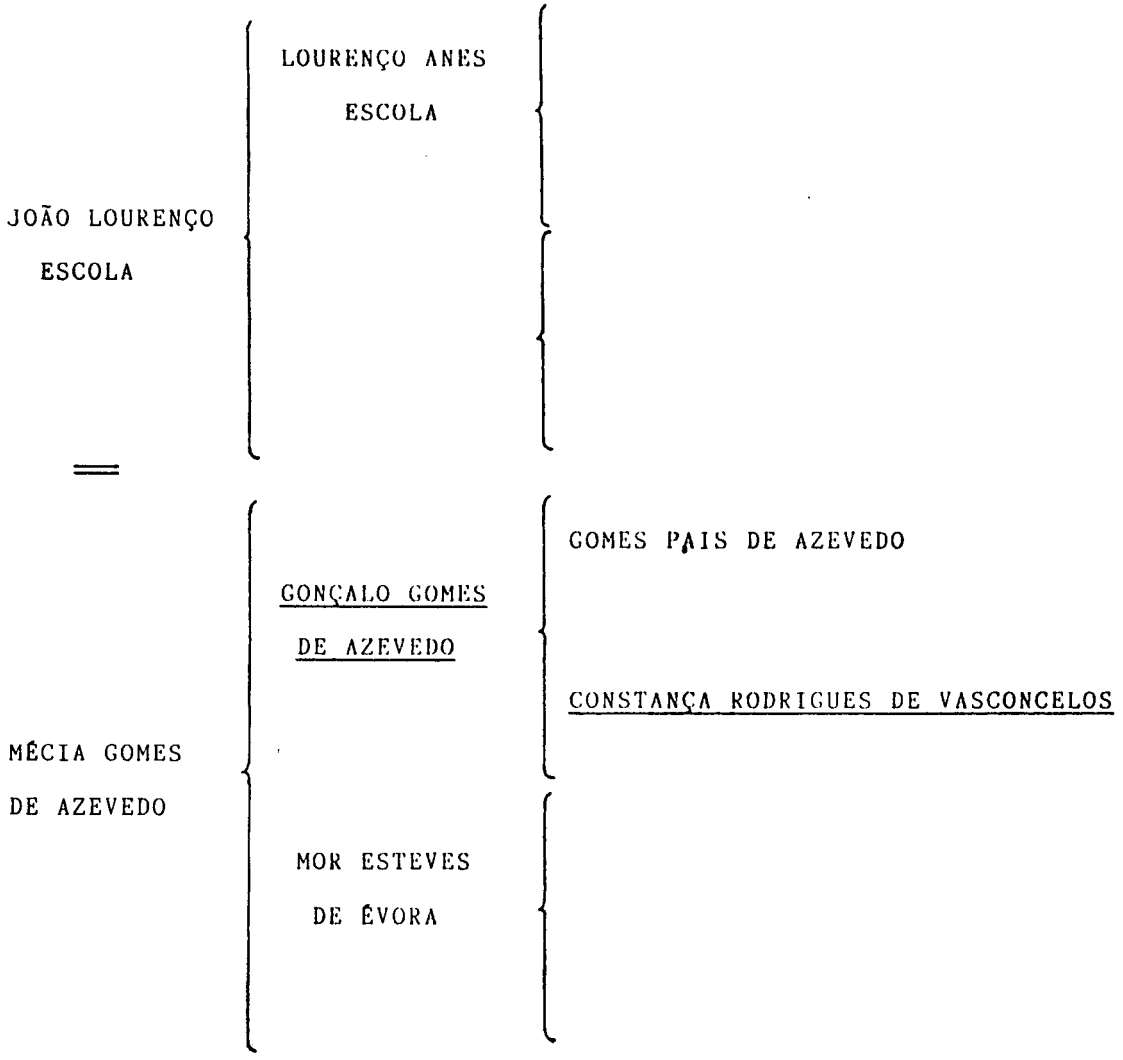
GENOVEVA PESSANHA teria o mesmo nome que sua avó paterna, Genoveva Pereira que Felgueiras Gayo diz ter casado com o almirante Manuel Pessanha (91).



Item Joham Lourenço Escolla da parte da molher que foy filha de Gonçallo Gomeez

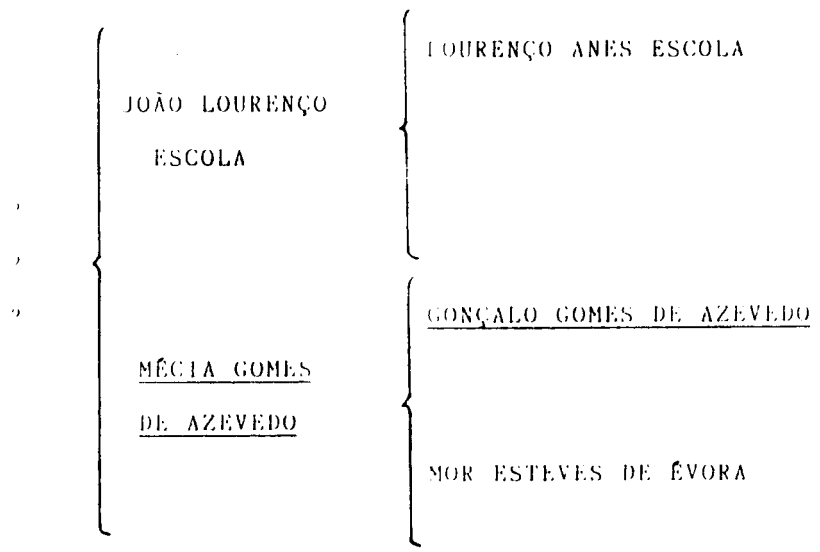
JOÃO LOURENÇO ESCOLA, legitimado em 6 de Maio de 1365 por carta de D. Pedro (92), casou com MÉCIA GOMES DE AZEVEDO, filha de Gonçalo Gomes de Azevedo. Que Gonçalo teve descendência, confirma-o o Nobiliário do Conde D. Pedro, não adiantando porém, qualquer nome (93). O nome da filha, Mécia, tirámo-lo de Felgueiras Gayo que refere também o casamento com João

Lourenço (94).



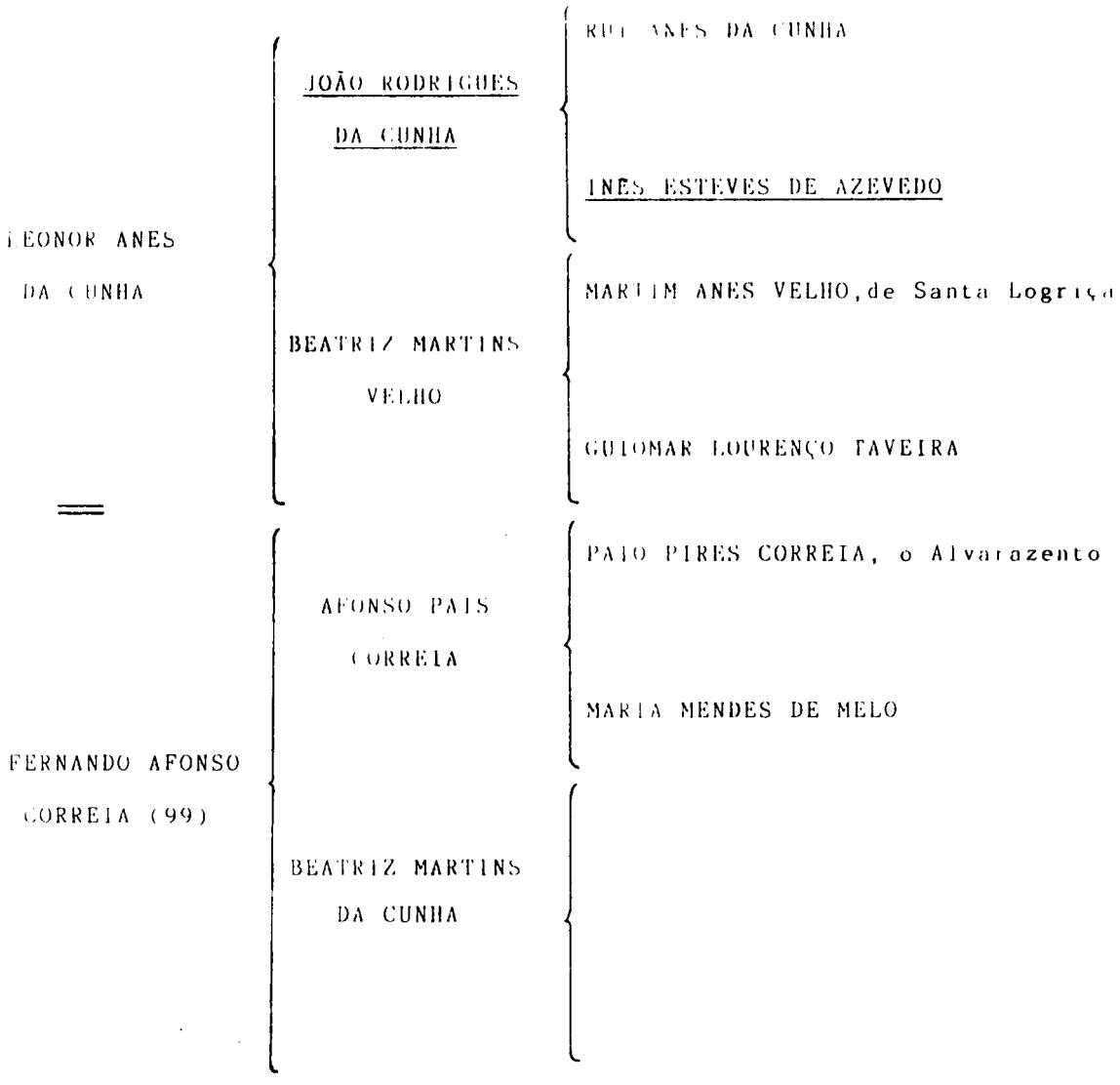
Item ha huum filho e duas filhas

Não lhes conseguimos apurar os nomes.



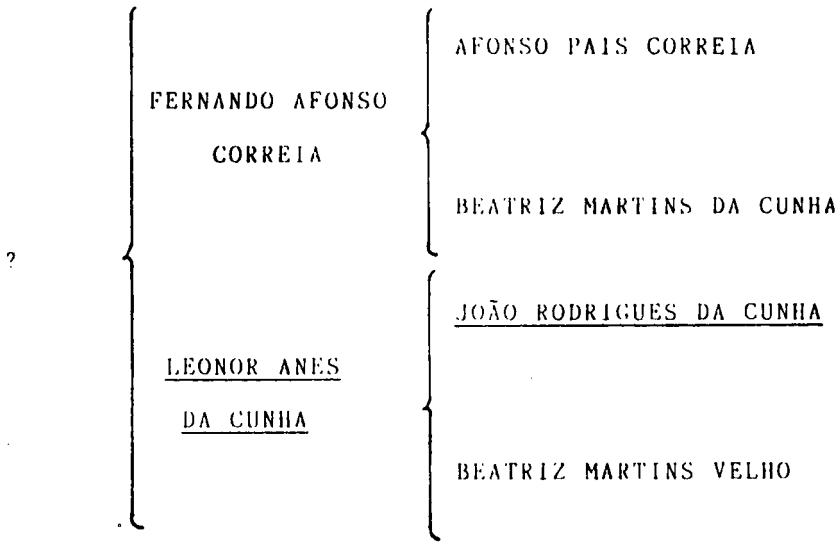
Item hũa filha que foy de Joham de Coiinha que a nome Leonor Eannes que cassou com Fernam d'Affonso Correiia

Pensamos que LEONOR ANES DA CUNHA era filha de JOÃO RODRIGUES DA CUNHA (95), e não de João Martins avô do primeiro, como afirma Felgueiras Gayo (96), por uma questão cronológica, já que FERNANDO AFONSO CORREIA (97) viveu no tempo de D. João I e João Rodrigues como primo-direito de Martim Lourenço da Cunha, já referido, viveu muito mais próximo desta época do que seu avô (98)



Item ha hũa filha

Não conseguimos apurar o seu nome.



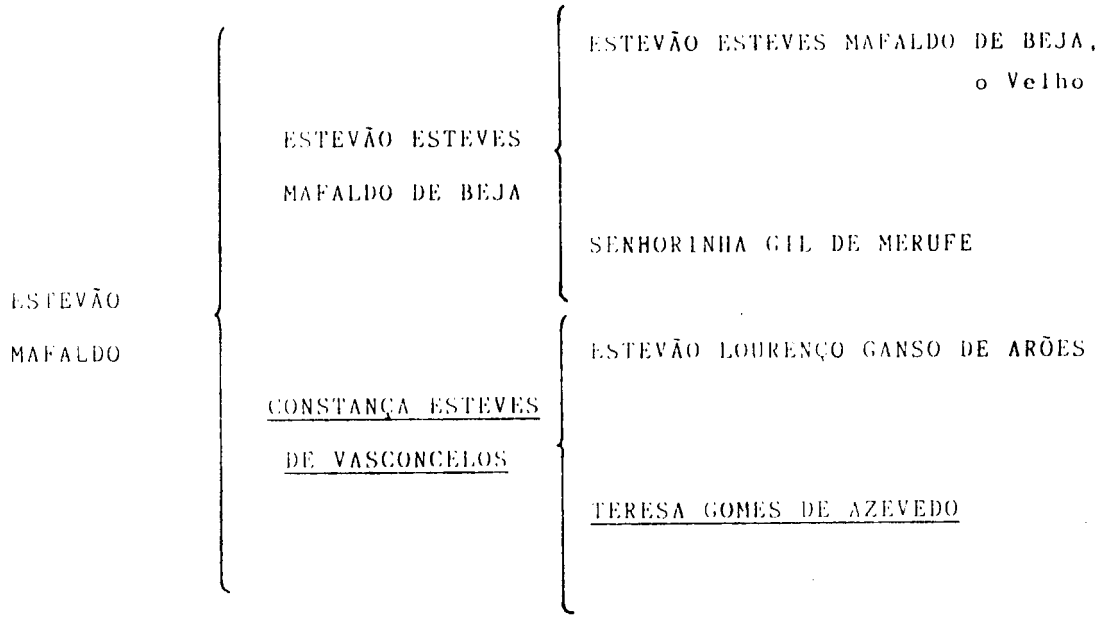
Item Martin Correiia da parte dos de Vasconcellos

MARTIM (ANES) CORREIA ou Cunha, segundo supomos, é irmão da Leonor Anes atrás citada, e filho de João Rodrigues da Cunha. Mas como explicar o apelido Correia? Em nossa opinião, ou Martim é filho de um Correia casado com uma Vasconcelos que não conseguimos encontrar, ou então, e esta hipótese é também admissível, Martim Correia usou o apelido da mãe de seu bisavô Estevão Pais de Azevedo que era Correia (100). Estaremos talvez, perante um exemplo, porventura exagerado, de pervivência de um apelido que mesmo por via feminina terá marcado este ramo. Se esta hipótese, por um lado, é pouco segura pela grande distância de geração, não deixa, por outro, de justificar a ligação aos Vasconcelos, já que Estevão Pais era casado com Guiomar Rodrigues de Vasconcelos. Uma terceira hipótese, e

sem um afastamento tão grande é a de este natural ser o Martim Fernandes de Vasconcelos (101), primo-direito de Gonçalo Mendes e neto materno de Sancha Pais Correia a quem teria ido buscar o apelido. Todavia parece-nos que o facto de Martim, no Livro das Campainhas vir referido logo a seguir a Leonor Anes, abona a possibilidade de ser seu irmão o que favorece a segunda hipótese. Assim sendo, os costados de Martim são idênticos aos de sua irmã Leonor Anes da Cunha.

Item Stevam Maffaldo da parte da madre Costança Estevez de Vasconcellos

ESTEVÃO (ESTEVES) MAFALDO seria filho de Constança Esteves de Vasconcelos, que na verdade era Arões, já que Vasconcelos era o apelido de sua avó materna (102). O Conde D. Pedro não o refere.

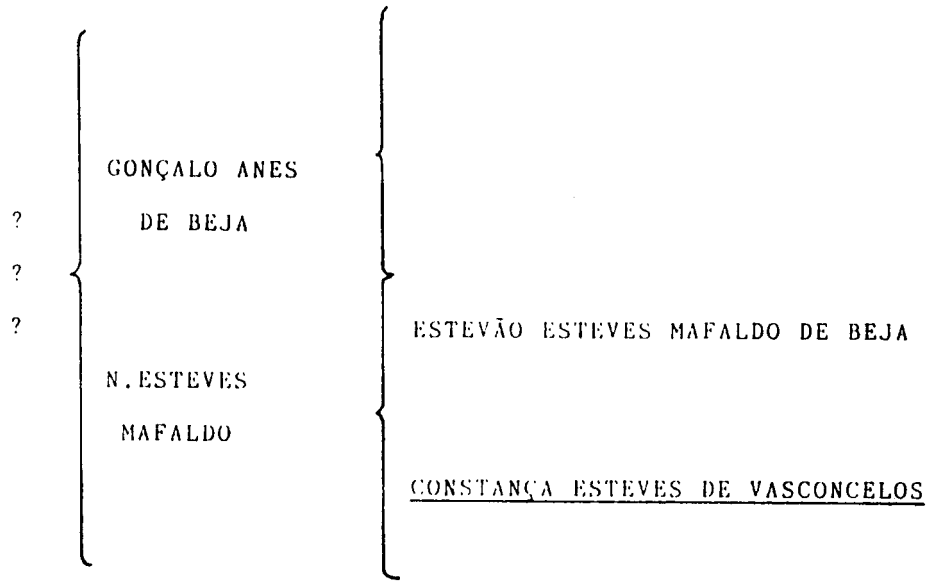


Item Gonçalle Annes alcaide de Beija da parte da molher que he irmaa de Stevam Maffaldo

GONÇALO ANES DE BEJA é figura conhecida do reinado de D. Pedro, de quem foi Ouvidor dos Feitos (103). De sua mulher não sabemos o nome, mas por ser irmã de Estevão Mafaldo tem idênticos costados. De Gonçalo Anes não conseguimos saber quem foram os seus pais.

e tres seus filhos e filhas

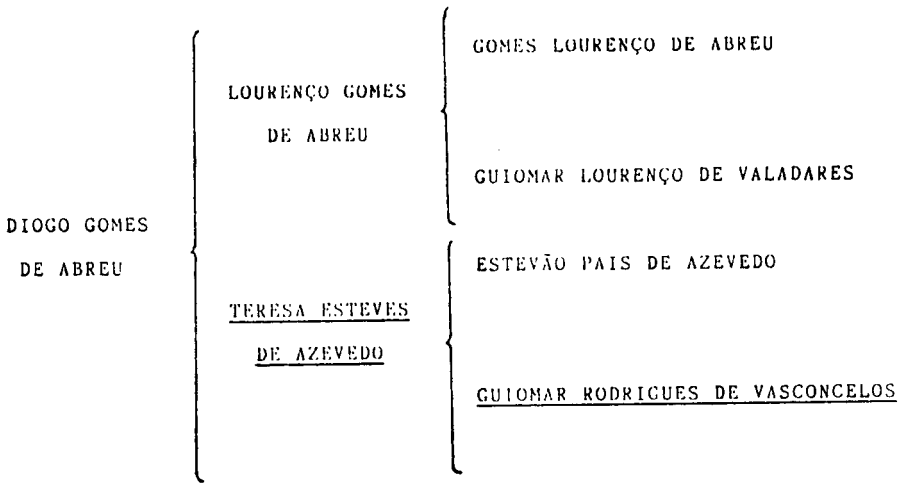
De que não sabemos os nomes.



Item Diego Gomeez d'Avreu da parte da madre

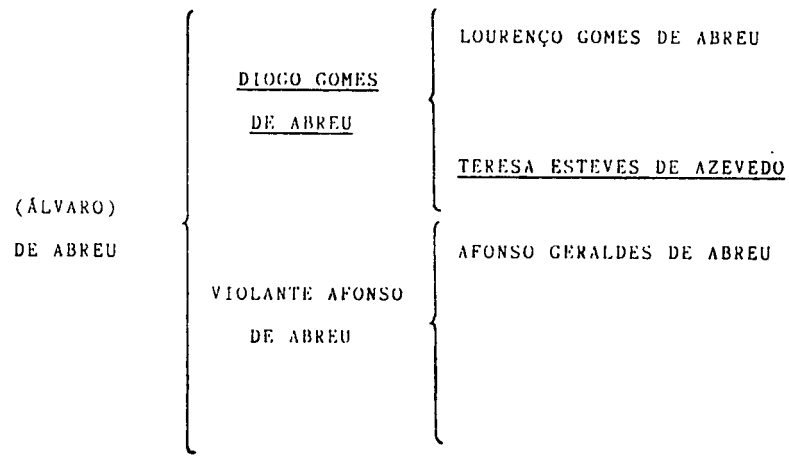
DIOGO GOMES DE ABREU supomos que era filho de Teresa Es

teves de Azevedo (ligada aos Vasconcelos) e de Lourenço Gomes de Abreu, muito embora o Conde D. Pedro ao referir este casal, dizendo que tiveram filhos, não lhes dê os nomes (104).



Item ha huum filho

Felgueiras Gayo chama-lhe Álvaro, dando-lhe por mãe Violante Afonso de Abreu (105), cujos ascendentes não veêm referidos no Conde D. Pedro.



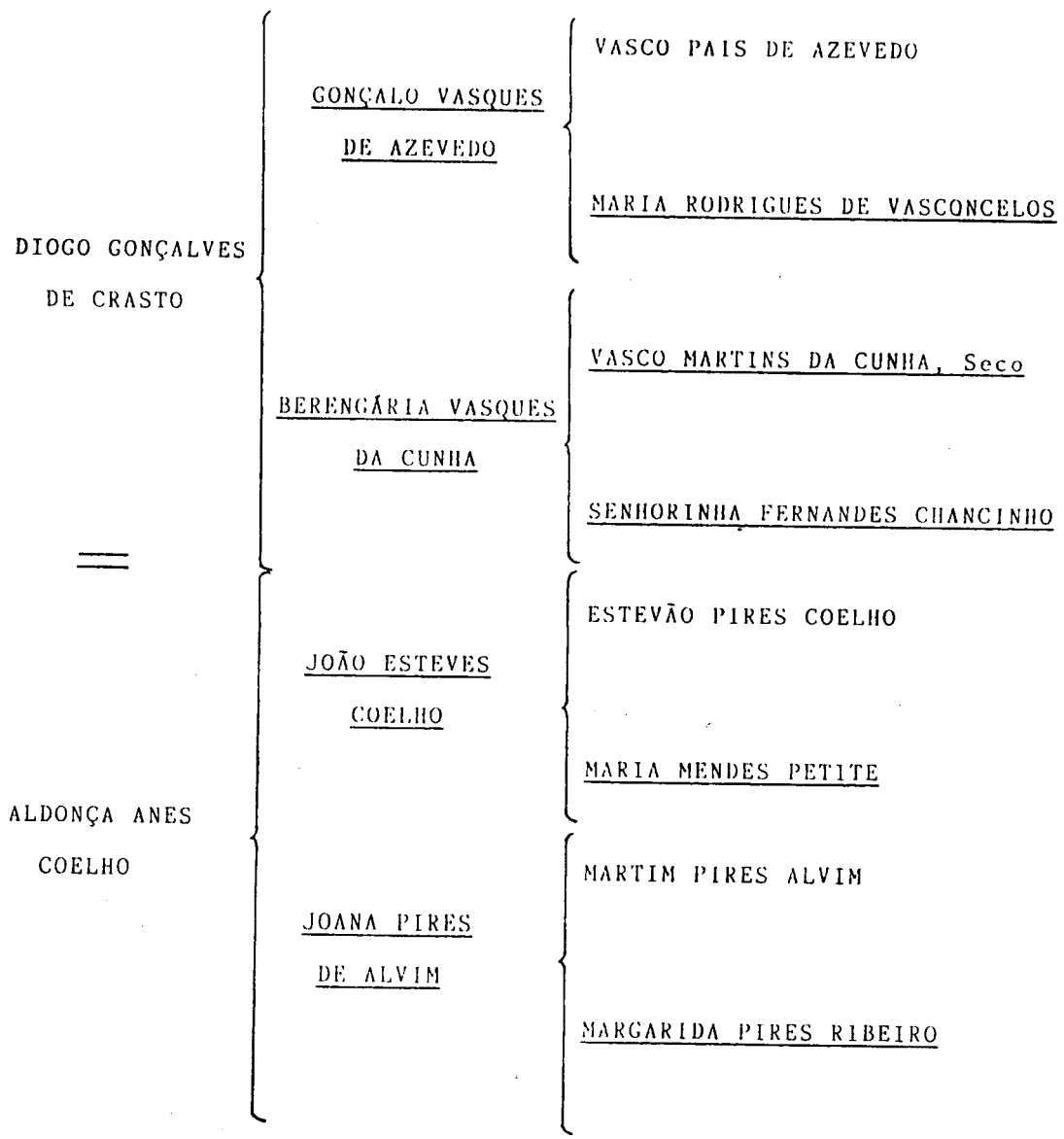
Item Vaasco Gomeez seu hirmaao

Irmão de Diogo Gomes, VASCO COMES DE ABREU foi alcaide dos castelos de Monção e Castro Laboreiro (106). Os costados são idênticos aos de Diogo.

Item Diego Gonçallvez de Crasto da parte da molher que he filha de Joham Coelho

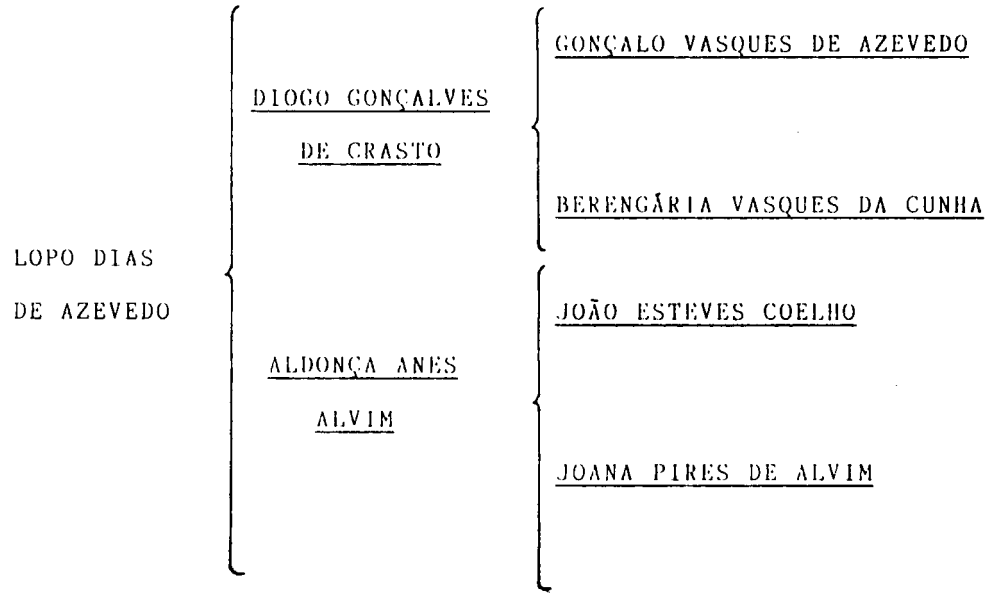
Pensamos que se trata do DIOGO GONÇALVES DE CRASTO que Braancamp Freire dá como pai de Lopo Dias de Azevedo, fundador da 2ª família de Azevedos, já que, no entender daquele autor, a 1ª se extinguira na varonia (107). Em nossa opinião, as duas têem ligação precisamente através deste Diogo Gonçalves que deverá ser o mesmo referido no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, filho de Gonçalo Vasques de Azevedo e de Berengária Vasques da Cunha (108). O "apelido" Crasto vem do nome de uma quinta com esse nome, sita na freguesia de Carrazedo, concelho de Amares — na mesma área da maior implantação fundiária dos Vasconcelos, onde, aliás, estava a Torre de Vasconcelos —, de que era senhor o dito Diogo Gonçalves (109). Não nos repugna por isso aceitar como segura a identificação por nós avançada e de que aliás Felgueiras Gayo já era adepto (110). O que nos estranha é que a comedoria lhe chegue através da mulher, que era de facto natural, quando ele, a ser verídica a identificação, o era também por seu pai e avó paterna e por

sua mãe e avó-materna. A mulher era ALDONÇA ANES COELHO (111), filha de João Esteves Coelho e de Joana Pires de Alvim.



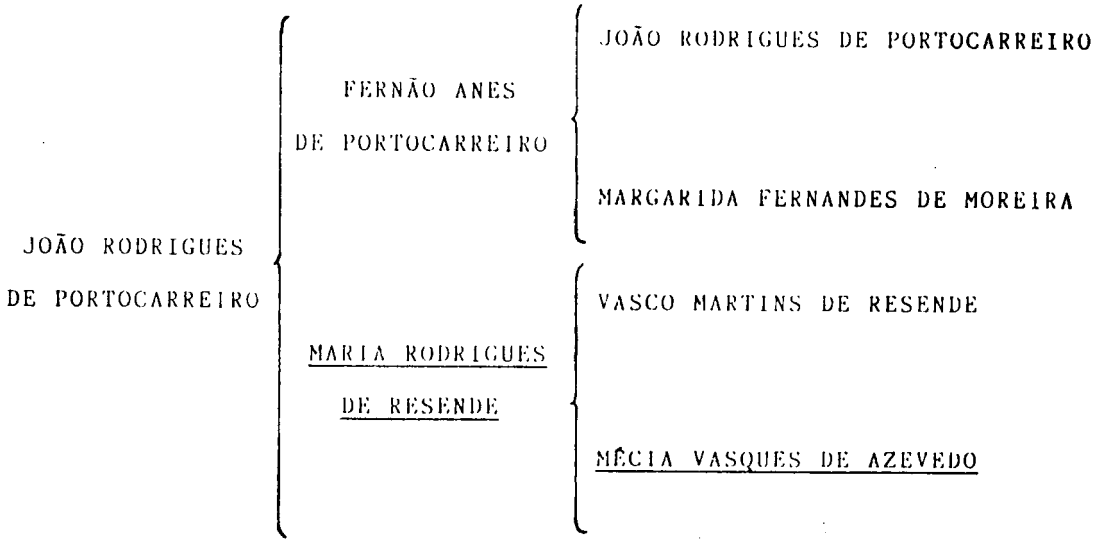
Item huum seu filho

Trata-se de LOPO DIAS DE AZEVEDO (112).



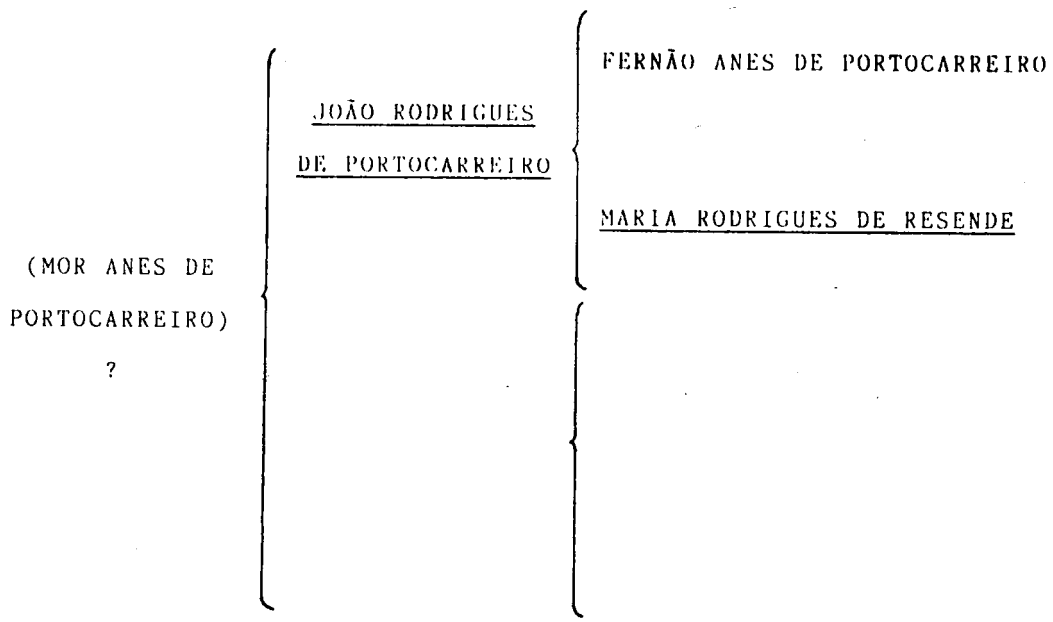
Item Joham Rodriguez de Porto Carreiiro da parte de Vasconcellos

JOÃO RODRIGUES DE PORTO CARREIRO (113) estava de facto ligado aos Vasconcelos, já que por sua mãe era bisneto de Maria Rodrigues de Vasconcelos.



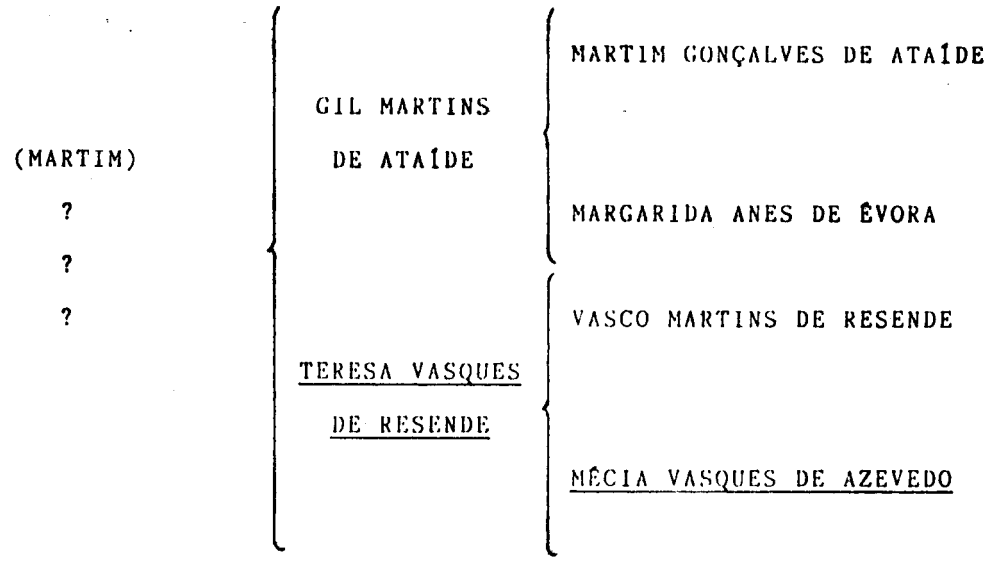
Item ha dous filhos

Um destes filhos deverá ser MOR ANES DE PORTOCARREIRO (114). Do outro filho de João Rodrigues não é conhecido o nome, bem como o de sua mãe.



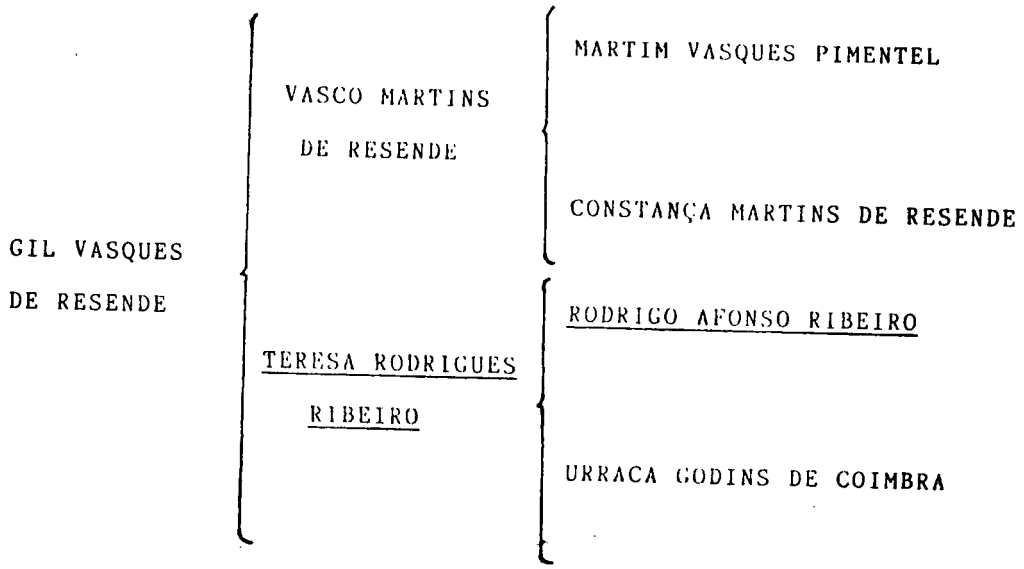
Item ha hy quatro filhos de Gil Martinz d'Ataiide que son naturaaes da parte da madre que he passada enteiras ham d'aver as comeduras. E o dicto Gil Martinz nom fica natural

O Conde D. Pedro diz que Gil Martins teve filhos, mas não lhes dá nomes (115). Felgueiras Gayo só refere um, Martim (116).



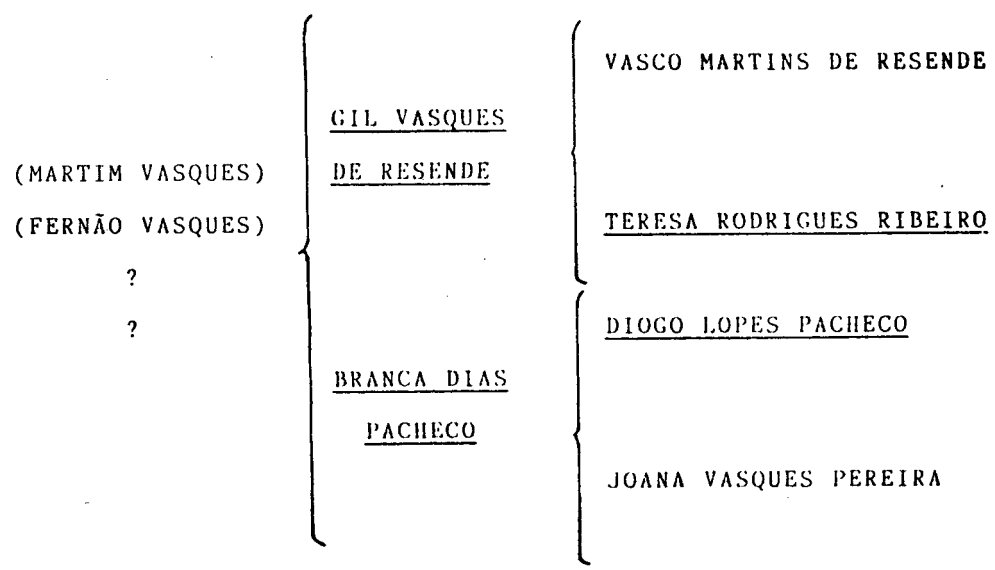
Item Gil Vaasquez de Reesende da parte da madre dos Ribeiros

GIL VASQUES DE RESENDE era de facto da família patronal (117), por sua mãe Teresa Rodrigues Ribeiro.



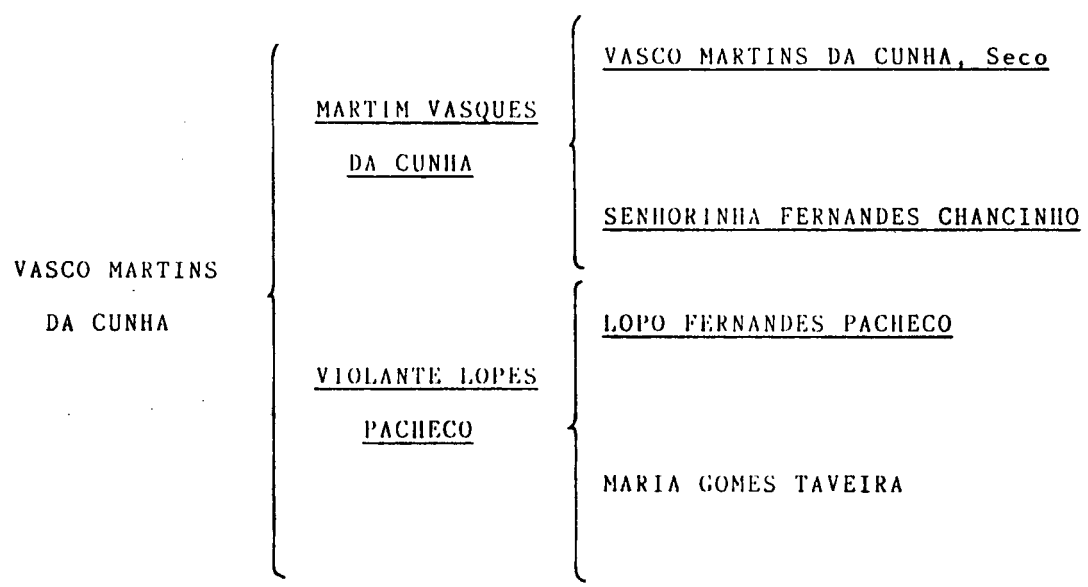
Item ha quatro antre filhos e filhas

Parece-nos que nessa afirmação, o Livro das Campainhas vem responder a uma pergunta deixada em aberto por A.B. Freire, que no seu trabalho intitulado A Honra de Resende, se interrogava sobre a identidade de um Martim e de um Fernão Vasques, que em 1386 possuiam o couto de Resende, após a morte de João Rodrigues de Portocarreiro, que por ser sobrinho de Gil Vasques o recebera de D. Fernando em 1374 (118). Quer-nos parecer que se trata de dois dos quatro filhos de Gil Vasques, que por qualquer razão, talvez menoridade, não a receberam de seu pai. Braancamp Freire afirma que Gil Vasques morreu sem descendência (119), mas o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro deixa aberta a hipótese de não ter sido assim (120), o que agora é confirmado pelo Livro das Campainhas.



Item Vaasco Martinz de Cunha da parte de Micia Rodriguez sua madre dos de Vasconcellos

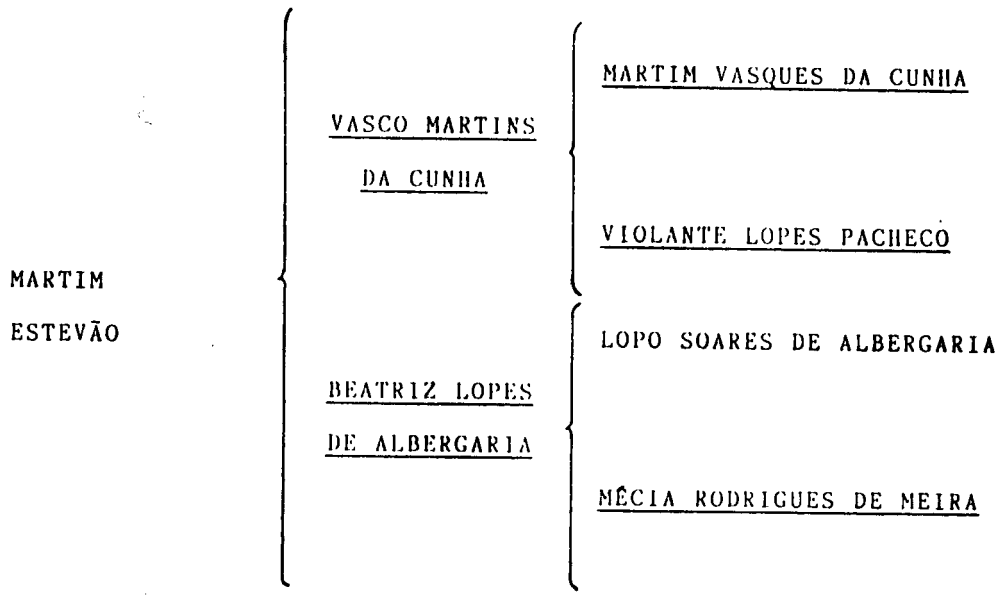
Engana-se o Livro das Campainhas ao afirmar que VASCO MARTINS DA CUNHA (121) era filho de Mécia Rodrigues (de Meira) que de facto era sua sogra, mãe de Beatriz Lopes de Albergaria (122). De qualquer forma, Vasco Martins teria a comedoria, quer por seu pai quer por sua mãe. A ligação aos Vasconcelos é de facto feita por Mécia Rodrigues que era filha de Leonor Rodrigues de Vasconcelos.



e ha dous filhos

Trata-se de MARTIM VASQUES DA CUNHA e de ESTEVÃO SOARES DA CUNHA, que segundo A.B. Freire eram os filhos mais velhos

de Vasco e Beatriz, não tendo ainda nascido em 1365 os outros cinco (123).

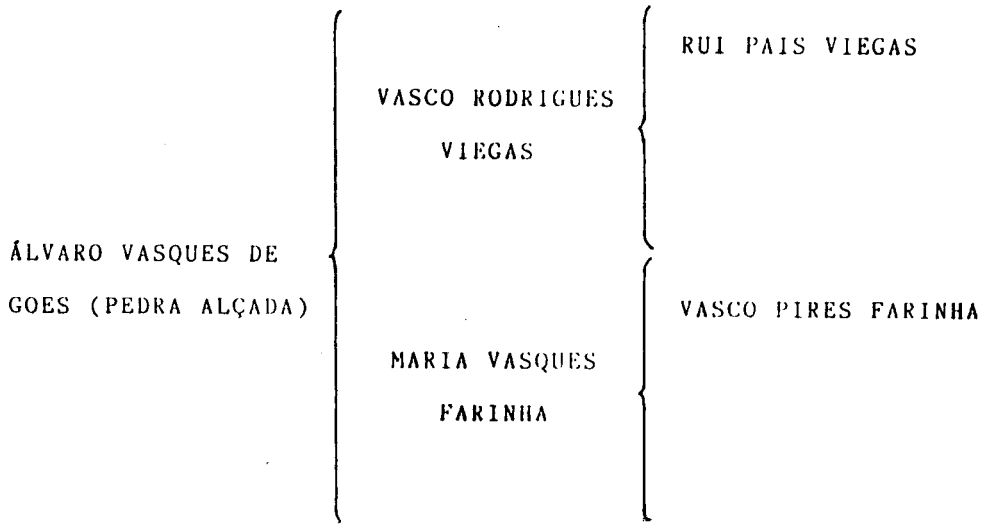


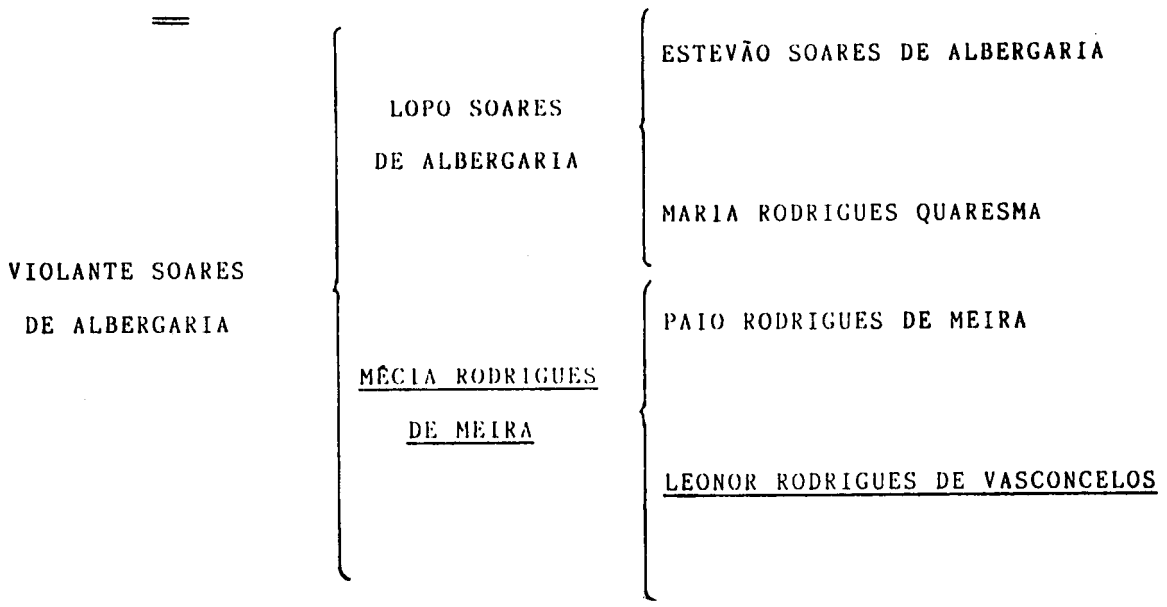
Item Alvaro Vaasquez de Gooes da parte da molher [dos] de Vasconcellos

ÁLVARO VASQUES DE GOES (124) é possivelmente filho de Vasco Rodrigues Viegas e de Maria Vasques Farinha, que viveu no tempo de D. Pedro, não se excluindo porém a hipótese de ser o seu tio, do mesmo nome (125), filho bastardo de Vasco Pires Farinha de quem voltaremos a falar. O que acima de tudo nos dificulta a sua identificação, é o facto de não conseguirmos encontrar o nome da mulher, que, seguindo a referência do Livro das Campainhas era aparentada com os Vasconcelos. Os Livros de Linhagens não lhes dão casamento, se bem que, do segundo,

digam que morreu sem descendência legítima. Um sobrinho do primeiro aparece na lista dos cavaleiros-escudeiros casado com uma senhora natural de Grijó, Branca Lourenço do Avelar. Um irmão do mesmo, Álvaro, casou com uma filha de Vasco Martins de Resende (126) que, como já se viu, estava também ligado à família patronal.

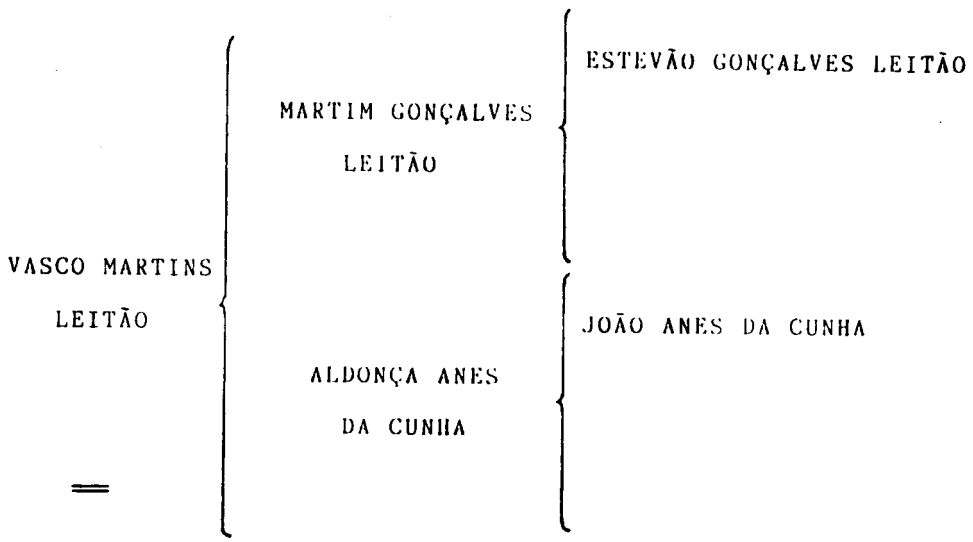
Uma última hipótese, a nosso ver bastante provável, é a de este Álvaro Vasques de Goes se identificar com o Álvaro Vasques que a 12 de Maio de 1360 via contadas por D. Pedro as suas quintas de Sacarabotão e Pedra Alçada (127). Era muito possivelmente irmão de Gonçalo Vasques de Pedra Alçada ou de Goes, escrivão da puridade de D. Pedro nos anos de 1357 a 1367 (128). Se assim for, seria, segundo Felgueiras Gayo (129), o primeiro marido de Violante Soares de Albergaria, ligada por sua mãe aos Vasconcelos (Vd. Árvore III).

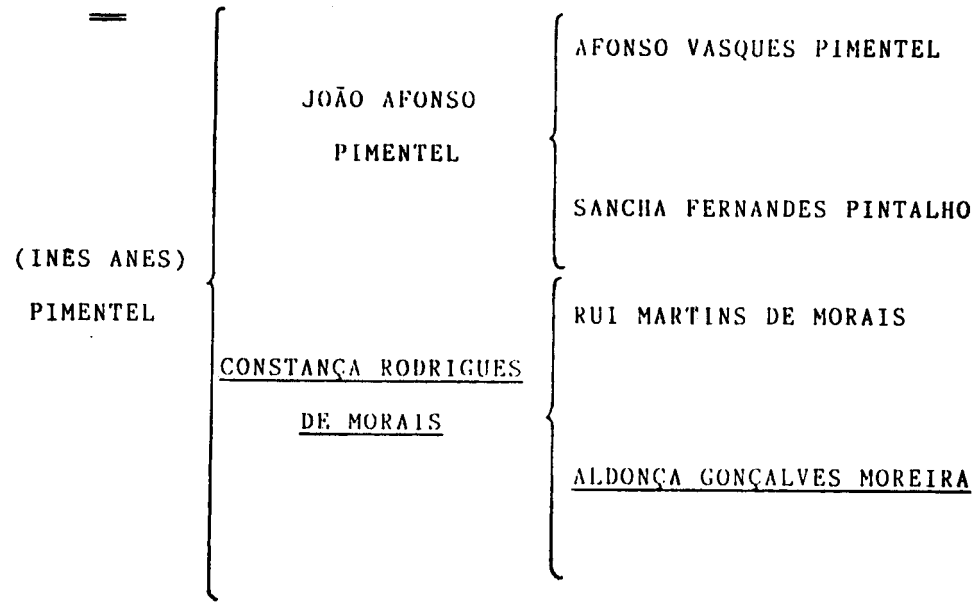




E de Vaasco Martinz Leitom da parte da molher que foy fylha de Johane Affonsso Piimentel

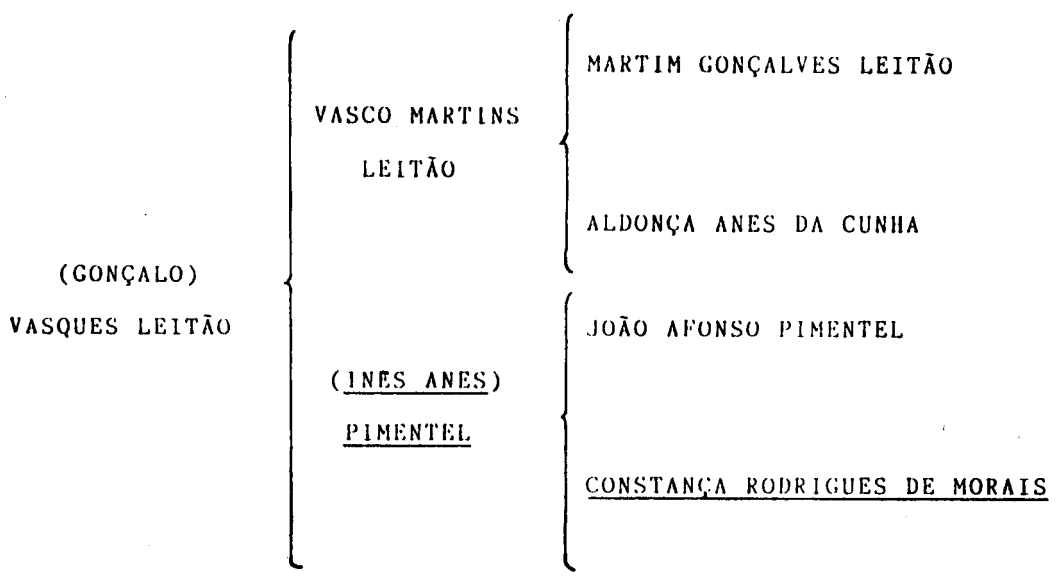
Sabemos que João Afonso Pimentel teve filhas, mas o Conde D. Pedro não lhes dá nome (130). Felgueiras Gayo diz que VASCO MARTINS LEITÃO casou com INÊS PIMENTEL filha de João Afonso (131).





e ha huum filho

GONÇALO (132) é o nome do primeiro filho do casal supra, dado por Felgueiras Gayo.

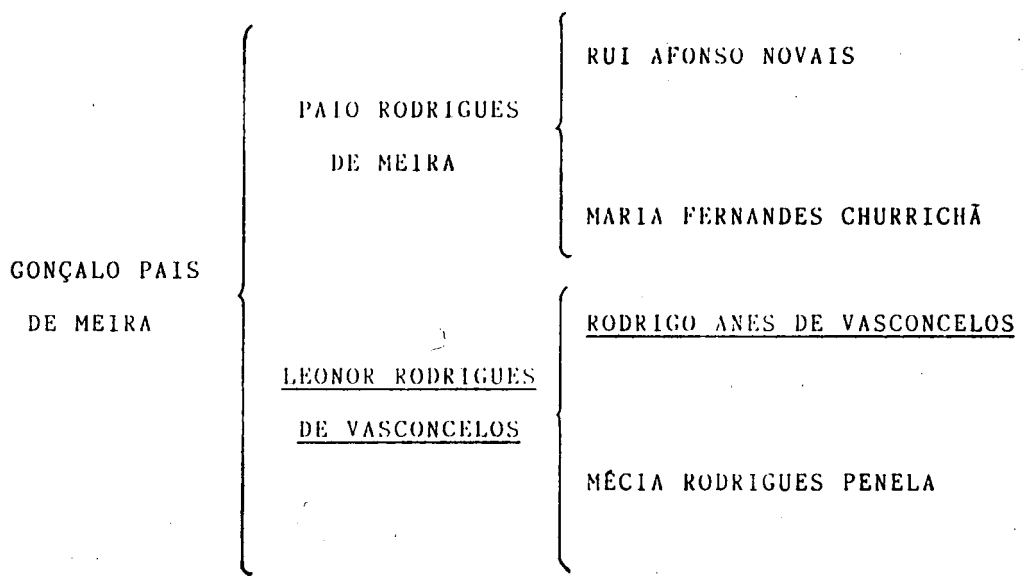


Item dous filhos e duas filhas que foram do dicto Johanne Affomsso e ham d'aver comeduras enteiiras

Quer o Conde D. Pedro quer Felgueiras Gayo, só dão a João Afonso três filhos, um filho e duas filhas. O filho é RODRIGO (133), uma das flhas foi referida acima, pelo que terá tido mais um filho e uma filha, que tem os mesmos costados de sua irmã Inês.

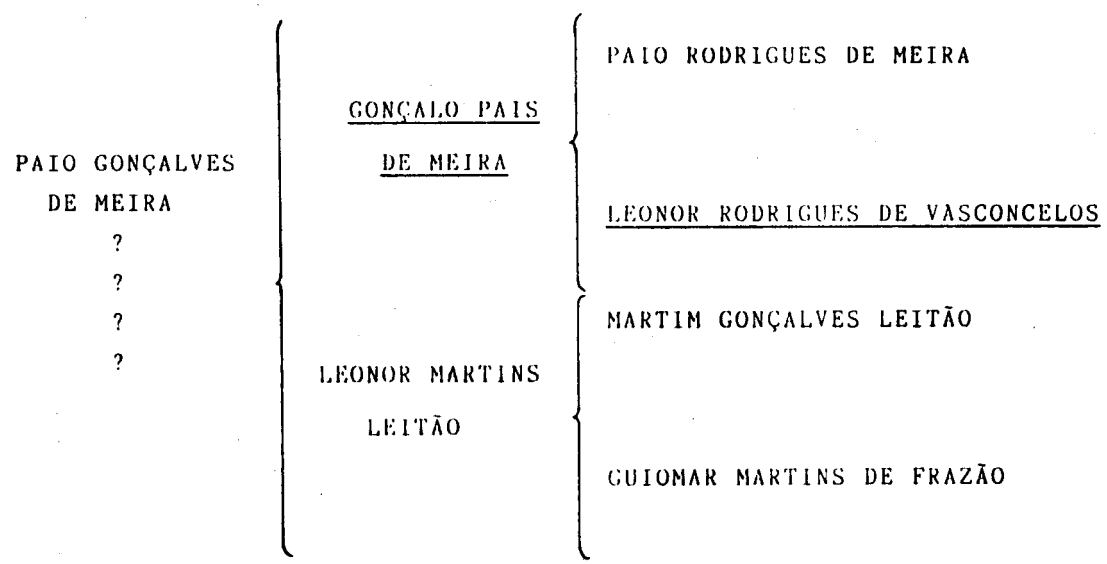
Gonçallo Paaez de Meira da parte de Vasconcellos

Efectivamente, GONÇALO PAIS DE MEIRA (134) estava ligado aos Vasconcelos por sua mãe Leonor Rodrigues de Vasconcelos.



Item ha tres filhos e duas filhas

O Conde D. Pedro só lhe dá um filho, PAIO GONÇALVES DE MEIRA (135), filho de Leonor Martins Leitão, irmã ou meia-irmã do Vasco Martins, atrás identificado.



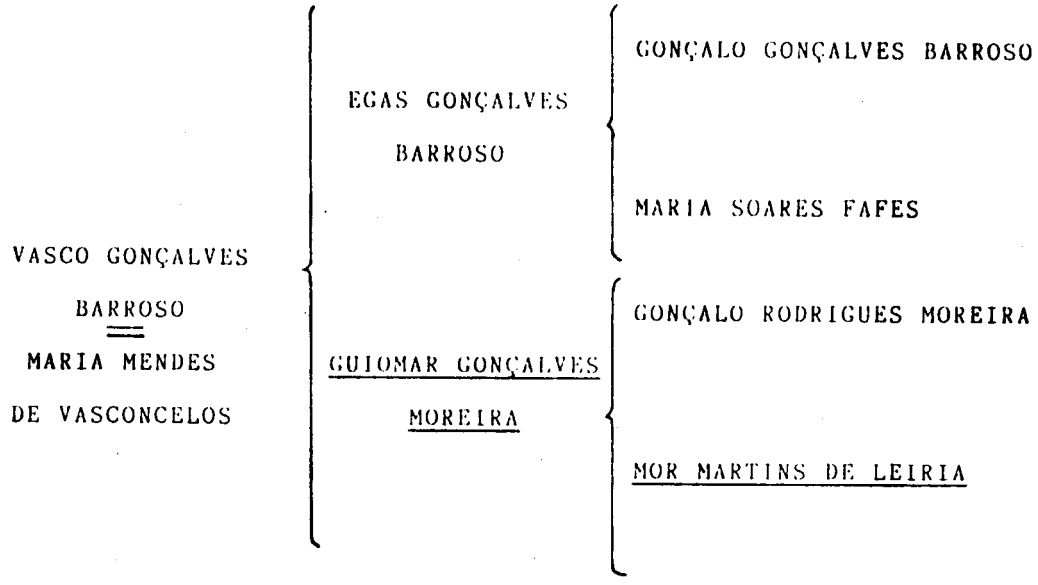
Item Diego Gonçallvez Cerqueira e dous seus filhos. Item ha quatro filhos. Item ha dous filhos e huum ha nome Diego Gonçallvez e outro Vaasco Gonçalvez e nom son liidimos

Não conseguimos por nenhuma forma identificar estes naturais, nem nos Livros de Linhagens nem em Felgueiras Gayo. Para além do próprio texto, que nos parece um pouco confuso, só podemos adiantar a hipótese de se tratar de descendentes de

Teresa Rodrigues de Vasconcelos e de Pero Rodrigues de Cerveira, com este último apelido trocado por Cerqueira. De qualquer forma, também não deixa de ser estranho que nos cavaleiros-escudeiros apareça a referência a um Gonçalo Pires Cerqueira com dois filhos ilegítimos. Seriam parentes?

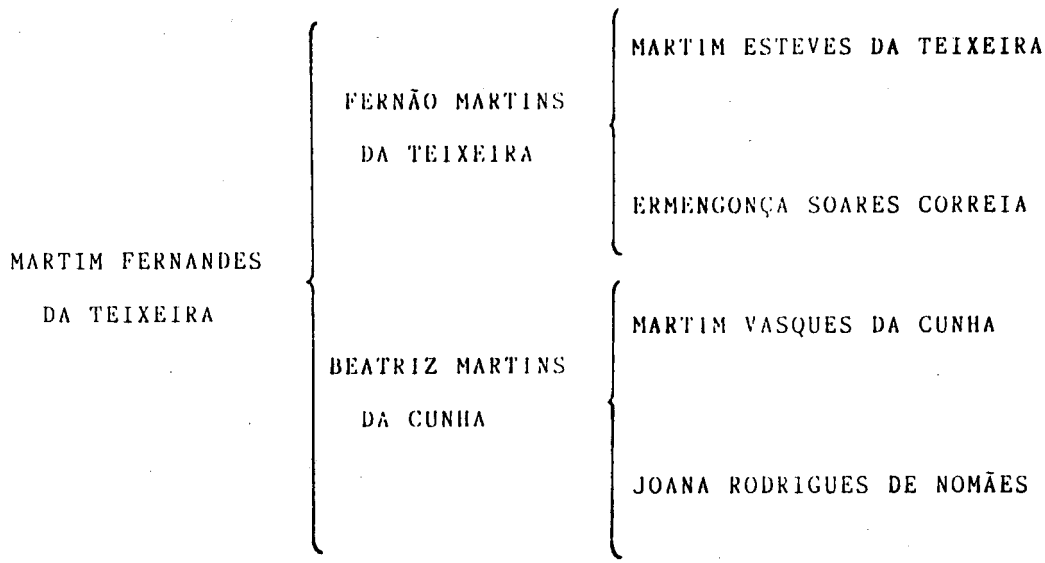
Item Vaasco Gonçallvez Barrosso da parte da molher

VASCO GONÇALVES BARROSO (136) era casado com Maria Mendes de Vasconcelos, filha de Mem Rodrigues de Vasconcelos. De qualquer forma, Vasco Gonçalves também estava ligado à família patronal por sua mãe.



Item Martin Ferrnandes da Teixeira ha hũa filha

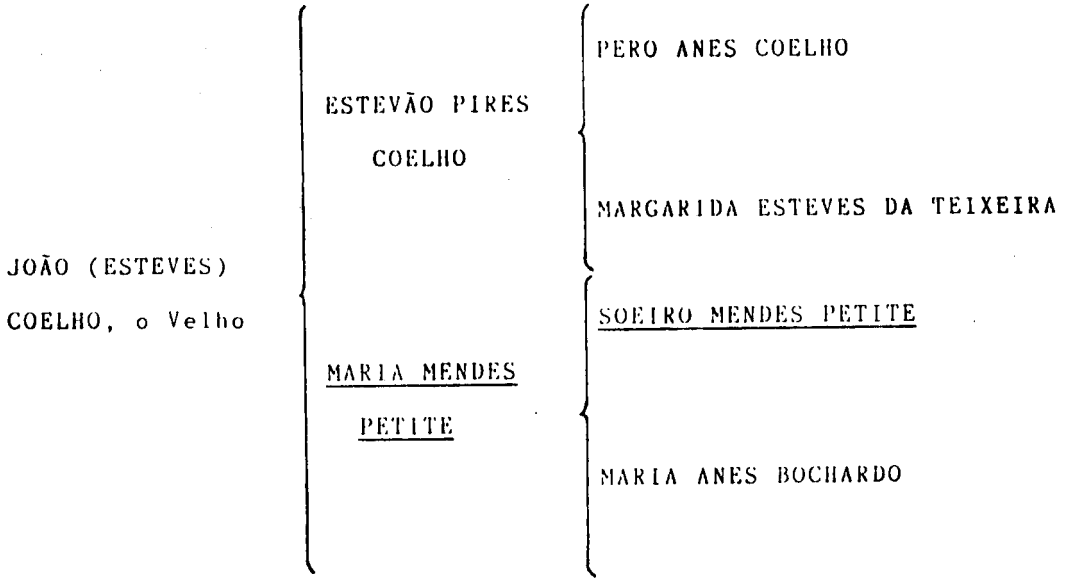
Quem era MARTIM FERNANDES DA TEIXEIRA (137) é questão a que não é difícil responder. O mesmo não acontece ao tentar ligá-lo à família patronal ou a identificar-lhe a filha. Por sua mulher não seria, porque Estevainha Pires de Beja, filha de Pero Esteves de Beja, mesmo sendo irmã de Estevão Mafaldo de Beja, não lhe podia transmitir a naturalidade que vinha a este pela mulher. Pelos pais de Martim também não, mesmo que uma irmã de sua mãe, Teresa Martins da Cunha, estivesse ligado a Grijó pelo marido. Quanto à sua filha não lhe sabemos o nome, e o próprio texto deixa ficar a dúvida se a comedoria é para os dois ou só para aquela.



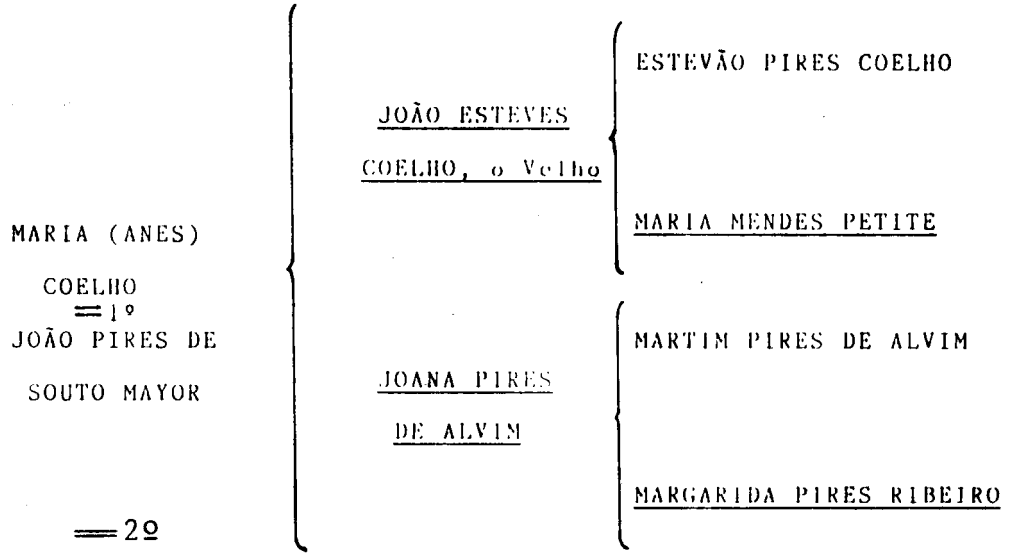
Item Joham Coelho o Velho

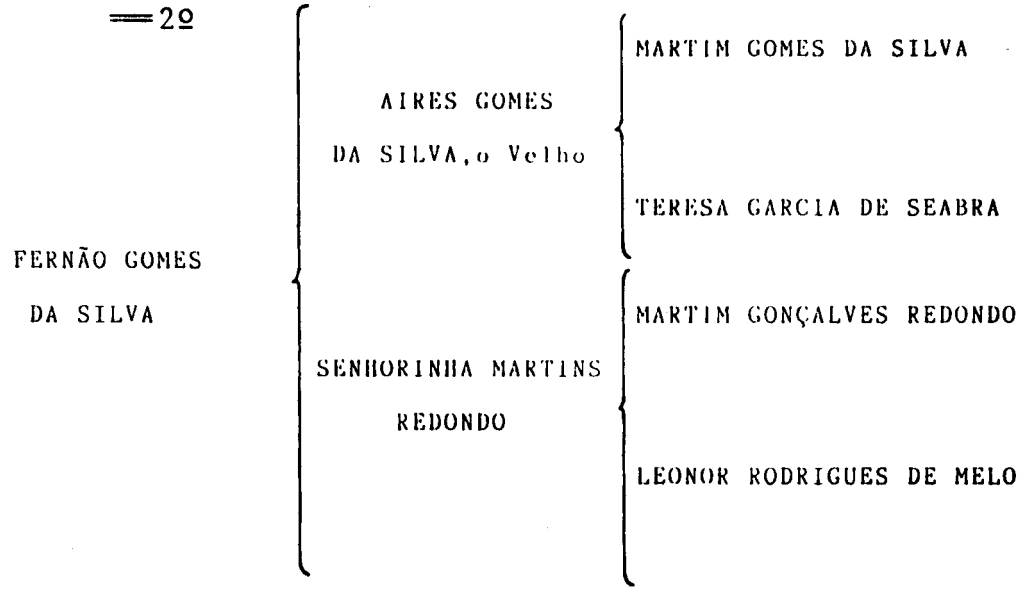
Trata-se seguramente de JOÃO ESTEVES COELHO (138), pai do João Coelho, o Moço, casado com Mor Mendes de Vasconcelos,

de que falamos anteriormente. A ligação dos Coelhos a Grijó vem através dos Ribeiros (139).



Item Maria Coelha sua filha que foy cassada com Joham Pirez de Souto Maiior e casou com Fernam Gomeez da Sylva





MARIA ANES COELHO (140) enviuvou de JOÃO PIRES DE SOUTO MAYOR, que não conseguimos identificar, casando com FERNÃO GOMES DA SILVA (141) e que julgamos ser o pai dos filhos abaixo referidos. A data deste segundo casamento era conhecida como anterior a 1377 (142), mas podemos agora situá-lo pelo menos doze anos antes.

e ha huum filho e hũa filha

Do filho não sabemos o nome e a filha, segundo Braancamp Freire (143) chamou-se BEATRIZ GOMES DA SILVA. Os costados deduzem-se dos acima Maria Anes e Fernão Gomes.

Item Gonçallo Pirez Alcofforado. Item Maria Ribeira sua hirmaa

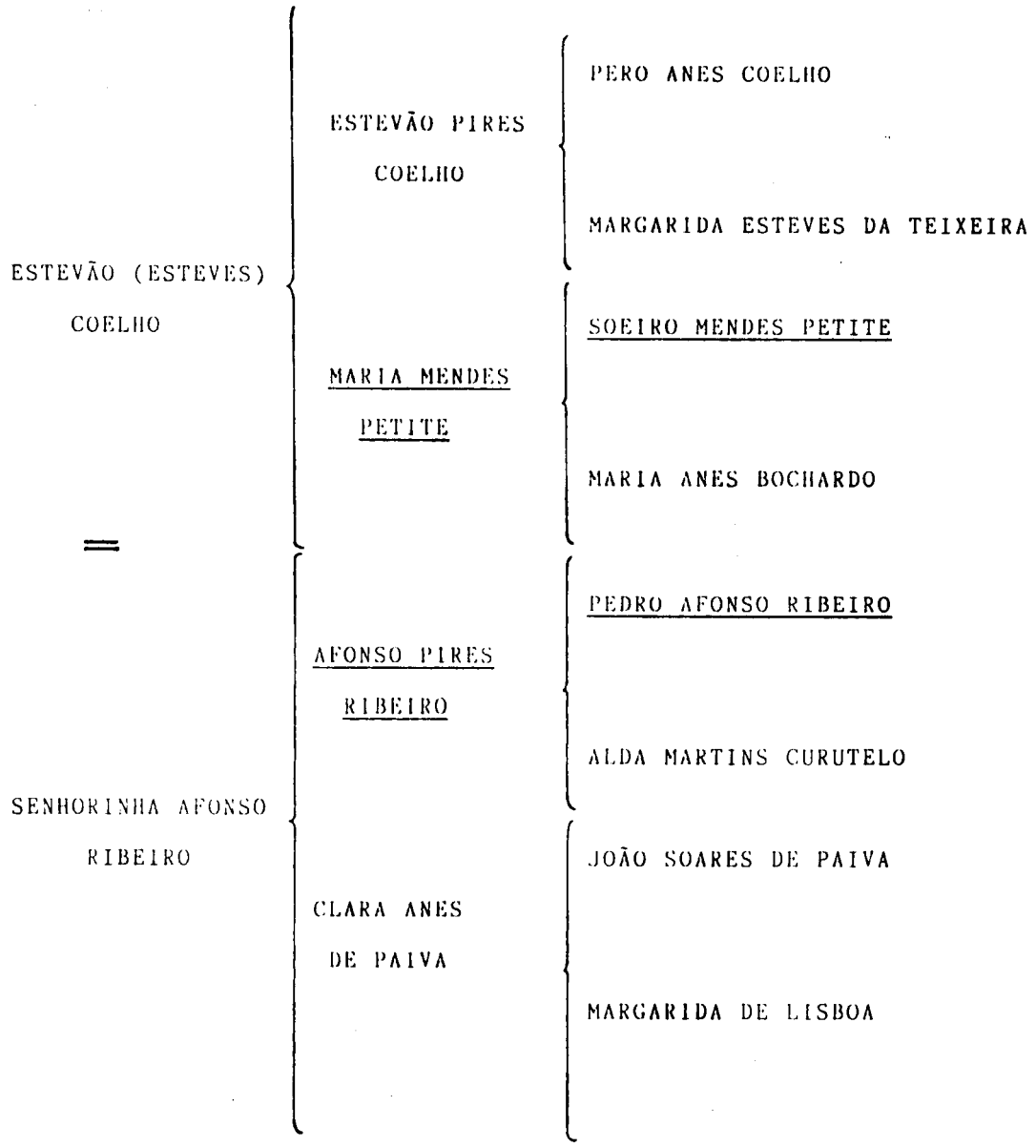
A GONÇALO PIRES ALCOFORADO (144) e à sua irmã MARIA RIBEIRA (145), vinham as comedorias por ligação aos Ribeiros e talvez daí se explique o apelido de Maria Pires, de quem o Con de D. Pedro só menciona o patronímico.

GONÇALO PIRES ALCOFORADO
MARIA RIBEIRA

- PERO MARTINS ALCOFORADO
  - MARTIM AFONSO ALCOFORADO
  - MARIA PIRES RIBEIRO
- MOR GONÇALVES CAMELO
  - GONÇALO MARTINS CAMELO
  - TERESA ANES DE PORTOCARREIRO

Item Stevam Coelho ha cinquo filhos

ESTEVÃO (ESTEVES) COELHO (146) é irmão de João Coelho, o Velho, atrás mencionado. Casou com Senhorinha Afonso Ribeiro, também da família patronal. Os costados dos filhos, de que não sabemos os nomes, são deduzidos dos dos pais.



Item Sueiiro Coelho

SOEIRO ESTEVES COELHO (147) é mais um irmão de João Coelho o Velho, pelo que os seus costados são idênticos aos daquele.

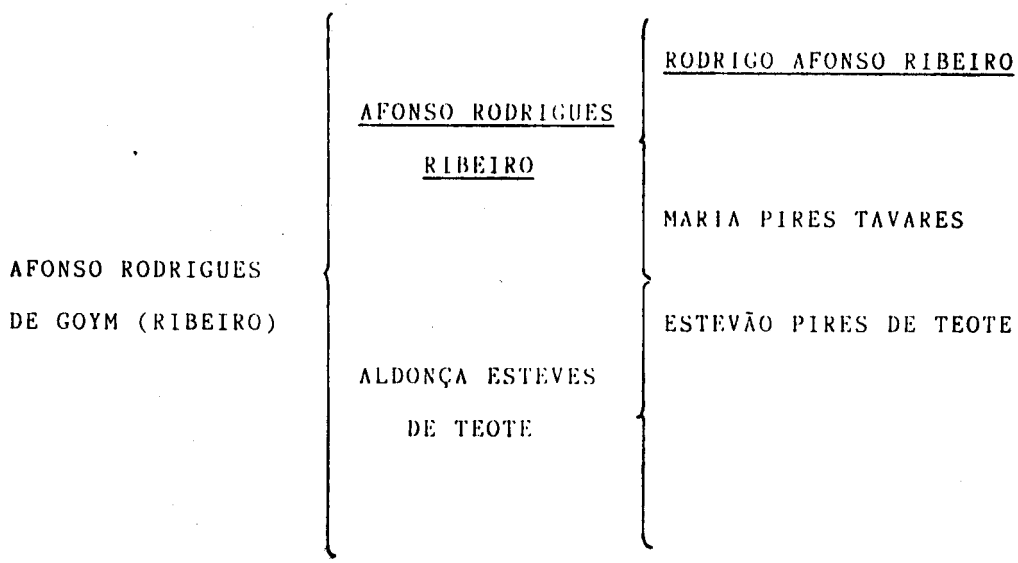
Item Tareija Rodriguez filha de Roy Vaasquez que cassou com Gonçallo Meendez

Sobre esta senhora veja-se o que ficou escrito a propósito de Gonçalo Mendes de Vasconcelos e onde se poderão também analisar os seus costados.

Item Affonso Rodriguez de Goiim e huum seu filho.
Item Sancha Martinz sua irmaa

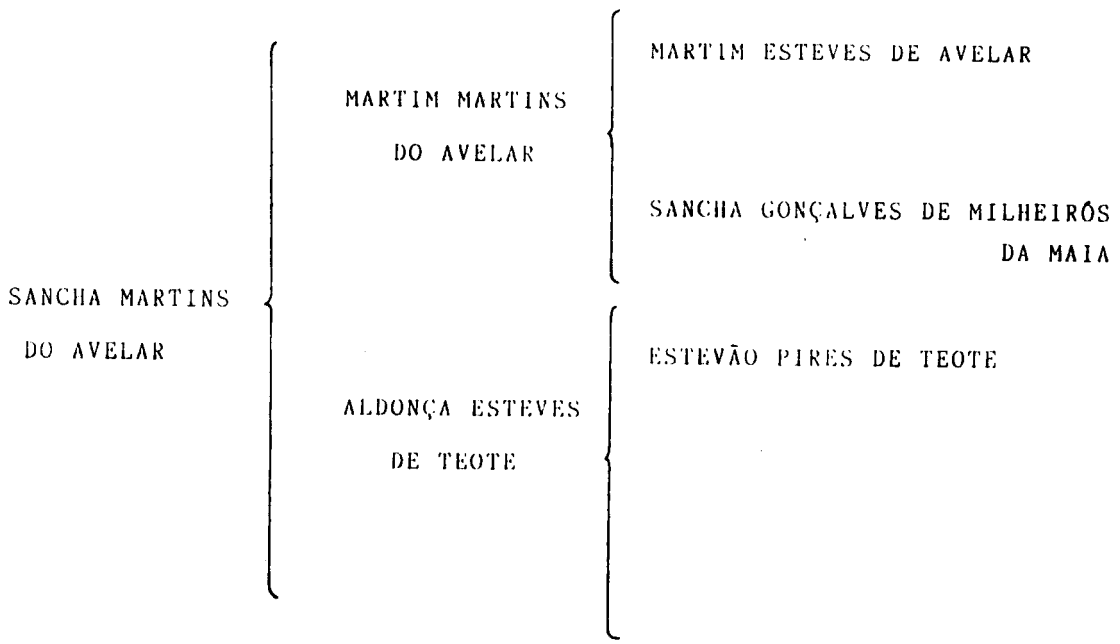
Estamos convencidos que este infanção pertence à família dos Ribeiros, neto de Rodrigo Afonso Ribeiro por seu pai Afonso Rodrigues Ribeiro, que não é referido nos nobiliários. A nossa hipótese baseia-se numa série de documentos ligados a questões de padroado de igrejas da Terra de Santa Maria, em que os filhos de Rodrigo Afonso exerciam violências sobre alguns templos a cujos direitos patronais seu pai tinha abdicado (148). Note-se que o Conde D. Pedro só lhe dá filhas (149). Por outro lado, em outro conjunto documental, um Afonso Rodrigues Ribeiro surge com sua mulher e seus filhos, um dos quais tem o nome do pai, e sua meia-irmã Sancha Martins a ceder certos direitos de padroado em igrejas da mesma zona em que Rodrigo Afonso também aparecera a fazer o mesmo tipo de doações (150). Para além disso, a cronologia dos documentos permite verificar esta sucessão de gerações (151). O nome Goym é com

toda a certeza um topónimo ou nome de propriedade usado como apelido, o que não é raro. Pode-se considerar elemento favorável a esta hipótese, o facto de num dos documentos referentes a Afonso Rodrigues Ribeiro I vir como confirmante Estevão Coelho que era parente de Rodrigo Afonso Ribeiro (152).



Sancha Martins meia-irmã (pela mãe) de Afonso Rodrigues Ribeiro II teria a comedoria porque o segundo casamento de sua irmã deverá ter sido com o Afonso Rodrigues Ribeiro I, que terá passado os seus direitos em Grijó aos filhos do primeiro casamento da mulher, Aldonça Esteves de Teote (153), com Martim Martins de Avelar. Repare-se, aliás, que a diferença de patronímicos entre os dois irmãos, se bem que não seja regra, é comprovativa do facto de os mesmos serem filhos de pais diferentes. Do filho de Afonso Rodrigues, nenhum documento nos

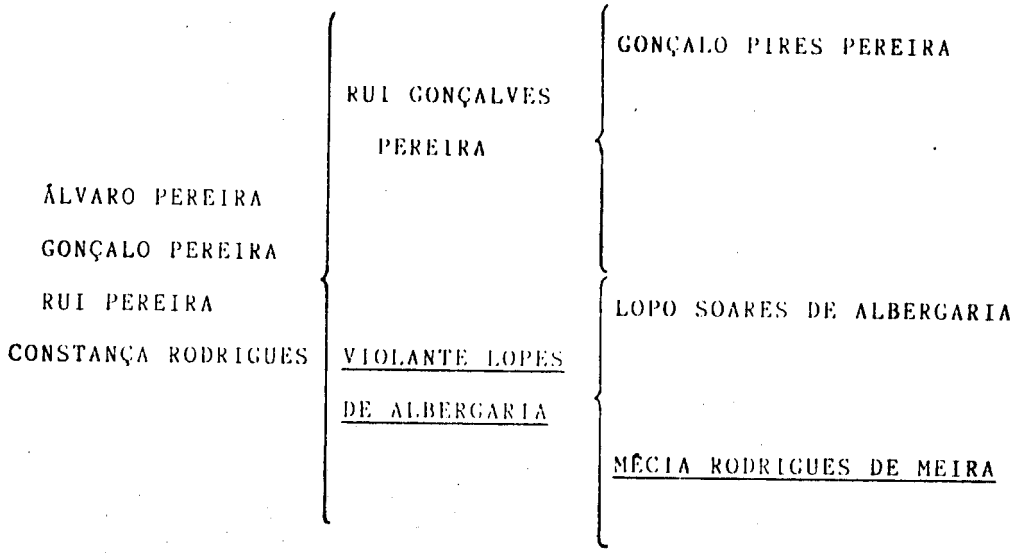
esclareceu o seu nome nem o de sua mãe.



Item Alvaro Pereiira. Item Gonçallo Pereiira. Item Roy Pereiira. Item Costança Rodriguez sua irmaa

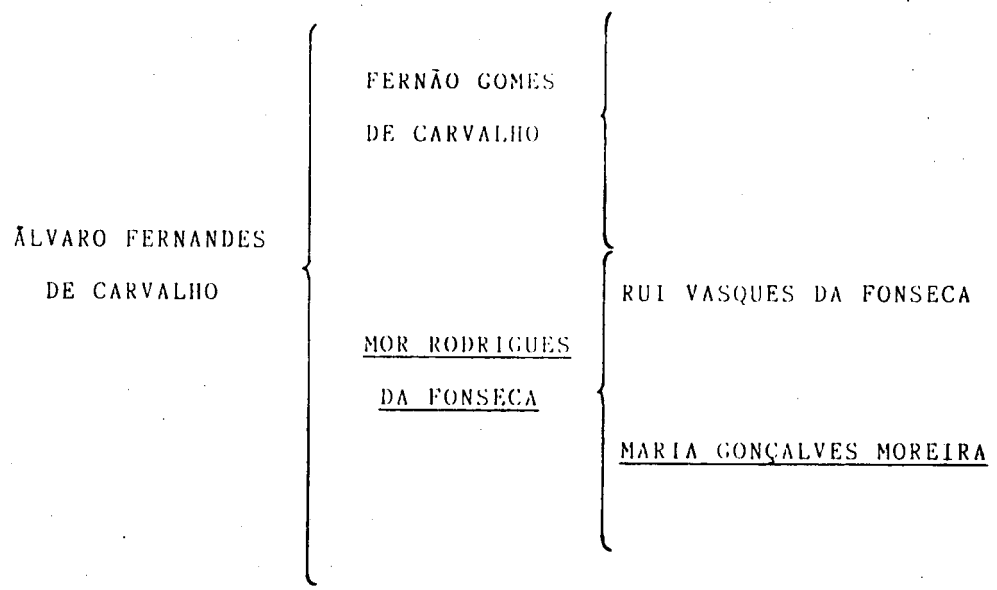
Estamos, pensamos nós, como o texto parece sugerir, perante quatro irmãos. Ao procurar nos nobiliários fomos encontrar a referência a um casal, Rui Gonçalves Pereira e Berengária Nunes Barreto, com vários filhos (Gonçalo, Álvaro e Rui Pereira) e filhas (de quem não referem os nomes) (154). Só que esse casal por nenhum dos seus ascendentes se ligava à família patronal. Berengária Nunes era filha do primeiro casamento de Nuno Martins Barreto que, em segundas núpcias se ligou

a Berengária Rodrigues Raposo, esta sim, ligada à família patronal. Não julgamos possível que os direitos de naturalidade tenham passado por esta união à filha do primeiro casamento. Segundo Felgueiras Gayo, Rui Gonçalves casou mais duas vezes, uma delas com Leonor Rodrigues de Alvelos, também ligada à família patronal (155). Segundo o mesmo autor, do casamento de Rui Gonçalves com Berengária Nunes entre muitos filhos, nasceu um Rui Gonçalves que casou com Violante Lopes de Albergaria directamente ligada à família patronal (156). Será também de aceitar a hipótese de que o Rui Gonçalves I se tenha casado quatro vezes e que os quatro irmãos Pereiras sejam filhos deste e de Violante Lopes? Também será difícil de a aceitar tendo contra ela a afirmação do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. De qualquer forma, a segunda é talvez mais aceitável, se tivermos em conta que o processo de transmissão de direitos não seria tão sinuoso como em relação à primeira.



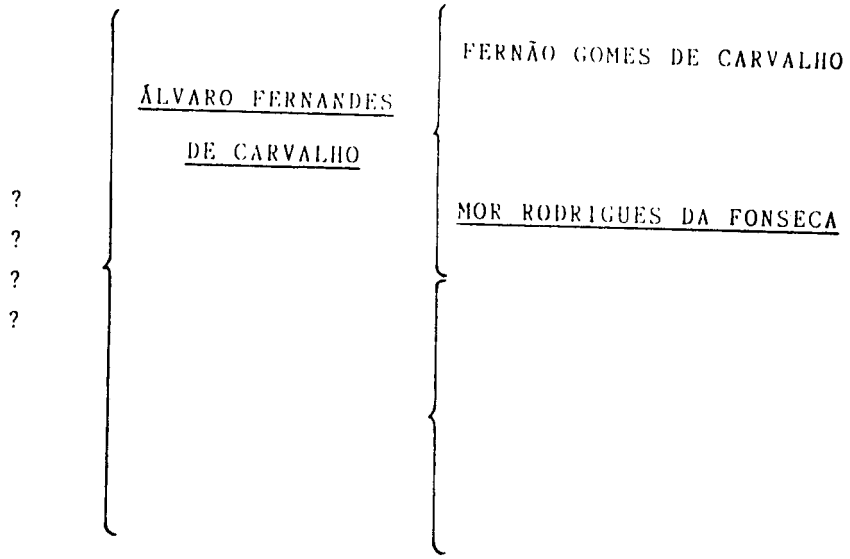
Item Alvaro Fernandez de Carvalho

Estamos convencidos que se trata de um filho de Fernão Gomes de Carvalho e de Mor Rodrigues da Fonseca que o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro aponta, sem porém referir nome nem casamento (157).



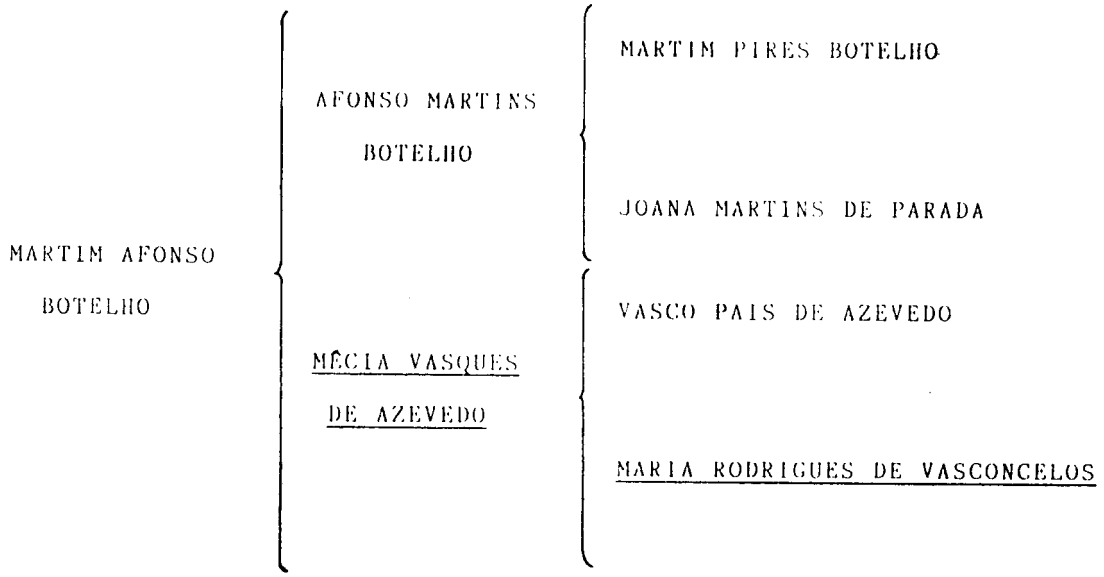
e quatro seus filhos e filhas

Como atrás dissemos, não conseguimos apurar o nome da mulher de Álvaro Fernandes, nem tão pouco de seus filhos.



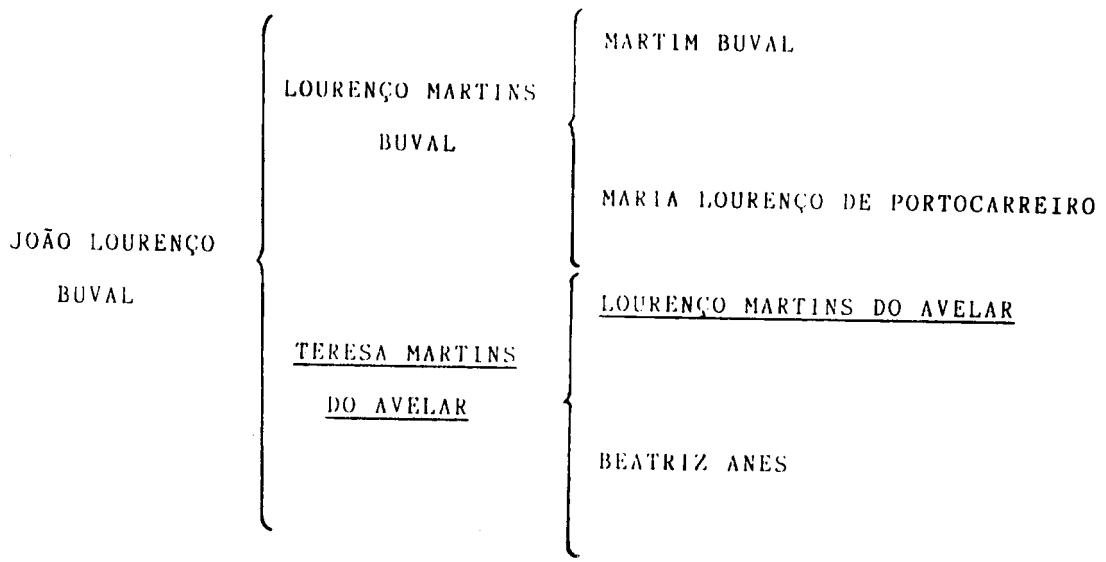
Item Martin Affonsso Botelho. Item dous seus filhos

MARTIM AFONSO BOTELHO (158) era neto de Maria Rodrigues de Vasconcelos, daí lhe vindo a naturalidade. Quem fosse sua mulher, ou o nome dos seus fihos é coisa que não conseguimos apurar.



Item Joham Lourenço Buval ha tres filhos e filhas da outra molher e desta molher hũa filha

No processo de identificação de JOÃO LOURENÇO BUVAL (159) levantaram-se duas questões. A primeira diz respeito aos seus dois casamentos e respectiva descendência que não conseguimos apurar. A segunda refere-se ao facto de João Lourenço aparecer nos infanções e não nos cavaleiros-escudeiros. Expliquemo-nos. A naturalidade vem-lhe, em nossa opinião, por sua mãe, Teresa Martins do Avelar. Ora, como veremos a seguir, todos os Avelares que se encontram nesta lista vêem naquele último grupo. Ou uma das mulheres, que não identificamos, o coloca nos infanções, ou então trata-se de uma mercê do rei D. Pedro I, que assim teria querido beneficiar um seu fiel criado (160), e que o nosso texto podia ter omitido.



Soma de todos estes infançoes son cento e seiis e son ende os cincoenta e huum que ham d'aver comeduras enteiiras e os cincoenta e cinquo son que ham d'aver o terço.

Item outros cavalleiros e escudeiiros gerrados(?) Primeiramente Lourenço Martinz do Avellal filho que foy do Mestre d'Avis per ben fazer.

Legitimado por D. João I em 1387 (161), LOURENÇO MARTINS DO AVELAR era filho do mestre da Ordem de Aviz, D. Martinho do Avelar, que pensamos ser o filho de Martim Esteves do Avelar referido pelo Conde D. Pedro como Martim do Avelar (162). Se seu pai, Martim Esteves, tivesse sido mordomo de João Fernandes de Lima, o Bom (163), que viveu no primeiro quartel do século XIII, isso seria difícil de aceitar, mas de quem ele foi mordomo foi de João Fernandes de Lima, Pão Centeio, casado com Maria Anes de Aboim e que viveu nos finais daquela centúria e princípio da seguinte (164). Desta forma, já é cronologicamente admissível aceitar como pai do Mestre d'Aviz o Martim Esteves do Avelar que teve, aliás, outro filho ligado a uma Ordem Militar, João, freire de Santiago (165).

No entanto, a ligação dos Avelares à família patronal é muito confusa, como a seu tempo se verá (166). Julgamos que é a este Lourenço Martins e não a outro do mesmo nome (167), que

se refere um documento de D. Pedro e em que se afirma estar casado com Sancha Dias, neta de Estevão da Guarda (168). Pela carta de legitimação fica-se a saber que o Mestre d'Aviz teve este filho em Mor Mendes, mulher casada, que também entendemos ser mãe da Branca do Avelar, abaixo. A referência do texto do Livro das Campainhas — per ben fazer — entende-se como forma de suprir à bastarida do "natural" que por isso perderia os direitos de comedoria, ou referir-se a uma eventual adopção.

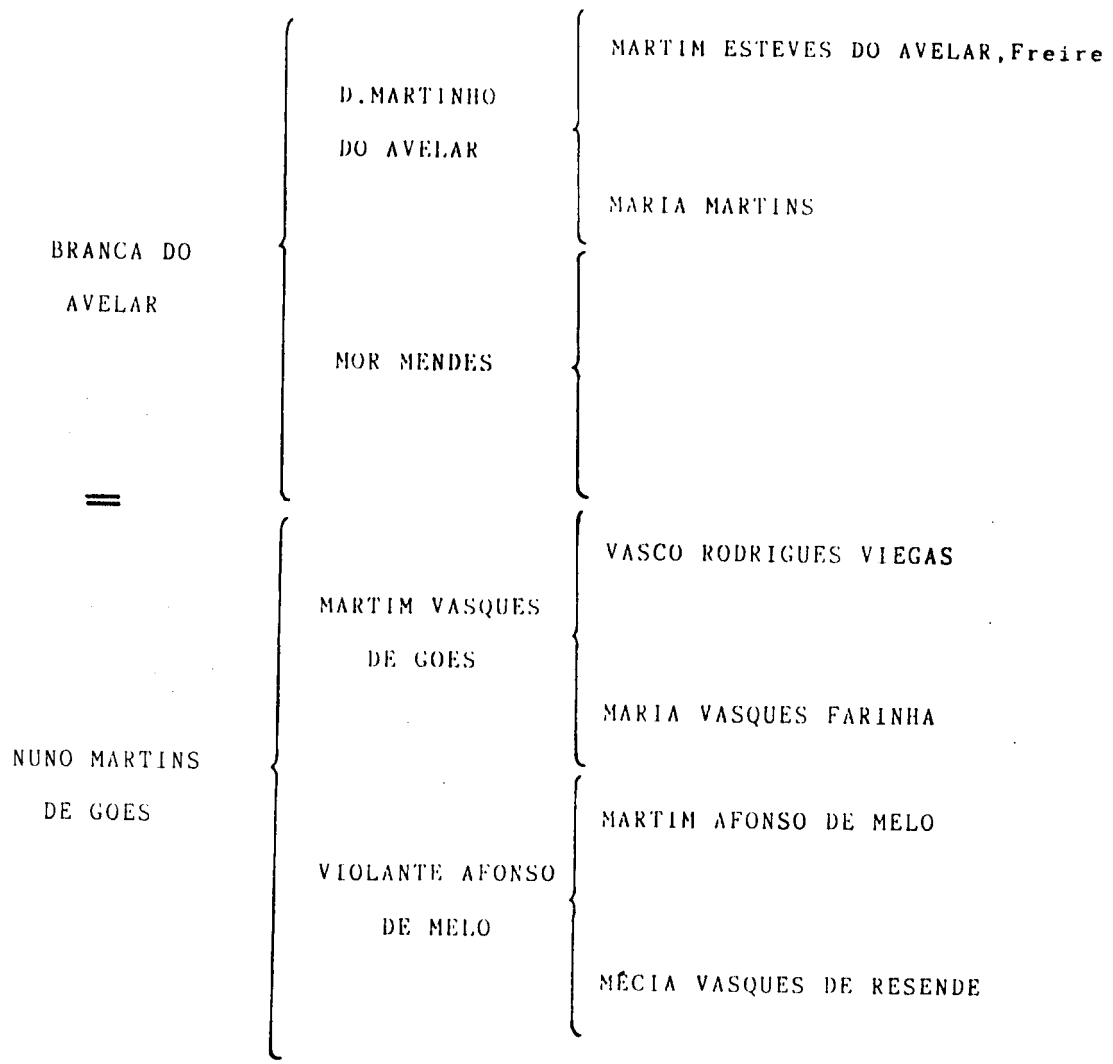
LOURENÇO MARTINS DO AVELAR

- D. MARTINHO DO AVELAR
  - MARTIM ESTEVES DO AVELAR, Freire
  - MARIA MARTINS
- MOR MENDES

Item sua hirmaa Branca do Avellal molher de Nuno Martinz de Gooes. Item hũa filha e huum filho

BRANCA DO AVELAR estava já casada com NUNO MARTINS DE GOES em 1357 (169). Provavelmente era também filha de Mor Men

des. Não conseguimos apurar o nome dos filhos, cujos costados se deduzem dos pais.

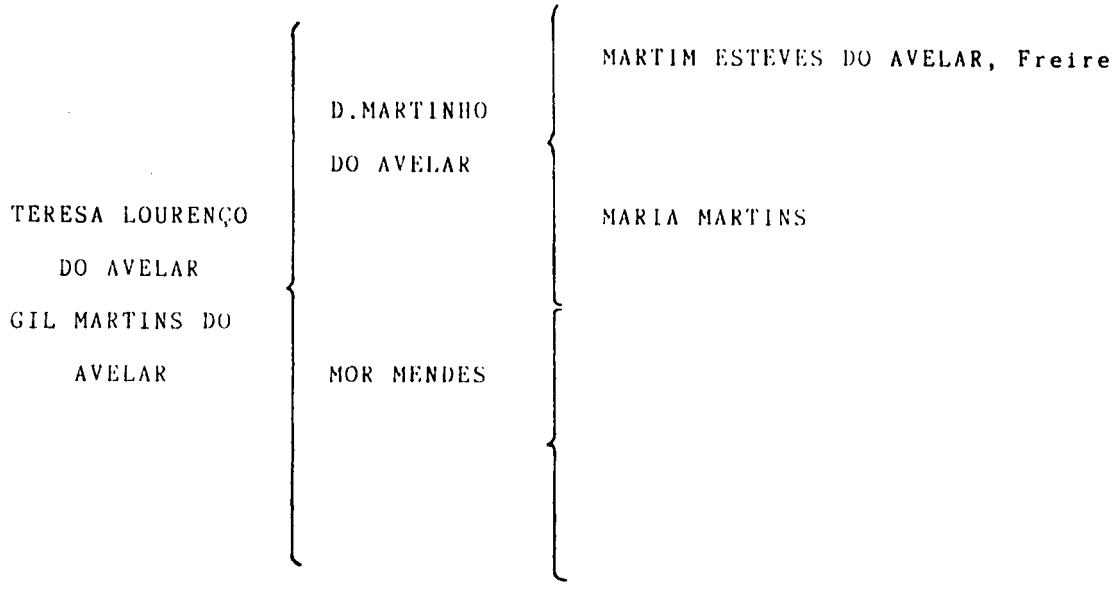


Item Tareija Lourenço do Avellal

Item Gil Martinz do Avellal

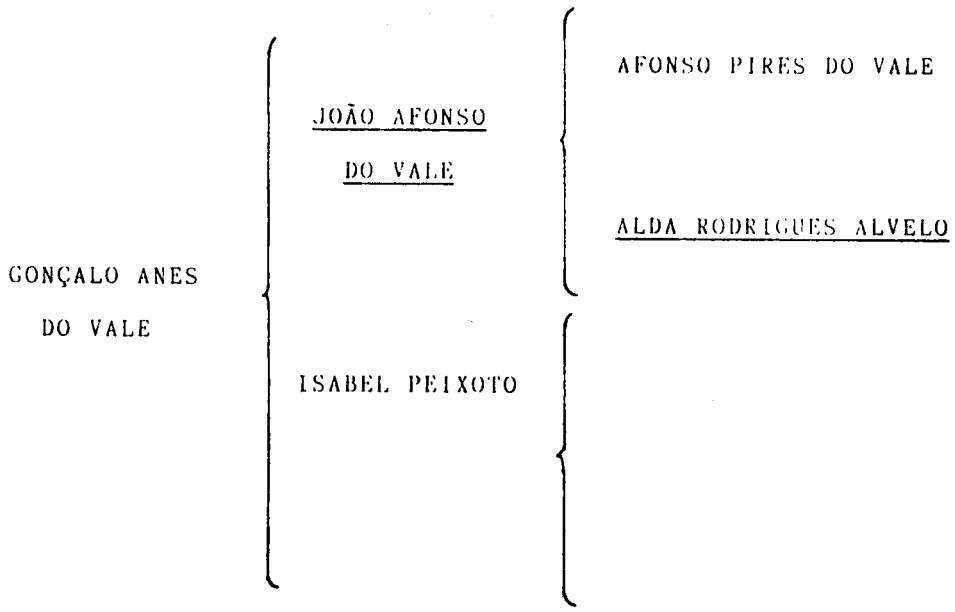
É de admitir que estes dois "naturais" sejam, ou filhos do Mestre d'Aviz ou de seu filho Lourenço Martins. No entan-

to, inclinamo-nos mais para a primeira hipótese, já que aqueles que, no nosso entender, são filhos de Lourenço, surgem noutro ponto do texto, e se fossem todos irmãos não haveria razão aparente para os separar.



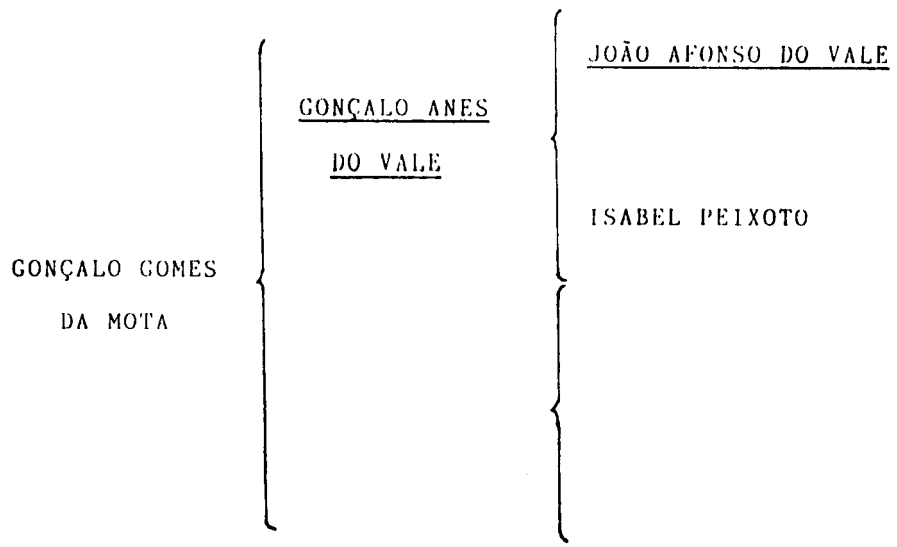
Item Gonçallo Annes do Valle escudeiro

Segundo Felgueiras Gayo (170), GONÇALO ANES DO VALE seria filho de João Afonso do Vale e de Isabel Peixoto. Não nos repugna aceitar esta ligação, já que ela é de certa forma justificada pela presença deste escudeiro na lista de comedores. De facto, estava ligado à família patronal através de seu pai.



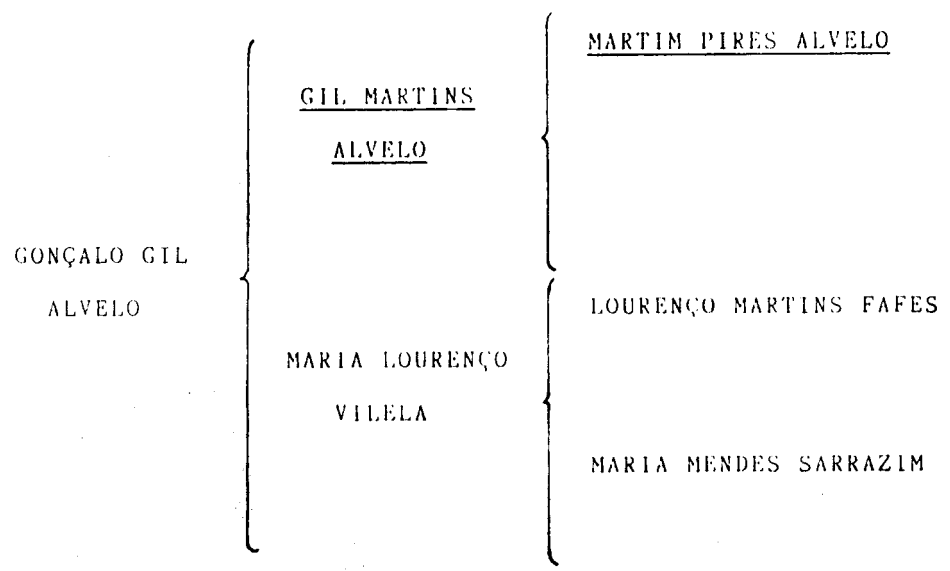
Item huum filho que a nome Gonçalo Gomeez da Mota escudeiro

Não duvidando da afirmação do Livro das Campainhas, não deixamos de estranhar, quer o patronímico, quer o apelido do filho de Gonçalo Anes do Vale e que, no nosso entender, se deverão entender como opção pelos patronímico e apelido maternos. Não sabemos com quem casou Gonçalo Anes, mas poderia, talvez, ser uma filha de Gomes Fernandes da Mota que sabemos ter casado (171). Não passará, no entanto, de uma simples hipótese de identificação.



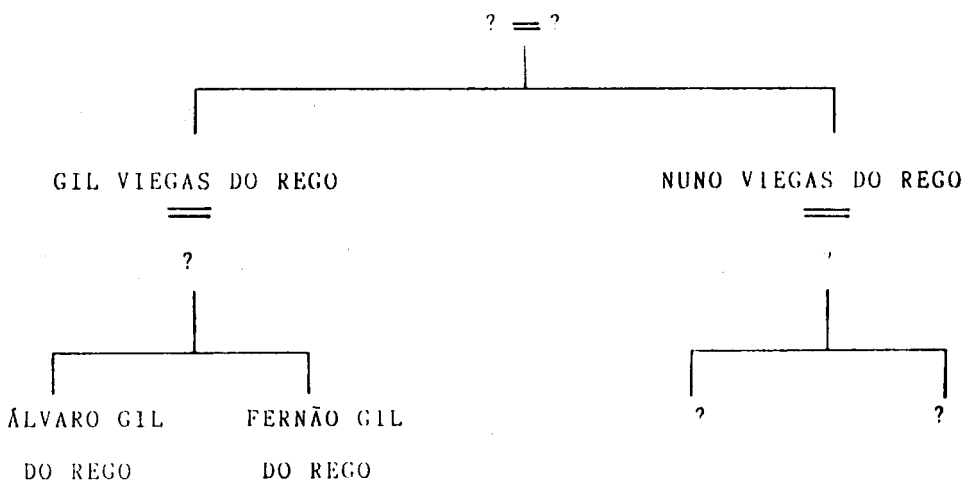
Item Gonçallo Gil Alvello

Identificamo-lo como filho de Gil Martins Alvelo tendo apenas como base o patronímico e apelido. De qualquer forma, esta ligação integra-o perfeitamente na família patronal.



Item Alvaro Gil filho de Gil Veegas do Rego da parte da madre. Item da parte de madre Fernam Gil. Item Nuno Veegas do Rego cavalleiiro. Item huum filho e hũa filha.

Não conseguimos identificar nenhum destes naturais. O texto do Livro das Campainhas, inclusivé, não permite afirmar se a comedoria é transmitida pela mãe do Álvaro Gil ou do Gil Viegas, já que, se o Nuno Viegas é irmão deste último, como os patronímicos podem sugerir, aquela hipótese é perfeitamente válida.

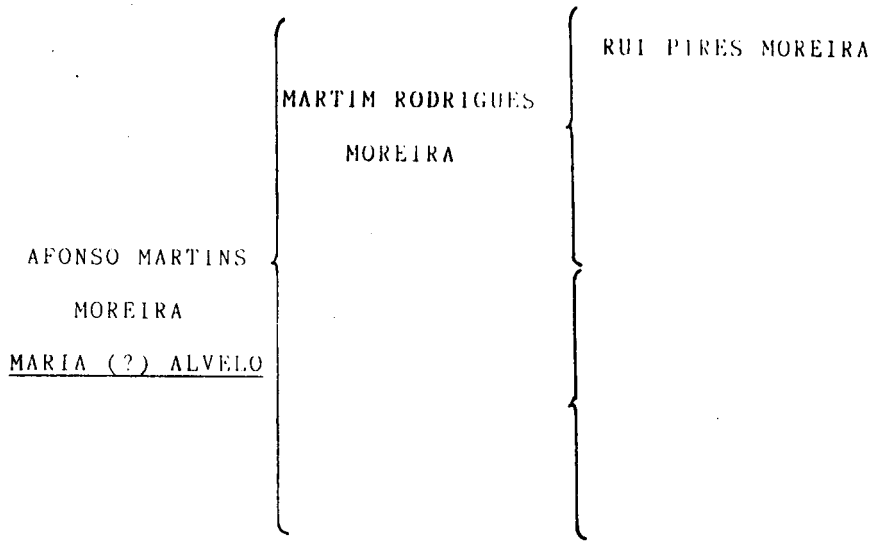


Da mãe de Álvaro Gil nada sabemos, mas pode ser que a de Gil e Nuno Viegas seja uma Inês Dias do Rego casada com Nuno Viegas Curutelo (172), família que, por mais de uma vez, se

uniu à família patronal de Grijó (173). Se esta filiação estiver correcta seriam irmãos de Leonor Viegas do Rego que, segundo Felgueiras Gayo (174), era a mulher de Diogo Gomes de Abreu, um dos infanções comedores em Grijó.

Item Affomso Martinz Moreiira da parte da molher de Pedro Alvello

O texto do Livro das Campainhas é neste passo um pouco confuso, uma vez que nos parece pouco provável que Afonso Martins fosse receber a comedoria pela mulher de outro indivíduo, mesmo atendendo ao facto de ele ser da família patronal (175). A interpretação que nos parece correcta é a de que a comedoria vinha a Afonso Martins por sua mulher, que era "de Pedro Alvello", ou seja, da sua linhagem, ou mesmo pondo a hipótese de o escriba ter omitido a palavra filha ou até neta. De facto, se os Livros de Linhagens referem que Pedro Alvelo teve vários filhos, nomeando apenas dois (176), também é verdade que um deles, Martim Pires, teve vários filhos, entre os quais dois, cujos nomes os mesmos Livros registam (177). Assim a mulher que Felgueiras Gayo diz chamar-se Maria (178), podia ser filha ou neta de Pero Alvelo. Explicar-se-ia deste modo a referência do Livro das Campainhas que, aliás, o mesmo autor refere (179).



Item Rodrigue Annes de Fornos da parte da molher hũa filha

Não conseguimos identificar este natural.

Item Fernam Machado. Irmaaos e sobrinhos de Fernam Paaez. Item Branca Paaez sa molher. Item Vaasco Rodriguez. Item Micia Rodriguez. Item Fernam Gonçallvez Machados da parte de Miicia Ferrnandes saa madre. Item Gonçallo Ferrnandes.

Estamos perante um grupo de naturais que, segundo nos parece, pertencem todos à mesma família. Mas os Machados não foram honrados pelo interesse do Conde D. Pedro (180), pelo

que a sua identificação é difícil. Felgueiras Gayo tentou reconstruir a família (181) mas, como é natural no autor, sem referir os critérios ou fontes que seguia. Dos Machados estudados por Pedro de Azevedo (182), também não conseguimos retirar elementos que nos pudessem ajudar. Assim sendo, só podemos tentar explicar a afirmação inicial de que todos serão parentes entre si. Podemos admitir que o Fernão Machado se identifique com o Fernão Pais referido logo a seguir. Todavia, pelo que apuramos de Felgueiras Gayo e de Pedro d'Azevedo, o nome Paio e respectivo patronímico não é comum naquela família, mas poderia ser da mãe de Fernão Machado. De facto, ao contrário do que pretende Felgueiras Gayo, não deverá ser Maria Rodrigues de Vasconcelos, pois a ser assim todo este conjunto estaria no grupo dos infanções. Uma segunda hipótese é que o FERNÃO MACHADO aqui referido, se identifique com um Fernão Anes que Felgueiras Gayo refere como filho de João Fernandes Machado (183) e de Maria Rodrigues de Vasconcelos. Já vimos, no entanto, que este casamento era pouco provável. A ter o patronímico Pais por sua mãe, desconhecida por nós, estaria casado com Leonor Pais que Felgueiras Gayo diz ter comedoria em Grijó (184). Leonor foi seguramente mal lido por Branca, como diz o documento. Irmãos e sobrinhos de Fernão Pais poderão ser o Vasco e a Maria Anes, que aquele autor dava como irmãos do Fernão Anes, com os seus filhos (185). VASCO RODRIGUES e MÉCIA RODRIGUES poderão ser filhos de Rodrigo Esteves Machado, primo-direito de João Fernandes, muito embora Felgueiras Gayo

lhes dê nomes diferentes (186). FERNÃO GONÇALVES MACHADO filho de MÉCIA FERNANDES, e que julgamos irmão de GONÇALO FERNANDES podem ser, como afirma Felgueiras Gayo, filhos de Gonçalo Fernandes Machado, irmão de João Fernandes (Vd. Árvore VI) (187).

Trata-se de uma simples hipótese, que a própria sequência do texto do Livro das Campainhas abona, e se pode admitir como lógica.

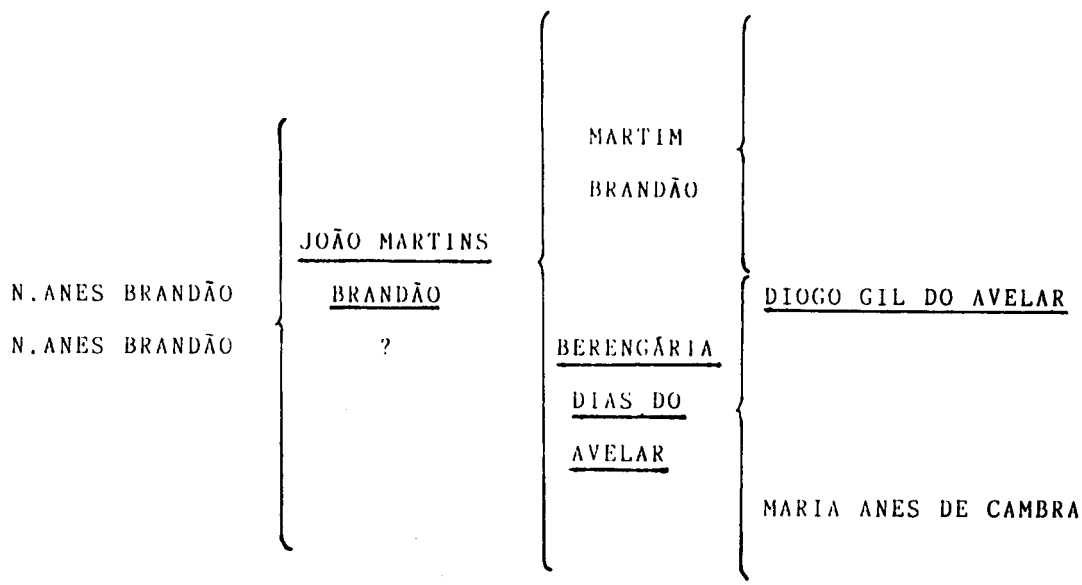
> Item Lopo Diaz do Rego da parte de sua molher ha hũa filha

Não identificamos este natural que, de algum modo deverá estar aparentado com os outros elementos desta família já anteriormente referidos. De qualquer forma, serve este passo do Livro das Campainhas para demonstrar que os Regos surgem ligados ao mosteiro, apenas por via feminina.

> Item Joham Brandom e duas filhas. Item Fernam Martinz sa irmaa (sic). Item Biriinguella Diaz sua madre

JOÃO MARTINS BRANDÃO e FERNÃO MARTINS BRANDÃO eram filhos de Martim Brandão e de BERENGÁRIA DIAS DO AVELAR. O Conde D. Pedro refere este casal afirmando que tiveram filhos e

filhas, não referindo porém os seus nomes (188). Quem fosse a mulher de João Martins ou o nome dos seus fihos, é coisa que ignoramos. Os costados de João Martins são idênticos aos de seu irmão João.



Item Martim Annes d'Alcaro o Moço. Item Sueire Eannes

Provavelmente irmãos, não conseguimos apurar quem fossem.

Item Gonçallo Pirez Cerqueiira e dous seus filhos non liidimos

Mais um Cerqueira, desta vez nos cavaleiros-escudeiros

ao contrário dos seus possíveis parentes, nos infanções. Também o não conseguimos identificar.

Item Gonçallo Peixoto cavalleiro. Item huum seu filho

É possível que seja o GONÇALO ANES PEIXOTO, referido pelo Conde D. Pedro, que tinha uma irmã casada com um Alvelo (189). De qualquer forma não sabemos como ligá-la à família patronal, nem o nome da mulher ou do filho.

Item Gil Estevez d'Outiiz. Item hũa sua filha

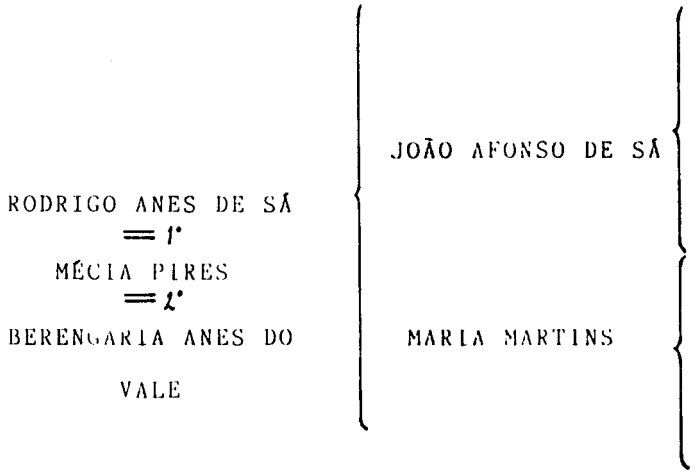
É provável que GIL ESTEVES D'OUTIZ fosse descendente de Gomes Nunes d'Outiz, o único desta família referido pelo Conde D. Pedro (190), e pelo casamento ligado aos Coelhos, Cunhas e Portocarreiros que como se viu, tinham ligações a Grijó, mas as relações são demasiado indirectas para que se possa reconstituir o nexo com alguma segurança. Também não sabemos com quem casou nem o nome da filha.

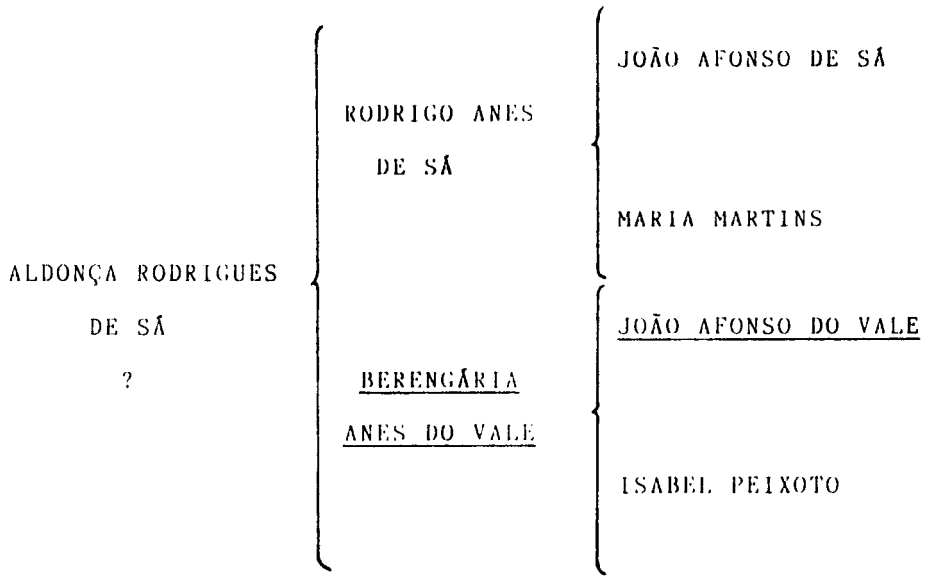
Item Rodrigue Annes de Saa cavalleiiro e sua molher. Item duas suas filhas. Item Joham Rodriguez seu filho doutra molher

RODRIGO ANES DE SÁ, alcaide de Gaia e seu filho JOÃO RODRIGUES DE SÁ, o das Galés, são figuras bem conhecidas, mas nem por isso é fácil entroncá-los na família patronal, já que a ascendência de Rodrigo Anes é muito nebulosa. De qualquer forma, era pelo seu pai ou pela mãe que lhe vinha a comedoria, uma vez que o Livro das Campainhas mais à frente também refere a sua irmã Senhorinha Anes de Sá.

O problema, porém, consiste em poder entroncar os ascendentes na família patronal. Eram filhos de João Afonso de Sá e de Maria Martins (191). Desta não se sabe o apelido, mas deverá ser por ela que se faz a ligação, já que uma irmã de Rodrigo, Senhorinha Anes, que também vem neste grupo de cavaleiros, é referida como natural. Os casamentos de Rodrigo Anes foram: o primeiro, com Mécia Pires, talvez dos Avelares (Vd. Árvore IX), de quem nasceu João Rodrigues de Sá, "o das Galés"; o segundo, com BERENGÁRIA ANES DO VALE, ligada à família patronal (Vd. Árvore II), e de quem nasceu ALDONÇA RODRIGUES, abadessa de Rio Tinto, e outra filha de quem não soubemos o nome (192).

Como não são conhecidos os ascendentes de Mécia Pires, damos em seguida apenas os costados dos filhos de Rodrigo e Berengária Anes, já que os do Senhor das Galés se deduzem facilmente dos abaixo apontados.



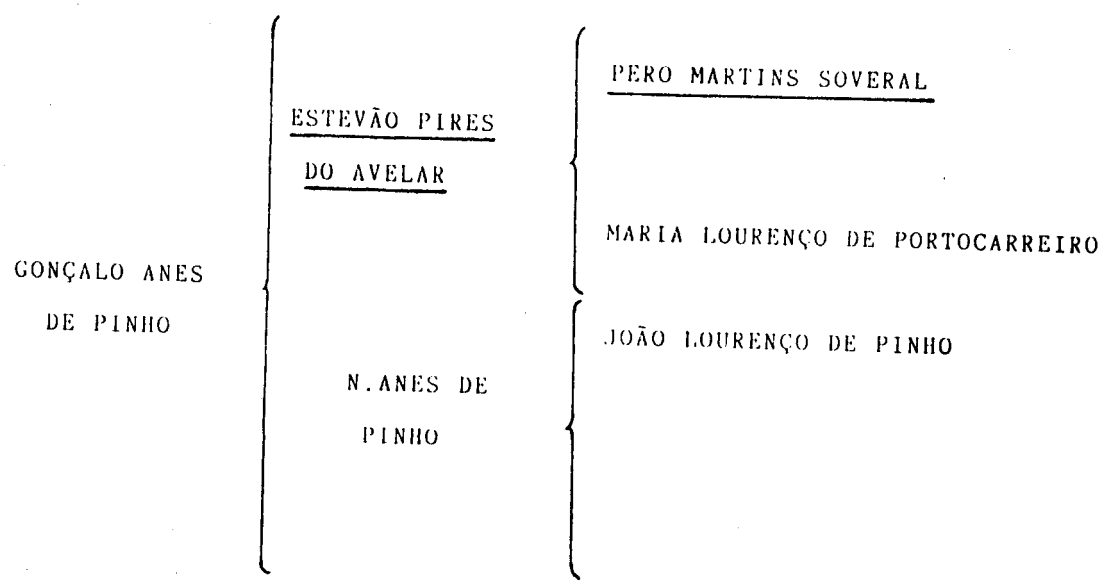


Item Fernam Paaez da Moiia (?) cavalleiiro. Item hũa saa filha. Item Gomeez Paaez seu irmaaom e Alvaro Paaez seu irmaaom.

Não sabemos quem sejam estes "naturais" nem a que família pertencem.

Item Gonçallo Annes de Pynho

É provável que GONÇALO ANES DE PINHO, assim como seu irmão abaixo mencionado, sejam filhos de Estevão Pires do Avelar e de uma filha de João Lourenço de Pinho de quem o Conde D. Pedro não sabia o nome, apenas dizendo que tiveram filhos (193). Talvez sejam estes com o patronímico da mãe.



Item Lourenço Annes seu irmaaom. Item Beatriz Lourenço sua filha

Não sabemos com quem casou nem quem fosse a filha de LOURENÇO ANES DE PINHO. Costados idênticos aos de seu irmão.

Item Joham Pirez Arangoes da parte da molher.
Item ha hũa filha.

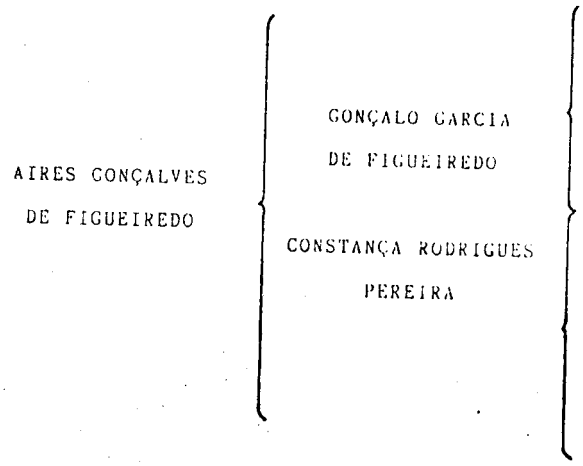
Não sabemos quem fosse, nem sua mulher ou filha.

Item Fernam de Liira escudeiiro. Item ha huum filho.

Não sabemos quem era.

Item Gonçalo Garcia de Fiigueredo cavalleiiro.
Item Airas Gonçallvez seu filho.

GONÇALO GARCIA DE FIGUEIREDO, alcaide do castelo da Feira (194), e seu filho AIRES GONÇALVES DE FIGUEIREDO, figura conhecida do reinado de D. João I, estariam ligados à família patronal de Grijó por Constança Rodrigues Pereira, mulher do primeiro, que ficou tratada nos infanções, onde lhe apontamos a ascendência, se bem que haja referências divergentes (195).



Item <Fernam Afonso> de Guimieiiro

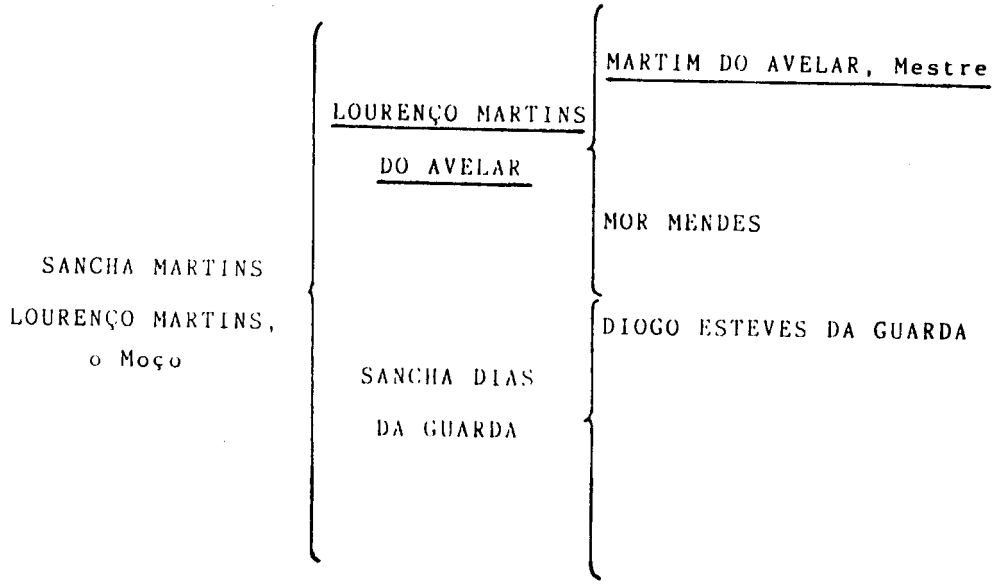
Não conseguimos identificá-lo.

Item Gonçallo da Costa cavalleiiro

Não identificado.

Item Sancha Martinz do Avellal. Item Lourenço Martinz do Avellal o Moço

São provavelmente filhos de Lourenço Martins do Avelar e netos do Mestre d'Aviz.



Item Roy Gonçallvez dicto Chaziim e duas filhas e hũa neta

Não conseguimos identificar nenhum destes naturais.

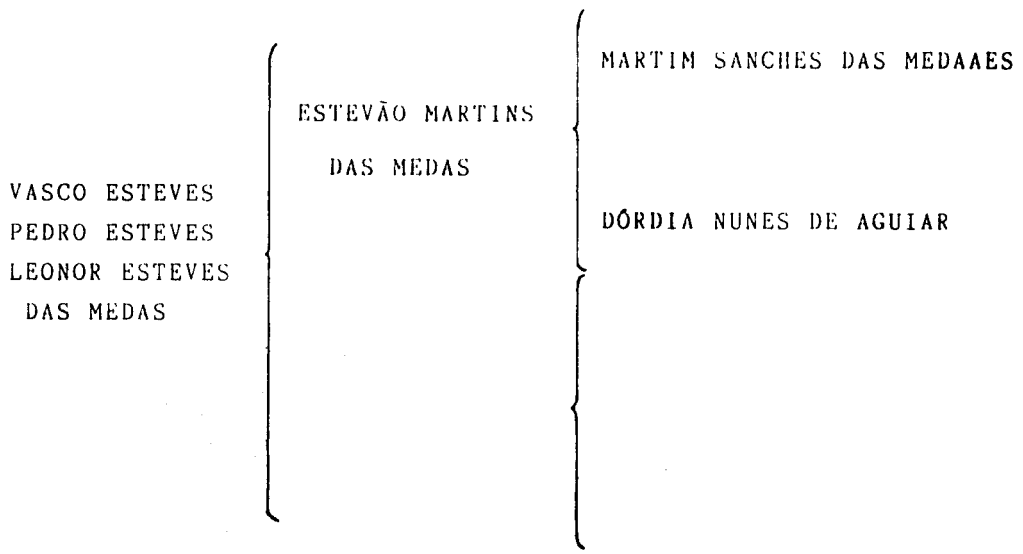
Item Nuno Gonçallvez e Vaasco Gonçallvez e Diego Gonçallvez e Gil Gonçallvez filhos de Gonçallo Pirez de Calvos

É provável que Calvos seja nome de alguma propriedade ou lugar. Gonçalo Pires de Calvos era filho ilegítimo de Pero Martins de Calvos e de Maria Gomes do Lago (196). Um Bartolomeu Pires de Calvos, talvez irmão do anterior, é referido num documento de D. Afonso IV (197). Mais não conseguimos apurar sobre esta família nem como se ligava a Grijó.

Item Vaasque Estevez e Pedro Estevez e Liionor Estevez filhos que foram de Stevam Martinz das Medaas.

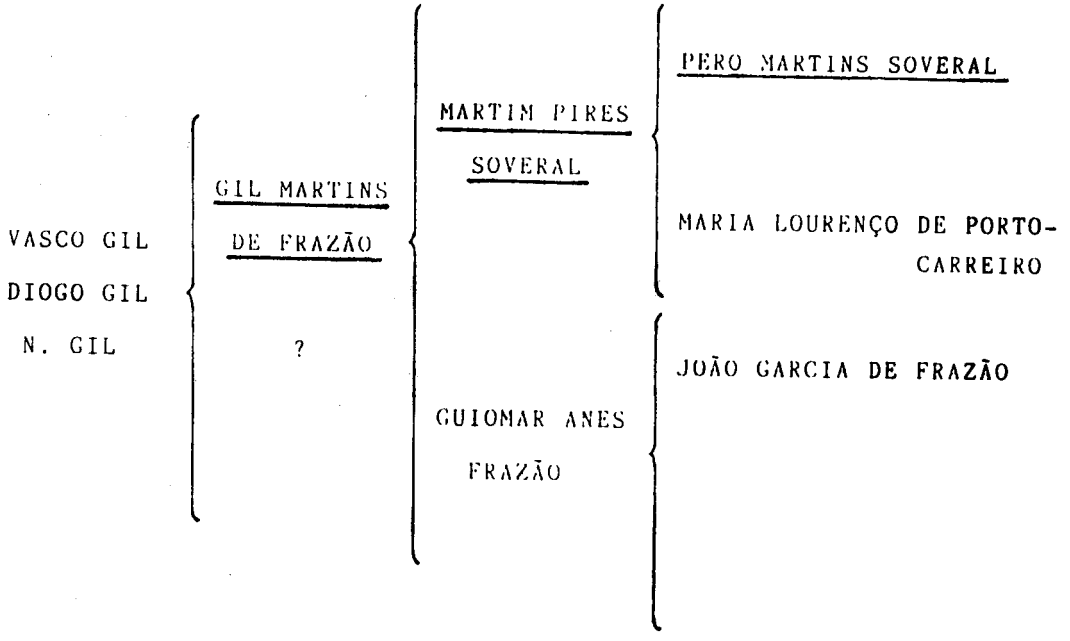
São netos de Martim Sanches das Medaaes (198), como se pode ver por um documento sumariado por Frei António da Assunção Meireles (199). Também por este documento, e outro da mes

ma colecção (200), ficamos a saber da ligação de Leonor Esteves e um Diogo Brandão, em época concerteza posterior à de 1365, em que Martim Sanches das Medas e o seu filho Estevão Martins tinham doado certos bens ao Mosteiro de Paço de Sousa.



Item Vaasco Gil e Diego Gil e outra sua hirmaa filhos de Gil Martinz de Farazom

GIL MARTINS DE FRAZÃO, segundo cremos, devia ser filho de Martim Pires Soveral (Avelar) e de Guiomar Anes de Frazão. Não conseguimos saber nem o nome de sua mulher nem o nome de sua filha. O Conde D. Pedro ao referir os pais de Gil Martins, afirma terem tido um filho, não lhe dando, porém, o nome (201).



Item Gonçallo Annes Borges

Não conseguimos identificá-lo

Item Stevam Diiaz filho de Diego Alvarez da parte da madre dos Nogueiiros

Não identificamos estes naturais.

Item Senhorinha Annes de Saa irmaa de Rodrigue Annes de Saa e molher d'Airas do Valle. Item huum seu filho que a nome Fernam d'Aires

Veja-se a propósito de SENHORINHA ANES DE SÁ o que dissemos sobre seu irmão Rodrigo. Nada apuramos dos ascendentes do seu marido.

> Soma destes fidalgos sobredictos son seteenta e sete e son ende os ciincoenta enteiiros e os vinte e sete do terço. Soma per todos naturaaez fidalgos duzentos e oito

Assim termina a lista de nobres ligados ao Mosteiro de S. Salvador de Grijó. Quem eram? Tentamos identificá-los, como que imaginando registos de nascimento que nos dessem os seus ascendentes imediatos, o que infelizmente, para muitos casos foi impossível descobrir. Como vimos, muitos deles têm o mesmo apelido. Por meio deles pode-se identificar um determinado número de famílias. Quais eram? É o tema que nos ocupará no ponto seguinte.

3.2. As Famílias

Temos vindo até aqui a seguir o Livro das Campainhas através de uma leitura lenta, de pormenor, tentando descortinar alguns segredos deixados pelo laconismo do documento. Completaram-se nomes de homens e de mulheres, dos seus filhos ou

netos. Outros continuarão no anonimato até que novos elementos nos permitam saber quem são. Mas para além dos nomes ou da quantidade de filhos destes "comedores", naturais de um mosteiro a que estavam ligados por raízes profundas e que a maioria, provavelmente nunca visitou, existia um laço mais vasto que unia muitos deles e indicava o parentesco. É a função do apelido. De facto, se agora fizermos uma leitura mais rápida, sem parar nos pormenores, descobrimos que certos nomes se repetem com frequência, ligando indivíduos que deveriam ser apelidados de outra forma. Os cónegos de Grijó, ou quem se encarregou de escrever a lista, deviam saber os critérios que lhes permitiam constituí-la. Não era apenas o nome do pai ou da mãe, mas qualquer coisa anterior. Fosse pelo nascimento, legítimo ou não, fosse pelo matrimónio, estavam ligados a um tronco comum, a uma linhagem, a uma família que, essa sim, tinha muito mais a ver, simbolicamente, com o mosteiro, do que todos eles individualmente.

Vamos, pois, agrupando-os, tentar saber quem são essas famílias voltando a seguir o texto na sua tripla divisão de Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros-Escudeiros.

No primeiro grupo, de Ricos-Homens, encontramos trinta naturais que se ligam a seis famílias: Teles, Castros, Albuquerques, Sousas, Cunhas e Pachecos, já que Rui Vasques Ribeiro, Henrique Manuel, Fernando Afonso de Melo e Dona Aldonça de Vasconcelos se encontram nesta lista em virtude do seu

casamento com elementos dessas mesmas famílias. Aliás, se quizessemos restringir ainda mais aquele número, chegariamos à conclusão que os Castros se encontram nesta lista pela sua ligação aos Teles e que D. Martinho, Senhor de Albuquerque, também é daquela família (Vd. Árvore IV), bem como os Cunhas que têem a sua "naturalidade" por ligação matrimonial aos Sousas (Vd. Árvore V). Teriamos assim Teles, Sousas e Pachecos, estando esta última família fortemente relacionada com as duas primeiras (Vd. Árvore VIII).

Regressemos, porém, ao grupo inicial, e tentemos esboçar a sua importância no contexto mais vasto da sociedade portuguesa de trezentos. Não andaremos longe da verdade se afirmarmos estar perante as famílias mais poderosas da época. Alguns dos seus membros irão, nas décadas seguintes, representar papéis do mais alto relevo na cena política nacional. Não perderemos contudo de vista, a sua relação com o mosteiro de Grijó, partindo do princípio que o poder lhes permitiria exercer sobre o mosteiro uma influência maior.

TELES (MENESES)

Família castelhana de remota origem, a que não faltou o toque lendário, encontra-se referenciada em Portugal desde os inícios do século XIII, durante o qual vários dos seus membros ocuparam lugares de destaque. D. Afonso Telles, 2º Senhor de Meneses e 1º de Albuquerque, casou antes de 1220 com

uma bastarda de D. Sancho I (202). Deste casamento nasceu D. João Afonso Telo, alferes-mor de D. Afonso III de 1250 a 1255 (203), e que foi avô do 1º Conde de Barcelos D. João Afonso, 4º Senhor de Albuquerque, mordomo-mor de D. Dinis e várias vezes seu embaixador (204). A partir de 1298, o condado de Barcelos vai-se manter nesta família, exceptuando-se o 3º Conde, até ao fim da 1ª Dinastia (205). Ao longo deste período, quer os detentores do título, quer os seus parentes próximos serão das pessoas mais influentes na sociedade portuguesa e obterão dos monarcas largas doações. Aliando o favor régio e o poder económico e senhorial ao prestígio social, compreende-se que a sua política matrimonial se concretize em alianças com famílias do maior destaque, portuguesas ou castelhanas (Vd. Árvore IV). Depois de 1365, a ascenção social mencionada não fará mais do que acentuar-se: pertencer-lhe-á a maioria dos títulos nobiliárquicos existentes em Portugal até 1383 (206), bem como alguns dos principais cargos "palatinos". A esta influência também não é estranha a sua origem castelhana, e as suas relações de parentesco com os monarcas daquela corôa.

O ramo dos Teles, que engloba os 4º, 5º e 6º Condes de Barcelos, é normalmente apelidado de Meneses. No entanto, o ramo primogénito da família, e que passa pelo 1º Conde, era representado pelo ramo apelidado Albuquerque de que passaremos a tratar.

TELES (ALBUQUERQUE)

Do casamento do 1º Conde de Barcelos com Teresa Sanches de Castela nasceram duas senhoras, uma, Violante casada com o 2º Conde de Barcelos e a outra, Teresa, com o bastardo de D. Dinis, Afonso Sanches. São bem conhecidos os problemas derivados do favor que D. Dinis sempre demonstrou para com o seu filho natural (207). Foram os fundadores do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde (208), e pais de D. João Afonso de Albuquerque, o do Ataúde, Senhor de Albuquerque por sua mãe e que casou com Dona Isabel Teles, Senhora de Meneses, vindo por este casamento a reunir-se novamente as duas casas que passaram a D. Martinho, único filho daquele matrimónio e um dos ricos-homens naturais de Grijó, como já ficou dito. Pela morte deste, sem filhos, a corôa de Castela apoderou-se daqueles dois senhorios (209).

Ao contrário dos Teles (Meneses), os Albuquerques, entre outras razões em virtude do exílio de Afonso Sanches em Castela, nunca atingiram em Portugal o relevo e importância dos seus primos. A sua importância em Castela no entanto é bem conhecida, onde o pai de D. Martinho foi o aio e mordomo-mor de Pedro, o Cruel (210). Em D. Martinho recairam duas grandes casas, das quais sabemos o destino, mas a sua morte pôs fim a este ramo, prolongado apenas, por via ilegítima, através dos filhos bastardos de D. João Afonso, "o do Ataúde" (Vd. Árvore IV) (211). Apesar desta origem, os membros do novo ramo virão

a ascender a posições de relevo, mas já nos finais do século XIV e no século XV.

CASTRO

Poderosa família castelhana, que exercia grande influência, sobretudo na região galega, não assume, até 1365, a importância e o peso que pouco depois daquela data irá ter em Portugal. De qualquer forma, a importância dos Castros na Galiza, como zona fronteiriça, tornava-a uma importante aliada ou inimiga em caso de confronto entre os dois reinos peninsulares. Foi o que aconteceu por ocasião das guerras de D. Fernando contra Henrique de Trastâmara, durante as quais tiveram posição de relevo D. Fernando de Castro e seu meio-irmão D. Álvaro (212), os dois irmãos da falecida D. Inês de Castro. Este parentesco tornou-os também credores do interesse e favor de D. Pedro I. Com D. Fernando os Castros ganharão ainda mais destaque, confirmado, aliás, ao longo da dinastia seguinte.

SOUSA

Família que não precisa de apresentação, de tal forma o seu nome está ligado à fundação da nacionalidade e aos primeiros séculos da sua existência. Única das cinco linhagens "que andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal" que "sobreviveu" até meados do século XIII, foi detentora de um prestí-

gio e de um poder que indiscutivelmente a colocavam à cabeça da nobreza portuguesa. Como se sabe já não era assim em 1365, em virtude da extinção varonil da família ocorrida no século XIII, o que a colocou sob a alçada de D. Afonso III e dos seus sucessores. Este rei casou dois dos seus bastardos com as duas senhoras da casa de Sousa que estão na origem dos dois ramos em que ela se dividiu (213). Dois ramos que estão representados em Grijó, um por Vasco Martins de Sousa, rico-homem e chanceler-mor de D. Pedro I, outro por D. Lopo e Dona Branca Dias de Sousa, na ausência do mais velho D. Álvaro, os quais detinham no século XIV, a parte mais representativa dos bens da antiga casa de Sousa (214). De qualquer forma, esta família, se mantinha o prestígio do nome, a avaliar pelas irmãs Maria e Margarida de Sousa, que substituiram por este o apelido paterno, Briteiros, estava longe de possuir o poder político que auferia até inícios do século XIII, sobretudo se a colocarmos em comparação com os senhores da casa de Barcelos.

CUNHA

O ramo de Cunhas, representado no grupo dos ricos-homens naturais de Grijó pelos filhos de Martim Lourenço da Cunha, é o dos senhores de Pombeiro. Com origem no Entre-Douro-e-Minho, foi na Beira que encontraram os bens necessários para os levar ao topo da escala social na segunda metade do século XIV (215). À data do Livro das Campainhas ainda João Lou

renço da Cunha era o senhor de Pombeiro e um dos ricos-homens do seu tempo, e o seu prestígio confirmou-se depois, pelo seu casamento com Dona Leonor Teles, sobrinha do Conde de Barcelos.

PACHECO

Família que no século XIV alcança grande relevo, através sobretudo de Lopo Fernandes Pacheco, grande valido de D. Afonso IV e de seu filho Diogo Lopes Pacheco. Com bens em vários locais do País, a sua zona de maior influência estava situada também na Beira onde tiveram o senhorio de Ferreira de Aves (216).

Resta-nos acrescentar que só um dos ricos-homens naturais de Grijó em 1365, a filha de Fernão Lopes Pacheco, não era descendente de Maria Pais, a Ribeirinha, (Vd. Árvore IV e V), o que a nosso ver é bem demonstrativo da importância que aquela senhora teve no conjunto da família patronal.

♦
♦ ♦

Quanto ao grupo dos Infanções, parece-nos que o próprio texto do Livro das Campainhas nos facilita a escolha das principais famílias que o compõem. De facto, a constante referência aos Vasconcelos, mesmo quando os indivíduos que a ela es-

tão ligados têem outro apelido é, quanto a nós, indicativo do peso que eles tinham no conjunto dos seus pares. Fossem Azevedos, Cunhas, Correias, Abreus, Cogominhos, Portocarreiros, Ataídes, Meiras, Goes ou Barrosos, todos eles eram aceites como comedores de Grijó, porque os seus monges, de uma forma mais ou menos directa, os encontravam ligados aos "de Vasconcelos" (Vd. Árvore III). Esta família representava assim, na memória colectiva da comunidade, um verdadeiro marco de referência, talvez longínquo, mas nem por isso menos importante e que talvez só encontre paralelo, se bem que em grau inferior de importância, nos restantes infanções, que devem a sua presença nesta lista de naturais ao facto de estarem ligados aos Ribeiros (Vd. Árvore VII e VIII). Era o caso de Gil Vasques de Resende, que segundo o próprio texto do Livro das Campainhas era natural "da parte da madre, dos Ribeiros". O mesmo acontecia com os Pimentéis e os Coelhos. Mas se eles eram naturais pelas suas ligações aos Vasconcelos ou Ribeiros, não deixavam, fora desse contexto específico, de ser conhecidos dos cónegos pelos respectivos apelidos.

VASCONCELOS

Com o solar de origem em terras banhadas pelo rio Cávado (217), os Vasconcelos surgem, no século XIV, como família que, para além dum certo poder no Entre-Douro-e-Minho (218), exerceu, através de alguns dos seus membros, vários cargos da

confiança dos monarcas portugueses (219), sobressaindo a figura de Gonçalo Mendes. Este, em boa parte devido ao seu parentesco com Dona Leonor Teles, granjeou notoriedade no reinado de D. Fernando (220). O mesmo aconteceu com alguns dos seus filhos.

COGOMINHO

Família que encontra os seus bens sobretudo no Alentejo (221), terá como figuras predominantes Fernão Gonçalves Cogominho, do Conselho de D. Afonso IV (222) e a quem D. Pedro faz importantes doações (223), e seu filho João Fernandes, alcaide de Évora (224).

AZEVEDO

Esta família tinha bens em Entre-Douro-e-Minho, próximo de Braga e na Beira (225). No entanto, será a partir de finais do século XIV e depois na centúria seguinte que os Azevedos atingirão posições de algum destaque (226). De qualquer forma, as alianças a outras famílias como os Vasconcelos ou aos Cunhas, senhores de Tábua, levam-nos a crer que os Azevedos teriam, já em meados do século XIV um certo prestígio (227).

PESSANHAS

Família genovesa bem conhecida, que deteve durante várias gerações o cargo de Almirante do reino, não atingindo porém, grande prestígio nesta época.

CUNHA

Já referidos nos "Ricos-Homens", os Cunhas que nos surgem no grupo dos Infanções são do ramo dos senhores de Tábua e padroeiros de vários mosteiros (228), provavelmente mais poderosos em bens que os seus primos do senhorio de Pombeiro (229), mas com alianças de menor prestígio. De qualquer das formas, os senhores de Tábua tiveram papéis de relevo nos dois últimos reinados da 1ª Dinastia (230) e nos sucessos que lhe seguiram (231).

ABREU

Família implantada sobretudo no Entre-Douro-e-Minho (232), não exerceria grande influência junto do mosteiro, o que acontece, aliás, com muitas outras.

PORTOCARREIRO

Com raízes junto do Rio Tâmega (233), aí terão continuado a exercer influência, aproximando-se no século XIV das ter

ras durienses de Baião e Resende (234) e até da região transmontana (235).

ATAÍDE

Família que terá tido bens na zona de Amarante (236), só com a dinastia de Aviz se içará a lugares de destaque (237).

RESENDE

Senhores, por via feminina, da honra de que tiraram o nome, já que de facto eram Pimentéis (238), exerciam a sua influência na margem direita do Rio Douro, na zona de Baião. Provavelmente terão perdido no reinado de D. Pedro a influência alcançada no reinado anterior (239) devido ao seu parentesco com os Pachecos (240), e à implicação destes na morte de Inês de Castro, ou mesmo pelo comprometimento pessoal de Gil Vasques nesse sucesso (241). Como se sabe, porém, Gil Vasques recupera o valimento ainda no mesmo reinado (242). Das suas violências se tinham queixado a D. Afonso IV os povos de Lamego, nas Cortes de Lisboa de 1352 (243).

GOES

Senhores da terra de que tiraram o nome, situada na região de Arganil (244), nela exerceram importante acção, desta

cando-se alguns elementos que surgem na corte ao tempo de D. Afonso IV e de D. Pedro, como Martim Vasques (245) e seus irmãos Álvaro e Gonçalo (246).

PIMENTEL

De origem um tanto aventureira, como conta o Conde D. Pedro (247), os Pimentéis procedem do Entre-Douro-e-Minho. Vieram, em meados do século XIV, a ter influência em Trás-os-Montes onde João Afonso Pimentel foi nomeado, por D. Pedro, alcaide do castelo de Bragança (248), vila de que será senhor no tempo de D. Fernando (249).

COELHO

Estes descendentes de Egas Moniz, que José Mattoso analisou para o século XIII ao tratar a figura do trovador João Soares Coelho (250), tinham bens junto ao rio Homem (251), que transmitiram, parece, aos seus descendentes (252). Adquiriram outros por casamento a Sul do Douro (253). Os filhos de Estêvão Pires Coelho aliaram-se a famílias daquela região, como os Ribeiros e os Alvins (Vd. Árvore VIII), mas não terão conseguido aumentar significativamente o poder territorial. Bem relacionados com a corte, durante os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV, viram-se prejudicados pelo comprometimento de Pero Esteves Coelho no assassinato de Inês de Castro. Como se

sabe o rei condenou-o à morte e confiscou-lhe os bens (254), o que não deixaria de acarretar desprestígio para a família.

RIBEIRO

Esta família surge-nos no século XIV, localizada sobretudo em Terras de Santa Maria, onde possuia numerosos bens e onde deixou testemunhos de violência. Possuía bens na zona do Vouga (255) e de Arouca (256) surgindo várias vezes, alguns dos seus membros a fazer doações pias a diversas instituições eclesiásticas (257). Vários deles, contudo, aliavam a generosidade pia aos abusos sobre igrejas o que provocou, por mais de uma vez, a intervenção régia (258). Também alguns deles surgem, durante o século XIV, a confirmar documentação régia (259). De qualquer forma, a figura mais proeminente desta família deve ter sido, no século XIV, Rui Vasques Ribeiro, Senhor de Soalhães (260), cujo prestígio devia ser considerável atendendo aos seus matrimónios e aos da sua descendência (Vd. Árvores V, VII e VIII).

PEREIRA

Sobre os princípios desta família já escreveram A. Braancamp Freire (261) e José Mattoso (262). O primeiro, porém, ultrapassa rapidamente o século XIV e o segundo detem-se nos finais do século XII. Tinham bens situados na zona do Rio Ave

(263) e contaram no século XIV com figuras de grande prestígio, como sejam o Arcebispo de Braga e os seus filho e neto, Frei D. Álvaro Gonçalves e o Santo Condestável. Foi decerto graças à proeminência das suas carreiras eclesiásticas, que restituiram à família um prestígio que decaira na passagem do século XII para o XIII (264). De qualquer forma, alguns membros desta família conseguiram lugares de confiança junto da corte (265).

CARVALHO

Pouco se pode apurar dos bens desta família cujo centro seria na terra de Basto (266). A Álvaro Fernandes de Carvalho foi confirmada a honra de Farinha Podre, em Penacova (267).

BOTELHO

Família que talvez tivesse bens nas Beiras, olhando ao facto de alguns dos seus membros terem tido alcaidarias de castelos fronteiriços daquela área (268). Martim Afonso porém, possuiu uma quinta em Riba Lima no Alto Minho (269).

BUVAL (ou SELA)

Família originariamente ligada aos Portocarreiro (270) teria alguns bens em terras do Vouga (271), surgindo no sécu-

lo XIV com alguma influência. Assim Lourenço Martins é nomeado alcaide de Penamacor (272) e depois do castelo de Lisboa (273). Seu filho João Lourenço, mostra o valimento na corte, como guarda-mor de D. Pedro (274) e ao receber deste mesmo rei as rendas da alcadaria do Porto (275).

CERQUEIRA

Não conseguimos apurar referências que localizassem os bens desta família, nem confirmar o que sobre o assunto diz Felgueiras Gayo (276). Mas, e seguindo a opinião por nós referida anteriormente, se se trata de um ramo dos CERVEIRAS, ainda no século XIV deviam ter bens junto ao rio Minho, na zona da Vila Nova de Cerveira (277). Nas Inquirições de D. Dinis [1288-1290] um Gonçalo Anes de Cerveira honrou o lugar de Çopos por amadigo (Julgado de Caminha e Cerveira) (278).

BARROSO

Com propriedades situadas naquelas terras do Alto Minho e aparentados com famílias galegas e portuguesas das zonas vizinhas (279), provavelmente ali conservariam bens no século XIV, mas não conseguimos apurar elementos que o comprovem.

TEIXEIRA

Originários das terras de Lanhoso (280), os Teixeiras surgem, no século XIII, com bens na zona de Gestaçô (281) e junto ao rio Minho (282). Do século XIV temos referências à sua proximidade da corte, onde Martim Fernandes casou com uma filha de um privado de D. Dinis (283) e obteve de D. Pedro a confirmação de direitos sobre terras junto ao Douro (284).

MEIRA

Família galega que cedo se ligou a linhagens implantadas junto à zona terminal do rio Minho (285), e onde deixou provável testemunho da sua importância na capela de Santa Luzia (freguesia de Campos, concelho de Vila Nova de Cerveira). Aí se encontram dois túmulos armoriados de finais do século XIII ou inícios do seguinte (286). Nesta última centúria destacam-se as figuras de Gonçalo Pais de Meira, a quem D. Pedro deu a alcaidaria de Guimarães e de Valença (287), e foi casado com uma filha do Mestre de Cristo (288), e a de sua irmã Mécia, casada com Lopo Soares de Albergaria. Estavam também ligados aos Vasconcelos (Vd. Árvore III).

♦

♦ ♦

Em relação aos Caveleiros-Escudeiros, torna-se mais di-

fícil seguir o critério utilizado para os dois grupos anteriores, atendendo sobretudo à sua maior heterogeneidade e ainda porque um número significativo dos seus elementos não foi identificado. De qualquer modo, os naturais que pudémos identificar genealogicamente reunem-se sobretudo em torno dos Avelares, Alvelos e Machados (Vd. Árvores IX, II e VI respectivamente).

AVELAR

Família secundária cuja origem e uso do apelido é um pouco confusa, surge-nos ligada aos Limas, através do cargo de mordomo de João Fernandes de Lima, Pão Centeio exercido por Martim Esteves do Avelar (289), pai, segundo nossa opinião, do Mestre d'Aviz, D. Martim do Avelar que teve importantes papéis na corte de D. Pedro (290). Alguns dos seus membros tinham bens em Terras de Santa Maria, onde surgem a exercer violências sobre a igreja de S. Fins (291) mas, também a fazer certas doações (292). Por casamento obtêm também terras em Torres Vedras (293) e Oeiras (294). A influência do Mestre d'Aviz na corte de D. Pedro foi por certo grande, porque um seu filho bastardo era cavaleiro da casa do futuro rei D. Fernando (295).

ALVELOS

De origem comum aos Vasconcelos, os Alvelos tem um per-

curso muito mais modesto que aqueles, limitando a sua influência, provavelmente, às áreas onde possuiam bens, nomeadamente Entre-Homem-e-Cávado, onde o fundador da linhagem foi criado (296); mas há também referências a propriedades dos Alvelos em Guimarães (297) e Gondomar (298). Aliás, esta aproximação da zona do Douro está documentada por uma doação que Pero Anes Alvelo fez à Sé do Porto dos seus direitos de padroado em Santa Cruz de Riba Leça (299), e é também muito provável que um Vasco Martins Alvelos, bispo da Guarda (300), seja um dos filhos de Martim Pires, cujos nomes o Conde D. Pedro não referiu (301).

VALE

Ligada aos Alvelos, por casamento, segundo a interpretação que fizemos do Livro das Campainhas, a família Vale também teria propriedades na zona do Entre-Homem-e-Cávado (Vd. Árvore II).

REGO

Família cujos naturais de Grijó não pudémos identificar. Provinha dos Gundares (302), mas também não conseguimos apurar a sua zona de fixação patrimonial.

FIGUEIREDO

Pouco se sabe desta família, anteriormente ao século XIV. No tempo de D. Pedro, Gonçalo Garcia era alcaide do castelo da Feira (303) e contraíra matrimónio na família Pereira.

MACHADO

Família com bens em Entre-Homem-e-Cávado, tinham o seu solar na freguesia de S. Martinho de Ferreiros (c. Póvoa de Lanhoso) (305) e várias propriedades no julgado de Lanhoso (306). As Inquirições de 1258 ainda referem que "...os da linagem dos Machados et dos Guestreiros sum monteiros d'el Rey per foro..." no julgado de Valadares (307). No século XIV, porém, registam-se bens de vários Machados junto a Lisboa (308). Álvaro Pires Machado, em 1357, foi nomeado alcaide de Castelo Rodrigo (309).

BRANDÃO

Não era por certo poderosa esta família de quem o Conde D. Pedro diz serem "cavaleiros de ũu escudo e de ũa lança, e nom de gram fazenda" (310), mas por certo tiveram a confiança de D. Pedro que deu a dois irmãos daquela família os castelos fronteiriços de Penamacor e Arronches (311).

OUTIZ

Desta linhagem apenas apuramos um Afonso Nunes d'Outiz com bens em Ovar (312) e, provavelmente, irmão do Gomes Nunes, referido pelo Conde D. Pedro (313).

SÁ

Família localizada no século XIV, junto à cidade do Porto, ficará bem conhecida no final da centúria e épocas seguintes, graças a João Rodrigues de Sá, o das Galés. Seu pai Rodrigo Anes era alcaide de Gaia no tempo de D. Pedro (314), mas não se sabe donde provinha.

PINHO

Talvez tivessem bens na zona de Chaves, porque um Martim de Pinho era seu alcaide no reinado de D. Pedro (315), mas não sabemos a sua ligação aos Pinhos "de Grijó" nem se estes tinham bens naquela zona.

MEDAS

Já em outro local referimos que esta família possuia bens junto a Paço de Sousa (Vd. 3.1.).

♦

♦ ♦

Tentamos até aqui analisar as várias famílias representadas pelos naturais de Grijó em 1365. Talvez que os elementos por nós referidos não sejam suficientes para caracterizá-las, mas são-no, pensamos, para ter uma ideia da sua situação, quer socio-política quer económica, em meados de trezentos. Se a falta de informações sobre algumas delas pode falsear a realidade, também não é menos verdade que deve traduzir só por si uma importância cada vez menor das famílias afastadas do poder central. Poder com o qual cada vez mais era preciso estar em contacto para quem queria manter regalias e prestígio. De facto, como mostram significativamente os exemplos dados, os rendimentos que consistiam apenas em rendas cada vez mais difíceis de cobrar, já não era suficiente para manter as linhaens. Daí o aumento de violências e de abusos na cobrança dos direitos que muitos tinham em vários mosteiros. Que direitos, qual a sua origem e características, e evolução?

3.3. Os Direitos

A comedoria reclamada pelos naturais do mosteiro de Grijó fazia parte de uma série de direitos, conhecidos por direitos de padroado, que radicam numa instituição nascida pelo menos em finais do século IX, segundo Miguel de Oliveira, e conhecida por igreja própria (316). Fruto do desenvolvimento dos direitos senhoriais, as pequenas igrejas ou oratórios cons-

truidos em terras privadas foram anexadas à propriedade senhorial, sendo considerada sua parte integrante e portanto sujeito a alienação.

Contra esta situação se insurgiu a hierarquia eclesiástica que, através de várias disposições conciliares — sobretudo a partir do concílio de Coiança, em 1050 —, tentou chamar a si a propriedade dessas igrejas, o que só foi conseguido por Alexandre III, na segunda metade do século XII. Em troca do direito de propriedade cedeu aos fundadores de igrejas ou seus herdeiros, o direito de padroado, que consiste na simples apresentação do pároco (317). Inicialmente — século XII — o regime de igreja própria e de padroado pouco se diferenciavam, pois se baseavam sobretudo no jus praesentandi. Mas o direito de padroado veio a englobar também o jus fruendi, ou seja, certos encargos devidos pela igreja ou mosteiro aos seus fundadores ou protectores e respectivos descendentes. Ao conjunto desses direitos chamava-se, segundo Gama Barros (318), padroádigo. Os padroeiros tinham o direito de aposentadoria, ou seja, de se instalarem nas igrejas e mosteiros do seu padroado, receber aí alimento ou direito de comedoria, e ainda um subsídio para o casamento das filhas — casamento — ou para armar os filhos cavaleiros — cavalaria — ou ainda para os tirar do cativeiro (319).

Como estes direitos eram transmitidos hereditariamente, o número de herdeiros ou naturais (320), ia aumentando de ge-

ração em geração chegando alguns mosteiros a ter várias centenas (321), a quem tinham que pagar todos os referidos direitos. Era de esperar que tão avultado número de naturais levantasse problemas financeiros aos mosteiros (322), que ainda por cima eram agravados pelos abusos e violências de muitos deles, exigindo mais comedoria do que tinham direito, cavalaria e casamento sem filhos em situação que o justificasse, para além da presença no mosteiro de homens de armas e seus criados e amantes, ou de se juntarem ao mesmo tempo naturais inimigos uns dos outros, trazendo para o mosteiro a violência das suas questões particulares (323).

Tinha razão José Mattoso, referindo-se a Pendorada (324), ao afirmar que as relações entre o mosteiro e a família patronal parecem ter sido amistosos até ao princípio do século XIII. De facto, o século XIV terá sido, no aspecto dos abusos dos naturais dos mosteiros, uma época de verdadeira calamidade (325). Não se pense, no entanto, que o século XIII foi uma época de total acalmia, já que os esforços régios tendentes a um controle da situação se começaram a verificar já na segunda metade daquela centúria.

De facto, já nas cortes de Guimarães de 1250, o Arcebispo de Braga e outros prelados apresentaram queixas contra os fidalgos que cometiam abusos em mosteiros e igrejas de que eram naturais (326). No entanto, as respostas do monarca são um pouco frouxas, e só em Março de 1261 é que Afonso III se

pronuncia de uma forma categórica sobre os direitos dos naturais (327). É lei bem conhecida, pelo que nos limitaremos a resumir as suas linhas gerais. É porém, importante referir, que esta lei se completa com as disposições que D. Dinis promulgou em 1307 relativas à mesma matéria (328). Na generalidade a lei pretendia regular as visitas dos naturais aos mosteiros e igrejas, segundo a categoria hierarquica daqueles. Assim, quanto às comedorias, estabelecia a "comitiva" do cavaleiro — três besteiros e quatro peões —, do infanção — um cavaleiro, que levaria por si três besteiros e quatro peões, um donzel, cinco besteiros e sete homens de pé — e do rico-homem — se a sua fortuna fosse inferior a dois mil morabitinos iria como infanção, se fosse de dois mil a quatro mil morabitinos levaria três cavaleiros, se fosse de cinco mil levaria cinco, de seis mil, seis, e nessa proporção até dez mil morabitinos, não indicando o número de besteiros ou peões (329) (que a lei de 1307 já refere — se tivesse duas mil libras iria como infanção e por cada milhar de libras a mais, dois besteiros e dois peões) —, e ainda a comitiva dos filhos (330). Do mesmo modo, era regulada a comedoria das mulheres. Assim, ao casar, perdia os seus direitos em favor do marido, mas ao enviuvar recuperava-os. Era também estabelecida a frequência das comedorias, bem como o tipo e quantidade de alimentos a fornecer pelo mosteiro ou igreja a cada natural, também respeitando a sua categoria hierárquica.

Assim, em relação à frequência, esta era estabelecida

conforme a maior ou menor riqueza do mosteiro. Em relação a este aspecto, a lei de 1307 acrescenta algumas alterações em relação à de 1261. Esta, estipulava que o mosteiro que tivesse menos de cinquenta casais não recebesse o rico-homem, substituindo a comedoria por serviço; de cinquenta a cem casais, uma vez por ano, de cem a trezentos, duas vezes, e com mais de trezentos casais, três vezes por ano. Quanto aos infanções e cavaleiros, estipula que fossem três vezes por ano, desde que o mosteiro tivesse mais de cinco casais; se tivesse menos, mas boas searas, propriedades ou bens, uma vez, e se fosse pobre pagasse em serviços. Como não estava estipulado como se deveria saber se um mosteiro era pobre, isso deu origem a graves abusos, o que fez com que na lei de 1307 se ordenasse que nesses casos fosse o meirinho, com o juíz e tabelião e um dos naturais, verificar os rendimentos do mosteiro e decidir se deveria pagar comedoria ou serviços (331). A mesma lei de 1307 rectificou as disposições relativas aos infanções e cavaleiros. Assim, estes passariam a ir duas vezes por ano ao mosteiro que tivesse de cinco a vinte casais, e três ao que possuisse mais de cinquenta casais (332). A mesma lei ordenava que os filhos dos naturais só fossem ao mosteiro uma vez por ano, e que qualquer natural que tivesse exigido comedoria, só poderia voltar a fazê-lo outra vez, passado um mês (333).

Em relação ao tipo e quantidade de alimentos a dar aos naturais, a lei de 1261 determina que deveriam ser servidos ao natural dois tipos de carne diferente (uma delas cozinhada

de duas maneiras), ou três qualidades de peixe, se fosse dia de abstinência. A de 1307 fixou o número de pães: doze de trigo, de dois dinheiros cada, ao jantar e seis à ceia, para o rico-homem; seis e quatro pães ao jantar e três e dois à ceia, respectivamente para o infanção e para o cavaleiro. Estipulava ainda a ração a dar às bestas (334).

Quanto à aposentadoria, a lei de 1261 determinava "...que os cavaleiros nom pousen em crastas dos moesteiros de religion contra sa voontade nen metan hi seus homees nen molheres" (335). D. Dinis, por carta de 23 de Julho de 1299, proibia a aposentadoria nos mosteiros de religiosas (336).

Como em relação ao casamento e à cavalaria havia muitas infrações, D. Dinis em 1307 estipulou que os mosteiros só pagassem essas contribuições depois de comprovadamente realizadas as cerimónias (337).

Quer a lei de 1261 quer a de 1307 guardavam ainda disposições em relação à proibição de os naturais exigirem comeduras nas igrejas sufragâneas dos mosteiros ou igrejas em que tinham naturas; e ainda em relação às presenças simultâneas de vários naturais, proibindo a presença de mais de dois irmãos, parentes ou amigos ao mesmo tempo (338). Compreende-se bem porquê ...

Para além destas duas leis de Afonso III e D. Dinis, que podemos considerar como leis-base relativamente aos naturais,

houve outras disposições legais que, de uma forma já mais pontual, tentaram também proteger os mosteiros e igrejas provando, pela sua repetição, que as ordens régias não eram geralmente acatadas. Ao conjunto dessas disposições, amplamente citadas por Caetano do Amaral (339) e por Gama Barros (340), convirá acrescentar as disposições tomadas nas cortes de Évora de 1325 (341) e nas de Elvas de 1361 (342) sobre os direitos de comedoria, e ainda as que se recolheram nas Ordenações Afonsinas (343). Aliás, por estas últimas se pode ver como os problemas das comedorias se prolongaram até ao século XV, se bem que, já com algumas diferenças (344). Alguns mosteiros conseguiram mudar o pagamento em géneros para numerário, como é o caso de Grijó em 1365, e em outro caso, Pedroso em 1363, que não sabemos como foi tratado nem se teve outros exemplos semelhantes, conseguiu ver reduzido o número de naturais de 374 para 185: 25 ricos-homens passaram a 15; infanções, anteriormente 109, passaram a 70 e de 240 cavaleiros e escudeiros ficaram 100 (345).

Os direitos de padroado, como ficou atrás referido, eram transmitidos hereditariamente como qualquer outro bem. Também podiam ser objecto de todo o tipo de alienação, como seja: doações, trocas, vendas, etc. (346). Aliás, estamos certos que nestas alienações se radicam algumas das dificuldades que encontramos para ligar certos indivíduos, naturais em 1365, aos troncos da família patronal que derivam do seu fundador.

Por outro lado, pelo menos a partir de 1297, estava proibido aos bastardos herdar aqueles direitos (347). Talvez radiquem aqui, as várias referências contidas no Livro das Campainhas à imposição do monarca para que determinado indivíduo seja considerado natural do mosteiro de Grijó. Todos esses casos, com excepção de um, e para o qual não encontramos explicação, se referem a bastardos (348).

Analisamos até agora, se bem que em linhas gerais, a origem dos direitos de padroado, as suas características, legislação que os rege e forma de transmissão. No entanto, percorremos um caminho que poderíamos considerar teórico ou normativo. Como era então na prática? Tendo à nossa disposição o exemplo de S. Salvador de Grijó, vamos tentar analisar, sobretudo, o caso da transmissão dos direitos, porque nos parece que será aquele que mais elementos nos pode trazer ou pelo menos novas questões. De facto, cremos ser a primeira vez que podemos observar, quase na sua totalidade, o desenvolvimento de uma família patronal ao longo de três séculos. Para os outros aspectos até aqui referidos, será talvez necessária nova documentação para se poder acrescentar, ou confirmar, aquilo que é conhecido.

Ao fazer uma leitura, ainda que rápida, das nove árvores genealógicas correspondentes à descendência do fundador da família patronal de Grijó, verificamos que nem todos os descendentes de Soeiro Fromarigues, possivelmente vivos em

1365, são contemplados pela lista do Livro das Campainhas. Vejamos alguns exemplos mais significativos.

Logo na árvore I se nota a inexistência de qualquer natural. É verdade que nesta árvore se verifica um constante definhar da linhagem com várias quebras de varonia. Isto pode, de alguma forma, reflectir-se na frequência de contactos com o mosteiro ou até num afastamento? Cremos que sim. Mas também não podemos deixar de colocar a hipótese de, em qualquer momento anterior a 1365, ter havido uma cedência dos direitos de padroado, querendo algum natural, através de um gesto pio, libertar o mosteiro desse encargo (349).

Nas árvores II e III, relativas na sua maioria aos Vasconcelos, verificamos também que algumas linhas não estão representadas na lista dos naturais. Poderiam as sucessivas quebras de varonia (Vd. Árvore II) e talvez alianças matrimoniais pouco prestigiosas fazer perder a "força" necessária para requerer as comedorias? Pode também admitir-se que o maior prestígio de certos nomes familiares junto do mosteiro, tenham feito cair no esquecimento algumas das linhas da família patronal em virtude das suas ligações a elementos das camadas inferiores da nobreza ou mesmo da cavalaria vilã? E os filhos de Rui Rodrigues de Novais? Estariam já mortos em 1365 (Vd. Árvore III)? Ou será que podemos adiantar a hipótese de, perante tantos casos de matrimónios sem sucessão, muitos terem abdicado, ainda em vida, dos seus direitos ao mosteiro? Como expli-

car, por exemplo, a ausência de Gonçalo Teles (Vd. Árvore IV), irmão de Leonor, Maria e João, e seguramente já nascido em 1365 (350)? Ainda na mesma árvore IV, verificamos a ausência dos Nóvoas e Soutomaiores. Talvez que a sua localização na Galiza os tornasse comedores demasiado longínquos e até desinteressados de Grijó. E pode bem ser que a distância, ou a falta de interesse fossem razões, não só para galegos, mas também para alguns portugueses, para não aparecerem em Grijó a requerer comedorias.

Uma outra questão que se levanta, refere-se ao critério seguido para escolher um natural, quando a sua mulher ou marido também o eram. Um exemplo: na parte relativa aos infanções, o texto do Livro das Campainhas refere que Vasco Gonçalves Barroso era comedor "da parte da molher" que, como vimos era da família Vasconcelos. Só que Vasco Gonçalves também descendia de Soeiro Fromarigues (Vd. Árvore VII). Porquê então a preferência pela sua mulher? Outro caso é o de Diogo Gonçalves de Crasto que recebe a comedoria por sua mulher, da família Coelho e, também neste caso, Diogo Gonçalves era natural (Vd. Árvore III). O prestígio das famílias poderia ter peso na escolha? A questão aqui fica.

Outros casos ou outras situações se poderiam talvez apontar, mas pensamos que os exemplos aqui referidos são suficientes para levantar algumas questões sobre a prática do exercício dos direitos de padroado. Questões a que não podemos res-

ponder, mas que podem ser importantes para se repensarem as características desses direitos e as próprias atitudes da nobreza.

Uma certeza, porém, fica. A ausência de naturais não era, por certo, um problema para os cónegos de S. Salvador de Grijó.

NOTAS

3.

(1) São conhecidos os casos referidos por José MATTOSO, in Le Monachisme ibérique et Cluny, pág. 64, a que agora se acrescenta o caso de Grijó e ainda o do mosteiro de Pedroso que, em 1363, se debateu com o mesmo problema das comedorias. Infelizmente o documento em que vinha a lista dos comedores do mosteiro está truncado, apenas se conservando a parte final (Arquivo da Universidade de Coimbra, Gav. 8-A, m.3, doc. 188). Ver abaixo a nota 8.

(2) Em 1363, o mosteiro de Pedroso viu reduzidos os naturais, de 374 para 185, depois de um processo que, tudo indica, foi idêntico ao de Grijó (A.U.C., doc. citado na nota anterior).

(3) Apenas para o caso de Pedroso, e a título de exemplo, veja-se o corpo documental conservado no Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C., Gav. 8, m.2, doc. 82, 101, 109; Gav. 8-A, m.3, doc. 188, já referido; Gav. 9, m. 4, doc, 203, 209; Gav. 9-A, m.5, doc. 266), e onde se encontram vários exemplos de violências.

(4) Uma relação dessas disposições régias, será dada no ponto 3.3 deste capítulo.

(5) LIVRO DAS CAMPAÍNHAS (códice da segunda metade do século XIV). Mosteiro de São Salvador de Grijó. Ed. por Jorge Alarcão e Luís Carlos Amaral, Vila Nova de Gaia, Gabinete de História e Arqueologia e Câmara Municipal, 1986. (Número 4 de "Documentos sobre Vila Nova de Gaia").

3.1.

(6) HGCRP, XII-1, pp. 163-170.

(7) Nobiliário das Famílias de Portugal. Os vários exemplos serão referidos no ponto 4.

(8) Como foi atrás referido (Vd. nota 1), conserva-se parte de uma

lista do mesmo género relativa ao mosteiro de Pedroso, outra de Tibães de 1315 (Cfr. Fr. Leão de Santo TOMÁS, Benedictina Lusitana, I, fl. 383-384vº), outra, completa da Igreja de Vilar de Porcos, da Terra da Maia, de 1329 (gentilmente transcrita e cedida pelo nosso colega Dr. Saúl A. Gomes, a quem deixamos aqui o nosso sincero agradecimento) e mais duas, relativas a S. Simão da Junqueira (séc. XIV) e a Mancelos (1336) e que nos foram comunicadas pelo Sr. Dr. Eugénio de Andrea da Cunha Freitas, a quem também aqui deixamos o nosso agradecimento.

(9) Feito conde por carta de 10 de Outubro de 1357 (Cfr. BSS. III. pp. 243).

(10) Por carta de [5 de Janeiro de 1370 - 25 de Dezembro de 1371] (Cfr. BSS. III. pp. 244).

(11) LD5M5; LL5OC7, 57T4-5; HGCRP. I. pp. 131, 255 e 263; BSS. I. pp. 117-120.

(12) LL5OC7, 57T5; BSS. I, pp. 118.

(13) Vd. BSS. I, pp. 118.

(14) LL57T5; BSS. I, pp. 120-121.

(15) BSS. III. 246.

(16) LL57T5; BSS. I. 121-124.

(17) BSS. III. 246-247.

(18) LL57T5; BSS. I. 119-120 e 124-125. Preferimos Dona Leonor a D. Telo, porque a sequência de nascimentos dada em LL é esta. Só Felgueiras Gayo coloca Telo antes de Leonor.

(19) HGCRP. I. 258; XI. 367-373; XII-1. 163.

(20) LL22I15; HGCRP. XII-1. 162-170; BSS. I. 110.

(21) Anselmo Braancamp Freire coloca a morte de Álvaro Dias provavelmente antes de 17 de Abril de 1365 e seguramente antes de 1371 (Cfr. D. João de Aboim, pp. 163).

(22) Vd. Álvaro Pires de Castro, Vasco Martins de Sousa e Violante Ponço de Briteiros.

(23) HGCRP. XII-1. 163-170; BSS. I. 279.

(24) HGCRP. XII-1. 170-176; BSS. I. 279.

(25) BSS. I. 109-110; II. 196.

(26) BSS. III. 250-251.

(27) LL21M13, 34F6 e 42S8. Sobre esta figura vd. Eduardo PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, Los Castro Gallegos del Siglo XIV. Apuntes para un analisis de su proyeccion en la historia politica de Castilla, in "Hispania", XLV, nº 161, (1985), pp. 477-511.

(28) LL9C16-17, 21M13, 34F6-7 e 42S8.

(29) BSS. III. 245-246.

(30) LL21M13 e 38Q10; HGCRP: I. 230; V. 103; BSS. I. 67-70.

(31) LL21D14; BSS. II. 196.

(32) BSS. II. 195-196.

(33) LD5A6; LL22G15; BSS. I. 207-208.

(34) BSS. I. 208.

(35) BSS. I. 208

(36) FG. Título de Souzas. 69.

(37) BSS. I. 208.

(38) BSS. II. 15.

(39) LL23C3

(40) LC. 64.

(41) LL23C3.

(42) FG. VII. 88; Título de Souzas. 193.

(43) BSS. I. 189.

(44) LC. 64.

(45) FG. Título de Souzas. 69-70 e 193.

(46) IDEM. ibidem. 69-70.

(47) BSS. III. 8.

(48) BSS. III. 8.

(49) BSS. III. 249-250.

(50) HGCRP. XII-1. 356; FG. XVIII. 46; BSS. III. 8 e 250.

(51) Fernão LOPES, Crónica de D. Fernando, cap. LXV, p. 172.

(52) Ayres de SÁ, Frei Gonçalo Velho, I, ; 145 (doc. LXXXIII).

(53) LL55L7, em que se afirma ter havido descendência, mas sem dizer nem nomes, nem quantidade de filhos.

(54) BSS. I. 189-190.

(55) BSS. I. 187.

(56) LL22I15.

(57) LL22I15, onde apenas se refere o patronímico e o apelido.

(58) LL23C3.

(59) LD2AJ7; LL21I16, 23C3, 33C6, 41D6-7, 50A9 e 5506.

(60) FG. XXV. 83.

(61) LD4N9, 5C5, D6; LL22I14 e 23B3.

(62) LD4N8-9, 5D6; LL22I14 e 23B3.

(63) LL23B3.

(64) LL50A9.

(65) LL35E3.

(66) HGCRP. I. 258; BSS. I. 108-109.

(67) BSS. I. 344.

(68) Não podemos deixar de admitir a hipótese de terem existido dois Gonçalo Mendes de Vasconcelos. Será isso possível? Pensamos que sim e a nosso favor, temos o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, que nos fala até de três nobres com o mesmo nome e que devem ter vivido pela mesma época: um a que chama "o Velho" e que era casado com Maria Afonso Telo, tia-avó de Dona Leonor (LL57T4); um outro, "o Moço" (LL30AV6), casado com Teresa Afonso de Aragão; e um terceiro, casado com Leonor Rodrigues Pimentel (LL21L14). Por outro lado, temos a informação, talvez pouco segura, de que Leonor Rodrigues Pimentel estava viúva de um Gonçalo Mendes de Vasconcelos em 1362 (BSS. I. 529). Ou a data está errada, ou o Gonçalo referido não é o "nosso", porque estava vivo em 1365. Também sabemos que Martim Mendes de Vasconcelos, o filho primogénito do 2º casamento de Mem Rodrigues de Vasconcelos, teve um filho Gonçalo Mendes de Vasconcelos (FG. XXVIII. 70). A nossa hipótese é a seguinte: o "Velho", nascido, como dissemos, por volta de 1310, casou a primeira vez, antes de 1343, e depois de enviuvar de Maria Afonso Telo terá casado com Leonor Rodrigues Pimentel, que enviuvou talvez na década de sessenta, mas depois de 1365. O "Moço" terá casdo com a Teresa Afonso de Aragão e depois com Teresa Rodrigues Ribeiro. Estariam assim justificadas as referências do Livro das Campainhas a um Gonçalo Mendes de

Vasconcelos [o Velho] e sua mulher [Leonor Rodrigues Pimentel], e à Teresa Rodrigues [Ribeiro] filha de Rui Vasques [Ribeiro] casada com Gonçalo Mendes [de Vasconcelos, o Moço]. Felgueiras Gayo (FG. XXVIII. 66-67), talvez seguindo D. António Caetano de Sousa (HGCRP. XII-1. 2-3), juntou os três Gonçalos num só, dando-lhe as quatro senhoras em casamento. Em nossa opinião, e se jogarmos com os dados disponíveis para esta figura, talvez se consiga reordená-los. Segundo Braancamp Freire, o pai de Gonçalo Mendes, Mem Rodrigues de Vasconcelos, casou pela segunda vez antes de 1308 (BSS. I. 340), sendo Gonçalo o secundogénito. A data do seu nascimento não é conhecida, mas podemos, sem grande risco, situá-la por volta de 1310. Morreu, segundo o mesmo autor, em 1407 (BSS. I. 344). A sua longevidade poderia permitir os quatro matrimónios, mas a existência de um homónimo, o Moço, claramente distinto dos outros, parece negar tal facto.

Contra esta hipótese, estarão Fernão Lopes, que afirma sempre que Gonçalo Mendes era tio de Dona Leonor Teles (de facto, era tio-avô), e segundo a nossa opinião seria primo, e um documento publicado por José MATTOSO in Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa, pp. 259-264, em que uma irmã de Gonçalo, Mor Mendes, fez o testamento em 1396, o que pode corroborar a longevidade de Gonçalo Mendes, que nós pusemos em causa pela falta de confirmação das referências, um pouco confusas, de Braancamp Freire (BSS. I. 344-345). Mas uma pergunta final se impõe. Como é que em 1365, não aparecem referências a filhos, quando sobrinhos e sobrinhos-netos são tão frequentemente nomeados?

(69) LD9W8, X9; LL36H11, I12, 57T4; BSS. I. 340-344, 529.

(70) LD9X9; LL36I12, 57T4.

(71) BSS. I. 344-345.

(72) LD9T8-9; LL26P7, 34H4-5, 36G11.

(73) Note-se que o "Moço", também tinha um irmão João Mendes, filho de Martim Mendes de Vasconcelos (FG. XXVIII. 70).

(74) LD9W8, onde surge com o patronímico Rodrigues.

(75) José MATTOSO, Religião e Cultura (...), pp. 261.

(76) LD2B6, 3E9, 9W8, Z9; LL36J12, 42S10, 67B4.

(77) Por outro lado, nos "cavaleiros e escudeiros", surgem alguns Sás, mas não conseguimos saber como é que estavam ligados à família patronal de Grijó.

(78) LD9AB8; LL36M11.

(79) Veja-se, por exemplo, a irmã de Diogo, Leonor, que em LL vem com o patronímico Anes, e em LD Rodrigues (LL36M11 e LD9AB8).

(80) LL30AW6.

(81) FG. XI. 207.

(82) CP. doc. 50.

(83) FG. XI. 207.

(84) FG. III. 106.

(85) FG. III. 105.

(86) LD2Y7; LL30J7.

(87) LD2Y7; LL30J7.

(88) FG. III. 105.

(89) FG. XXII. 112.

(90) CP. doc. 65.

(91) FG. XXII. 112.

(92) CP. doc. 1013.

(93) LL30L8.

(94) FG. III. 108.

(95) LD2AC8; LL30I7, 35P3, 42N10, 55N7-8.

(96) FG. X. 163.

(97) FG. XII. 17.

(98) BSS. I. 187-189.

(99) Ascendência duvidosa, tirada de Felgueiras Gayo e sem comprovação de LL. Aliás, o avô a viver em meados do século XIII e o neto ainda vivo em meados do XV, parece exagero.

(100) LL30I7.

(101) LL30E6.

(102) LL30N8.

(103) CP. docs. 177, 260, 283, 308, 315 e 1214.

(104) LL30I8.

(105) FG. I. 75.

(106) CP. doc. 15.

(107) BSS. III. 194-195.

(108) LL33A6.

(109) BSS. III. 195.

(110) FG. III. 98.

(111) BSS. III. 195.

(112) FG. III. 98; BSS. III. 195.

(113) LL27E5, 43U8.

(114) BSS. I. 121.

(115) LL48M6.

(116) FG. III. 65.

(117) LL35A3-4, 41B6; Anselmo Braancamp FREIRE, A Honra de Resende, pp. 14-16.

(118) Anselmo Braancamp FREIRE, op. cit., pp. 18.

(119) IDEM, ibidem, pp. 16.

(120) LL35A4.

(121) LL33A7, 50B8, 68A7.

(122) LL68A7. O nome Beatriz, que não é dado em LL, é referido por Felgueiras Gayo (FG. XXVII. 104), e confirmado por Braancamp Freire (BSS. I. 161).

(123) BSS. I. 161-166.

(124) LL59C7.

(125) LL59B6.

(126) LL30Q8.

(127) AS GAVETAS DA TORRE DO TOMBO, vol II, Gav. III, m. 8, doc. 10.

(128) Armando Luís de Carvalho HOMEM, O Desembargo Régio. 1320-1433, vol. II. [Porto], [1985], pp. 102-103.

(129) FG. XXVII. 104-105.

(130) LL35D3.

(131) FG. XVII. 36, XXII. 140.

(132) FG. XVII. 36.

(133) LL35D3-4, 54A7.

(134) LL36S11.

(135) LL31N9, 36S12.

(136) LD9Y9; LL30W5-6, 48B5-6.

(137) LL33D6-7.

(138) LD2U6, 4C6-7, 9B8-9; LL30F5, 32E6-7.

(139) Vd. Árvore VIII.

(140) LL32E7.

(141) LL34I5.

(142) BSS. II. 13.

(143) BSS. II. 13.

(144) LL36AG11, 41J7.

(145) LL36AG11, 41J7.

(146) LD4C6, E7, 9B8, C9; LL26G5, 32E6, G7, 41G7.

(147) LD4C6, D7, 9B8, D9; LL32E6, F7, 36Z9.

(148) CENSUAL DO CABIDO DA SÉ DO PORTO, Porto, 1924, pp. 201-204.

(149) LL41B5, D5.

(150) CCSP. 262-267.

(151) Sobre Rodrigo Afonso Ribeiro, vd. CCSP. 215-216 (Porto, 1 de Junho de 1292) e CCSP. 217-218 (Porto, 3 de Agosto de 1292); sobre Afonso Rodrigues Ribeiro I, vd. CCSP. 262-263 (Vila Nova de Rei, 22 de Setembro de 1322); A.D.P., Livro IX dos Originais, fl. 50 (Santarém, 5 de Fevereiro de 1325; Santarém, 3 de Abril de 1331; Alenquer, 30 de Abril de 1334); CCSP. 263-265 (Coimbra, 19 de Dezembro de 1334) e 265-267 (23 de Março de 1335).

(152) CCSP. 263.

(153) Em LL44AE7, vem Cooes e não Teote.

(154) LL21J14.

(155) FG. XXII. 171.

(156) FG. XXII. 197; XXVII. 104-105.

(157) LL62N11.

(158) LD2AB8, 9AJ9; LL25S6, 30Q8.

(159) LL43W7.

(160) CP. docs. 7 e 994.

(161) Valentino VIEGAS, Subsídios para o estudo das legitimações Joaninas, Lisboa, 1984, pp. 33.

(162) LL44U6.

(163) Deverá, por certo, ser gralha a associação feita de Martim do Avelar a João Fernandes de Lima, o Bom, quando deveria ser João Fernandes de Lima, Pão de Centeio (LL. Índices do vol. II/2, pp. 255).

(164) Anselmo Braancamp FREIRE, D. João de Aboim, docs. VII e IX.

(165) LL44U6.

(166) Vd. 4. RECONSTITUIÇÕES GENEALÓGICAS.

(167) LL44U6-7.

(168) CP. doc. 925.

(169) CP. doc. 28.

(170) FG. XXVIII. 22.

(171) LL60L4.

(172) FG. XXV. 171.

(173) LL51E6.

(174) FG. XXV. 171.

(175) LV1AZ10; LL36E9, 53F4-5.

(176) LL53F5.

(177) LL53G6.

(178) FG. XXI. 54.

(179) FG. XXI. 54.

(180) LL53D3.

(181) FG. XIX. 61-140.

(182) Pedro de AZEVEDO, Urraca Machado, dóna de Chellas, in "Archivo Historico Portuguez", vol. III, nº 1-2, 1905.

(183) FG. XIX. 125.

(184) FG. XIX. 125.

(185) FG. XIX. 125.

(186) FG. XIX. 124.

(187) FG. XIX. 125-126.

(188) LL44AH8.

(189) LL29A4.

(190) LL55J7.

(191) Fernando M. Moreira de Sá MONTEIRO, Os Sás e as suas origens, in "Armas e Troféus", Vª série, Tomo I, 1981, pp. 213.

(192) IDEM, ibidem, pp. 215-219.

(193) LL44AA8.

(194) CP. doc. 54.

(195) Aires de SÁ, op. cit., pp. LXV, 87, e 106-107.

(196) Carta de legitimação de 8 de Julho de 1318 (Ch. D. Dinis, Livro III, fl. 119vº).

(197) Ch. D. Afonso IV, Livro III, fl. 183vº.

(198) LL60M4.

(199) Fr. António da Assunção MEIRELES, Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Index dos Documentos do Arquivo, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, pp. 273.

(200) IDEM, ibidem, pp. 227.

(201) LL44Y8.

3.2.

(202) BSS. I. 106.

(203) BSS. I. 106.

(204) BSS. I. 106-121; III. 241-251.

(205) BSS. III. 241-252.

(206) BSS. II. 194-195.

(207) BSS. II. 186-192; José MATTOSO, Portugal Medieval - novas interpretações, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, pp. 298 e segs.; José ANTUNES, António Rezende de OLIVEIRA e João Gouveia MONTEIRO, Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da Questão, Coimbra, 1984, pp. 118-121 (Sep. de "Revista de História das Ideias", vol. VI, pp. 25-160).

(208) BSS. II. 194.

(209) BSS. II. 196.

(210) BSS. II. 195.

(211) BSS. II. 196 e segs.

(212) BSS. I. 67.

(213) LL22G13; I14; BSS. I. 206.

(214) BSS. I. 274.

(215) José MATTOSO, Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325. Volume I - oposição; Volume II - composição, Lisboa, 1985, vol. I, pp. 180.

(216) BSS. I. 118, 159.

(217) Pedro d'AZEVEDO, Os de Vasconcellos, in "Archivo Historico Portuguez", Vol. II, nº 1. pp. 364-366; BSS. I. 339-340.

(218) Também eram naturais do mosteiro de Rendufe (Cfr. José MATTOSO, Religião e Cultura (...), pp. 210 e 228-234) e em Tibães (Cfr. Fr. Leão de Santo TOMÁS, Benedictina Lusitana, I, pp. 384a).

(219) AS GAVETAS DA TORRE DO TOMBO, vol. IX (Gav. XVIII, m. 11, doc. 5); BSS. I. 339-340, 342.

(220) BSS. I. 342-343; Maria José Pimenta Ferro TAVARES, A Nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385, in "Revista de História Económica e Social", nº 12, 1983, pp. 61.

(221) CP. docs. 50, 307, 397, 402, 507, 556, 634 e 883.

(222) Armando Luís de Carvalho HOMEM, O Desembargo Régio (...), II, pp.64-65.

(223) Vd. nota 221.

(224) CP docs. 414 e 1070.

(225) BSS. III. 193-195.

(226) BSS. III. 195-196.

(227) É bem conhecido o caso dos três irmãos Azevedos casados com três irmãs Vasconcelos e dos dois irmãos Azevedos casados com duas irmãs Cunhas (Vd. LL36011, P11, Q11 e LL3008, P8, respectivamente); eram, os Azevedos "de Grijó", também naturais do mosteiro de Tibães (Vd. nota 218), e da Igreja de Vilar de Porcos (Vd. nota 8).

(228) BSS. I. 157.

(229) BSS. I. 159-160.

(230) BSS. I. 160.

(231) BSS. I. 160-167.

(232) Parece-nos que a confirmá-lo, está a nomeação de Vasco Gomes de Abreu para alcaide dos castelos de Melgaço e de Castro Laboreiro (Cfr. CP. doc. 15).

(233) PMH-Inq., pp. 596a; José MATTOSO, Identificação de um país (...), I, pp. 172.

(234) Anselmo Braancamp FREIRE, A Honra de Resende, pp. 16-18. Eram também naturais em Tibães e Vilar de Porcos (Vd. nota 227).

(235) BSS. I. 121.

(236) BSS. I. 80.

(237) BSS. I. 81-84.

(238) LL35A2-4.

(239) AS GAVETAS (...), Vol. IX (Gav. XVIII, m. 11, doc. 5); Anselmo Braancamp FREIRE, A Honra de Resende, pp. 14.

(240) LL35A4.

(241) Anselmo Braancamp FREIRE, A Honra de Resende, pp. 15 (nota 3).

(242) CP. docs. 586, 1005 e 1006.

(243) CORTES PORTUGUESAS. REINADO DE D. AFONSO IV (1325-1357), Lisboa, I. N.I.C., 1982, pp. 142-145.

(244) Sobre aquela zona consulte-se José MATTOSO, A região de Arganil: de fronteira a terra senhorial, in "A Nobreza Medieval Portuguesa - a família e o poder", Lisboa, 1981, pp. 313-327, onde se encontram vários elementos sobre os Góis.

(245) Vd. op. cit., nota supra, pp. 324.

(246) AS GAVETAS (...), Vol. IX, (Gav. XVIII, m. 11, doc. 5).

(247) LL35A1.

(248) CP. doc. 17; foram também naturais do mosteiro de Tibães (Vd. nota 227).

(249) Maria José Pimenta Ferro TAVARES, A Nobreza (...), pp. 65-66.

(250) José MATTOSO, Portugal Medieval (...), pp. 409-435.

(251) IDEM, ibidem, pp. 419 e 424.

(252) Anselmo Braancamp Freire, afirma que Maria Anes Coelho, neta de Estevão Pires, era senhora da quinta do Souto da Ribeira de Homem (Cfr. BSS. III. 195).

(253) Em 1336, a mulher de Estevão Pires Coelho doou, com seu filho João, ao Cabido da Sé do Porto, os seus direitos sobre o mosteiro de Canedo (A.D.P., Livro XXV dos Originais, fl. 10). No mesmo ano, a dita senhora fez um escambo com o mesmo Cabido, o que foi confirmado pelo referido filho (A.D.P., Livro XXV dos Originais, fl. 27).

(254) CP. doc. 173.

(255) MILENÁRIO DE AVEIRO. COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS. I - 959--1516, Aveiro, 1959, pp. 84-86.

(256) Maria Helena da Cruz COELHO, O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII, Coimbra, 1977, pp. 391.

(257) AS GAVETAS (...), Vol. II (Gav. VII, m. 6, doc. 2); CCSP. 201-203, 262-267. Os Ribeiros também eram naturais do mosteiro de Tibães (Vd. nota 227).

(258) A.D.P., Livro IX dos Originais, fl. 50; CCSP. 203-204, 215-218.

(259) AS GAVETAS (...), Vol. VI (Gav. XVII, m. 1, doc. 11); CCSP. 317-318.

(260) BSS. I. 351-352.

(261) BSS. I. 302-331.

(262) José MATTOSO, Identificação de um país (...), I, 178-180.

(263) IDEM, ibidem, pp. 178. Foram também naturais do mosteiro de Tibães (Vd. nota 227)).

(264) IDEM, ibidem, pp. 210.

(265) Ayres de SÁ, Frei Gonçalo Velho, I, pp. 79.

(266) LL25X6; Eugénio de Andrea da Cunha e FREITAS e outros, Carvalhos de Basto. A descendência de Martim Pires de Carvalho, cavaleiro de Basto, Vol. I, Porto, 1977, pp. 11-17.

(267) CP. doc. 388.

(268) Fr. Francisco BRANDÃO, Monarquia Lusitana, Parte V, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1976, fl. 246; FG. VII. 115.

(269) AS GAVETAS (...), Vol. IV (Gav. XV, m. 5, doc. 5).

(270) LL43W6.

(271) MILENÁRIO DE AVEIRO (...), I, pp. 87.

(272) CP. doc 73.

(273) CP. doc. 485.

(274) CP. doc. 504.

(275) CP. doc. 7.

(276) FG. XI. 109.

(277) José MATTOSO, Identificação de um país (...), I, 140-142.

(278) ANTT. Inquirições de D. Dinis, Livro IV, fl. 86.

(279) LL30A1-6.

(280) José MATTOSO, Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza me-

dieval portuguesa nos séculos XI e XII, Lisboa, 1982, pp. 136 e 233.

(281) PMH-Inq., pp. 1165-1166.

(282) ANTT. Inquirições de D. Dinis, Livro IV, fl 87vº.

(283) LL33D7.

(284) CP. doc. 1180. Eram também naturais do mosteiro de Tibães (Vd. nota 227).

(285) LL31F5, L8.

(286) Abel VIANA, Pedra tumular e marco funerário provenientes da freguesia de Campos, concelho de Cerveira, in "Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Alto Minho", Vol. I, Viana do Castelo, 1930, pp. 42-47. Agradecemos ao nosso colega Dr. Mário Barroca esta informação, que corrige a cronologia dos túmulos dada por aquele autor.

(287) CP. docs. 22 e 22A.

(288) LL31N9.

(289) Anselmo Braancamp FREIRE. D. João de Aboim, pp. 161 e docs. VII e IX.

(290) CP. doc. 512.

(291) CCSP. 212-215, 218-223.

(292) CCSP. 263-267.

(293) CP. doc. 925.

(294) CP. doc. 28.

(295) CP. doc. 925.

(296) PMH-Inq., pp. 427a.

(297) PMH-Inq., pp. 686.

(298) PMH-Inq., pp. 523.

(299) CCSP. 54.

(300) Marquês de ABRANTES, O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, pp. 243--244.

(301) LL53G6.

(302) LL60I2, J2.

(303) CP. doc. 54; HGCRP. XI. 365.

(304) Ayres de SÁ, Frei Gonçalo Velho, I, pp. 106-107 (Docs. LXVII e

LXVIII).

(305) Pedro A. de AZEVEDO, Os de Vasconcellos, pp. 365.

(306) IDEM, ibidem, pp. 375-376.

(307) PMH-Inq., pp. 375a.

(308) Pedro A. de AZEVEDO, Urraca Machado (...), pp. 1-33.

(309) CP. doc. 18.

(310) LL44T4.

(311) CP. docs. 761 e 769.

(312) Miguel de OLIVEIRA, Ovar na Idade Média, Ovar, Câmara Municipal, 1967, pp. 61 e 75.

(313) LL55J7.

(314) CP. doc. 42.

(315) CP. doc. 56.

3.3.

(316) Miguel de OLIVEIRA, As Paróquias Rurais Portuguesas. Sua origem e formação, Lisboa, 1950, pp. 129.

(317) IDEM, ibidem, pp. 138.

(318) Henrique da Gama BARROS, História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV, Vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945^2, pp. 258.

(319) IDEM, ibidem, pp. 257. Sobre os diversos direitos ligados ao padroado e sua origem, já se debruçaram vários autores, pelo que remetemos para os seus trabalhos as referências mais pormenorizadas, relativas a este tema: Fr. Joaquim de Santa Rosa VITERBO, Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram, Vols. I-II, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1965-1966^2 (vb- Aposentadoria, Casamento, Cavallaria^1/, Comedoria, Comedura, Herdeiros, Igreja^1/, Natura e Natural; António Caetano do AMARAL, Memórias. V. Para a História da Legislação e Costumes de Portugal, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1945^2, pp. 65-70 e 83-84; João Pedro RIBEIRO, Dissertações Chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudência Eclesiastica e Civil de Portugal, Vol. IV, Lisboa, 1867^2, pp. 123 e 131; Hen

rique da Gama BARROS, História da Administração (...), Vol. II, Lisboa, 1945², pp. 256-261; Fortunato de ALMEIDA, História da Igreja em Portugal, Vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967², pp. 106-107; Miguel de OLIVEIRA, As Paróquias (...), pp. 125-148; Jorge ALARCÃO, A Propriedade Rural do Mosteiro de Grijó, [Coimbra, 1957], pp. 6-13; José MATTOSO, L'abbaye de Pendorada des origines à 1160, Coimbra, 1960, pp. 144; IDEM, Le Monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du ciocèse de Porto de l'an mille à 1200, Louvain, 1968, pp. 60-62 e 65-72; DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL, dir. de Joel Serrão, Vols. I-IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1961-1971 (vb. Aposentadoria, Casamento, Natura, Padroado, Padroeiros); Cândido Augusto Dias dos SANTOS, O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese do Porto nas vésperas do Concílio de Trento, Porto, 1973, pp. 94-97 e 99-101; Marcelo CAETANO, História do Direito Português. I - Fontes. Direito Público (1140-1495), Lisboa, Editorial Verbo, 1981, pp. 190-191.

(320) A maioria dos autores, entende que herdeiro e natural é a mesma coisa. No entanto, João Pedro Ribeiro (Dissertações (...), IV, 131), afirma que Natural era o descendente do fundador do mosteiro ou igreja, ou iniciador da família patronal, e Herdeiro o descendente de quem anteriormente tinha adquirido uma porção do direito de padroado, sem estar ligado familiarmente àquele fundador. Sem querermos apoiar esta tese, não podemos deixar de a achar pertinente, já que a documentação, em vez de se referir por uma ou outra designação, incluí-as sempre às duas, como se de facto tivessem conotações diferentes (Cfr. António Caetano do AMARAL, op. cit., pp. 83, nota a).

(321) S. Gens de Monte Longo, 273 (Cfr. António Caetano do AMARAL, op. cit., pp. 84, nota b); Tibães perto de 200 (Cfr. IDEM, ibidem, pp. 85, nota a); Grijó, 315; Pedroso, 374 (Cfr. A.U.C., Gav. 8-A, m. 3, doc. 188); Rio Tinto, 515 (Cfr. José MATTOSO, Le Monachisme (...), pp. 64). Não eram só os mosteiros que se debatiam com este problema. Para as igrejas paroquiais veja-se o exemplo de Vilar de Porcos referido na nota 8, e CCSP, pp. 41-335, onde estão documentados vários exemplos.

(322) O mosteiro de Pedroso dispendia anualmente com os naturais 266 libras (Cfr. António Caetano do AMARAL, op. cit., pp. 87).

(323) Sobre violências e abusos dos naturais veja-se, entre outros, os casos referidos por Fr. Joaquim de Santa Rosa de VITERBO, op. cit., (vb. Chaveiro, Comedura, Natura e Natural); António Caetano do AMARAL, op. cit., pp.83 e segs.; João Pedro RIBEIRO, op. cit., Vol. I, Lisboa, 1860², pp. 307-308; Fortunato de ALMEIDA, op. cit., pp. 306-307; Miguel de OLIVEIRA, As Paróquias (...), pp. 142-145; Cândido Augusto Dias dos SANTOS, op. cit., pp. 100, 102-107 e Manuel António Fernandes MOREIRA, O Antigo Mosteiro de S. Salvador da Torre e os Pergaminhos da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1986, pp. 32-36.

(324) José MATTOSO, L'abbaye de Pendorada (...), pp. 147.

(325) Na sua maioria, os elementos recolhidos sobre abusos de nobres em relação aos direitos de padroado, são do século XIV, o que não se estranha, atendendo às alterações, ou mesmo dificuldades, sofridas pela nobreza ao longo dessa centúria. Época de reajustamentos e crises económicas, tinha que fazer sentir os seus reflexos em um grupo, que viu estremecer, quer o seu equilíbrio de forças com a realeza, quer o seu sistema de rendimentos fundiários. Vg. S. Salvador da Torre em 1307, 1311 e 1318 (Cfr. Manuel António Fernandes MOREIRA, op. cit., pp. 32-36); Recião em 1311, 1322 e 1323 (Cfr. António Caetano do AMARAL, op. cit., pp. 84 nota a); Grijó em 1365; Ferreira de Aves em 1315 (Cfr. IDEM, op. cit., pp. 83 nota a); Vairão em 1311 (Cfr. IDEM, ibidem, pp. 85 nota a); Tibães em 1274 (Cfr. Fr. Leão de Santo TOMÁS, op. cit., I, 383 a) e em 1312 (Cfr. IDEM, ibidem, I, 383b-384a e António Caetano do AMARAL, op. cit., pp. 85 nota a); S. Gens de Monte Longo em 1338 (Cfr. António Caetano do AMARAL, op. cit., pp. 86); Rio Tinto em 1311 (Cfr. José MATTOSO, Le Monachisme (...), pp. 64); Pedroso em 1315 (Cfr. João Pedro RIBEIRO, op. cit., I, 308-313), 1323 (Cfr. António Caetano do AMARAL, op. cit., pp. 83 in nota), 1326, 1363, 1367 e 1370 (Cfr. Gabriel V. M. PEREIRA; Catálogo dos Pergaminhos do Cartório da Universidade de coimbra, Coimbra, 1880, pp. 52, 55-56, 56 e 57, respectivamente);

Mancelos em 1336 (Vd. nota 8) e S. Simão da Junqueira tambem no século XIV (Vd. nota 8).

(326) PMH-Leges, pp. 185-189.

(327) PMH-Leges, pp. 202-210; LIVRO DAS LEIS E POSTURAS, Lisboa, 1971, pp. 141-147.

(328) LLP. 147. Fr. Francisco BRANDÃO, Monarquia Lusitana, Parte VI, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980, fl. 120-122.

(329) Sobre a ausência de indicação do número de besteiros e peões que poderiam acompanhar o rico-homem, vejam-se as judiciosas reflexões de Jorge ALARCÃO, op. cit., pp. 20, nota 1.

(330) A lei de 1261, só refere a comitiva dos filhos dos ricos-homens (três cavaleiros, se não tivesse contia do rei). Não se refere, porém, aos filhos dos infanções e cavaleiros (PMH-Leges, pp. 204).

(331) LLP. 148.

(332) LLP. 148.

(333) LLP. 153.

(334) LLP. 148.

(335) PMH-Leges, pp. 206 - texto A.

(336) António Caetano do AMARAL, op. cit., pp. 88 in nota.

(337) LLP. 150-151.

(338) LLP. 150.

(339) António Caetano do AMARAL, op. cit., pp, 85 nota a, e 87 nota a.

(340)Henrique da Gama BARROS, op. cit., II, pp. 261-266.

(341) CORTES PORTUGUESAS. REINADO DE D. AFONSO IV (1325-1357), Lisboa, 1982, pp. 21-24.

(342) CORTES PORTUGUESAS. REINADO DE D. PEDRO I (1357-1367), LISBOA, I. N.I.C., 1986, pp. 23-24.

(343) ORDENAÇÕES AFONSINAS, Vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 7-8 e 15.

(344) IDEM, ibidem, pp. 349.

(345) Documento de 14 de Março, existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, mas infelizmente incompleto, como já referimos anteriormente (Vd. nota 1).

(346) Veja-se os exemplos do CCSP. 41-335 e em João Pedro RIBEIRO, op.

cit., Vol. IV, II parte, pp. 148-151.

(347) Carta de 16 de Junho daquele ano, publicada em LLP. 196. Sem se referir concretamente às comedorias, veja-se um outro diploma do mesmo monarca, sem data em ORDENAÇÕES AFONSINAS, Livro IV, pp. 359--360.

(348) São os casos dos ricos-homens D. Álvaro Pires de Castro e de Vasco Martins de Sousa. A excepção é a de Rodrigo Afonso de Sousa e sua mulher Dona Violante. Uma possível explicação é a de a graça régia se dirigir à comedoria simultânea dos dois conjuges, o que de facto não era permitido pelas leis gerais sobre comedorias.

(349) A propósito de S. Simão da Junqueira, foi-nos amavelmente referido pelo Dr. Eugénio da Cunha Freitas que, no século XIII, todos os naturais da família Cunha cederam ao mosteiro os seus direitos de padroado. Ver outros casos de cedência de direitos em José MATTOSO, Portugal Medieval (...), p. 214, nota 37.

(350) Casou antes de 1372 (Cfr. BSS. III. 249).

4. RECONSTITUIÇÕES GENEALÓGICAS

A reconstituição da genealogia das famílias nobres portuguesas durante o período medieval está, a nosso ver, longe de ser uma actividade inútil, sobretudo para os séculos XIII e XIV. De facto, se por um lado a existência dos nobiliários medievais auxilia em muito o conhecimento dessas famílias, também não deixa de ser verdade que essas fontes, despidas normalmente de dados cronológicos e biográficos ou referindo-os apenas sumariamente, se tornam muitas vezes num encadeado árido e pouco atraente de gerações. Para além disso, só quando confrontados com a documentação coeva, e dessa maneira avaliada a sua real autoridade, é que se tornam em imprescindíveis fontes para o conhecimento da sociedade medieval portuguesa.

Nesse aspecto, os séculos XIII e XIV têem sido um pouco postos de parte, e só pontualmente a respeito de uma pessoa ou família se tem elaborado boas monografias (1). Braamcamp Freire deixou importantes notícias para algumas famílias, mas normalmente só se debruçou sobre o ramo principal de cada uma (2); o mesmo se pode dizer de Carolina Michaelis que, compreensivelmente, apenas se fixou nas gerações próximas dos «seus» trovadores (3).

Por outro lado, os trabalhos pioneiros de Emílio Saez (4), José Mattoso (5) e Almeida Fernandes (6) que se voltaram sobretudo para o período anterior à (ou da) fundação da nacio

nalidade, rara e lamentavelmente foram continuados para períodos posteriores ao século XII. Apenas o segundo daqueles autores, tem continuado a avançar para épocas mais recentes, mas o carácter de síntese e a preocupação de encontrar novas vias de investigação que se revelam nas suas últimas produções afastaram-no da temática dos seus primeiros trabalhos.

A falta de uma monografia especializada sobre uma família nobre, no período que vai do fim do século XI à segunda metade do XIV, e as suas numerosas ligações com muitas outras famílias da mesma classe social, justifica amplamente a inclusão neste trabalho, de um capítulo dedicado à genealogia da família patronal do mosteiro de Grijó.

Poderemos assim, no capítulo seguinte e dando especial relevo à última centúria, encontrar as suas principais características e se possível contribuir para um melhor conhecimento da nobreza medieval portuguesa.

◆ ◆ ◆

Os nove parágrafos que se seguem, correspondem a outras tantas árvores genealógicas que se apresentam no Apêndice II. Cada descendente do «fundador» da família tem um algarismo árabe correspondente dentro da sua árvore respectiva. O marido ou mulher de cada um dos descendentes tem o mesmo número que o seu consorte, acrescido de um a ou b conforme é 1º ou 2º ma-

trimónio. Estas referências numéricas são sempre antecedidas, no texto, de um número romano relativo à árvore em que se encontram (exp. I 34 b). Os nomes entre parêntesis curvos são hipotéticos; a letra N. significa nome ignorado. Sempre que fôr necessário, para maior clareza do texto, abrir-se-ão alíneas dentro de cada parágrafo. Devemos ainda referir que os títulos de Dom e Dona são apenas indicados quando apoiados documentalmente ou nos Livros de Linhagens.

§ I

Antes de iniciar a genealogia da família patronal do mosteiro de S. Salvador de Grijó, é necessário dizer algumas palavras sobre a ascendência do seu fundador: Soeiro Fromarigues.

Segundo José Mattoso, poderia ser filho de Fromarico Viegas e de Ausenda e neto paterno de Egas Eriz Iala e de Ildôncia Fromariques (7). A abonar esta hipótese estariam o «patronímico, a época, a região em que viveu, e o facto de dois de seus filhos se chamarem Ero e Ausenda». Ainda de acordo com o mesmo autor, poderia ser irmão de Elvira Fromariques que, em 1078, doou os seus bens ao mosteiro de Pedroso (8), mosteiro que, como é sabido, é vizinho do de Grijó. Já em trabalho anterior, Miguel de Oliveira tinha chamado a atenção para esta possível relação, acrescentando o nome de mais dois possíveis irmãos de Soeiro: Paio Fromarigues, que em 1102 era proprietário em Válega (9) e que em 3 de Outubro de 1093 presenciou uma doação de Soeiro a Grijó (10); e Mendo Fromarigues que, provavelmente em 1074, a 1 de Janeiro, testemunha uma compra feita por Soeiro Fromarigues, e que a 7 de Junho de 1104 confirma a doação ao mosteiro de Grijó feita por todos os filhos do mesmo Soeiro (11). Eram seguramente seus irmãos, um Tedon Fromarigues e um Gonçalo Fromarigues que Soeiro refere na sua doação a Grijó de 1093, acima mencionada, como já falecidos (12).

Isto é o que se apurou sobre os ascendentes. Vejamos então a sua descendência.

♦

♦ ♦

1 - SOEIRO FROMARIGUES, provavelmente filho de Fromarico Viegas e Ausenda. A sua importância em relação a Grijó reflecte-se na doação que faz ao mosteiro em 3 de Outubro de 1093 e em que lhe doa 60 passais (13). Mas impressionante, é a sua política de aquisição de terras que mantem de 1074 (1 de Fevereiro) até 1101 (29 de Dezembro) (14), e que lhe permitiu tornar-se um dos homens mais poderosos da região de Gaia e do Vouga (15).

A sua importância na região deveria ter-lhe dado relações na Corte, porque comandava uma hoste que ia em defesa de Santarém, quando morreu em Vatalandi, possivelmente em 1103 (16).

Antes de 1082 casou com ELVIRA NUNES «AUREA» (1a) porque os dois, a 18 de Março daquele ano, compram terras a um Recemundo Alvarez (17). Estará sempre com seu marido em todas as aquisições até 1101. A partir daí, a sua importância na família continua a fazer-se sentir, quer confirmando documentos dos filhos (18) ou adquirindo mais terras (19), quer fazendo doações pias (20) ou legando bens aos netos (21). A sua morte pode situar-se antes de Novembro

de 1152 (22), se é que era ainda viva em 1148 (23). Deste casamento nasceram 10 filhos:

2 - Nuno Soares, que SEGUE;

3 - SOEIRO SOARES DE GRIJÓ, que surge na documentação entre 1104 e 1150, já que não nos parece ser o Soeiro Soares que em 1064 faz compra de terras (24). Também faz doações ao mosteiro (25) e compra terras (26); confirma também documentos relativos a irmãos (27). Não se sabe com quem casou, mas teve uma filha, a quem Elvira Nunes «Aurea» doou uma propriedade (BF.190); a esta filha, talvez ilegítima, porque afirma ter sido educada pelo pai e por um tio, doou várias terras antes de 1126 (28). Filha:

16 - ELVIRA SOARES DE GRIJÓ. Como vimos, recebeu em 20 de Abril de 1121 uma doação de sua avó Elvira Nunes. Também doa bens a Grijó, que lhe tinham sido dados pelo pai, a 27 de Junho de 1126 (BF. 179), com seu marido SOEIRO ODORIZ (16a) em 1135 (29). Casou antes de 1131, porque a 17 de Abril desse ano ambos compraram terras em Agoncida (30). Ao que parece não tiveram filhos.

4 - PAIO SOARES DE GRIJÓ foi, com seu irmão Nuno, aquele que mais continuou a política de aquisição de terras e doações a Grijó. Referenciado entre 1104 e 1151, já deveria ter morrido em 1160, porque em

Março desse ano foram vendidas propriedades que tinham sido suas (31). Para além das doações (32) e compras de propriedades (33), também confirma documentos relativos a irmãos (34). Em 1123 governava, juntamente com seu filho Afonso, o castelo de Benviver (35). Casou duas vezes: a 1ª, antes de 1122 (36), com **BOA VIEGAS (4a)**, filha de Egas Moniz e provavelmente de Maiorina Florenciz (37). Com ela aparece em documentos até 1123 (38). Pensamos que os filhos de Paio Soares foram tidos deste património. Casou 2ª vez com **MARIA GODINS (4b)** antes de Abril de 1151 (39). Filhos do 1º matrimónio:

17 - **FERNANDO PAIS DE GRIJÓ** que se referencia entre 1132 e 1161. Doou ou vendeu a Grijó várias propriedades (40). Não se sabe com quem casou, mas teve um filho:

30 - **PEDRO (FERNANDES) DE GRIJÓ** que deverá ter sido monge em S. Salvador de Grijó (41).

18 - **AFONSO PAIS DE GRIJÓ**; segundo José Mattoso, era talvez filho de Paio Soares e Boa Viegas e tinha grandes propriedades a sul do rio Douro (42). Foi governador do castelo de Benviver, pelos anos de 1123, em conjunto com seu pai, como ficou referido. Terá casado uma primeira vez com **MARIA GONÇALVES**

(18a), com quem viveu entre 1122 e 1127 (43); e uma segunda vez, provavelmente, com TERESA RABALDES (18b), antes de 30 de Março de 1131 (44) até Março de 1138 (45). Teresa, era viúva de Gonçalo Gonçalves, mordomo de D. Teresa em Viseu (46).

19 - ELVIRA PAIS DE GRIJÓ, referenciada entre Maio de 1132 e Maio de 1159 (47). Casou antes de 1137 com NODARIO CIDIZ (19a) com quem surge a vender, a 12 de Fevereiro, uma herdade a um sobrinho de ambos, Paio Tructesendes (48).

5 - PEDRO SOARES DE GRIJÓ, surge na documentação entre 1104 e 1136. Faz diversas doações a Grijó (49) e assina documentos de irmãos (50). Casou antes de 1129 com MARIA RABALDES (5a), com quem comprou terras a 16 de Julho (51). É possível que tivessem filhos, mas não conseguimos saber os seus nomes (52).

6 - ERO SOARES DE GRIJÓ, faz doações a Grijó em 1104 e 1134 (53). Em 1114, comprou uma herdade em Argoncilhe (54). Não sabemos se casou.

7 - MAIOR SOARES DE GRIJÓ, como os seus irmãos, doa bens ao mosteiro de Grijó (55). Em 1112 recebe uma doação da Rainha D. Teresa (56). Já tinha morrido em 1151, quando um dos seus filhos vende terras que tinham sido dela (57). Casou com MENDO GONÇALVES (7a), filho de Gonçalo Eriz e de Madredona, que com

sua mulher, ou por ele, recebe a doação de D. Teresa, em paga de serviços prestados. Filhos:

20 - ONEGA MENDES (DE GRIJÓ), apenas referida em [1143], numa venda de terras (58).

21 - TRUILHE MENDES (DE GRIJÓ) que, como sua irmã, também só tem referências para 1143 (59).

22 - FERNANDO MENDES (DE GRIJÓ) também só é referido na data atrás mencionada, quando com suas irmãs vende terras em Tarouquela (60).

23 - GONÇALO MENDES (DE GRIJÓ) é dos quatro irmãos aquele que mais elementos reúne. Nascido antes de 1118 (61), já deveria ter morrido em 1160 (62). Fez várias doações e vendas ao mosteiro de Grijó (63). Para além dos bens situados na região do mosteiro, adquiriu terras na zona de Guimarães (64). Casou com GONTINHA GUTERRES ou MENDES (23a) antes de 1125 (65) e dela teve uma filha:

31 - GONTINHA GONÇALVES (DE GRIJÓ) que fez duas doações a Grijó em 1142 e 1143 (66).

8 - ADOSINDA SOARES DE GRIJÓ que se referencia em 1104 e 1123 (67) doando, nesta última data, todos os seus bens ao mosteiro de Grijó.

9 - OUROANA SOARES DE GRIJÓ é a única irmã de Nuno Soares referida nos Livros de Linhagens, casada com

GONÇALO SOARES MOURO (9a), um bastardo da casa da Maia (LV2F6). A ser verdade, terá sido o seu primeiro marido e falecido antes de 1128 (68), porque a partir de 25 de Julho desse ano até 19 de Março de 1151 aparece sempre com o seu marido GONÇALO GUTERRES (9b) (69). Deverá ter falecido entre esta última data e Março de 1154. É curioso referir que, por vezes aparece com o nome de Ermesenda, mas esse era o seu cognome pelo que optámos pelo nome acima. Como seus irmãos fez doações a Grijó (70).

24 - MENDO LEVER, só aparece referido num documento de 1151 (71), mas reportando-se a época anterior.

25 - NUNO GONÇALVES (DE GRIJÓ); a sua actividade resume-se a doações e trocas de terras, entre 1146 e 1154, e quase sempre com o mosteiro de Grijó (72). Como em relação ao irmão não sabemos se casou.

10 - TODA SOARES DE GRIJÓ também faz doações a Grijó (73). Casou antes de 1157 com MENDO GONÇALVES (10a) (74). Não devem ter tido filhos.

11 - SALVADOR SOARES DE GRIJÓ é o último filho de Soeiro Fromarigues. Faz doações a Grijó entre 1104 e 1150 (75), já que a data de 1102, em que aparece com sua mulher MADREDONA SOARES (11a) a partilhar

bens, deve estar errada (76). Tiveram uma filha:

26 - MARIA SALVADORES DE GRIJÓ que, em Janeiro de 1158, faz testamento com seu marido RODRIGO TRUCTESENDES (26a) a favor do mosteiro de S. Salvador de Grijó, onde queriam ser enterrados (77).

2 - Dom NUNO SOARES DE GRIJÓ foi, depois de seu pai, o grande protector do mosteiro de S. Salvador e provavelmente aquele a quem se atribuía a construção da igreja. Daí, que o Conde D. Pedro se lhe refira como «o que fez Eigrejoo» (78). Encontra-se referenciado entre 1102 (79) (já que é pouco provável que seja o Nuno Soares que, em 24 de Abril de 1096 faz uma doação à Sé de Braga (80)) e 1157 (81). Como seus irmãos e outros parentes, a quem confirma vários documentos (82), também doou bens a Grijó (83). Mas a sua protecção ao mosteiro, tão intimamente ligado à sua família, não se verificou pelas doações; de facto, foi ele que conseguiu de D. Teresa a carta de couto, em 1128 (84) e é também a ele que o Bispo de Coimbra encarrega, em 1132 (85) de proteger a igreja de S. Salvador. Nesse ano, o mosteiro adopta os costumes canonicais de Santa Cruz de Coimbra (86) e logo, em Maio desse ano, sua mãe e todos os seus irmãos fazem doação da mesma igreja à comunidade de Grijó (87). Também exerceu actividade junto da corte condal (88) e da de Afonso Henriques que, por certo, apoiou (89) e, pelo menos duas vezes, fez parte de um tribunal

em Santa Maria (90). Comprou e vendeu muitas terras (91) em Mozelos, Ordonhe, Corveiros, Pedroso, Brito, Grijó, Moimenta, Sermonde, S. Félix da Marinha, Vermuim, Migide, Rodariz, Tarouquela, Paço, Vila Cova, Canelas, Nogueira, Várzea, Almeara, S. Mamede, Serzadelo e Linhares, ou seja, numa área comprendida entre Gaia e Aveiro, como se pode ver pelas cartas de doação, compra e venda referidas nas notas. Casou uma primeira vez com URRACA MIDIZ (2a) antes de 1112 (92) e em 1117 já se encontrava casado com ELVIRA GOMES (2b) (93), que deverá ter morrido entre Maio e Dezembro de 1157 (94). Pensamos que são deste último matrimónio os filhos seguintes:

12 - SANCHA NUNES DE GRIJÓ referencia-se entre 1136, ano em que faz uma doação a Grijó (95) e 1144 (96). Casou, antes de 1141 (97), com PEDRO GUTERRES ou GODINS (12a) com quem aparece até 1144 (98). Não devem ter tido filhos.

13 - TERESA NUNES DE GRIJÓ só se referencia em 1144, doando bens a Grijó (99).

14 - PEDRO NUNES DE GRIJÓ aparece pela primeira vez em 1121 recebendo uma doação de sua avó Elvira Nunes (100) que, passados dois anos, lhe volta a doar terras (101). Antes de 1158 casou com TODA RANDULFEZ (14a), com quem compra terras, em Dezembro (102). Não deve ter tido filhos.

15 - Maria Nunes, que SEGUE;

15 - Dona MARIA NUNES DE GRIJÓ parece ter sido a única filha de Nuno Soares que teve descendência. O problema que se levanta com esta neta de Soeiro Fromarigues é o de saber com quem de facto casou. Maria Nunes, que não é nunca referida em BF, era possivelmente casada, segundo José Mattoso, ou com Sarracino Viegas «Espinha» (103), ou, em 1148, com Fernando Gonçalves, filho de Gonçalo Eriz (104). No entanto, em LL, vem casada com Dom MONIO OSOREZ DE CABREIRA (15a), que era talvez parente de Rodrigo Peres Veloso, conde de Cabreira e mordomo-mor de D. Afonso Henriques em 1140-1141 (105). A nossa preferência pela solução LL radica no facto de os netos de Nuno Soares terem o patronímico Moniz e de aquela fonte indicar expressamente a sua descendência (106). Não deixa, contudo, de ser também uma hipótese. Filhos:

27 - Paio Moniz, que SEGUE;

28 - Dom MARTIM MONIZ DE RIBEIRA E CABREIRA «o que matarom os Mouros em Lixboa aa porta que chamam de Martim Moniz» (LL53A2). Célebre figura da reconquista, cuja «história» é tida como lendária (107). É no entanto provável que tenha morrido na conquista de Lisboa em 1147, e é possível que a lenda se tenha construído para contrabalançar a imagem de covardia deixada por um dos seus descendentes, como veremos. Segundo Frei António Brandão esteve na batalha de Ourique em 1139 (108). Casou, em data

desconhecida, com **TERESA AFONSO (28a)** (109). Dela teve descendência que será tratada no §II.

29 - **Dona MARIA MONIZ DE RIBEIRA E CABREIRA** de cujo comportamento o Conde D. Pedro teceu comentário pouco lisongeiro (LL53D3). A sua descendência será tratada no §VI.

27 - **Dom PAIO MONIZ DE RIBEIRA E CABREIRA**, como é apelidado em LV1A09. Alcançou posições de prestígio, talvez por influência paterna, na corte de Sancho I entre 1187 e 1202 (110). Entre 1199 e 1202 foi alferes do monarca (111). Recebeu doações de D. Sancho em 1188 (112) e 1200 (113). Terá casado com **Dona URRACA NUNES DE BRAGANÇA (27a)** que era, pela sua mãe da família dos Riba Douro. Teve um paço em Guimarães (114). Filhos:

32 - Martim Pais, que SEGUE:

33 - **N. PAIS RIBEIRA**. Supomos que existiu, porque em LV1A09 se afirma que seus pais tiveram um filho e duas filhas. A não ser que fossem dois filhos (Vd. 35).

34 - **Dona MARIA PAIS RIBEIRA**, muitas vezes referida por «Ribeirinha», é talvez das mulheres que mais marcou a sociedade cortezã do século XIII. A ela se deve a inspiração de Paio Soares de Taveirós para compor uma das mais belas cantigas de meestria da nossa poesia trovadoresca (115). No que diz respeito à «nossa» família patronal, foi ela também que

a elevou ao cume da sociedade portuguesa. Fosse ou não por barregania, o certo é que os seus descendentes eram, no século XIV, os que ocupavam os lugares cimeiros da nobreza, quer nacional quer castelhana. Vejamos o seu «percurso». Depois de ter sido, provavelmente, amante do trovador acima referido, tornou-se barregã de D. SANCHO I (34a), entre 1200 e a morte do monarca em 1211 (116). De facto, o «Povoador» faz-lhe, e aos filhos de ambos, várias doações (117), algumas delas confirmadas posteriormente pelos seus sucessores (118). Desta união houve descendência que será tratada no §IV. Continuamos a encontrar referências suas em 1226 (119) e 1243 (120), fazendo doação de padroados, e em 1253 vendendo uma herdade a D. Afonso III (121). Nesse mesmo ano, por carta de 28 de Abril, é intimada pelo monarca a deixar livre a igreja de S. João de Vila do Conde, que usurpara (122). É possível que tenha morrido antes de 1258, porque naquele ano foi dito que Vila do Conde era dos seus netos (123), e que em Avelaneda havia 12 casais que tinham sido dela (124). Nas inquirições de 1288-1290 viu-se que tinha honrado vários lugares nos julgados da Maia e de Penafiel de Sousa (125). Foi sepultada no mosteiro de Bouro (126). Mas regressemos ao ano da morte de D. Sancho I. No regresso dos funerais, em San

ta Cruz, D. Maria Pais foi raptada, e seu irmão, Dom Martim Pais, que a acompanhava, ferido. Foi o autor da proeza GOMES LOURENÇO DE ALVARENGA (34b) que pagou com a vida esta sua aventura (127). Regressada de Leão, para onde a levara Gomes Lourenço, casou com Dom JOÃO FERNANDES DE LIMA, o Bom (34c) que tinha sido mordomo de Sancho I entre 1186 e 1208 (128). Da descendência deste casamento trataremos no §V.

35 - (NUNO PAIS RIBEIRO). A inclusão deste filho de Paio Moniz, que os nobiliários medievais não referem, baseia-se no patronímico e, sobretudo, no facto de muitos dos naturais de Grijó, em 1365, descenderem de Pedro Nunes Ribeiro, Pestanas de Cão, que julgamos ser seu filho (129). Teria casado com MOR PAIS ROMEU (35a) (130), de quem teve descendência que será tratada no §VII. De qualquer maneira, esta filiação é hipotética e carece de prova documental.

32 - Dom MARTIM PAIS RIBEIRA que fundou a linhagem de Berredo (131). Foi pelo menos, em 1229 e 1235 governador de Lanhoso (132) e rico-homem de D. Sancho II desde 1223, ano em que assina a concórdia entre o rei e suas tias (133). Tinha terras no julgado de S. João de Rei (134) e no de Guimarães (135). Casou com Dona MARIA PAIS DE BERREDO ou VALADARES (32a), filha de Paio Soares de Valadares e de Elvira Vasques de Soverosa (136), de quem teve:

36 - Dom GIL MARTINS RIBEIRA não teve descendência. Foi morto no mosteiro de Fonte Arcada por Aires Anes de Freitas, antes de 1247. A sua morte deu origem a um caso célebre, narrado pelo Conde D. Pedro (137).

37 - Dom LOURENÇO MARTINS DA RIBEIRA ou DE BERREDO, já que suas irmãs usaram o apelido Berredo, pelo que julgamos que os Lourenço Martins (da Ribeira e de Berredo) referidos nos nobiliários são a mesma pessoa. A ser assim, casou com TERESA PAIS (37a) de quem terá tido filhos (LD13C5) ou com Dona TERESA RODRIGUES DE BRITEIROS (37b), irmã de seu sobrinho – I42a (LV1AC10), e que depois de enviuvar entrou para Lorvão onde, em 1260, fez uma doação a sua cunhada, Teresa Martins (138). Teve uma filha bastarda de Dona TERESA PIRES DE BRAGANÇA (37c) (LD12F8):

41 - Dona ALDA LOURENÇO DE BERREDO que casou com MARTIM PIRES DE BARBOSA (41a) e com ele vendeu a D. Afonso III certos bens de Lourenço Martins de Berredo, por mil libras. Em 6 de Dezembro de 1268, o monarca estando em Coimbra, revogou a venda, porque esses bens foram reclamados por Maria Anes da Veiga e seu marido Mem Rodrigues de Briteiros, como bens de avoenga (139). Ora este documento confirma, a nosso ver, a identidade

dos dois Lourenço Martins, acima, porque Maria Anes da Veiga era filha de Teresa Martins de Berredo, irmã de Lourenço Martins da Ribeira.

38 - Teresa Martins, que SEGUE;

39 - Dona ALDARA MARTINS DA RIBEIRA só referida em LV1S10, casou com Dom FERNÃO LOPES de quem não se sabe a ascendência. Segundo a mesma fonte não tiveram filhos.

40 - Dona ELVIRA MARTINS DA RIBEIRA (LV1S10) ou DE BERREDO (BF.314) foi monja em Lorvão e em Junho de 1264, com autorização da sua abadessa, doa bens a Grijó em Oliveira do Douro, juntamente com sua irmã Teresa, que o pai, Martim Pais de Berredo já dispuzera a favor do mosteiro (140). Mas é possível que tenha entrado para Lorvão depois de enviuvar de P. NUNES (40a) com quem cede à Sé do Porto, em Julho de 1239, o seu direito sobre a igreja de Santa Cruz de Riba Leça (141). Ora, como veremos, no ano seguinte, sua irmã Teresa Martins e o marido, vão abdicar do mesmo direito.

38 - Dona TERESA MARTINS DA RIBEIRA ou DE BERREDO referencia-se a partir de 1226 quando, em Setembro desse ano, confirma um documento de sua tia, Maria Pais Ribeira (142). Casou, antes de Maio de 1240, com Dom JOÃO PIRES DA VEIGA (38a) com quem cede os seus direitos sobre a igreja de

Santa Cruz de Riba Leça (143). Também como sua irmã doou bens a Grijó, em 1264 (144). Tiveram uma filha:

42 - Maria Anes, que SEGUE;

42 - Dona MARIA ANES DA VEIGA é a sobrinha de Lourenço Martins de Berredo que encontramos a reclamar certos bens de avoenga em 1268 (145). Como vimos, já nesse ano, a 6 de Dezembro, estava casada com Dom MEM RODRIGUES DE BRITEIROS (42a) e foi sem dúvida uma aliança importante, porque Mem Rodrigues foi um dos ricos-homens mais importantes da corte de Afonso III e de seu filho D. Dinis, muito embora os trovadores seus contemporâneos o tenham usado como alvo para certos «escarnhos» (146). Confirma documentos dos dois monarcas entre 1263 e 1304 (147). Foi tenente das Terras da Maia, e de Sousa e em um documento régio confirma como vice-mordomo (148). Tinha em 1258, propriedades no julgado de Guimarães (149) e neste mesmo ano, com sua irmã Maria Rodrigues, doou a quintã de Novelas (talvez em terras de Santa Maria) ao mosteiro de Arouca (150), e em 1290 tinha bens na freguesia de Santa Maria de Corvite, também em Guimarães (151). Dois anos antes tinha-se candidatado à herança do Conde D. Gonçalo Garcia de Sousa (152). Ainda era vivo em 1315, porque nesse ano recebeu comedoria como rico-homem natural do mosteiro de Tibães (153). Dele se conserva uma matriz sigilar do século XIII (154). Tiveram os seguintes filhos:

43 - MARTIM MENDES DE BRITEIROS tinha em 1290 alguns ca

sais na freguesia de S. Martinho de Gondomar, em Guimarães (155). Em 1312 e 1315 confirma doações régias (156). Não deixou descendência.

44 - João Mendes, que SEGUE;

45 - URRACA MENDES DE BRITEIROS (LV1S12), que não deixou qualquer referência.

46 - MARIA MENDES DE BRITEIROS, que foi freira.

47 - MARIA (ou Mécia — LD504) MENDES RIBEIRA, também freira.

48 - GUIOMAR MENDES DE BRITEIROS, abadessa de Celas e morta em circunstâncias invulgares (LD504).

49 - TERESA MENDES DE BRITEIROS, abadessa de Lorvão (LD504).

44 - Dom JOÃO MENDES DE BRITEIROS que foi trovador (157), e é possível tivesse sido vassalo da casa do Infante D. Dinis (158), já que era natural que D. Afonso III quizesse junto do infante, filhos dos seus homens de confiança e nós já vimos a posição que seu pai ocupava na corte. Aliás, a primeira notícia que temos dele é de 1274, confirmando um documento do Bolonhês (159). Entrados já no reinado de D. Dinis vemo-lo ao lado de seu pai e seu tio, João Rodrigues de Briteiros, a testemunhar documentos régios, entre 1288 e 1307 (160), se bem que em 1320 ainda seja ouvido pelo monarca acerca de questões levantadas pelo Infante D. Afonso (161). A confiança de D. Afonso III em João Mendes era, por certo, grande porque, por volta do ano de 1274 (162),

o casou com sua filha bastarda **Dona URRACA AFONSO (44a)**, a quem deu como dote terras em Pinhel, Guimarães, Refójos, Óbidos e na Guarda (163). Em 1290, tinham bens no julgado de Aguiar de Sousa e Penafiel de Sousa (164); em 1308, trazia por honra 3 casais em Santa Cristina de Longos (Guimarães) (165); em 1312 sua mulher, Urraca Afonso, fez um prazo em Santa Cruz de Lumiares (Lamego) (166) e, no ano seguinte, marido e mulher, doam ao mosteiro de Arouca bens no bispado da Guarda e de Tuy (167). Em 1319, a 24 de Abril, os fregueses de Figueira (Lamego), deram-lhe a ele e aos seus descendentes, o direito de apresentação da respectiva igreja (168). A última notícia que temos do casal é de 1323, quando fazem uma grande doação a Tarouca (169). Mas a última referência que temos, de 1339 (ou 33?), refere João Mendes sózinho. Trata-se de uma carta enviada ao Bispo de Lamego e confirmada por suas filhas Guiomar e Leonor, pela qual apresenta o pároco da referida igreja de Figueira (170). Deste casamento nasceram os seguintes filhos:

50 - FERNÃO ANES DE BRITEIROS (LL23A3), morreu sem descendência.

51 - Gonçalo Anes, que SEGUE;

52 - Dona GUIOMAR ANES DE BRITEIROS (ou DE BERREDO – LD505) que não teve descendência. Em 1338 fez uma larga doação à Sé de Lamego (171). Morreu a 25 de Maio de 1342 sendo sepultada na Sé de Lamego depois de

ter feito, dois dias antes, testamento em Lumiares (172). Como já ficou dito atrás, confirmou um documento de seu pai em 1339.

53 - Dona LEONOR ANES DE BRITEIROS (ou DE BERREDO – LD505) que também confirmou em 1339 o documento de seu pai. Tinha, em 1342, um terço da Vila de Aveiro (173). Não conseguimos saber o ano em que morreu (174), como não conseguimos apurar o ano em que casou com MARTIM ANES DE BRITEIROS (53a) que nunca aparece na documentação com sua mulher, o que se poderá explicar pelo facto de a Igreja ter anulado o casamento, por serem primos (LL23A3 e B3). De Martim Anes, que era filho de um importante aliado do Infante D. Afonso, com o mesmo nome, nada conseguimos apurar. Deste casamento nasceu uma filha, da qual não apuramos o nome:

60 - N. (MARTINS DE BRITEIROS).

João Mendes teve ainda fora do matrimónio os seguintes filhos:

54 - MARIA ANES DE BRITEIROS (LD4T9; LL30E7), legitimada por D. Dinis em 1298 (175), casou com FERNÃO AFONSO DE CAMBRA (54a) e dos quais nada soubemos.

55 - LOURENÇO ANES DE BRITEIROS. Guiomar Anes, sua meia-irmã, referiu-se-lhe, afirmando que ele se dizia seu irmão (176), pelo que o colocámos como filho bastardo.

51 - Dom GONÇALO ANES DE BERREDO que é possível tenha sido conselheiro de D. Dinis, em 1320 (177), casou com DONA SANCHA PIRES DE GUSMÃO (51a), já viúva em 1329 (178), e que em 1344 pediu a D. Afonso IV que lhe confirmasse as jurisdições dos coutos de Paço Real e Martim de Ulveira, o que obteve por carta de 15 de Maio (179). Deste casamento nasceram:

56 - Maria Gonçalves, que SEGUE;

57 - N. (GONÇALVES DE BRITEIROS)
58 - N. (GONÇALVES DE BRITEIROS) } Vd. nota 178.
59 - N. (GONÇALVES DE BRITEIROS)

56 - Dona MARIA GONÇALVES DE BERREDO herdou, em 1343, os bens de sua tia Guiomar Anes repartindo-os, naquela data, com seus tios, Leonor e Lourenço Anes (180). A herança trouxe alguns problemas com o cabido da Sé Lamego, arrastando-se o processo por vários anos (181). Ainda era viva em 1387, quando apresentou pároco para a igreja de Figueira (182). Casou, em data que desconhecemos, mas seguramente antes de 1363, ano em que, a 21 de Novembro, seu marido, Dom RUI VASQUES PEREIRA (56a) conseguiu de D. Pedro, uma carta de couto para umas propriedades no termo de Espinhel, e relativas à herança recebida, havia anos, por sua mulher (183). Rui Vasques pertencera, em 1355, à casa do Infante D. Pedro (184). Deste casamento nasceram os seguintes filhos:

61 - João Rodrigues, que SEGUE;

62 - Dom JOÃO MENDES PEREIRA, de quem nada soubemos, assim como de sua irmã.

63 - Dona SENHORINHA RODRIGUES PEREIRA.

61 - Dom JOÃO RODRIGUES PEREIRA. Dele também nada soubemos (185).

§ II

Como dissemos no parágrafo anterior, houve descendência do casamento de Martim Moniz (I28) com Teresa Afonso (I28a). Dessa descendência se tratará neste parágrafo e no seguinte. Filhos:

1 - Pero Martins, que SEGUE;

2 - JOÃO MARTINS (DE CABREIRA) SALSA. Dele nada sabemos, a não ser que casou (LL53F4) com Dona URRACA VIEGAS (2a), de quem teve filhos, que trataremos na alínea a.

3 - MARTIM MARTINS DE CABREIRA, foi arcediago da Sé de Braga (LL53C3) e, em data desconhecida, deixou testamento a favor de seus sobrinhos Estevão Anes de Vasconcelos e Pero Anes Alvelo (186).

1 - PERO MARTINS (DE CABREIRA) DA TORRE; não se sabe se o apelido Torre dirá já respeito à de Vasconcelos (187). Casou com Dona TERESA SOARES DA SILVA (1a) descendente de D. Egas Pais de Penegate que foi protector do mosteiro de Rendufe, e por esta linha ficaram os Vasconcelos naturais daquele mosteiro (188). Deste casamento nasceram os seguintes filhos:

4 - João Pires, que SEGUE;

5 - Dona SANCHA PIRES DE VASCONCELOS que em 1265, a 6 de Janeiro, nomeou dois sobrinhos, Pedro Anes e Ro

drigo Anes, seus procuradores, para realizarem uma troca de terras com a abadessa de Arouca, D. Mor Martins (189), troca que é efectivada em 4 de Maio desse mesmo ano (190). Nessa troca, a abadessa cedeu a herdade de Vasconcelos, que pela sua morte, sem filhos, passou aos ditos sobrinhos (191). Como já se disse, Sancha Pires morreu sem descendência, mas casou duas vezes: a primeira com **Dom MENDO AFONSO DE SANTARÉM (5a)**, cidade em que aliás D. Sancha vivia naquele ano de 1265 (192), e a segunda com **Dom JOÃO GOMES BARRETO (5b)**, já falecido em 23 de Março de 1280 (193).

4 - **Dom JOÃO PIRES DE VASCONCELOS**, o «Tenreiro» é sobretudo conhecido pelo papel que teve nos sucessos decorrentes do assassinato de seu primo Gil Martins Ribeira (I36). A «história», narrada pelo Conde D. Pedro (LL36E9) (194), é possível que se possa incluir nos conturbados momentos vividos nos últimos anos do reinado de D. Sancho II e mesmo antes de 1245. Por este acontecimento, ou por ser partidário do monarca deposto, vamos encontrá-lo em Castela, em 1248, no cêrco de Sevilha (195). Deve ter falecido antes de 1265 (196), sendo ainda recordado em 1290, na inquirição da freguesia de S. Salvador de Vilar do Monte (197). Casou com **Dona MARIA SOARES COELHO (4a)** irmã do célebre trovador João Soares Coelho. Não conseguimos explicar o título de condessa, dado pelo Conde D. Pedro a esta senho

ra (LL36E9). Deste casamento nasceram:

8 - Pero Anes, que SEGUE;

9 - **RODRIGO ANES DE VASCONCELOS** é o sobrinho de Sancha Pires, nomeado em 6 de Janeiro de 1265 seu procurador (Vd. nota 189). Trovador como seu tio João Soares Coelho, dele ficaram algumas composições (198). Pelas inquirições de 1258 se vê que foi criado na freguesia de Santa Maria de Ferreiros (199). Casou com **Dona MÉCIA RODRIGUES DE PENELA (9a)**, de cuja descendência trataremos no §III.

10 - **Dom ESTEVÃO ANES DE VASCONCELOS**; é talvez possível identificá-lo com o arcediago da Sé de Braga, que em 1267 fez testamento (200), deixando bens a Rendufe, mosteiro a que, como vimos, os Vasconcelos estavam ligados. O certo é que, em 1282, era bispo de Lisboa (201), o que é confirmado pelo Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, mantendo-se na prelatura pelo menos até 1287 (202). Dele ficou uma matriz sigilar que autenticava um documento de 6 de Outubro de 1284 (203).

11 - **Dona TERESA ANES DE VASCONCELOS** que como seu irmão Rodrigo foi criada na freguesia de Santa Maria de Ferreiros (204). Casou com **JOÃO FERNANDES FRANCO (D'ORNELAS) (11a)**, dando origem à família Dornelas.

12 - **Dona MARIA ANES DE VASCONCELOS** que casou com **Dom**

AIRES RODRIGUES DE URRÔ (12a), descendente do fundador do mosteiro de Cete (LL44J4). Tiveram os seguintes filhos (205):

23 - JOÃO AIRES DE URRÔ foi casado com Dona MARIA GONÇALVES MOFARO (23a) e tiveram os seguintes filhos:

38 - ESTEVÃO ANES DE URRÔ. Sobre ele nada apuramos.

39 - JOÃO ANES DE URRÔ que casou, mas não se sabe com quem (LL44J6).

40 - Dona MARGARIDA ANES DE URRÔ que casou, primeiro, com MARTIM MARTINS DE BARBOSA, o Moço (40a), que talvez se identifique com o Martim Barbosa que em 1290 tinha bens em Santa Marinha de Estromil, julgado de Aguiar de Sousa (206); casou segunda vez, com GONÇALO ANES VELHO, o Contador (40b) filho bastardo (?) de João Pires Velho, de Santa Logriça, que foi legitimado por carta régia de 10 de Dezembro de 1299 (207). Do 1º casamento nasceu:

56 - MOR MARTINS DE BARBOSA, que casou com FERNÃO AIRES DE SUGIL DE (56a).

24 - TERESA AIRES DE URRÔ que casou com JOÃO

LOURENÇO DE CHORENTE (24a) e tiveram:

41 - MARTIM ANES DE CHORENTE que casou com Dona ALDONÇA RODRIGUES LUCIFER (41a) e tiveram:

57 - Dona CHAMÔA MARTINS DE CHORENTE que casou com DIOGO LOPES DE SADORNIM (57a).

8 - PERO ANES DE VASCONCELOS que, pela ordem dada em LL nos parece o primogénito herdou, com seu irmão Rodrigo, a honra de Vasconcelos (208). Viveu na cidade de Santarém (209), e é referido em várias inquirições como tendo bens nas freguesias de Santa Maria de Ferreiros, S. Salvador de Vilar do Monte e de Santa Maria de Águas Santas, respectivamente nos julgados de Entre Homem e Cávado, de Neiva e de Lanhoso (210). Casou com MARGARIDA PIRES DE PORTOCARREIRO (8a), cuja mãe estava ligada, também, ao mosteiro de Rendufe (LD6W7- 8) e tiveram os seguintes filhos:

18 - JOÃO PIRES DE VASCONCELOS.

19 - ESTEVÃO PIRES DE VASCONCELOS. Os dois morreram sem descendência (LL36E10).

De TERESA GIL FEIJÓ (8b), sua prima co-irmã, teve três filhos, que legitimou em 1292 (211):

20 - Rui Pires, que SEGUE;

21 - PERO (PIRES DE VASCONCELOS) MONDA, que «foi seposo do Demo» (LL36E10) e não deixou descendência.

22 - Dona BERENGÁRIA PIRES DE VASCONCELOS que casou

com o célebre ESTEVÃO MARTINS DE FREITAS, «Malandante» (22a) que, em 1312, como alcaide do castelo de Zagala cometeu um acto de traição para com o seu senhor, o 1º Conde de Barcelos, em episódio narrado pelo Conde D. Pedro (LL44H6) (212). Tinha sido criado na freguesia de S. João de Castelões, julgado de Guimarães, onde em 1290, tinha as quintãs de Tortio e Espião e ainda tinha a quintã de Corvo na freguesia de S. Pedro de Freitas, no mesmo julgado (213). Teve um filho e uma filha:

36 - MARTIM ESTEVES DE FREITAS a quem também o Conde D. Pedro recriminou (LL44H6). De mulher desconhecida deve ter tido uma filha:

55 - N. MARTINS DE FREITAS, talvez bastarda, e que foi criada na freguesia de S. Cristóvão de Vila Cova, julgado de Guimarães, por Gonçalo Anes, clérigo (214).

37 - N. ESTEVES DE FREITAS, porque nas inquirições de 1308 se verificou que uma sua filha tinha sido criada na freguesia de Santa Cristina d'Agrela, julgado de Guimarães (215).

20 - RUI PIRES DE VASCONCELOS, que como vimos foi legitimado por carta régia de 1292, tinha bens na freguesia de Santa Maria de Verim, julgado de S. João de Rei (216); casou com Dona MOR MARTINS REDONDO (20a) de quem teve:

32 - Dona TERESA RODRIGUES DE VASCONCELOS que casou com GERALDO ESTEVES FEIJÓ (32a) e não se sabe se tiveram filhos (LL36E11).

33 - GUIOMAR RODRIGUES DE VASCONCELOS que casou com JOÃO MARTINS DE SOALHÃES (33a), neto do Arcebispo de Braga (LL36E11).

34 - Dona MÉCIA RODRIGUES DE VASCONCELOS que casou com NUNO GONÇALVES DE ABREU (34a).

De Margarida Pires, teve um filho bastardo que legitimou em 1313:

35 - GONÇALO RODRIGUES DE VASCONCELOS (217).

§ II a)

Como ficou dito, nesta alínea trataremos da descendência de João Martins Salsa (II2) e de Urraca Viegas (II2a):

6 - Pero Anes, que SEGUE;

7 - MARTIM ANES ALVELOS que pensamos seja irmão do anterior, tendo para isso o patronímico e as datas em que seus filhos viveram. Casou com Dona ELVIRA MENDES DA FONSECA (7a) (LL66F2). É provável que já tivesse falecido em 1258, porque nas inquirições dessa data, é referido que eram os seus filhos que tinham 3 casais em S. Tomé de Avezam, no julgado de

Guimarães (218). Martim Anes e sua mulher instituiram uma capela na Sé de Lamego (219). Filhos:

15 - Dom VASCO MARTINS DE ALVELOS, bispo de Lamego entre 1297 e 1302 (220), e da Guarda entre 1303 e 1313 (221). A sua actividade nas duas dioceses foi importante, e junto de D. Dinis, que lhe fez uma doação (222), confirmou vários documentos (223). À capela instituida por seus pais, vinculou o morgado de Alvelos em 1302, nomeando para cabeça do morgado o seu irmão Estevão (224). Dele ficou um selo que autenticava um documento de 1303, já como bispo da Guarda (225).

16 - ESTEVÃO MARTINS DE ALVELOS foi, como vimos, em 1302 nomeado cabeça de um morgado instituido por seu irmão Vasco. Em 1304, recebe ordem de D. Dinis para tomar posse da doação feita anteriormente a seu tio (Vd. nota 222) (226). Segundo o Conde D. Pedro, também casou e teve filhos (LL66F2), mas não soubemos o nome da mulher. De TERESA ANES (16b) teve dois filhos que legitimou (227):

30 - PEDRO ESTEVES DE ALVELOS, a quem seu tio, o bispo da Guarda nomeia no testamento, feito em 1311 (228).

31 - LOURENÇO ESTEVES DE ALVELOS.

17 - Dona GUIOMAR MARTINS ALVELOS que, segundo o Conde D. Pedro, casou e teve filhos (LL66F2), mas não conseguimos apura nada que o confir masse.

6 - PERO ANES ALVELO é o único filho de João Martins Salsa, referido nos nobiliários (LV e LL). Foi contemplado no testamento de seu tio-avô, Martim Martins (II3), com um legado em terra de Santa Maria (229). Também devia ter bens a Norte do rio Douro, porque em Outubro de 1240, dôa à Sé do Porto os direitos que tinha sobre a igreja de Santa Cruz de Riba Leça (230). A sua figura é bem conhecida porque se envolveu com seu primo João Pires de Vasconcelos, o «Tenreiro», no assassinato de Aires Anes de Freitas, como refere o Conde D. Pedro (LL36E9). Segundo A. Herculano, é possível que tenha sido tenens da Estremadura e de Torres Novas, respectivamente em 1235 e 1236 (231). Do seu casamento com Dona URRACA GONÇALVES BARROSO (6a) teve, segundo o Conde D. Pedro (LL53F5), mais filhos dos que vão abaixo, mas não lhes refere os nomes:

13 - Rodrigo Pires, que SEGUE;

14 - MARTIM PIRES ALVELO. Não sabemos se é a ele, já falecido, que se referem as inquirições de 1290, relativas à quintã de Boelhe na freguesia de S. Gens de Boelhe, julgado de Penafiel de Sousa (232). Não se sabe com quem casou e, também aqui, o Conde D. Pedro refere que teve filhos, que seguem, não os

nomeando a todos:

28 - GIL MARTINS ALVELO que casou com Dona MARIA LOURENÇO VILELA (28a). Os dois são nomeados numa carta régia de D. Afonso IV, sem data, sobre a posse de algumas herdades que o monarca demandou (233). Filho:

54 - GONÇALO GIL ALVELO, que julgamos ter identificado em 3.1., e que em 1365 era natural do mosteiro de Grijó, no grupo de cavaleiros-escudeiros.

29 - NUNO MARTINS ALVELO de quem só sabemos ter sido vassalo da casa do Infante D. João Manuel (234).

13 - RODRIGO PIRES ALVELO, de quem nada sabemos, a não ser que casou com Dona MAFALDA AFONSO MOELA (13a), talvez sua prima (LL64A5), de quem teve:

25 - Dona JOANA RODRIGUES ALVELO que casou com MARTIM PIRES DO VALE (25a), irmão de seu cunhado Afonso (26a). Tiveram dois filhos:

42 - VASCO MARTINS DO VALE que em 1349, a 5 de Janeiro, fez testamento, no qual deixou instituida uma missa quotidiana pela alma de seus pais, e o desejo de ser sepultado em Grijó (235). Casou com LEONOR MARTINS BUVAL (42a), que veremos no §IX, e de quem não sabemos se teve filhos.

43 - AFONSO MARTINS DO VALE era vivo em 1360, ano em que fez um prazo (236).

26 - Alda Rodrigues, que SEGUE;

27 - Dona LEONOR RODRIGUES ALVELO que casou duas vezes. A primeira com JOÃO FERNANDES DE SANDIM (27a), de quem teve:

48 - JOÃO ANES DE SANDIM, de quem nada soubemos.

49 - RODRIGO ANES DE SANDIM a quem, em 1341, foi julgada a jurisdição do couto de Pedregães, em Penela (237).

50 - GONÇALO ANES DE SANDIM, de quem nada soubemos.

51 - Dona MARIA ANES DE SANDIM que casou com GOMES FERNANDES DA MATA (51a), e diz o Conde D. Pedro que tiveram descendência, sem referir quem. Será filho deles o Gonçalo Gomes da Mota, referido nos cavaleiros-escudeiros, no Livro das Campainhas, como filho de Gonçalo Anes do Vale (II58), primo de Maria Anes?

52 - Dona SENHORINHA ANES DE SANDIM que casou com MARTIM MARTINS REDONDO DE TREIXEMIL (52a) e tiveram um filho:

60 - JOÃO MARTINS REDONDO que casou com Dona MARIA PIRES CARPINTEIRO (60a) (LL34Q4-5).

53 - Dona GUIOMAR ANES DE SANDIM que foi freira em Santa Clara de Vila do Conde (LL45P5).

Dona Leonor, casou segunda vez com RUI GONÇALVES PEREIRA (27b), mas deste casamento não houve filhos (LL45P5), a não ser que os quatro irmãos Pereira do Livro das Campainhas, sejam filhos deste matrimónio, e não do de Rui Gonçalves com Berengária Nunes Barreto (LL21J14).

26 - Dona ALDA RODRIGUES ALVELO que casou com AFONSO PIRES DO VALE (26a), irmão de seu cunhado Martim Pires (25a). Afonso Pires, depois de enviuvar de Alda Rodrigues, casou com Aldonça Rodrigues Lucifer (II41a), já viúva de Martim Anes Chorente, já referido. De Afonso Pires e Alda Rodrigues nasceram:

44 - RODRIGO AFONSO DO VALE, que foi Freire de Alcantara.

45 - João Afonso, que SEGUE;

46 - FERNANDO AFONSO DO VALE, cónego de Braga e abade de S. Cosmade. Em 1361 deixou a Berengária Anes do Vale, sua sobrinha, e a seu marido Rodrigo Anes de Sá, o casal da Quinta, na freguesia de Santa Maria do Abade (238).

47 - Dona MÉCIA AFONSO DO VALE, de quem nada soubemos.

45 - JOÃO AFONSO DO VALE. Dele nada sabemos, nem com quem casou, mas devem ser seus filhos, os seguintes:

58 - Gonçalo Anes, que SEGUE;

59 - BERENGÁRIA ANES DO VALE que como vimos recebeu em 1361 uma doação de seu tio, casou com RODRIGO ANES DE SÁ, alcaide do Porto em Abril de 1357 (239) e do castelo de Gaia em Junho do mesmo ano (240). É provável que já estivessem casados em 1360 (241). Entre 1364 e 1365 teve uma contenda com o mosteiro de Grijó (242), morrendo antes de 1388 (243). Quer Berengária quer Rodrigo Anes eram, em 1365, naturais do mosteiro de Grijó, no grupo dos cavaleiros-escudeiros (Vd. 3.1.).

Deste casamento nasceram duas filhas, também referidas no Livro das Campainhas:

62 - ALDONÇA RODRIGUES DE SÁ, abadessa de Rio Tinto (244).

63 - N. RODRIGUES DE SÁ.

58 - GONÇALO ANES DO VALE que é natural de Grijó em 1365, e de mulher desconhecida teve um filho, que é também referido no Livro das Campainhas:

61 - GONÇALO GOMES DA MOTA, de quem nada soubemos (Vd. II51).

§ III

De Rodrigo Anes de Vasconcelos e Dona Mécia Rodrigues Penela saiu larga descendência, que inclui bastantes naturais de Grijó em 1365:

1 - Mem Rodrigues, que SEGUE;

2 - FERNÃO RODRIGUES DE VASCONCELOS foi um dos fidalgos portugueses dado como refém, no tratado de amizade firmado por D. Afonso IV e Afonso XI de Castela em 1328 (245). Casou com Dona MILIA FERNANDES DE CAMBRA (2a), também da família patronal (Vd. Árvore VIII). Dela teve filhos, de quem nada apuramos:

   23 - Dona TERESA FERNANDES DE VASCONCELOS.

   24 - Dom GONÇALO FERNANDES DE VASCONCELOS.

   25 - MARTIM FERNANDES DE VASCONCELOS.

3 - JOÃO RODRIGUES DE VASCONCELOS foi como seu irmão dado como refém no tratado de 1328 (Vd. nota 245). Da confiança de D. Dinis, várias vezes foi ouvido sobre questões levantadas pelo Infante D. Afonso (246), de quem foi mordomo (247). Em 1324, o monarca autorizou-o a comprar bens de raíz, até 1000 libras, em Vila Flor e Vilarinho de Castanheira (248). Casou duas vezes, a primeira com Dona CONSTANÇA SOARES DE BARBUDO (3a) e a segunda com Dona MARIA

GOMES DE SANTARÉM (3b). Só do primeiro matrimónio teve filhos, de quem nada soubemos:

26 - Dona LEONOR ANES DE VASCONCELOS.

27 - PEDRO ANES DE VASCONCELOS.

28 - RODRIGO ANES DE VASCONCELOS.

29 - GONÇALO ANES DE VASCONCELOS.

30 - DIOGO ANES DE VASCONCELOS, segundo o Conde D. Pedro (LL36M11), que pensamos, como ficou dito (Vd. 3.1.), tratar-se do Diogo Rodrigo de Vasconcelos que identificamos nos infanções de Grijó em 1365.

4 - NUNO RODRIGUES DE VASCONCELOS que foi mordomo de Dom Afonso Sanches e morreu em Albuquerque (LL36N11). Em 1318 e 1321, assina documentos do Senhor de Albuquerque (249). Segundo LD teve um filho de uma barregã (LD9AC8), o que não conseguimos confirmar.

5 - ESTEVÃO RODRIGUES DE VASCONCELOS foi cónego da Sé de Lisboa (LL36G10) e em 1308 instituiu um morgado em Entre-Homem-e-Cávado nomeando para seu administrador o seu irmão Mem Rodrigues e mulher (250).

6 - Dona CONSTANÇA RODRIGUES DE VASCONCELOS que casou com GOMES PAIS DE AZEVEDO (6a) que está referenciado em 1305, ano em que teve conflitos com Dom João Nunes de Lara (251) e é provável que seja o Gomes Pais que em 1295 tinha o castelo de Albuquer

que pelo 1º Conde de Barcelos (252). Seria ainda vivo em 1355 (253). Da descendência deste casal trataremos na alínea a deste parágrafo.

7 - Dona MARIA RODRIGUES DE VASCONCELOS casou com Dom VASCO PAIS DE AZEVEDO (7a), irmão de seu cunhado. Também viveu em Castela, devido a desentendimento com D. Dinis (254). Não sabemos até se seu irmão Gomes Pais, o terá acompanhado nessa ocasião. Em 1321 testemunhou uma doação feita por Afonso Sanches e sua mulher ao chanceler Estevão da Guarda (255). Tiveram filhos, de quem trataremos na alínea b deste parágrafo.

8 - Dona GUIOMAR RODRIGUES DE VASCONCELOS que casou com ESTEVÃO PAIS DE AZEVEDO (8a), também irmão dos anteriores. Deste casal não encontramos referências. Na alínea c deste parágrafo trataremos da sua descendência.

9 - Dona LEONOR RODRIGUES DE VASCONCELOS casou duas vezes. A primeira com PAIO RODRIGUES DE MEIRA (9a), fiel partidário do Infante D. Afonso (256). Como partidário do Infante cometeu várias violências (257), e com ele prestou juramento em Pombal, em Maio de 1322 (258). Foi testamenteiro da mulher de Pedro Fernandes de Castro, o da Guerra (259). Em 1328 foi um dos fidalgos portugueses que ficou por refém, como ficou estabelecido no tratado assinado

em Escalona, a 25 de Março daquele ano (260). A primeira referência que temos dele é de 1303, quando em Valença, a 21 de Agosto, faz com seus irmãos uma larga doação de terras em Refóios, Gundar, Bural, Padronelo, Castrelo, Azevedo, Covas, Baraçal e Torres, ao tutor de seu irmão Rui Novais, o franciscano Fr. Martim Anes de Novais (261). Dele ficou uma matriz sigilar, que autenticava um documento de 25 de Abril de 1331, e no qual Paio de Meira, em nome de D. Pedro Fernandes de Castro, já referido, tomava posse da alcaidaria-mor do castelo de Coimbra (262).

Casou segunda vez, antes de 1349, com **GONÇALO ESTEVES DE TAVARES (9b)**, com quem, a 25 de Janeiro, faz testamento deixando estabelecidas, entre outras disposições, as condições para a instituição de um morgado e a fundação de um hospital e de uma igreja (263). A 15 de Abril de 1356, Gonçalo Esteves já tinha morrido, mas o seu testamento, feito em plena Peste Negra, só será posto na prática em 1377 (264). Quer o hospital quer a igreja deveriam ser construídos na herdade da Correga, bispado de Viseu (265). O morgado, na casa da Bouça, em terra de Tavares, e as disposições dos testadores relativas a sua sucessão, foram-nos úteis para o conhecimento de alguns Machados (Vd. § VI). Leonor Rodri-

gues ainda vivia em 1379, porque a 16 de Setembro desse ano foi-lhe coutada uma quintã no Algarve (266). Do primeiro matrimónio desta senhora ficou descendência, que será tratada na alínea d deste parágrafo.

10 - Dona TERESA RODRIGUES DE VASCONCELOS ou DAS NEVES (LD9T7) que foi casada com PERO RODRIGUES DE CERVEIRA. Deles nada conseguimos apurar, a não ser que tiveram filhos:

50 - Dona MARIA PIRES DE CERVEIRA que casou com RUI RODRIGUES DE NOVAIS (50a) a quem D. Afonso IV, por carta de 1341, julgou as jurisdições dos coutos de Mougueiro, S. Fins de Moreira, Santa Ovaia de Gundar e S. João do Campo, todos no julgado da Póvoa de Cerveira (267). Deste casamento nasceram filhos, de quem nada soubemos:

99 - PAIO RODRIGUES DE NOVAIS que casou com Dona BEATRIZ GIL BARRETO (99a).

100 - Dona TERESA RODRIGUES DE NOVAIS que casou com GIL NUNES DE ABREU (100a).

51 - LOPO PIRES DE CERVEIRA, de quem nada soubemos.

1 - Dom MEM RODRIGUES DE VASCONCELOS foi provavelmente meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho entre 1311 (268) e 1324, ano em que se retirou do cargo, já que o Infante D. Afon-

so só acordaria as pazes com seu pai, se o meirinho abandonasse o cargo e se o bastardo Afonso Sanches saísse do reino (269). A animosidade do infante para com Mem Rodrigues explica-se pelo facto de o meirinho ser um dos mais fiéis partidários do monarca (270), e é até possível que Mem Rodrigues se possa identificar com o porteiro-mor de D. Dinis em 1279 e 1282 (271), e de ter impossibilitado a tomada de Guimarães, de que era alcaide em 1322 (272), às forças rebeldes do infante (273). Passado o caso em Fevereiro ou Março, e talvez receoso de futuras vinganças, consegue autorização do monarca, em 9 ou 10 (274) de Outubro desse mesmo ano, para construir uma torre no seu couto de Penegate (275), sendo também senhor do de Freiriz (276). Também como seus irmãos Fernão e João, foi um dos fidalgos portugueses dados como reféns, dentro das cláusulas do tratado firmado entre D. Afonso IV, que talvez o perdoasse, e Afonso XI de Castela, em 25 de Março de 1328 (277). Terá morrido antes de 1343 (278). Casou duas vezes. A primeira, em data desconhecida, com Dona MARIA MARTINS ZOTE (1a), de quem teve:

11 - João Mendes, que SEGUE;

12 - Dona CONSTANÇA MENDES DE VASCONCELOS que casou com GOMES PIRES DE CERVANTES (12a), e segundo o Conde de D. Pedro tiveram descendência (LL36G11), o que não conseguimos apurar.

13 - Dona GUIOMAR MENDES DE VASCONCELOS que foi frei-

ra em Arouca (LL36G11).

Antes de 1308 já estava casado segunda vez, com **Dona CONSTANÇA AFONSO DE BRITO (1b)**, pois a 1 de Agosto desse ano foi nomeado procurador por sua mulher, para tratar de uma troca de terras com o arcebispo de Braga (279). Deste casamento nasceram os seguintes filhos:

14 - MARTIM MENDES DE VASCONCELOS que casou com **Dona ALDONÇA MARTINS DE ALVARENGA (14a)**, por cujo casamento se ligou a casa de Alvarenga à de Vasconcelos. O Conde D. Pedro, se bem que a não indique, refere que tiveram descendência (LL36H12):

53 - JOÃO MENDES DE VASCONCELOS, a quem D. João I confirmou a jurisdição da honra de Alvarenga, por carta de 8 de Outubro de 1385 (280). Em 1381 foram-lhe doadas por D. Fernando as terras de Miranda, Estremoz, Évora-Monte e Parada (281).

54 - MARTIM MENDES DE VASCONCELOS.

55 - GONÇALO MENDES DE VASCONCELOS, estes dois segundo Felgueiras Gayo (282).

15 - GONÇALO MENDES DE VASCONCELOS. A primeira referência que temos é de 1355, quando em 5 de Agosto, testemunhou o juramento de pazes entre o Infante D. Pedro e D. Afonso IV (283). No ano seguinte, a 15 de Maio, D. Afonso IV passou uma carta de segurança aos moradores do Porto, por causa dos confli

tos com os escudeiros de Gonçalo Mendes (284). Das suas violências volta a haver notícia em 1374, quando, com outros fidalgos agravava os moradores da cerca de Coimbra (285). Do reinado de D. Pedro temos duas referências: uma é de Fernão Lopes que afirma que Gonçalo Mendes fez parte do grupo de tropas portuguesas que foram auxiliar Pedro o Cruel, de Castela, na guerra contra Aragão (286); a outra é de 1360, quando esteve presente ao juramento de D. Pedro, feito em Cantanhede, sobre o casamento com D. Inês de Castro (288). No entanto, será no reinado de D. Fernando que Gonçalo Mendes de Vasconcelos irá ter maior notoriedade, como se pode ver pelas doações que o monarca lhe fez (289). Ainda no reinado de D. Fernando, testemunhou diplomas régios de 1380 e 1383 (290). Toda esta confiança explica-se, já que a Rainha Dona Leonor Teles era sua sobrinha-neta. Segundo Braamcamp Freire morreu em 1407 (291), antes de Maio, porque D. João I, estando em Évora, confirmou, a 9 daquele mês, a eleição de João Mendes de Vasconcelos, feita pelo concelho de Mós de Moncorvo, para ser o senhor da terra em sucessão a seu pai Gonçalo Mendes (292). Foi sepultado em S. Domingos de Coimbra (293), tendo dado à Sé dessa cidade 6 libras, para a construção do coro (294), pelo que se lhe rezava uma missa de

Requiem todos os primeiros dias do mês (295). Casou duas vezes (296); a primeira com **D. MARIA AFONSO TELO (15a)** (Vd. Árvore IV), de quem não teve filhos (LL36I12); a segunda, com **Dona TERESA RODRIGUES RIBEIRO (15b)**. Os dois são referidos no Livro das Campainhas, em 1365, no grupo dos infanções, como já referimos. Filhos:

56 - **JOÃO MENDES DE VASCONCELOS** que, como vimos acima, foi nomeado senhor de Mós de Moncorvo em 1408, sendo ainda senhor do julgado e vínculo de Soalhães (297).

57 - **MEM RODRIGUES DE VASCONCELOS**, comandante da célebre Ala dos Namorados e Mestre da Ordem de Santiago (298).

58 - **RUI MENDES DE VASCONCELOS** que faleceu em vida de seu pai, deixando descendência ilegítima, e já tratada por Braamcamp Freire (299).

16 - **RUI MENDES DE VASCONCELOS** que não deixou qualquer notícia.

17 - **Dona MARIA MENDES DE VASCONCELOS** ou de SÁ, conforme o Livro das Campainhas, que casou com **VASCO MARTINS ZOTE (17a)**. Já tinham os dois falecido em 1387, porque nesse ano são referidos no testamento de Mor Mendes de Vasconcelos, que por eles e seus filhos manda rezar missas (300). Dos filhos nada

soubemos. Vasco Martins Zote também é referido no tratado de 1328 (301). Maria Mendes é referida em 1365 no Livro das Campainhas.

18 - Dona MÉCIA RODRIGUES DE VASCONCELOS, que o Conde D. Pedro dá como freira em Arouca (LL36H11) e em outro local como mulher de Vasco Gonçalves Barroso (LL30W6; 48B6), o que deve ser mais correcto, porque no Livro das Campainhas VASCO GONÇALVES BARROSO (18a) recebe a comedoria em nome de sua mulher. Não devem ter tido filhos. Vasco Gonçalves também pertencia à família patronal (Vd. Árvore VII).

19 - Dona INÊS RODRIGUES DE VASCONCELOS, que foi monja em Arouca (LL36H11).

20 - Dona JOANA RODRIGUES DE VASCONCELOS, que foi freira em Santa Clara de Santarém (LL36H11).

21 - Dona BEATRIZ RODRIGUES DE VASCONCELOS, que foi monja em Lorvão (LL36H11).

22 - Dona MOR MENDES DE VASCONCELOS que casou com JOÃO ANES COELHO, o Moço (22a) que em 1365 já devia ter morrido, a acreditarmos no texto do Livro das Campainhas: «Item Moor Meendez molher que foy de Joham Coelho o Moço (...)». Mor Mendes fez testamento em Setembro de 1386, em que deixou vários bens ao mosteiro de Rendufe, e as disposições necessárias para que fossem rezadas missas por sua irmã e cunha-

do, Maria Mendes e Vasco Martins Zote, e por seu marido e filho, Pero, que estavam sepultados em Rendufe (302). Tiveram um filho e uma filha, mas só de um soubemos o nome, como já ficou dito:

59 - PERO (ANES) COELHO, falecido como vimos antes de 1386.

60 - N. (ANES) COELHO, de quem nada soubemos.

11 - JOÃO MENDES DE VASCONCELOS, filho do primeiro casamento de Mem Rodrigues, não sabemos o que herdou de seu pai, mas deverá ter mantido uma posição de certo prestígio, a nosso ver, por dois motivos: em primeiro lugar, o facto de ser nomeado por D. Pedro, em 1357, para alcaide de Miranda (303) e em 1360 ter sido um dos fidalgos que assistiu ao juramento do monarca, feito em Cantanhede (304); em segundo lugar, o casamento obtido para sua filha, no seio de uma das famílias mais poderosas da Península, como veremos em seguida. João Mendes foi, em 1369, alcaide de Estremoz (305). Difícil de distinguir do seu sobrinho, filho de Gonçalo Mendes, é provável que a ele se refiram alguns passos da Crónica de D. Fernando (306). Casou com Dona ALDARA AFONSO ALCOFORADO (11a). Filha:

52 - Aldonça Anes, que SEGUE;

52 - Dona ALDONÇA ANES DE VASCONCELOS, que casou com MARTIM AFONSO TELO (52a), mordomo-mor da rainha de Castela D. Maria de Portugal e que foi assassinado em Toro, a 25 de Janeiro de 1356, por ordem de Pedro, o Cruel, de Castela

(307). Quer Dona Aldonça quer seu marido, pertenciam à família patronal, sendo referidos no grupo dos ricos-homens do Livro das Campainhas (Vd. Árvore IV). Tiveram os seguintes filhos:

101 - João Afonso, que SEGUE;

102 - **Dom GONÇALO TELES** que, como já apontamos, não é referido no Livro das Campainhas, sendo certamente já nascido, porque oito anos depois, em 1373, era conde de Neiva e senhor de Faria (308). O seu percurso nos reinados de D. Fernando e D. João I é bem conhecido, sobretudo através de Braamcamp Freire, pelo que remetemos para a sua obra, os vários pormenores relativos à sua vida e descendência (309). Faleceu em 28 de Junho de 1403 (310). Casou, antes de 23 de Outubro de 1372 (311), com **Dona MARIA AFONSO DE ALBUQUERQUE (102a)**, também da família patronal (Vd. Árvore IV).

103 - **Dona MARIA TELES**, também bem conhecida da historiografia portuguesa casou, curiosamente, com dois membros da família patronal: a primeira vez, com **ÁLVARO DIAS DE SOUSA (103a)** (Vd. Árvore V), provavelmente já morto em 1365; a segunda vez, com o **Infante D. JOÃO (103b)**, que por sua mãe estava também ligado a Grijó (Vd. Árvore IV). Morreu em Coimbra em trágicas circunstâncias em Novembro de 1379 (313). Do primeiro matrimónio teve dois filhos, referidos pelo Livro das Campainhas:

135 - Dom LOPO DIAS DE SOUSA, que veio a ser Mestre de Cristo.

136 - Dona N. DIAS DE SOUSA.

Do segundo teve um único filho:

137 - Dom FERNANDO, que deu origem à família Eça (314).

104 - Dona LEONOR TELES, Rainha de Portugal é figura por demais conhecida, pelo que só referiremos os seus casamentos. Casou primeiro com JOÃO LOURENÇO DA CUNHA (104a) e como ela (Vd. Árvore V) natural de Grijó em 1365. Tiveram um filho (Álvaro da Cunha (312)); casou segunda vez com D. FERNANDO (104b) de quem teve a Rainha D. Beatriz.

101 - Dom JOÃO AFONSO TELO, o Moço, como refere o Livro das Campainhas, só depois de 1372 começou a ocupar cargos de destaque, sendo alcaide-mor de Lisboa, almirante do reino e, a partir de 1382, 6º Conde de Barcelos (315). Morreu na batalha de Aljubarrota, tendo casado, possivelmente depois de 1365 com Dona BEATRIZ AFONSO DE ALBUQUERQUE (101a), irmã de sua cunhada (Vd. Árvore IV). Teve filhos que morreram sem descendência.

§ III a)

Do casamento de Constança Rodrigues (6) e Gomes Pais de

Azevedo (6a), nasceram os seguintes filhos:

31 - DIOGO GOMES DE AZEVEDO que foi cónego da Sé de Braga e abade de Vila Cova (LL30J7). Deve ter deixado a casa a seu irmão Rui, porque um filho deste se chamou Diogo Gomes, não usando o patronímico Rodrigues, como seus irmãos.

32 - RUI GOMES DE AZEVEDO que, como seus primos, foi um dos fidalgos dados como refém, no tratado assinado em Escalona em Março de 1328 (316). Também nesse ano fez uma composição com o deão do Porto sobre bens do mosteiro de Canedo (317), de que devia ser natural. Era-o da igreja de Vilar de Porcos em 1329 (318). Morreu antes de 1365, porque são os seus filhos que recebem comedoria em Grijó. Casou com Dona GUIOMAR PIRES DE VILA MAIOR (32a), de quem teve:

61 - JOÃO RODRIGUES DE AZEVEDO, apenas referido no Livro das Campainhas, bem como seus irmãos.

62 - DIOGO GOMES DE AZEVEDO que em 1373, por carta de 29 de Março, recebeu de D. Fernando, a terra de Fermedo, em paga dos seus méritos (319).

63 - Dona MARIA RODRIGUES DE AZEVEDO.

33 - GONÇALO GOMES DE AZEVEDO que apesar de ter sido alferes-mor de D. Afonso IV e o ter acompanhado na

batalha do Salado (320), não teria grandes bens ou prestígio, pois casou em Évora, com uma filha de um carvoeiro da Estremadura (LL30L8), e que segundo Felgueiras Gayo se chamava MOR ESTEVES DE ÉVORA (33a) (321). Teve, segundo o Livro das Campainhas, uma única filha, sem referir o nome:

64 - Dona MÉCIA (322) GOMES DE AZEVEDO que casou com JOÃO LOURENÇO ESCOLA (64a), talvez bisneto do porteiro-mor de D. Dinis e mordomo da Rainha Santa, Lourenço Escola, e que se referencia entre 1279 e 1316 (323) e neto de João Lourenço Escola que foi cónego da Sé de Coimbra (324), fez em 1351, no seu paço de Loures, com sua mulher Mécia Gomes, um escambo de terras com o chanceler Estevão da Guarda (325). João Lourenço foi legitimado, como se disse, por carta dada em Lisboa, a 6 de Maio de 1365, sendo filho de Lourenço Anes, clérigo (326). Segundo o Livro das Campainhas teve três filhos, de quem não soubemos os nomes:

105 - N. (ANES) ESCOLA.

106 - N. (ANES) ESCOLA.

107 - N. (ANES) ESCOLA.

34 - LEONOR GOMES DE AZEVEDO, que segundo o Conde D. Pedro, e provavelmente confundindo-a com uma de

suas irmãs, teria sido abadessa de Rio Tinto (LL30J7), surge, na lista dos infanções de Grijó, como viúva do almirante **BARTOLOMEU PESSANHA (34a)** com quem de facto casou (327), tendo sido, depois de enviuvar, Comendadeira de Santos (328). Bartolomeu Pessanha faleceu antes de 20 de Setembro de 1356, pois que nessa data foi empossado no cargo de almirante o seu irmão Lançarote (329). Tiveram uma única filha que é também referida no Livro das Campainhas.

65 - GENOVEVA PESSANHA.

35 - **MÉCIA GOMES DE AZEVEDO** é referida em 1329, no grupo dos infanções, dos naturais da igreja de Vilar de Porcos (330).

36 - Teresa Gomes, que SEGUE;

37 - **MARIA GOMES DE AZEVEDO**, a Má, só é referida no Livro de Linhagens do Deão (LD2Y7).

38 - **VASCO GOMES DE AZEVEDO** que apenas é referido por Fernão Lopes, como irmão de Gonçalo Gomes, alferes de D. Afonso IV (331). Não diz o cronista com quem casou, mas que teve dois filhos:

74 - TERESA VASQUES DE AZEVEDO.

75 - **GONÇALO VASQUES DE AZEVEDO** que será o primeiro marechal do reino (332) e um dos mais fiéis apoiantes de D. Leonor Teles (333). Em 1380 foi nomeado para tratar do casamento da Infanta D. Beatriz (334) e em 1383 era al-

caide de Santarém, cidade onde possuía numerosos bens (335). Casou com **INÊS AFONSO (75a)** dama da Rainha D. Leonor (336). Tiveram um filho:

110 - ÁLVARO GONÇALVES DE AZEVEDO, que casou com **SANCHA D'ANDEIRO (110a)**, filha do Conde Andeiro (337).

36 - Dona TERESA GOMES DE AZEVEDO, filha de Gomes Pais de Azevedo, casou com **ESTEVÃO LOURENÇO GANSO DE ARÕES (36a)** que em 1308 tinha a quintã de Arões, na freguesia de S. Romão de Arões, julgado de Guimarães (338). Em 1329 já tinha morrido, quando sua mulher e filhos são referidos na lista de naturais da igreja de Vilar de Porcos (339). Dona Teresa também não vivia em 1365, porque são os seus netos que recebem comedoria, como infanções «de Grijó». Pela lista de Vilar de Porcos sabemos que tiveram 8 filhos, mas o Conde D. Pedro só nomeia 4, se bem que afirme que tiveram «...outras filhas que foram em ordem» (LL30N8):

66 - LOURENÇO MARTINS GANSO DE ARÕES, que teve o nome de seu avô paterno, casou com **Dona N. FERNANDES DE CARVALHO (66a)**, também da família patronal (Vd. Árvore VII).

67 - GOMES PAIS GANSO DE ARÕES, que teve o nome e patronímico de seu avô materno, foi cónego da Sé de Braga (LL27A3).

68 - Constança Esteves, que SEGUE;

69 - Dona N. ESTEVES GANSO DE ARÕES que casou com N. RODRIGUES ESCOLA (69a) (LL30N8).

70 - N. (ESTEVES) GANSO DE ARÕES.

71 - N. (ESTEVES) GANSO DE ARÕES.

72 - N. (ESTEVES) GANSO DE ARÕES.

73 - N. (ESTEVES) GANSO DE ARÕES.

68 - Dona CONSTANÇA ESTEVES GANSO DE ARÕES que foi casada com ESTEVÃO (ESTEVES) MAFALDO DE BEJA (68a). Dona Constança já devia ter morrido em 1365, porque são os filhos e netos que recebem comedoria em Grijó:

108 - ESTEVÃO ESTEVES MAFALDO.

109 - N. ESTEVES MAFALDO, que casou com GONÇALO ANES (109a), alcaide de Beja, segundo o Livro das Campainhas e que foi como emissário de D. Pedro a Castela (340). Gonçalo Anes recebeu a comedoria em Grijó em nome da mulher, e dela teve três filhos:

138 - N. (GONÇALVES DE BEJA).

139 - N. (GONÇALVES DE BEJA).

140 - N. (GONÇALVES DE BEJA).

§ III b)

De Maria Rodrigues (7) e seu marido Vasco Pais de Azevedo (7a) houve descendência de quem trataremos a seguir:

39 - GONÇALO VASQUES DE AZEVEDO foi casado com Dona BERENGÁRIA VASQUES DA CUNHA (39a), pertencente à família patronal (Vd. Árvore VIII), e que em 1326 tinha, com sua irmã e irmão, uma quintã próxima do mosteiro de Paço de Sousa (341). Em 1329, Gonçalo Vasques e seu filho eram naturais da igreja de Vilar de Porcos (342). Filho:

76 - DIOGO GONÇALVES DE CRASTO que conforme já ficou dito (Vd. 3.1.), é filho do casal acima, e que em 1365 é natural de Grijó, recebendo a comedoria por sua mulher Dona ALDONÇA ANES COELHO (76a), também da família patronal (Vd. Árvores VII e VIII). Diogo Gonçalves era senhor da quinta de Crasto (freg. Carrazedo, c. Amares) e sua mulher era senhora da quinta do Souto da Ribeira de Homem (c. Amares) (343). Tiveram um único filho:

111 - LOPO DIAS DE AZEVEDO foi senhor de S. João de Rei, Bouro, Aguiar da Pena e Jales, entre outras (344). Casou com Dona JOANA GOMES DA SILVA (111a). De Lopo Dias conserva-se uma matriz sigilar, que ostenta as armas dos Azevedos (345).

40 - RUI VASQUES DE AZEVEDO, também natural de Vilar de

Porcos em 1329, tinha, em 1336 o Couto de Cardielos, em Ribeira Lima, quando a 4 de Junho o monarca lhe retirou a jurisdição (346) que, curiosamente, lhe restitui seis anos mais tarde, por carta passada no Porto, a 14 de Agosto (347). Casou com **Dona JOANA VASQUES DA CUNHA (40a)**, irmã de Dona Berengária Vasques, acima (Vd. Árvore VIII). Teve uma filha, se bem que o documento de Vilar de Porcos diga que era um filho:

77 - **Dona LEONOR RODRIGUES DE AZEVEDO** que casou com **JOÃO FERNANDES COGOMINHO (77a)**. Já estavam casados em 1357, porque a 15 de Fevereiro, o pai de João Fernandes, Fernão Gonçalves Cogominho, institui um morgado na sua quintã da Fonte dos Coelheiros e no qual seu filho e nora, Leonor Rodrigues, são nomeados seus sucessores (348). João Fernandes está referenciado na documentação entre 1359 e 1374 (349). Nesta última data, e ainda como prova da existência desta filha de Rui Vasques, e do seu casamento com João Fernandes, este viu revalidado o couto de Cardielos, por o ter herdado de seu sogro (Vd. notas 346 e 347). Foi Alcaide de Évora, tendo a sua família, aliás, numerosos bens no Alentejo. Deste casamento nasceram dois fi-

lhos, referidos também no Livro das Campainhas, mas sem os nomes:

112 - N. (ANES) COGOMINHO.

113 - N. (ANES) COGOMINHO.

Segundo Fernão Lopes depois de enviuvar, casou com PAIO RODRIGUES MARINHO (77b) (350), de quem não soubemos se houve descendência.

41 - Mécia Vasques, que SEGUE;

42 - Dona TERESA VASQUES DE AZEVEDO, foi monja de Lorvão (LL3007), mas parece ter tido, de certo prior de Santa Cruz de Coimbra, um filho:

84 - GONÇALO VASQUES DE AZEVEDO, legitimado por carta de 27 de Fevereiro de 1375, sendo senhor da Lourinhã desde 1373 (351).

41 - Dona MÉCIA VASQUES DE AZEVEDO casou com AFONSO (MARTINS) BOTELHO (41a), «que matarom em Aguiar de Campos» (LL3008), de quem teve:

78 - MARTIM AFONSO BOTELHO a quem D. Fernando, em 1373, confirmou a honra da quintã de Lordelo, em Panóias (352) e contou outra quintã em Ribeira Lima, em 1376 (353). Não se sabe com quem casou, mas teve dois filhos, de quem não soubemos os nomes, mas que são referidos na lista de Grijó:

114 - N. (MARTINS) BOTELHO.

115 - N. (MARTINS) BOTELHO.

79 - DIOGO AFONSO BOTELHO que já deveria ter falecido

em 1365, casou com Dona MARIA FERNANDES DE CARVALHO (LL25S7). A morte de Afonso Martins Botelho ocorreu, por certo, alguns anos antes de 1329, porque na lista de naturais da igreja de Vilar de Porcos, e em que são referidos os seus dois filhos, já Mécia Vasques aparece com os filhos de seu segundo marido (354), **VASCO MARTINS DE RESENDE (41b)** que faleceu antes de 1357 (355), que já tinha casado uma primeira vez com outra senhora da família patronal (Vd. Árvore VII). Foi privado de D. Afonso IV (356), sendo em 1328, um dos fidalgos dados como reféns no tratado entre os reis português e castelhano (357). Foi senhor da honra de Resende, mas D. Afonso IV restringiu-lhe as jurisdições, por sentença dada em Lisboa, em 3 de Julho de 1340 (358). Em 1343 trazia pelo rei a terra de Sá, no julgado de Guimarães (359). Deste segundo matrimónio nasceram os seguintes filhos:

80 - Maria Rodrigues, que SEGUE;

81 - **TERESA VASQUES DE RESENDE** que já tinha falecido em 1365, como afirma o Livro das Campainhas, casou com **GIL MARTINS DE ATAÍDE (81a)** que deverá ter sido homem violento, se atendermos à única referência que dele apuramos, para além de ser mencionado em Grijó mas, também aí, expressamente excluído da si

tuação de natural: cometera ele abusos contra a igreja de Pedorido, no bispado de Lamego, onde, com sua mulher e a comitiva, delapidou os bens da paróquia. Sabendo disto, o Infante D. Pedro, estando em Souto de Andorinha, passou carta de sentença contra ele, a 14 de Setembro (360), sendo-lhe, para o efeito penhorados os bens cinco dias depois (361). Tiveram os seguintes filhos:

117 - (MARTIM GIL) DE ATAÍDE, segundo Felgueiras Gayo (362).

118 - N. (GIL) DE ATAÍDE.

119 - N. (GIL) DE ATAÍDE.

120 - N. (GIL) DE ATAÍDE.

82 - Dona JOANA VASQUES DE RESENDE, freira em Tarouquela (LL30Q8).

83 - Dona LEONOR VASQUES DE RESENDE, freira em Arouca (LL30Q8).

80 - MARIA RODRIGUES DE RESENDE casou com FERNÃO ANES DE PORTOCARREIRO (80a) de quem teve vários filhos, referindo o Conde D. Pedro o nome de um (LL43U8).

116 - João Rodrigues, que SEGUE;

116 - JOÃO RODRIGUES DE PORTOCARREIRO, várias vezes referido por Fernão Lopes (363), foi senhor de Vilarinho de Castanheira e de Vila Real e da Honra de Resende (364) e em 1370 recebeu de D. Fernando a vila de S. Félix dos Gale-

gos (365). Foi meirinho-mor de Trás-os-Montes, por carta do mesmo soberano, dada em Alenquer, a 13 de Agosto de 1376 (366). Segundo o Livro das Campainhas teve dois filhos. Sabemos o nome de um deles:

141 - Dona MOR (ANES) DE PORTOCARREIRO que casou com Dom JOÃO AFONSO TELO (141a), filho do 4º Conde de Barcelos (367), e também da família patronal (Vd. Árvore IV).

142 - N. (ANES) DE PORTOCARREIRO.

§ III c)

Do casamento de Guiomar Rodrigues (8) com Estevão Pais de Azevedo (8a), nasceram duas filhas:

43 - Inês Esteves, que SEGUE;

44 - Dona TERESA ESTEVES CORREIA, usando assim o apelido de sua avó paterna (LL30I7), casou com LOURENÇO GOMES DE ABREU (44a), sendo ela, pelo menos, viva em 1329 (368). Teve filhos:

89 - Diogo Gomes, que SEGUE;

90 - VASCO GOMES DE ABREU, referido por Fernão Lopes, talvez como parente de Dona Leonor Teles (369), e de facto era-o, está referenciado entre 1357, quando em Lisboa, a 18 de

Junho o rei D. Pedro o nomeou alcaide de Castro Laboreiro e Melgaço (370), e 1382, ano em que D. Fernando lhe deu a quinta da Afurada (371). Em 1360 esteve presente ao juramento de D. Pedro, feito em Cantanhede (372). Não deve ter casado, tendo doado a quinta de Abreu a seu sobrinho (373).

89 - DIOGO GOMES DE ABREU também esteve presente com seu irmão em Cantanhede, em 1360. Casou com Dona VIOLANTE AFONSO (89a), que depois de enviuvar foi nomeada aia da Infanta D. Beatriz (374). Aparece com um filho, no Livro das Campainhas:

123 - LOPO (DIAS) DE ABREU que, como se disse, recebeu de seu tio a quinta de Abreu.

43 - Dona INÊS ESTEVES DE AZEVEDO, que casou com RUI ANES DA CUNHA (43a), vendeu em 1334, com seu marido, a quintã de Bastuço ao arcebispo D. Gonçalo Pereira (375). Em 1329 são os dois nomeados na lista de naturais de Vilar de Porcos, sendo já então nascidos os seus quatro filhos:

85 - João Rodrigues, que SEGUE;

86 - VASCO RODRIGUES DA CUNHA.

87 - PAIO RODRIGUES DA CUNHA.

88 - ÁLVARO RODRIGUES DA CUNHA, só referido em LD2AC8.

85 - JOÃO RODRIGUES DA CUNHA que casou com Dona BEATRIZ MARTINS VELHO (85a), de quem teve:

121 - MARTIM ANES DA CUNHA ou CORREIA, como referimos

a propósito da sua identificação no Livro das Campainhas e, lembremos mais uma vez, sua tia também usou o apelido Correia.

122 - LEONOR ANES DA CUNHA, também referida na lista de Grijó de 1365, com seu marido FERNANDO AFONSO CORREIA (122a), de quem teve uma filha, já nascida naquela data:

143 - N. (FERNANDES) CORREIA.

§ III d)

Nesta última alínea do parágrafo terceiro, trataremos da descendência de Leonor Rodrigues (9) e de seu primeiro marido Paio Rodrigues de Meira (9a), já que não teve filhos do segundo, Gonçalo Esteves de Tavares (9b):

45 - AFONSO PAIS NOVAIS que casou com N. FERNANDES BUGALHO (45a) e não teve filhos. Foi partidário do Infante D. Afonso nas lutas contra D. Dinis (376), tendo atacado a vila de Estremoz, com a ajuda de Nuno Martins Barreto, e matando, a 5 de Março de 1320, o bispo de Évora (377). Em 1328, foi um dos fidalgos portugueses dados como reféns, no tratado assinado entre Afonso IV e Afonso XI de Castela (378).

46 - GONÇALO PAIS DE MEIRA foi vassalo da casa do Infante D. Pedro, e com ele presente no juramento de 1355 (379). A 20 de Junho de 1357, por carta de Lisboa, foi nomeado alcaide de Guimarães e de Valença (380). Em 1369 ainda era alcaide daquela primeira vila, defendendo-a do ataque castelhano juntamente com seus filhos (381). Casou com Dona LEONOR MARTINS LEITÃO (46a) alguns anos antes de 1365, porque nessa data, com seus cinco filhos é nomeado natural de Grijó:

91 - PAIO GONÇALVES DE MEIRA que se deverá identificar com o bispo de Silves falecido em 1386 (382).

92 - FERNÃO GONÇALVES DE MEIRA que como vimos é referido no Livro das Campainhas e esteve com seu pai no cerco de Guimarães em 1369; várias vezes referido por Fernão Lopes, casou com uma filha do arcebispo de Braga (383).

93 - ESTEVÃO GONÇALVES DE MEIRA foi mestre da Ordem de Santiago (384).

94 - N. GONÇALVES DE MEIRA.

95 - N. GONÇALVES DE MEIRA.

47 - Dona TERESA PAIS NOVAIS que não sabemos se casou (LL31Q9).

48 - Mécia Rodrigues, que SEGUE;

49 - Dona MARIA RODRIGUES DE MEIRA de quem nada soubemos (LL31Q9).

48 - Dona MÉCIA RODRIGUES DE MEIRA, que casou com LOPO SOARES DE ALBERGARIA (48a), já devia ter falecido em 1365, porque é um seu genro que é nomeado natural de Grijó. Seu marido foi senhor da albergaria de Paio Delgado, e do hospital de Santo Eutrópio desde 1389 (385). Deste casamento nasceram:

96 - AFONSO SOARES DE ALBERGARIA que é provável tenha morrido antes de 1365, porque não é nomeado na lista de Grijó.

97 - Beatriz Lopes, que SEGUE;

98 - Dona VIOLANTE SOARES DE ALBERGARIA, cujo nome era desconhecido do Conde D. Pedro (LL30AF7) e que nos é dado por Felgueiras Gayo (386), terá casado, segundo este autor, com ÁLVARO VASQUES DE PEDRA ALÇADA ou GÓIS (98a), que recebe comedoria em Grijó pela mulher que era dos Vasconcelos. No ponto 3.1., deixamos a hipótese de Dona Violante ter casado também com RUI GONÇALVES PEREIRA (98b), hipótese de muito ténue credibilidade. Desse casamento teriam nascido:

131 - ÁLVARO RODRIGUES PEREIRA (387).

132 - GONÇALO RODRIGUES PEREIRA (388).

133 - RUI RODRIGUES PEREIRA.

134 - CONSTANÇA RODRIGUES PEREIRA que, segundo

Ayres de Sá, e com uma ascendência com a qual não concordamos (389), casou com **GONÇALO GARCIA DE FIGUEIREDO (129a)** que foi alcaide do castelo da Feira, por carta de 29 de Junho 1357, dada em Lisboa (390) e aio do Infante D. João (391). Constança Rodrigues já estava viúva em 1378, quando por carta dada em Lisboa, a 20 de Maio, D. Fernando lhe deu o prestamo de certos bens na Feira (392). Parece ter casado também com **DIOGO AFONSO DE FIGUEIREDO (129b)** e de quem também estava viúva em 1384 (393). Do primeiro marido, que é referido no grupo dos cavaleiros-escudeiros dos naturais de Grijó teve um filho, referido na mesma lista:

144 - **AIRES GONÇALVES DE FIGUEIREDO** que em 1378, a 28 de Outubro, recebeu a terra de Maceira (394), foi senhor do natário de Penajóia, em 1384 (395) e da terra de Fermedo, já casado com **LEONOR PEREIRA (144a)**, por carta de 30 de Maio de 1407 (396).

97 - **Dona BEATRIZ LOPES DE ALBERGARIA** casou com **Dom VASCO MARTINS DA CUNHA**, o Velho (97a), também da família patronal (Vd. Árvore VIII), e um dos mais poderosos senhores do seu tempo. Foi 7º senhor da honra de Tábua, cuja juris

dição cível e crime lhe foi julgada por sentença de 30 de Março de 1340 e confirmada em 1392 (397). Foi senhor das terras da Cunha, Soverosa, Figueiredo e muitas outras (398). D. Pedro deu-lhe a alcaidaria de Lisboa, por carta dada em Lisboa, a 29 de Junho de 1357 (399). Em 1393 doou à Sé de Coimbra o padroado da igreja de Castelões (400). Em 1365, e tendo ainda só dois, dos sete filhos que teve de Dona Beatriz, por ela recebeu comedoria no mosteiro de Grijó:

124 - Martim Vasques, que SEGUE;

125 - ESTEVÃO SOARES DA CUNHA que é referido no Livro das Campainhas (401).

126 - VASCO MARTINS DA CUNHA, o Moço, que pelo exílio de seu irmão mais velho herdou parte dos bens de seu pai (402). Casou com Dona BEATRIZ GOMES DA SILVA (126a), também da família patronal (Vd. Árvore VII).

127 - GIL VASQUES DA CUNHA que foi alferes-mor de D. João I (403).

128 - LOPO VASQUES DA CUNHA que também se exilou em Castela (404).

129 - RUI VASQUES DA CUNHA (405).

130 - Dona MÉCIA VASQUES DA CUNHA, abadessa de Lorvão (406).

124 - MARTIM VASQUES DA CUNHA que depois de apoiar o Mestre de Aviz, se colocou ao lado dos castelhanos, pelo que não chegou a herdar a casa de seu pai (407).

§ IV

Como vimos no parágrafo primeiro, Dona Maria Pais Ribeira (I34) teve filhos de duas ligações. Neste parágrafo trataremos da descendência dos filhos que teve de D. Sancho I (I34a):

1 - **Dom GIL SANCHES** que foi um honrado clérigo, segundo o Livro de Linhagens do Deão (LD5G3), teve por barregã, segundo o Livro Velho de Linhagens (LV1A010), **Dona MARIA GARCIA DE SOUSA** (1a), de quem não teve filhos. No testamento de seu pai foi contemplado com a quantia de 8000 morabitinos (408). Em Janeiro de 1213 deu carta de foro aos povoadores de Sarzedas (409). Também foi trovador, morrendo a 14 de Setembro de 1236 (410).

2 - **Dom RODRIGO SANCHES** que como seu irmão recebeu do pai 8000 morabitinos, foi figura importante da corte de Sancho II, confirmando documentos régios entre 1223 e 1240 (411). A última referência que temos antes da sua morte, ocorrida na célebre lide de Gaia em 1245 (412), é de 1241, quando em Agosto, confirma uma doação, feita em Guimarães, à Sé do Porto (413). Está sepultado num belíssimo túmulo no mosteiro de Grijó, mosteiro a que estava «familiarmente» ligado e no qual se rezou missa quoti

diana pela sua alma por pedido de sua irmã Dona Constança (414). Nas inquirições de 1290 se viu que teve bens em S. Salvador de Galegos, no julgado da Maia, de que foi senhor (415). Parece que de **Dona CONSTANÇA AFONSO DE CAMBRA (2a)**, que pertencia à família patronal (Vd. Árvore VIII), teve um bastar do que não é referido nos nobiliários, mas que se depreende pelo patronímico e pelo tratamento de so brinho, dado por Dona Constança Sanches no seu tes tamento (416):

7 - **Frei AFONSO RODRIGUES**, franciscano foi, segundo Frei Francisco Brandão, Guardião do Convento de Lisoba, servindo no Desembargo de D. Dinis, seu primo, em 1294 (417). Em 1286 foi testamenteiro de Dona Leonor Afonso, sua prima, filha bastarda de D. Afonso III (418), e em 1298, a 8 de Janeiro, é referido na mesma qualidade, no testamento de sua prima (Vd. Árvore V), Dona Constança Mendes de Sousa (419).

3 - **Dom NUNO SANCHES**, que terá morrido em criança a 16 de Dezembro de ano indeterminado (420), e que nada impede seja filho de Maria Aires de Fornelos.

4 - Teresa Sanches, que SEGUE;

5 - **Dona MAIOR SANCHES**, nas mesmas circunstâncias que seu irmão Nuno, faleceu criança, a 27 de Agosto de

ano desconhecido (421).

6 - Dona CONSTANÇA SANCHES, nasceu em 1204 (422) deixando-lhe seu pai, em testamento, 7000 morabitinos. Foi senhora de largos bens, como se vê das doações feitas por testamento de 14 de Julho de 1269, e em que deixa legados a seu sobrinho Afonso Rodrigues e a suas meias-irmãs Teresa Anes e Maria Anes (Vd. Árvore V) e, naturalmente, ao mosteiro de Grijó (423), mosteiro a quem fez legado em 1264, para ser rezada missa por si e seu irmão Rodrigo Sanches (424). Em 1231 fez doação ao bispo da Guarda do padroado das igrejas de Salzedas e Vila Nova de Sobreira (425). Em 1257 teve contenda com sua meia irmã Teresa Anes e sobrinho Gonçalo Mendes de Sousa, sobre bens de Dona Maria Pais Ribeira (426). Em 1269 perfilhou a Infanta Dona Sancha, sua sobrinha-neta (427), tendo-lhe deixado a metade de Vila do Conde, Avelaneda, Pousadela, Parada e Maçãs (428). Tinha também bens em Torres Vedras (429). Faleceu a 8 de Agosto de 1269 (430).

4 - Dona TERESA SANCHES, que como sua irmã recebeu 7000 morabitinos de seu pai, foi a segunda mulher de Dom AFONSO TELES DE ALBUQUERQUE, o Velho (4a), com quem já estava casada em 1220 (431), tendo dois anos depois autorizado o seu marido a doar os castelos de Dos Hermanos e Malamoneda à Sé de Toledo (432). Foi 2º senhor de Meneses, Mede-

lin, Montealegre, Valladolid e Madrid, fundando, por volta de 1218, o castelo de Albuquerque (433). Morreu em 1230 (434), tendo tido de Dona Teresa os seguintes filhos:

8 - João Afonso, que SEGUE;

9 - **Dom AFONSO TELES**, o Tição, que foi rico-homem na corte de D. Afonso III, confirmando documentos entre 1250 e 1257 (435). Ainda era vivo em 1257, quando com seu irmão e tia, Dona Constança Sanches, fez demanda ao monarca, sobre bens de sua avó, Dona Maria Pais Ribeira (436). Teve uma filha, de **Dona MOR GONÇALVES GIRÃO (9a)**, e um filho natural de mulher desconhecida. Deles trataremos na alínea a.

10 - **Dom MARTIM AFONSO TELO** foi, como seus irmãos, rico-homem da corte de Afonso III entre 1255 e 1280, confirmando documentos como tenente das terras de Santa Maria (1255-1257) (437), Bragança (1258-1261) (438), Montemor-o-Velho (1270-1271) (439), Chaves (1273-1277 e 1279-1280) (440) e Montenegro (1278) (441). Também reclamou, em 1257 com seu irmão Afonso, o direito a certos bens de sua avó, a «Ribeirinha», como atrás referimos. Em 1260 era senhor de Cabanões (442). Casou duas vezes: a primeira com uma senhora desconhecida (LD6BI7; LL57F2) e a segunda com **Dona MARIA ANES DE ABOIM (10b)**, filha do célebre D. João de Aboim (443), e já viúva em 1278 (444). Não teve filhos dos dois matrimónios.

11 - Dona MARIA AFONSO (DE ALBUQUERQUE), foi abadessa de Gradafes (LL57D1).

8 - Dom JOÃO AFONSO TELO, 2º senhor de Albuquerque, foi alferes-mor de D. Afonso III e com esse cargo confirma documentos entre 1250 e 1255 (445). Depois desta data encontra-se em Castela onde foi rico-homem de Afonso X e Pertigueiro-mor de Santiago, vindo a falecer em 1268 (446). Casou com Dona ELVIRA GONÇALVES GIRÃO (8a), de quem teve:

12 - Rodrigo Anes, que SEGUE;

13 - Dom GONÇALO ANES RAPOSO foi rico-homem em Castela, confirmando documentos régios de 1283 (447) a 1286 (448). Foi casado com Dona URRACA FERNANDES DE LIMA (13a), de quem teve filhos que serão tratados na alínea b.

12 - Dom RODRIGO ANES TELO foi 3º senhor de Albuquerque e rico-homem de Castela. Casou com Dona TERESA MARTINS DE SOVEROSA (12a), que era filha de Dom Martim Gil de Soverosa, aquele valido de D. Sancho II que em 1245 matou o tio-avô de seu marido, o bastardo Rodrigo Sanches (IV2). Deste casamento tiveram um único filho:

16 - João Afonso, que SEGUE;

16 - Dom JOÃO AFONSO TELO foi o 4º senhor de Albuquerque e rico-homem de Castela, passando a Portugal, a servir o rei D. Dinis, onde se encontrava a 9 de Dezembro de 1295 (449). Já era mordomo-mor do monarca em 1279, quando a 1 de Março, confirmou o foral de Alfaiates (450). Teve importante

papel nas negociações que levaram à assinatura do tratado de Alcanices, em cujo texto é referido na sua qualidade de mordomo (451). Provavelmente em paga dos seus serviços, foi feito 1º Conde de Barcelos, por carta dada em Santarém, a 8 de Maio de 1298 (452). Continuou ao serviço de D. Dinis, sendo embaixador a Castela em 1302 (453) e confirmando vários diplomas régios (454). Em Lisboa, a 5 de Maio de 1304 fez testamento (455), devendo ter morrido nesse mesmo mês. Dele se conserva um selo, que autenticava um documento de 28 de Outubro de 1303 (456). Foi casado com **Dona TERESA SANCHES (16a)**, filha bastarda de Sancho IV de Castela. Dela teve duas filhas:

25 - Teresa Martins, que SEGUE;

26 - **Dona VIOLANTE SANCHES (TELO)**, casou com **Dom MARTIM GIL DE RIBA DE VIZELA (26a)** que foi alferes-mor de D. Dinis desde 1286 (457), e a partir de 15 de Outubro de 1304, foi senhor da vila de Barcelos, sendo já dela 2º Conde (458). A partir desta data confirma documentos até 1307 (459). Como houvesse questão sobre a herança do 1º Conde de Barcelos, resolveu D. Dinis a contenda entre os dois genros daquele, por sentença de 3 de Janeiro de 1312, e como D. Martim Gil já era viúvo de Dona Violante, ficou a maior parte da herança para sua cunhada (460). Em 1309 tinha recebido uma doação do rico-homem castelhano Dom Pedro Ponce (461). No seu testamento,

feito em Zagala a 23 de Novembro de 1312, deixou vários castelos a Dom Pedro Fernandes de Castro (462), de quem falaremos na alínea a deste mesmo capítulo. Foi enterrado no mosteiro de Santo Tirso, mosteiro intimamente ligado à prestigiosa família da Maia, que os Riba de Vizela tanto se ufanaram de representar (463), e que herdou também bens do 2º Conde (464). Deste casamento não houve descendência.

25 - **Dona TERESA MARTINS (TELO)**, foi 5ª senhora de Albuquerque e casou com **Dom AFONSO SANCHES (25a)**, filho bastardo de D. Dinis, já nascido em 1289 (465). É bem sabido que foi sua tutora a Rainha Santa Isabel (46). Foi senhor de Campo Maior, pelo ano de 1301 (467), e senhor de Albuquerque antes de 1307 (468), pelo que o seu casamento se deverá situar por volta dessa data. São bem conhecidas as consequências do grande favor que lhe prestava o rei seu pai (469). Constantemente ao lado do monarca, foi um dos fidalgos que analisou as actas das inquirições de 1308 (470), tendo nesse mesmo ano, feito composição com o Infante Dom Afonso de Molina, de forma que ficou único senhor da vila de Albuquerque (471). Sobre esta vila deixou, por carta dada em Lisboa, a 9 de Abril de 1310, ordenada a sucessão após a sua morte (472). Nesse mesmo ano, a 10 de Maio, doou-lhe D. Dinis a igreja de S. Salvador de Fervença (493). Como já se referiu, teve, em 1312, contenda com seu cunha

do, o 2º Conde de Barcelos, sobre os bens do 1º Conde, sogro de ambos. É também em 1312, que Afonso Sanches surge pela primeira vez com o cargo de mordomo-mor (474), cargo em que serviu, talvez, até 1324, ano em que se exilou em Castela, conforme exigência de seu irmão, o futuro Afonso IV (475). Mas D. Dinis, era acima de tudo rei, pelo que se viu obrigado a dar sentença contra seu filho, em 26 de Novembro de 1312, favorecendo os moradores de Pindelo e Azurara sobre questões relativas à alfândega de Vila do Conde (476); mas, e em Dezembro desse mesmo ano, deu a seu filho 20.000 libras com que comprou mais de 20 lugares na região de Guimarães (477). Afonso Sanches e Dona Teresa Martins foram os fundadores do mosteiro de Santa Clara de Vila do conde, que dotaram por carta dada nessa vila, a 7 de Maio de 1318 (478). Nesse ano, em 6 de Outubro, doaram ao mosteiro de Pombeiro, o padroado da igreja de S. Mamede de Cepães (479). Faleceu em 1327, em Escalona (480), sobreviveu-lhe Dona Teresa, que surge ainda em 1334, doando ao mosteiro de Odivelas, a igreja de S. João do Lumiar (481), e em 1341, recebendo carta de sentença a seu favor, das jurisdições de Vila do Conde, Souto de Rebordãos, Póvoa, Atouguia, Alcoentre, Parada e Pousadela (482). Deste casal, que repousa em Santa Clara de Vila do Conde, ficou uma matriz sigilar, que autenticava documento de 1318 (483). Finalmente, será de referir que Dona Teresa Martins criou a célebre Inês de Castro (Vd. Árvore IV),

conforme o depoimento prestado em 1385 por Dom Diogo Lopes Pacheco (Vd. Árvore VIII) (484). Deste casamento nasceu um único filho:

41 - João Afonso, que SEGUE;

41 - Dom JOÃO AFONSO DE ALBUQUERQUE, o do «Ataúde», foi 6º senhor de Albuquerque, aio e mordomo de Pedro I de Castela, contra quem mais tarde se revoltou, vindo a morrer em Medina del Campo, com suspeitas de envenenamento, em 28 de Setembro de 1354 (485). Nasceu, provavelmente em Lisboa, pouco depois de 1304 (486), sendo educado por D. João Simão, meirinho-mor de D. Dinis, que lhe deixou bens em Alenquer e Ourique, em 1314 (487). Três anos decorridos, a 18 de Julho deu-lhe D. Dinis, seu avô, uns paços em Lisboa (488). Casou, entre 1323 e 1324 (489), com **Dona ISABEL TELES DE MOLINA (41a)**, 10ª senhora de Meneses (490) e sua prima (Vd. Árvore V). Retirou-se D. João, em 1330, para Castela (491), onde se colocou ao serviço de Afonso XI, que o fez alferes-mor (492), e depois aio e mordomo do Infante D. Pedro, como já ficou dito, e a partir de 1349, ano da morte de Afonso XI, chanceler do novo monarca castelhano (493), e, pode-se dizê-lo, o seu verdadeiro governante. Veio a falecer, como se disse, após conturbados sucessos políticos (494), em 1354. Dom João e Dona Isabel tiveram um único filho:

63 - Dom MARTINHO (ANES) DE ALBUQUERQUE, foi 7º senhor de Albuquerque e 11º senhor de Meneses, sendo

em 1358 adiantado-mor de Múrcia (495). D. Pedro de Portugal confirmou-lhe, em 1357, as jurisdições das suas (496), e em 1362 e 1364, os privilégios do seu couto e honra de Souto de Rebordãos (497). Morreu pouco depois de 1365 (498), já que o seu nome ainda é referido, como rico-homem, no Livro das Campainhas, sem sucessão, pelo que as casas de Albuquerque e de Meneses foram tomadas pela coroa castelhana.

Dom João Afonso teve mais filhos, ilegítimos, de **Dona MARIA RODRIGUES BARBA (41b)**, pertencente à família patronal (Vd. Árvore VII):

64 - Fernando Afonso, que SEGUE;

65 - **Dona BEATRIZ AFONSO DE ALBUQUERQUE**, que como vimos, casou com **Dom JOÃO AFONSO TELO (65a)**, 6º Conde de Barcelos (III101) e que voltaremos a encontrar neste capítulo (IV44).

66 - **Dona MARIA AFONSO DE ALBUQUERQUE**, legitimada em 1372 (499), condessa de Neiva, por seu marido **Dom GONÇALO TELES (66a)**, 1º Conde de Neiva (III102) e que voltaremos a referir (IV45).

64 - **Dom FERNANDO AFONSO DE ALBUQUERQUE**, foi mestre da Ordem de Santiago, depois de Julho de 1379 (500), vindo a ser um dos embaixadores portugueses que negociou, entre 1383 e 1386, o Tratado de Windsor (501). Morreu em 1387, deixando descendência ilegítima (502).

§ IV a)

Como ficou atrás referido, Dom Afonso Telo, o Tição (9), teve de Dona Mor Gonçalves Girão (9a) uma filha:

14 - Maria Afonso, que SEGUE;

E de uma mulher desconhecida, um filho ilegítimo:

15 - Dom MARTIM AFONSO TIÇÃO, que em 1312 foi um dos testamenteiros de Dom Martim Gil, 2º Conde de Barcelos (503). De senhora desconhecida, teve uma única filha (LL43P8):

24 - Dona MARINHA AFONSO TIÇÃO que casou com FERNÃO PIRES DE PORTOCARREIRO (24a), vivendo os dois em Castela (LL4307;P8). Não tiveram descendência.

14 - Dona MARIA AFONSO (TELO) D'UZEIRO, ficou conhecida pelo apelido de seu marido, Dom JOÃO GARCIA D'UZEIRO (14a), de quem não teve filhos. Foi amante de SANCHO IV DE CASTELA (14b) de quem teve uma filha:

23 - Violante Sanches que SEGUE;

23 - Dona VIOLANTE SANCHES (DE CASTELA), casou com Dom FERNÃO RODRIGUES DE CASTRO que se aliou a D. Dinis, em 1298 (504), aquando das desinteligências havidas entre o monarca português e Fernando IV de Castela. Era Dom Fernando o mais poderoso senhor da Galiza, província sempre tão im-

portante nas relações entre os dois reinos (505). Morreu em 1305, no cerco de Monforte de Lemos (506), tendo a sua viúva tomado hábito em 1327, no Mosteiro do Santo Espírito, em Salamanca (507). Tiveram um filho:

40 - Pero Fernandes, que SEGUE;

40 - **Dom PERO FERNANDES DE CASTRO**, «o da Guerra» que, logo após a morte de seu pai, foi entregue por sua mãe a Dom Lourenço Soares de Valadares, que em seguida o trouxe para Portugal, para melhor o proteger de possíveis represálias (508). Foi aqui educado e criado pelo 2º Conde de Barcelos (509), seu primo-direito pelo casamento, já que a mãe de Dom Pero, era irmã da mulher do 1º Conde (Vd. IV 16 e 26), e que lhe deixou o castelo de Zagala em 1312 (510). Regressou em 1320 à Galiza, tendo-lhe sua mãe feito, a 15 de Dezembro, uma importante doação (511). Até Junho de 1343, data da sua morte (512), será um dos mais poderosos senhores castelhanos, tendo obtido de Afonso XI, de quem foi mordomo, inúmeros privilégios e doações (513). Casou duas vezes: a primeira, com **Dona BEATRIZ AFONSO (40a)**, filha de Dom Afonso, senhor de Portalegre, e meio-irmão de D. Dinis (LD18D9), de quem não teve filhos; a segunda, com **Dona ISABEL PIRES PONÇO DAS ASTÚRIAS (40b)** de quem teve:

59 - Fernando Rodrigues, que SEGUE;

60 - **Dona JOANA (PIRES) DE CASTRO**, foi senhora de Dueñas, Orduña e Ponferrada. Casou, uma primeira vez, com **Dom DIOGO FERNANDES DE HARO (60a)**, e segunda

vez, com o rei de Castela D. Pedro I (60b) (514). Como já vimos, Dona Joana está referida no Livro das Campainhas e era também natural da igreja de Vilar de Porcos. Não parece ter tido filhos de nenhum dos matrimónios (515).

Dom Pero Fernandes, teve em Dona ALDONÇA LOURENÇO DE VALADARES (40c), que devia ser filha do seu aio, já atrás referido, dois filhos:

61 - Dom ÁLVARO PIRES DE CASTRO, que em Portugal foi o 1º Conde de Arraiolos e Condestável de Portugal (516), depois de ter abandonado Castela, com seu meio-irmão, por apoiar o rei D. Fernando contra Henrique de Trastâmara. Aqui foi distinguido com várias doações, vindo a morrer em Julho de 1384 (517). Em 1365 foi referido como rico-homem natural de Grijó.

62 - Dona INÊS (PIRES) DE CASTRO, Rainha de Portugal, é suficientemente conhecida para que se deva brevemente, sintetizar a sua vida. Teve três filhos do rei D. PEDRO I (62a):

69 - Infante Dom JOÃO.

70 - Infante Dom DINIS.

71 - Infanta Dona BEATRIZ.

59 - Dom FERNANDO RODRIGUES DE CASTRO sucedeu a seu pai no cargo de Pertigueiro-mor de Santiago, e nessa qualidade confirma um documento de 1345 (518). Quando Pedro I de Cas

tela sobe ao trono, nomeia-o seu mordomo-mor e alferes-mor, cargos em que já estava investido antes de 1351 (519). Em 1354 encontra-se momentaneamente em Portugal (520), provavelmente envolvido nos acontecimentos que antecederam a morte de Dom João Afonso, «o de Ataúde». A partir desta data, Dom Fernando será um dos mais acérrimos defensores do seu rei, acompanhando-o até à morte, ocorrida em Montiel em 1369 (521). Sobreviveu ainda seis anos, tentando opôr-se a Henrique II, mas sem qualquer possibilidade. Casou, antes de 1355, com **Dona JOANA (59a)**, filha bastarda de Afonso XI (522).

§ IV b)

Referimos anteriormente, que de Dom Gonçalo Anes (13) e de Dona Urraca Fernandes de Lima (13a) tinha havido descendência, que se tratará de imediato:

17 - RUI GONÇALVES RAPOSO, que casou com **Dona N. NUNES D'AÇA (17a)**, e tiveram:

27 - Dona BERENGÁRIA RODRIGUES RAPOSO, que casou duas vezes: a primeira, com NUNO MARTINS BARRETO (27a), que foi um fiel partidário do Infante D. Afonso, durante a guerra civil de 1319-1324 (523), e que pertenceu à sua casa (524). Foi um dos principais impli

cados na morte do bispo de Évora, ocorrida em Estremoz, a 5 de Março de 1320 (525). Do na Berengária, casou segunda vez com FERNÃO ANES DE PORTOCARREIRO (27b). Teve filhos do 1º matrimónio:

42 - ÁLVARO NUNES BARRETO.

43 - GOMES NUNES BARRETO. Os dois deviam já ter falecido, sem filhos, em 1365, porque deles não se faz menção no Livro das Campainhas.

18 - JOÃO GONÇALVES RAPOSO, casou com Dona TERESA ÁLVARES DAS ASTÚRIAS (18a). O Conde D. Pedro refere que não tiveram filhos (LL5754), mas nós pensamos que sim, já que:

28 - N. (ANES) RAPOSO, que em 1329 era natural da igreja de Vilar de Porcos: «Item hũm ffilho que ffoy de dom joam gonçalviz rraposo» (526).

19 - Afonso Teles, que SEGUE;

20 - Dona BEATRIZ GONÇALVES RAPOSO, que casou com JOÃO PIRES DA NÓVOA (20a), de quem teve:

32 - PERO ANES DA NÓVOA, casado com ELVIRA FERNANDES DE SEABRA (32a). Filho:

53 - JOÃO PIRES DA NÓVOA que em 1369, após a morte de Pedro o Cruel, de Castela, se colocou ao serviço do rei D. Fer-

nando (527), e que, já em 1354 era um dos fiéis de Dom Fernando de Castro (IV59) (528). Casou com **Dona N. SOARES DE PARADA (53a)**, filha de Soeiro Anes de Parada, outro refugiado em Portugal em 1369 e também presente em 1354 ao lado de Dom Fernando de Castro.

33 - **Dona ELVIRA ANES DA NÓVOA**, que foi casada com **PERO AFONSO DE SOUSA (33a)**, também da família patronal (Vd. Árvore V) de quem teve (529):

54 - VASCO AFONSO DE SOUSA.

55 - Dona BEATRIZ AFONSO DE SOUSA.

34 - **Dona MARIA ANES DA NÓVOA**, que casou duas vezes: a primeira (LL52D9), com **MARTIM MENDES REBOTIM (34a)**, sem geração. A segunda, com **FERNÃO ANES DE SOUTOMAIOR (34b)**, que, em 1330, foi armado cavaleiro por Dom Pedro Fernandes de Castro, «o da Guerra» (IV 40) (530), e que em 1354 acompanhava o filho, Dom Fernando (531). Tiveram os seguintes filhos:

56 - PEDRO ALVARES DE SOUTOMAIOR.

57 - JOÃO FERNANDES DE SOUTOMAIOR, que se manteve junto a Dom Fernando de

Castro até ao fim de Pedro I de Castela (532).

58 - Dona N. FERNANDES DE SOUTOMAYOR, que casou com ANDRÉ SANCHES D'OGREZ, como seu cunhado, também fiel cavaleiro do Pertigueiro-mor de Santiago (533).

35 - Dona MOR ANES DA NÓVOA, foi casada com AFONSO PIRES DE LEMOS (35a), e não tiveram filhos.

21 - Dona SANCHA GONÇALVES RAPOSO foi casada com JOÃO FERNANDES CORONEL (21a). Tiveram um filho.

36 - AFONSO FERNANDES CORONEL, mandado matar por Pedro o Cruel, de Castela (LL55R7). Em 1329 foi tido por natural da igreja de Vilar de Porcos, no grupo dos ricos-homens sendo sua mãe já falecida (534). Foi casado com Dona ELVIRA AFONSO DE BEMA (36a), de quem não sabemos se teve filhos.

22 - Dona MARIA GONÇALVES RAPOSO. Foi seu marido GONÇALO ANES DE AGUIAR (22a), de quem teve três filhos, sendo os dois primeiros naturais de Vilar de Porcos (535):

37 - GONÇALO (GONÇALVES) DE AGUIAR.

38 - TELO (GONÇALVES) DE AGUIAR.

39 - FERNÃO GONÇALVES DE AGUIAR, que casou com

Dona TERESA ÁLVARES DE GUSMÃO (39a).

19 - **Dom AFONSO TELES RAPOSO** foi vassalo do Infante D. Afonso, e com ele estava em Beja, em 1317, confirmando-lhe um documento (536). No ano seguinte, esteve presente à fundação do mosteiro de Odivelas (537), encontrando-se de novo junto do Infante, em 1322 (538). Casou com **Dona BERENGÁRIA LOURENÇO DE VALADARES (19a)**, irmã de Dona Aldonça (IV 40c). Tiveram filhos:

29 - Martim Afonso, que SEGUE;

30 - **Dom JOÃO AFONSO TELO** foi o 4º Conde de Barcelos e é o rico-homem que abre a lista dos naturais de Grijó, em 1365. Em 1355, era vassalo da casa do Infante D. Pedro (539), a quem serviu, depois de rei, como alferes-mor (540). O monarca fê-lo conde de Barcelos em 10 de Outuro de 1357 doando-lhe o senhorio da vila (541). Quer o rei D. Pedro (542) quer D. Fernando (543), lhe fizeram largas doações. Este último fê-lo 1º Conde de Ourém, antes de 1371 (544). Foi casado com **Dona GUIOMAR LOPES PACHECO (30a)**, também da família patronal (Vd. Árvore VIII). Tendo bens em Santarém, nela fundaram a Igreja da Graça (545) onde estão os dois sepultados (546). O Conde faleceu em 1381 e sua mulher era ainda viva em 1404 (547). Tiveram filhos:

49 - **Dom AFONSO TELO DE MENESES** foi o 5º Conde de Barcelos, por carta de 20 de Março de

1372 (548), ainda estando vivo seu pai e mantendo o título. Morreu em vida de seu pai, não deixando filhos. É referido na lista de Grijó de 1365.

50 - Dom JOÃO AFONSO TELO que foi feito 1º Conde de Viana do Alentejo, talvez antes de 1373 (549). Foi casado com Dona MOR ANES DE PORTOCARREIRO (50a) já referida (III141). Os dois são referidos no Livro das Campainhas. Dom João morreu em Penela em 1384 (550), deixando descendência legítima.

51 - Dona LEONOR DE MENESES era também natural do mosteiro de Grijó em 1365.

52 - Dom TELO (ANES DE MENESES) só é referido em LL57T5.

31 - Dona MARIA AFONSO TELO, já foi referida (III 15a), pelo seu casamento com GONÇALO MENDES DE VASCONCELOS (31a). Não tiveram filhos.

29 - Dom MARTIM AFONSO TELO e sua mulher Dona ALDONÇA ANES DE VASCONCELOS (29a) já ficaram tratados anteriormente (Vd. III 52 e 52a), o mesmo acontecendo com seus filhos e netos:

44 - Dom JOÃO AFONSO TELO, o Moço, 6º Conde de Barcelos casado com Dona BEATRIZ AFONSO DE ALBUQUERQUE (44a) (Vd III 101 e 101a e IV 65 e 65a).

45 - Dom GONÇALO TELES, Conde de Neiva, casado com Dona

MARIA AFONSO DE ALBUQUERQUE (45a) (Vd. III 102 e 102a e IV 66 e 66a).

46 - Dona MARIA TELES, casada primeiro com ÁLVARO DIAS DE SOUSA (46a) (Vd. III 103 e 103a) e depois com o Infante Dom JOÃO (46b) (Vd. III 103b). Filhos do primeiro matrimónio:

67 - Dom LOPO DIAS DE SOUSA (Vd. III 135).

68 - Dona N. DIAS DE SOUSA (Vd. III 136).

Filho do segundo matrimónio:

69 - Dom FERNANDO (Vd. III 137).

47 - Dona LEONOR TELES que casou com JOÃO LOURENÇO DA CUNHA (47a) e com o Rei Dom FERNANDO (47b) (Vd. III 104, 104a e 104b).

Dom Martim Afonso teve fora do matrimónio, e em mulher desconhecida, uma filha:

48 - Dona JOANA TELES, casou com JOÃO AFONSO PIMENTEL (48a), que serviu o Rei D. Fernando, seu cunhado, que o fez alcaide de Penarroias e senhor de Bragança (551). Em 1398 abandonou Portugal sendo feito Conde de Benavente, em Castela (552).

§ V

Depois da sua ligação com o Rei D. Sancho I, Dona Maria Pais Ribeira (I34) foi casada com Dom João Fernandes de Lima, o Bom (I34c), de quem teve filhos:

1 - **Dom GONÇALO ANES DE LIMA**, que morreu sem descendência (LL13A4).

2 - Teresa Anes, que SEGUE;

3 - **Dona MARIA ANES DE LIMA**, foi contemplada, em 1269, no testamento de sua meia-irmã, Dona Constança Sanches (IV6), que lhe doou um marco de prata (553). Casou com **Dom AFONSO TELES DE CÓRDOVA (3b)**, filho do primeiro casamento de Dom Afonso Teles de Albuquerque, o Velho (IV 4a), que depois casou com a meia-irmã de Dona Maria Anes, Dona Teresa Sanches (IV4). Tinha sido, antes de casar (LD6AY7), amante de **FERNANDO III DE CASTELA (3a)**. De Dona Maria Anes e Dom Afonso Teles houve descendência, que será tratada na alínea a.

2 - **Dona TERESA ANES DE LIMA** recebeu a mesma dotação que sua irmã, por morte de Dona Constança Sanches. Em 1226, confirmou uma doação feita por sua mãe do padroado da igreja de Vila do Conde e do paço que junto dela construira (554). Casou com **Dom MEM GARCIA DE SOUSA (2a)**, rico-homem de D. Sancho II e D. Afonso III, tenente da terra de Trás-os-Mon

tes entre 1235 e 1236 (555) e da terra de Panóias entre 1250 e 1255 (556). Acompanhou D. Afonso III na conquista do Algarve (557). Por morte de seu irmão mais velho, Dom Gonçalo Garcia, sem filhos legítimos, passou a representar a grande casa de Sousa. Quer Dom Mem Garcia quer sua mulher, já tinham falecido em 1275 (558) e o primeiro tal vez mesmo antes de 1257 (559), deixando os seguintes filhos:

4 - **GONÇALO MENDES DE SOUSA** que em 1257, com sua mãe, perdeu certos bens de sua avó, Dona Maria Pais Ribeira, que tinham usurpado a Dona Constança Sanches e seus sobrinhos (560). Deverá ser o tenente de Panóias que confirma documentos entre 1256 e 1260 (561) e de Além Tejo e Évora em 1261 (562). Foi amante de sua irmã, Dona Maria (LL22G13), pelo que terá tido que abandonar o país, acompanhado por Fernão Lopes Gato «que se foi com Dom Gonçalo Meendez aalem mar, quando roussou dona Maria Meendez, sa irmãa» (LL60C4). Lá terá morrido, ou já em Portugal, antes de 1286 (563). Pensamos que a Gonçalo Mendes pertence o túmulo que se encontra na igreja do Mosteiro de Pombeiro, muito ligado aos Sousas como é sabido, e que ostenta as armas dos Limas (564). Lima era o apelido de sua mãe, e não se deverá esquecer que ele não herdou a casa, antes pelo contrário, a desonrou. Não deixa, porém, de ser

uma hipótese a verificar pelos especialistas (565).

5 - JOÃO MENDES DE SOUSA, que morreu sem descendência (LL22G12).

6 - Maria Mendes, que SEGUE;

7 - Dona CONSTANÇA MENDES DE SOUSA que casou com Dom PERO ANES DE PORTEL (7a), filho do célebre mordomo de D. Afonso III, Dom João de Aboim (566). Com seu marido, confirma Dona Constança uma doação à Ordem do Hospital, em 1271 (567). Por morte de seu tio, o Conde Dom Gonçalo Garcia, abriu-se acesa disputa entre várias pessoas que entendiam ser seus herdeiros. D. Dinis arbitrou a questão, vindo a resolvê-la em 1288, por sentença de 2 de Setembro, e na qual Dona Constança foi a principal beneficiada (568). Nas suas casas de Santarém, fez testamento a 8 de Janeiro de 1297 (569), deixando por testamenteiros seu marido e Fr. Afonso Rodrigues, seu primo co-irmão, o já referido filho de Dom Rodrigo Sanches (Vd. IV7). Dom Pero Anes de Portel, que terá nascido à volta de 1246 (570), foi, como seu pai rico-homem de D. Afonso III e D. Dinis. Em 1262 confirmou o foral de Portel, dado por seus pais à vila que fundaram (571). Como rico-homem confirmou vários documentos quer como tenente do Algarve, Leiria, Sintra, Trás-os-Montes ou Panóias quer como simples confirmante, entre 1265 e 1307 (572). Em 1308,

foi um dos fidalgos que analisou as actas das inquirições terminadas nesse ano (573), o que já fizera, aliás, em relação às de 1290 (574). Como seu pai, fez diversas doações a ordens militares (575). Por morte daquele, levantou-se contenda entre Dom Pedro e sua irmã, D. Maria Anes (Vd. IV 10a), que foi resolvida por sentença de D. Dinis, de 1287 (576). Dom Pedro Anes, foi um dos nobres portugueses citados no texto do tratado de Alcanices, em 1297 (577). Do casamento de Dom Pedro e Dona Constança houve descendência, que seguirá na alínea b.

8 - Dona TERESA MENDES DE SOUSA foi abadessa de Lorvão (LL41L5), tendo doado, em 12 de Fevereiro de 1275, todos os seus bens a sua irmã Dona Constança (578). Teve um filho ilegítimo de PEDRO AFONSO RIBEIRO (8a), de quem falaremos em pormenor no §VII, e que a pedido de seus pais foi legitimado por carta de 11 de Março de 1292 (579):

18 - GONÇALO PIRES RIBEIRO, de quem se voltará a falar juntamente com seu pai (Vd. §VII), casou com Dona CONSTANÇA LOURENÇO ESCOLA (18a), de quem não teve filhos.

6 - Dona MARIA MENDES DE SOUSA que, como vimos, foi amante de seu próprio irmão, Gonçalo Mendes, foi depois casada com Dom LOURENÇO SOARES DE VALADARES (6a), que aparece referenciado em 1277, junto da corte (580), continuando de-

pois a confirmar documentos até 1298 (581), alguns deles como tenente da Ribeira Minho. Como rico-homem de D. Dinis, é também referido no texto do tratado de Alcanices. Teve, por certo, bens na região de Valadares, e ainda, em 1290, no julgado de Refójos de Riba d'Ave, na freguesia de S. Julião (582). Os seus filhos e netos — Dom Lourenço voltou a casar, depois de enviuvar de Dona Maria, com Sancha Nunes de Chacim — eram, em 1315, naturais do mosteiro de Tibães (583). Do casamento de Dona Maria com Dom Lourenço Soares, nasceu única:

13 - Inês Lourenço, que SEGUE;

13 - Dona **INÊS LOURENÇO DE VALADARES** que casou com **MARTIM AFONSO CHICHORRO (13a)**, filho bastardo de D. Afonso III que lhe deixou mil libras em testamento (584). Pensamos poder identificá-lo com o Martim Afonso, que, como rico-homem de D. Dinis, confirma documentos régios entre 1292 e 1299 (585), sendo também referido, em 1297, no texto do tratado de Alcanices. Deste casamento nasceram um filho e uma filha, para além de outras filhas, de quem não sabemos o nome e que seguiram a vida religiosa (LL22G14):

24 - **MARTIM AFONSO CHICHORRO**, foi rico-homem de seu tio, o rei D. Dinis que, em 1320 ouviu o seu conselho sobre as questões levantadas pelo Infante D. Afonso (586). Mas, deve ter seguido o partido deste último, porque em Maio de 1322, foi um dos fidalgos que se encontravam junto de D. Afonso, aquan

do do juramento de tréguas por este feito em Pombal (587). Nesse mesmo ano fez uma doação ao mosteiro de Pombeiro, de que era «muy natural e muy padroeiro» (588). Em 1323, a 23 de Janeiro, fez composição com o Conde D. Pedro ficando com as honras e coutos de Fregeiro de Travaços (ou Figueiró e Travaços?), Amarante, Barroso, Andrães, Galegos e o lugar de Muzães (589). Não teve descendência legítima, mas de **Dona ALDONÇA ANES DE BRITEIROS (24a)**, abadessa de Arouca (LL22G15) teve dois filhos:

33 - **VASCO MARTINS DE SOUSA** que foi vassalo da casa de D. Afonso IV (590). Foi provavelmente criado com o Infante D. Pedro que, logo após a subida no trono, o fez seu chanceler-mor e lhe doou os bens de Pero Coelho (591). Foi uma das testemunhas convocadas para depôr, em 1360, sobre o casamento de D. Pedro e Dona Inês de Castro (592), o que voltou a fazer, 25 anos depois, aquando das cortes realizadas em Coimbra, em Março e Abril de 1385 (593). De D. Fernando recebeu as terras de Penaguião, Gestacô e Mortágua, o que D. João I confirmou (594). Terá morrido antes de 24 de Janeiro de 1387 (595). Casou, em 1341 (596), com **Dona INÊS (SANCHES) MANUEL (33a)**, de quem teve dois filhos, referi

dos com o pai em 1365, no Livro das Campaínhas:

48 - MARTIM AFONSO (DE SOUSA) II.

49 - Dona BEATRIZ (AFONSO DE SOUSA).

34 - MARTIM AFONSO DE SOUSA I, que os nobiliários não referem, mas que é mencionado, quer por D. António Caetano de Sousa quer por Braamcamp Freire (597), e cuja existência o Livro das Campaínhas indirectamente torna verosímil (598). Segundo a identificação por nós proposta, terá casado com Dona MARIA GONÇALVES DE SOUSA (34a), sua prima-direita (Vd. V35), de quem terá tido uma filha, que com sua mãe e marido é referida na lista de naturais de Grijó:

50 - Dona BEATRIZ (MARTINS ou AFONSO) DE SOUSA, que casou com Dom HENRIQUE MANUEL DE VILHENA (50a), tio do rei D. Fernando e por este feito conde de Seia, entre 1373 e 1381 (599), tendo também recebido doações de D. João I (600).

25 - Maria Afonso, que SEGUE;

25 - Dona MARIA AFONSO CHICHORRO que casou com Dom GONÇALO ANES DE BRITEIROS (25a). Os dois, a 6 de Fevereiro de 1341, receberam duas cartas de sentença sobre a posse da juris-

dição de várias honras e coutos, nos julgados de Vila Real, Gaia e Vila Nova, Guimarães, Baião, Maia, Celorico de Basto, Gestaçô, Aguiar da Pena, Cabeceira de Basto, Lanhoso, Feira, Ponte, Melgaço e Valadares (601). Dom Gonçalo Anes tinha, em 1322, disputado com seu cunhado Martim Afonso, a posse de vários lugares ao Conde D. Pedro, questão que terminou pela sentença dada em Castelo Branco, pelo Infante D. Afonso, a 8 de Janeiro de 1323 (602). Era, em 1322, partidário do referido infante (603) e foi fronteiro de Entre-Douro-e-Minho nas guerras contra Castela (LD4M7). Tiveram quatro filhos, sendo os três primeiros, juntamente com seus pais, referidos em 1329, na lista dos naturais da igreja de Vilar de Porcos (604):

35 - Maria Gonçalves, que SEGUE;

36 - ÁLVARO GONÇALVES DE BRITEIROS (LD4M8).

37 - DIOGO GONÇALVES DE BRITEIROS (LD4M8). Sobre estes dois irmãos nada se apurou.

38 - Dona MARGARIDA GONÇALVES DE (BRITEIROS) SOUSA, que ainda não seria nascida em 1329, pois não é referida na citada lista de Vilar de Porcos, foi casada com RUI VASQUES RIBEIRO (38a), que foi 2º senhor do morgado de Soalhães, instituido em 1304 por seu avô D. João, bispo de Lisboa (605), e que por sua mãe, também pertencia à família patronal (Vd. Árvore VII). Rui Vasques foi um dos cavaleiros portugueses que tomou parte no exército enviado por D. Pe

dro I de Portugal a Aragão, em auxílio de Pedro o Cruel, de Castela (606). Deste seu segundo matrimónio, teve Rui Vasques dois filhos, de quem não sou bemos os nomes, e que, em 1365, são nomeados na lista de Grijó:

55 - N. (RODRIGUES/VASQUES) RIBEIRO.

56 - N. (RODRIGUES/VASQUES) RIBEIRO.

35 - Dona MARIA GONÇALVES DE (BRITEIROS) SOUSA, que já referimos (Vd. V34a), foi, quanto a nós casada duas vezes. A primeira, com MARTIM AFONSO DE SOUSA I (35a), a quem já nos referimos (Vd. V34) e de quem teve:

51 - Dona BEATRIZ (MARTINS ou AFONSO) DE SOUSA que foi casada com Dom HENRIQUE MANUEL DE VILHENA (51a) de quem também já falamos (Vd. V50 e 50a).

Casou segunda vez com MARTIM LOURENÇO DA CUNHA (35b), já falecido em 1365, como se depreende do texto do Livro das Campainhas. Foi um dos fidalgos portugueses que serviu de refém, em 1328, dentro das cláusulas do contrato celebrado a 25 de Março daquele ano, entre D. Afonso IV e Afonso XI de Castela (607). Em 1355, foi um dos fidalgos que se encontrava do lado do Infante D. Pedro, aquando das tréguas firmadas com o rei D. Afonso IV (608). Deste monarca recebeu o senhorio de Pombeiro, por carta de 3 de Fevereiro de 1358 (609). Do casamento de Martim Lourenço com Dona Maria de Sousa nasceram três filhos, todos referidos no Livro das Campainhas. Só se sabe, o nome de um deles:

52 - João Lourenço, que SEGUE;

53 - N. (LOURENÇO) DA CUNHA.

54 - N. (LOURENÇO) DA CUNHA.

52 - JOÃO LOURENÇO DA CUNHA foi o 2º senhor de Pombeiro, e casou com Dona LEONOR TELES (52a), que já referimos anteriormente (Vd. III104 e IV47), e que depois foi casada com o Rei D. Fernando, que confiscou os bens a João Lourenço, em 1379, e os doou a Fernando Afonso de Albuquerque (Vd. IV 64). Após a morte de D. Fernando regressou a Portugal, onde recebeu várias doações do Mestre de Aviz, que acabaria por trair (610). Morreu em 1385 ou pouco depois, deixando descendência (611).

§ V a)

Nesta alínea trataremos da descendência de Dona Maria Anes de Lima (3) e de Dom Afonso Teles de Córdova (3a):

9 - Dom AFONSO TELES DE CÓRDOVA II foi casado com Dona BEATRIZ FRADIQUE (9a), de quem não teve filhos (LL57A3).

10 - RODRIGO AFONSO DE CÓRDOVA, de quem nada se soube (LD6AY7; LL57A2).

11 - Mor Afonso, que SEGUE;

12 - Dona TERESA AFONSO DE CÓRDOVA que casou com Dom PERO MARTINS DA VIDE (12a), e de quem teve:

22 - Dom MARTIM PIRES DA VIDE que casou com senhora desconhecida, não deixando descendência (LL57B4).

23 - Dona SANCHA PIRES DA VIDE que casou com Dom AIRES NUNES DE GOSENDE (23a), senhor de Gosende, no bispado do Porto e morador em Santarém (612). Dona Sancha, que enviuvou antes de 1269, alcançou nesse ano do bispo de Lisboa, a elevação a igreja paroquial da ermida de Nossa Senhora de Almoster (613), local onde mais tarde se irá construir o mosteiro desse nome. Em 1287 ordenou por testamento a sua filha a erecção de um mosteiro em Almoster (614). Foi essa filha:

32 - Dona BERENGÁRIA AIRES DE GOSENDE que, como já ficou dito, e cumprindo as ordens de sua mãe, foi a fundadora do mosteiro de Almoster, o que ocorreu no ano de 1289 (615). Casou, antes de 1271, com RUI GARCIA DE PAIVA (32a), porque nesse ano, receberam uma doação do Grão-Comendador do Hospital, Dom Gonçalo Pires de Pereira (616). Rui Garcia, que esteve no cerco de Sevilha em 1248 (617), confirmou diplomas régios entre 1271 e

1274 (618), vindo a falecer antes de 1278 (619). Já viúva, portanto, recebeu Dona Berengária nesse ano, de D. Afonso III, a confirmação da posse do paço e couto de Gondiães (620). D. Dinis, em 1296, dispensou os seus caseiros das honras de Ferande, Vilaboa e Lourosa, de irem à hoste (621); o mesmo monarca, em 1308, e é esta a referência mais tardia relativa a Dona Berengária, confirmou-lhe as jurisdições das honras de Santa Ovaia e Cinfães (622). Existe ainda um documento relativo à fundadora de Almoster, não só de uma riqueza de informações invulgar, como escleracedor quanto a dois aspectos: descendência de Dona Berengária, omitida nos nobiliários, e o ponto a que podiam chegar as «naturalidades». Por instrumento feito em Cinfães, a 12 de Agosto de 1302, doou aquela senhora ao Cabido do Porto os seus direitos de padroado sobre 28 igrejas e 17 mosteiros, de que era natural (623)! Nesse mesmo documento refere os bens

herdados de uma sua filha, já então falecida:

47 - MARIA RODRIGUES DE PAIVA (624).

11 - Dona MOR AFONSO DE CÓRDOVA que casou três vezes: a primeira com GONÇALO GIL DE VILALOBOS (11a), de quem não teve filhos (LD6AZ8); a segunda, com o Infante AFONSO DE MOLINA (11b); a terceira, com Dom JOÃO AFONSO DE ALFARO (11c), de quem teve:

21 - Dom JOÃO AFONSO DE ALFARO, de quem nada soubemos.

Do seu segundo matrimónio teve a seguinte descendência:

19 - Afonso, que SEGUE;

20 - Dona MARIA DE MOLINA, Rainha de Castela pelo seu casamento com SANCHO IV DE CASTELA (20a) e de quem descendem todas as casas reinantes europeias.

19 - Infante Dom AFONSO DE MOLINA casou com Dona TERESA ÁLVARES DAS ASTÚRIAS (19a) e teve:

31 - Telo, que SEGUE;

31 - Dom TELO AFONSO DE MOLINA foi 8º senhor de Meneses (625), e casou com a Infanta Dona MARIA AFONSO (DE PORTUGAL) (31a), filha do Infante Dom Afonso, Senhor de Portalegre. Deste casamento nasceu, única:

46 - Isabel, que SEGUE;

46 - Dona ISABEL TELES DE MOLINA que foi 10ª senhora de Meneses, casou com Dom JOÃO AFONSO DE ALBUQUERQUE, «o do Ataúde» (46a), casal por nós já anteriormente referido (Vd. IV41 e 41a). Foi seu filho:

59 - Dom MARTINHO (ANES) DE ALBUQUERQUE, que foi 7º senhor de Albuquerque e 11º senhor de Meneses, falecido sem geração.

§ V b)

Resta-nos, para terminar este parágrafo, referir a descendência de Dona Constança Mendes (7) e de Dom Pero Anes de Portel (7a):

14 - JOÃO PIRES DE SOUSA foi rico-homem de D. Afonso III e D. Dinis, confirmando diplomas régios entre 1298 e 1304 (626). Seguiu o partido do Infante D. Afonso na guerra civil de 1319-1324 (627). Casou duas vezes, não tendo descendência de nenhum deles. A primeira, com Dona SANCHA MARTINS BARRETO (14a) e a segunda, com Dona ALDONÇA PIRES GAGO (14b).

15 - JOÃO PIRES DE PORTEL (ou SOUSA), homónimo de seu irmão, não deixou qualquer referência.

16 - Dona BRANCA PIRES DE PORTEL que casou com Dom PEDRO (16a), 3º Conde de Barcelos (628) e uma das figuras mais importantes da cultura medieval peninsular. Autor do «Livro de Linhagens» e da «Crónica de 1344» é sem dúvida um marco na historiografia portuguesa. Por isso mesmo, a sua figura e obra têm sido alvo de vários estudos, pelo que nos abs-

teremos de referir pormenores de todos já conhecidos. Foi alferes-mor de seu pai, o rei D. Dinis, e morreu sem descendência.

17 - Maria Pires, que SEGUE;

17 - Dona **MARIA PIRES RIBEIRA**, que adoptou o apelido de sua bisavó, a célebre Ribeirinha, que pela morte, sem geração, de seus irmãos, passou a representar a casa de Sousa. Casou com **AFONSO DINIS (17a)**, bastardo de D. Afonso III, que lhe fez doação de terras em Torres Vedras, em 1278 (629) e lhe deixou ficar 1.000 libras em testamento (630). D. Dinis, em 1300, confirmou-lhe a posse de umas casas em Lisboa (631), e em 1310, dispensou os povoadores da Póvoa de Salvador Aires de pagarem hoste, fossado e foro (632). Confirmou documentos régios a partir de 1306 até 1322, sendo mordomo-mor da Rainha Santa, a partir de 1315 (633). Terá morrido depois de 1322. Dona Maria Pires ainda era viva em 1337, porque a 30 de Julho desse ano, foi contemplada com 100 libras, no testamento de sua tia, Dona Maria Anes de Aboim (634). Deste matrimónio nasceram os seguintes filhos:

26 - **PERO AFONSO DE SOUSA** que em 1336 foi derrotado, quando pretendia atacar Vila Nova de Barcarrota (635). Recebeu, como sua mãe, uma quantia de sua tia-avó, Dona Maria de Aboim, que lhe deixou 250 libras, bem como a seus irmãos Rodrigo, Gonçalo e Garcia (636). Casou com **Dona ELVIRA ANES DA NÓVOA**

(26a), que já referimos (Vd. IV33 e 33a); filhos:

39 - VASCO AFONSO DE SOUSA (Vd. IV54).

40 - BEATRIZ AFONSO DE SOUSA (Vd. IV55).

27 - Dom RODRIGO AFONSO DE SOUSA foi rico-homem de D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando. Era vassalo da casa daquele primeiro monarca em 1355 (637), e testemunhou, em 1361 uma procuração dada por D. Pedro ao Mestre de Aviz (638). É possível que tenha recebido, deste mesmo rei, as terras de Arraiolos e Paiva, o que foi confirmado por seu filho em 13 de Maio de 1367 (639). Casou com Dona VIOLANTE PONÇO DE BRITEIROS (27a), com quem é nomeado, em 1365, no Livro das Campainhas. Deste casamento não teve filhos. De CONSTANÇA GIL, teve dois filhos bastardos:

41 - GONÇALO RODRIGUES DE SOUSA, que foi legitimado por carta de 12 de Março de 1370, sendo seu pai ainda casado (640). Antes de passar a Castela, em 1384, foi senhor de Mafra, Ericeira e Enxara dos Cavaleiros, e alcaide de Monsarás (641).

42 - FERNÃO GONÇALVES DE SOUSA, que também seguiu o exílio em 1384, foi senhor de Vila Boim e alcaide de Portel (642).

28 - Diogo Afonso, que SEGUE;

29 - Dom GARCIA MENDES DE SOUSA que foi Prior da Alcá

çova de Santarém (643).

30 - **GONÇALO MENDES DE SOUSA** que não sabemos se se poderá identificar com um Gonçalo Anes de Sousa, que em 1342 e 1344, recebeu sentenças de confirmação das jurisdições das honras de Monsães — «que fora do Conde Don Pedro» —, e de Cerarelos, Andrães e S. Cibrão, respectivamente (644).

28 - **Dom DIOGO AFONSO DE SOUSA** foi senhor de Mafra e Ericeira, por doação de sua tia-avó, Dona Maria Anes de Aboim (645). Morreu em 1344, sendo sepultado na igreja de Santo André de Mafra (646), junto de sua mulher, **Dona VIOLANTE LOPES PACHECO (28a)**, que pertencia à família patronal (Vd. Árvore VIII). Tendo sobrevivido a seu marido, ficou na posse dos senhorios de seu marido. Talvez por ser irmã de Diogo Lopes Pacheco, o rei D. Pedro retirou-lhos em 1357, devolvendo-lhos porém em 1362 (647). Deve ter falecido pouco depois, porque em 1365 era sua filha que possuía os referidos senhorios, como veremos. Tiveram os seguintes filhos:

43 - Álvaro Dias, que SEGUE;

44 - **LOPO DIAS DE SOUSA** foi alcaide de Chaves por carta de 27 de Junho de 1368 (648). Referido na lista de Grijó, como rico-homem, casou antes de 1367 com **Dona BEATRIZ (44a)**, de quem se desconhece a família (649). Foi senhor de Mafra e Ericeira, após a morte de sua irmã Dona Branca, e juntamente com seu sobrinho, do mesmo nome (650). Morreu antes de 7

de Agosto de 1377 (651), sem descendência.

45 - Dona BRANCA DIAS DE SOUSA que é também referida no Livro das Campainhas, foi senhora de Mafra e Ericeira, por carta de 17 de Abril de 1365 (652). Não casou, nem teve descendência (LL22I15).

43 - ÁLVARO DIAS DE SOUSA, que já referimos por ter casado com Dona MARIA TELES (43a) (Vd. IV46 e 46a), morreu exilado em Castela em 1365 (653), sem ter herdado os bens de seus pais. Teve dois filhos que, com a mãe, são referidos na lista dos naturais de Grijó:

57 - LOPO DIAS DE SOUSA (Vd. IV67), veio a suceder no senhorio de Mafra e foi Mestre da Ordem de Cristo (654). Morreu entre 1416 e 1420 (655), deixando descendência ilegítima.

58 - N. DIAS DE SOUSA (Vd. IV68).

§ VI

Neste parágrafo vamos abordar a descendência de Dona Maria Moniz de Ribeira e Cabreira (I29). O seu comportamento, mereceu do Conde D. Pedro um comentário pouco lisongeiro (LL53D3), como já referimos, e uma total indiferença quanto à sua descendência, de que provieram os Machados. É provável que isto signifique uma verdadeira animosidade do 3º Conde de Barcelos contra esta família.

Assim, por omissão da única fonte que nos poderia ter dado, pelo menos, o encadeado das várias gerações e os nomes dos indivíduos, abriu-se o caminho à, por vezes, delirante imaginação dos genealogistas posteriores. A um deles, Felgueiras Gayo, tivémos porém, que recorrer, para delinear uma árvore que permitisse chegar aos Machados referidos em 1365, na lista dos naturais de Grijó. Daí que este parágrafo, ao contrário dos outros, seja tão árido de informações e susceptível de um dia ser contraditado por uma investigação mais aprofundada.

1 - PERO MONIZ que, de mulher desconhecida teve:

2 - Maria Pires, que SEGUE (656);

2 - MARIA PIRES que casou com MARTIM PIRES MACHADO (2a), o primeiro a usar deste apelido, segundo Felgueiras Gayo. Tiveram dois filhos:

3 - Martim Martins, que SEGUE;

4 - PEDRO MARTINS MACHADO, que teria sido rico-homem no tempo de D. Sancho I (657).

3 - MARTIM MARTINS MACHADO casou com LOBA GOMES DE POMBEIRO (3a), a quem o Conde D. Pedro faz primeiro freira (LL22B8), e depois casada com Godinho Viegas Mouro (LL37A2). Tiveram dois filhos:

5 - Martim Martins, que SEGUE;

6 - MOR MARTINS MACHADO, que terá feito uma doação ao mosteiro de Fonte Arcada, em 1292 (658).

7 - JOÃO MARTINS MACHADO e sua irmã a seguir, não são referidos por Felgueiras Gayo, mas sim por Pedro A. de Azevedo. Entroncámo-los aqui, porque são irmãos de um Martim Martins Machado e viveram aproximadamente na mesma época (659). Se bem que o patronímico do pai (Gonçalves) o possa apontar como pessoa diferente de VI3, também é possível que Felgueiras Gayo se tenha equivocado. Temos referências dele entre 1311 e 1315 (660), sendo naquela primeira data já casado com senhora desconhecida (661), de quem teve dois filhos:

12 - JOÃO ANES MACHADO, que é referido em 1313 (662).

13 - MARTIM ANES MACHADO, que se referencia entre 1313 e 1331 (663).

8 - Dona URRACA MARTINS MACHADO foi monja no mostei-

ro de Chelas e é referida na documentação estudada por Pedro de Azevedo, entre 1299 e 1325 (664).

5 - MARTIM MARTINS MACHADO, foi vassalo de um D. Mendo, que lhe doou a quintã do Outeiro, em S. Martinho de Moçul, julgado de S. João de Rei (665). Segundo Felgueiras Gayo, morreu por volta de 1279, tendo ainda vários lugares na região do rio Cávado (666). Casou com **Dona CONSTANÇA GONÇALVES BARROSO (5a)**, a quem o Conde D. Pedro dá outro casamento (LL30Z5). Foram seus filhos:

9 - Pedro Martins, que SEGUE;

10 - **ESTEVÃO MARTINS MACHADO**, foi vassalo de Dom Afonso Sanches (Vd. IV25a), e chanceler de seu filho, «o do Ataúde» (Vd. IV41), e como tal testemunhou uma doação daquele, ao mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, em 1318 (667). Casou duas vezes: a primeira, com **Dona INÊS ESTEVES TAVARES (10a)**, irmã de Gonçalo Esteves (Vd. III9b) que, como foi dito, instituiu um morgado em 1349, sendo sua irmã uma das suas possíveis sucessoras, e depois dela os filhos (668). Casou segunda vez, com **N. ANES PACHECO (10b)**, que seria filha de João Fernandes Pacheco. De ambos os casamentos teve filhos que serão tratados na alínea a.

11 - **FERNÃO MARTINS MACHADO**, que tinha uma quintã no lugar de Paço, no julgado de Lanhoso (669). Casou com **N. VASQUES DA CUNHA (11a)** de quem teve filhos,

que seguem na alínea b.

9 - PEDRO MARTINS MACHADO é o único referido pelo Conde D. Pedro (LL44N7). Casa-o com Dona N. AFONSO LEITÃO (9a), a quem Felgueiras Gayo dá o nome de Filipa, bem pouco habitual na época. Este autor fá-lo senhor de várias honras em terras de Bouro (670), o que não conseguimos confirmar. Tiveram filhos:

14 - Álvaro Pires, que SEGUE;

15 - DIOGO PIRES MACHADO que teria ido como embaixador a Castela no tempo do rei D. Dinis (671). Casou com N. ANES DE ORNELAS (15a), de quem teve:

25 - LOURENÇO (DIAS) MACHADO.

26 - GONÇALO (DIAS) MACHADO.

16 - GONÇALO PIRES MACHADO (672).

14 - ÁLVARO PIRES MACHADO, foi alcaide de Castelo Rodrigo, por carta de 20 de Junho de 1357 (673). Casou com JULIANA (?) DE GOES (14a), de quem teve:

23 - PEDRO ÁLVARES MACHADO.

24 - DIOGO (ÁLVARES) MACHADO, que continuaram a descendência dos Machados, mas não estão referidos em Grijó.

§ VI a)

Do primeiro casamento de Estevão Martins (10) com Inês Esteves de Tavares (10a), nasceram dois filhos:

17 - Rodrigo Esteves, que SEGUE;

18 - PEDRO ESTEVES MACHADO, que é até provável se possa confundir com o anterior (674), foi nomeado, em 1349, como possível sucessor do morgado instituido por seu tio Gonçalo Esteves Tavares, como já referimos. Não sabemos se casou ou teve filhos.

Do segundo casamento, com N. Anes Pacheco (10b), teve:

19 - JOÃO (ESTEVES) PACHECO que, curiosamente, é também nomeado na sucessão do referido morgado, caso seu meio- irmão não tivesse descendência legítima (675).

17 - RODRIGO ESTEVES MACHADO, não se sabe de quem, teve dois filhos:

27 - AFONSO RODRIGUES MACHADO.

28 - PEDRO RODRIGUES MACHADO, que Felgueiras Gayo refere como embaixador de D. Afonso IV ao Duque de Vilhena, para tratar do casamento do Infante D. Pedro com Dona Constança Manuel (676).

29 - VASCO RODRIGUES MACHADO.

30 - MÉCIA RODRIGUES MACHADO. É possível que estes dois irmãos fossem seus filhos, e que são referidos nos cavaleiros, naturais de Grijó.

§ VI b)

Resta-nos falar da descendência de Fernão Martins (11) e

de N. Vasques da Cunha (11a):

20 - João Fernandes, que SEGUE;

21 - GONÇALO FERNANDES MACHADO teria vivido no tempo de D. Afonso IV. Casou com MÉCIA FERNANDES (21a), que talvez se possa identificar com uma senhora do mesmo nome que dava naturalidade em Grijó a dois dos seus filhos, segundo a nossa proposta de identificação. É possível que fosse então viúva, e que o direito de padroado lhe tivesse sido transmitido. Filhos (os dois primeiros são referidos no Livro das Campainhas):

34 - FERNÃO GONÇALVES MACHADO, e o seu irmão a seguir estão na lista de Grijó, o que é referido por Felgueiras Gayo (677).

35 - GONÇALO FERNANDES MACHADO.

36 - ÁLVARO GONÇALVES MACHADO.

22 - ESTEVÃO FERNANDES MACHADO, que o mesmo autor refere como natural de Grijó, por sua mãe. A verdade é que não há na lista dos naturais, nenhum Estevão Fernandes, e os «Cunhas» ou estão nos ricos-homens ou nos infanções.

20 - JOÃO FERNANDES MACHADO que seria casado com MARIA RODRIGUES DE VASCONCELOS (20a), o que não conseguimos confirmar, teve:

31 - FERNÃO ANES MACHADO, que sendo casado com BRANCA PAIS (31a), é possível que se possa identificar com

outro natural de Grijó, bem como sua mulher, irmã de outro natural, e irmãos.

32 - VASCO ANES MACHADO.

33 - MARIA ANES MACHADO.

§ VII

Neste capítulo, tentaremos traçar a descendência de Nuno Pais Ribeiro (Vd. I35). Como vimos no primeiro parágrafo, a sua ligação à família patronal é hipotética. Não o é, porém, a sua descendência, que irá entroncar em vários dos naturais de Grijó, em 1365. Como dissemos na altura, casou com Dona Mor Pais Romeu (I35a), de quem teve:

1 - **PEDRO NUNES RIBEIRO** «Pestanas de Cão», que em LD6T6 tem uma ascendência diferente, recebeu de D. Sancho I a terra de Parada em 1200 (678). Casou com **Dona MARIA SOARES VELHO (1a)**, de quem teve:

2 - Afonso Pires, que SEGUE;

3 - **PEDRO PIRES RIBEIRO**, de quem nada soubemos (LD6T7).

4 - **SOEIRO PIRES RIBEIRO**, o mesmo (LD6T7).

5 - **Dona URRACA PIRES RIBEIRO** casou com **Dom AFONSO ANES DE CAMBRA (5a)**. A sua descendência será tratada no §VIII.

6 - **GOMES PIRES RIBEIRO**, que se deve poder identificar com um D. Gomes da Ribeira, que teve bens na região do Vouga e que já tinha morrido em 1282, aquando de umas inquirições realizadas naquela terra (679). Não se sabe com quem casou, mas teve descendência que irá na alínea a.

7 - ÁLVARO PIRES RIBEIRO de quem também nada apuramos (LD6T7).

2 - Dom AFONSO PIRES RIBEIRO, que foi casado com Dona MARIA RAIMUNDES DE SEQUEIRA (2a), esteve na conquista de Sevilha juntamente com seu sogro, Raimundo Viegas de Sequeira (680). A sua presença em Castela devia-se ao facto de ter acompanhado o rei D. Sancho II no exílio, tendo testemunhado o último testamento do monarca, feito em Toledo em 1248 (681), e que contemplou um dos filhos. Teve bens no julgado de Sever do Vouga (682) e fez testamento em 1289 (683). Dele se conserva uma matriz sigilar, que autentica va um documento de Junho de 1259 (684). De sua mulher teve:

8 - Pedro Afonso, que SEGUE;

9 - RODRIGO AFONSO RIBEIRO foi aquele filho de Afonso Pires, acima mencionado, que recebeu de D. Sancho II uma doação, em 1248 (685). Depois de 1248, só o voltamos a encontrar em 1270, quando em Outubro, foi autorizado, juntamente com o seu irmão, a usufruir dos rendimentos, em sua vida, de uma propriedade do mosteiro de Arouca (686). Um ano depois, em Novembro, faz carta de emprazamento de várias propriedades que, por sua morte, regressariam ao referido mosteiro (687). Por inquirições feitas em Agosto de 1282, em terras do Vouga, se viu que tinha um casal «que est huma Cavalaria», na fregue

sia de São Lourenço (688). Nas inquirições de 1290, registou-se uma quintã de Grijó, na freguesia de Santa Maria de Fermedo, julgado da Feira, emprazada a Rodrigo Afonso Ribeiro (689). Em 1295-1296 ficou incumbido por D. Dinis de demarcar as fronteiras do reino (690). O mesmo monarca, por carta dada em Lisboa, a 1 de Julho de 1292, viu-se obrigado a interferir, na contenda que o abade de S. Fins da terra de Santa Maria levava contra Rodrio Afonso, pelos muitos abusos que este contra aquela cometera (691), acabando por, em carta de 3 de Agosto do mesmo ano, sentenciar contra Rodrigo Afonso, declarando que ele não era natural daquela igreja (692). Em 1305, arrependido dos seus actos, ou sentindo a morte chegar, doou à Sé do Porto os direitos de padroado, que tinha sobre a igreja de Santo André de Canidelo. Testemunharam a doação, entre outros, Rodrigo Lourenço de Portocarreiro e Vasco Afonso Alcoforado (693). Um irmão deste último casou com uma sobrinha de Rodrigo Afonso (Vd. VII 13 e 13a). Deve entretanto ter morrido, porque em 1308, o rei D. Dinis emitiu sentença contra os seus filhos, que exerciam violências na dita igreja de Canidelo, sendo certo que o pai abdicara dos direitos que sobre ela tinha (694). Casou duas vezes: a primeira, com **Dona URRACA GODINS DE COIMBRA (9a)**,

filha do moedeiro daquela cidade (LL41B5), e a segunda, antes de 1292 (695), com **Dona MARIA PIRES DE TAVARES (9b)**. De ambos os matrimónios teve filhos, que seguem nas alíneas c e d, respectivamente.

8 - **PEDRO AFONSO RIBEIRO.** São bastante numerosas as referências que a ele dizem respeito, já pelos seus bens, já pelo constante relacionamento que manteve na corte de D. Dinis. Vejamos o primeiro aspecto. Já vimos que em 1270, com seu irmão, detinha certos bens do mosteiro de Arouca (696). Em 1282, por aquelas mesmas inquirições das terras do Vouga, também a propósito de seu irmão referidas, se sabe que teve uma herdade em Serém, na freguesia de Macinhata, onde construiu uma casa (697); por outras inquirições, agora de 1290, se viu que tenha bens nas freguesias de São Paio e Santiago de Rebordãos, no julgado de Refójos (698), na freguesia de Santo André de Canidelo, no julgado de Gaia, a quintã de Canidelo (699), e uns casais na freguesia de S. Salvador de Gandarela, no julgado de Guimarães (700). Não sabemos em que datas comprou casas em Torres Vedras (701), e recebeu de um Mestre de Santiago, se bem que indevidamente, a vila e o castelo de Belmonte (702). Em 1345, muitos anos após o seu falecimento, umas suas propriedades foram doadas por D. Maria Mendes Petite (Vd. Árvore VIII), para a construção do mosteiro de Corpus Christi, em Gaia (703). Vejamos agora o segundo aspecto, ou se

ja, a sua ligação à corte. Em 1282, foi um dos cavaleiros nomeados por D. Dinis para tratar da concórdia com o Infante D. Afonso, Senhor de Portalegre (704). Devia ser grande a amizade e confiança que nele tinha o monarca, pois que, em 1292, surge como tutor do filho preferido daquele, o bastardo Afonso Sanches, tratando de uma troca de bens com o mosteiro de Arouca (705). Em 1295 surge com a nomeação de vassalo do rei (706), ano a partir do qual, testemunha continuamente documentos régios até 1304 (707). A última referência que dele temos, é de 1311, ano em que, pertencendo ao conselho de D. Dinis (708), volta a testemunhar uma sua carta (709). Pedro Afonso Ribeiro casou duas vezes: a primeira, com **Dona ALDA MARTINS CURUTELO (8a)**, e a segunda com **Dona MOR, «a Farpada» (8b)**, «cidadãa do Porto mui rica» (LL41L5). Estando casado com esta segunda mulher, «houve ũa monja, que era abadessa de Lorvão» (LL41L5), **Dona TERESA MENDES DE SOUSA (8c)**, que aliás já referimos (Vd. V8 e 8a), e de quem sinceramente deve ter gostado, pois que, em 1311, doou uma almuínha a uma monja de Lorvão, para que mantivesse sempre duas lâmpadas pela alma de sua amante (710), de quem teve um filho:

15 - **GONÇALO PIRES RIBEIRO** que, como também já referimos (Vd. V18 e 18a), foi legitimado em 1292 (711). Em 1296 trazia demanda com a abadessa de Lorvão, por causa dos bens de sua mãe (712). Como seu pai, foi muito do agrado de D. Dinis, que em 1314 lhe

doou o Rocio de Montagraço, em Lisboa (713). Em 1317, testemunhou um documento do Infante D. Afonso (714) e em 1318 uma doação do monarca ao mosteiro de Odivelas (715). É, porém, na guerra civil de 1319-1324 que Gonçalo Pires se fará notado, sobretudo por dois episódios: o primeiro, é a perda dos castelos de Gaia e Montemor-o-Velho, em Janeiro de 1322 (716), que tinha por D. Dinis, em circunstâncias pouco abonatórias para Gonçalo Pires, como nos contou o Conde D. Pedro (LL41L6); o outro episódio, em Março seguinte, passa-se no cerco posto a Coimbra pelo rei, e em que Gonçalo Pires, tentando a conquista da ponte, acabou por ser lançado no rio (717). Não parece, porém, que tenha, por estes dois insucessos, perdido o valimento de D. Dinis, pois que a 6 de Junho, em Pombal, como seu procurador, recebeu o juramento de tréguas feito pelo Infante D. Afonso (718), e dois anos depois, em 1324, aparece como mordomo-mor da Rainha Santa Isabel, a testemunhar um documento do Bispo de Lisboa (719). Não lhe guardou também rancor D. Afonso IV, pois que em 1328, foi um dos fidalgos que testemunharam o contrato de casamento, celebrado em Escalona a 26 de Março, entre o rei Afonso XI de Castela e a Infanta D. Maria (720). Não sabemos em que data morreu, mas foi certamente antes de 1341, pois que a

30 de Abril, sua mulher **Dona CONSTANÇA LOURENÇO ESCOLA (15a)**, doou à Rainha D. Beatriz, uma quinta em Alenquer (721). Não tiveram filhos (LL41L6).

Do primeiro matrimónio de Pedro Afonso, com Dona Alda Martins Curutelo, resultaram os seguintes filhos:

11 - **AFONSO PIRES RIBEIRO II** era, em 1308, senhor de Fermedo, no julgado da Feira (722). Três anos mais tarde, fez uma doação de cinco casais que tinha na Aguieira, à Ordem do Templo (723). Tinha propriedades em comum, no ano de 1313, com a já referida monja de Chelas, Urraca Machado (Vd. VI 8) (724). Finalmente, em data que se desconhece, mas do século XIV, foi testemunha de uma inquirição sobre as terras contadas do rei (725). Casou, uma primeira vez, com Dona **MARIA PIRES DO ALGARVE (11a)**, de quem teve:

25 - Dona **ALDA AFONSO RIBEIRO**, que foi a primeimeira mulher de **GONÇALO ESTEVES DE TAVARES (25a)**, sobre quem já falamos, pois que, em segundas núpcias, casou com Dona Leonor Rodrigues de Vasconcelos (Vd. III 9 e 9b). Não tiveram filhos (LL41E6).

Casou Afonso Pires, segunda vez, com **Dona CLARA ANES DE PAIVA (11b)**, bisneta do célebre trovador João Soares de Paiva (LL26C3), de quem teve:

26 - PEDRO AFONSO RIBEIRO II, de quem nada soubemos, casou com Dona INÊS ANES DE AZAMBUJA (26a), de quem não teve filhos.

27 - AFONSO PIRES RIBEIRO III, que casou com Dona N. MARTINS VELHO (27a), de quem nada soubemos, e não parece que tenha tido filhos (LL41F7).

28 - Dona SENHORINHA AFONSO RIBEIRO foi casada com ESTEVÃO ESTEVES COELHO (28a), casal que voltaremos a encontrar, com seus filhos, no parágrafo seguinte (Vd. Árvore VIII). Pela frequência do nome Estevão nesta família, nem sempre é fácil destrinçar as várias informações relativas a indivíduos com este nome. Mas é seguramente Estevão Esteves Coelho que, em 1352, outorgou a doação, feita por seu filho João ao Infante D. Pedro, dos direitos de padroado da igreja de Santo André de Canidelo (726). Em 1355 era vassalo do referido infante, testemunhando o juramento por este feito, de perdoar aos incriminados no assassinato de Dona Inês de Castro (727). Com ele estão dois dos seus irmãos, João e Soeiro. O outro irmão, era Pero Coelho. É bem conhecida a forma como em relação a este, aquele juramento foi cumpri

do... A última referência que temos em relação a Estevão Esteves, é de 1372, quando foi escolhido para testamenteiro de seu genro, Martim Gonçalves (728). Era, em 1365, natural do mosteiro de Grijó, juntamente com os seus cinco filhos:

49 - JOÃO (ESTEVES) COELHO, que já referimos, a propósito da doação feita em 1352 ao Infante D. Pedro.

50 - Dona MARIA (ESTEVES) COELHO, que casou com MARTIM GONÇALVES (50a), acima referido, e que era senhor da Lourinhã. Dona Maria foi também testamenteira de seu marido.

51 - N. (ESTEVES) COELHO.

52 - N. (ESTEVES) COELHO.

53 - N. (ESTEVES) COELHO.

29 - Dona INÊS AFONSO RIBEIRO, de quem nada soubemos (LL41E6).

12 - MARTIM PIRES RIBEIRO que apenas é referido em LD6T9.

13 - Margarida Pires, que SEGUE;

14 - Dona MARIA PIRES RIBEIRO casada com MARTIM AFONSO ALCOFORADO (14a), que em 1328 foi um dos fidalgos que ficou como refém, de acordo com as cláusulas do contrato celebrado em 25 de Março, entre Afonso IV de Portugal e Afonso XI de Castela (729). Tive-

ram um filho:

32 - **PERO MARTINS ALCOFORADO**, que em 1353 foi testemunha da demarcação feita entre Badajoz e Campo Maior (730), e que era, em 1355, vassalo da casa de D. Afonso IV (731). Casou com **Dona MOR GONÇALVES DA CUNHA** ou **CAMELO (32a)**, de quem teve:

58 - **GONÇALO PIRES ALCOFORADO** que, com sua irmã, é nomeado na lista dos naturais de Grijó.

59 - **Dona MARIA PIRES RIBEIRA** como sua avó, e como é referida na citada lista, casou com **AFONSO (MARTINS) CORREIA (59a)**, também da família patronal (Vd. Árvore VIII).

13 - **Dona MARGARIDA PIRES RIBEIRO** foi casada com **MARTIM PIRES DE ALVIM (13a)**, que tinha, em 1290, a aldeia de Pousada, na freguesia de S. Miguel de Carvalho, no julgado de Basto (732) e que em 1315, por sentença dada em Lisboa, a 6 de Junho, viu confirmada a posse da sua terra de Gulfar (733). Pertencendo ao conselho de D. Dinis (734), era, em 1309, vassalo da casa do Infante D. Afonso (735). Nesse mesmo ano, foi procurador do 2º Conde de Barcelos, na contenda que este tinha com o bastardo Afonso Sanches (736). Vassalo do Infante D. Afonso, como dissemos, foi-lhe fiel durante a crise de 1319-1324 (737). A última referência que

temos a seu respeito é de 1326, quando confirmou as constituições da Ordem de Cristo, aprovadas por D. Afonso IV (738). Tiveram os seguintes filhos:

30 - JOÃO PIRES DE ALVIM foi casado com Dona BRANCA PIRES COELHO (30a), com quem, em data que desconhecemos, deixou os seus bens ao mosteiro de Corpus Christi (739), fundado, como veremos, pela mãe de sua mulher, Dona Maria Mendes Petite (Vd. Árvore VIII). Esta, depois de enviuvar do pai de Dona Branca, foi a segunda mulher de Martim Pires Alvim, acima, pai deste João Pires... Este João de Alvim, era, como seus cunhados Estevão, João e Soeiro Coelho, vassalo do Infante D. Pedro, em 1355 (740). Deste casamento houve descendência (LL41H7), mas que não é referida. É provável que tenha sido sua filha:

54 - Dona LEONOR (ANES) DE ALVIM que terá casado uma primeira vez com VASCO GONÇALVES BARROSO (54a), também da família patronal (Vd. VII 74), e de quem já falamos a propósito do seu primeiro casamento com Dona Mécia Rodrigues de Vasconcelos (Vd. III 18 e 18a). Casou segunda vez com o Condestável e 7º Conde de Barcelos, Dom NUNO ÁLVARES PEREIRA (54b) (741).

31 - Joana Pires, que SEGUE;

31 - Dona JOANA PIRES DE ALVIM foi casada com o irmão de sua

cunhada, **JOÃO ESTEVES COELHO (31a)**, também da família patronal (Vd. Árvore VIII), e como tal, referido nos infanções naturais de Grijó, com o epíteto de «o Velho». Partidário do Infante D. Afonso (742), em seu nome cometeu algumas violências em 1320 (743). Em 1336, juntamente com sua mãe, Maria Mendes Petite, abdicou dos seus direitos de padroado sobre o mosteiro de Canedo (744) de que era natural e, nessa mesma data, confirmou o escambo da quintã da Mota pela de Alcalavago, que aquela fizera com o cabido do Porto (745). Em 1352, abdicou também dos mesmos direitos sobre a igreja de Santo André de Canidelo, a favor do Infante D. Pedro, como já referimos a propósito de seu sobrinho (Vd. VII 49) (746). Foi senhor da terra de Bouro (747). Como seus irmãos, também era, em 1355, vassalo do Infante D. Pedro (748). Do casamento de Dona Joana Pires e João Esteves, nasceram:

55 - João Anes, que SEGUE;

56 - **Dona MARIA (ANES) COELHO**, foi casada duas vezes: a primeira, com **JOÃO PIRES DE SOUTOMAYOR (56a)**, de quem já estava viúva em 1365, como se vê pelo texto do Livro das Campainhas, em que Dona Maria é referida como natural. Casou segunda vez, com **FERNÃO GOMES DA SILVA (56b)**, que no tempo de D. Fernando recebeu várias doações, incluindo a terra de Bouro, que deve ter herdado de seu sogro (749). Deste casamento nasceram dois filhos, referidos com sua

mãe na lista de Grijó:

91 - N. (FERNANDES/GOMES) DA SILVA.

92 - Dona BEATRIZ GOMES DA SILVA que casou (Vd. III 126 e 126a), com VASCO MARTINS DA CUNHA, «o Moço» (92a), 8º senhor de Tábua (750) e que encontraremos no próximo parágrafo (Vd. Árvore VIII).

57 - Dona ALDONÇA (ANES) COELHO que em 1365 estava casada com DIOGO GONÇALVES DE CRASTO (57a), sobre quem já anteriormente nos debruçamos (Vd. III 76 e 76a). Foi seu filho:

93 - LOPO DIAS DE AZEVEDO (Vd. III 111) que, com seu pai, é referido nos naturais de Grijó, foi casado com Dona JOANA GOMES DA SILVA (93a).

55 - JOÃO (ANES) COELHO, «o Moço», como é referido com seus filhos no Livro das Campainhas, foi, como já dissemos (Vd. III 22 e 22a), casado com Dona MOR MENDES DE VASCONCELOS (55a). Já tinha falecido em 1365, como se conlui do texto do referido livro. Tiveram dois filhos:

89 - PERO (ANES) COELHO, já falecido em 1387 (Vd. III 59).

90 - N. (ANES) COELHO (Vd. III 60).

§ VII a)

De Gomes Pires Ribeiro (6) e de mulher desconhecida, nasceu uma única filha:

10 - Dona CHÂMOA GOMES RIBEIRO foi casada com MARTIM FERNANDES DE ULGESES (10a) que, sendo alcaide do castelo de Leiria por D. Sancho II, o atraiçoou, entregando o castelo ao Conde de Bolonha, recebendo em troca a quintã da Arrochela e outras herdades e moínhos no termo de Leiria, como nos relata, de certa forma sarcástico, o Conde D. Pedro (LL48A2-3). Deste casamento nasceram:

21 - Mor Martins, que SEGUE;

22 - FERNÃO MARTINS DE LEIRIA, que foi clérigo (LL48A3).

23 - MARTIM MARTINS DE LEIRIA, a quem chamaram «Infançom de Beja» (LL48I4), foi casado com Dona SANCHA PIRES (23a), de quem teve:

47 - PERO MARTINS DE LEIRIA.

48 - Dona MOR MARTINS DE LEIRIA. Destes dois irmãos nada conseguimos saber.

24 - GIL MARTINS DE LEIRIA que casou com Dona MARIA GONÇALVES PEREIRA (24a), tendo morrido sem descendência (LL48A3; I3).

21 - Dona MOR MARTINS DE LEIRIA casou duas vezes: a primeira, com MARTIM ESTEVES BOTELHO (21a) que, em 1290, tinha uma quintã, chamada do Carvalhido, na freguesia de Santa Ma-

ria de Vilar de Porcos, no julgado da Maia (751), e uma casa, chamada «o Ribeiro», na freguesia de S. Pedro de Polvoreira, no julgado de Guimarães (752). Deste casamento nasceram:

41 - **MARTIM (MARTINS) BOTELHO** que se poderá talvez identificar com um tesoureiro da Sé de Lamego, que com esse nome exercia as suas funções em 1300 (753), ou com outro Martim Botelho que, entre 1304 e 1329, exerceu como advogado da corte (754), se é que não poderão ser a mesma pessoa. Segundo o Conde D. Pedro, casou com **IRIA ESTEVES DE NOIA (41a)**.

42 - **GIL MARTINS DE ARROCHELA** que, pelo seu apelido, deve ter ficado com a quintã que «comprou» seu avô.

Dona Mor Martins, casou segunda vez, com **GONÇALO RODRIGUES MOREIRA (21b)**, que talvez seja um indivíduo do mesmo nome que, em 1278, pertencia à casa do Infante D. Dinis (755). É certo porém que, em 1288, foi nomeado pelos herdeiros do falecido Conde Dom Gonçalo de Sousa, para averiguar, juntamente com Rui Pais Bugalho, procurador régio, da legitimidade de cada uma das partes (756). Bom serviço deve ter feito nesta diligência pois que, em 1290, foi nomeado para representar a nobreza, na comissão que se encarregou de proceder às inquirições das honras e coutos, de Entre-Douro-e-Minho, Beiras e Trás-os-Montes, e que nesse ano se realizaram (757). Deste casamento, teve Dona Mor Martins quatro filhos:

43 - Dona GUIOMAR GONÇALVES MOREIRA, que casou com EGAS GONÇALVES BARROSO (43a) que, em 1328, foi um dos fidalgos que ficaram como reféns, no tratado firmado a 25 de Março, entre D. Afonso IV e Afonso XI de Castela (758). Deste casamento nasceram:

74 - VASCO GONÇALVES BARROSO que já por duas vezes referimos, a propósito dos seus dois casamentos: o primeiro com Dona MÉCIA RODRIGUES DE VASCONCELOS (74a), em nome de quem é nomeado natural em Grijó, em 1365 (Vd. III 18 e 18a); o segundo, com Dona Leonor (Anes) de Alvim (74b), já referida neste mesmo parágrafo (Vd. VII 54 e 54a). Vasco Gonçalves foi vassalo da casa de D. Afonso IV, em 1355 (759).

75 - Dona SANCHA GONÇALVES BARROSO que foi casada com JOÃO MACIA DE REVEREDA (75a), sobre quem nada soubemos, a não ser que tiveram descendência (LL48C6).

44 - Dona MARIA GONÇALVES MOREIRA é apenas referenciada em 1342, quando por sentença dada em Coimbra, a 16 de Janeiro, lhe foi confirmada, e a sua filha Leonor Furtado, a honra de Louredo, situada na freguesia de Santa Maria de Louredo, em Panóias (760). Casou duas vezes: a primeira, com RUI VASQUES DA FONSECA (44a), e a segunda, com AFONSO FERNANDES

FURTADO (44b). De ambos os matrimónios teve filhos, que seguem na alínea b.

45 - Dona INÊS GONÇALVES MOREIRA que casou com VASCO LOURENÇO DA FONSECA (45a), que como seu cunhado Egas Gonçalves Barroso, também é referido no texto do tratado de 1328 (761). Deste casamento nasceram:

84 - GONÇALO VASQUES DA FONSECA (LL48E5).

85 - Dona BEATRIZ VASQUES DA FONSECA (LL48E5).

46 - Aldonça Gonçalves, que SEGUE;

46 - Dona ALDONÇA GONÇALVES MOREIRA foi casada com RUI MARTINS DE MORAIS (46a), e dele teve:

86 - Dona INÊS RODRIGUES DE MORAIS foi casada com RODRIGO AFONSO PIMENTEL (86a) e morreram sem geração (LL48F6).

87 - Constança Rodrigues, que SEGUE;

88 - Dona GUIOMAR RODRIGUES DE MORAIS casou com JOÃO VASQUES DA GRANJA, que foi sepultado na igreja de S. Pedro de Ferreira, num túmulo de que resta a tampa, com um jacente vestido de peregrino (762). Tiveram filhos, mas os seus nomes são desconhecidos (LL29E4).

87 - Dona CONSTANÇA RODRIGUES DE MORAIS foi casada com JOÃO AFONSO PIMENTEL (87a), irmão de seu cunhado Rodrigo. Também se encontra referido no tratado de 1328 (763). Em 1334, por sentença dada em Lisboa, a 12 de Janeiro, foi obrigado a restituir um boi, que ilegalmente levara a título de

lutuosa, de um casal do mosteiro de Paço de Sousa (764). Em 1357 foi nomeado alcaide de Bragança (765). Já teria falecido em 1365, pois que seus filhos recebiam a comedoria por inteiro no mosteiro de Grijó:

109 - RODRIGO AFONSO PIMENTEL que foi comendador-mor da Ordem de Santiago (766), casou com Dona N. LOURENÇO DA FONSECA (109a), e não sabemos se teve descendência (LL35D4).

110 - N. AFONSO PIMENTEL.

111 - N. AFONSO PIMENTEL.

112 - N. Afonso, que SEGUE;

113 - Dona N. AFONSO PIMENTEL.

112 - Dona N. AFONSO PIMENTEL, foi casada, segundo o Livro das Campainhas, com VASCO MARTINS LEITÃO (112a), e já tinha falecido, como se depreende do seu texto. Vasco Martins recebeu em 1380, a 30 de Maio, uma carta de coutada, para a sua herdade da Silveira, no termo de Assumar (767). Tiveram um filho, também referido na lista dos naturais de Grijó:

121 - GONÇALO VASQUES LEITÃO (768).

§ VII b)

Do primeiro casamento de Dona Maria Gonçalves Moreira (44), com Rui Vasques da Fonseca (44a), nasceram:

76 - LOURENÇO RODRIGUES DA FONSECA que, em 1342, era senhor do Paço da Fonseca, juntamente com seu irmão Mem (769). Casou com **Dona ALDONÇA ANES BOTELHO (76a)**, de quem teve:

101 - N. LOURENÇO DA FONSECA (LL62J11).

77 - PERO RODRIGUES DA FONSECA que tinha, também em 1342, a quintã de Cantim, em S. Martinho de Mouros (770). Em 1382, fez parte da comitiva do Conde de Ourém, para ir a Castela oferecer a mão da Infanta D. Beatriz, ao recentemente viúvo João I de Castela (771). Dois anos depois, a 19 de Novembro, recebeu do monarca castelhano, alguns bens no Algarve (772). Finalmente, a 1 de Outubro de 1388, sendo alcaide de Olivença, entregou o castelo dessa vila que tinha por aquele rei, a D. João I de Portugal (773). Casou com **Dona MOR PIRES DE BEJA (77a)**. É possível que em segundas núpcias, tenha casado com **Dona INÊS DIAS BOTELHO (77b)** (774). Do primeiro casamento teve:

102 - RUI PIRES DA FONSECA, que casou com **Dona LEONOR RODRIGUES DE NOMÃES (102a)**, também da família patronal (Vd. Árvore VIII).

78 - MEM RODRIGUES DA FONSECA, que já vimos, em 1342, possuir a meias com seu irmão Lourenço, o Paço da Fonseca, em S. Martinho de Mouros, foi casado com **Dona CONSTANÇA GIL PEIXOTO (78a)**, de quem teve:

103 - N. MENDES DA FONSECA (LL62M11).

79 - Mor Rodrigues, que SEGUE;

80 - Dona N. RODRIGUES DA FONSECA (LL62J10).

81 - Dona DÓRDIA RODRIGUES DA FONSECA, que foi freira em Almoster (LL62J10).

Do segundo casamento de Dona Maria Gonçalves, com Afonso Fernandes Furtado (44b), nasceram duas filhas:

82 - Dona LEONOR AFONSO FURTADO que, como já referimos, obteve com sua mãe, a confirmação da honra de Louredo, no termo de Panóias, em 1342.

83 - Dona SENHORINHA AFONSO FURTADO, que casou com ESTEVÃO DIAS DO AVELAR (83a), que de D. João, Mestre de Aviz, recebeu em 1384, Ulveira de Carrelos e a quintã de Santo André, no julgado de Zurara (775). Estevão Dias, também pertencia à família patronal (Vd. Árvore IX).

79 - Dona MOR RODRIGUES DA FONSECA foi casada com FERNÃO GOMES DE CARVALHO (79a) que, se poderá identificar com o partidário do Infante D. Afonso (776) que, em Fevereiro de 1324, perdeu a vida em Santarém, num recontro com as tropas de D. Dinis (777). Do seu casamento nasceram os seguintes filhos:

104 - Dom GIL FERNANDES DE CARVALHO foi Mestre da Ordem de Santiago e nessa qualidade assistiu, em 1355 ao juramento de pazes celebrado entre o Infante D.

Pedro e o rei D. Afonso IV (778). É bem possível que a sua nomeação tivesse sido em paga pelo sacrifício de seu pai (779). Já no reinado seguinte, comandou o exército português que foi auxiliar Pedro I de Castela no cerco a Tarragona (780). Em Junho de 1369 acompanhou o Infante D. João na campanha contra a Galiza (781). Nada mais soubemos dele.

105 - Álvaro Fernandes, que SEGUE;

106 - Dona N. FERNANDES DE CARVALHO que casou com LOURENÇO MARTINS GANSO DE ARÕES (106a) que já tivemos oportunidade de referir (Vd. III 66 e 66a).

107 - Dona N. FERNANDES DE CARVALHO, que foi freira (LL62N11).

108 - Dona MARIA FERNANDES DE CARVALHO que foi casada com DIOGO AFONSO BOTELHO (108a), de quem também já falamos (Vd. III 79 e 79a).

105 - ÁLVARO FERNANDES DE CARVALHO, cujo nome não vem referido pelo Conde D. Pedro (LL62N11), foi senhor da honra de Farinha Podre que lhe foi confirmada pelo rei D. Pedro, de quem era meirinho-mor, em 1360 (782). Em 1373 recebeu de D. Fernando umas casas em Coimbra (783), que ainda mantinha em 1379 (784). Casou com senhora desconhecida, de quem teve quatro filhos, com quem é referido no Livro das Campainhas:

117 - N. (ÁLVARES) DE CARVALHO.

118 - N. (ÁLVARES) DE CARVALHO.

119 - N. (ÁLVARES) DE CARVALHO.

120 - N. (ÁLVARES) DE CARVALHO.

§ VII c)

Como deixamos anteriormente referido, iremos nesta alínea tratar da descendência do primeiro matrimónio de Rodrigo Afonso (9), com Dona Urraca Godins de Coimbra (9a):

16 - Teresa Rodrigues, que SEGUE;

17 - Dona INÊS RODRIGUES RIBEIRO casou com PAIO SOARES DE PAIVA (17a), neto do trovador João Soares de Paiva, e tiveram:

35 - ESTEVÃO PAIS DE PAIVA que casou com Dona GUIOMAR GARCIA DO CASAL (35a) e não tiveram filhos (LL25F5).

36 - RUI PAIS DE PAIVA que foi casado com Dona SANCHA PIRES CHACHO (36a), de quem teve:

67 - Dona INÊS (ou TERESA) RODRIGUES DE PAIVA, que foi casada com ÁLVARO RODRIGUES DE LEIRIA (67a), de quem nada soubemos.

68 - Dona MARIA RODRIGUES DE PAIVA (LL41C7).

37 - ÁLVARO PAIS DE PAIVA, que morreu sem descendência (LL41C6).

16 - Dona TERESA RODRIGUES RIBEIRO foi casada duas vezes: a

primeira, com ESTEVÃO ANES DE TAVARES (16a), de quem não teve filhos (LL41B6); foi depois casada com VASCO MARTINS DE RESENDE (16b), sobre quem já nos referimos a propósito de sua terceira mulher (Vd. III 41 e 41a). Deste casamento nasceram:

33 - GIL VASQUES DE RESENDE, sucedeu a seu pai na posse da honra de Resende, que tinha em 1357 (785). A primeira referência, porém, que dele temos, é de 1352, ano em que, nas cortes de Lisboa, os povos de Lamego apresentaram queixa contra Gil Vasques, que exercia violências no termo daquela cidade (786). Foi alcaide de Sabugal, por carta de 6 de Junho de 1357 (787). Por qualquer motivo caiu no desagrado régio, ausentando-se para Castela, donde deve ter voltado por volta de 1361, ano em que, a 16 de Agosto, lhe são restituídos os seus bens (788). Foi nomeado aio do Infante D. Dinis (789) e em 1372 doou-lhe D. Fernando a terra de Ferreiros (790), precisamente aquela, onde 20 anos antes, tinha cometido abusos. Faleceu em finais de 1373, ou inícios do ano seguinte (791). Foi casado com Dona N. LOPES PACHECO (33a), filha de Diogo Lopes Pacheco, e também da família patronal (Vd. Árvore VIII). Talvez fosse este parentesco a causa do afastamento de Gil Vasques (LL22G15[33]). Deste casamento nasceram quatro filhos, que com seu pai são nomeados

na lista dos naturais de Grijó:

60 - (MARTIM VASQUES) DE RESENDE.

61 - (FERNÃO VASQUES) DE RESENDE. Os dois tinham, em 1386, o couto de Resende (792). É muito provável que ainda fossem de menor idade quando seu pai morreu e que tenha por isso passado o couto a João Rodrigues de Portocarreiro, seu primo (Vd. III 116).

62 - Dona N. (VASQUES) DE RESENDE.

63 - Dona N. (VASQUES) DE RESENDE, porque o Livro das Campainhas também refere filhas.

34 - Inês Vasques, que SEGUE;

34 - Dona INÊS VASQUES DE RESENDE foi casada com MARTIM MARTINS BARBA (34a), de quem teve:

64 - Rui Martins, que SEGUE;

65 - VASCO MARTINS BARBA (LL25T6).

66 - Dona BEATRIZ MARTINS BARBA (LL25T6).

64 - RUI MARTINS BARBA, que terá casado com IRIA MARTINS ALARDO (64a), de quem teve (793):

94 - Maria Rodrigues, que SEGUE;

94 - MARIA RODRIGUES BARBA que, da sua ligação com Dom JOÃO AFONSO DE ALBUQUERQUE, «o do Ataúde» (94a), já referido (Vd. IV 41 e 41b; V 46a), teve:

114 - Dom FERNANDO AFONSO DE ALBUQUERQUE (Vd. IV 64).

115 - Dona BEATRIZ AFONSO DE ALBUQUERQUE, que casou com Dom JOÃO AFONSO TELO (115a) (Vd. III 101 e 101a; IV

65 e 65a).

116 - **Dona MARIA AFONSO DE ALBUQUERQUE**, que casou com **Dom GONÇALO TELES (116a)** (Vd. III 102 e 102a; IV 66 e 66a).

§ VII d)

Resta-nos falar da descendência do segundo matrimónio de Rodrigo Afonso (9), com Dona Maria Pires Tavares (9b).

18 - Leonor Rodrigues, que SEGUE;

19 - **AFONSO RODRIGUES RIBEIRO** que em outro local propusemos como seu filho (Vd. 3.1.), não só pelo patronímico e apelido, mas também pela época em que viveu. Temos referências suas em 1308, se for um dos filhos de Rodrigo Afonso, de quem se queixaram ao rei pelas violências exercidas em Santo André de Canidelo (794). Em 1322 com sua mulher, **ALDONÇA ESTEVES DE TEOTE (19a)**, doando os seus direitos de padroado sobre a igreja de Válega (795), doação que é testemunhada, entre outros, por Estevão (Pires?) Coelho (Vd. Árvore VIII). Fosse ou não filho de Rodrigo Afonso, assim como o irmão que em seguida se vai referir, não sabemos se eram naturais e qual a sua mãe. Só os colocámos como descendentes do segundo casamento, para irem no fim da prole segura-

mente atribuidos a Rodrigo Afonso. Foram de certeza seus filhos:

39 - JOÃO AFONSO RIBEIRO que, em 1331, juntamente com seu irmão, recebeu sentenças de 9 de Janeiro e de 3 de Abril, por exercerem violências contra a igreja de Válega (796), igreja da qual, como vimos, seus pais tinham abdicado de exercer direitos. Três anos depois, em Coimbra, a 19 de Dezembro, abdicavam os dois irmãos, e sua meia-irmã Sancha Martins do Avelar (Vd. Árvore IX), dos mesmos direitos sobre a referida igreja (797).

40 - AFONSO RODRIGUES RIBEIRO II ou de GOIM, como também então foi proposto para a identificação deste infanção natural de Grijó, referencia-se, como seu irmão em 1308, 1331 e 1334, nas mesmas circunstâncias. De senhora desconhecida teve:

73 - N. (AFONSO/RODRIGUES) RIBEIRO, como se depreende da referência do Livro das Campainhas, em que é referido com seu pai.

20 - GONÇALO RODRIGUES RIBEIRO, que se coloca aqui apenas pelo patronímico e época em que viveu. Ficaram conhecidas as suas aventuras, sobretudo em Caste-

la, sendo talvez um bom exemplo de cavaleiro-andante medieval (798).

18 - Dona LEONOR RODRIGUES RIBEIRO casou com VASCO ANES DE SOALHÃES (18a), filho mais velho de D. João, bispo de Lisboa, legitimado em 1308 (799). Foi primeiro senhor do morgado de Soalhães, instituido por seu pai em 1304, compreendendo bens em Coimbra, Viseu, Lisboa e Porto (800). Vasco Anes matou esta sua mulher, em data que desconhecemos, pois Dona Leonor enganava-o com JOÃO RODRIGUES REDONDO (18b), e de cuja ligação não ficou descendência. Teve-a, porém, do seu casamento:

38 - Rui Vasques, que SEGUE;

38 - RUI VASQUES RIBEIRO, que foi o 2º senhor do referido morgado, e casou duas vezes: a primeira, com Dona MARIA GONÇALVES CHANCINHO (38a), que faleceu antes de 1365, pois que nessa data estava já casado Rui Vasques, segunda vez, com Dona MARGARIDA GONÇALVES DE (BRITEIROS) SOUSA (38b), casamento sobre o qual já nos referimos (Vd. V 38 e 38a). É curioso verificar que também a primeira mulher pertencia à família patronal (Vd. Árvore VIII). Deste segundo matrimónio teve dois filhos, referidos com seus pais na lista dos ricos-homens naturais de Grijó:

71 - N. (RODRIGUES/VASQUES) RIBEIRO (Vd. V 55).

72 - N. (RODRIGUES/VASQUES) RIBEIRO (Vd. V 56).

Do seu primeiro matrimónio, teve:

69 - Catarina Rodrigues, que SEGUE;

70 - Dona TERESA RODRIGUES RIBEIRO que foi 3ª senhora do morgado de Soalhães (801), casou, como já referimos (Vd. III 15 e 15b), com GONÇALO MENDES DE VASCONCELOS (70a), de quem teve:

98 - JOÃO MENDES DE VASCONCELOS (Vd III 56).

99 - MEM RODRIGUES DE VASCONCELOS (Vd. III 57).

100 - RUI MENDES DE VASCONCELOS (Vd. III 58).

69 - Dona CATARINA RODRIGUES RIBEIRO que casou com Dom FERNÃO LOPES PACHECO (69a), também da família patronal (Vd. Árvore VIII), e que é referido no Livro das Campainhas a propósito de sua filha. Tiveram os seguintes filhos:

95 - Dom N. FERNANDES PACHECO (LL21I16).

96 - Dom N. FERNANDES PACHECO (LL21I16).

97 - Dona N. FERNANDES PACHECO, rica-dona nos naturais de Grijó, e já então casada com FERNANDO AFONSO DE MELO (97a), como é referido na respectiva lista.

§ VIII

Neste oitavo parágrafo, iremos abordar a descendência de Dona Urraca Pires Ribeiro (VII5) e de Afonso Anes de Cambra (VII5a).

1 - Fernando Afonso, que SEGUE;

2 - **MARTIM AFONSO DE CAMBRA** que não se sabe com quem casou, mas teve filhos:

8 - **JOÃO MARTINS DE CAMBRA**, «que foi sandeu» (LL45J5), e que talvez se possa identificar com um indivíduo desse nome que, em 1334 (?), deu à Sé de Coimbra o padroado da igreja de Castelões (802).

9 - **Dona INÊS MARTINS DE CAMBRA** que casou com **RUI FERNANDES GATO (9a)**, de quem teve:

25 - **Dona MARIA RODRIGUES GATO**, «que foi casada duas vezes, e pose as cornas aos maridos ambos, (...), e de nem ũu deles nom houve semel» (LL31D7). Só de um deles sabemos o nome: **LOPO AFONSO ALCOFORADO (25b)** que em 1278 pertencia à casa do Infante D. Dinis (803).

3 - **Dona MOR AFONSO DE CAMBRA** foi casada com **FERNÃO GONÇALVES CHANCINHO (3a)**, que se encontrava em Fe

vereiro de 1277 na corte de D. Afonso III, onde assistiu a uma reunião com o legado papal (804). Tinha, a meias com seu genro, Rui Gonçalves Bifardel, em 1290, a quintã do Paço, na freguesia de S. Cristóvão de Cabanões, julgado de Cabanões (805). Em data que se desconhece, doou-lhe a Ordem de Santiago alguns bens que, em 1315, um seu filho ainda detinha (806). Da descendência deste casal, falaremos na alínea a.

4 - Dona CONSTANÇA AFONSO DE CAMBRA que casou com ESTEVÃO MENDES PETITE (4a), seu primeiro marido. Pensamos que o Conde D. Pedro quis homenagear este Estevão Mendes, «fundador» do apelido Petite, colocando-o na conquista de Sevilha, em 1248 (LL21G9[99]) (807). De facto, isso devia ser impossível, por estar já morto nessa data. E é o mesmo Conde D. Pedro quem justifica esta nossa afirmação: «E depois que lhe morreo este Estevam Meendez Petite, seu marido, foi barregãa de dom Rodrigo Sanchez.» (LL50A5). Sabendo nós, que aquele bastardo de D. Sancho I morreu em 1245, não podia, portanto, então ser vivo Estevão Mendes. Deste casamento houve descendência, que irá na alínea c. Como vimos, foi barregã de Dom RODRIGO SANCHES (4b), que já referimos (Vd. IV 2), de quem teve:

14 - Frei AFONSO RODRIGUES, também já referido

(Vd. IV 7).

Dona Constança, casou segunda vez, com FERNÃO RODRIGUES PACHECO (4c), depois de 1245 (LL50A5). Fernão Rodrigues ficou célebre pela sua lealdade a D. Sancho II, por quem tinha o castelo de Celorico da Beira, e que defendeu «engenhosamente» dum cerco posto pelo Conde de Bolonha (808), mas em episódio provavelmente lendário (809). Foi senhor do couto de Ferreira de Aves, como era ainda recordado em 1290 (810), e em 1261, confirmou a lei das aposentadorias e comedorias (811). Também deste casamento ficou descendência, que será tratada na alínea e.

1 - FERNANDO AFONSO DE CAMBRA que terá vencido a célebre lide de Gouveia, em 1277 (812), casou com Dona SANCHA PAIS CORREIA (1a), sobrinha do conhecido mestre de Santiago, Dom Paio Pires. Dela teve:

5 - MARTIM FERNANDES DE CAMBRA casou duas vezes: a primeira, com Dona VELASQUIDA PIRES DE ZAMORA (5a), de quem teve:

17 - FERNANDO AFONSO DE CAMBRA II, a quem foram confirmadas as honras de Travassos e Paço, no termo de Viseu, em 1342 (813), casou com Dona MARIA ANES DE BRITEIRO (17a), como já tivemos ocasião de referir (Vd. I 54 e 54a).

Casou segunda vez, Martim Fernandes, com Dona BEA

TRIZ FERNANDES DE AZAMBUJA (5b), de quem teve:

18 - AFONSO (MARTINS) CORREIA que, como então dissemos (Vd. VII 59 e 59a), foi casado com Dona MARIA PIRES RIBEIRA (18a). Afonso Correia está também referido no grupo de fidalgos portugueses que, como reféns, foram incluídos nas cláusulas do tratado firmado em Escalona, entre D. Afonso IV e Afonso XI de Castela, em 1328 (814).

19 - N. (MARTINS) CORREIA (LL70E6).

6 - Dona MILIA FERNANDES DE CAMBRA foi casada com FERNÃO RODRIGUES DE VASCONCELOS (6a), como já vimos (Vd. III 2 e 2a). Tiveram filhos:

20 - Dona TERESA RODRIGUES DE VASCONCELOS (Vd. III 23).

21 - Dom GONÇALO RODRIGUES DE VASCONCELOS (Vd. III 24).

22 - MARTIM RODRIGURES DE VASCONCELOS (Vd. III 25).

7 - Beatriz Fernandes, que SEGUE;

7 - Dona BEATRIZ FERNANDES DE CAMBRA que casou com ÁLVARO GONÇALVES REDONDO DE SEQUEIRA (7a) que, como seu sobrinho Afonso Correia, também é referido, em 1328, no texto do tratado de Escalona (815). Tiveram dois filhos:

23 - JOÃO ÁLVARES REDONDO DE SEQUEIRA (LD?R7).

24 - Inês Álvares, que SEGUE;

24 - Dona INÊS ÁLVARES REDONDO DE SEQUEIRA, casou com GONÇALO VASQUES DE MOURA (24A), de quem teve:

38 - Álvaro Gonçalves, que SEGUE;

39 - Dona LEONOR GONÇALVES DE MOURA, que casou com VASCO FERNANDES COUTINHO (39a) que, em 1360, foi testemunha do juramento feito pelo rei D.Pedro, sobre o seu casamento com Dona Inês de Castro (816).

38 - ÁLVARO GONÇALVES DE MOURA foi um dos que seguiram com Dom Gil Fernandes de Carvalho, mestre de Santiago (Vd. VII 104), quando este comandou um exército que foi auxiliar Pedro I de Castela, no cerco de Tarragona (817). Casou com Dona URRACA FERNANDES DE AZAMBUJA (38a).

§ VIII a)

Nesta alínea trataremos da desendência de Dona Mor Afonso (3) e de Fernão Gonçalves Chancinho (3a):

10 - Gonçalo Fernandes, que SEGUE;

11 - MARINHA FERNANDES CHANCINHO foi casada com LOURENÇO MARTINS GANSO DE ARÕES (11a), que teve a quintã de Arões, na freguesia de S. Romão de Arões, no julgado de Guimarães, como se apurou pelas inquirições de 1290 (818). Em 1301, trazia, ilegalmente, um casal reguengo em Santa Maria de Arões (819). Deste casamento nasceu única:

27 - Dona MOR LOURENÇO DE ARÕES que casou, primeira vez, com LOURENÇO ANES REDONDO (27a) que, sendo natural do mosteiro de Pedroso, nele exerceu violências, juntamente com sua mulher, em 1315 (820). Foi partidário do rei D. Dinis contra o Infante D. Afonso nas perturbações de 1319-1324, sendo meirinho-mor (821). Casou segunda vez, com MARTIM LOURENÇO DA CUNHA (27b), não tendo filhos de nenhum dos matrimónios (LL27A4).

12 - Dona SENHORINHA FERNANDES CHANCINHO foi primeiro casada com RUI GONÇALVES BIFARDEL (12a) que, como vimos, tinha em 1290, com seu sogro, a quintã do Paço, em Cabanões (822). No mesmo ano, tinha bens nos lugares de Vila Verde e Nogal, na freguesia de S. Vicente de Barbosa, julgado de Penafiel de Sousa (823). Casou segunda vez, com VASCO MARTINS DA CUNHA, «Seco» (12b), mordomo-mor do Conde D. Pedro (824), e que em 1326, com sua mulher, fez um contrato de troca de propriedades com o mosteiro de Paço de Sousa (825). Dos dois casamentos houve descendência, que seguirá na alínea b.

10 - GONÇALO FERNANDES CHANCINHO que, ao contrário do marido de sua sobrinha, Lourenço Redondo, foi partidário do Infante D. Afonso contra o rei D. Dinis (826). Sendo já rei, D. Afonso IV incluí-o no grupo de fidalgos portugue-

ses que ficaram por reféns, segundo o tratado de 1328 (827). Casou com **Dona TERESA MARTINS DA CUNHA (10a)**, irmã de seu cunhado, Vasco Martins. Pela alma de Gonçalo Fernandes e de sua mulher, se rezava missa na Sé de Coimbra nos dias 22 de Fevereiro de cada ano, pois que ao cabido daquela Sé, tinham legado dois casais em Samel e Bemposta (828). Tiveram uma filha:

26 - Maria Gonçalves, que SEGUE;

26 - Dona MARIA GONÇALVES CHANCINHO que casou com **RUI VASQUES RIBEIRO (26a)**, de quem já falamos anteriormente (Vd. VII 38 e 38a). Tiveram duas fihas:

40 - Catarina Rodrigues, que SEGUE;

41 - **Dona TERESA RODRIGUES RIBEIRO** que, como vimos (Vd. III 15 e 15a; VII 70 e 70a), casou com **GONÇALO MENDES DE VASCONCELOS (41a)**, tendo tido os seguintes filhos:

61 - **JOÃO MENDES DE VASCONCELOS** (Vd. III 56 e VII 98).

62 - **MEM RODRIGUES DE VASCONCELOS** (Vd. III 57 e VII 99).

63 - **RUI MENDES DE VASCONCELOS** (Vd. III 58 e VII 100).

40 - Dona CATARINA RODRIGUES RIBEIRO foi casada com **Dom FERNÃO LOPES PACHECO (40a)**, que também já referimos (Vd. VII 69 e 69a) e que ainda voltaremos a encontrar neste parágrafo. Tiveram:

58 - Dom N. FERNANDES PACHECO (Vd. VII 95).

59 - Dom N. FERNANDES PACHECO (Vd. VII 96).

60 - Dona N. FERNANDES PACHECO que casou com FERNANDO AFONSO DE MELO (60a), referidos no Livro das Campainhas (Vd. VII 97 e 97a).

§ VIII b)

Do primeiro casamento de Dona Senhorinha Fernandes Chancinho (12), com Rui Gonçalves Bifardel (12a), nasceu:

28 - Dona SENHORINHA RODRIGUES BIFARDEL foi casada com RUI MARTINS DE NOMÃES (28a). Em 1305, com seu marido, doou ao mosteiro de Santo Tirso, a igreja de Silva Escura (829). Tiveram duas filhas:

42 - Dona JOANA RODRIGUES DE NOMÃES, casou com PERO PAIS DE ALVARENGA (42a), e tiveram descendência, que não descobrimos (LL31B8).

43 - Dona LEONOR RODRIGUES DE NOMÃES que foi casada com RUI PIRES DA FONSECA (43a), já por nós referidos (Vd. VII 102 e 102a).

Do segundo casamento de Dona Senhorinha, com Vasco Martins da Cunha (12b), nasceram:

29 - Martim Vasques, que SEGUE;

30 - Dona JOANA VASQUES DA CUNHA que já referimos (Vd.

III 40 e 40a), a propósito do seu casamento com **RUI VASQUES DE AZEVEDO (30a)**; filha:

45 - Dona **LEONOR RODRIGUES DE AZEVEDO** que casou (Vd. III 77 e 77a), com **JOÃO FERNANDES COGOMINHO (45a)**. Teria casado também (Vd. III 77b), com **PAIO RODRIGUES MARINHO (45b)**. Do primeiro casamento, teve:

71 - **N. (ANES) COGOMINHO** (Vd. III 112).

72 - **N. (ANES) COGOMINHO** (Vd. III 113).

31 - Dona **BERENGÁRIA VASQUES DE AZEVEDO**, também já referida (Vd. III 39 e 39a), pois casou com **GONÇALO VASQUES DE AZEVEDO (31a)**. Foi seu filho:

46 - **DIOGO GONÇALVES DE CRASTO** que casou (Vd. III 76 e 76a; VII 57 e 57a), com Dona **ALDONÇA (ANES) COELHO (46a)**, de quem teve:

73 - **LOPO DIAS DE AZEVEDO** que foi casado com Dona **JOANA GOMES DA SILVA (73a)**, como já dissemos (Vd. III 111 e 111a; VII 93 e 93a).

29 - **MARTIM VASQUES DA CUNHA** que, em 1326, tinha uma honra com sua mãe e irmã, Berengária, junto do mosteiro de Paço de Sousa (830). Foi o 6º senhor da honra do julgado de Tábua (831). Foi também incluído no texto do tratado de Escalona, de 1328 (832). Teve um único filho de Dona **VIOLANTE LOPES PACHECO** (VIII 29a) que voltaremos a encontrar (Vd. VIII 55 e 55a):

44 - Vasco Martins, que SEGUE;

44 - VASCO MARTINS DA CUNHA, que já referimos a propósito do seu casamento (Vd. III 97 e 97a), com Dona BEATRIZ LOPES DE ALBERGARIA (44a), foi 7º senhor da honra do julgado de Tábua, que lhe foi confirmada, sendo ainda menor, em 1340 (833). Tiveram os seguintes filhos:

64 - MARTIM VASQUES DA CUNHA (Vd. III 124).

65 - ESTEVÃO SOARES DA CUNHA (Vd. III 125).

66 - VASCO MARTINS DA CUNHA, «o Moço», casado com Dona BEATRIZ GOMES DA SILVA (66a), que já encontramos (Vd. III 126 e 126a e VII 92 e 92a).

67 - GIL VASQUES DA CUNHA (Vd. III 127).

68 - LOPO VASQUES DA CUNHA (Vd. III 128).

69 - RUI VASQUES DA CUNHA (Vd. III 129).

70 - Dona MÉCIA VASQUES DA CUNHA (Vd. III 130).

§ VIII c)

Nesta alínea vamos abordar a descendência de Dona Constança Afonso (4) e de Estevão Mendes Petite (4a):

13 - SOEIRO MENDES PETITE encontra-se referenciado a partir de 1282, ano em que foi um dos cavaleiros nomeados por D. Dinis, para tratarem das pazes com o irmão do monarca, o Infante D. Afonso (834). Em 1284, testemunhou uma carta régia (835) e, três anos mais tarde, a 15 de Junho, foi

testemunha de uma composição celebrada entre os filhos de D. João de Aboim (836). Ainda sobre a mesma herança do mordomo de D. Afonso III, presenciou a partilha da mesma, em 1289 (837). Nesse ano era alcaide de Santarém (838) e, como tal, passou uma carta de quitação a 21 de Outubro de 1289 (839). Casou duas vezes: a primeira, com **Dona MARIA ANES BOCHARDO (13a)**; a segunda, com **Dona URRACA ANES COELHO (13b)**, filha do trovador João Soares Coelho. Só do primeiro matrimónio teve descendência:

32 - Maria Mendes, que SEGUE;

33 - **Dona CONSTANÇA MENDES PETITE** foi casada com **Dom PEDRO PIRES DE ARAGÃO**, meio-irmão da Rainha Santa Isabel que, no testamento de 1314, lhe deixava ficar mil libras (840). A descendência deste casamento irá na alínea d.

32 - **Dona MARIA MENDES PETITE** que, em 1336, doou ao cabido da Sé do Porto o padroado do mosteiro de Canedo (841), foi a fundadora do mosteiro de religiosas de S. Domingos de Vila Nova de Gaia, conhecido por Corpus Cristi (842). Para a sua fundação instituiu herdades e rendas em 1345 (843), vindo a ser autorizada a sua construção por breve de 5 de Março de 1353 (844). Quando fez a doação ao cabido do Porto ainda era casada com **ESTEVÃO PIRES COELHO (32a)** que, em 1308, foi obrigado, por D. Dinis, a restituir bens que usurpara ao mosteiro de Arouca (845). Como também já referimos, foi testemunha de um documento relativo a Afonso

Rodrigues Ribeiro I, em 1322 (846). Casou, segunda vez, com MARTIM PIRES DE ALVIM (32a), de quem não teve filhos, e que já anteriormente referimos (Vd. VII 13a). Do primeiro matrimónio, teve Dona Maria os seguintes filhos:

47 - João Esteves, que SEGUE;

48 - SOEIRO ESTEVES COELHO, que em 1355 era vassalo do Infante D. Pedro (847), e que em 1364, sendo alcaide de Torres Novas, agravava a população daquela vila com os seus abusos (848). Era infanção natural de Grijó, em 1365. Casou com Dona N. AFONSO DE BAIÃO (48a).

49 - ESTEVÃO ESTEVES COELHO que foi casado com Dona SENHORINHA AFONSO RIBEIRO (49a), como já referimos (Vd. VII 28 e 28a). Tiveram:

77 - JOÃO (ESTEVES) COELHO (Vd. VII 49).

78 - Dona MARIA (ESTEVES) COELHO, casada com MARTIM GONÇALVES (78a) (Vd. VII 50 e 50a).

79 - N. (ESTEVES) COELHO (Vd. VII 51).

80 - N. (ESTEVES) COELHO (Vd. VII 52).

81 - N. (ESTEVES) COELHO (Vd. VII 53).

50 - PERO ESTEVES COELHO, célebre algoz de Dona Inês de Castro, e a quem D. Pedro mandou cruelmente matar, depois de lhe ter confiscado os bens, em 1357 (849). Em 1347 era vassalo do Conde D. Pedro (850), sendo, em 1355, testemunha dos juramentos do Infante D. Pedro (851). Em 1354, comprou a sua mãe a

quintã de Carapeços, entregando o dinheiro ao mosteiro de Corpus Cristi (852). Casou com **Dona ALDONÇA VASQUES PEREIRA (50a)**.

51 - Dona **BRANCA PIRES COELHO**, que já referimos (Vd. VII 30 e 30a). a propósito do seu casamento com **JOÃO PIRES DE ALVIM (51a)**, de quem teve:

82 - Dona **LEONOR (ANES) DE ALVIM**, que casou (Vd. VII 54, 54a e 54b), com **VASCO GONÇALVES BARROSO (82a)** e com **NUNO ÁLVARES PEREIRA (82b)**.

52 - Dona **N. (ESTEVES) COELHO**, que foi freira em Santa Clara de Coimbra (LD9B8).

47 - **JOÃO ESTEVES COELHO**, «o Velho», foi casado com **Dona JOANA PIRES DE ALVIM (47a)**, como já referimos (Vd. VII 31 e 31a). Em 1341, foi-lhe julgada a honra de Sequeiros, na freguesia de S. Paio de Sequeiros, julgado de Entre-Homem-e-Cávado, e a honra do Outeiro, na freguesia de S. Mamede de Gonderiz, julgado de Regalados, que fora de João Soares Coelho (853). Foram seus filhos:

74 - João Anes, que SEGUE;

75 - Dona **MARIA (ANES) COELHO** que foi casada duas vezes (Vd. VII 56, 56a e 56b); a primeira, com **JOÃO PIRES DE SOUTOMAYOR (75a)**, e a segunda, com **FERNÃO GOMES DA SILVA (75b)**, de quem teve:

101 - N. (FERNANDES/GOMES) DA SILVA (Vd. VII 91).

102 - Dona **BEATRIZ GOMES DA SILVA** que casou com **VASCO MARTINS DA CUNHA, «o Moço» (102a)** (Vd.

III 126 e 126a; VII 92 e 92a e, VIII 66 e 66a).

76 - Dona ALDONÇA (ANES) COELHO, que foi casada com DIOGO GONÇALVES DE CRASTO (76a), já referidos (Vd. III 76 e 76a; VII 57 e 57a; VIII 45 e 45a). Tiveram:

103 - LOPO DIAS DE AZEVEDO que casou com Dona JOANA GOMES DA SILVA (103a), também já referidos (Vd. III 111 e 111a; VII 93 e 93a; VIII 73 e 73a).

74 - JOÃO (ANES) COELHO, «o Moço» que foi casado com Dona MOR MENDES DE VASCONCELOS (74a) e que, como já referimos (Vd. III 22 e 22a; VII 55 e 55a), tiveram:

99 - PERO (ANES) COELHO (Vd. III 59 e VII 89).

100 - N. (ANES) COELHO (Vd. III 60 e VII 90).

§ VIII d)

De Dona Constança Mendes (33) e de Dom Pedro Pires de Aragão (33a), nasceu:

53 - Dom AFONSO PIRES DE ARAGÃO que, como seu pai, foi contemplado com mil libras, no testamento feito em 1314, por sua tia, a Rainha Santa Isabel (854). Casou com Dona MARIA NUNES COGOMINHO (53a), filha do almirante-mor de D. Dinis (855), Nuno Fernando Cogominho. Deste casamento nasceram:

83 - Dom PERO AFONSO DE ARAGÃO (LL30AV6).

84 - Dom FERNANDO AFONSO DE ARAGÃO que parece ter casado, mas não se sabe com quem (LL30AV6).

85 - Constança Afonso, que SEGUE;

86 - Dona TERESA AFONSO DE ARAGÃO que casou com GONÇALO MENDES DE VASCONCELOS, «o Moço» (86a) (856).

85 - Dona CONSTANÇA AFONSO DE ARAGÃO foi casada com GONÇALO ANES PIMENTEL (85a). Gonçalo Anes, em 1363, agravava os povos de Torres Novas, juntamente com Soeiro Esteves Coelho, alcaide dessa vila, como já referimos (857). Em Setembro de 1369, aquando das guerras com Castela, foi enviado com o Infante D. João, quando este foi nomeado fronteiro-mor de Entre-Tejo-e-Guadiana (858). Tiveram:

104 - ÁLVARO GONÇALVES PIMENTEL (LL21L15).

105 - JOÃO RODRIGUES PIMENTEL (LL21L15).

106 - LEONOR GONÇALVES PIMENTEL (LL21L15).

§ VIII e)

Do segundo casamento de Dona Constança Afonso (4), com Fernão Rodrigues Pacheco (4a), ficou descendência, que ocupará a última alínea deste parágrafo.

15 - João Fernandes, que SEGUE;

16 - MARTIM FERNANDES PACHECO, «Baralha», talvez de trato difícil, a ver pela sua alcunha (859), não teve descendência (LL50A5). Está sepultado em S.

João de Tarouca (860).

15 - JOÃO FERNANDES PACHECO foi senhor de Ferreira de Aves. Casou com Dona ESTEVAINHA LOPES DE PAIVA (15a). Em MARIA FURTADA (15b) teve um filho:

36 - FERNÃO RODRIGUES PACHECO, que foi legitimado em 1306 (861).

Em MOR PIRES (15c), teve outro filho natural, que legitimou em 1308 (862):

37 - AFONSO ANES PACHECO.

De sua mulher, Dona Estevaínha, teve:

34 - Lopo Fernandes, que SEGUE;

35 - (AFONSO FERNANDES) PACHECO (LL26H4; 59F8), que teve um filho bastardo:

57 - JOÃO AFONSO PACHECO, que casou com Dona ELVIRA GONÇALVES ALVELOS (57a) (863).

34 - Dom LOPO FERNANDES PACHECO foi rico-homem de D. Afonso IV e senhor de Ferreira de Aves. Em 1317 já se encontrava, como testemunha junto do Infante D. Afonso (864). Íntimo da corte, com ela assiste à dotação ao mosteiro de Odivelas, feita em 1318 (865). Partidário do Infante, segue-o durante todo o conflito de 1319-1324. Foi um dos que assistiu ao juramento de pazes, feito por D. Afonso em Pombal, em 1322 (866). Reinando já D. Afonso IV foi a 25 de Março de 1328 o primeiro fidalgo português a ser dado como refém, segundo as cláusulas do contrato celebrado na-

quela data, entre os rei de Portugal e Castela (867), e é também referido em outro documento do dia seguinte, em que é tratado o casamento de Afonso XI de Castela com a Infanta Dona Maria (868). Já em 1329 estava casada (869), com **Dona MARIA GOMES TAVEIRA (34a)**, com quem, em 1331, autorizou o bispo de Viseu a reformar a colegiada de Santo André de Ferreira de Aves (870). Dom Lopo, que faleceu em 23 de Dezembro de 1349 (871), foi meirinho-mor de D. Afonso IV e testamenteiro da Rainha Santa Isabel, feito em 1327 (872). Casou segunda vez, com **Dona MARIA RODRIGUES DE VILALOBOS (34b)**, a quem D. Fernando mandou em 1367 (873), entregar os bens de Dom Martinho de Albuquerque (Vd. IV 63), confiscados por D. Pedro I. Deste casamento nasceu:

56 - **Dona GUIOMAR LOPES PACHECO**, por nós já referida (Vd. IV 30 e 30a), pois casou com **Dom JOÃO AFONSO TELO (56a)**, 4º Conde de Barcelos. Tiveram:

95 - **Dom AFONSO TELO DE MENESES** (Vd. IV 49).

96 - **Dom JOÃO AFONSO TELO**, que casou com **Dona MOR ANES DE PORTOCARREIRO (96a)** (Vd. III 141 e 141a; IV 50 e 50a).

97 - **Dona LEONOR DE MENESES** (Vd. IV 51).

98 - **Dom TELO (ANES DE MENESES)** (Vd. IV 52).

Do casamento com Dona Maria Gomes Taveira, teve Dom Lopo os filhos seguintes:

54 - Diogo Lopes, que SEGUE;

55 - Dona VIOLANTE LOPES PACHECO, que já várias vezes referimos (Vd. V 28a; VIII 29a), foi primeiro casada com MARTIM VASQUES DA CUNHA (55a) (Vd. VIII 29), de quem teve:

91 - VASCO MARTINS DA CUNHA, casado com Dona BEATRIZ LOPES ALBERGARIA (91a), também já referidos (Vd. III 97 e 97a; VIII 44 e 44a):

114 - MARTIM VASQUES DA CUNHA (Vd. III 124, VIII 64).

115 - ESTEVÃO SOARES DA CUNHA (Vd. III 125, VIII 65).

116 - VASCO MARTINS DA CUNHA, «o Moço», casado com Dona BEATRIZ GOMES DA SILVA (116a) (Vd. III 126 e 126a; VII 92 e 92a; VIII 66 e 66a).

117 - GIL VASQUES DA CUNHA (Vd. III 127, VIII 67).

118 - LOPO VASQUES DA CUNHA (Vd. III 128, VIII 68).

119 - RUI VASQUES DA CUNHA (Vd. III 129, VIII 69).

120 - Dona MÉCIA VASQUES DA CUNHA (Vd. III 130, VIII 70).

Foi casada segunda vez, com Dom DIOGO AFONSO DE SOUSA (55b), também já referidos (Vd. V 28), de quem teve:

92 - ÁLVARO DIAS DE SOUSA, casado com Dona MARIA TELES (92a), como já referimos (Vd. III 103 e 103a; IV 46 e 46a; V 43 e 43a) e que tiveram:

121 - LOPO DIAS DE SOUSA (Vd. III 135, IV 67, V 57).

122 - N. DIAS DE SOUSA (Vd. III 136, IV 68, V 58).

93 - LOPO DIAS DE SOUSA (Vd. V 44).

94 - Dona BRANCA DIAS DE SOUSA (Vd. V 45).

54 - Dom DIOGO LOPES PACHECO, referenciado a primeira vez em 1334, ano em que adquiriu a quintã de Belas e Dona Joana Lourenço de Valadares, Comendadeira de Santos (874). Implicado no assassínio de Dona Inês de Castro (LL21G15[33]), assistiu aos juramentos de perdão feitos pelo Infante D. Pedro, em 1355 (875). Fugido do reino, após a subida ao trono de D. Pedro, recolheu-se a França e depois a Castela, onde Henrique de Trastâmara o protegeu (876). Regressou ao reino no tempo de D. Fernando, que lhe devolveu os bens confiscados e lhe fez várias doações (877). Desavindo com o monarca, voltou para Castela, de onde regressou após a sua morte, colocando-se ao lado do Mestre de Aviz que, por carta 1384, lhe devolveu todos os bens (878). Teve numerosos bens na Beira, para além do senhorio de Ferreira de Aves (879). Em 1385, foi uma das pessoas que foi chamada a depôr, nas cortes de Coimbra, sobre o pretenso

casamento de D. Pedro e D. Inês de Castro (880). Em 1389, obteve de D. João I, a isenção de jugada para a herdade de Arrancada, no julgado de Vouga, que pertencia às religiosas de Ferreira (881). Morreu em 1393 (882), tendo casado com **Dona JOANA VASQUES PEREIRA (54a)**, irmã da mulher de Pero Esteves Coelho. Tiveram:

87 - Fernão Lopes, que SEGUE;

88 - **Dom LOPO FERNANDES PACHECO** (LL50A8).

89 - **Dom FERNÃO LOPES ou DIAS PACHECO** (LL22I15;50A8).

90 - **Dona BRANCA DIAS PACHECO** que, como já vimos (Vd. VII 33 e 33a), casou com **GIL VASQUES DE RESENDE (90a)**, e tiveram:

110 - **(MARTIM VASQUES) DE RESENDE** (Vd. VII 60).

111 - **(FERNÃO VASQUES) DE RESENDE** (Vd. VII 61).

112 - **Dona N. (VASQUES) DE RESENDE** (Vd. VII 62).

113 - **Dona N. (VASQUES) DE RESENDE** (Vd. VII 63).

87 - **Dom FERNÃO LOPES PACHECO** que, como também já vimos (Vd. VII 69 e 69a; VIII 40 e 40a), foi casado com Dona **CATARINA RODRIGUES RIBEIRO (87a)**, de quem teve:

107 - **Dom N. FERNANDES PACHECO** (Vd. VII 95 e VIII 58).

108 - **Dom N. FERNANDES PACHECO** (Vd. VII 96 e VIII 59).

109 - **Dona N. FERNANDES PACHECO**, que casou com **FERNANDO AFONSO DE MELO (109a)**, estando os dois já casados em 1365 (Vd. VII 97 e 97a; VIII 60 e 60a).

§ IX

Último parágrafo deste ponto, tem a característica de não entroncar em nenhum dos parágrafos anteriores. De facto, ao identificar os indivíduos da família Avelar, que conta com vários elementos no grupo de cavaleiros-escudeiros dos naturais de Grijó, fomos encontrando outras pessoas desse grupo mas de diferentes famílias. Convencidos, assim, de que grande parte desses naturais provinham dos Avelares, reconstituimos toda a linhagem. Todavia, em nenhum momento conseguimos ligá-los à descendência conhecida de Soeiro Fromarigues. Acreditamos, porém, que a transmissão do direito de padroado se fez através de Estevão Dias de Mouriz, e não por nenhuma das suas mulheres, já que vamos encontrar naturais na descendência dos filhos dos dois casamentos. Recuando aos pais de Estevão Dias, e perante a falta de informação a seu respeito, verificamos que por sua mãe estavam ligados ao mosteiro de Cête (Vd. LL44). Restava apenas, por isso, a hipótese de o direito ser transmitido por seu pai, Diogo Mendes. É possível que este fosse descendente de Soeiro Fromarigues, em cuja família não é invulgar o nome Mendo (Vd. Árvore I):

1 - DIOGO MENDES que casou com Dona ELVIRA DIAS (DE URRÔ) (1a), descendente do fundador do mosteiro de Cete (LL44A2; U4). Tiveram:

2 - Estevão Dias, que SEGUE;

3 - RUI DIAS, sobre o qual nada soubemos (LL44U4).

2 - ESTEVÃO DIAS DE MOURIZ DE SOUSA, cujo «apelido» foi retirado de uma localidade próxima do mosteiro de Cête (LL44U5), foi casado com Dona MARIA MARTINS DO AVELAR (2), filha de um cavaleiro aragonês que acompanhou a Rainha Dona Dulce quando esta veio para Portugal, em 1175 (883). Casou segunda vez, com Dona ESTEVAINHA DE MACIEIRA (2b). Do primeiro matrimónio teve filhos, que seguem na alínea b. Do segundo, teve:

6 - Martim Esteves, que SEGUE;

7 - Dona ELVIRA ESTEVES DE MOURIZ (LL44U5).

8 - Dona URRACA ESTEVES DE MOURIZ (LL44U5).

6 - MARTIM ESTEVES DO AVELAR II, ou MARTIM FREIRE, filho do segundo casamento de Estevão Dias de Mouriz e que, curiosamente, ficou com o apelido da primeira mulher de seu pai. Foi mordomo de João Fernandes de Lima, «Pão Centeio», e como seu procurador e de sua mulher, Dona Maria Anes de Aboim, tratou em 1300, da troca de Portel por Évora Monte e Mafra (884). No seu cargo de mordomo testemunhou uma carta régia, de 1305 (885). Foi casado com Dona MARIA MARTINS (6a), de quem teve:

18 - Martim Martins, que SEGUE;

19 - JOÃO MARTINS DO AVELAR, que foi freire de Santiago e morreu sem descendência (LL44U6). Em 1322 esteve presente a um capítulo da ordem realizado em Alcácer do Sal (886).

20 - LOURENÇO MARTINS DO AVELAR que casou com Dona BEATRIZ ANES (20a), colaça da Rainha D. Beatriz (887). Tiveram descendência que seguirá na alínea a.

18 - Dom MARTIM (MARTINS) DO AVELAR foi vassalo da casa de D. Afonso IV (888) e como tal esteve presente ao juramento de perdão feito pelo Infante D. Pedro em 1355 (889). Em 1361 já era Mestre da Ordem de Aviz, e como tal comandou o exército português que foi auxiliar os castelhanos contra o reino de Aragão (890). Faleceu por volta de 1364 (891). Em MOR MENDES (18a), mulher casada, teve:

34 - Lourenço Martins, que SEGUE;

35 - BRANCA (MARTINS) DO AVELAR que em 1365 é referida como natural do mosteiro de Grijó com uma filha e um filho que tinha de seu marido, NUNO MARTINS DE GOES (35a). Aos dois doou D. Pedro I uma quintã em Oeiras, em 1357 (892). Foram pais de:

49 - BEATRIZ (NUNES) DE GOES que foi casada com GONÇALO VIEGAS DE ATAÍDE (49a) (893).

50 - N. (NUNES) DE GOES.

36 - TERESA LOURENÇO DO AVELAR que supomos ser sua filha, bem como o filho seguinte. Os dois são referidos no Livro das Campainhas.

37 - GIL MARTINS DO AVELAR.

34 - LOURENÇO MARTINS DO AVELAR, filho bastardo do Mestre de Aviz, foi legitimado por carta régia de 1387 (894). Casou

com SANCHA DIAS DA GUARDA (34a), neta de Estevão da Guarda, chanceler de D. Dinis. D. Pedro I confirmou, em 1364, a Lourenço Martins o morgado que o seu avô tinha concedido a Estevão da Guarda, em Torres Vedras (895). Tiveram os seguintes filhos:

47 - LOURENÇO MARTINS DO AVELAR, o Moço.

48 - SANCHA MARTINS DO AVELAR. Os dois são referidos no Livro das Campainhas.

§ IX a)

Como atrás dissemos, Lourenço Martins, irmão do Mestre de Aviz, teve filhos de sua mulher Dona Beatriz Anes (20a).

38 - Teresa Martins, que SEGUE;

39 - Dona LEONOR MARTINS DO AVELAR que morreu sem filhos (LL44U7).

38 - Dona TERESA MARTINS DO AVELAR casou duas vezes: a primeira, com VASCO RAIMUNDES (38a), de quem teve:

51 - Dona MARIA VASQUES que casou com FERNÃO FERNANDES DE ALMEIDA (51a).

52 - Dona N. VASQUES que foi freira em Arouca (LL44U8).

Casou segunda vez, com Dom LOURENÇO MARTINS BUVAL (DE SELA) (38a) que, em 1327, testemunhou as doações feitas por Fernão Sanches a seu irmão, o rei D. Afonso IV (896). É possível que seja o mesmo que em Agosto de 1357 foi no-

meado alcaide de Penamacor (897) e que em 1360 prestou menagem pelo castelo de Lisboa (898). Deste casamento nasceram os seguintes filhos:

53 - João Lourenço que SEGUE;

54 - MARTIM LOURENÇO BUVAL (LL44W7).

55 - RUI LOURENÇO BUVAL (LL44W7).

56 - Dona LEONOR MARTINS de quem já falamos (Vd. II 42 e 42a), a propósito do seu casamento com VASCO MARTINS DO VALE (56a).

53 - JOÃO LOURENÇO BUVAL foi guarda-mor do rei D. Pedro I que, em 1357 lhe doou as rendas da alcaidaria do Porto (899). Natural do mosteiro de Grijó, em 1365, juntamente com os filhos das suas duas mulheres, veio a morrer em 1372, quando combatia os castelhanos, ao lado do Conde de Seia (900). Como ficou referido casou duas vezes, segundo a afirmação do Livro das Campainhas, e é bem possível que uma dessas mulheres fosse filha de Fernão Gonçalves Cogominho, já que a 1 de Abril de 1365 (Fernão Gonçalves deve ter morrido entre 11 de Março de 1364 - CP.883 - e aquela data), D. Pedro I contou-lhe certas propriedades em Évora e Samora Correia que «lhe ficarom per morte de Fernam Gonçallvez Cogominho» (901). De qualquer forma teve, da primeira mulher:

64 - N. (ANES) BUVAL.

65 - N. (ANES) BUVAL.

66 - N. (ANES) BUVAL.

Da segunda, uma filha:

67 - Dona N. (ANES) BUVAL.

É possível que um dos filhos do primeiro casamento seja um Lourenço Martins Buval, referenciado em 1381-1382, e casado com uma Mor Vasques (902).

§ IX b)

Passaremos agora a tratar da descendência do primeiro casamento de Estêvão Dias de Mouriz e de Dona Maria Martins do Avelar:

4 - Gil Esteves, que SEGUE;

5 - MARTIM ESTEVES DO AVELAR, que possivelmente foi testemunha de uma inquirição sobre o senhorio da Lourinhã, em 1279 (903), foi casado com Dona SANCHA GONÇALVES DE MILHEIRÓS DA MAIA (5a). Martim Esteves e seu irmão Gil, estão rigorosamente documentados entre 1288 e 1293, por documentos relativos a questões de padroado sobre a igreja de São Fins de Santa Maria (904), de que eles e outros fidalgos se diziam «herdeiros e naturais» sem, ao que parece, o serem. Do casamento referido, nasceram vários filhos que seguirão na alínea c.

4 - GIL ESTEVES DO AVELAR que como dissemos se referencia en

tre 1288 e 1293 (905), casou com Dona **DÓRDIA AFONSO DE MAÇADA (4a)**, de quem teve:

9 - Diogo Gil, que SEGUE;

10 - **JOÃO GIL DO AVELAR** testemunhou, em 1323, uma doação do bastardo Fernão Sanches (906). Em 1337 era corregedor e vedor das justiças no meirinhado da Beira (907). Casou com **Dona ALDONÇA ANES DE CASTELÃOS (10a)**, de quem não sabemos se teve filhos (LL44AI7).

11 - **Dona SANCHA GIL DO AVELAR** que casou com **PERO ANES DE FAFIÃO (11a)**, e foram pais de:

23 - **GONÇALO PIRES DE FAFIÃO** que casou com **Dona GUIOMAR GONÇALVES NOGUEIRA (23a)**.

9 - **DIOGO GIL DO AVELAR** foi casado com **Dona MARIA ANES DE PAIVA (9a)**, de quem teve:

21 - **ESTEVÃO DIAS DO AVELAR** que já referimos (Vd. VII 83 e 83a), a propósito do seu casamento com **Dona SENHORINHA AFONSO FURTADO (21a)**.

22 - Berengária Dias, que SEGUE;

22 - **Dona BERENGÁRIA DIAS DO AVELAR** foi casada com **MARTIM BRANDÃO (22a)**, e depois de enviuvar casou com **JOÃO AFONSO DE SANIR (22b)**. O Conde D. Pedro afirma que do primeiro matrimónio houve filhos e filhas, mas nós só conseguimos identificar dois, que são referidos no Livro das Campainhas:

40 - João Martins, que SEGUE;

41 - **FERNÃO MARTINS BRANDÃO** que foi alcaide do castelo de Arronches, por carta de 1 de Janeiro de 1363 (908). Em 1369 foi-lhe coutada a herdade de Vale da Arca, no termo de Montemor-o-Novo, morando ele em Évora (909). É possível que tenha sido aio do Infante D. Fernando (910).

40 - **JOÃO MARTINS BRANDÃO** foi alcaide do castelo de Penamacor, por carta de 1362 (911). Estava já casado em 1351 (912), com **LEONOR ESTEVES DAS MEDAS (40a)** que era também natural de Grijó, juntamente com seus irmãos e que não conseguimos entroncar na família patronal. Leonor Esteves aparece ainda em 1374, quando a 13 de Janeiro fez composição com o mosteiro de Paço de Sousa (913). Fez testamento em 1387 (914), acrescentando-o em 1395 (915) e nos dois favorecendo aquele mosteiro. No testamento, para além de legados pios e certas obrigações de missas, pede para ser enterrada junto a seu filho, Rui Brandão, fazendo ainda recomendações a sua filha, para que faça cumprir as suas vontades. O Livro das Campainhas omite o casamento referido, afirmando apenas a «naturalidade» a João Brandão e duas filhas, para além do irmão e mãe. Do casamento com Leonor Esteves nasceram:

57 - **(RUI ANES BRANDÃO)**, talvez até já falecido em 1365, e que à data do testamento de sua mãe, estava sepultado com seu pai em Paço de Sousa (916).

58 - **BERENGÁRIA DIAS BRANDÃO.**

59 - N. (ANES) BRANDÃO.

§ IX c)

Resta-nos falar da descendência de Martim Esteves (5) e de Dona Sancha Gonçalves de Milheirós da Maia (5a):

12 - JOÃO MARTINS DO AVELAR foi casada com Dona INÊS PIRES DO VALE (12a), de quem teve:

24 - Dona GUIOMAR ANES DO AVELAR que casou com ESTEVÃO MARTINS CARPINTEIRO (24a), pais de:

42 - Dona LEONOR ESTEVES CARPINTEIRO, mulher de GONÇALO GARCIA ESTRAMBOZ (42a).

13 - Pero Martins, que SEGUE;

14 - MARTIM MARTINS DO AVELAR, já falecido em 1335 (917), foi casado com Dona ALDONÇA ESTEVES DE TEOTE (14a), já anteriormente referida (Vd. VII 19a), a propósito de um outro casamento. Deste, nasceu:

30 - Dona SANCHA MARTINS DO AVELAR que, em 1334, estando já casada com MARTIM GONÇALVES DE PAIVA (30a), abdicou dos seus direitos de padroado sobre a igreja de Santa Maria de Válega (918), o que confirmou em 1335 (919). Sancha Martins é referida no Livros das Campainhas.

15 - FERNÃO MARTINS DO AVELAR surge em 1288, ligado a seu pai, por questões relativas ao padroado da igreja de São Fins de Santa Maria (920). Em 1296, juntamente com seu irmão Pero, foi testemunha das partilhas havidas entre Dona Vataça e a Infanta Dona Constança (921). Casou com Dona MARIA GUILHERME DE SANTARÉM (15a), e aí vivia ainda no século XIV (922). Tiveram os seguintes filhos:

31 - PERO FERNANDES DO AVELAR que foi casado com CONSTANÇA FERNANDES ÇATORINHO (31a).

32 - Dona INÊS FERNANDES DO AVELAR casou em Santarém, mas desconhece-se o nome do marido (LL44AD7). Dela se conserva uma matriz sigilar, provavelmente do século XIII (923).

16 - CONSTANÇA MARTINS DO AVELAR foi casada com AIRES GOMES DE GUNDAR (16a), de quem teve:

33 - GONÇALO GOMES DE GUNDAR que casou com MARIA MARTINS DE SANTARÉM (33a) e dela teve filhos e filhas cujos nomes ignoramos (LL44AF8).

17 - Dona GUIOMAR MARTINS DO AVELAR (LL44Y6).

13 - PERO MARTINS DE SOVERAL foi em 1284, testemunha da concórdia sobre o senhorio de Goes (924). Talvez em 1287 (925), exercia violências sobre terras do mosteiro de Salzedas. Surge com seu irmão Fernão nos já referidos anos de 1288 e 1296 (926). Foi casado com Dona MARIA LOURENÇO DE POR-

TOCARREIRO (13a), de quem teve:

25 - MARTIM PIRES SOVERAL foi testemunha, em data que ignorámos, da pastilha de bens de uma Joana Gil, freira no convento de Santos (927). Casou com Dona GUIOMAR ANES DE FRAZÃO (25a), de quem teve um filho:

43 - GIL MARTINS DE FRAZÃO conforme foi proposto na sua identificação. O Conde D. Pedro refere a existência deste filho, ignorando-lhe, porém, o nome (LL44Y8). No documento referido a propósito de seu pai vem com o apelido Avelar, como seu pai que era Soveral. Natural do mosteiro de Grijó, teve três filhos em senhora de que não sabemos o nome:

60 - VASCO GIL DE FRAZÃO.

61 - DIOGO GIL DE FRAZÃO.

62 - Dona N. GIL DE FRAZÃO.

26 - JOÃO PIRES DO AVELAR que morreu sem descendência (LL44Z8).

27 - RUI PIRES DO AVELAR que casou com senhora desconhecida (LL44AB8).

28 - Estevão Pires, que SEGUE;

29 - Dona SANCHA PIRES DE SOVERAL foi monja em Arouca. Não é referida pelo Conde D. Pedro, mas colocámo-la aqui porque em 1322 fez partilhas com os ir-

mãos, sobre herdades situadas na freguesia de S. Vicente de Goym, no julgado de Lousada e que vinham dos Portocarreiros (928) que, como vimos, era a família da mulher de Pero Soveral.

28 - ESTEVÃO PIRES DO AVELAR foi casada com Dona N. ANES DE PINHO (28a), de quem teve:

44 - GONÇALO ANES DE PINHO, de acordo com a nossa proposta de identificação, e que terá usado o patronímico e apelido maternos. Foi, como seu irmão, natural de Grijó.

45 - LOURENÇO ANES DE PINHO que, de senhora desconhecida, teve:

63 - BEATRIZ LOURENÇO, também referida na lista de Grijó, de 1365.

46 - Pedro Esteves, que SEGUE;

46 - PEDRO ESTEVES DO AVELAR que aqui colocamos, já que em documento de 1354, refere ser filho de Estevão Pires do Avelar (929), sem que se saiba se a mãe é a referida mulher de Estevão. Nessa data nomeou seu herdeiro a Rodrigo Anes de Sá, a quem deixou, entre outros bens, a quinta de Drizes. Não sabemos com quem casou, mas deve ser sua filha:

64 - MÉCIA PIRES (DO AVELAR) que é dada como primeira mulher de RODRIGO ANES DE SÁ (64a), já referido (Vd. II 59a). Mécia Pires e seu marido foram obrigados, em 1353 a restituir ao mosteiro de Grijó a

quinta de Grandões e outras terras do termo de Macieira, no julgado da Feira (930). Foi seu filho:

69 - João Rodrigues, que SEGUE;

69 - JOÃO RODRIGUES DE SÁ, «o das Galés», natural do mosteiro de S. Salvador de Grijó, em 1365.

◆

◆ ◆

Sobre os indivíduos referidos no Livro das Campainhas e que não conseguimos entroncar na família patronal, veja-se o que a seu respeito ficou dito na tentativa de identificação (Vd. 3.1.).

NOTAS

4.

(1) Ayres de Sá, Frei Gonçalo Velho, 2 vols., Lisboa, 1899-1900 (FGV); Pedro de Azevedo, Os de Vasconcellos, in "Archivo Historico Portuguez", Vol. II, nº 10, Lisboa, 1904; IDEM, Urraca Machado, dóna de Chellas, in "Archivo Historico Portuguez", Vol. III, nº 1-2, Lisboa, 1905; Anselmo Braancamp FREIRE, A Honra de Resende, in "Archivo Historico Portuguez", Vol. IV, Lisboa, 1906; IDEM, D.João de Aboim, in "Archivo Historico Portuguez", Vol. IV, nº 1, Lisboa, 1906; Marquês de SÃO-PAIO, Um Português do século XIV que durante anos governou Castela - D. João Afonso de Albuquerque - e de como ganhámos e perdemos a vila de Albuquerque, in "Anais" (da Academia Portuguesa da História), IIª Série, Vol. 24-Tomo II, Lisboa, 1977, pp. 9-38; José MATTOSO, João Soares Coelho e a gesta de Egas Moniz, in "Portugal Medieval-novas interpretações", Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, pp. 409-435; Leontina VENTURA, O Cavaleiro João Gondesendes - sua trajectória político-social e económica (1083-1116), in "Revista de História Económica e Social", nº 15, Lisboa, 1985, pp. 31-69; IDEM, João Peres de Aboim - da terra da Nóbrega à corte de Afonso III, in "Revista de História Económica e Social", nº 18, Lisboa, 1986, pp. 57-73; Maria Helena da Cruz COELHO e Leontina VENTURA, Vataça - uma dona na vida e na morte, in "Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", Porto, 1987, pp. 159-193.

(2) Anselmo Braancamp FREIRE, Brasões da Sala de Sintra, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977[3].

(3) Cancioneiro da Ajuda, ed. por Carolina Michaëlis de VASCONCELLOS, 2 vols., Halle, 1904.

(4) Emilio SAÉZ, Notas al episcopologio minduniense del siglo X, in "Hispania", Tomo VI, Madrid, 1946, pp. 3-79; IDEM, Los ascendientes de San Rosendo (Notas para el estudio de la Monarquia astur-leonesa durante los siglos IX y X), in "Hispania", Tomo VIII, Madrid, 1948, pp. 3-76 e 179-233.

(5) José MATTOSO, As Famílias Condais Portucalenses dos Séculos X e XI, in "A Nobreza Medieval Portuguesa - a família e o poder", Lisboa, Editorial Estampa, 1981, pp. 101-157; IDEM, A Nobreza Rural Portuense nos Séculos XI e XII, in "A Nobreza Medieval Portuguesa - - a família e o poder", Lisboa, Editorial Estampa, 1981, pp. 159--251; IDEM, Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325. Volume I - oposição, Lisboa, 1985, pp. 136-189

(6) A. de Almeida FERNANDES, Acção das linhagens no Repovoamento e na Fundação da Nacionalidade, in "Douro Litoral", IX Série, vol. 3, Porto, 1960; IDEM, A Honra de Gouviães e a sua Estirpe (Séculos XII-XV), Braga, 1971 (Separata de "Armas e Troféus"); IDEM, Guimarães, 24 de Junho de 1128. Nos 850 anos da Batalha de S. Mamede, in "Revista de Guimarães", vol. LXXXVIII, Guimarães, 1978; IDEM, A Nobreza na Época Vimarano-Portugalense. Parte I. Problemata, in "Revista de Guimarães", vol. LXXXVII (Separata, Guimarães, 1981).

4. § I

(7) José MATTOSO, A Nobreza Medieval Portuguesa - a família e o poder, Lisboa, Editorial Estampa, 1981, pp. 229-230 (O título desta obra passará a ser referido por A Nobreza (...).

(8) IDEM, ibidem, pp. 230.

(9) Miguel de OLIVEIRA, Ovar na Idade Média, Ovar, Câmara Municipal, 1967, pp. 29 (Ovar (...)).

(10) Robert DURAND, Le Cartulaire Baio Ferrado du monastère de Grijó (XI^{e} - XIII^{e} siècles). Introduction et notes de ..., Paris, Centre Culturel Portugais, 1971, doc. 143 (BF. 143).

(11) BF. 11; Miguel de OLIVEIRA, Ovar (...), pp. 29.

(12) BF. 143.

(13) BF. 143 (de 3 de Outubro de 1093).

(14) BF. 155 (de 1 de Fevereiro de 1074 (?)); 147 (de 31 de Janeiro de 1075); 292 (de 17 de Fevereiro de [1079?]); 151 (de 18 de Março de 1082, já com a sua mulher que, até ao fim, só não aparece no doc. 143); 301 (de 18 de Julho de 1084); 152 (de 22 de Fevereiro de 1087); 144 (de 24 de Novembro de 1087); 156 (de 25 de Setembro de

1089); 148 (de 19 de Novembro de 1089); 157 (de 6 de Maio de 1095); 153 (de 10 de Maio de 1091); 196 (de 28 de Junho de 1091); 146 (de 18 de Fevereiro de 1092); 148 (da data anterior); 145 (de 31 de Agosto de 1092); 291 (de 25 de Dezembro de 1096); 113 (de 31 de Agosto de 1098); 118 (de 17 de Janeiro de 1099); 123 (de 18 de Janeiro do mesmo ano); 154 (da data anterior); 150 (de 22 de Janeiro de 1099); 193 (de 9 de Janeiro de 1100); 205 (de 10 de Março de 1101); e 197 (de 29 de Dezembro de 1101).

(15) José MATTOSO, Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII, Lisboa, Guimarães & Cia. Editores, 1982, pp. 73 (Ricos-Homens (...)).

(16) IDEM, Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). Volume I - oposição, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 184 (Identificação (...)); Henrique Barrilaro RUAS, A data do desastre de Vatalandi, in "Revista Portuguesa de História", Tomo IV, vol. 1, Coimbra, 1949, pp. 369.

(17) BF. 151.

(18) BF. 11 (de 7 de Junho de 1104) e 15 (de 8 de Junho de 1104).

(19) BF. 195 (de 19 de Junho de 1102 (?)); 191 (de 24 de Junho de 1102); 192 (de 16 de Junho de 1105); 234 (de 10 de Fevereiro de 1107); 159 (de 6 de Setembro de 1108); 187 (de 31 de Dezembro de 1109) e 290 (de 2 de Dezembro de 1122).

(20) BF. 263 (de 18 de Dezembro de 1126); 7 (de Maio de 1132) e 12 (de 1 de Fevereiro de 1133).

(21) BF. 189 (de 20 de Abril de 1121); 190 (da mesma data) e 158 (de 30 de Dezembro de 1123).

(22) BF. 245 (de Novembro).

(23) BF. 3 (de 8 de Setembro).

(24) Miguel de OLIVEIRA, Ovar (...), pp. 28.

(25) BF. 11 (de 7 de Junho de 1104); 15 (de 8 de Junho do mesmo ano) e 69 (de 31 de Julho de 1150).

(26) BF. 182 (de 17 de Fevereiro de 1109(?)) e 35 (de 17 de Maio de 1112).

(27) BF. 97 (de 1150).

(28) BF. 179.

(29) BF. 84 (de 10 de Julho).

(30) BF. 288.

(31) BF. 212.

(32) BF. 11 (de 7 de Junho de 1104) e 16 (de 20 de Abril de 1109).

(33) BF. 257 (de 26 de Março de 1121); 256 (de 15 de Setembro de 1121); 162 (de 21 de Outubro de 1122); 163 (de 24 de Dezembro de 1122); 165 (de 27 do mesmo mês e ano); 166 (de 6 de Janeiro de 1123) e 287 (de Outubro de 1123).

(34) BF. 15 (de 8 de Junho de 1104) e 97 (de 1150).

(35) José MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 191 e IDEM. Identificação (...), I, pp. 184.

(36) BF. 162 (de 21 de Outubro).

(37) José MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 198-199.

(38) BF. 287 (de Outubro).

(39) BF. 175.

(40) BF. 7 (de Maio de 1132); 49 (de Abril de 1147); 173 (de Janeiro de 1157); 289 (de 22 de Abril de 1159 (?)) e 36 (de Março de 1161).

(41) BF. 36.

(42) José MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 199.

(43) IDEM, ibidem, pp. 199.

(44) Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios, Vol. I, tomo I e II, ed. por Rui de AZEVEDO, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1961, doc. 116 (DR. 116).

(45) Livro Preto da Sé de Coimbra, vol. II, ed. por Avelino de Jesus da COSTA, Leontina VENTURA e M. Teresa VELOSO, Coimbra, Universidade, 1978, doc. 309.

(46) José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 186 e IDEM, Identificação (...), I, 184.

(47) BF. 7 (de Maio de 1132); 42 (de Abril de 1147) e 286 (de Maio de 1159).

(48) BF. 207.

(49) BF. 11 (de 7 de Junho de 1104); 7 (de Maio de 1132); 17 (de Fevereiro de 1134) e 101 (de 22 de Janeiro de 1136).

(50) BF. 24 (de 19 de Abril de 1123).

(51) BF. 298.

(52) BF. 101.

(53) BF. 11 (de 7 de Junho) e 18 (de Fevereiro).

(54) BF. 188 (de 15 de Março).

(55) BF. 11 (de 7 de Junho de 1104) e 20 (de 14 de Julho de 1118).

(56) BF. 34 (de 15 de Maio de 1112).

(57) BF. 187 (de Outubro).

(58) BF. 110.

(59) BF. 109 (de 2 de Junho) e 110.

(60) BF. 110.

(61) BF. 20 (de 14 de Julho).

(62) BF. 239 (de Julho).

(63) BF. 7 (de Maio de 1132); 27 (de 2 de Junho de 1138); 170 (de 30 de Abril de 1140); 109 (de 2 de Junho de 1143); 26 (de Agosto de 1145); 233 (de Julho de 1146); 183 (de Outubro de 1151) e 245 (de Novembro de 1152).

(64) BF. 242 (de Janeiro de 1154).

(65) BF. 232 (de 2 de Janeiro) e 53 (de Janeiro de 1148).

(66) BF. 32 (de Dezembro) e 30, respectivamente.

(67) BF. 11 (de 7 de Junho) e 24 (de 19 de Abril), respectivamente.

(68) Ou de 15 de Junho de 1120 se, como pensamos, se lhes referir um documento de Arouca, daquela data (Cfr. Maria Helena da Cruz COELHO, O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII, Coimbra, 1977, pp. 206).

(69) BF. 103 (de 25 de Julho de 1128); 253 (de 23 de Fevereiro de 1132); 252 (de 17 de Abril de 1132); 254 (de Novembro de 1146) e 255 (de 19 de Março de 1151).

(70) BF. 11 (de 7 de Junho de 1104); 22 (de 17 de Fevereiro de 1124) e 7 (de Maio de 1132).

(71) BF. 98 (de Dezembro de 1151).

(72) BF. 254 (de Novembro de 1146); 98; 181 (de Dezembro de 1151); 50 (de Março de 1154) e 172 (de Abril de 1154).

(73) BF. 11 (de 7 de Junho de 1104) e 25 (de Agosto de 1117).

(74) BF. 246 (de Junho).

(75) BF. 11; 19 (de 8 de Abril de 1133 (?)); 107 (de 1 de Maio de 1143) e 97.

(76) BF. 133 (de Setembro).

(77) BF. 70 e 88.

(78) Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, ed. por José MATTOSO, Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série, Vol. II em dois tomos, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, LL53A2.

(79) BF. 195 (de 19 de Junho).

(80) Fr. António BRANDÃO, Monarquia Lusitana, Parte IIIª, ed. por A. da Silva Rego, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973, fl. 16vº (ML. III. 16vº).

(81) BF. 14 (de Outubro).

(82) BF. 15 (de 8 de Junho de 1104); 16 (de 20 de Abril de 1109); 24 (de 19 de Abril de 1123); 263 (de 18 de Dezembro de 1126); 209 (de 14 de Junho de 1135); 207 (de 12 de Fevereiro de 1137); 107 (de 1 de Maio de 1143); 266 (de Junho de 1144); 172 (de Abril de 1154) e 180 (de Maio de 1157). É provável que o DP. 126, de 16 de Julho de 1103, lhe diga também respeito (Cfr. Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares (DP), Vol. III, ed. por Rui de AZEVEDO, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940).

(83) BF. 11 (de 7 de Junho de 1104); 7 (de Maio de 1132); 274 (de Agosto de 1137); 13 (de 1156) e 14 (de Outubro de 1157).

(84) BF. 6 (de 22 de Maio).

(85) BF. 4 (de Abril).

(86) José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 201, e IDEM, Portugal Medieval - novas interpretações, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, pp. 212 (Portugal (...)).

(87) BF. 7.

(88) BF. 203 (de 8 de Março de 1122).

(89) BF. 8 (de 11 de Janeiro de 1139); 10 (de 19 de Janeiro de 1142); ML. III, fl. 135 (de Abril de 1142) e BF. 9 (de 20 de Julho de 1142).

(90) ML. III, fls. 84-84vº (de 1132, e BF. 138 (de Maio de 1152).

(91) BF. 139 (sem data); 195 (de 19 de Junho de 1102); 159 (de 6 de Se

tembro de 1108); 160 (de 14 de Janeiro de 1112); 260 (de 31 de Maio de 1112); 164 (de 4 de Junho de 1117); 299 (de 23 de Outubro de 1121); 262 (de 9 de Novembro de 1121); 93 (de 1123); 300 (de 28 de Janeiro de 1123); 161 (de 9 de Abril de 1123); 216 (de 17 de Janeiro de 1126); 272 (de 31 de Agosto de 1133); 114 (de 12 de Março de 1134); 206 (de 27 de Junho de 1134); 271 (de 22 de Janeiro de 1135); 273 (de 7 de Maio de 1136) e 270 (da data anterior).

(92) BF. 160 (de 14 de Janeiro) e 260 (de 31 de Maio).

(93) BF. 164 (de 4 de Junho).

(94) BF. 180 e 14.

(95) BF. 28 (de Maio).

(96) BF. 267 (de Setembro).

(97) BF. 210 (de Junho).

(98) BF. 106 (de Junho) e 267.

(99) BF. 23 (de 23 de Janeiro).

(100) BF. 189 (de 20 de Abril).

(101) BF. 158 (de 30 de Dezembro).

(102) BF. 237; José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 210.

(103) José MATTOSO, ibidem, pp. 60.

(104) IDEM, A Nobreza (...), pp. 236-238.

(105) IDEM, Portugal (...), pp. 176. Não cremos, no entanto, que o Monio Odoriz, que aparece em BF. 221 e 222, seja o mesmo. Aliás, nenhuma filha ou neta se chamou Boa. Ver ainda, José MATTOSO, Identificação (...), I, pp. 185-186.

(106) LL53A2. A referência de LV1A09, que dá o nome de Sancha por Maria, é, talvez, confusão com o nome daquela que julgamos ser sua irmã.

(107) Alexandre HERCULANO, História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de D. Afonso III, com prefácio e notas de José MATTOSO, vol. I, Lisboa, Livraria Bertrand, pp. 679 e 694.

(108) ML. III, fls. 120, 123, 126vº e 172.

(109) LL53C3.

(110) José MATTOSO, Identificação (...), I, pp. 186.

(111) IDEM, ibidem, pp. 186.

(112) Documentos da Chancelaria de D. Sancho I (1174-1211), ed. de Rui de AZEVEDO, Avelino J. da COSTA e Marcelino PEREIRA, Coimbra, Uni

versidade, 1979, doc. 35 (DS. 35).

(113) DS. 133.

(114) José MATTOSO, Portugal (...), pp. 276.

(115) M. Rodrigues LAPA, Miscelânea de Língua e Literatura Portuguesa Medieval, Coimbra, Universidade, 1982, pp. 239-256.

(116) José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 127.

(117) Doação das "vilas" de Parada e Pousadela, a 23 de Abril de 1200 (DS. 125); doação de Vila do Conde, em Julho de 1207 (DS. 169) e doação de Almafala, em Maio de 1209 (DS. 185; ML. IV. fl. 57). No segundo testamento de Sancho I, são também referidas doações a Maria Pais e seus filhos (DS. 194 e ML. IV. fl. 63vº).

(118) Carlos da Silva TAROUCA, O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde. Edição de 37 cartas régias de D. Sancho I (a. 1200) a D. Manuel I (a. 1521), in "Arqueologia e História", 8ª Série, Vol. IV, pp. 40-41 (D. Afonso II confirma-lhe, a 9 de Fevereiro de 1219, a doação de Vila do Conde).

(119) Vimaranis Monumenta Historica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum, ed. pela Sociedade Martins Sarmento, Vol. II, Guimarães, 1931, pp. 195 (VMH. II. 195).

(120) VMH. II. 206-207 (carta de 4 de Março).

(121) ML. IV. fl. 200-200vº.

(122) VMH. II. 214; P^{e} Avelino de Jesus da COSTA, Documentos da Colegiada de Guimarães, in "Revista Portuguesa de História", Vol. III, Coimbra, 1947, pp. 569.

(123) Carlos da Silva TAROUCA, O Cartulário (...), pp. 38-40.

(124) PMH-Inq. 480a (julgado da Maia).

(125) Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi aservantur antiquissimorum - Diplomata, Chartae et Inquisitiones, Vol. I, Porto, Câmara Municipal, 1891-1912, pp. 152, 156 e 169 (CCL. I.).

(126) Fr. Francisco BRANDÃO, Monarquia Lusitana, Parte Vª, ed. por A. da Silva Rego, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1976^{3}, fl. 177vº.

(127) LD10J3 e LL36AN9; José MATTOSO, Narrativas dos Livros de Linha-

gens. Selecção, introd. e comentários por ..., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, pp. 63-64.

(128) José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 129; IDEM, Portugal (...), pp. 182-183; IDEM, Identificação (...), I, pp. 185.

(129) Em LL41B4, não são referidos os pais de Pedro Nunes. Quem dá esta ligação é FG. XXV. 80-81.

(130) FG. XXV. 81. Irmã de Maria Pais (LL42W4)?

(131) José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 127.

(132) Alexandre HERCULANO, op. cit., II, pp. 610 e 627; Augusto Botelho da Costa VEIGA, Estudos de História Militar Portuguesa. Volume I. Corografia Militar do Noroeste de Portugal, em 1220-1258; Análise da Tradição e da Polémica de Ourique, parte I, Lisboa, 1936, pp. 93.

(133) ML. IV. 119, 120vº e 122vº; Alexandre HERCULANO, op. cit., II, pp. 605; António Domingos de Sousa COSTA, Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs, Braga. 1963, pp. 123.

(134) ML. VI. 271.

(135) VMH. II. 165; António Botelho da Costa VEIGA, op. cit., pp. 93.

(136) LV1P9; S10 (Berredo). Por este casamento é que deverá ter entrado o senhorio de Berredo nos Ribeiras.

(137) LL36E9. A data de 1247 justifica-se, pois o caso ainda foi julgado por Sancho II, mas se o Gil Martins da Ribeira fôr o Gil Martins de Berredo que em 1250 assina o foral de Torres Vedras, como rico-homem, (Cfr. PMH-Leges. 636), a situação modifica-se e, se a datação do documento estiver correcta, a vingança da sua morte deixa de ser justificação para a fuga para Castela, de João Pires de Vasconcelos, "o Tenreiro", que teria estado no cêrco de Sevilha, em 1248.

(138) ANTT, Chancelaria de D. Afonso III, Lº I, fl. 46vº (Doc. de 22 de Novembro).

(139) João Pedro RIBEIRO, Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudência Ecclesiastica e Civil, Vol. I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1860², pp. 279, e IDEM, ibidem, Vol. V. 1896², pp. 340.

(140) BF. 313 e 314.

(141) CCSP. 49.

(142) VMH. II. 195.

(143) CCSP. 51.

(144) BF. 314.

(145) João Pedro RIBEIRO, op. cit., I, pp. 279, e ibidem, V, pp. 340.

(146) José MATTOSO, Identificação (...), I, pp. 223.

(147) Virgínia RAU, Sesmarias Medievais Portuguesas, Lisboa, Editorial Presença, 1982², pp. 156-158 (doc. de Santarém, de 3 de Outubro de 1263); Anselmo Braancamp FREIRE, D. João de Aboim (DJA), separata do "Archivo Historico Portuguez", Lisboa, 1906, pp. 190 (doc. XV, de Santarém, de 20 de Fevereiro de 1274); ML. V. 74vº (doc. da Guarda, de 31 de Julho de 1282); ML. V. 119vº (doc. de Lisboa, de 24 de Abril de 1286); ML. V. 251vº (doc. de Coimbra, de 25 de Maio de 1297); CCSP. 317-318 (doc. de Lisboa, de 28 de Março de 1302); ML. V. 296 (doc. de Santarém, de 8 de Junho de 1302); ML. VI. 21 (doc. de 1303); ML. VI. 28 (doc. de Santarém, de 20 de Fevereiro de 1304) e ML. VI. 66 (doc. de Coimbra, de 17 de Outubro de 1304).

(148) Em 1263 (Cfr. Virgínia RAU, op. cit., pp. 152-155), 1286 (Cfr. ML. V. 119vº) e 1297 (Cfr. ML. V. 251vº), respectivamente.

(149) PMH-Inq. 716b e 722a.

(150) ML. IV. 252.

(151) VMH. II. 350.

(152) ML. V. 134vº.

(153) Fr. Leão de Santo TOMÁS, Benedictina Lusitana, ed. de José MATTOSO, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974², pp. 383 e ML. VI. 233.

(154) Marquês de ABRANTES, O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, pp. 338- -339.

(155) VMH. II. 352.

(156) ML. VI. 228 (doc. de Lisboa, de 7 de Outubro).

(157) José MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 348.

(158) Anselmo Braancamp FREIRE, Inventário e Contas da Casa de D. Dinis

(1278-1282), in "Archivo Historico Portuguez", Vol. X, 1916, pp. 58.

(159) DJA. 190 (doc. XV. de Santarém, de 20 de Fevereiro).

(160) ML. V. 130vº (doc. de Montemor-o-Novo, de 14 de Janeiro de 1288); ML. V. 209 (doc. de Coimbra, de 25 de Abril de 1292); ML. V. 226 (doc. de 23 de Março de 1295); ML. V. 246 (doc. de Trancoso, de 10 de Novembro de 1296); ML. V. 251vº (doc. de Coimbra, de 25 de Maio de 1297); ML. V. 254 vº (doc. de Alcanices, de 12 de Setembro de 1297); ML. V. 261 (doc. de Lisboa, de 1 de Dezembro de 1297); ML. V. 151vº (doc. de 1298); ML. V. 283 (doc. de Portalegre, de 12 de Novembro de 1299); CCSP. 317-318 (doc. de Lisboa, de 28 de Março de 1302); ML. V. 296 (doc. de Santarém, de 8 de Junho de 1302); ML. VI. 21 (doc. de 1303); ML. VI. 28 (doc. de Santarém, de 20 de Fevereiro de 1304); ML. VI. 66 (doc. de Coimbra, de 17 de Outubro de 1304); ML. VI. 95 (doc. de Lisboa, de 22 de Julho de 1306) e ML. VI. 119 (doc. de Atouguia, de 19 de Outubro de 1307).

(161) ML. VI. 372.

(162) Nas inquirições de 1290, no julgado de Aguiar de Sousa, os inquiridos disseram que na freguesia de Santo André da Ribeira, D. João Mendes e D. Urraca tinham aí bens, havia uns dezasseis anos (Cfr. CCL. I. 163b).

(163) M.Gonçalves da COSTA, História do Bispado e Cidade de Lamego. I--Idade Média: a mitra e o município. II-Idade Média: paróquias e conventos, Lamego, 1977-1979 (Lamego (...), II, pp. 34); FGV. I. 88 (doc. XLIII).

(164) CCL. I. 163, 168.

(165) VMH. II. 384.

(166) M. Gonçalves da COSTA, Lamego (...), I, pp. 505 in nota.

(167) IDEM, ibidem, II, pp. 452.

(168) IDEM, ibidem, I, pp. 283.

(169) Elucidário. I. 151b.

(170) M. Gonçalves da COSTA, Lamego (...), II, pp. 76-77.

(171) ML. VI. 210; M. Gonçalves da COSTA, Lamego (...), I, pp. 172.

(172) M. Gonçalves da COSTA, Lamego (...), I, pp. 402.

(173) José Anastasio de FIGUEIREDO, Nova Historia da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-priores della em Portugal, Vol. II, Lisboa, 1800, pp. 34 in nota.

(174) Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas), ed. por Pierre DAVID e T. de Sousa SOARES, Vol. I, Coimbra, 1947, pp. 190.

(175) ANTT. Chancelaria de D. Dinis, LºIII, fl. 4 (doc. de 29 de Novembro).

(176) M. Gonçalves da COSTA, Lamego (...), I, pp. 403.

(177) ML. VI. 372.

(178) Nesse ano, D. Sancha e quatro filhos, recebia comedoria na igreja de Vilar de Porcos, na Terra da Maia, e seu marido já tinha falecido (ANTT, Santa Cruz de Coimbra, Pasta 10, Doc. do Alm. 60, m.7, doc. 1).

(179) ANTT, LºII d'Além Douro, fls. 257-258vº (Carta de Santarém).

(180) M. Gonçalves da COSTA, Lamego (...), I, pp. 403.

(181) Idem, ibidem, pp. 403-404.

(182) IDEM. Lamego (...), II, pp. 79.

(183) CP. doc. 854; FGV. I. 88 (doc. XLIII).

(184) FGV. I. 72 (doc. XXXVII).

(185) O texto do Livro das Campainhas, obriga-nos a negar a filiação de Constança Rodrigues Pereira, referida em FGV. I. LXV-LXVI, 87, 106 (doc. LXVII) e 112-115 (doc. LXXIII).

4. § I I

(186) BSS. I. 336-337.

(187) BSS. I. 337.

(188) José MATTOSO, Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982, pp. 205-279 (Religião (...)).

(189) Pedro A. de AZEVEDO, Os de Vasconcellos, pp. 366; BSS. I. 337.

(190) IDEM, ibidem, pp. 366-367; BSS. I. 337-338.

(191) Pedro A. de AZEVEDO, op. cit., pp. 366.

(192) IDEM, ibidem, pp. 366.

(193) Anselmo Braancamp FREIRE, Inventário e Contas (...), pp. 48.

(194) José MATTOSO, Narrativas (...), pp. 91 e 95-96.

(195) ML. IV. 173vº; BSS. I. 337.

(196) BSS. I. 337.

(197) Pedro A. de Azevedo, op. cit., pp. 379 (IV); BSS. I. 337.

(198) Cancioneiro da Ajuda, ed. por Carolina Michaëlis de Vasconcellos, Vol. II, Halle, 1904, pp. 557-558.

(199) Pedro A. de AZEVEDO, op.cit., pp. 368 e 378 (II).

(200) José MATTOSO, Religião (...), pp. 256 (doc. 13, de 17 de Novembro). Aceitamos mais esta identificação do que a proposta em BSS. I. 339 - nota 1.

(201) ML. V. 43.

(202) ML. V. 126 (Confirma o foral de Vilarinho, dado na Guarda, a 22 de Junho).

(203) Marquês de ABRANTES, O Estudo da Sigilografia (...), pp. 224.

(204) Pedro A. de AZEVEDO, op. cit., pp. 368 e 378 (II).

(205) Toda a descendência de Maria Anes e de Aires Rodrigues vem em LL44J4-6; L6-7 e M5-7.

(206) CCL. I. 162a.

(207) FGV. I. 48 (doc. XXIX, de Lisboa).

(208) BSS. I. 339.

(209) Maria Ângela V. da Rocha BEIRANTE, Santarém Medieval, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, pp. 196.

(210) Pedro A. de AZEVEDO, op. cit., pp. 379-380.

(211) ANTT. Chancelaria de D. Dinis, LºII, fl. 37vº (doc. do Porto, de 21 de Agosto).

(212) ML. VI. 190; José MATTOSO, Portugal (...), pp. 298-299.

(213) VMH. II. 363ab e 364a.

(214) VMH. II. 390a.

(215) VMH. II. 387b.

(216) Pedro A. de AZEVEDO, op. cit., pp. 380.

(217) ANTT. Chancelaria de D. Dinis, LºIII, fl. 83 (doc. de 26 de Junho).

(218) PMH-Inq. 686a.

(219) M. Gonçalves da COSTA, Lamego (...), I, pp. 149.

(220) IDEM, ibidem, pp. 149-151.

(221) Ibidem, pp. 152-154.

(222) ML. VI. 76.

(223) M. Gonçalves da COSTA, op. cit., I, 152.

(224) M. Gonçalves da COSTA, op. cit., I, pp. 149-154; Elucidário, I, 142-143.

(225) Marquês de ABRANTES, O Estudo da Sigilografia (...), pp. 243-244.

(226) ML. VI. 76 (doc. de Santarém, de 22 de Fevereiro).

(227) ANTT. Chancelaria de D. Dinis, LºIII, fl. 145vº (carta de Lisboa, de 10 de Agosto de 1322) e ibidem, fl. 156vº (carta de Santarém, de 14 de Fevereiro de 1324), respectivamente.

(228) M. Gonçalves da COSTA, op. cit., pp. 153.

(229) BSS. I. 337.

(230) CCSP. 54.

(231) Alexandre HERCULANO, op. cit., II, pp. 627 e 630.

(232) CCL. I. 171a.

(233) ML. V. 238vº.

(234) ANTT. Chancelaria de D. Afonso V, LºXXXV, fl. 40vº in fine.

(235) Fernando M. Moreira de Sá MONTEIRO, Os Sás e as suas origens, in "Armas e Troféus", Vª Série, tomo I, nº 1, 2 e 3, Lisboa, 1980, pp. 224-225.

(236) IDEM, ibidem, pp. 225.

(237) ANTT. Chancelaria de D. Afonso IV, LºIV, fl. 80 e LºII d'Além Douro, fl. 226 (carta de Lisboa, de 21 de Agosto).

(238) Fernando M. Moreira de Sá MONTEIRO, op. cit., pp. 216.

(239) IDEM, ibidem, pp. 215 (no dia 20 desse mês e ano).

(240) CP. doc. 42 (de Lisboa, de 29).

(241) Fernando M. Moreira de Sá MONTEIRO. op. cit., pp. 208.

(242) IDEM, ibidem, pp. 225-226.

(243) Ibidem, pp. 225-226.

(244) BSS. I. 208 e 227.

4.§III

(245) As Gavetas da Torre do Tombo, Vol. IX, Lisboa, Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, 1971, pp. 650 (Gav. XVIII, m. 11, doc. 5, de Escalona, de 25 de Março).

(246) ML. VI. 370 e 378 (ref. de 1320).

(247) Pedro A. de AZEVEDO, Os de Vasconcellos, pp. 368.

(248) IDEM, ibidem, pp. 368. ANTT. Chancelaria de D. Dinis, LºIII, fl. 156vº (carta de Santarém, de 4 de Março).

(249) Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Cabido da Sé-Sumários de Lousada - Apontamentos dos Brandões - Livro dos bens próprios dos Reis e Raínhas, Lisboa, Câmara Municipal, 1954, pp. 220 e 260.

(250) BSS. I. 340-341.

(251) ML. VI. 79.

(252) ML. VI. 31.

(253) FGV. I. 67 (doc. XXXVII).

(254) José MATTOSO, Portugal (...), pp. 300-301.

(255) ML. VI. 429 (doc. de Lisboa, de 8 de Outubro); Sumários de Lousada (...), pp. 221.

(256) José MATTOSO, Portugal (...), pp. 301.

(257) ML. VI. 383.

(258) ML. VI. 423.

(259) ML. V. 281.

(260) Vd. nota 245.

(261) ANTT. Chancelaria de D. Dinis, LºIII, fl. 54; Henrique da Gama BARROS, História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV, ed. por Torquato de Sousa Soares, Vol. VIII, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951, pp. 261-262.

(262) Marquês de ABRANTES, O Estudo da Sigilografia (...), pp. 269-270.

(263) Elucidário, I, 418-419; Henrique da Gama BARROS, op. cit., Vol. VIII, pp. 275-276; Virgínia RAU, Sesmarias (...), pp. 83.

(264) Henrique da Gama BARROS, op. cit., VIII, pp. 277.

(265) IDEM, ibidem, pp. 275.

(266) História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colecção de Documentos Existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelarias Reais. Volume I (1208-1483), publ. por C. M. Baeta NEVES, Lisboa, Ministério da Agricultura e Pescas, 1980, pp. 148-149 (doc. 160).

(267) ANTT. Chancelaria de D. Afonso IV, LºIV, fl. 73vº e LºII d'Além Douro, fl. 226-227 (carta de Lisboa, de 2 de Agosto).

(268) Documento referido por Cristóvão Alão de MORAES (in Miscelânea, ms. 72 da Biblioteca Pública Municipal do Porto), em que Mem Rodrigues, na qualidade de meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho, intervem nas questões levantadas pelos naturais do mosteiro de Rio Tinto.

(269) ML. VI. 461 (provavelmente a 26 de Fevereiro).

(270) José MATTOSO, Portugal (...), pp. 302-303.

(271) ML. V. 50 e 70-70vº.

(272) LL7D4.

(273) ML. VI. 414-416.

(274) Pedro A. de AZEVEDO, op. cit., pp. 372, refere a data de 5 de Outubro, e na sua esteira seguiu Anselmo Braancamp FREIRE (BSS. I. 340). Na parte VIª da Monarquia Lusitana, é referida a data de 20 do mesmo mês. Estamos no entanto certos de que a data da carta de concessão ou é de 9 ou 10 de Outubro (ANTT. Chancelaria de D. Dinis, LºIII, fl. 146vº).

(275) Pedro A. de AZEVEDO, op. cit., pp. 372-375.

(276) BSS. I. 339.

(277) Vd. nota 245.

(278) Pedro A. de AZEVEDO, op. cit., pp. 373.

(279) BSS. I. 340.

(280) BSS. I. 342 - nota 1.

(281) Pedro A. de AZEVEDO, op. cit., pp. 369.

(282) FG. XXVIII. 70.

(283) FGV. I. 66 (doc. XXXVII).

(284) António Caetano do AMARAL, Memórias. V. Para a história da Legislação e costumes de Portugal, ed. de M. Lopes de Almeida e Cézar Pegado, Porto, Livraria Civilização - Editora, 1945, pp. 132 - nota b.

(285) ANTT. LºII de Estremadura, fl. 11vº (esta informação foi-nos gentilmente cedida pelo nosso Amigo e Colega Doutor Armando Luís de Carvalho Homem, a quem sinceramente agradecemos).

(286) Fernão LOPES, Crónica do Senhor Rei Dom Pedro oitavo rei destes regnos, Porto, Livraria Civilização - Editora, 1979, pp. 161.

(287) NOTA SEM EFEITO.

(288) As Gavetas (...), V, 1695, pp. 412 (Gav. XV, m. 20, doc. 10, de Cantanhede, de 12 de Junho).

(289) Sobre Gonçalo Mendes de Vasconcelos v.g. Fernão LOPES, Crónica do Senhor Rei Dom Fernando Nono Rei deste regnos, int. de Salvador Dias Aranut, Porto, Livraria Civilização - Editora, 1986, pp. 98--101, 284, 375-377, 448, 454 e 460; BSS. I. 340, 342-344; Pedro A. de AZEVEDO, op. cit., pp. 369 e 373; Maria José Pimenta Ferro TAVARES, A Nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383--1385, in "Revista de História Económica e Social", nº 12, Lisboa, 1983, pp. 61 e José MATTOSO, Religião (...), pp. 229.

(290) Em Portalegre, a 10 de Maio de 1380, testemunha a carta régia que nomeou os embaixadores que trataram do casamento de D. Beatriz (As Gavetas (...), VII, 1968, pp. 241 e segs. - Gav. XVII, m.6, doc. 11), e a 21 de Maio de 1383, testemunhou outra carta sobre o mesmo assunto (Ibidem, VII, pp. 198 e segs. - Gav. XVII, m.6, doc. 10). Informação do Doutor Carvalho Homem.

(291) BSS. I. 344-345.

(292) José MARQUES, A Administração Municipal de Mós de Moncorvo, em 1439, in "Brigantia-Revista de Cultura", Vol. V, nº 2-3-4, Abril--Dezembro, pp. 32.

(293) BSS. I. 344.

(294) Pedro Álvares NOGUEIRA, Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra. Escrito no século XVI pelo Cónego..., Lido, prefaciado e publicado por António Gomes da Rocha MADAHIL, Coimbra, 1942, pp. 97; Avelino de Jesus da COSTA, A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos Séculos XI a XVI, in, "Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra", Vol. 38, Coimbra, 1983, pp. 75.

(295) Livro das Kalendas, I, pp. 14, 80, 125, 227 e 275.

(296) Sobre os seus casamentos veja-se a nota 68 do ponto 3.1.

(297) BSS. I. 345 e 348 e segs.

(298) BSS. I. 345-348.

(299) BSS. I. 345 e 364 e segs.

(300) José MATTOSO, Religião (...), pp. 262.

(301) Vd. nota 245.

(302) José MATTOSO, op. cit., pp. 259-264.

(303) CP. doc. 58 (de Atouguia, de 12 de Julho).

(304) Vd. nota 287.

(305) BSS. I. 340.

(306) Fernão LOPES, Crónica de Dom Fernando (...), pp. 98 e 448.

(307) BSS. I. 108.

(308) BSS. I. 110; Maria José Pimenta Ferro TAVARES, op. cit., pp. 60-61.

(309) BSS. I. 110-117.

(310) BSS. I. 112.

(311) BSS. I. 112.

(312) BSS. I. 110 e 189-190.

(313) BSS. I. 95 - in nota.

(314) BSS. I. 96-98.

(315) BSS. I. 109-110; Maria José Pimenta Ferro TAVARES, op. cit., pp. 60.

(316) Vd. nota 245.

(317) ADP. LºXXV dos Originais do Cabido, fl. 32.

(318) ANTT. Santa Cruz de Coimbra, Pasta 10, Doc. do Alm. 60, m.7, doc. 1 (Vd. nota 8 do ponto 3.1.).

(319) Alfredo G. AZEVEDO e Domingos A. MOREIRA, Fermedo. Aspectos da sua história, Porto, 1973, pp. 52 e 115 (ANTT. Chancelaria de D. Fernando, LºI, fl. 118vº).

(320) Fernão LOPES, Crónica de Dom Fernando (...), pp. 387; ML. V. 25vº.

(321) FG. III. 108.

(322) FG. III. 108, nome que é confirmado em Sumários de Lousada (...), pp. 395-396.

(323) 1279 (Cfr. ML. IV. 25); 1284 (Cfr. ML. V. 89); 1285 (Cfr. ML. V. 103vº); 10 de Julho de 1285 (Cfr. ML. V. 69); 7 de Agosto de 1285

(Cfr. ML. V. 104 vº); 29 de Dezembro de 1285 (Cfr. ML. VIII); 1286 (Cfr. ML. V. 119vº); 1286 Cfr. ANTT. Chancelaria de D. Dinis, LºI, fl. 160vº); 1287 (Cfr. ML. V. 126); Maio de 1287 (Cfr. ML. V. 124vº); 21 de Janeiro de 1291 (Cfr. ANTT. Chancelaria de D. Dinis, LºI, fl. 290); 27 de Abril de 1292 (Cfr. ML. V 209); 1308 (Cfr. Virgínia RAU, Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo, Lisboa, Editorial Presença, 1982², pp. 78); 1315 (Cfr. ML. VI. 226) e 1316, ano em que faleceu (Cfr. ML. VI. 235).

(324) ML. VI. 395-396 (doc. de 8 de Dezembro de 1320).

(325) Sumários de Lousada (...), pp. 258-259.

(326) CP. doc. 480.

(327) ML. VI. 85.

(328) ML. V. 289vº.

(329) FGV. II. 539-542 (doc. DCCXXIV) e CP. doc. 65 (carta de Lisboa, de 1 de Julho de 1357).

(330) Vd. nota 318.

(331) Fernão LOPES, Crónica de Dom Fernando (...), pp. 387.

(332) IDEM, ibidem, pp. 416.

(333) IDEM, ibidem, pp. 335 e segs. e 416 e segs.

(334) Salvador Dias ARNAUT, A crise nacional dos fins do século XIV, in "Biblos", Vol. XXXV, Coimbra, 1959, pp. 27.

(335) Maria Ângela V. da Rocha BEIRANTE, Santarém Medieval, pp. 201.

(336) Fernão LOPES, Crónica de Dom Fernando (...), pp. 386.

(337) IDEM, ibidem, pp. 374 e 415.

(338) VMH. II. 381b.

(339) Vd. nota 318.

(340) Fernão LOPES, Crónica de Dom Pedro (...), pp. 65.

(341) Fr. António da Assunção MEIRELES, Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Index dos Documentos do Arquivo, publ. e prefácio de Alfredo PIMENTA, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, pp. 262.

(342) Vd. nota 318.

(343) BSS. III. 195.

(344) BSS. III. 196.

(345) Marquês de ABRANTES, O Estudo da Sigilografia (...), pp. 91-92.

(346) As Gavetas (...), II, 1962, pp. 751 (Gav. XII, m. 3, doc. 13).

(347) ANTT. Chancelaria de D. Fernando, LºI, fls. 139 e 196.

(348) CP. doc. 50 (cartas de Lisboa, de 15 de Fevereiro e de 5 de Julho).

(349) CP. doc. 414 (carta de Santarém, de 2 de Janeiro de 1359, nomeando-o alcaide de Évora); CP. doc. 1070 (carta de Évora, de 8 de Janeiro de 1366, que lhe confirmou as jurisdições de Oriola e Aguiar, no termo de Évora); ANTT. Chancelaria de D. Fernando, LºI, fls. 139 e 196 (carta de Évora, de 4 de Janeiro).

(350) Fernão LOPES, Crónica de Dom Fernando (...), pp. 172.

(351) BSS. III. 196, em que é referida como abadessa.

(352) Sumários de Lousada (...), pp. 270-271 (doc. de Coruche, de 7 de Outubro).

(353) As Gavetas (...), IV. 1964, pp. 169 (Gav. XV, m. 5, doc. 5, de 3 de Maio).

(354) Vd. nota 318.

(355) Anselmo Braancamp FREIRE, A Honra de Resende, in "Archivo Historico Portuguez", Vol. IV. 1906 (Separata de ...), pp. 14 - nota 3.

(356) ML. VI. 372.

(357) Vd. nota 245.

(358) Anselmo Braancamp FREIRE, op. cit., pp. 13.

(359) IDEM, ibidem, pp. 13.

(360) Fr. António da Assunção MEIRELES, op. cit., pp. 369; M. Gonçalves da COSTA, Lamego (...), II, pp. 399.

(361) Fr. António da Assunção MEIRELES, op. cit., pp. 369.

(362) FG. III. 65.

(363) Fernão LOPES, Crónica de Dom Fernando (...), pp. 103, 153 e 446.

(364) BSS. I. 121; Anselmo Braancamp FREIRE, A Honra de Resende, pp. 16--18.

(365) ML. VI. 68 (carta da Golegã, de 15 de Maio).

(366) Elucidário. I. 228-229; Francisco Manuel ALVES (Abade de Baçal) e Adrião Martins AMADO, Vimioso. Notas Monográficas, Coimbra, Junta Distrital de Bragança, 1968, pp. 451 (ANTT. Chancelaria de D. Fernando, LºI, fl. 198).

(367) BSS. I. 121.

(368) Vd. nota 318.

(369) Fernão LOPES, Crónica de D. Fernando (...), pp. 389-390 e 400.

(370) CP. doc. 15.

(371) Salvador Dias ARNAUT, op. cit., pp. 107.

(372) Vd. nota 287.

(373) ML. VI. 254.

(374) Fernão LOPES, Crónica de Dom Fernando (...), pp. 447.

(375) BSS. I. 187.

(376) José MATTOSO, Portugal (...), pp. 302.

(377) ML. VI. 404.

(378) Vd. nota 245.

(379) FGV. I. 67 (doc. XXXVII).

(380) CP. docs. 22 e 22A.

(381) Fernão LOPES, op. cit., pp. 93.

(382) Alberto IRIA, O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XIV (Subsídios para a sua história), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1982, pp. 42-43.

(383) Fernão LOPES, op. cit., pp. 93, 97, 205-206; casamento, pp. 172.

(384) IDEM, ibidem, pp. 93, 330.

(385) BSS. III. 181.

(386) FG. XXVII. 104-105.

(387) FGV. I. 66 (doc. XXXVII) e As Gavetas (...), V, 1965, pp. 410-415 (Gav. XV, m. 20, doc. 10).

(388) As Gavetas (...), V, pp. 410-415.

(389) FGV. I. LXV-LXVI e 87.

(390) CP. doc. 54.

(391) HGCRP. XI. 365; FGV. I. 113.

(392) FGV. I. 106 (doc. LXVII).

(393) FGV. I. 112-115 (doc. LXXIII, de Lisboa, de 24 de Março).

(394) FGV. I. 106-107 (doc. LXVIII, de Moledo).

(395) M. Gonçalves da COSTA, Lamego (...), II, pp. 102.

(396) Alfredo G. AZEVEDO e Domingos A. MOREIRA, Fermedo, pp. 117-118.

(397) BSS. I. 160 (ANTT. Lº II de Beiras, fls. 318-319.

(398) BSS. I. 160.

(399) CP. doc. 41.
(400) Pedro Álvares NOGUEIRA, Livro (...), pp. 107.
(401) BSS. I. 163.
(402) BSS. I. 164-165.
(403) BSS. I. 165, 168-170.
(404) BSS. I. 165-166.
(405) BSS. I. 166.
(406) BSS. I. 166.
(407) BSS. I. 161-162.

4. § IV

(408) DS. doc. 194 (de Outubro de 1210).
(409) ML. IV. 99vº.
(410) ML. IV. 33vº; Cancioneiro da Ajuda, II, 527-529.
(411) ML. IV. 140vº, 141, 144, 145; Alexandre HERCULANO, op. cit., II, 556-557, 605-606, 610-611, 627-629.
(412) ML. IV. 152vº - 153vº; HGCRP: I. 55-56; Alexandre HERCULANO, op. cit., II. 556-557; José MATTOSO, Portugal (...), pp. 57-75.
(413) CCSP. 56.
(414) BF. 309 (doc. de 31 de Agosto de 1264).
(415) CCL. I. 156 e 169.
(416) PHGCRP. I. 30.
(417) ML. V. 121vº.
(418) ML. V. 120-121vº.
(419) ML. V. 270vº.
(420) HGCRP. I. 56.
(421) HGCRP. I. 56.
(422) HGCRP. I. 56-57.
(423) ML. IV. 231; V. 121vº; PHGCRP. I. 27-33.
(424) Vd. nota 414.
(425) As Gavetas (...), I, 1960, pp. 6 (Gav. I, m. 3, doc. 12).
(426) ML. IV. 186-186vº (doc. de Santarém, de 23 de Fevereiro).
(427) ML. IV. 219.

(428) ML. V. 115 (com data - 1286 - seguramente errada).

(429) José MATTOSO, Identificação (...), I, pp . 360.

(430) ML. IV. 231vº. As Gavetas (...), I, 1960, pp. 24 (Gav. I, m. 7, doc. 21, em que, em documento de 14 de Agosto, o mosteiro de Seiça tomou posse de um casal, deixado por Dona Constança).

(431) BSS. I. 106.

(432) ML. V. 103.

(433) BSS. I. 105.

(434) BSS. I. 105.

(435) ML. IV. 179vº (doação do castelo de Albufeira à Ordem de Aviz); ML. IV. 183vº (doc. de Coimbra, de 4 de Agosto - tenente da terra de Viseu); PMH-Leges. 665 (1255, como tenente de Riba Minho); 667 e 672 (1256 e 1257, respectivamente, como tenente de Bragança).

(436) ML. IV. 186-186vº.

(437) DJA. 126 (PMH-Leges. 665, 667 - 1255 e 1256, respectivamente) e Miguel de OLIVEIRA, Ovar (...), pp. 148 - nota 5 (doc. de 25 de Outubro de 1257).

(438) DJA. 126; PMH.Leges. 683, 686, 687, 689 (1258); 693 (1258-1262); 695 (1260); 212 e 698 (1261); Livro dos Bens de D. João de Portel (Cartulário do século XIII), ed. por Pedro A. de AZEVEDO, in "Archivo Historico Portuguez". vol. IV, pp. 204 (doc. III, de 1261), 292 (doc. VIII, de 1261) e 296 (doc. X, de 1261).

(439) PMH-Leges. 719 (1270); PHGCRP: I. 80 (carta de Lisboa, de 11 de Outubro de 1271).

(440) DJA. 126 (PMH-Leges. 730, 731, 732, 733 (1273) e 736 (1277) e ML. V. 49vº (doc. de 1279) e 55vº (doc. de Santarém, de 11 de Janeiro de 1280).

(441) DJA. 126 (PHGCRP. I. 77, carta de doação da vila da Lourinhã dada em Lisboa, em 24 de Fevereiro de 1278).

(442) Miguel de OLIVEIRA, op. cit., pp. 91-94 (Inquirição das Salinas de Cabanões, de 1260).

(443) DJA. 126; BSS. I. 259.

(444) DJA. 126 - nota 9.

(445) DJA. 113; BSS. I. 106; ML. IV. 183vº, 186, 194 e 200-200vº; Marce

lo CAETANO, As Cortes de Leiria de 1254, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1954, pp. 29; PMH-Leges. 636, 640 e 644 (1250, 1253 e 1255, como alferes-mor), 643 e 644 (1254, acumulando o referido cargo com o tenente de Riba Minho).

(446) BSS. I. 106.

(447) ML. V. 84 (doação de Moura, Serpa, Noudar e Mourão, feita em Sevilha, a 4 de Março, por Afonso X a sua filha D. Beatriz).

(448) BSS. I. 108.

(449) BSS. I. 106.

(450) ML. V. 250.

(451) ML. V. 254vº.

(452) BSS. I. 107.

(453) ML. VI. 7.

(454) ML. VI. 21 (1303 - confirma o foral de Vila Boa de Montenegro); ML. VI. 28 e DJA. 190 (Doc. XV, de 20 de Fevereiro de 1304); CCSP. 317-318 (doc. de Lisboa, de 28 de Março de 1304).

(455) ML. VI. 30-31.

(456) Marquês de ABRANTES, op. cit., pp. 125-126.

(457) BSS. III. 242.

(458) BSS. III. 242.

(459) ML. VI. 66 (doc. de Coimbra, de 17 de Outubro de 1304); ML. VI. 95 (doc. de Lisboa, de 22 de Julho de 1306) e ML. VI. 119 (doc. de Atouguia, de 19 de Outubro de 1307).

(460) ML. VI. 168; Carlos da Silva TAROUCA, O Cartulário (...), pp. 45-48.

(461) As Gavetas (...), I, 1960, pp. 23 (Gav. I, m. 7, doc. 8).

(462) ML. VI. 186-189.

(463) José MATTOSO, Identificação (...), I, pp. 163 e 178.

(464) IDEM, Portugal (...), pp. 298.

(465) ML. V. 174vº-175 (doc. de Évora, de 10 de Novembro).

(466) ML. V. 175 (por carta dada na Guarda, a 21 de Junho de 1298).

(467) ML. V. 292vº.

(468) ML. V. 119 (como tal, confirma carta de 19 de Outubro).

(469) José MATTOSO, Portugal (...), pp. 293-308.

(470) ML. V. 160.

(471) ML. VI. 67 (doc. de Trancoso, de 25 de Maio); ANTT. Chancelaria de D. Dinis, LºIII, fl. 62.

(472) ML. VI. 148-151.

(473) Carlos da Silva TAROUCA, op. cit, pp. 44-45.

(474) ML. VI. 228 (carta de Lisboa, de 7 de Outubro).

(475) BSS. II. 192. Era mordomo ainda em 1322 (Cfr. ML. V. 39vº).

(476) Carlos da Silva TAROUCA, op. cit., pp. 51-52.

(477) VMH. II. 391.

(478) ML. VI. 269; PHGCRP. I. 155-165.

(479) ML. VI. 32.

(480) Marquês de SÃO-PAIO, Um Português (...), pp. 17 (Vd. nota 1).

(481) ML. V. 224vº.

(482) Carlos da Silva TAROUCA, op. cit., pp. 60-63.

(483) Marquês de ABRANTES, O Estudo da Sigilografia (...), pp. 259-260.

(484) FGV. I. 148 (doc. LXXXIII).

(485) BSS. II. 195-196. Sobre a figura de Dom João Afonso e a sua trajectória política, veja-se o artigo de Marquês de SÃO-PAIO, op. cit., pp. 9-38.

(486) Marquês de SÃO-PAIO, op. cit., pp. 13 e 16.

(487) ML. VI. 219.

(488) ML. VI. 219.

(489) Marquês de SÃO-PAIO, op. cit., pp. 16.

(490) BSS. II. 196.

(491) Marquês de SÃO-PAIO, op. cit., pp. 18.

(492) IDEM, ibidem, pp. 19-20.

(493) Ibidem, pp. 21.

(494) Ibidem, pp. 21-31; José ANTUNES, António Resende de OLIVEIRA e João Gouveia MONTEIRO, Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da Questão, in "Revista de História das Ideias", Vol. VI, Coimbra, 1984, pp. 128.

(495) Marquês de SÃO-PAIO, op. cit., pp. 36.

(496) CP. doc. 142 (carta de Leiria, de 11 de Setembro).

(497) CP. docs. 648 e 892 (cartas de Santarém, de 9 de Junho e de Lis

boa, de 16 de Abril, respectivamente).

(498) BSS. II. 196 - nota 2.

(499) BSS. II. 196.

(500) BSS. II. 197.

(501) BSS. II. 197.

(502) BSS. II. 197-199.

(503) ML. VI. 189.

(504) ML. V. 268-269 e 274vº.

(505) José MATTOSO, Portugal (...), pp. 171-196.

(506) Eduardo Pardo de GUEVARA Y VALDÉS, Los Castro Gallegos del Siglo XIV. Apuntes para un analisis de su proyeccion en la historia politico de Castilla, in "Hispania", XLV, nº 161, (1985), pp. 478.

(507) IDEM, ibidem, pp. 480.

(508) Ibidem, pp. 478.

(509) ML. V. 268vº.

(510) Vd. nota 462.

(511) Eduardo Pardo de GUEVARA Y VALDÉS, op. cit., pp. 480.

(512) IDEM, ibidem, pp. 489.

(513) Ibidem, pp. 483-490.

(514) Ibidem, pp. 492.

(515) Em LL9C17, é-lhe apontado um filho do primeiro matrimónio, Pero. No entanto Eduardo Pardo de GUEVARA Y VALDÉS afirma que não teve qualquer filho (Cfr. op. cit., pp. 492 - nota 61).

(516) BSS. I. 67.

(517) BSS. I. 68 - nota 1, onde se referem os vários privilégios que lhe foram concedidos, quer por D. Fernando quer pelo Mestre de Aviz.

(518) Eduardo Pardo de GUEVARA Y VALDÉS, op. cit., pp. 495.

(519) IDEM, ibidem, pp. 495.

(520) José ANTUNES e outros, op. cit., pp. 129.

(521) BSS. I. 63.

(522) Eduardo Pardo de GUEVARA Y VALDÉS, op. cit., pp. 499.

(523) José MATTOSO, Portugal (...), pp. 301.

(524) ML. VI. 372.

(525) ML. VI. 404.

(526) Vd. nota 178.

(527) Fernão LOPES, Crónica de Dom Fernando (...), pp. 76 e 87.

(528) Eduardo Pardo de GUEVARA Y VALDÉS, op. cit., pp. 498 - nota 80 e 509 - nota 127.

(529) LL22I14 refere que tiveram filhos. Quem dá os seus nomes é HGCRP. XII-1. 355-357, mas com casamento e descendência incorrectos.

(530) Eduardo Pardo de GUEVARA Y VALDÉS, op. cit., pp. 484.

(531) IDEM, ibidem, pp. 498.

(532) Ibidem, pp. 509.

(533) Ibidem, pp. 498-509.

(534) Vd. nota 178.

(535) Vd. nota 178.

(536) ML. VI. 268.

(537) ML. VI. 273.

(538) ML. VI. 423.

(539) FGV. I. 67 (doc. XXXVII).

(540) BSS. I. 117.

(541) CP. doc. 167; BSS. I. 117. Sobre as festas realizadas aquando da sua investidura, v.g. Fernão LOPES, Crónica de Dom Pedro (...), pp. 62.

(542) CP. docs. 243, 254, 367, 423, 651, 767, 792 e 891.

(543) BSS. I. 117 - nota 3; III. 416.

(544) BSS. I. 117-118; III. 244.

(545) Maria Ângela V. da Rocha BEIRANTE, op. cit., pp. 198.

(546) BSS. I. 118-119.

(547) BSS. I. 118.

(548) BSS. I. 120.

(549) BSS. I. 121.

(550) BSS. I. 121.

(551) Maria José Pimenta Ferro TAVARES, op. cit., pp. 65-66.

(552) Salvador Dias ARNAUT, op. cit., pp. 245-246.

4. § V

(553) PHGCRP. I. 29.

(554) VMH. II. 195.

(555) BSS. I. 206. Não sabemos se as confirmações por si feitas em 1239 (Cfr. ML. IV. 144) e em 1240 (Cfr. ML. IV. 145), também são feitas nessa qualidade, ou já como tenente de Panóias.

(556) ML. IV. 183vº (doc. de Coimbra, de 4 de Agosto de 1250), 200vº (doc. de Guimarães, de 3 de Junho de 1253) e 200 (doc. de Março de 1254); BSS. I. 206 (docs. de 1255).

(557) ML. IV. 183vº.

(558) BSS. I. 206.

(559) DJA. 119 - nota 1.

(560) ML. IV. 186-186vº (doc. de Santarém, de 23 de Fevereiro).

(561) DJA. 119 - nota 1 (PMH-Leges. 667 (1256), 672 (1257), 683, 686, 687 e 689 (1258), 693 (1258-1263) e 695 (1260).

(562) DJA. 119 - nota 1 (PMH-Leges. 698 (1261, como tenente de Além-Tejo) e 212 (1261, como tenente de Évora).

(563) DJA. 119 - nota 1.

(564) Vd. reprodução do túmulo in José MATTOSO, Portugal (...), Est. V e VI, pp. 272-273.

(565) Parece que esta mesma ideia teve o Senhor Marquês de Abrantes (Cfr. José MATTOSO, op. cit., Est. V), mas não sabemos se chega a nomear o tumulado.

(566) Sobre esta importante figura de duzentos, vd. DJA. Livro de Bens de D. João de Portel, BSS. I. 248-259 e Leontina VENTURA, op. cit. (vd. nota 1).

(567) José Anastasio de Figueiredo, Nova Malta (...), II, 216 (doc. de 2 de Abril). É só a partir desta data que Braancamp FREIRE os dá já casados (Cfr. BSS. I. 262).

(568) ML. V. 134vº; BSS. I. 262-263; DJA. 126.

(569) DJA. 176-177 (doc. VI). Em ML. V. 215 e 270, é dada a data de 1298.

(570) DJA. 124.

(571) DJA. 124.

(572) Já em 1264 ficou com seu pai como guarda dos castelos do Algarve, em nome de Afonso X, o que voltou a acontecer em 1267 (Cfr. ML. IV. 224 e 227). Confirma documentos entre 1265 e 1267, como governador do Algarve (BSS. I. 260; ML. IV. 224vº); entre 1268 e 1271, como governador de Leiria, ou Leiria e Sintra (BSS. I. 260; ML. IV. 233vº e V. 60); em 1274, como tenente de Trás-os-Montes (ML. IV. 233vº) e sem governo de terra (DJA. 190 (doc. XV, de 20 de Fevereiro); em 1277, só como confirmante (ML. IV. 246); de 1279 a 1282, como tenente de Sintra ou Leiria (ML. V. 44, 50, 55vº e 70, este último, de 20 de Março); em Abril de 1282, como tenente de Trás-os-Montes (BSS. I. 260); de 1283 a 1286, só como confirmante (ML. V. 87vº; V. 111; BSS. I. 261); de 1286 a 1287, como tenente de Panóias (BSS. I. 261; ML. V. 125vº); de 1292 a 1307, como simples confirmante (BSS. I. 261; ML. V. 209 - 1292; ML. V. 226 - 1295; ML. 246 - - 1296; ML. V. 251vº e 261 - 1297; ML. V. 151vº - 1298; ML. V. 283 - 1299; CCSP. 317-318 e ML. V. 296 - 1302; ML. VI. 21 - 1303; ML. VI. 28 e 66 - 1304; ML. VI. 95 - 1306, e ML. VI. 119 - 1307).

(573) BSS. I. 261.

(574) ML. V. 160.

(575) DJA. 124-125.

(576) DJA. 171-172 (doc. II, de Leiria, de 15 de Junho).

(577) ML. V. 254vº.

(578) DJA. 125.

(579) João Pedro RIBEIRO, op. cit., V, 362; ML. V. 208vº.

(580) ML. IV. 245vº.

(581) ML. V. 50 (doc. de 1279, como tenente da Ribeira Minho); 70 (doc. de 1282, de Beja, de 20 de Março, como tenente da mesma região); 111 (confirma doc. de Lisboa, de 29 de Dezembro de 1285); 119vº (doc. de 24 de Maio de 1286); 125vº (doc. da Guarda, de 22 de Julho de 1287); 209 (doc. de Coimbra, de 25 de Abril de 1292); 226 (doc. de 23 de Março de 1295); 246 (doc. de Trancoso, de 10 de Novembro de 1296); 251vº (doc. de Santarém, de 25 de Maio de 1297); 261 (doc. de Lisboa, de 1 de Dezembro de 1297) e 151-151vº (doc. de 1298).

(582) CCL. I. 149.

(583) Fr. Leão de Santo TOMÁS, op. cit., I, 384a; ML. VI. 233.

(584) ML. IV. 256.

(585) ML. V. 209 (doc. de Coimbra, de 25 de Abril de 1292); ML. V. 261 (doc. de Santarém, de 1 de Dezembro de 1297); ML. V. 151vº (doc. de 1298) e 283 (doc. de Portalegre, de 12 de Novembro de 1299).

(586) ML. VI. 372.

(587) ML. VI. 423.

(588) Fr. Leão de Santo TOMÁS, op. cit., II, 72b.

(589) ML. VI. 424-425; HGCRP. XII-2.4.

(590) FGV. I. 72 (doc. XXXVII).

(591) CP. doc. 173 (de Coimbra, de 8 de Outubro de 1357). Foi chanceler entre 1357 e 1360 (Cfr. Armando Luís de Carvalho HOMEM, O Desembargo Régio (...), vol. II, p. 201-202 (biografia 231).

(592) As Gavetas (...), V, 1965, pp. 410-415 (Gav. XV, m. 20, doc. 10, de Coimbra, de 8 de Junho); FGV. I. 76 (doc. XL).

(593) FGV. I. 155 (doc. LXXXIII, de Coimbra, de 1 de Abril de 1385).

(594) BSS. I. 208.

(595) José Anastasio de FIGUEIREDO, op. cit., II, 47.

(596) BSS. I. 207.

(597) HGCRP. XII- 2.7 e segs.; BSS. I. 208-209.

(598) VD. 3.1. Identificações - Dona (Margarida) Maria de Sousa.

(599) BSS. III. 249-250.

(600) BSS. III. 6-8.

(601) ANTT. Chancelaria de D. Afonso IV, LºIV, fls. 89vº-90vº e LºII d'Além Douro, fls. 239-244vº. Uma das sentenças já fora referida em ML. VI. 24, e parcialmente transcrita em VMH. II. 402-404. Honras e coutos: Quintela, Galegos, Parada, Gestaçô, Avintes, Briteiros, Espinho, Lodares, Paços, Valongo, Ameia, Mousães, Andrães, Justos, Vilela, Freixieiro, Taboaços, Ovelha, Amarante, Fruime, S. Verissimo, Vila Verde, Çerunha, Atães, Ulveira, Cortegaça, Fontão e S. Vicenço.

(602) ML. VI. 424-425; M. Gonçalves da COSTA, Lamego (...), II, 83. Sobre a honra de Eixo, um dos lugares incluidos na referida disputa,

(582) CCL. I. 149.

(583) Fr. Leão de Santo TOMÁS, op. cit., I, 384a; ML. VI. 233.

(584) ML. IV. 256.

(585) ML. V. 209 (doc. de Coimbra, de 25 de Abril de 1292); ML. V. 261 (doc. de Santarém, de 1 de Dezembro de 1297); ML. V. 151vº (doc. de 1298) e 283 (doc. de Portalegre, de 12 de Novembro de 1299).

(586) ML. VI. 372.

(587) ML. VI. 423.

(588) Fr. Leão de Santo TOMÁS, op. cit., II, 72b.

(589) ML. VI. 424-425; HGCRP. XII-2.4.

(590) FGV. I. 72 (doc. XXXVII).

(591) CP. doc. 173 (de Coimbra, de 8 de Outubro de 1357). Foi chanceler entre 1357 e 1360 (Cfr. Armando Luís de Carvalho HOMEM, O Desembargo Régio (...), vol. II, p. 201-202 (biografia 231).

(592) As Gavetas (...), V, 1965, pp. 410-415 (Gav. XV, m. 20, doc. 10, de Coimbra, de 8 de Junho); FGV. I. 76 (doc. XL).

(593) FGV. I. 155 (doc. LXXXIII, de Coimbra, de 1 de Abril de 1385).

(594) BSS. I. 208.

(595) José Anastasio de FIGUEIREDO, op. cit., II, 47.

(596) BSS. I. 207.

(597) HGCRP. XII- 2.7 e segs.; BSS. I. 208-209.

(598) VD. 3.1. Identificações - Dona (Margarida) Maria de Sousa.

(599) BSS. III. 249-250.

(600) BSS. III. 6-8.

(601) ANTT. Chancelaria de D. Afonso IV, LºIV, fls. 89vº-90vº e LºII d'Além Douro, fls. 239-244vº. Uma das sentenças já fora referida em ML. VI. 24, e parcialmente transcrita em VMH. II. 402-404. Honras e coutos: Quintela, Galegos, Parada, Gestaçô, Avintes, Briteiros, Espinho, Lodares, Paços, Valongo, Ameia, Mousães, Andrães, Justos, Vilela, Freixieiro, Taboaços, Ovelha, Amarante, Fruime, S. Verissimo, Vila Verde, Çerunha, Atães, Ulveira, Cortegaça, Fontão e S. Vicenço.

(602) ML. VI. 424-425; M. Gonçalves da COSTA, Lamego (...), II, 83. Sobre a honra de Eixo, um dos lugares incluidos na referida disputa,

veja-se ANTT. Chancelaria de D. Dinis, LºI, fl. 241vº; LºI de Direitos Reais, fls. 223 e 292; LºII de Direitos Reais, fls. 183 e 258vº; LºI de Inquirições (Leitura Nova), fl. 294vº e LºII de Reis, fl. 65.

(603) ML. VI. 423.

(604) Vd. nota 178.

(605) BSS. I. 350-352.

(606) Fernão LOPES, Crónica de Dom Pedro (...), pp. 161.

(607) As Gavetas (...), IX, 1971, pp. 650 (Gav. XVIII, m. 11, doc. 5, de Escalona).

(608) FGV. I. 66 (doc. XXXVII).

(609) BSS. I. 189; José MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 323.

(610) BSS. I. 189-190.

(611) BSS. I. 190.

(612) ML. V. 149.

(613) ML. V. 149.

(614) Elucidário, II, 329a.

(615) ML. V. 150.

(616) José Anastasio de FIGUEIREDO, op. cit., II, 214.

(617) ML. IV. 177 e 178.

(618) ML. IV. 233vº (1271); ML. IV. 241 (doc. de Santarém, de 18 de Dezembro de 1273) e ML. IV. 233vº (1274).

(619) ML. V. 150.

(620) ML. V. 150.

(621) ML. V. 230vº.

(622) ML. V. 150.

(623) CCSP. 331-333.

(624) Em ML. IV. 178vº, chamam-lhe Joana, mas preferimos a lição do CCSP, normalmente rigoroso.

(625) BSS. II. 196.

(626) DJA. 190 (doc. XV, de Santarém, de 20 de Fevereiro de 1274); ML. V. 151vº (doc. de 1298); CCSP. 317-318 (doc. de Lisboa, de 28 de Março de 1302); ML. V. 296 (doc. de Santarém, de 8 de Maio de 1302); ML. VI. 21 (doc. de 1303) e ML. VI. 28 (doc. de Santarém, de 20 de Fevereiro de 1304).

(627) José MATTOSO, Portugal (...), pp. 301.

(628) BSS. III. 242 (carta de 1 de Maio de 1314, pelo que Dona Branca não chegou a ser Condessa de Barcelos, por ter falecido antes de 1304 - Cfr. Cancioneiro da Ajuda, II, 331).

(629) PHGCRP: VI-1. 235-236; BSS. I. 274.

(630) ML. IV. 285.

(631) PHGCRP. VI-1. 237; BSS. I. 275.

(632) ML. VI. 147; PHGCRP. VI-1. 237; Antonio Caetano do AMARAL, op. cit., pp. 136 - nota a); BSS. I. 276.

(633) ML. VI. 95 (doc. de Lisboa, de 22 de Julho de 1306); ML. VI. 119 (doc. de Atouguia, de 19 de Outubro de 1315, como mordomo-mor da rainha); ML. V. 39vº (Doc. de 1322, também com o mesmo cargo).

(634) DJA. 186 (doc. XIV).

(635) BSS. I. 276.

(636) DJA. 186 (doc. XIV).

(637) FGV. I. 72 (doc. XXXVII, de Guimarães, de 14 de Agosto).

(638) CP. doc. 512 (de Baleizão, de 6 de Março).

(639) HGCRP. XII - 1.152.

(640) HGCRP. XII - 1.153.

(641) BSS. I. 277.

(642) BSS. I. 277.

(643) ML. IV. 220vº; BSS. I. 277.

(644) ANTT. Chancelaria de D. Afonso IV, LºIV, fl. 99vº e LºII d'Alem Douro, fls. 252vº-253vº (doc. do Porto, de 2 de Setembro de 1342) e LºII d'Além Douro, fls. 256-257 (doc. de Santarém, de 1 de Janeiro de 1344). A não ser que seja Gonçalo Anes de Briteiros, com o apelido da mulher, o que de alguma forma seria notável.

(645) DJA. 186 (doc. XIV).

(646) BSS. I. 278.

(647) CP. doc. 686 (de Torres Vedras, de 27 de Agosto).

(648) DJA. 164.

(649) HGCRP. XII - 1.162.

(650) DJA. 164; BSS. I. 279.

(651) HGCRP. XII - 1.162.

(652) CP. doc. 996 (carta dada em Torres Vedras).

(653) DJA. 163.

(654) DJA. 165.

(655) BSS. I. 280-281.

4. § VI

(656) FG. XIX. 62. Todas as indicações foram tiradas de FG. XIX. 62-63, 67, 88, 124-6.

(657) FG. XIX. 62.

(658) FG. XIX. 62.

(659) Pedro A. de AZEVEDO Urraca Machado, dona de Chellas, in "Archivo Historico Portuguez", Vol. III, nº 1-2, Lisboa, 1905, pp. 1 e 15 (doc. XII).

(660) IDEM, ibidem, docs. VII, VIII, IX, X e XV.

(661) Ibidem, doc. VIII.

(662) Ibidem, doc. XII.

(663) Ibidem, docs. XII, XIX, XX, XXI, XXII e XXIII.

(664) Ibidem, pp. 1.

(665) ML. VI. 271; Pedro A. de AZEVEDO, op. cit., 375.

(666) FG. XIX. 62, O Martim Machado, irmão de Urraca, ainda é referido em 1313 (Cfr. Pedro A. de AZEVEDO, op. cit., doc. XII), sendo ainda referido nas inquirições de 1290 e 1300 (Cfr. IDEM, Os de Vasconcellos, pp. 375-376). É pois natural que tenha vivido mais anos.

(667) ML. VI. 270-271.

(668) Henrique da Gama BARROS, op. cit., VIII, pp. 277.

(669) ML. VI. 272; Pedro A. de AZEVEDO, Os de Vasconcellos, pp. 376.

(670) FG. XIX. 62.

(671) FG. XIX. 67.

(672) FG. XIX. 88, onde se pretende casá-lo com Mor Mendes de Vasconcelos, o que é muito pouco provável (Vd. III22 e 22a, e cfr. BSS. I. 340-341 e José MATTOSO, Religião (...), pp. 230).

(673) CP. doc. 18. Felgueiras GAYO diz que foi o castelo de Lanhoso (Cfr. FG. XIX. 62).

(674) FG. XIX. 124.

(675) Henrique da Gama BARROS, op. cit., pp. 277.

(676) FG. XIX. 124.

(677) FG. XIX. 125-126.

4. §VII

(678) DS. doc. 132 (de Guimarães, de Junho); José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 221.

(679) Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricos. I. 959--1516, org. leitura e revisão de António Gomes da Rocha MADAHIL, Aveiro, Câmara Municipal, 1959, pp. 84 (As Gavetas (...), II, 1962, pp. 551 - Gav. VIII, m. 2, doc. 9).

(680) LL 21G9[89]; ML. IV. 173vº e 174vº.

(681) Alexandre HERCULANO, op. cit., II, pp. 540 - nota 283.

(682) José Anastasio de FIGUEIREDO, op. cit., II, 141.

(683) Elucidário, II, 284a.

(684) Marquês de ABRANTES, O Estudo da Sigilografia (...), pp. 198.

(685) ML. IV. 170vº e 279.

(686) Maria Helena da Cruz COELHO, O Mosteiro de Arouca (...), pp. 391.

(687) IDEM, ibidem, pp. 391.

(688) Milenário de Aveiro (...), I, pp. 86.

(689) Alfredo G. de AZEVEDO e Domingos A. MOREIRA, Fermedo (...), pp. 47.

(690) ML. V. 236vº.

(691) CCSP. 215-216.

(692) CCSP. 217-218.

(693) CCSP. 201-203 (carta feita no mosteiro de Paço de Sousa, a 3 de Dezembro).

(694) CCSP. 203-204 (carta dada em Trancoso, a 24 de Maio).

(695) Vd. nota 689.

(696) Vd. nota 683.

(697) Milenário de Aveiro (...), I, pp. 85.

(698) CCL. I. 148 e 150.

(699) CCL. I. 174.

(700) VMH. II. 364.

(701) ML. V. 179.

(702) ML. VI. 226.

(703) Fr. Luis CACEGAS, Primeira Parte da História de S. Domingos, particular do reino e conquistas de Portugal. Por ..., da mesma Ordem e Provincia, e Chronista d'ella. Reformada em estilo e ordem, e ampliada em sucessos e particularidades por Fr. Luís de SOUSA, filho do Convento de Benfica, 3ª ed., Vol. II, Lisboa, Typ. do Panorama, 1866, pp. 231.

(704) ML. V. 62 (doc. de Estremoz, de 11 de Fevereiro).

(705) ML. V. 175 e 177vº (doc. de 4 de Agosto).

(706) ML. V. 230vº (doc. da Guarda, de 12 de Setembro).

(707) ML. V. 226 (doc. de 23 de Março); ML. V. 246vº (doc. de Trancoso, de 10 de Novembro de 1296); ML. V. 251vº (doc. de Coimbra, de 2 de Maio de 1297); ML. V. 151vº (doc. de 1298); ML. V. 283 (doc. de Portalegre, de 12 de Novembro de 1299); CCSP. 317-318 (doc. de Lisboa, de 28 de Março de 1302); ML. V. 296 (doc. de Santarem, de 8 de Junho de 1302); ML. VI. 28 e DJA. 190 - doc. XV (doc. de Santarem, de 20 de Fevereiro de 1304); ML. VI. 66 (doc. de Coimbra, de 17 de Outubro de 1304); ML. VI. 95 (doc. de Lisboa, de 22 de Julho de 1306); e ML. VI. 119 (doc. de Atouguia, de 19 de Outubro de 1307).

(708) Jose MATTOSO, Identificação (...), II, pp. 118.

(709) Ordenações Afonsinas, Vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 13 (doc. de Coimbra, de 15 de Junho, ou de 6 de Julho de 1311).

(710) ML. V. 208vº-209.

(711) ANTT. Chancelaria de D. Dinis, LºII, fl. 27; ML. V. 208vº e João Pedro RIBEIRO, Dissertações (...), V, 362.

(712) ML. V. 208vº.

(713) ANTT. Chancelaria de D. Dinis, LºIII, fl. 85-85vº (doc. de Maia, de 9 de Março).

(714) ML. VI. 268 (doc. de Beja, de 21 de Dezembro).

(715) ML. VI. 273 (doc. de Torres Vedras, de 15 de Outubro).

(716) ML. VI. 413-414; José MATTOSO, Portugal (...), pp. 303 e IDEM,

Identificação (...), I, pp. 215-216.

(717) ML. VI. 422.

(718) ML. VI. 423.

(719) ML. VI. 466.

(720) As Gavetas (...), VI, 1967, pp. 518 (Gav. XVII, m.1, doc. 11).

(721) Ibidem, III, 1963, pp. 14 (Gav. XIII, m. 4, doc. 8).

(722) Alfredo G. AZEVEDO e Domingos A. MOREIRA, Fermedo (...), pp. 48--50 e 115.

(723) As Gavetas (...), II, 1962, pp. 446 (Gav. VII, m. 6, doc. 2, de Pegueiras, de 12 de Janeiro de 1311).

(724) Pedro A. de AZEVEDO, Urraca Machado (...), pp. 15 (doc. XII).

(725) História Florestal (...), I, pp. 171, doc. 190.

(726) FGV. I. 59-61 (doc. XXXV, do Porto, de 10 de Junho).

(727) FGV. I. 67 (doc. XXXVII).

(728) ML. V. 144vº.

(729) As Gavetas (...), IX, 1971, pp. 650 (Gav. XVIII, m. 11, doc. 5).

(730) ML. V. 292vº.

(731) FGV. I. 72 (doc. XXXVII, de Guimaraẽs, de 14 de Agosto).

(732) ML. VI. 138-139.

(733) ANTT, Chancelaria de D. Dinis, LºIII, fl. 94vº-95vº; ML. VI. 137; José MATTOSO, Identificação (...), I, pp. 278.

(734) ML. VI. 136.

(735) ML. VI. 137.

(736) ML. VI. 137 e 168; Carlos da Silva TAROUCA, O Cartulário (...), pp. 46 (doc. de Santarem, de 3 de Janeiro).

(737) José MATTOSO, Portugal (...), pp. 301.

(738) ML. VI. 137.

(739) Fr. Luis CACEGAS, História de S. Domingos (...), II, pp. 239.

(740) Vd. nota 727.

(741) FG. XXV. 82.

(742) Jose MATTOSO, Portugal (...), pp. 301-302.

(743) ML. VI. 383.

(744) ADP, LºXXV dos Originais do Cabido, fls. 10 e 29.

(745) Ibidem, fl. 27.

(746) Vd. nota 726.

(747) BSS. II. 13.

(748) Vd. nota 727.

(749) BSS. II. 12-13.

(750) BSS. II. 13 e I. 164-165.

(751) CCL. I. 155b.

(752) VMH. II. 356b.

(753) M. Gonçalves da COSTA, Lamego (...), I, pp. 248-258.

(754) ML. VI. 25 (doc. de Évora, de 20 de Dezembro de 1304); ML. VI. 107 (1310) e ML. V. 234vº (doc. de 21 de Dezembro de 1329).

(755) Anselmo Braancamp FREIRE, Inventario e Contas (...), pp. 58.

(756) ML. V. 134vº.

(757) ML. V. 160.

(758) Vd. nota 729.

(759) FGV. I. 73 (doc. XXXVII).

(760) ANTT, Chancelaria de D. Afonso IV, LºIV, fl. 87vº e LºII d'Alem Douro, fls. 237-238; ML. V. 35.

(761) Vd. nota 729.

(762) Manuel Luis REAL, A Igreja de S. Pedro de Ferreira. Um invulgar exemplo de convergência estilistica, separata de "Paços de Ferreira - Estudos Monográficos", Paços de Ferreira, 1986, pp. 291-294.

(763) Vd. nota 729.

(764) Fr. Antonio da Assunção MEIRELES, Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa (...), pp. 274.

(765) CP. doc. 17 (de Lisboa, de 20 de Junho).

(766) ML. VI. 24.

(767) História Florestal (...), I, pp. 154-155, doc. 166.

(768) FG. XVII. 36.

(769) M. Gonçalves da COSTA, op. cit., II, pp. 349.

(770) IDEM, ibidem, pp. 349.

(771) Fernão LOPES, Crónica de Dom Fernando (...), pp. 438; Salvador Dias ARNAUT, A Crise (...), pp. 40.

(772) Salvador Dias ARNAUT, A Batalha de Trancoso, Coimbra, Universidade, 1947, pp. 195.

(773) Salvador Dias ARNAUT, A Crise (...), pp. 199-200.

(774) Fernão LOPES, op. cit., pp. 172.

(775) Salvador Dias ARNAUT, A Crise (...), pp. 183 (doc. de 9 de Agosto).

(776) Jose MATTOSO, Portugal (...), pp. 301.

(777 ML. VI. 458.

(778) FGV. I. 66 (doc. XXXVII).

(779) ML. VI. 458.

(780) Fernão LOPES, Crónica de Dom Pedro (...), pp. 160-161.

(781) IDEM, Crónica de Dom Fernando (...), pp. 87; Salvador Dias ARNAUT, A Crise (...), pp. 108.

(782) CP. doc. 388 (de Olivença, de 3 de Junho).

(783) Salvador Dias ARNAUT, A Crise (...), pp. 136-137.

(784) IDEM, ibidem, pp. 136-137.

(785) Anselmo Braancamp FREIRE, A Honra de Resende, pp. 14.

(786) Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357), Lisboa, INIC, 1982, pp. 142-145.

(787) CP. doc. 3 (de Lisboa).

(788) CP. doc. 586 (de Estremoz); Anselmo Braancamp FREIRE, A Honra (...), pp. 14-15.

(789) Salvador Dias ARNAUT, A Crise (...), pp. 116 e 122; Fernão LOPES, Crónica de Dom Fernando (...), pp. 166.

(790) Anselmo Braancamp FREIRE, op. cit., pp. 15.

(791) IDEM, ibidem, pp. 15.

(792) Ibidem, pp. 17 e segs.

(793) BSS. II. 196.

(794) CCSP. 203-204.

(795) CCSP. 262-263.

(796) ADP, LºXXV dos Originais do Cabido, fl. 50 (cartas de Santarem).

(797) CCSP. 263-265.

(798) Jose MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 367.

(799) BSS. I. 351.

(800) BSS. I. 351.

(801) BSS. I. 351.

4.§VIII

(802) Pedro Álvares NOGUEIRA, Livro das Vidas (...), pp. 107.

(803) Anselmo Braancamp FREIRE, Inventário e Contas (...), pp. 58.

(804) ML. IV. 245vº.

(805) Miguel de OLIVEIRA, Ovar (...), pp. 102-103 e 117-118.

(806) ML. VI. 226.

(807) ML. IV. 173vº e 175.

(808) Crónica de Cinco Reis de Portugal, Vol. I, Porto, Livraria Civilização - Editora, 1945, pp. 189; ML. IV. 163vº-164vº.

(809) Alexandre HERCULANO, op. cit., II, p. 534 - nota 269.

(810) Elucidário, II, pp. 267-268 (in nota).

(811) ML. IV. 194.

(812) ML. IV. 251-251vº; Alexandre HERCULANO, op. cit., III, 189.

(813) ANTT, LºII de Beiras, fls. 316vº-317vº (sentença dada em Coimbra, a 26 de Fevereiro).

(814) As Gavetas (...), IX, 1971, pp. 650 (Gav. XVIII, m. 11, doc. 5, de 25 de Março).

(815) Vd. nota 814.

(816) As Gavetas (...), V, 1965, pp. 412 (Gav. XV, m. 20, doc. 10, de Coimbra, de 8 de Junho).

(817) Fernão LOPES, Crónica de Dom Pedro (...), pp. 161.

(818) VMH. II. 347a.

(819) VMH. II. 371.

(820) João Pedro RIBEIRO, Dissertações (...), I, 308-313 (AUC, Gav. 8, m. 2, doc. 82, da Vila da Feira, de 23 de Agosto).

(821) Jose MATTOSO, Portugal (...), pp. 303.

(822) Vd. nota 804.

(823) CCL. I. 171-172.

(824) ML. V. 180.

(825) Fr. Antonio da Assunção MEIRELES, op. cit., pp. 262.

(826) Jose MATTOSO, Portugal (...), pp. 301.

(827) Vd. nota 814.

(828) Livro das Kalendas, I, pp. 114.

(829) Fr. Leão de Santo TOMÁS, op. cit., II, 35b.

(830) Fr. António da Assunção MEIRELES, op. cit., pp. 262.

(831) BSS. I. 159-160.

(832) Vd. nota 814.

(833) Vd. nota 397.

(834) ML. V. 62 (doc. de Estremoz, de 11 de Fevereiro).

(835) ML. V. 91vº (doc. de Santarém, de 6 de Março).

(836) ML. V. 125 (doc. de Leiria).

(837) DJA. 173-174 (doc. III, de Santarém, de 9 de Janeiro).

(838) Maria Ângela V. da Rocha BEIRANTE, Santarém Medieval, pp. 196.

(839) ML. V. 156.

(840) ML. V. 261vº.

(841) ADP, LºXXV dos Originais do Cabido, fl. 9.

(842) ML. VI. 138.

(843) Fr. Luís CACEGAS, op. cit., II, pp. 230-231 (doc. de Vila Nova a par de Gaia, de 11 de Outubro).

(844) IDEM, ibidem, II, 232-233.

(845) ML. VI. 122.

(846) CCSP. 262-263.

(847) FGV. I. 67 (doc. XXXVII).

(848) Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367), Lisboa, INIC, 1986, pp. 125.

(849) CP. doc. 173 (de Coimbra, de 8 de Outubro).

(850) ML. V. 179vº.

(851) FGV. I. 74 (doc. XXXVII).

(852) Fr. Luís CACEGAS, op. cit., II, pp. 236-238 (doc. de Vila Nova a par de Gaia, de 12 de Abril).

(853) ANTT, LºII d'Além Douro, fls. 244vº-246vº (sentença dada em Coimbra, a 10 de Novembro).

(854) ML. V. 261vº.

(855) Elucidário, I, 401a.

(856) Vd. nota 68 do ponto 3.1.

(857) Cortes Portuguesas (D. Pedro) (...), pp. 125.

(858) Fernão LOPES, Crónica de Dom Fernando (...), pp. 97; Salvador Dias

ARNAUT, A Crise (...), pp. 108.

(859) Elucidário, II, pp. 16.

(860) M. Gonçalves da COSTA, Lamego (...), II, pp. 442.

(861) ANTT, Chancelaria de D. Dinis, LºIII, fl. 52vº (carta dada em Lisboa, a 18 de Setembro).

(862) ANTT, Chancelaria de D. Dinis, LºIII, fl. 61 (carta dada na Guarda, a 15 de Abril).

(863) LL26M6; 59F8.

(864) ML. VI. 268 (doc. de Beja, de 21 de Dezembro).

(865) ML. VI. 273 (doc. de Torres Vedras, de 15 de Outubro).

(866) ML. VI. 423.

(867) Vd. nota 814.

(868) As Gavetas (...), VI, 1967, pp. 518.

(869) Abílio Pacheco de CARVALHO, Pachecos. Subsídios para a sua genealogia, Lisboa, 1985, pp. 25.

(870) Elucidário, II, 267b (doc. de Ferreira, de 30 de Dezembro).

(871) J. M. Cordeiro de SOUSA, Inscrições Portuguesas de Lisboa (Seculos XII a XIX), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, pp. 77. Segundo o seu epitáfio esteve ainda na batalha do Salado. Deslocou-se depois a corte papal de Avinhão, tendo aí recebido, do pontífice, uma rosa de ouro que ofereceu à Sé de Lisboa.

(872) PHGCRP. I. 148-153.

(873) Carlos da Silca TAROUCA. O Cartulário (...), pp. 66-67 e 67-68 (docs. de Santarém, de 8 de Abril, e de Lisboa, de 30 de Outubro).

(874) ML. V. 288vº.

(875) FGV. I. 74 (doc. XXXVII).

(876) Fernão LOPES, Cronica de Dom Fernando (...), pp. 10, 142, 175-179.

(877) Salvador Dias ARNAUT, A Batalha (...), pp. 67 - in nota (doação de Trancoso).

(878) ANTT. Chancelaria de D. João I, LºI, fl. 62vº; outras doações em Abílio Pacheco de CARVALHO, op. cit., pp. 34-36.

(879) Salvador Dias ARNAUT, op. cit., pp. 77 - nota 1.

(880) FGV. I. 145-154 (doc. LXXXIII, de Coimbra, de 30 de Março).

(881) Elucidário, II, pp. 86b.

(882) Abílio Pacheco de CARVALHO, op. cit., pp. 30.

4.§IX

(883) HGCRP. I. 52.

(884) DJA. 177-179 (doc. VII, de Salvaterra, de 15 de Novembro).

(885) DJA. 180-181 (doc. IX, de Lisboa, de 5 de Junho).

(886) ML. VI. 376.

(887) LL44U7; ML. V. 258vº.

(888) FGV. I. 73 (doc. XXXVII).

(889) FGV. I. 67 (doc. XXXVII).

(890) Fernão LOPES, Crónica de Dom Pedro (...), pp. 152-153.

(891) IDEM, ibidem, pp. 195.

(892) CP. doc. 28 (carta de Lisboa, de 17 de Junho).

(893) Fernão LOPES, Crónica de Dom Fernando (...), pp. 172.

(894) Valentino VIEGAS, Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412), Lisboa, Heuris, 1984, pp. 33.

(895) CP. doc. 925 (de Belas, de 5 de Abril).

(896) ML. V. 176 (doc. de 13 de Novembro).

(897) CP. doc. 73 (de Óbidos, do dia 8).

(898) CP. doc. 485 (de Óbidos, de 3 de Dezembro).

(899) CP. doc. 7 (de Lisboa, de 8 de Junho).

(900) Fernão LOPES, Crónica de Dom Fernando (...), pp. 205-206.

(901) CP. doc. 994 (de Torres Vedras).

(902) Maria Ângela V. da Rocha BEIRANTE, O Alentejo na 2ª Metade do Século XIV - Évora na crise de 1383-1385, in "Estudos Medievais", nº 7, Porto, 1986, pp. 120.

(903) ML. V. 144vº.

(904) CCSP. 212-213 (doc. de Lisboa, de 7 de Outubro de 1288); 213-214 (doc. de 2 de Novembro de 1288); 214-215 (doc. do Porto, de 14 de Abril de 1290); 218-220 (doc. do Porto, de 6 de Novembro de 1293); 220 (doc. da Feira, de 7 de Novembro de 1293); 220-222 (doc. do Porto, de 6 de Novembro de 1293) e 222-223 (doc. de Coimbra, de 3 de Dezembro de 1293).

(905) Os mesmos documentos referidos para o seu irmão, excepto o de 2 de Novembro de 1288 (Cfr. CCSP. 213-214).

(906) ML. V. 176 (doc. de Santarém, de 31 de Janeiro).

(907) Elucidário, II, pp. 398a.

(908) CP. doc. 761 (de Monsaraz).

(909) História Florestal (...), I, pp. 120-121, doc. 114 (de 2 de Janeiro).

(910) Salvador Dias ARNAUT, A Crise (...), pp. 142.

(911) CP. doc. 769 (de Évora, de 1 de Dezembro).

(912) Fr. António da Assunção MEIRELES, op. cit., pp. 273 (doc. de 28 de Maio).

(913) IDEM, ibidem, pp. 273 (doc. de 13 de Janeiro).

(914) Ibidem, pp. 227 (doc. de 5 de Maio de 1387 e não de 1425 - vd. nota 914).

(915) Ibidem, pp. 229 (doc. de 3 de Outubro da Era de 1433).

(916) Ibidem, pp. 105.

(917) CCSP. 265-267 (doc. de 23 de Março).

(918) CCSP. 263-265 (doc. de Coimbra, de 19 de Dezembro).

(919) CCSP. 265-267 (doc. da Quinta das Fontainhas, de 23 de Março).

(920) CCSP. 213-214 (doc. de 2 de Novembro).

(921) ML. V. 234vº.

(922) Maria Ângela V. da Rocha BEIRANTE, Santarém Medieval, pp. 196.

(923) Marquês de ABRANTES, O Estudo da Sigilografia (...), pp. 94.

(924) ML. V. 89vº (doc. de Coimbra, de 6 de Janeiro). O patronímico aqui dado é Soares, mas julgamos que será erro.

(925) ML. V. 126-126vº.

(926) Vd. notas 920 e 921.

(927) ML. V. 77vº, onde surge com o apelido Avelar.

(928) ML. V. 126vº.

(929) Fernando M. Moreira de Sá MONTEIRO, Os Sás e as suas origens, pp. 217 (doc. de 11 de Agosto).

(930) IDEM, ibidem, pp. 219 (doc. de 20 de Dezembro).

5. A FAMÍLIA PATRONAL

5.1. ORIGENS

5.2. EVOLUÇÃO

5.2.1. A SUCESSÃO

5.2.2. AS ALIANÇAS

5.2.3. O PODER TERRITORIAL

5.2.4. OS APOIOS EXTERNOS

5.3. QUE DESTINO?

5. A FAMÍLIA PATRONAL

Nos dois pontos anteriores tivemos oportunidade de conhecer, com relativo pormenor, as pessoas que, desde os finais do século XI até meados do século XIV, fizeram parte da família patronal do mosteiro de S. Salvador de Grijó. Do grupo dos naturais de 1365, fizemos também, ainda que sumariamente, uma análise das famílias que representavam e uma relação dos direitos que usufruíam. De uma forma mais ou menos segura, fomos ligando as várias gerações até termos uma panorâmica geral da família, desde o seu iniciador até esse mesmo grupo de 1365.

Entre esses dois momentos, fomos também fazendo uma ideia dos ramos da família que se destacaram e dos indivíduos que ocuparam lugares importantes, como daqueles que se mantiveram na obscuridade caíndo mesmo no esquecimento da comunidade re-

ligiosa a que estavam ligados.

Resta-nos, assim, tentar perceber as linhas de força dessa evolução. Tentaremos para isso identificar os fenómenos que a caracterizaram, e as forças internas, ou externas, que foram condicionando e moldando os destinos desta família. Poderemos, assim, dar a conhecer com mais rigor aspectos pouco conhecidos da sociedade nobre medieval portuguesa.

5.1. Origens

O momento em que surge a família patronal de Grijó está intimamente ligado a dois factores: em primeiro lugar, a situação política e social vivida, nos finais do século XI, na região condal portucalense; em segundo lugar, e directamente relacionado com o anterior, a figura de Soeiro Fromarigues.

Como já por diversas vezes foi referido por José Mattoso (1), a família condal portucalense, a partir do início do século XI entrou, por diversas razões, num processo de decadência e lenta agonia, que terminou, simbolicamente, pela morte violenta do seu último «titular» na batalha de Pedroso, em 1071. O espaço de poder e influência que era controlado por essa família foi também paulatinamente contestado, senão mesmo conquistado, por outras famílias inferiores aos condes na hierarquia social, mas movidas pela ambição de alargar os

seus domínios e influência. O século XI tornou-se, assim, num momento capital de transformações em relação à aristocracia «portuguesa», vendo surgir as famílias que vieram a constituir a nobreza do país.

Essas famílias de Infanções radicariam num conjunto de figuras secundárias, unidas aos condes por laços mais ou menos fortes, que desempenhavam junto destes funções de tipo militar, ou como seus delegados em tarefas administrativas (2), ou ainda "em caudilhos autóctones que o «repovoamento» poupou" (3). O que é certo é que esta situação, vivida até ao século X, parece alterar-se na centúria seguinte. Aí, através de práticas militares, judiciais ou fiscais, ou de aquisição de terras e apoios religiosos (4), essas famílias vão aumentando o seu prestígio e autoridade, quer pelo aumento dos seus bens patrimoniais quer pelo exercício de um apertado contrôle sobre os seus dependentes e rendimentos. O próprio termo infanção passa a aplicar-se àqueles que, pelo nascimento, faziam parte de um grupo privilegiado, fosse qual fosse o seu grau de riqueza, de função ou de ligação a outrem mais poderoso (5).

Creio que é neste contexto que a figura de Soeiro Fromarigues, que como vimos surge pela primeira vez em 1074 (6), melhor se compreende, ganhando mais sentido a sua política de aquisição de terras e de protecção ao mosteiro de Grijó. Mas, cabe aqui colocar a questão da sua localização em terras si-

tuadas entre a margem Sul do Douro e o rio Vouga, antes de analisarmos a sua referida política e o modo como ela deu origem à família patronal que temos vindo a estudar.

Se Soeiro Fromarigues era, como foi sugerido, neto de Egas Eriz Iala, estava então aparentado directamente com a família de Marnel que detinha avultados bens nessa mesma região e era protectora do mosteiro de Pedroso (7). Assim se compreende que as suas compras de terras se situem também nessa zona e que tenha protegido o outro mosteiro que nela se implantava. Seguiu, assim, um percurso algo idêntico ao das famílias já referidas, criando quer o suporte económico, que lhe permite controlar a terra e os homens, quer o simbólico-religioso, que lhe dá o prestígio social necessário para, teoricamente, o colocar mais próximo das principais linhagens que, de uma forma sempre mais segura, foram ocupando o lugar deixado vago pela nobreza condal (8).

Ligando estes factos, talvez se possa afirmar que Soeiro Fromarigues, sem ter ascendido à categoria de rico-homem, se encontrava numa posição de algum relevo e prestígio, o que de certa forma justificaria a sua chefia do exército que, em 1103, se preparava para auxiliar Santarém, vindo a ser derrotado e morto em Vatalandi, facto que não passou despercebido ao redactor da Chronica Gothorum (9), que acentua a sua categoria e o relaciona com o filho, Nuno Soares de Grijó.

Muito embora a sucessão linhagística se afirme a partir

de meados do século XII, é possível que algumas linhagens a tenham adoptado anteriormente, copiando o exemplo régio, e de forma a manter a posição então conseguida (10). Sem pretendermos afirmar que tal precocidade se verificou na família de Grijó, não podemos deixar de chamar a atenção para o destaque que tem a figura de Nuno Soares no conjunto da sua família. Se os seus irmãos também surgem na documentação, ora doando bens ao mosteiro ora adquirindo terras, parece-nos que o mais velho se destaca, quer em número de diplomas quer na sua importância relativa. Não queremos, contudo, negar a importância que continua a demonstrar a viúva de Soeiro Fromarigues, quer para os cónegos quer para os filhos ou netos, numa demonstração clara do peso que o elemento feminino continua a fazer sentir, e típico de uma estrutura cognática. Mas o certo é que é de Nuno Soares que os nobiliários conservam a memória, muito embora sejam textos de uma época em que a estrutura linhagística já era dominante, é o seu nome que aparece referido na breve passagem da Chronica atrás referida, associado ao pai, é ele que obtem a carta de couto para o mosteiro de Grijó e é dele, finalmente, que descende a esmagadora maioria da família patronal. É ainda Nuno Soares que detem, junto da corte de D. Teresa, uma posição importante, não só por obter a referida carta de couto, como por ser, em 1117, armiger da Rainha (11), que parece ter inicialmente apoiado como, aliás, o fizeram também os senhores de Marnel (12). Será ainda no seu tempo que o mesmo mosteiro adere à regra de

Santa Cruz de Coimbra (13).

De qualquer forma, parece que a posição de Nuno Soares era suficientemente prestigiada para que a sua filha (herdeira?), tenha casado com Monio Osores de Cabreira, provavelmente parente do Conde de Cabreira (14). Seria talvez um filho segundo em busca de herdeira rica, situação também típica a partir do momento em que a estrutura linhagística se vai afirmando.

A partir deste matrimónio, a família, que como vimos perdeu quase que imediatamente a «varonia de Grijó», adquire, a nosso ver, uma estrutura nitidamente agnática. De facto, enquanto que Martim Moniz (I28) terá sido colocado fora da herança paterna, seguindo uma carreira militar e dando origem a uma linhagem que só no século XIV virá a ocupar lugar de certo destaque, e a sua irmã, Maria Moniz (I29), não fez, antes pelo contrário, nenhuma aliança de relevo, o filho mais velho, Paio Moniz (I27), vai ascender à posição de alferes de Sancho I, dele receber doações, e casar, provavelmente, com uma Bragançã, ligando-se assim a uma das cinco linhagens mais importantes da nobreza portuguesa.

O destino dos seus filhos é já diferente. Se a sua filha foi, como a tia, barregã, foi-o do monarca, casando depois com um dos seus mordomos e dando origem aos ramos mais «elevados» da família patronal; o filho (I32) foi rico-homem de Sancho II e governador de terras.

Mas o século XIII foi para esta família, como para muitas outras, um momento de crise. Vamos deparar com duas quebras de varonia consecutivas, e a passagem da família, primeiro para os Azevedos (I38), e depois para os Briteiros (I42), estes últimos elevando-a novamente à posição de ricos-homens (15).

Cremos ter dado até aqui os elementos suficientes para nos apercebermos do enquadramento da família patronal nas suas origens. Família oriunda do século XI, caracterizado pela ascenção das famílias de infanções, vai a pouco e pouco estabelecendo posições e ligações que lhe permitem chegar, no fim da centúria seguinte, a um lugar de destaque, sem que possamos, contudo, colocá-la a par dos Sousas ou Maias.

Mas a família patronal não foi só o ramo principal. Como vimos no ponto anterior, ela subdividiu-se em várias linhagens com destinos diferentes. É a evolução, no seu conjunto, que será objecto de análise nos pontos seguintes.

5.2. Evolução

Como já tivemos oportunidade de verificar, a família patronal evoluiu ao longo de três séculos. Este período é bastante vasto para que se possa, de uma forma clara, expôr todas as suas características sob a forma única de «evolução», já

que ela encerra em si mesma diversos elementos que se destacam, e que nos obrigam a colocá-los em termos de maior profundidade. Vamos por isso dividir este ponto em quatro partes. Nelas vamos colocar várias questões. Desde já devemos confessar a nossa insegurança em relação a algumas respostas, ou mesmo a impossibilidade de o fazer, já que a várias «situações» que se vão deparar só poderemos avançar hipóteses mais ou menos plausíveis.

Logicamente iremos seguir de perto os textos dos pontos 3 e 4 que, para além das várias situações, nos dão também um suporte cronológico. Os quadros genealógicos, construídos com base no texto do ponto 4, servem paralelamente para termos uma visão de conjunto dos indivíduos, das suas alianças e descendência. Como, porém, fomos obrigados a fazer desdobramentos dentro da mesma «linhagem» (Árvore III da II, V da IV e VIII da VII), isso poderia distorcer certas realidades «familiares». Assim, as várias questões e soluções propostas terão sempre como suporte o conjunto da «linhagem».

5.2.1. A sucessão

Pensamos que é chegado o momento de perguntar o que é, de facto, a família patronal. Temos vindo a considerá-la como o conjunto dos descendentes de um antepassado comum — Soeiro Fromarigues — e, através dele, ligados a uma mesma institui-

ção — o Mosteiro de Grijó. Estamos, assim, perante aquilo a que os antropólogos chamam grupo de filiação e que, por reunir as características acima apontadas, se nomeia de linhagem (16). De facto, quer o ponto 3 quer o 4, serviram para identificar os naturais de um mesmo mosteiro e ligá-los a um ascendente comum. Mais adiante voltaremos a esta questão.

Vejamos agora de que forma se transmitiu essa linhagem, desde o seu início até aos meados do século XIV, já que ela nos poderá dar uma boa imagem dos seus próprios ritmos.

Sobre o ramo principal (Árvore I) já nos referimos em parte, quando tratamos da questão das origens da família patronal. Nessa altura, afirmámos que existiram duas quebras de varonia, ou seja, que a família se perpetuou, pelo menos legitimamente, apenas por via feminina. Aconteceu a primeira vez na segunda metade do século XIII, e a segunda em meados da centúria seguinte. Este fenómeno poderia ter, inclusivé, justificado a ausência de indivíduos deste ramo no grupo dos naturais do mosteiro referidos em 1365 (Vd. 3.3.).

A primeira quebra deve-se à morte violenta do filho varão (I36), provavelmente antes de constituir família, e ao facto de o seu irmão (I37) não ter tido descendência legítima. A segunda é possível que seja consequência de doenças já que, dos cinco filhos de Gonçalo Anes de Briteiros (I51), apenas uma filha lhe sobreviveu e continuou a linhagem.

Este mesmo fenómeno detecta-se com bastante mais nitidez na Árvore V, em que a linhagem é transmitida apenas por via feminina, em duas gerações consecutivas, e também no século XIII. É provavelmente um caso típico da extinção de certas linhagens, o que ocorreu precisamente durante a primeira metade daquela centúria, talvez provocada pela sistemática adopção da estrutura linhagística, ficando assim sujeitas aos acasos de certos fenómenos biológicos, como é neste caso a ausência de filho varão que assegure a continuidade da linhagem (17).

Estes casos, porém, e para o caso da linhagem em estudo, podem-se considerar como extremos e, talvez, radicar no facto de o número de mulheres, na camada nobre, ser maior que o dos homens, pelo menos a partir da segunda metade do século XII e no seguinte (18). É evidente que o caso inverso também se verifica, ou seja, a ausência de transmissão por via feminina, mas as suas consequências são nulas num sistema linhagístico, muito embora, ao nível da família real e da alta nobreza, a ausência de mulheres possa ser prejudicial, já que elas servem normalmente como um meio de firmar tratados ou alianças, ou de adquirir prestígio e poder, através do casamento, como veremos mais adiante.

Mas, de momento, o que nos interessa é saber qual é, nesta linhagem o peso relativo de cada uma das vias da sua transmissão, e ainda outros fenómenos que nos possam fazer compre-

ender melhor os seus ritmos.

Ao percorrer as árvores genealógicas e o texto do ponto 4, verificamos que se registam mais homens que mulheres, o que se comprova pela observação do quadro XIII e do gráfico I (Vd. Apêndices III e IV).

A sua leitura pode, por outro lado, dar-nos outras informações. Por exemplo, verificamos que a proporção entre homens e mulheres é sensivelmente igual até meados do século XIII, notando-se a partir daí um aumento muito sensível no número de homens. Devemos no entanto referir, antes de qualquer conclusão, que os nobiliários podem ter omitido mulheres que seguissem, por exemplo, a vida religiosa, ou que por outras razões tivessem ficado celibatárias.

De qualquer forma, e mesmo tendo em conta a anterior objecção, poderemos afirmar que o século XIII terá assistido a um aumento demográfico considerável, no grupo da nobreza, sendo esse aumento mais acentuado na população masculina. O mesmo gráfico permite-nos avançar a hipótese de a Peste Negra eventualmente ter atingido mais a população feminina. No entanto, esta situação precisaria de ser comprovada com um número mais elevado de observações. Todavia, os números que temos representam a realidade desta família e, assim, poderão funcionar como um indicador tendencial.

O mesmo quadro XIII e o gráfico I (Vd. Apêndices III e

IV) dão-nos também informações quanto à importância de cada uma das vias, masculina e feminina, na transmissão da linhagem (19). Também aqui o número por via masculina é superior, muito embora se verifique um grande paralelismo entre as duas curvas. Só no período de transição da IX para a X geração (1300-1350), é que a situação se inverte (20), o que poderá ter como causas o período conturbado que marca o início do século XIV (por exemplo a Guerra Civil de 1319-1324) e que pode ter feito mais danos na população masculina, ou o facto de a última metade do século XIII ter assistido a um surto demográfico acentuado, o que obrigaria a acentuar eventuais medidas «malthusianas» (21). Essas medidas teriam também prejudicado mais o grupo dos homens, limitando o casamento dos filhos segundos.

A Peste Negra, por seu lado, terá reposto a situação anterior, equilibrando-a bastante.

Não podemos, porém, deixar de chamar a atenção para a importância da transmissão da linhagem por via feminina. De facto, se o seu peso, em termos absolutos, é inferior ao da via masculina, não deixa, por outro lado, de ter uma importância considerável na evolução da família patronal. Metade das segmentações da linhagem (22) fez-se por via feminina (23). As outras são feitas a partir de filhos segundos que, provavelmente afastados da herança paterna, dentro das regras normais da estrutura linhagística, se viram obrigados a procurar for-

tuna na carreira militar ou casando com alguma herdeira rica, acabando por fundar novas linhagens — Vasconcelos e Ribeiros (Vd. Árvores II-III e VII-VIII). Aliás, as que se originam por via feminina, são fruto de ligações ilegítimas, o que não impede que pelo menos uma delas vá originar os ramos mais proeminentes da família.

Por filhos segundos ou por linhas bastardas a «linhagem-mãe» segmentou-se, portanto, dando origem a novos ramos, alguns dos quais vindo mesmo a mostrar-se mais dinâmicos e contínuos do que o tronco donde floresceram (24). Como se poderá ver pelas árvores genealógicas, esses novos ramos acabaram também por sofrer segmentações, originando aquilo que os antropólogos classificam como segmentação perpétua (25). Caberá, ainda aqui, acrescentar, que na sua maioria, são os ramos transmitidos por via feminina aqueles que se perpetuam mais longinquamente e com mais vigor.

É o que se depreende, aliás, ao verificar que a maioria dos naturais identificados era-o por via feminina (26).

Os resultados obtidos e algumas das conclusões propostas permitem-nos, também, afirmar que terão sido as gerações da segunda metade do século XIII e da primeira metade da centúria seguinte, as que mais sofreram as consequências da adopção da estrutura linhagística, afirmada em meados daquele século, e que dessas gerações foi sem dúvida a população masculina aquela que mais se ressentiu. Isso explicará, ainda, to-

da uma situação de abusos por parte dos nobres em relação às instituições eclesiásticas (Vd. 3.3.), e mesmo os conflitos que marcam o primeiro quartel do século XIV. Estas conclusões colocam-nos ainda perante outra questão: qual foi o destino de tantos celibatários (27)?

Quanto às celibatárias, será lógico admitir que a maioria seguiu a vida religiosa, muito embora em relação a algumas delas nada possamos afirmar em concreto. Mesmo assim algumas dessas religiosas, através de ligações ilegítimas, tiveram descendência (Vd. III42 e V8).

No caso dos homens, a questão tem outra complexidade, já que grande parte desses celibatários, quase diríamos «forçados», são filhos segundos, excedentes de um sistema linhagístico que, pela sua própria dinâmica e características, não pode contemplar nem incluir na transmissão do património, reservado para o filho mais velho. Colocados assim como «marginais» em relação ao seu próprio grupo, terão de encontrar formas de sobrevivência em locais afastados do «território fraterno», agora humilhante ou hostil (28), e no caso português, em regiões afastadas do «congestionamento senhorial» do Entre-Douro-e-Minho (29). Vejamos, no entanto, mais de perto, as várias soluções encontradas pelos filhos segundos da família patronal de Grijó (30).

Já referimos o celibato monástico, «saída» preferencial para as mulheres. O celibato eclesiástico será também para os

homens uma solução que, em alguns casos, os levará a ocupar cargos de relevo na hierarquia eclesiástica, servindo assim, pelo lugar alcançado, para aumentar o prestígio da sua linhagem (31). O ingresso nas ordens militares, era outra forma de colocação que acrescentava ainda a faceta militar, tão importante para saciar o desejo de aventura, típico do imaginário cavaleiresco da época (32).

A guerra era, de facto, uma das melhores ocasiões para estes desenraizados se fazerem notar, e conseguir fazer fortuna (33). Por isso, tantos filhos segundos escolheram voluntariamente o exílio, dirigindo-se para as zonas conturbadas de então: a Terra Santa (34) ou, preferencialmente para os cavaleiros portugueses, a reconquista peninsular (35). Necessariamente belicosos, muitos terão talvez tido que emigrar, também, por questões políticas.

Outros, ainda, e procurando imitar as figuras míticas dos romances de cavalaria, resolvem «correr mundo» em busca de aventuras, torneios, despojos ou simplesmente a glória (36). Servir um senhor poderoso, ou simplesmente alguém mais importante, poderia ser também uma solução para se fugir à errância dessas mesmas aventuras (37).

Impossibilitados, muitas vezes, de fundarem pelo casamento novas linhagens, originaram linhas bastardas, estando destinados os seus frutos ao silêncio claustral ou ao esquecimento dos homens (38). Talvez que a crise portuguesa dos fi-

nais do século XIV tenha dado, aos filhos segundos da altura, a oportunidade de vingarem a memória de tantos dos seus pares, vítimas de um sistema que os excluiu e os remeteu para uma existência errante, de aventura, e tantas vezes mortal (39). De qualquer forma, essa exclusão terá tido, em última análise, o dom de manter durante séculos «a capacidade de resistência, o dinamismo e a renovação constante» (40) demonstrados pela nobreza.

◆
◆ ◆

Antes, porém, de passarmos a outra parte deste ponto, gostaríamos de esboçar algumas reflexões que o percurso até aqui feito nos sugere, e que se prendem com a busca da identidade da família patronal ou, se quisermos, da sua coerência. Onde reside e em que aspectos se manifesta? No nome, património ou tradições? De que forma, finalmente, os seus elementos têm consciência da sua identidade? Vejamos estes vários aspectos.

O nome é na verdade um factor de distinção, de marca, factor que muitas vezes define a origem de um indivíduo (41). Durante a Idade Média o nome, no seu sentido mais vasto, foi sofrendo alterações, decorrentes em grande parte da própria

evolução das estruturas do parentesco (42). Utilizando, inicialmente, um único nome, acrescenta-se-lhe mais tarde o patronímico, reflectindo talvez a importância cada vez maior da estrutura agnática de filiação patrilinear, vindo depois, numa altura em que a nobreza se define em linhagens e em que estas se fixam em torno de um símbolo patrimonial — o castelo, a honra —, a juntar os apelidos, que têm normalmente origem no topónimo onde se situa aquele elemento simbólico.

A transmissão desses nomes fazia-se de uma forma regular, respeitando-se a formação dos patronímicos e a transmissão do apelido. Mas esta norma nem sempre era seguida fielmente e, por outro lado, cada linhagem particularizava, segundo as suas próprias tradições, a sua aplicação. Vejamos alguns exemplos: na Árvore IV verificamos que existem dois ou três nomes que marcam a linhagem — João Afonso (6 vezes repetido e quase mítico para os Senhores de Albuquerque e Condes de Barcelos), Afonso Teles (4 vezes, ou 6 se acrescentarmos V 3b e 9 que tem a mesma procedência, e que homenageia o «fundador» daquele ramo) e Martim Afonso (3 vezes); na Árvore VII, o nome Afonso Pires parece ter marcado nitidamente um dos ramos da linhagem; também os nomes femininos parecem sofrer a mesma característica — a célebre Ribeirinha parece ter marcado a sua descendência, já que uma sua bisneta (V17), em lugar de usar o apelido paterno — Aboim ou Portel — usou o daquela sua antepassada — Ribeira. Outros exemplos se poderiam referir a propósito de famílias como os Sousas (Gonçalo e Mem),

Cunhas (Martim, Lourenço, Vasco), Pachecos (Lopo e Diogo) ou Vasconcelos (Mem, Gonçalo), etc.

Todavia, aquele último exemplo serviu também para demonstrar a flexibilidade da transmissão dos apelidos. De facto, talvez a partir de meados do século XIII (veja-se o exemplo de Gonçalo Anes de Aguiar, cujo apelido paterno era Vinhal e Aguiar o materno), a «regra» começa a ser infringida. São vários os exemplos que podemos referir apenas com elementos da família patronal: na Árvore III, Leonor Gomes (III35) que deveria usar o apelido paterno Arões, usava o de sua mãe — Vasconcelos; na mesma árvore (III44 e 45), dois irmãos usam apelidos diferentes. Mas, talvez mais significativos sejam os de Afonso Martins Correia e seu irmão (VIII18 e 19), que usavam o apelido de sua avó paterna, ou de Maria Pires (VII59) que usava o apelido Ribeira em vez de Alcoforado. É ainda o caso do prestígio exercido pelo apelido Sousa que é utilizado, nitidamente, com uma intenção de distinção por vários dos seus representantes (Vd. V14, 16, 35 e 38). Sobre as irregularidades da transmissão de patronímicos poderiam também ser dados alguns exemplos (43).

Mas, se o que acabamos de dizer demonstra, a nosso ver, a flexibilidade das regras e o peso das iniciativas particulares, também vem retirar ao nome a qualidade de definidor ou identificador da família patronal. De facto, as suas várias segmentações, dando origem a novos ramos, passaram a utilizar

apelidos próprios que vieram a ser, por sua vez, postos de parte em muitos casos, atendendo ao peso da transmissão por via feminina atrás referida.

Cremos que em relação ao património da linhagem-mãe a situação é algo idêntica. De facto, mas sem que o possamos afirmar com segurança, parece pouco provável que o património construído por Soeiro Fromarigues e seu filho Nuno Soares tenha chegado minimamente intacto às gerações seguintes. Fosse pelos matrimónios ou heranças sucessivas, ele foi por certo «pulverizado» (44). Aliás, se havia algum ramo da família que talvez pudesse ter mantido algum desse património, seria o da Árvore I e esse, como vimos, foi um dos que mais sofreu com a extinção da linha varonil, pelo que, a existir, se diluiu nos bens patrimoniais de linhagens estranhas à de origem (45). Não nos parece, pois, que o património reúna as condições necessárias para simbolizar a coerência da família.

O mesmo poderíamos referir a propósito das tradições da mesma linhagem. De facto, quer as que estão ligadas a episódios lendários (Vd. I28 (46) e VIII4e) quer as que se prendem com factos verídicos, mesmo que desprestigiantes (Vd. II22a e 36 (47), e VII10a) ou a figuras mais ou menos «históricas» (III34 ou IV2), pertenciam ao «património mítico» de cada linhagem, e não ao de toda a família. E o que se disse sobre as tradições, aplica-se também aos poderes senhoriais. Para além da sua própria linhagem a quem mais interessavam as «honras»

(48) de um dos seus elementos?

A questão que agora colocamos, põe-se para todos os factores até agora enunciados: que importância pode ter para os indivíduos da Árvore IX o apelido dos da Árvore III, e vice-versa, ou que orgulho poderia sentir um Fernão Martins Brandão, de uma família de «um escudo e uma lança», por saber que um tal Gonçalo Anes de Briteiros tinha muitas honras e estava casado com uma neta de Afonso III e que, talvez, até o olhasse com desdém?

Talvez que esse distanciamento, e em alguns casos, ignorância do parentesco entre alguns nobres, tenha sido uma das razões que levou o Conde D. Pedro a compilar o seu Livro de Linhagens (49).

Postos, assim, de parte, os factores que colocáramos para tentar encontrar a coerência desta família patronal, impõe-se uma pergunta final: onde reside, então, essa coerência?

Antes de tentarmos responder a esta questão, será conveniente mostrar porque é que, na realidade, aqueles vários factores não serviram para responder à questão inicialmente colocada. Cremos que a explicação radica na própria estrutura de parentesco adoptada pela nobreza a partir do século XII. De facto, o surgimento das linhagens veio criar outras instâncias de identificação no seio da nobreza. Ao abandonar a horizontalidade cognática, da parentela, cada linhagem, e os seus

elementos, voltaram-se sobre si mesmos, defendendo ciosamente a sua honra, o seu nome, o seu património, os seus poderes senhoriais e as suas tradições o que custou, até, a algumas delas, a sua própria extinção.

Se na própria génese da adopção da estrutura linhagística se encontra a intenção de eliminar a influência e os «interesses» da parentela, como poderíamos encontrar os suportes da coerência da linhagem-mãe, em factores que se afirmam a partir daquela mesma adopção e que individualizaram as suas sub-linhagens?

Assim, a possível resposta terá que ser procurada numa época anterior à prática de uma estrutura de parentesco fundada nas linhagens e no agnatismo.

Parece-nos lógico que o factor que temos vindo a procurar se identifique com os direitos de padroado, cuja forma de transmissão, quer por via feminina quer por via masculina, é tipicamente cognática e que unia toda a família a um ponto comum: o mosteiro de S. Salvador de Grijó.

Pensamos poder, assim, concluir, que a coerência de qualquer família patronal residirá no mosteiro de que os seus elementos são naturais, pertençam eles a que linhagem pertencerem. O mosteiro transforma-se assim num símbolo, que diríamos totémico (50), para todos eles. Nele se sepultam, nele podem «pousar» e comer, nele encontram «o fio condutor das tradi-

ções» (51), nele, enfim, se reúnem ricos-homens ou escudeiros, colocados em pé de igualdade perante um passado comum (52), e tudo isso, através de um conjunto de direitos que talvez seja uma das manifestações típicas do cognatismo que irá sobreviver até mais tarde.

Terminamos este ponto, recordando uma afirmação que deixámos em aberto no seu início: a família patronal pode-se definir, em termos antropológicos, como uma «linhagem», já que é um conjunto de indivíduos ligados a um antepassado comum e a uma mesma instituição. Quanto à instituição, já vimos de que forma eles a entendiam e como a conheciam. Mas, quantos deles saberiam o nome desse antepassado? Os cónegos de Grijó com certeza que sim, como conservadores da memória escrita das origens da família e da sua união ao mosteiro — o cartulário Baio-Forrado. Mas os naturais sabiam-no? Quando entravam na igreja do mosteiro, quem sabe se, alguns deles, venerando as cinzas do bastardo régio Rodrigo Sanches, quantos saberiam que o tumulado era, como eles, tetraneto de Soeiro Fromarigues? Sabê-mo-lo nós, que reconstituímos a sua descendência, geração a geração. Não cremos, todavia, que eles o conseguissem fazer.

Por isso, para sermos mais correctos, e seguindo ainda a linguagem antropológica, deveríamos classificar a família patronal como um clã (53), ganhando, assim, ainda mais força, o simbolismo totémico do mosteiro de Grijó.

5.2.2. As alianças

Outro aspecto que nos poderá levar a um melhor conhecimento da família patronal, é o das suas alianças. De que forma, ou formas, e segundo que critérios se uniam os homens e mulheres deste clã? Em que meios e regiões? Quais os seus fins e/ou estratégias?

É evidente que neste caso teremos que analisar as situações ocorridas em cada sub-linhagem (I, II-III, IV-V, VI, VII-VIII e IX), já que, dificilmente, as opções em matéria matrimonial seriam consequência de uma estratégia de todo o clã. Para o período anterior à formação das linhagens pouco poderemos adiantar, já que se desconhecem as origens das famílias com quem se uniram, pelo casamento, os filhos e netos de Soeiro Fromarigues. Todavia, será de aceitar que fossem famílias da região do Douro (54).

Já referimos, no início deste ponto, que a única filha de Nuno Soares de Grijó que parece ter tido descendência, e sua possível herdeira, casou com um senhor galego, o que terá talvez provocado o afastamento da família para uma região mais a norte da margem sul do Douro (55), o que parece ser confirmado por uma afirmação do Conde D. Pedro, relativa aos netos daquele casal: «E estes forom naturaes de Lanhoso, contra Riba de Cadavo e Berredo (...)» (56). A provar esta deslocação, parece ser a própria situação geográfica dos Vasconcelos, pro

venientes de Martim Moniz (I28), filho daquele casal, e dos Machados, provenientes de uma irmã deste último (I29). Parece-nos, assim, legítimo afirmar que, em meados do século XII, o ramo principal da família se deslocou para o coração do Entre-Douro-e-Minho.

Esta deslocação confirma-se também pelos matrimónios das gerações posteriores. Assim, Martim Pais (I32) vai casar com uma senhora da família de Valadares, com significativa implantação junto do rio Minho (57). A única filha que continua a descendência legítima (58), vai casar na família Azevedo, também minhota (V. 3.2.), e Maria Anes da Veiga (I42), única neta e descendente, liga a família aos Briteiros, proprietários na região vimaranense. Esta união, aliás, é um bom exemplo das situações criadas às famílias que deixavam de ter descendência masculina. Confrontadas com a eminência da passagem do património familiar para mãos estranhas, queriam, pelo menos, garantir um mínimo de «lucro», na troca, nestes casos possivelmente através do prestígio da própria aliança (59). Os Briteiros foram, no século XIII, guindados à categoria de ricos-homens, e poderiam, talvez, pela sua situação de «próximos» do rei D. Afonso III, dar esse prestígio e brilho à união. O descendente deste casal (I42 e 42a) é já nobre cortesão, trovador (I44) e casa, significativamente, com uma filha do monarca, não importa se bastarda, o que demonstra o apreço do rei por esta família de fiéis servidores. O filho (I51) contrai matrimónio com uma Gusmão, família castelhana de grande

prestígio (Vd. LL17). Nova falta de varões, e agora a única filha leva o património familiar para os Pereiras (I56 e 56a), família que, como vimos (Vd. 3.2.), recuperara no século XIV o brilho de outros tempos. Parece, no entanto, notória a permanência da família em terras do Entre-Douro-e-Minho, através de uma política de alianças com famílias daquela região, levada a cabo por esta linhagem.

Já vimos como as linhagens II-III e VI (60) surgem também, no século XIII, situadas na região do rio Cávado.

As primeiras gerações (II1, 4 e 8) estabelecem ligações com os Silvas, Coelhos e Portocarreiros, famílias cuja influência territorial se verifica também em terras do Entre-Douro-e-Minho. Aliás, todos os filhos e descendentes de João Pires de Vasconcelos (II4) e mesmo os seus primos Alvelos, contraem matrimónio com elementos, quer masculinos quer femininos, de famílias daquela região (Vd. Árvore II e 4.§II). A situação, porém, verificada na descendência de Rodrigo Anes de Vasconcelos é já um pouco diferente (Vd. Árvore III). Tendo tido cinco filhos e cinco filhas, o seu destino é já diverso: enquanto as filhas (III6 a 10) casam (61) com elementos de famílias da região já referida — Azevedo, Meira e Cerveira —, os filhos casam (III2 e 3) um na família Cambra, e outro com senhoras de famílias do Sul, a demonstrar a obrigatoriedade de os filhos segundos procurarem alianças em regiões afastadas do solar paterno. O mais velho (III1) casa primeiro com uma

Zote, ramo colateral dos Velhos, família da mesma região, e depois com uma irmã do bispo de Lisboa, talvez possuídora de bom dote (62).

A descendência das irmãs de Mem Rodrigues mantêm-se de uma maneira geral dentro da mesma política, ou seja, contraem alianças matrimoniais com famílias do Entre-Douro-e-Minho, muito embora, quando nos aproximamos dos meados do século XIV, se verifiquem algumas alianças com famílias do Centro e Sul do País, como os Góis e Cogominhos, ou ainda com elementos isolados mas ligados ao funcionalismo régio. O relacionamento com a corte explica, talvez, que a descendência de Mem Rodrigues, em alguns casos (III15 e 52), faça casamentos em famílias bastante mais poderosas, como é o caso dos Teles.

Quanto à descendência da irmã de Martim Pais, a célebre Ribeirinha (I34), ela está condicionada pelas uniões daquela — amante de Sancho I e mulher de um dos seus antigos mordomos, João Fernandes de Lima. Normalmente, os bastardos não tinham grandes hipóteses de fundar novas casas, mas tratando-se de bastardos régios, a situação alterava-se substancialmente (63). Curiosamente, nos bastardos de Sancho I verificam-se, talvez, as duas situações (Vd. Árvore IV): enquanto os filhos não parecem ter tido grandes hipóteses de formar novas linhagens (um seguiu a carreira eclesiástica (IV1) e o outro é tipicamente um «juvene» (IV2), uma das filhas serviu, provavelmente, para estabelecer aliança com um poderoso senhor caste-

hano, senhor de castelos próximos da fronteira portuguesa IV4 e 4a), a provar a constante importância das mulheres/filhas-irmãs, nas estratégias de família/poder.

A partir desta união, que marcou profundamente a linhagem, a descendência dela saída vai abandonar o Entre-Douro-e-Minho para se dirigir ou para Castela e Galiza, de onde não deixará de regressar continuamente, ou para as proximidades da corte. Será, aliás, neste ramo que se verificarão as alianças de maior prestígio, o que levará a linhagem ao cume da hierarquia social.

Os filhos do casamento da Ribeirinha com João Fernandes de Lima seguem um percurso bastante idêntico (Vd. Árvore V). Aqui, a primeira geração é nitidamente marcada pela ausência de transmissão por via masculina: como já vimos anteriormente, a existência apenas de filhas implica uma transferência do património familiar que terá de ser «pago» através de alianças prestigiantes. De facto, uma delas (V1) casa com um dos chefes da casa de Sousa, e a outra (V3), significativamente, com um filho do primeiro casamento do atrás referido senhor castelhano.

A descendência deste último casamento seguirá também em Castela, onde virá a unir-se à casa real, e em Portugal, com implantação, sobretudo, na região centro (Santarém).

Quanto à do primeiro, irá aliar-se a famílias de grande

influência junto da corte e mesmo com bastardos régios que, neste caso, serviram ao monarca para obter o contrôle de uma grande família, dando-lhes em troca o prestígio do nascimento, ainda que ilegítimo, dos seus filhos, já que também aqui se verificaram quebras de varonia (Vd. V13 e 17).

Quanto à linhagem VII-VIII, verificamos uma lenta descida do Entre-Douro-e-Minho para regiões a sul do rio Douro, quer junto ao Vouga e ao Paiva quer nas Beiras. De facto, os Ribeiros vão-se aliar a famílias como os Paivas, os Cambras, os Pachecos e Cunhas, famílias que muito embora tenham tido a sua origem naquela primeira região foram, ao longo do século XIII, ocupando regiões mais marcadamente concelhias e, por assim dizer, virgens de concorrência senhorial. Alguns dos seus membros vão mesmo casar com pessoas de famílias do Alentejo e Algarve (Vd. VII11 e 26 e VIII5, 24 e 38), muito embora os bens patrimoniais da família pareçam situar-se, nos finais do século XIII e inícios do seguinte, em terras de Santa Maria (Vd. VII8 e 9).

Finalmente, a linhagem IX, e se aceitarmos a sua ligação à família patronal através do seu primeiro elemento, terá sido a única que se manteve no local de origem, ou seja, na margem sul do rio Douro, mantendo também ligações com famílias dessa região ou próximas da margem norte daquele rio (Vd. IX5, 9, 13, 25), ou ainda do Centro (Vd. IX 15, 33 e 35).

Parece-nos poder afirmar que, em termos de base territo

rial, as linhagens que compunham a família patronal mantiveram uma política de alianças voltada preferencialmente para o Entre-Douro-e-Minho (que, como zona senhorial, compreende ainda zonas situadas a sul do rio Douro) e nas Beiras, exceptuando aquelas que, pelas razões apontadas, se foram aproximando da corte. O século XIV, porém, parece marcar uma inflexão para Sul, a provar a diminuição da importância do Entre-Douro-e-Minho, como zona preferencial de implantação da nobreza, e que irá gradativamente perdendo em favor, sobretudo, do Ribatejo e Alentejo (64).

◆
◆ ◆

Outra questão que gostaríamos de abordar é o das estratégias matrimoniais desta família. Que jogo de intenção estava por detrás de cada aliança (65)?

Já vimos como as suas preferências, em termos regionais, estavam voltadas para o Entre-Douro-e-Minho, região que, pelo menos até ao fim do século XIV, será a grande «reserva» senhorial.

Mas essa «reserva» contava com várias famílias. Quais então as preferidas? Quais as que interessavam mais a cada li

nhagem? E porquê? O poder, quer económico quer senhorial, ou o prestígio?

É evidente que tentar explicar todos os matrimónios ocorridos nesta família seria tarefa impossível e, mesmo que o não fosse, ultrapassaria largamente a estrutura e intenções deste trabalho. Só poderemos tentar perceber certas tendências, através de exemplos mais ou menos significativos.

Será normal admitir, à partida, que qualquer família nobre escolha dentro do mesmo grupo social as alianças para os seus filhos e filhas (66), ou então em outros grupos, desde que se trate de herdeiras (67). De facto, e em relação a este último caso, temos um exemplo significativo: Gonçalo Gomes de Azevedo (III33), alferes de D. Afonso IV na batalha do Salado, casou em Évora com a filha de um carvoeiro da Estremadura. Mesmo que o carvoeiro dotasse bem a sua filha, o que será difícil provar, o facto é que uma aliança desta «categoria» era pouco prestigiante, o que não escapou à crítica do Conde D. Pedro, que descreve pormenorizadamente a união. A sequência não é muito melhor: a única filha (III64), casa com um bastardo de uma família de funcionários régios, que viu assim a possibilidade de «subir» socialmente graças à linha paterna de sua mulher (68).

Estes casos, porém, são pouco frequentes, pelo menos nesta família. O comum seria a primeira circunstância, ou seja, o casamento dentro do grupo da nobreza. A nobreza, porém,

é um grupo bastante heterogénio, já que, no seio, se encontram diferenças em termos económicos e hierárquicos. Assim, as famílias do estrato inferior procurariam aliar-se a outras mais poderosas, ganhando assim prestígio e dando aos descendentes a possibilidade de passarem a um estrato superior. Às famílias superiores poderia ser útil casar as filhas com elementos de categoria inferior, já que assim poderiam vir a buscar elementos para a sua clientela vassálica (69). É evidente que também o factor económico era importante, sobretudo para os filhos segundos, que procurariam unir-se a herdeiras ricas ou mesmo suprir a falta de sucessores masculinos de determinadas linhagens.

No entanto, nunca deveremos deixar de acentuar a maleabilidade das regras, muitas vezes «infringidas» pelas políticas particulares desta ou daquela linhagem, como já acentuou José Mattoso (70). Os exemplos que se seguem servem apenas para demonstrar as estratégias, aparentemente, mais comuns.

Vejamos em primeiro lugar os casos de alianças em que parecem estar envolvidos quer o prestígio quer o poder.

Na árvore III encontramos os casos de Gonçalo Mendes de Vasconcelos (III15) e de sua sobrinha (III52) que casam com dois Teles (Meneses). Como já tivemos oportunidade de referir (Vd. 3.2.), esta família era, pelos seus parentescos e prestígio, a família mais importante da nobreza portuguesa. Por outro lado, os Vasconcelos seriam uma família de infanções, bem

relacionados com a corte e com bastantes bens na zona do Cávado, mas longe de se poderem comparar com a anterior. A justificação daquelas uniões deverá passar, por um lado, pela vontade de ascenção social dos Vasconcelos através do prestígio dos Teles e, pelo outro, estes, através de Martim e Maria Afonso Telo, irmãos, procurariam a fidelidade/vassalidade de uma família com as características dos Vasconcelos. Acrescente-se a estas circunstâncias, o facto de Aldonça Anes de Vasconcelos (III52) não ter tido irmãos e ser filha única, o que a colocava ainda em situação de herdeira, o que vem, parece-nos, completar o quadro.

Outro exemplo, também na Árvore III, é o de três irmãs da família dos Vasconcelos (III6, 7 e 8) que casam com três irmãos da família Azevedo, o que, pelo menos, parece dar a entender uma forte intenção de estabelecer sólidos laços de parentesco entre as duas famílias. Neste caso, que parece envolver famílias da mesma categoria, estaremos perante um exemplo de uma política de aliança com incidência territorial, mas que poderá ter, talvez, também ligações de poder. Os Vasconcelos e Azevedos estavam ligados à casa de Barcelos (Vd. III 4, 6a e 7a) por laços de vassalidade, e é possível que esses casamentos tenham correspondido a um acto mais de uma cadeia de ligações de tipo feudo-vassálico, apoiadas e desenvolvidas através das alianças matrimoniais que seriam, assim, um dos seus alicerces primordiais (71).

Parece-nos, aliás, significativo que, como vimos no exemplo anterior, o processo se desenvolva ao longo de várias gerações.

Continuando na mesma Árvore III, colhemos um outro exemplo interessante: dois filhos de um dos casais apontados anteriormente foram casados também com duas irmãs, desta vez da família Cunha, do ramo dos senhores de Tábua (III 39 e 40). Não se verificando, neste caso, uma política de união territorial (72), talvez se esteja perante um exemplo de aquisição de prestígio, já que os Cunhas seriam uma das famílias mais bem «cotadas» no século XIV (73).

Um outro exemplo, agora da Árvore IV, é o de dois elementos da família dos Teles: Martim Afonso Telo (IV10) e seu sobrinho Rodrigo Anes Telo (IV12). O primeiro casou com a filha de D. João de Aboim e o segundo com a filha de Martim Gil de Soverosa. Sem dúvida nenhuma, podemos afirmar que os seus sogros foram das figuras que mais marcaram os meados do século XIII. Os Teles, como é sabido, eram uma família castelhana poderosa e a sua aliança era importante, atendendo sobretudo à sua posição fronteiriça. Martim Afonso foi rico-homem de D. Afonso III e é assim natural, que um casamento com a filha do mordomo do monarca fosse bem visto por este. As duas famílias satisfaziam também os seus «pergaminhos» e com clara vantagem, parece-nos, para os Aboins. Rodrigo Anes, senhor do castelo de Albuquerque, casava com a filha do grande valido de

Sancho II, e que tantas vezes passou a Castela. Os Soverosas, para além do mais, tinham ascendido ao mais alto nível, quer socialmente quer ao nível do relacionamento com a corte. O prestígio era mútuo.

Também se compreende porque é que D. Dinis casou o seu filho predilecto, o bastardo Afonso Sanches, com a filha herdeira do 1º Conde de Barcelos (Vd. IV 25 e 25a). Assim se prova, mais uma vez, a importância que os bastardos régios tinham para a coroa, já que, levando simplesmente o prestígio do seu sangue, permitiam aquela o contrôle das grandes casas senhoriais que ficavam sem varões.

Vejamos outros casos idênticos e, parece-nos verdadeiramente exemplares, tendo agora como pano de fundo o contrôle da casa de Sousa. Três bastardos régios, Martim Afonso Chichorro (V13a) e Afonso Dinis (V17a), filhos de Afonso III, e o Conde D. Pedro de Barcelos (V16a), filho de D. Dinis, casam, os dois últimos com duas irmãs, com as herdeiras dos dois ramos em que a poderosa Casa de Sousa se dividiu. Mas, mais curioso será ainda o caso, se acrescentarmos que o sogro de dois desses bastardos se chamava Pero Anes de Portel, e que, dessa forma, também estava em jogo a enorme fortuna do já referido mordomo de Afonso III, e de que seu filho foi o herdeiro principal. Parece, assim, que tudo se conjuga para que se veja nestas alianças uma estratégia de poder, claramente apoiada nas uniões matrimoniais.

O mesmo se tinha verificado, aliás, quando o referido Pero Anes casara com Constança Mendes de Sousa (Vd. V 7 e 7a).

Na Árvore VIII recolhem-se dois exemplos demonstrativos das estratégias familiares de aquisição de prestígio e de poder através dos matrimónios. O primeiro, e bastante semelhante a outros já apontados, é o da aliança dos Chancinhos aos Cunhas, por meio de três matrimónios: Gonçalo Fernandes e Senhorinha Fernandes Chancinho (VIII 10 e 12), irmãos, casam com Teresa Martins e Vasco Martins da Cunha, irmãos também, do senhorio de Tábua, e uma sobrinha daqueles casa com Martim Lourenço da Cunha (Vd. VIII 27 e 27b), do senhorio de Pombeiro.

O segundo caso, é o dos casamentos dos filhos de Lopo Fernandes Pacheco: o filho, Diogo, casa na família Pereira, e as filhas, Violante com um Cunha, e Guiomar com o 4º Conde de Barcelos (Vd. VIII 54, 55 e 56). O grande valido de Afonso IV viu assim a sua descendência unida a três das principais famílias do reino.

O relacionamento entre os vassalos que compunham as casas dos monarcas ou dos infantes favorecia a sua aproximação em termos de alianças matrimoniais, o que seria, aliás, bem visto pelos seus chefes, já que esses vínculos de parentesco concorriam para a solidificação e coesão do grupo que os servia directamente.

Um exemplo: o filho e a filha de Martim Pires de Alvim

(VII13), vassalo da casa do futuro Afonso IV, casam com Branca Pires e João Esteves Coelho (Vd. VII 30a e 31a), irmãos, este último também vassalo da mesma casa e, mais tarde, com seus irmãos, vassalo da casa do Infante D. Pedro, a que pertencia João Pires de Alvim, o referido filho de Martim. Entre estes vassalos passavam, assim, a estabelecer-se laços de parentesco e o serviço a um senhor comum.

Finalmente, os casos em que a estratégia matrimonial está voltada para a aquisição de heranças, através de alianças com filhas únicas que herdarão o património familiar, e de que já tivemos ocasião de referir alguns exemplos significativos (74), mas que se poderiam acrescentar (75).

Uma última referência: João Lourenço Buval era natural de Grijó em 1365, no grupo dos infanções. A sua família, porém, era da baixa nobreza (Vd. IX 53). Foi por certo através do matrimónio, que infelizmente não conseguimos detectar, que João Lourenço subiu de categoria.

O matrimónio era, pois, uma das molas propulsoras dos vários estratos da nobreza e que, em várias circunstâncias, a dinamizava e renovava.

As estratégias e intenções podiam ser, e eram, variadas. A finalidade era quase sempre o poder, fosse envolto em prestígio ou em laços de vassalidade.

A família e o poder. Talvez uma das componentes mais ca

racterísticas da nobreza e da sociedade medievais.

◆

◆ ◆

Falta-nos referir, antes de terminar esta parte, uma questão que tem vindo a marcar profundamente os estudos sobre a família, o casamento e as relações de parentesco. Trata-se de apurar o grau, ou incidência, de endogamia e exogamia verificado no seio da nobreza, ao longo da sua evolução (76).

O caso português, como é sabido, foi estudado várias vezes por José Mattoso, que detectou uma evolução daqueles dois sistemas. Assim, a endogamia teria sido utilizada, durante o século X, pela nobreza condal que pretendia, desta forma, «reduzir o número dos detentores do poder e acumular os bens materiais, que circulam em âmbitos mais restritos». As práticas endogâmicas teriam depois — séculos XI e XII — sido cada vez menos frequentes, sobretudo nos graus de parentesco mais próximos (77). O mesmo autor observou ainda que, curiosamente, as famílias de infanções, que a partir do século XI vão iniciar uma ascenção que os conduzirá, no século XII, ao topo da escala social, adoptaram, pelo contrário, uma prática exogâmica (78).

É evidente que a adopção da endogamia ou da exogamia

pelas várias linhagens tem a ver essencialmente com as suas estratégias e necessidades (79).

Toda esta questão circula, também, em volta da evolução da própria teoria eclesiástica sobre os graus de impedimento de matrimónio entre parentes, e as oscilações que essa teoria sofreu ao longo do tempo (80). Deve-se notar, no entanto, que a própria noção de parentesco deve ter-se transformado com a implantação do sistema linhagístico (81).

Vejamos de que forma se verificam esses fenómenos no conjunto da família patronal ou que outro tipo de situações se pode observar.

A pouca quantidade de elementos recolhidos para o início da família, não nos permite afirmar que tenha existido uma prática endogâmica ou exogâmica durante o final do século XI e o século XII. Todavia, será de admitir que tenham seguido uma prática exogâmica, a exemplo das outras famílias de infanções para a mesma época (82). Para os séculos XIII e XIV a situação não parece ter-se alterado. De facto, apenas encontramos nove casos seguros de relações de consanguinidade, podendo reduzi-los para cinco, se atendermos ao facto de quatro deles dizerem respeito a situações extra-matrimoniais (83).

A maioria desses casos situa-se no século XIII (84). É natural que a campanha levada a cabo pela Igreja contra o incesto tivesse a pouco e pouco frutificado e que, chegados ao

século XIV, as práticas endogâmicas, sobretudo os graus mais próximos de parentesco, tendessem a desaparecer.

De qualquer forma, essas práticas teriam sido mantidas pelos estratos superiores da nobreza (85), o que parece comprovar-se pela observação desta família patronal, já que 7 dos 9 casos apontados se verificam nas árvores IV e V que, como vimos, englobam os ramos hierarquicamente mais proeminentes. Foi também nesses ramos que tínhamos referenciado um maior número de bastardias (86). Esta conjugação de factores quase nos permite afirmar, como Georges Duby, que muitas situações incestuosas seriam consequência de uma promiscuidade familiar (87).

Pelo menos, o único caso declaradamente incestuoso verifica-se na Árvore V, entre Gonçalo Mendes de Sousa e sua irmã Maria Mendes (V 4 e 6). Este exemplo, narrado pelo Conde D. Pedro, é bem demonstrativo do cuidado e atenção que a Igreja tinha em relação à moral e aos costumes: a ligação escandalosa entre os dois irmãos mereceu a intervenção do arcebispo de Santiago, que tomou Maria Mendes ao seu cuidado e a entregou, depois, a Lourenço Soares de Valadares, com quem casou (88). Gonçalo Mendes seguiu a via do exílio, na Terra Santa (Vd. 4. V 4).

No segundo grau de consanguinidade (89) temos dois casos de matrimónio e um de relação extra-conjugal. Os dois primeiros referem-se a Leonor Anes de Briteiros e a Martim Anes

de Briteiros (I 53 e 53a), que viram o seu casamento anulado: «e parti-os a Sancta Egreja per sentença, porque eram segundos coirmãos e siiam em pecado» (LL23A3). De facto, o avô paterno de Leonor e o pai de Martim eram irmãos. O segundo diz respeito a Martim Afonso de Sousa e a Maria Gonçalves de (Briteiros) Sousa (V 34 e 34a). O pai de Martim e a mãe de Maria eram irmãos (90). Estes dois exemplos são do século XIV e, curiosamente, envolvem a família Briteiros, que poderia, por razões que desconhecemos, ter adoptado uma prática endogâmica. Talvez que essa razão fosse a defesa patrimonial já que, tendo ascendido a ricos-homens e ganho o relacionamento com a corte em meados do século XIII, talvez tenham recorrido à endogamia para preservar o património adquirido e acrescentado, até porque o segundo exemplo diz respeito a uma situação de ausência de herdeiros masculinos (Vd. V 25 e 25a).

O terceiro exemplo, relativo à relação extra-conjugal, refere-se a Pero Anes de Vasconcelos e a Teresa Gil Feijó (II 8 e 8b). As suas mães eram irmãs, e o Conde D. Pedro não deixou de referir o impedimento de parentesco que entre eles existia (91).

No terceiro grau de consanguinidade temos um único exemplo: o da ligação ilegítima de Teresa Mendes de Sousa com Pedro Afonso Ribeiro (V 8 e 8a).

Finalmente, e relativos ao quarto grau, recolhemos quatro exemplos: o da ligação de Rodrigo Sanches com Constança

Afonso de Cambra (IV 2 e 2a), os dos matrimónios de João Gonçalves Raposo e Teresa Álvares das Astúrias (IV 18 e 18a), e do 6º Conde de Barcelos, João Afonso Telo e seu irmão Gonçalo Teles, casados com duas irmãs, Beatriz e Maria Afonso de Albuquerque (IV 44 e 44a e 45 e 45a), respectivamente.

Os exemplos recolhidos e as várias situações apresentadas levam-nos, assim, a admitir que a sociedade nobre dos séculos XIII e XIV levaria a cabo uma prática exogâmica, muito embora a alta nobreza possa ter recorrido, com maior ou menor frequência, dependendo de várias motivações e de estratégias particulares e pontuais, a práticas endogâmicas. Será ainda de salientar o papel moralizador da Igreja, que não deixou de intervir directamente no processo de combate ao incesto (92).

◆

◆ ◆

Gostaríamos de encerrar esta parte, chamando a atenção para um fenómeno que se pode considerar bastante importante e que, de certa forma, aglutina os vários elementos que temos vindo a tratar neste ponto.

Quando elaboramos a genealogia da família, fomo-nos apercebendo de um número significativo de alianças matrimoniais

entre elementos das várias linhagens.

Sem podermos afirmar, como anteriormente referimos, a existência de uma política matrimonial comum a todo o clã, cremos poder afirmar que aquelas uniões se compreendem, se recordarmos o papel representado pelo mosteiro de Grijó para com a família patronal. Factor de identidade e coerência da família, é assim natural que as linhagens por ele unidas se vissem entre si como grupos preferenciais para as suas estratégias matrimoniais (93).

Os exemplos são demasiado numerosos para que os possamos aqui referir. Daremos apenas um, que nos parece modelar: Martim Pires Alvim (VII 13a), casou os seus dois filhos (VII 30 e 31) com dois irmãos da família patronal (VIII 47 e 51), dos Coelhos. Martim Pires, depois de enviuvar casou com Maria Mendes Petite (VIII32), viúva de Estevão Pires Coelho. Era, portanto, a sogra dos seus filhos ... (94).

As várias linhagens tinham assim um excelente meio de, não correndo riscos de endogamia, solucionar as exigências das suas estratégias matrimoniais, mantendo relativamente unido o património, assegurando a continuidade das tradições familiares e a segurança do seu prestígio.

O mosteiro de Grijó reforçava, deste modo, a sua capacidade de factor de coerência e identidade que, de certa forma, acabava por se corporizar também como factor de continuidade

da própria família patronal.

5.2.3. O poder territorial

Um dos elementos caracterizadores da nobreza é a expressão do seu poder territorial. Mesmo quando não intervem directamente na sua exploração, são as rendas recolhidas nas suas propriedades que lhe dão o suporte económico. Por vezes, e mais lucrativos ainda, prefere exercer, apenas, os seus poderes senhoriais, deixando aos seus funcionários as questões que se prendem directamente com a administração (95).

A terra é, assim, num quadro, aliás, tipicamente medieval, o apoio fundamental para a nobreza (96). Fonte de rendimentos e local onde se exercem os seus poderes senhoriais, a terra é não só factor de riqueza mas também de prestígio.

Por isso, também, ela é tão cuidadosamente defendida e constantemente cobiçada. Defendida, em primeiro lugar, através de práticas de transmissão hereditária que, a pouco e pouco, vão tendendo a privilegiar um único descendente — o filho mais velho. Na sua falta, e de outros varões, através de uma criteriosa política matrimonial para as filhas, de molde a atenuar os prejuízos da transferência do património familiar para mãos estranhas ou para as de um parente não muito próximo.

Cobiçada, em segundo lugar, por muitos interessados, nobres também, filhos segundos deserdados e que, de várias formas procuram adquirir um património que lhes foi negado por imperativos de sobrevivência do seu próprio grupo. Pela Igreja, senhora também de inúmeras terras, que aumenta por doações daqueles que procuram a salvação da alma ou que, não tendo descendentes, se vêm levados a doar-lhas. Pelo rei, finalmente, o primeiro dos nobres mas que, com a progressiva afirmação do Estado e com a identificação deste com a sua pessoa vê, sobretudo naqueles poderes senhoriais, uma incómoda concorrência e entrave para efectuar aquela afirmação. Por isso, procura reduzi-los através de um contrôle apertado e cíclico (97).

◆

◆ ◆

O património territorial da família patronal de Grijó iniciou-se, como vimos, através de uma longa e paciente política de compra e troca de terras, levada a cabo por Soeiro Fromarigues, sua mulher e filhos. Aquela política era típica das famílias da média nobreza, que não eram grandemente dotadas em bens patrimoniais (98).

Como também já referimos, a falta de descendência masculina, fez com que os bens de Nuno Soares de Grijó tenham pas-

sado, provavelmente, para as mãos de pessoas estranhas à família.

A evolução desta e a sua segmentação em várias linhagens já foi analisada em outro lugar deste ponto. É, assim, natural, que aquele património inicial se tenha diluído e que o seu rasto se tenha perdido ao longo da história de cada linhagem que se foi constituindo e ganhando individualidade própria ao longo dos séculos.

A evolução do poder territorial da família patronal sofreu, assim, os altos e baixos e as vicissitudes dos seus vários rebentos. Como se compreenderá, a análise aprofundada dessa evolução iria, não só exceder largamente os propósitos deste trabalho mas, também, abordar uma temática que, só por si, justificaria uma exposição autónoma e, para a levar a cabo, seriam necessários muito mais elementos do que aqueles que nos esforçamos por recolher.

Assim sendo, optámos por analisar esse poder territorial num momento preciso — 1365. Ano que, como veremos no final do trabalho, é capital para a vida comum da família e do mosteiro de Grijó.

◆

◆ ◆

Quando no ponto 3.2., ensaiamos um conjunto de breves notícias sobre as famílias referidas no Livro das Campainhas, tivemos oportunidade de apontar o seu local de origem, as suas principais características e aqueles dos seus elementos que mais se evidenciaram. Chegou agora o momento de verificarmos a importância do seu todo em meados do século XIV.

O grupo das famílias que é representado pelo ricos-homens naturais de Grijó, identifica-se, na sua quase totalidade, com a alta nobreza da época. A casa de Barcelos destaca-se de todas as outras quer pelo seu prestígio e influência «palatina» quer pelos seus bens que, encabeçados pela minhota vila que dá o nome ao condado, se estendem por várias zonas do território nacional. As honras e os coutos possuídos pelos condes e seus parentes (Vd. Árvore IV) permitem-lhes o exercício de vários poderes, que os monarcas confirmam, numa clara demonstração de apreço pela família mas, também, da autoridade régia afirmada que, agora, é a verdadeira detentora e distribuidora do poder (99).

A progressiva ocupação de zonas a sul do Mondego e do Tejo por parte da alta nobreza marca também, a partir de meados do século XIV, o final da identificação do Entre-Douro-e-Minho com o local privilegiado para a fiação patrimonial daquela (100).

Voltemos, todavia, às famílias. A par dos «de Barcelos», vamos encontrar os representantes da antiga casa de Sou

sa. Já vimos como ela passou, no século XIII, para o directo contrôle da coroa. Associada, no século XIV, aos Briteiros e Cunhas, representava ainda neste último século um peso considerável em termos territoriais, como se poderá calcular pelos bens de Gonçalo Anes de Briteiros (Vd. V25a), e em termos de relacionamento com a corte (Vd. V33). O seu poder exercia-se, ainda, a norte do Douro.

Sem referir os Castros, que nesta altura ainda são, «apenas», senhores galegos aqui momentaneamente instalados, passamos aos Cunhas e Pachecos. A sua zona de influência é marcadamente a Beira Alta, região que progressivamente, durante o século XIII, se foi senhorializando. O conhecido senhorio de Pombeiro da Beira era um dos mais prestigiados e poderosos do país. Os senhores de Ferreira de Aves, cuja ascenção é meteórica, desempenharam importantes papéis nesta centúria.

Os ricos-homens de Grijó representavam, assim, no seu conjunto, um poder territorial e senhorial considerável, a que acrescentavam o seu relacionamento com a corte, onde muitos deles, desempenhavam importantes funções.

As famílias de infanções, que pelo seu número seria fastidioso enumerar, parecem concentrar os seus bens a norte do Douro, quer até às margens do rio Minho quer em algumas zonas transmontanas, e a sul daquele rio, em regiões situadas nos vales do Vouga e do Paiva. São poucas as que representam as zonas centro (Cunhas-Tábua e Goes) e sul (Cogominhos) do país.

Os seus representantes em Grijó são os componentes preferenciais das clientelas vassálicas dos infantes e monarcas. A sua importância na corte, porém, era secundária, ocupando postos de segundo plano. O seu peso em termos senhoriais era também reduzido, a ver pelo pequeno número de honras e coutos que detinham (101).

A sua influência, ou mesmo pressão, a nível local seria, porventura, bem maior que a dos ricos-homens, geralmente fixados na corte e tendo as suas terras administradas por dependentes de confiança.

Finalmente os cavaleiros-escudeiros. Os bens das famílias que conseguimos identificar, situavam-se também no Entre-Douro-e-Minho, muito embora se verifique uma importância considerável da Terra de Santa Maria e de zonas próximas da cidade do Porto. Os bens que detinham e que, provavelmente, administravam directamente não deviam ser muito extensos. Considerável seria a sua influência a nível local marcada, por certo, pela presença constante.

Alguns deles serviam como vassalos de casas senhoriais ou alimentavam os contingentes das ordens militares.

Quase todos seriam, em suma, e pelas sempre certeiras palavras do Conde D. Pedro, «cavaleiros de um escudo e uma lança», a atestar a pouca riqueza material que possuíam. Para eles, mais duramente até, o século XIV, com as suas altera-

ções sociais e económicas, deve ter representado um momento bem difícil e que terá mesmo, em alguns casos, ditado o final de algumas famílias.

◆

◆ ◆

O poder territorial da família estaria assim, em meados do século XIV, maioritariamente concentrado na região senhorial do Entre-Douro-e-Minho e em zonas próximas da margem sul daquele rio. A progressiva ocupação das regiões centro e sul pelas famílias da alta nobreza inicia um processo que se consolidará nas centúrias seguintes.

O distanciamento daquela, pela sua permanência na corte, devia torná-la menos directamente sufocante em termos locais, do que a média e, sobretudo, baixa nobreza que, não tendo outros rendimentos senão aqueles que lhe vinham da terra, a explorava directamente e exerceria os seus privilégios de forma mais violenta.

5.2.4. Os apoios externos

Resta-nos abordar a última das quatro partes deste ponto. Nela, tentaremos descobrir as formas como a família patro

nal se relacionou com os que a rodeiam: o Rei, a Igreja e os Concelhos. Tentar, sobretudo, compreender se esse relacionamento se concretiza em formas de apoio, de neutralidade ou de conflito.

Comecemos pela Igreja, já que, de certa forma, foi ela que provocou o conhecimento desta família patronal e é, desde a origem, o grupo a que esta está mais intimamente ligada.

Recordando o início da família, sabemos que o relacionamento com o mosteiro de Grijó foi amistoso: quer Soeiro Fromarigues quer os seus descendentes fizeram-lhe inúmeras doações; Nuno Soares de Grijó, que tradicionalmente é tido como o «constructor» da igreja (102), obteve a carta de couto para o mosteiro e foi nomeado seu protector pelo bispo de Coimbra. Nas gerações seguintes encontramos a mesma atitude: são vários os que exprimem o desejo de serem enterrados no mosteiro — o caso de Rodrigo Sanches é quase simbólico —, financiam a conservação de capelas, como Dona Constança Sanches, etc.

Parece, assim, que as relações com o mosteiro foram pelo menos de neutralidade. A prová-lo, será também o facto de a questão levantada em 1365, e que deu origem ao Livro das Campainhas, ter sido a primeira que se conseguiu detectar. Ela poderia ter sido mesmo mais uma consequência de uma situação económica difícil atravessada pelo mosteiro, compreensível na conjuntura do século XIV, do que da violência dos seus naturais.

Não se pense, porém, que os naturais de Grijó respeitaram todas as instituições eclesiásticas. Ao longo do ponto 4., tivemos oportunidade de ver alguns exemplos de sinal contrário, alguns deles bem demonstrativos da prepotência e violência senhoriais (103).

Como também já referimos, a família patronal, através sobretudo de filhos segundos, contava com numerosos eclesiásticos — dois bispos —, quer seculares quer regulares, e freires de ordens militares.

Esta inclusão de membros da família patronal no grupo do clero deveria favorecer também um bom relacionamento entre os dois grupos.

Não podemos, no entanto, deixar de repetir a afirmação anteriormente feita (Vd. 3.3.), de que o século XIV assistiu a inúmeros casos de violências por parte da nobreza em relação, sobretudo, a mosteiros e igrejas. Essa situação seria consequência das dificuldades económicas vividas pelos senhores laicos, e também eclesiásticos, durante o séuclo XIV. Essas dificuldades seriam particularmente gravosas para o grupo da nobreza, talvez confrontada com excessos demográficos, e que se viu obrigada a acentuar a exclusão dos filhos segundos que, talvez mesmo por sobrevivência, se excediam violentamente.

Esta situação deve ter sido ainda mais agravada pela

consolidação do poder régio que, a partir sobretudo de D. Dinis e mais firmemente cor o seu filho (104), iniciou uma apertada fiscalização dos poderes senhoriais, que representavam uma considerável fonte de rendimentos. As inquirições de Afonso IV às jurisdições senhoriais são disso prova irrefutável (105).

Não reunimos, infelizmente, elementos suficientes para caracterizar, de uma forma segura, o relacionamento com os Concelhos.

Os dois únicos exemplos recolhidos, todavia, levam-nos a afirmar que o relacionamento não seria dos melhores, nem mesmo pacífico. Em 1352, os povos de Lamego queixam-se das violências perpetradas por Gil Vasques de Resende (Vd. VII 33) no termo daquela cidade. Em 1364, o alcaide de Torres Novas, Soeiro Esteves Coelho (Vd. VIII 48), era acusado de praticar abusos contra a população.

Talvez que, mesmo em número reduzido, estes exemplos sejam suficientes para explicar as atitudes da nobreza para com o grupo concelhio (106). Já tínhamos visto, também, como os casamentos com os seus elementos eram desprestigiantes.

Finalmente, o Rei. Deixamos propositadamente para o fim o relacionamento com o monarca, porque sobre ele temos mais elementos que nos permitem, de certa forma, traçar um quadro evolutivo dessas relações (107).

A visão que a nobreza tem do monarca é de certa forma dupla: ou é de fidelidade ou de rivalidade (108). Seja ela qual fôr, no entanto, o monarca será sempre o seu interlocutor preferencial.

Já vimos anteriormente que, desde o início, a família patronal teve um contacto frequente com o trono.

Esse contacto foi, aliás, fundamental para a ascenção de alguns dos ramos da família. Vejamos, em primeiro lugar, os casos de ligação directa com o monarca. As árvores IV e V, dão-nos a descendência de Maria Pais Ribeira. Não podemos negar a importância que a sua ligação com Sancho I teve no destino dessa descendência e mesmo na do seu matrimónio com o antigo mordomo do rei, João Fernandes de Lima.

Vários desses descendentes tiveram tenências de terras (109), acusando, assim, o seu prestígio e a confiança régia. O comprometimento de fidelidade que esses cargos exigiam favorecia o estreitamento dos laços vassálicos e permitia o exercício de poderes senhoriais, tão importantes para a nobreza. A vassalidade era assim uma forma de apoio recíproco, num momento em que o monarca ainda não tinha meios suficientes para administrar o reino autonomamente.

Esses laços eram mais firmemente estreitados quando um matrimónio os selava. Foi o caso, como já referimos, de João Mendes de Briteiros, que casou com Urraca Afonso, bastarda de

Afonso III (Vd. I 44), ou dos vários bastardos régios que casaram com as herdeiras da casa de Sousa.

Era também natural que os filhos desses ricos-homens, ou daqueles que eram mais próximos do rei, fossem encaminhados por este para formar as casas dos infantes, preparando-lhes assim, desde o início, um futuro corpo de fiéis servidores (110).

O poder régio, porém, vai-se afirmando cada vez mais, e esses cargos vão sendo paulatinamente ocupados por um corpo de funcionários régios.

O rei vai, então, preferindo cada vez mais a companhia de vassalos menos poderosos e mais submissos. A dificuldade em preencher a sua casa e a dos seus filhos é mínima, num momento em que os numerosos filhos segundos da nobreza vêem, no serviço régio, uma das saídas preferenciais para fugirem ao seu incerto futuro. Sem bens patrimoniais, a casa do rei poderia assegurar-lhes a sobrevivência e, quem sabe, a sua fidelidade não seria um dia bem recompensada.

A rivalidade entre rei e nobreza, porém, está sempre latente. O início do século XIV é bem demonstrativo dessa situação. Colocados entre um poder ascendente por parte do rei e uma crescente dificuldade de rendimentos, a nobreza explode violentamente.

A Afonso III e a seu filho, não sucedeu, porém, como a

Afonso II, um fraco. Afonso IV encarregou-se, quanto a nós, de fechar o cêrco.

A nobreza da segunda metade do século XIV resigna-se, e fica, ou distante e recordando um passado altivo nos seus solares minhotos, ou definitivamente palaciana.

5.3. Que destino?

Poderá parecer estranho, que no final do trabalho se faça uma pergunta sobre o futuro, quando a nossa intenção foi a de desvendar um pouco do passado.

A pergunta, porém, justifica-se se entendermos o destino desta família como um exemplo do que terá sucedido a tantas outras.

Procurámos, ao longo do trabalho, dar uma imagem o mais completa possível do que terá sido a história de uma família patronal entre os séculos XI e XIV.

Não podemos, contudo, deixar de ver nos naturais de 1365 actores de uma peça que em breve aparecerá na cena. A crise dos finais do século XIV trará a muitos deles a glória, mas também a morte. Algumas destas famílias vão desaparecer ou exilar-se em Castela (111). Outras, finalmente, cairão na obscuridade.

Mas, não é o destino individual que nos importa neste momento. Interessa-nos, sobretudo, o da família no seu conjunto. Porque ela é composta por nobres, o seu futuro pode ser a imagem de todo um grupo. E pensamos que o é, de facto.

Já vimos no ponto anterior, como a nobreza da segunda metade do século XIV é bem diferente daquela que conhecemos quando tentamos retratar os fundadores da família.

Também os mosteiros, que tanto significaram para o património simbólico dessas famílias, vão iniciar o que se pode chamar de «travessia do deserto» e, à qual, muitos não sobreviverão. Os comendatários devem ter feito recordar aos monges, com nostalgia, os tempos passados das violências dos naturais...

Finalmente, os direitos de padroado, que uniram a nobreza aos mosteiros durante tantos anos e que, ao entrar no século XV, vão lentamente desaparecer. Vestígio arcaico de uma sociedade cognática já quase esquecida, deixará em breve de fazer sentir as suas características bilineares de trasmissão.

Quando partimos para uma viagem ao passado, que nos levou do século XIV aos primórdios da nacionalidade e daí, acompanhando as vidas de centenas de indivíduos, das suas estratégias e alianças, dos seus momentos de auge e de derrota, de reis que de uma situação de quase igualdade com os seus barões que, por vezes, exaltavam a prosápia de uma quase supe-

rioridade, passaram a represenar um Estado cada vez mais forte e dominador, não nos apercebíamos inteiramente que o regresso nos faria encontrar uma sociedade diferente.

São essas descobertas, e os caminhos que a elas conduzem, que recompensam o Historiador das muitas desilusões e fadigas que são constantes do seu «métier».

Nós sentimos essa recompensa.

NOTAS

5.
5.1.

(1) José MATTOSO, Le Monachisme ibérique et Cluny (...), pp. 72-73; IDEM, A Nobreza Medieval Portuguesa (...), pp. 255-268; IDEM, Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros (...), pp. 30-35.

(2) IDEM, Ricos-Homens (...), pp. 37.

(3) IDEM, ibidem, pp. 39.

(4) IDEM, Identificação de um país (...), vol. I, pp. 103; Anita GUERREAU-JALABERT, Sur les structures de parenté dans l'Europe médiévale, in "Annales E.S.C.", 36^{e} année, nº 6, 1981, (Nov. - Déc.), pp. 1042.

(5) José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 45.

(6) Vd. nota 14 do ponto 4.

(7) IDEM, Le Monachisme (...), pp. 79-81; IDEM, A Nobreza (...), pp. 229-238 e IDEM, Identificação (...), I, pp. 181-183.

(8) Veja-se o exemplo da ligação das principais linhagens a mosteiros como Santo Tirso, Pombeiro, Paço de Sousa ou Cête (Cfr. José MATTOSO, Ricos-Homens (...) pp. 95 e seguintes).

(9) Pierre DAVID, Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^{e} au XII^{e} siècles, Lisboa, 1947, pp. 301-302.

(10) José MATTOSO, Identificação (...), I, pp. 205-206. Sobre a importância da formação das linhagens, ver Robert FOSSIER, Histoire sociale de l'Occident médiéval, Paris, Armand Colin, 1970, pp. 124--129; Léopold GENICOT, Le XIII^{e} siècle européen, Paris, P.U.F., 1968, pp. 67 e Georges DUBY, Hombres y estructuras de la Edad Media, Madrid, siglo XXI, 1977, pp. 162-183.

(11) DR. doc. 49, de 1117.

(12) José MATTOSO, Le Monachisme (...), pp. 87.

(13) IDEM, Ricos-Homens (...), pp. 201.

(14) IDEM, Identificação (...), I, pp. 185-186.

(15) A continuidade deste ramo, que é descrito no §1 do ponto 4., será analizado no decorrer deste ponto 5.

5.2.

5.2.1.

(16) Robin FOX, Parentesco e Casamento. Uma perspectiva antropológica, Lisboa, Editorial Vega, 1986, pp. 55; Jack GOODY, L'Évolution de la Famille et du Mariage en Europe, Paris, Armand Colin, 1985, pp. 232. Como as ligações são feitas quer por via masculina quer por via feminina, o grupo de filiação será bilateral.

(17) José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 50, 54 e 65; IDEM, Estruturas Familiares e Estratégias do Poder: a nobreza de Entre-Douro-e-Minho, in "Cadernos do Noroeste", Braga, 1986, pp. 93; Robin FOX, op. cit., pp. 146, e Philippe CONTAMINE, La Noblesse au Moyen Âge (XI^{e}-XV^{e} Siècles). Essais à la mémoire de Robert Boutrouche, Paris, P.U.F., 1976, pp. 34.

(18) José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 109-110. No entanto, o caso desta família patronal tem uma tendência diferente, como veremos.

(19) O quadro XIII (Vd. Apêndice III) indica a quantidade de homens e de mulheres da família patronal que, em cada geração, tiveram filhos. Nas árvores genealógicas vê-se quais, dentro deles, vieram a dar os naturais de 1365.

(20) Parece que situações idênticas se verificaram em outros locais da Europa, como em Inglaterra e na Itália, se bem que em relação à família camponesa (caso inglês) e no século XV (caso italiano). Essas situações, no entanto, seriam também excepcionais (Cfr. Richard M. SMITH, Hypothèses sur la nuptialité en Angleterre au XIII^{e}-XIV^{e} siècles, in "Annales E.S.C.", 38^{e} année, nº 1, 1983, (Jan. - Fév.), pp. 116, 118, 122 e 124.

(21) Essas práticas já vinham a ser utilizadas desde tempos anteriores (Cfr. José MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 360-361 e IDEM, Identificação (...), I, pp. 207).

(22) Robin FOX, op. cit., pp. 147.

(23) As árvores II e VII entroncam por via masculina e as IV-V e VIII por via feminina. Não consideramos a árvore IX, já que desconhecemos por que via entronca na família patronal.

(24) José MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 369.

(25) Robin FOX, op. cit., pp. 153.

(26) 85 naturais por via feminina e 75 por via masculina. Alguns deles, porém, podiam auferir do direito de padroado por ambas as vias. Não damos as percentagens pelo facto de terem ficado por identificar alguns naturais o que, desconhecendo-se a via que lhes transmitiu esses direitos, poderia falsear a realidade.

(27) Não contando com a última geração, já que muitos dos naturais de 1365 eram, à data, crianças, pelo que os seus casamentos nos levariam para uma época muito posterior, temos 182 homens e 76 mulheres que não casaram. Também aqui nos abstivemos de fazer um gráfico por percentagens, do celibato, já que a notória falta de mulheres poderia levar a conclusões, provavelmente, opostas à realidade.

(28) Georges DUBY, Hombres (...), pp. 140-141; José MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 354-355.

(29) José MATTOSO, Identificação (...), I, pp. 189; IDEM, Estruturas (...), pp. 93; Henrique DAVID e José Augusto P. de Sotto Mayor PIZARRO, Nobres Portugueses em Leão e Castela (Século XIII), no prelo.

(30) As soluções típicas são apontadas em José MATTOSO, Identificação (...), I, pp. 206-207.

(31) Vd. 4.§II10 e 15 (bispos); II3 e III5 (cónego da Sé de Lisboa e arcediago da de Braga).

(32) José MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 354-355.

(33) Philippe CONTAMINE, La Guerre au Moyen Âge, Paris, P.U.F., 1980, pp. 391-392.

(34) Vd. 4.V4.

(35) Henrique DAVID e José Augusto P. de Sotto Mayor PIZARRO, op. cit., em que se encontram vários elementos da família patronal (II5, VII2 e VIII4c). Sobre a presença dos filhos segundos na reconquista peninsular vd. José MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 360.

(36) Vd. 4.VII20.

(37) Como já referiu Georges DUBY (Cfr. Hombres (...), pp. 136-137), em torno de um jovem cavaleiro, filho de um senhor poderoso, formava-se um grupo de jovens cavaleiros, por vezes investidos por aquele, e que se mantinham fielmente a seu lado. Pensamos ser o caso de IV53, 34b, 57 e 58a. Outros casos de vassalidade são os de II29, III4, VI5 e 10, e IX6. Eram também muito importantes as relações de vassalidade entre parentes, sobretudo para com o tio materno (Cfr. Robin FOX, op. cit., pp. 124 e José MATTOSO, Identificação (...), I, pp. 222).

(38) Vd. II16 e 20, III4, IV7 e VIII36, 37 e 57. Excluam-se os bastardos régios, que podiam ter um destino bem diferente. Na família patronal contamos 22 casos de bastardia, sendo 16 por via masculina e 6 por via feminina. Estão sobretudo concentrados nas árvores IV-V (9 casos). Sobre a importância dos bastardos, veja-se Georges DUBY, Le chevalier, la femme et le prêtre. Le mariage dans la France médiévale, Paris, Hachette, 1981.

(39) José MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 355; IDEM, A nobreza e a revolução de 1383.

(40) IDEM, ibidem, pp. 369.

(41) Georges DUBY, Lignage, noblesse et chevalerie au XII^{e} siècle dans la région mâconnaise. Une révision, in "Annales E.S.C.", 28^{e} année, 1972, pp. 805; José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 110-111; Anita GUERREAU-JALABERT, op. cit., pp. 1043 e Karl-Ferdinand WERNER, Liens de Parenté et Noms de Personne. Um problème historique et méthodologique, in "Famille et Parenté dans l'Occidant Médiévale (Actes du Colloque)", pp. 26.

(42) Anita GUERREAU-JALABERT, op. cit., pp. 1043.

(43) Vd. III57, 60 e 61; V29 e 30; VII2-11-27.

(44) Georges DUBY, Lignage (...), pp. 806.

(45) Ainda assim, é neste ramo que se encontra o único exemplo de proteção de bens ancestrais: veja-se o conflito havido entre I41-41a e 42-42a, numa demonstração clara de retracto familiar (Cfr. Guilherme Braga da CRUZ, O Direito de Troncalidade e o regime jurídico

do património familiar, Tomo I, Braga, Livraria Cruz, 1941, pp. 144).

(46) Sem termos bases que a defendam, pensamos que a hipótese de a lenda de Martim Moniz ter sido "construída" para atenuar a vergonhosa covardia do seu neto João Pires de Vasconcelos, "o Tenreiro", e, assim, prestigiar a família Vasconcelos, será, pelo menos, de considerar (ver o enquadramento da lenda em Luís KRUS, Martim Moniz, in "Dicionário Ilustrado da História de Portugal", vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, pp. 491-492).

(47) Também aqui se constrói outra lenda de certa forma idêntica à anterior: a do alcaide de Coimbra Martim de Freitas, exemplar, precisamente, pela sua fidelidade aos compromissos vassálicos assumidos.

(48) José MATTOSO, Portugal (...), pp. 250 e IDEM, Identificação (...), I, pp. 128-129.

(49) LL. Prólogo. 8.

(50) O mosteiro como totém da família patronal poderá pôr-se a par do totemismo do brasão (Cfr. José MATTOSO, Identificação (...), I, pp. 129 e Jacques HEERS, Le clan familial au moyen âge, Paris, P.U.F., 1974, pp. 28-29).

(51) José MATTOSO, Portugal (...), pp. 253.

(52) LL. Prólogo. 12.

(53) Robin FOX, op. cit., pp. 107.

5.2.2.

(54) Talvez que uma análise detalhada das compras e vendas de terras, feitas pelos primeiros descendentes de Soeiro Fromarigues, recorrendo à toponímia, nos podesse esclarecer esta questão.

(55) Não conseguimos saber se Monio Osorez de Cabreira constitui património em Portugal, e se sim, e partindo da hipótese que estaria aparentado com o Conde de Cabreira, mordomo de D. Afonso Henriques, se recebeu doações régias ou comprou terras naquela região.

(56) LL53A3.

(57) José MATTOSO, Identificação (...), I, pp. 138-139.

(58) Mesmo a ilegítima, continua na mesma região (Vd. I37 e 41).

(59) Pierre BOURDIEU, Les stratégies matrimoniales dans le système de reprodution, in "Annales E.S.C.", 28^{e} année, 1972, pp. 1109 e 1114.

(60) As informações relativas aos Machados são muito pouco seguras, pelo que nos absteremos de referir a "evolução matrimonial" da família.

(61) Será talvez de colocar a hipótese de, ao casar todas as suas filhas, não estaria "inconscientemente" a preparar uma fiel clientela de sobrinhos para o seu futuro sucessor (Cfr. Georges DUBY, Le chevalier (...), pp. 113).

(62) BSS. I. 340. De facto, o bispo de Lisboa instituiu um morgadio a favor do sobrinho, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, em 1329. Não sabemos se Dona Constança teve mais irmãos, para além do referido bispo, mas é bem possível que, sendo filha "única", tivesse sido bem dotada.

(63) Georges DUBY. Le chevalier (...), pp. 279-280.

(64) José MATTOSO, Estruturas (...), pp. 96-98.

(65) Sobre estratégias matrimoniais, veja-se Pierre BOURDIEU, op. cit., pp. 1107 e 1124-1125.

(66) Veja-se, para Inglaterra, Joel T. ROSENTHAL, Aristocratic marriage and the English peerage, 1350-1500: social institution and personal bond, in "Journal of Medieval History", vol. X, nº3, 1984, pp. 182 e, para França, Geneviève LARIBIÈRE, Le mariage à Toulouse aux XIV^{e} et XV^{e} siècles, in "Annales du Midi", tomo LXXIX, fasc. 4 (1967), pp. 349.

(67) Joel T. ROSENTHAL, op. cit., pp. 182.

(68) Este sistema de matrimónio hipogâmico era corrente a partir dos séculos XII-XIII, em que a mulher, para além de ver o seu estatuto pessoal um pouco deteriorado (Cfr. Martí AURELL I CARDONA, La détérioration du statut de la femme aristocratique en Provence (X^{e}-XIII^{e} siècles), in "Le Moyen Âge", tomo XCI, nº 1, 1985, pp. 9), servia como veículo de ascensão dos estratos inferiores da nobreza (vd. o caso de Barcelona em J.E. RUIZ DOMENEC, Système de parenté et théorie de l'alliance dans la société catalane (env. 1000 - env.

1240), in "Revue Historique", tomo CCLXII, 1979, pp. 309-311 e 319--320). Sobre o conceito de hipogamia/hipergamia, vd. Martí AURELL I CARDONA, op. cit., pp. 9 - nota 11. Dois outros exemplos podem ser analisados em VII9, aí estando em causa a filha do moedeiro de Coimbra, e em VII8, envolvendo uma cidadã "mui rica do Porto"...

(69) J.E. RUIZ DOMENEC, op. cit., pp. 319.

(70) José MATTOSO, Identificação (...), I, pp. 207.

(71) Anita GUERREAU-JALABERT, op. cit., pp. 1040.

(72) O senhorio de Tábua situa-se nas Beiras e as propriedades dos Vasconcelos no Minho.

(73) José MATTOSO, Identificação (...), I, pp. 180-181.

(74) São os casos da família Sousa, que foram analisados em outra perspectiva, e o exemplo da junção dos senhorios de Albuquerque e de Meneses, através do matrimónio de IV41 e 41a.

(75) Vd. VII38 e VIII32 e 33.

(76) A título de exemplo, veja-se Jack GOODY, op. cit., pp. 139-153.

(77) José MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 376-377 e 381-385; IDEM, Ricos--Homens (...), pp. 25-29 e 107; IDEM, Portugal (...), pp. 248. No entanto, em Inglaterra, detectam-se altos índices de endogamia nos estratos superiores da nobreza, nos séculos XIV e XV (Cfr. Joel T. ROSENTHAL, op. cit., pp. 182).

(78) José MATTOSO, Portugal (...), pp. 248-249.

(79) Jack GOODY, op. cit., pp. 56.

(80) Anita GUERREAU-JALABERT, op. cit., pp. 1033-1034; Jack GOODY, op. cit., pp. 139-149; José MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 377-380.

(81) José MATTOSO, A Nobreza (...), pp. 382.

(82) IDEM, ibidem, pp. 385.

(83) Talvez se podessem acrescentar mais quatro casos (II32 e 32a, II13 e 13a, V32 e 32a e VIII4 e 4c), mas, infelizmente, apenas podemos verificar a existência de ascendentes com o mesmo apelido, sem que soubessemos qual o grau de consanguinidade que os unia.

(84) Referenciam-se 5 casos no século XIII e 4 no XIV. Se acrescentarmos os 4 exemplos referidos na nota anterior, a proporção passaria para 8 e 5, respectivamente.

(85) José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 107.

(86) Vd. nota 38.

(87) Georges DUBY, Le chevalier (...), pp. 187.

(88) LD.5A4; BSS. I. 206.

(89) Fizemos as contagens dos graus de consanguinidade pelo cômputo germânico ou canónico, utilizado pela Igreja a partir do século XI (Cfr. Jack GOODY, op. cit., pp. 148). Só consideramos endogâmicos os parentescos até ao 4º grau de consanguinidade, limite imposto pela Igreja a partir de 1215 (Cfr. IDEM, ibidem, pp. 148).

(90) Na parte relativa às identificações, tínhamos avançado a hipotese de este matrimónio se ter efectuado, o que só agora podemos confirmar (Cfr. Humberto Carlos Baquero MORENO, Subsídios para o estudo da Sociedade Medieval Portuguesa. Moralidade e Costumes, (Lisboa, 1961), Tese de Licenciatura-Policopiada, pp. 182).

(91) LL36E10. Facilitar aos nobres o conhecimento dos parentescos entre si foi, aliás, um dos motivos que levou o Conde D. Pedro a compôr a sua obra (Cfr. LL. Prólogo. 11).

(92) Sobre o incesto veja-se Claude LEVI-STRAUSS, Las estructuras elementares del parentesco, vol. I, Barcelona, Planeta-Agostini, 1985, pp. 45-59; Robin FOX, op. cit., pp. 63-90. Refira-se ainda a tese de Jack GOODY para explicar o empenhamento da Igreja no combate contra o incesto (Cfr. op. cit., pp. 111-160).

(93) Não podemos verificar a existência de uma prática de "circulação de mulheres" nas várias linhagens (Cfr. Claude LEVI-STRAUSS, op. cit., vol. I, pp. 87-88 e vol. II, pp. 291-312; Anita GUERREAU-JALABERT, op. cit., pp. 1039; José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 105). No caso da família patronal, quase nos tentaríamos a afirmar a existência de uma verdadeira "circulação de linhagens".

(94) Podia-se ainda acrescentar que Senhorinha Afonso Ribeiro (VII28), prima direita dos dois irmãos Alvim referidos, casou com Estevão Esteves Coelho (VIII49), irmão dos referidos Coelhos.

5.2.3.

(95) José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 78-79.

(96) Georges DUBY, L'Économie Rurale et la Vie des Campagnes dans l'Occidant Médiéval (France, Angleterre, Empire, IX^{e}-XV^{e} siècles). Essai de synthèse et perspectives de recherches, vol. II, Paris, Flammarion, 1977, pp. 27-33 e 97.

(97) José MATTOSO, Identificação (...), II, pp. 137 e 145-151.

(98) IDEM, Ricos-Homens (...), pp. 75-76.

(99) IDEM, Identificação (...), II, pp. 150-151 e Estruturas (...), pp. 96-98. Como vimos no decorrer do ponto 4., são vários os exemplos de confirmação de jurisdições de honras e de coutos no tempo de D. Afonso IV. Sobre este assunto, veja-se o excelente trabalho de José MARQUES, D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais (no prelo).

(100) José MATTOSO, Estruturas (...), pp. 96-98.

(101) Havia por certo excepções, como os senhores de Tábua ou de Resende.

5.2.4.

(102) Sobre o prestígio auferido pela fundação ou construção de mosteiros, veja-se Anita GUERREAU-JALABERT, op. cit., pp. 1042.

(103) Vd., por exemplo, III81a, VII9, 19 e 87 e IX4 e 5.

(104) Vd. José MATTOSO, Identificação (...), II, pp. 137. Veja-se para França a mesma realidade e as suas consequências, em Guy BOIS, Noblesse et Crise des Revenues Seigneuriaux en France aux XIV^{e} et XV^{e} siècles: essai d'interprétation, in "La Noblesse au Moyen Âge: XI^{e}-XV^{e} siècles. Essais à la mémoire de Robert Boutrouche" (Vd. Philippe CONTAMINE), pp. 219-233.

(105) Vd. José MARQUES, op. cit., na nota 99.

(106) José MATTOSO, Identificação (...), I, pp. 440-443.

(107) O quadro geral dessa evolução já foi tratado por José MATTOSO em Identificação (...), II, pp. 133-151. Tentaremos ver de que forma se conjuga com ele, o da família patronal.

(108) José MATTOSO, Portugal (...), pp. 256.

(109) Sobre a importância das tenências e a sua tipologia, veja-se José MATTOSO, Ricos-Homens (...), pp. 131-145.

(110) José MATTOSO, Identificação (...), II, pp. 144.

5.3.

(111) Sobre os nobres portugueses exilados em Castela após 1383-1385, veja-se Emílio MITRE FERNANDÉZ, La emigración de nobles portugueses a Castilla a fines del siglo XIV, in "Hispania", tomo XXVI, nº 104, Madrid, 1966, pp. 513-525 e Humberto Baquero MORENO, Exilados Portugueses em Castela durante a crise dos finais do século XIV (1384--1388), in "Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", vol. I, Porto, I.N.I.C., 1987, pp. 69-101.

6. CONCLUSÕES

É difícil apresentar conclusões quando, olhando o caminho percorrido, temos consciência de que foram mais numerosas as questões que ficaram em aberto do que as que ficaram parcialmente respondidas. Essas dúvidas, porém, servirão de estímulo para trabalhos futuros que estamos dispostos a encetar.

Gostaríamos, no entanto, de referir brevemente alguns aspectos que nos parecem mais salientes e que servirão, assim, de conclusão.

Antes de mais, julgamos que o tipo de fonte que serviu de base a este trabalho é indiscutivelmente importante, e que seria de extrema utilidade um levantamento sistemático de todas as listas de naturais existentes. O seu conjunto permitiria estabelecer uma rede bastante densa, quer de parentescos quer da própria vida monástica medieval, não falando já da possibilidade que ofereceria de situar centenas de indivíduos no tempo e de compreender, talvez definitivamente, o sistema de transmissão dos direitos de padroado.

Essas fontes permitiram, recorrendo às reconstituições das várias famílias patronais, obter uma imagem da nobreza muito mais próxima da realidade e dar definitivamente corpo aos nobiliários medievais. Pensamos, por outro lado, que será nos fundos monásticos que se encontrarão dados numerosos, pa-

ra se avançar mais no conhecimento da nobreza medieval.

Os documentos só por si, porém, não chegam, e por isso teremos que recorrer a outras áreas, como a antropologia, fundamental para a renovação dos questionários sobre temas como a família e o parentesco.

Parece-nos que o estudo desta família patronal demonstrou, pelo menos, que aquelas fontes e instrumentos de trabalho são extremamente úteis.

O mesmo estudo permitiu também avançar hipóteses sobre questões de demografia que, no entanto, só poderão ser comprovados por um manuseamento de dados mais volumosos.

A importância da mulher e da transmissão por via feminina, temas tão pouco estudados entre nós, parecem ter sido suficientemente demonstrados, assim como a dos filhos segundos e bastardos.

A família apresentou-se, sem dúvida, como o tema mais fecundo e complexo, mas também um dos mais frutuosos. O caminho é ainda longo: as relações da família com o poder, as estratégias matrimoniais, o sistema de transmissão dos nomes e apelidos, os índices de endogamia e exogamia, de masculinidade e feminilidade, de esterilidade...

Perante um número quase infinito de abordagens não podemos fazer muito mais do que focar, apenas, algumas delas.

Outra questão que nos interessou bastante, foi a de saber qual a importância do mosteiro relativamente à coerência e identidade da família patronal. Parece-nos que o simbolismo do mosteiro é visível.

A importância do relacionamento com o trono, o clero e os concelhos ficou, pelo menos, equacionada. São também pistas de trabalho aliciantes.

O Entre-Douro-e-Minho, como enquadramento geográfico de quase toda a família, será ao mesmo tempo condicionante e condicionado pela sua própria evolução. De alfobre da nobreza passará a ser, com o final do século XIV, o repositório das suas tradições e longínquas memórias.

A família patronal, que nos surgiu como um todo até finais do século XII, vai-se decompor em vários ramos. Alguns deles, que se mantêm junto do rei e que com ele cruzam interesses, vão ascender ao cume da hierarquia social e económica. Outros, um pouco mais distantes, irão de vez em quando sobressair. Outros, finalmente, seguirão um percurso mais obscuro que, em certos momentos, ficou mesmo soterrado na memória do tempo.

A memória da família, contudo, manteve-se intacta e, pela mão de direitos arcaicos, surge em meados do século XIV, corporizada por um grupo de indivíduos que tentamos identificar. Esses naturais representavam uma carga ancestral de três

séculos. O mosteiro de S. Salvador de Grijó encarregou-se de fazer com que essa carga não se perdesse. Era bem o tótem daquele clã.

◆

◆ ◆

Como referimos no início do trabalho, ele está condicionado pela nossa inexperiência. Temos consciência de que as descobertas e as verdades adquiridas foram poucas. Que as questões que se levantaram possam, ao menos, servir para incentivar aqueles que o lerem, como a nós, para tentar conhecer melhor a sociedade medieval portuguesa.

Se assim fôr, o trabalho não foi de todo inútil.

Maio de 1987

José Augusto P. de Sotto Mayor Pizarro

APÊNDICES

1. LISTA DOS NATURAIS DO MOSTEIRO DE GRIJÓ

Estes son os naturaaes fidalgos que ora o moesteiro de Igrijoo ha que ora son vyvos.

Primeiramente ricos homeens.

O conde Don Johanne Affonsso natural e tres filhos seus.

Item Dona Maria Tellez que he cassada com Alvaro Diaz de Soussa comedura enteira ella.

Item dous filhos da dicta Maria Tellez que hy ha seus e do dicto Alvaro Diaz.

Item Johanne Affonsso o Moço comedura enteira e Dona Liionor sa hirmaa que he cassada com Joham Lourenço de Cunha.

Item Dom Fernando de Crasto.

Item Dona Johana sa hirmaa.

Item Dom Alvaro Pirez de Crasto per força per carta d' El Rey.

Item Dom Martinho filho que foy de Dom Johanne Affonsso d'Alboquerque e Vaasco Martinz de Soussa per graça d'El Rey.

Item ha dous filhos e huum ha nome Martim Affonso e a filha ha nome Dona Beatriz.

Item Dona Margarida de Soussa.

Item Dona Beatriz sua filha que cassou com Anrique Manuel.

Item tres filhos que ficaram de Martin Lourenço de Couinha.

Item Lopo Diaz de Soussa.

Item Dona Branca sua hirmaa.

Item Dona Maria de Soussa cassada com Roy Vaasquez e ham dous filhos.

Item Rodrigo Affonsso de Soussa e Dona Viiolante sua molher per carta d'El Rey.

Item hũa filha de Fernam Lopez que cassou com Fernand' Affonsso de Merlloo.

Item Dona Aldonça molher que foy de Martim Affonsso Tello hirmaao que foy do dicto conde.

Soma vinte e oito ricos homeens e son ende os dezoito que ham d'aver comeduras enteiras e os dez ham d'aver o terço.

Item inffançoes.

Gonçallo Meendez de Vasconcellos e sua molher.

Item Johane Meendez seu irmaao.

Item Moor Meendez molher que foy de Joham Coelho o Moço da parte de Vasconcellos.

Item huum seu filho e hũa sa filha.

Item Maria Meendez de Sa irmaa de Gonçallo Meendez de Vasconcellos.

Item Diego Rodriguez de Vasconcellos.

Item Joham Ferrnandes Cogomynho da parte da molher que he dos de Vasconcellos.

Item dous filhos seus.

Item Joham Rodriguez filho que foy de Roy Gomeez da par

te de padre.

Item Diego Gomeez seu irmaao.

Item Maria Rodriguez sua irmaa.

Item Liionor Gomeez de Vasconcellos molher que foy de Bartollameu Almirante.

Item hũa sa filha que a nome Jeneveva.

Item Joham Lourenço Escolla da parte da molher que foy filha de Gonçallo Gomeez.

Item ha huum filho e duas filhas.

Item hũa filha que foy de Joham de Coiinha que a nome Leonor Eannes que cassou com Fernand' Affomso Correiia.

Item ha hũa filha.

Item Martin Correiia da parte dos de Vasconcellos.

Item Stevam Maffaldo da parte da madre Costança Estevez de Vasconcellos.

Item Gonçalle Annes alcaide de Beija da parte da molher que he irmaa de Stevam Maffaldo e tres seus filhos e filhas.

Item Diego Gomeez d'Avreu da parte da madre.

Item ha huum filho.

Item Vaasco Gomeez seu irmaao.

Item Diego Gonçallvez de Crasto da parte da molher que he filha de Joham Coelho.

Item huum seu filho.

Item Joham Rodriguez de Porto Carreiiro da parte de Vasconcellos.

Item ha dous filhos.

Item ha hy quatro filhos de Gil Martinz d'Ataiide que son naturaaes da parte da madre que he passada enteiras ham d'aver as comeduras. E o dicto Gil Martinz nom fica natural.

Item Gil Vaasquez de Reesende da parte da madre dos Ribeiros.

Item ha quatro antre filhos e filhas.

Item Vaasco Martinz de Cunha da parte de Micia Rodriguez sua madre dos de Vasconcellos e ha dous filhos.

Item Alvaro Vaasquez de Gooes da parte da molher [dos] de Vasconcellos.

E de Vaasco Martinz Leitom da parte da molher que foy fylha de Johane Affonsso Piimentel e ha huum filho.

Item dous filhos e duas filhas que foram do dicto Johane Affomso e ham d'aver comeduras enteiiras.

Gonçallo Paaez de Meira da parte de Vasconcellos.

Item ha tres filhos e duas filhas.

Item Diego Gonçallvez Cerqueira e dous seus filhos.

Item ha quatro fylhos.

Item ha dous filhos e huum ha nome Diego Gonçallvez e outro Vaasco Gonçallvez e nom son liidimos.

Item Vaasco Gonçallvez Barrosso da parte da molher.

Item Martin Ferrnandes da Teixeira ha hũa filha.

Item Joham Coelho o Velho.

Item Maria Coelha sua filha que foy cassada com Joham Pirez de Souto Maiior e casou com Fernam Gomeez da Sylva e ha huum filho e hũa fylha.

Item Gonçallo Pirez Alcofforado.

Item Maria Ribeira sua hirmaa.

Item Stevam Coelho ha cinquo filhos.

Item Sueiiro Coelho.

Item Tareija Rodriguez filha de Roy Vaasquez que cassou com Gonçallo Meendez.

Item Affonso Rodriguez de Goiim e huum seu filho.

Item Sancha Martinz sua irmaa.

Item Alvaro Pereiira.

Item Gonçalo Pereyra.

Item Roy Pereiira.

Item Costança Rodriguez sua irmaa.

Item Alvaro Fernandez de Carvalho e quatro seus filhos e filhas.

Item Martin Affonsso Botelho.

Item dous seus filhos.

Item Joham Lourenço Buval ha tres filhos e filhas da outra molher e desta molher hũa filha.

Soma de todos estes infançoes son cento e seiis e son ende os cincoenta e huum que ham d'aver comeduras enteiiras e os cincoenta e cinquo son que ham d'aver o terço.

Item outros cavalleiros e escudeiiros gerrados (?).

Primeiramente Lourenço Martinz do Avellal filho que foy do Mestre d'Avis per ben fazer.

Item sua hirmaa Branca do Avellal molher de Nuno Martinz

de Gooes.

Item hũa filha e huum fi.ho.

Item Tareija Lourenço do Avellal.

Item Gil Martinz do Avellaal.

Item Gonçalle Annes do Valle escudeiro.

Item huum filho que a nome Gonçallo Gommez da Mota escudeiro.

Item Gonçallo Gil Alvello.

Item Alvaro Gil filho de Gil Veegas do Rego da parte da madre.

Item da parte da madre Fernam Gil.

Item Nuno Veegas do Rego cavalleiiro.

Item huum filho e hũa filha.

Item Affomso Martinz Moreiira da parte da molher de Pero Alvello.

Item Rodrigue Annes de Fornos da parte da molher hũa filha.

Item Fernam Machado.

Irmaaos e sobrinhos de Fernam Paaez.

Item Branca Paaez sa molher.

Item Vaasco Rodriguez.

Item Micia Rodriguez.

Item Fernam Gonçallvez Machados da parte de Miicia Ferrnandes saa madre.

Item Gonçallo Ferrnandes.

Item Lopo Diaz do Rego da parte de sua molher ha hũa filha.

Item Joham Brandom e duas filhas.

Item Fernam Martinz sa irmaa (sic).

Item Biriinguella Diaz sua madre.

Item Martim Annes d'Alcaro o Moço.

Item Sueire Eannes.

Item Gonçallo Pirez Cerqueiira e dous seus filhos nom liidimos.

Item Gonçallo Peixoto cavalleiro.

Item huum seu filho.

Item Gil Estevez d'Outiiz.

Item hũa sua filha.

Item Rodrigue Annes de Saa cavalleiiro e sua molher.

Item duas suas filhas.

Item Joham Rodriguez seu filho doutro molher.

Item Fernam Paaez da Moiia (?) cavalleiiro.

Item hũa saa filha.

Item Gomeez Paaez seu irmaao e Alvaro Paaez seu irmaaom.

Item Gonçalle Annes de Pynho.

Item Lourenço Annes seu irmaaom.

Item Beatriz Lourenço sua filha.

Item Joham Pirez Arangoes da parte da molher.

Item ha hũa filha.

Item Fernam de Liira escudeiiro.

Item ha huum filho.

Item Gonçallo Garcia de Fiigueredo cavalleyro.

Item Airas Gonçallvez seu filho.

<Item Fernam Afonso> de Guimieiiro.

Item Gonçallo da Costa cavalleiiro.

Item Sancha Martinz do Avellal.

Item Lourenço Martinz do Avellal o Moço.

Item Roy Gonçallvez dicto Chaziim e duas filhas e hũa neta.

Item Nuno Gonçallves e Vaasco Gonçallvez e Diego Gonçallvez e Gil Gonçallvez filhos de Gonçallo Pirez de Calvos.

Item Vaasque Estevez e Pero Estevez e Liionor Estevez filhos que foram de Stevam Martinz das Medaas.

Item Vaasco Gil e Diego Gil e outra sua hirmaa filhos de Gil Martinz de Farazom.

Item Gonçallo Annes Borges.

Item Stevam Diiaz filho de Diego Alvarez da parte da madre dos Nogueiiros.

Item Senhorinha Annes de Saa irmaa de Rodrigue Annes de Saa e molher d'Airas do Valle.

Item huum seu filho que a nome Fernam d'Airas.

Soma destes fidalgos sobredictos son seteenta e sete e son ende os ciincoenta enteiiros e os vinte e sete do terço.

Soma per todos naturaaez fidalgos duzentos e oito.

(Livro das Campainhas, p. 64 - 68)

2. ÁRVORES GENEALÓGICAS (I-IX)

LEGENDA

~~~~~ Ligação hipotética

------ Bastardia

= Casamento

::: Relação ilegítima

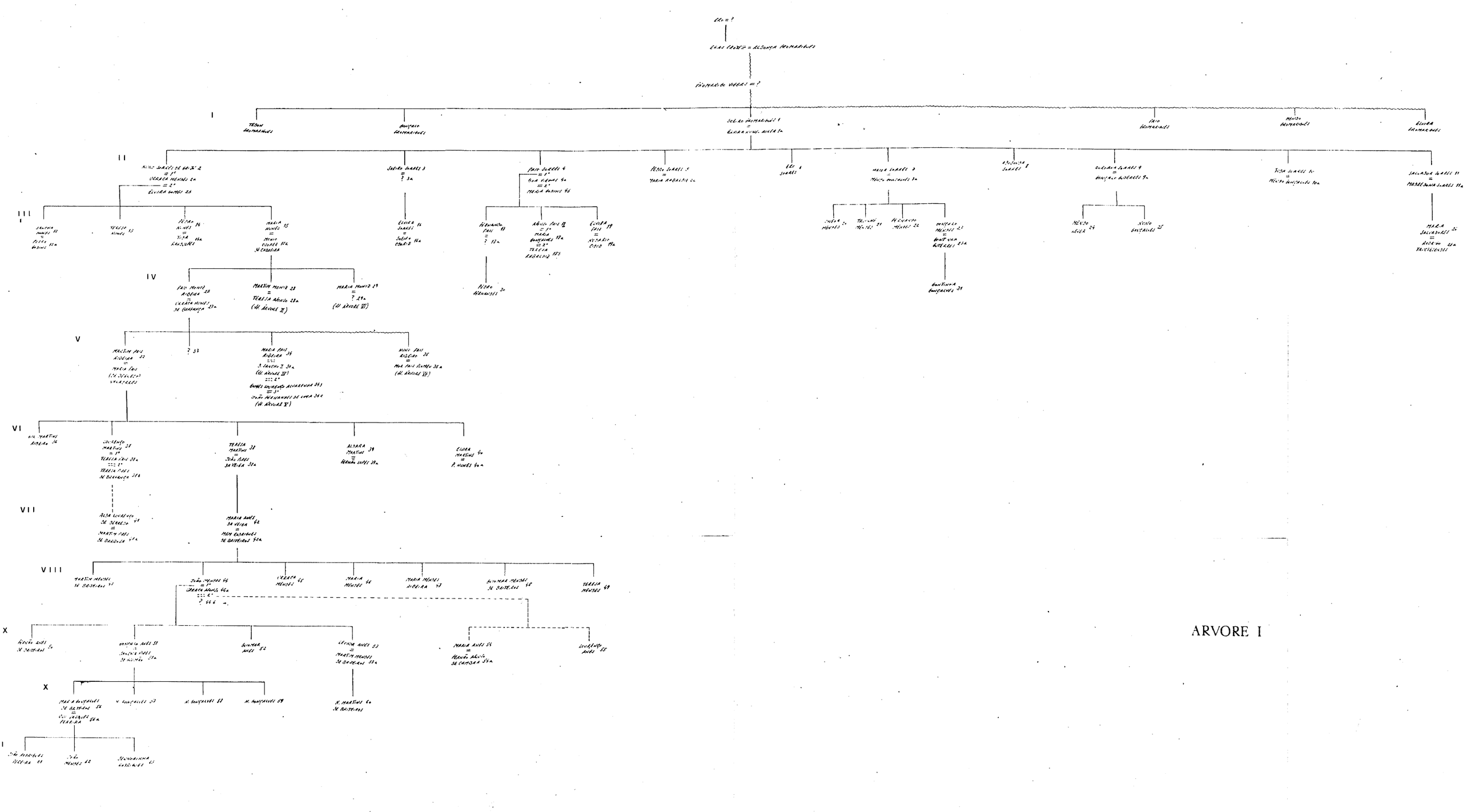
N Nome desconhecido

● Natural - Rico-homem

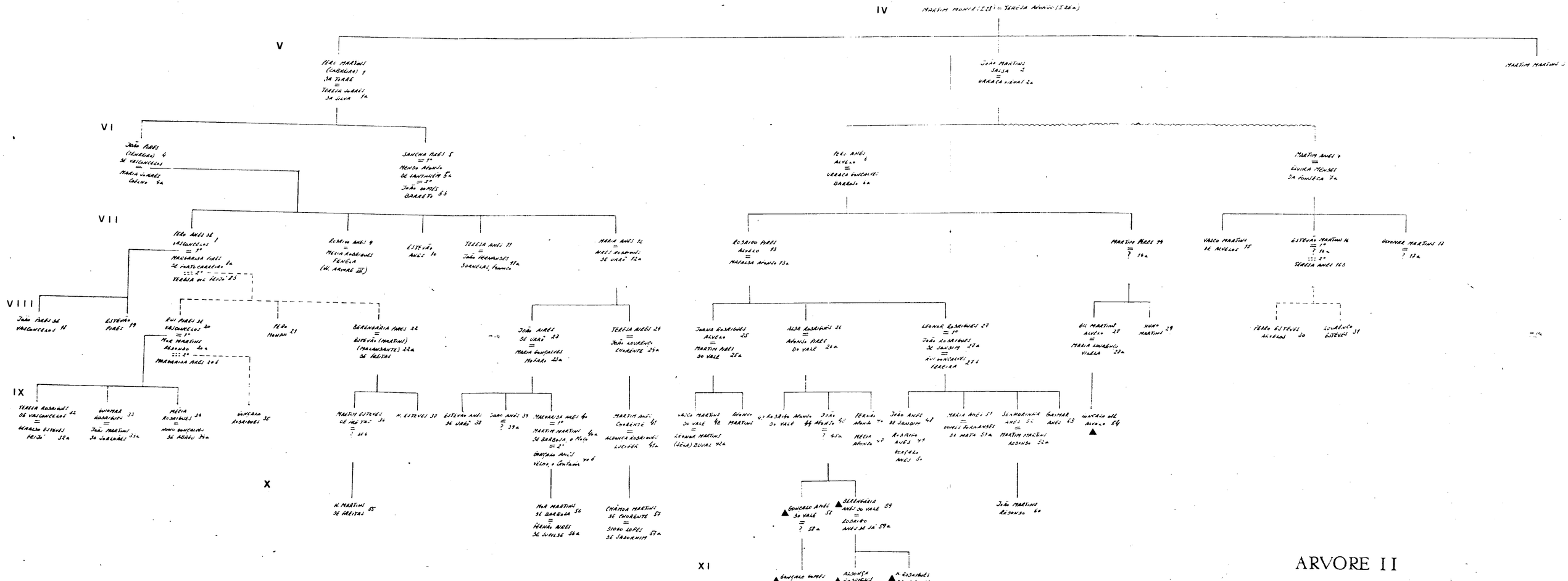
■ Natural - Infanção

▲ Natural - Cavaleiro-Escudeiro

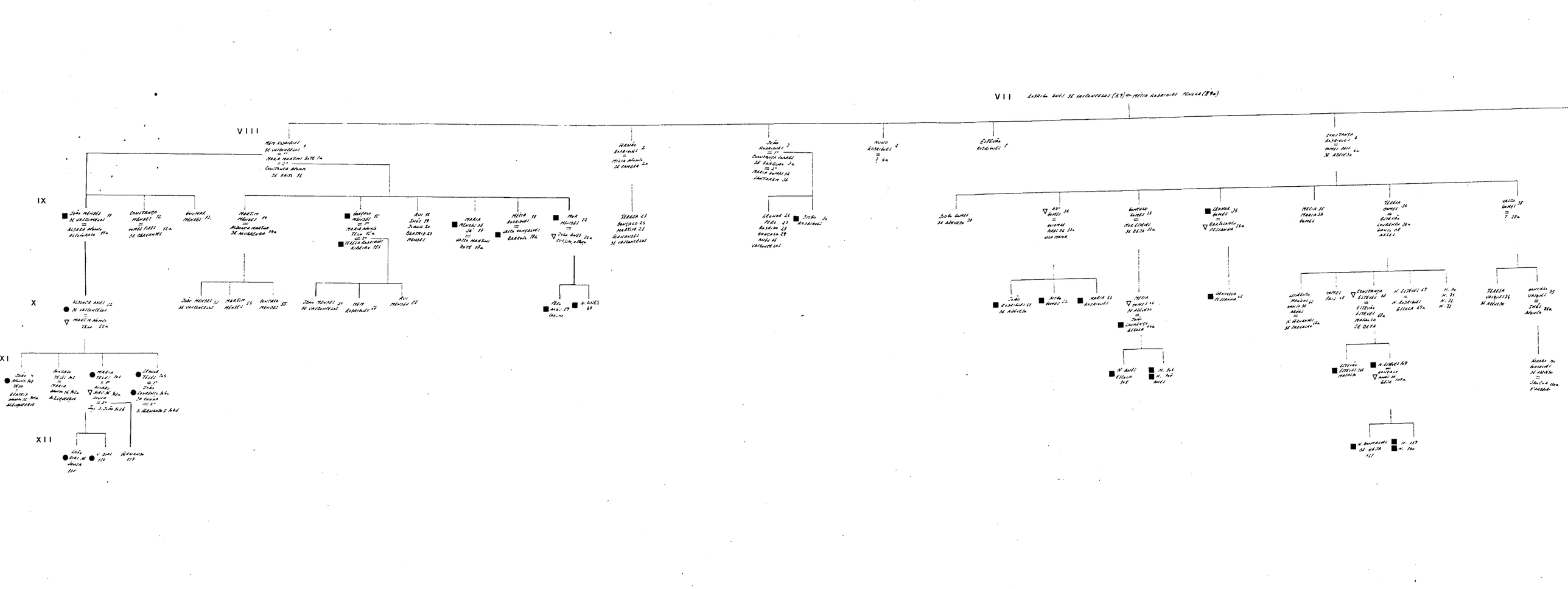
▽ Referido em L.C.
~~~~~

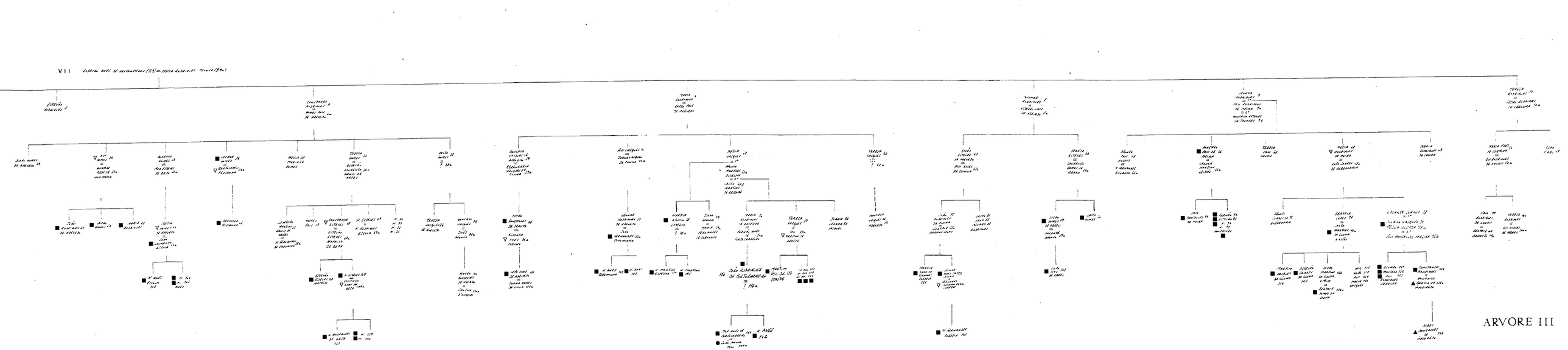


ARVORE I

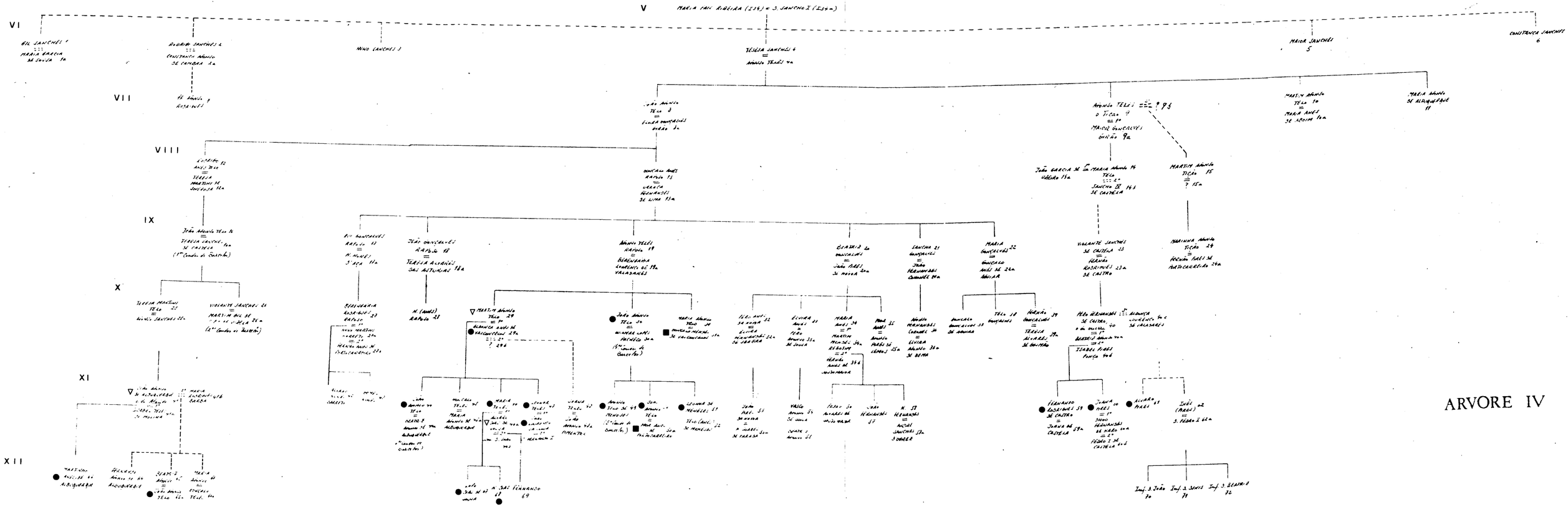

IV
MARTIM MONIZ (I 28) = TERESA AFONSO (I 28 a)
V
PERO MARTINS (CABREIRA) 1
DA TORRE
=
TERESA JUAREZ
DA SILVA 1a
JOÃO MARTINS
SALSA 2
=
VARACA VIEGAS 2a
MARTIM MARTINS 3
VI
JOÃO PAIES (TEIXEIRA) 4
DE VASCONCELOS
=
MARIA VIEGAS
CALVO 4a
SANCHA PAES 5
= 1°
MENDO AFONSO
DE TRAVANCA 5a
= 2°
JOÃO GOMES
BARRETO 5 b
PERO ANES 6
ALVELO
=
VARACA GONÇALVES
BARRETO 6a
MARTIM ANES 7
=
ELVIRA MENDES
DA FONSECA 7a
VII
PERO ANES DE VASCONCELOS 7
= 1°
MARGARIDA PAES
DE PAIO CARREIRA 8a
::: 2°
TERESA DE PEIXOTO 8 b
ROSENDA ANES 9
=
MEM RABALDES
FERREIRA
(DE MAYAR III)
ESTEVÃO ANES 10
TERESA ANES 11
=
JOÃO FERNANDES
SOARES, FRANCO 11a
MARIA ANES 12
=
ANES ROSENDE
DE VIAÃO 12a
ROSARIO PAES
ALVELO 13
=
MAFALDA AFONSO 13a
MARTIM PAES 14
=
? 14a
VASCO MARTINS
DE ALVELOS 15
ESTEVÃO MARTINS 16
= 1°
? 16a
::: 2°
SEBASTIA ANES 16 b
GUNDIAR MARTINS 17
=
? 17a
VIII
JOÃO PAES DE VASCONCELOS 18
ESTEVÃO PAES 19
RUI PAES DE VASCONCELOS 20
= 1°
MOR MARTINS RESENDE 20a
::: 2°
MARGARIDA PAES 20 b
PERO MANDA 21
BERENGARIA PAES 22
=
ESTEVÃO (MARTINS)
(MALMANDANTE) 22a
DE FREITAS
JOÃO ANES
DE VERÃO 23
=
MARIA GONÇALVES
MOFARO 23a
TERESA ANES 24
=
JOÃO LOURENÇO
CHARENTE 24a
JOANNA ROSARIENES
ALVELO 25
=
MARTIM PAES
DO VALE 25a
ALDA ROSARIENES 26
=
AFONSO PAES
DO VALE 26a
LEONOR ROSARIENES 27
= 1°
JOÃO ROSARIENES
DE SANDIM 27a
=
RUI GONÇALVES
PEREIRA 27 b
GIL MARTINS
ALVELO 28
=
MARIA LOURENÇO
VIEIRA 28a
JUNO
MARTINS 29
PEDRO ESTEVES
ALVELOS 30
LOURENÇO
ESTEVES 31
IX
TERESA ROSARIES 42
DE VASCONCELOS
=
GERALDO ESTEVES
PEIXOTO 42a
GUNDIAR
ROSARIES 33
=
JOÃO MARTINS
DA JUGLARES 33a
MÉCIA
ROSARIES 34
=
NUNO GONÇALVES
DE ABREU 34a
GONÇALO
ROSARIES 35
MARTIM ESTEVES
DE MEDRAS 36
=
? 36a
M. ESTEVES 38
ESTEVÃO ANES
DE VERÃO 38
JOÃO ANES 39
=
? 39a
MAFALDA ANES 40
= 1°
MARTIM MARTINS
DE BARBOSA, O MOÇO 40a
= 2°
GRAÇADA ANES
VELHA, O CANTADOR 40 b
MARTIM ANES
CHARENTE 41
=
BEATRIZ ROSARIES
LUCIFER 41a
VASCO MARTINS
DO VALE 42
=
LEONOR MARTINS
(VEIGA) DUVAL 42a
AFONSO
MARTINS
GIL RODRIGUES
DO VALE 43
AFONSO
DO VALE 44
=
? 44a
JOÃO
AFONSO 45
=
? 45a
FERNÃO
AFONSO 47
MÉCIA
AFONSO 47
JOÃO ANES
DE SANDIM 48
=
ROSARIA
ANES 48a
=
GERALDO
ANES 5a
MARIA ANES 51
=
GOMES GERALDES
DA MATA 51a
SENHORINHA
ANES 52
=
MARTIM MARTINS
REDONDO 52a
GUNDIAR
ANES 53
MONTALVO GIL
ALVELO 54
X
M. MARTINS
DE FREITAS 55
MOR MARTINS
DE BARBOSA 56
=
FERNÃO ANES
DE JUNHOSE 56a
CHAMOA MARTINS
DE CHARENTE 57
=
DIOGO LOPES
DE JABORAIM 57a
JOÃO MARTINS
RESENDE 60
GONÇALO ANES
DO VALE 59
=
? 58a
SERENGARIA
ANES DO VALE 59
=
ROSARIO
ANES DE JA 59a
XI
GONÇALO GOMES
DA MATA 61
AFONSO
ROSARIES
DE JA 62
M. ROSARIES
DE JA 63

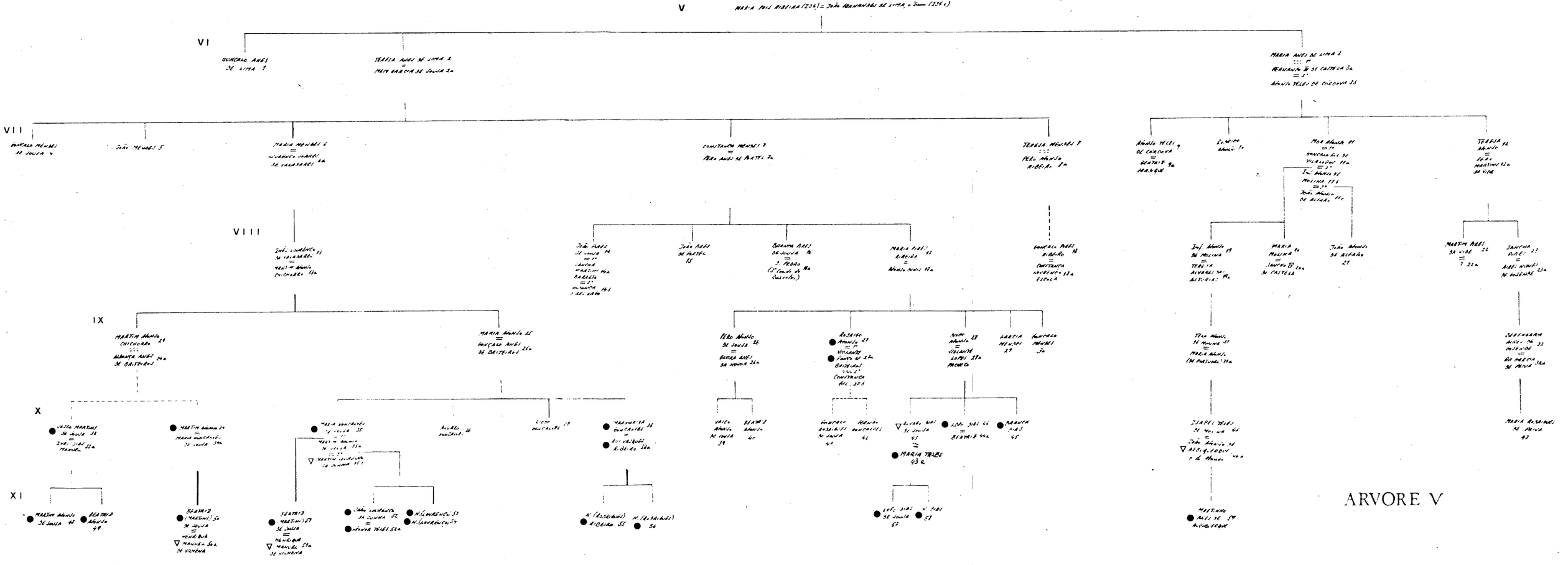
ARVORE II


VII
VIII
IX
X
XI
XII



ARVORE III


V
MARIA PAIS RIBEIRA (1314) e 3. SANCHO I (1154)
VI
VII
VIII
IX
X
XI
XII
TERESA SANCHES 4
MAIOR SANCHES 5
CONSTANÇA SANCHES 6
ARVORE IV


V
MARIA PAIS RIBEIRA (236) = João Rodrigues de Lima, o Torto (236 a)
VI
GONÇALO ANES DE LIMA 1
TERESA ANES DE LIMA 2
= MEM GARCIA DE SOUSA 2a
MARIA ANES DE LIMA 3
= 1º RENAN[illegible] DE CASTELA 3a
= 2º AFONSO TELES DE CÓRDOVA 3b
VII
GONÇALO MENDES DE SOUSA 4
JOÃO MENDES 5
MARIA MENDES 6
= HENRIQUE JOANES DE VALASCO 6a
CONSTANÇA MENDES 7
= PERO ANES DE PORTEL 7a
TERESA MENDES 8
= PERO AFONSO RIBEIRO 8a
AFONSO TELES 9
DE CÓRDOVA
= BEATRIZ 9a
MANUEL
LOURENÇO AFONSO 10
MOR AFONSO 11
= 1º GONÇALO GIL DE VILARINHO 11a
= 2º AFONSO TELES DE CÓRDOVA 11b
TERESA AFONSO 12
= PERO MARTINS 12a DE VIDE
VIII
INÊS LOURENÇO 13
= HENRIQUE JOANES DE VALASCO
= MARTIM AFONSO CHICHORRO 13a
JOÃO PAIS DE SOUSA 14
= 1ª SANCHA MARTINS DA SARGETA
= 2ª ELVIRA PAIS 14a
JOÃO PAIS DE PORTEL 15
LOURENÇO PAIS DE SOUSA 16
= 2. PEDRO (2º Conde de Barcellos)
MARIA PAIS RIBEIRA 17
= AFONSO DUQUE 17a
HONRADO PAIS RIBEIRO 18
= CONSTANÇA LOURENÇO 18a
ESCOLA
INF. AFONSO 19
DE MOLINA
= TERESA ALVARES DE ASTURIAS 19a
MARIA MOLINA 20
= JOANNES 20a DE PORTELA
JOÃO AFONSO DE ALFARO 21
MARTIM PAES DA VIDE 22
= ? 22a
SANCHA PAES 22
= AFF. NUNES 22a DE MIRANDA
IX
MARTIM AFONSO CHICHORRO 23
= ALBONÇA ANES 24a DE CASTELBOM
MARIA AFONSO 25
= GONÇALO ANES DE CASTELBOM 25a
PERO AFONSO DE SOUSA 26
= ELVIRA ANES DA MOLINA 26a
RODRIGO AFONSO 27
= VIOLANTE FILHA DE 2as CASTELBOM
= 2ª CONSTANÇA GIL 27a
NUNO AFONSO 28
= VIOLANTE LOPES 28a MACHADO
MARIA MENDES 29
RAIMUNDO MENDES 30
TELO AFONSO, DE MOLINA 31
= MARIA AFONSO, DA PORTUGAL 31a
GUIOMAR DE MIRANDA 32
= GUNDISALVO RODRIGUES DE CASTRO 32a
X
VASCO MARTINS DE SOUSA 33
= INÊS DE 33a MANUEL
MARTIM AFONSO 34
= MARIA MARTINS 34a DE SOUSA
MARIA MARTINS 35
= 1º MARTIM AFONSO DE SOUSA 35a
= 2º MARTIM GONÇALVES DA CUNHA 35b
AFONSO 36
GIL 37
MARTIM AFONSO 38
= ELVIRA GONÇALVES RODRIGO 38a
VASCO AFONSO DE SOUSA 39
BEATRIZ AFONSO 40
RODRIGO AFONSO DE SOUSA 41
HENRIQUE AFONSO 42
NUNO AFONSO DE SOUSA 43
= MARIA TELES 43a
LOPO AFONSO 44
= BEATRIZ 44a
MARIA AFONSO 45
LOPO AFONSO DE SOUSA 47
N. AFONSO 48
JOÃO AFONSO, DE MOLINA 46
= ? 46a
JOÃO AFONSO DE ALFARO, o de Albuquerque 46b
XI
MARTIM AFONSO DE SOUSA 48
BEATRIZ AFONSO 49
BEATRIZ (MARTINS) 50
= MANUEL 50a DE VILHENA
BEATRIZ MARTINS 57
DE SOUSA
= MANUEL 57a DE VILHENA
JOÃO LOURENÇO DA CUNHA 52
= MARIA TELES 52a
N. LOURENÇO 53
N. (LOURENÇO) 54
N. (RODRIGUES) A. RIBEIRO 55
N. (AFONSO) 56
MARTINHO AFONSO 58
DE MELLO
= 1ª MARIA DE MELLO
= 2ª CATARINA DE MELLO
MARTINHO AFONSO 59
DE MELLO
= MARIA DE ATAYDE 59a
ARVORE V

IV — MARIA MONIZ DE RIBEIRA E TAVARES (I29) = ? (II 9a)

V — PERO MONIZ 1 = ? 1a

VI — MARIA PAES 2 = MARTIM PAES MACHADO 2a

VII — MARTIM MARTINS MACHADO 3 = LOBA GOMES DE PAMBEIRO 3a; PEDRO MARTINS MACHADO 4

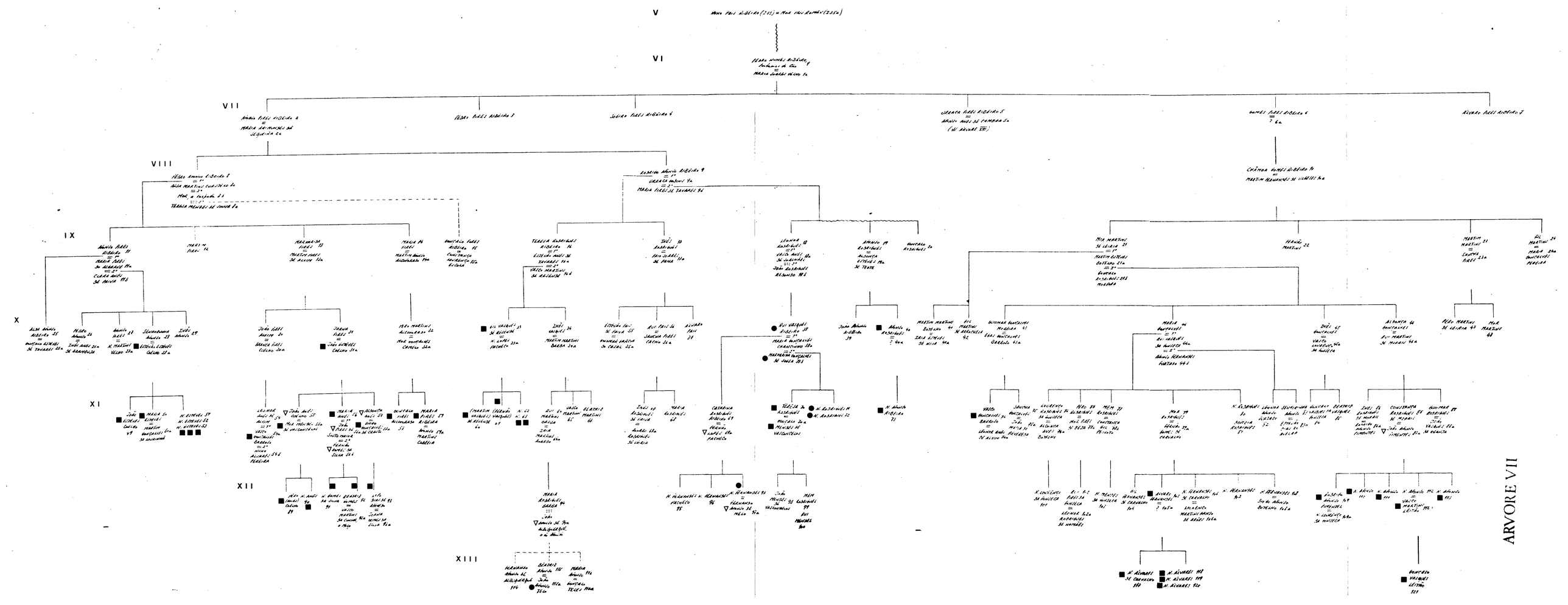
VIII — MARTIM MARTINS MACHADO 5 = CONSTANÇA GONÇALVES BARROSO 5a; MOR MARTINS 6; JOÃO MARTINS 7 = ? 7a; URRACA MARTINS 8

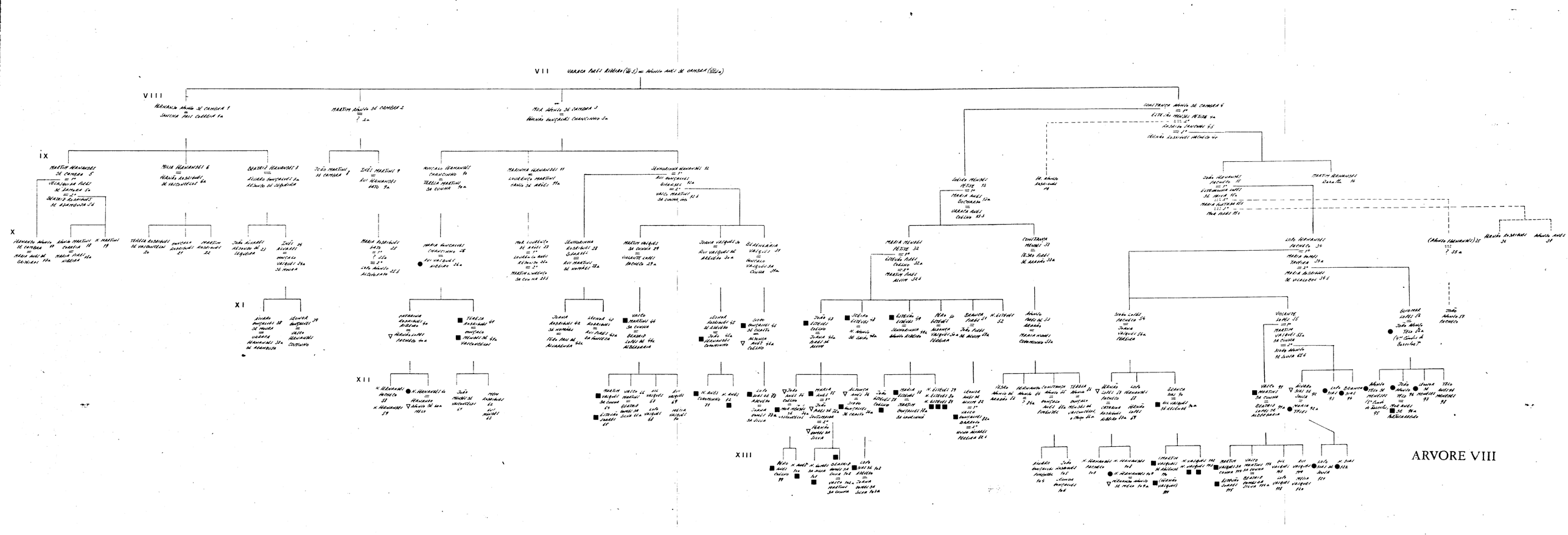
IX — PEDRO MARTINS MACHADO 9 = N. AFONSO LEITÃO 9a; ESTEVÃO MARTINS 10 = 1ª EVES ESTEVES DE TAVARES 10a = 2ª N. ANES PACHECO 10b; FERNÃO MARTINS 11 = N. VASQUES DA CUNHA 11a; JOÃO ANES MACHADO 12; MARTIM ANES 13

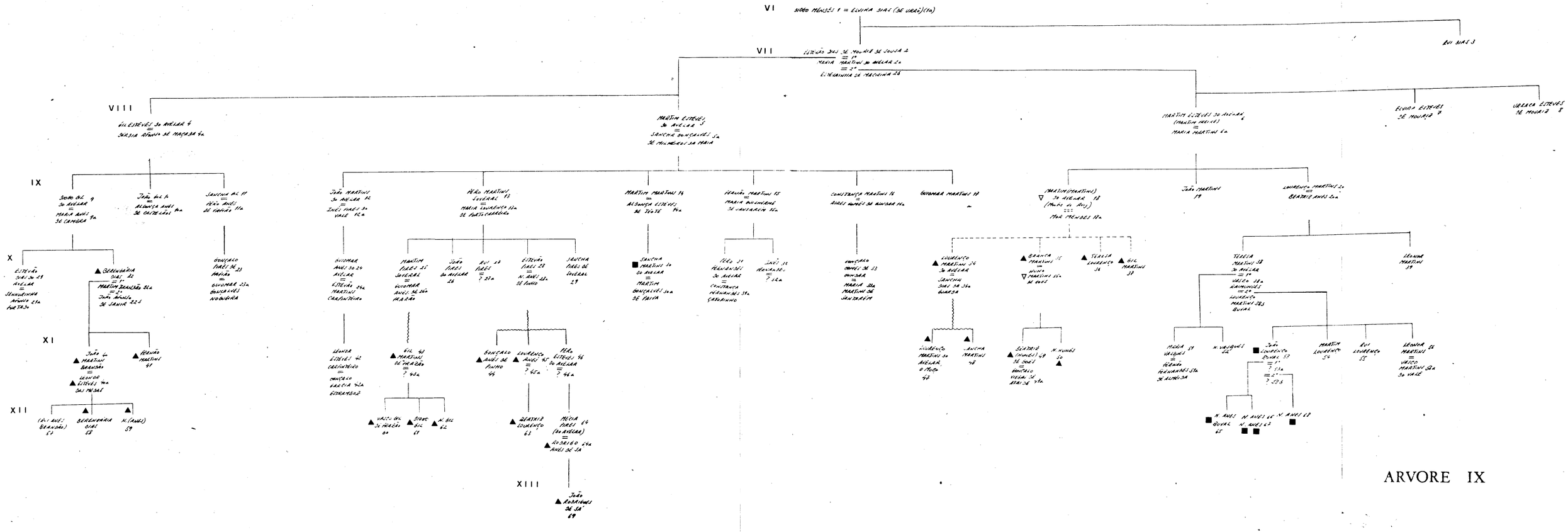
X — ÁLVARO PAES MACHADO 14 = JUL. ANA (D) DE GAES 14a; JOÃO PAES 15 = N. ANES 15a SOARES; GONÇALO PAES 16; RODRIGO ESTEVES MACHADO 17 = ? 17a; PEDRO ESTEVES 18; JOÃO ESTEVES PACHECO 19; JOÃO FERNANDES MACHADO 20 = ? = MARIA RODRIGUES DE VASCONCELOS 20a; GONÇALO FERNANDES 21 = ▲ MECIA FERNANDES 21a; ESTEVÃO 22 FERNANDES

XI — PEDRO ALVARES MACHADO 23; DIOGO ALVARES 24; LOURENÇO DIAS MACHADO 25; GONÇALO DIAS 26; AFONSO RODRIGUES MACHADO 27; PEDRO RODRIGUES 28; ▲ VASCO 29 ▲ MECIA 30 RODRIGUES; ▲ FERNÃO ANES MACHADO 31 = BRANCA PAIS 31a; VASCO ANES 32; MARIA ANES 33; ▲ FERNÃO GONÇALVES MACHADO 34; ▲ GONÇALO GONÇALVES 35; ALVARO GONÇALVES 36.

ARVORE VI


V
VI
VII
VIII
IX
X
XI
XII
XIII
ARVORE VII


VII
VIII
IX
X
XI
XII
XIII
ARVORE VIII


VI
VII
VIII
IX
X
XI
XII
XIII
ARVORE IX

3. QUADROS (I-XIII)

Quadro I

Limites Cronológicos	Geração	Homens	Mulheres	Trans. via Mascul.	Trans. via femin.
1075-1125	I	1	—	1	—
1100-1150	II	5	5	4	2
1125-1175	III	7	8	2	1
1150-1200	IV	3	2	2	1
1175-1225 1200-1250	V	2	2	2	1
1225-1275	VI	2	3	1	1
1250-1300	VII	—	2	—	1
1275-1325	VIII	2	5	1	—
1300-1350	IX	3	3	1	1
1325-1375	X	3	2	—	1
1350-1400	XI	2	1	?	?
——	XII	—	—	—	—
——	XIII	—	—	—	—
Totais		30	33	14	9

Arvore(s) - I

Quadro II

Limites Cronológicos	Geração	Homens	Mulheres	Trans. via Mascul.	Trans. via femin.
——	I	—	—	—	—
——	II	—	—	—	—
——	III	—	—	—	—
1150 - 1200	IV	—	—	—	—
1175 - 1225 1200 - 1250	V	3	—	2	—
1225 - 1275	VI	3	1	3	—
1250 - 1300	VII	7	3	5	2
1275 - 1325	VIII	9	5	3	5
1300 - 1350	IX	14	9	3	3
1325 - 1375	X	2	4	1	1
1350 - 1400	XI	1	2	?	?
——	XII	—	—	—	—
——	XIII	—	—	—	—
Totais					

Arvore(s) - II

Quadro III

Limites Cronológicos	Geração	Homens	Mulheres	Trans. via Masculi.	Trans. via femin.
—	I	—	—	—	—
—	II	—	—	—	—
—	III	—	—	—	—
—	IV	—	—	—	—
—	V	—	—	—	—
—	VI	—	—	—	—
1250 - 1300	VII	—	—	—	—
1275 - 1325	VIII	5	5	3	5
1300 - 1350	IX	19	22	9	9
1325 - 1375	X	29	20	5	8
1350 - 1400	XI	28	6	1	4
1375 - 1425	XII	7	3	?	?
—	XIII	—	—	—	—
Totais					

Arvore(s) - III

Quadro IV

Limites Cronológicos	Geração	Homens	Mulheres	Trans. via Masculi.	Trans. via femin.
—	I	—	—	—	—
—	II	—	—	—	—
—	III	—	—	—	—
1150 - 1200	IV	—	—	—	—
1175 - 1225 1200 - 1250	V	3	—	2	—
1225 - 1275	VI	3	1	3	—
1250 - 1300	VII	7	3	5	2
1275 - 1325	VIII	14	10	6	10
1300 - 1350	IX	33	31	12	12
1325 - 1375	X	31	24	6	9
1350 - 1400	XI	29	8	1	4
1375 - 1425	XII	7	3	?	?
—	XIII	—	—	—	—
Totais					

Arvore(s) - II e III

Quadro V

Limites Cronológicos	Geração	Homens	Mulheres	Trans. via Masculi.	Trans. via femin.
—	I	—	—	—	—
—	II	—	—	—	—
—	III	—	—	—	—
—	IV	—	—	—	—
1175-1225 1200-1250	V	—	—	—	—
1200-1250	VI	3	3	1	1
1225-1275	VII	4	1	2	—
1250-1300	VIII	3	1	3	1
1275-1325	IX	4	5	4	4
1300-1350	X	9	7	4	4
1325-1375	XI	14	8	2	2
1350-1400	XII	6	4	?	?
—	XIII	—	—	—	—
Totais		43	29	16	12

Árvore(s) - IV

Quadro VI

Limites Cronológicos	Geração	Homens	Mulheres	Trans. via Mascul.	Trans. via Femin.
—	I	—	—	—	—
—	II	—	—	—	—
—	III	—	—	—	—
—	IV	—	—	—	—
1175-1225 1200-1250	V	—	—	—	—
1200-1250 1225-1275	VI	1	2	—	2
1225-1275 1250-1300	VII	4	5	—	5
1250-1300 1275-1325	VIII	6	6	1	4
1300-1350	IX	7	2	5	2
1325-1375	X	9	6	3	3
1350-1400	XI	8	4	?	?
—	XII	—	—	—	—
—	XIII	—	—	—	—
Totais		35	25	9	16

Árvore(s) - V

Quadro VII

Limites Cronológicos	Geração	Homens	Mulheres	Trans. via Mascul.	Trans. via femin.
—	I	—	—	—	—
—	II	—	—	—	—
—	III	—	—	—	—
—	IV	—	—	—	—
1175-1225 1200-1250	V	—	—	—	—
1200-1250 1225-1275	VI	4	5	1	3
1225-1275 1250-1300	VII	8	6	2	5
1250-1300 1275-1325	VIII	9	7	4	5
1275-1325 1300-1350	IX	11	7	9	6
1300-1350 1325-1375	X	18	13	7	7
1325-1375 1350-1400	XI	22	12	2	2
1350-1400	XII	6	4	?	?
—	XIII	—	—	—	—
Totais		78	54	25	28

Arvore(s) - IV e V

Quadro VIII

Limites Cronológicos	Geração	Homens	Mulheres	Trans. via Masculi.	Trans. via femin.
—	I	—	—	—	—
—	II	—	—	—	—
—	III	—	—	—	—
1150 - 1200	IV	—	—	—	—
(1200 - 1250)	V	1	—	1	—
(1225-1275)	VI	—	1	—	1
(1250 - 1300)	VII	2	—	1	—
1275-1325	VIII	2	2	2	—
1300 - 1350	IX	5	—	3	—
1325-1375	X	9	—	5	—
1350 - 1400	XI	12	2	?	?
—	XII	—	—	—	—
—	XIII	—	—	—	—
Totais					

Arvore(s) - VI

+

Quadro IX

Limites Cronológicos	Geração	Homens	Mulheres	Trans. via Mascul.	Trans. via femin.
——	I	—	—	—	—
——	II	—	—	—	—
——	III	—	—	—	—
——	IV	—	—	—	—
1175-1225 1200-1250	V	—	—	—	—
1200-1250	VI	1	—	1	—
1225-1275	VII	5	1	2	1
1250-1300	VIII	2	1	2	1
1275-1325	IX	8	6	3	6
1300-1350	X	14	10	6	6
1325-1375	XI	18	22	5	6
1350-1400	XII	18	7	2	1
1375-1425	XIII	6	2	?	?
Totais		72	49	21	21

Árvore(s) - VII

Quadro X

Limites Cronológicos	Geração	Homens	Mulheres	Trans. via Mascul.	Trans. via femin.
—	I	—	—	—	—
—	II	—	—	—	—
—	III	—	—	—	—
—	IV	—	—	—	—
—	V	—	—	—	—
—	VI	—	—	—	—
1225-1275	VII	—	—	—	—
1250-1300	VIII	2	2	2	2
1275-1325	IX	7	5	4	5
1300-1350	X	11	10	3	7
1325-1375	XI	10	10	6	6
1350-1400	XII	30	11	4	4
1375-1425	XIII	19	5	?	?
Totais		79	43	19	24

Arvore(s) - VIII

Quadro XI

Limites Cronológicos	Geração	Homens	Mulheres	Trans. via Mascul.	Trans. via femin.
——	I	—	—	—	—
——	II	—	—	—	—
——	III	—	—	—	—
——	IV	—	—	—	—
1175-1225 1200-1250	V	——	—	—	—
1200-1250	VI	1	—	1	—
1225-1275	VII	5	1	2	1
1250-1300	VIII	4	3	4	3
1275-1325	IX	15	11	7	11
1300-1350	X	25	20	9	13
1325-1375	XI	28	32	11	12
1350-1400	XII	48	18	6	5
1375-1425	XIII	25	7	?	?
Totais		151	92	40	45

Árvore(s) - VII e VIII

Quadro XII

Limites Cronológicos	Geração	Homens	Mulheres	Trans. via Masculi.	Trans. via femin.
——	I	—	—	—	—
——	II	—	—	—	—
——	III	—	—	—	—
——	IV	—	—	—	—
——	V	—	—	—	—
1200 - 1250	VI	1	—	1	—
1225 - 1275	VII	2	—	1	—
1250 - 1300	VIII	3	2	3	—
1275 - 1325	IX	9	3	7	2
1300 - 1350	X	10	9	3	4
1325 - 1375	XI	11	6	5	—
1350 - 1400	XII	6	6	—	1
1375 - 1425	XIII	1	—	?	—
Totais		46	26	20	7

Arvore(s) - IX

Quadro XIII

Limites Cronológicos	Geração	Homens	Mulheres	Trans. via Mascul.	Trans. via femin.
1075-1125	I	1	--	1	—
1100-1150	II	5	--	4	2
1125-1175	III	7	8	2	1
1150-1200	IV	3	2	2	1
1175-1225 1200-1250	V	6	2	5	1
1200-1250 1225-1275	VI	11	10	7	5
1225-1275 1250-1300	VII	24	12	11	9
1250-1300 1275-1325	VIII	34	29	20	18
1275-1325 1300-1350	IX	76	55	39	32
1300-1350 1325-1375	X	96	68	30	34
1325-1375 1350-1400	XI	104	61	19	18
1350-1400 1375-1425	XII	67	31	6	6
1375-1425	XIII	26	7	?	?
Totais		460	290	146	127

Árvore(s) - I a IX

4. GRÁFICOS (I-II)

Gráfico I

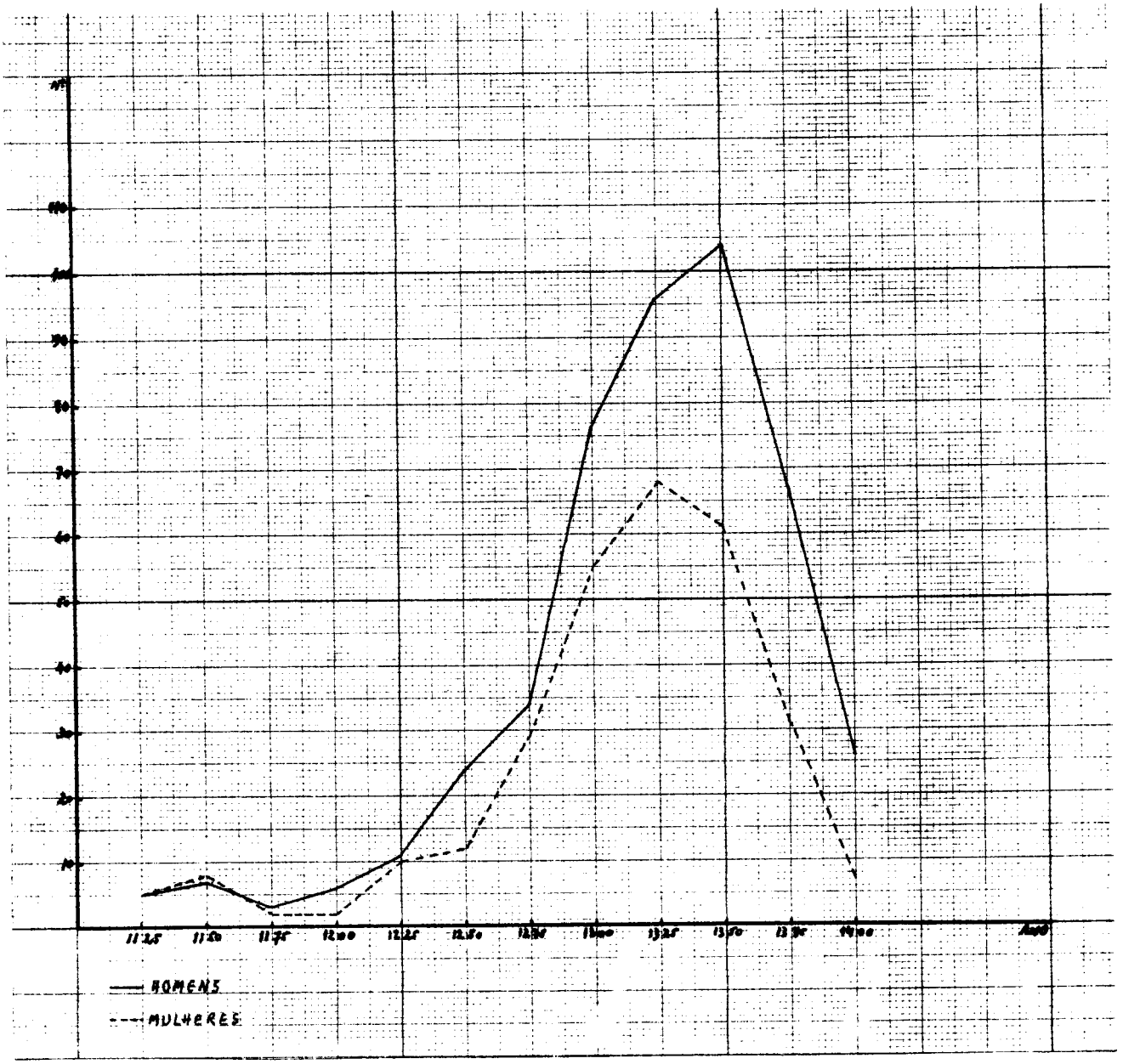
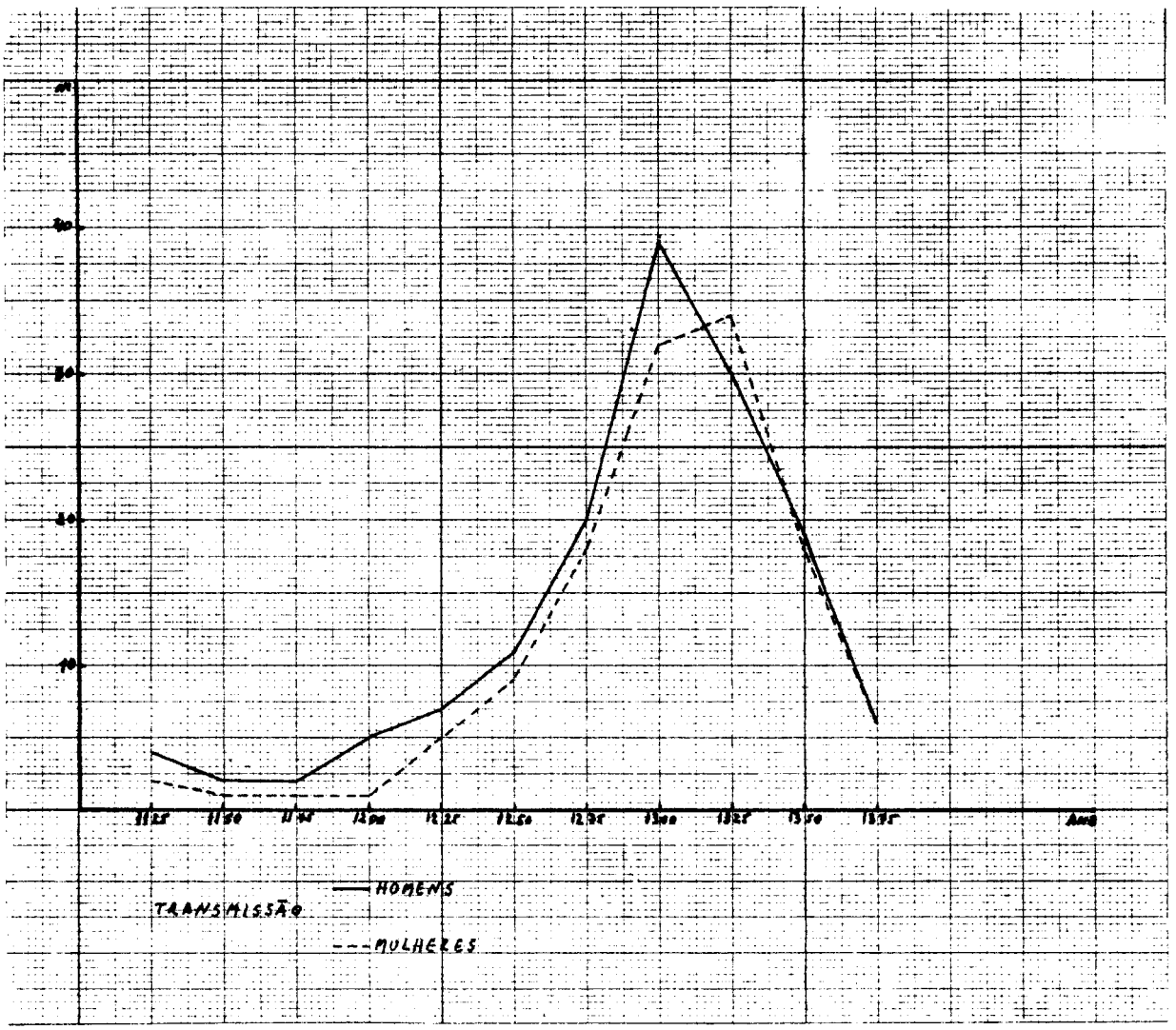


Gráfico II



8. SIGLAS, FONTES E BIBLIOGRAFIA

a) Siglas

BF	Baio-Ferrado, ed. por Robert DURAND, 1971.
BSS	Brasões da Sala de Sintra, de Anselmo Braamcamp FREIRE, 1977.
CCL	Corpus Codicum Latinorum (...), ed. pela Câmara Municipal do Porto, 1891 e segs.
CCSP	Censual do Cabido da Sé do Porto, Porto, 1924.
CP	Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367), Lisboa, 1984.
DJA	D. João de Aboim, de Anselmo Braamcamp FREIRE, 1906.
DP	Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares, 1940/1980.
DR	Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios, 1958--1961.
DS	Documentos da Chancelaria de D. Sancho I (1174-1211), 1979.
Elucidário	Elucidário das Palavras (...), de Fr. Joaquim de Santa Rosa de VITERBO, 1965-1966.
FG	Felgueiras GAYO, Nobiliário das Famílias de Portugal, 1938-1941.
FGV	Frei Gonçalo Velho, de Ayres de SÁ, 1899-1900.
HGCRP	Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa, de D. Antonio Caetano de SOUSA, 1946-1954.
LC	Livro das Campainhas, 1986.
LD	Livro de Linhagens do Deão, 1980.

LL — Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, 1980.

LLP — Livro das Leis e Posturas, 1971.

LV — Livro Velho de Linhagens, 1980.

ML — Monarquia Lusitana, de Fr. Bernardo de BRITO, Fr. Antonio BRANDÃO e Fr. Francisco BRANDÃO, 1973-1980.

PHGCRP — Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa, de D.António Caetano de SOUSA, 1946-1954.

PMH-Inq — Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones, 1888-1977.

PMH-Leges — Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines, 1856-1868.

VMH — Vimarana Monumenta Historica (...), 1929-1931

b) Fontes manuscritas

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (ADP):

Cartório do Cabido da Sé do Porto - Livros IX, XXV e XXX dos Originais.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT):

Chancelaria de D. Afonso III: Livro 1.
Chancelaria de D. Afonso IV: Livros 3 e 4.
Chancelaria de D. Dinis: Livros 1, 2, 3 e 4.
Chancelaria de D. Fernando: Livro 1.
Inquirições de D. Dinis: Livro 4.
Leitura Nova: Além Douro - Livros 1 e 2.
Beira - Livro 2.
Direitos Reais - Livros 1 e 2.
Extras - Livro 1.

Inquirições - Livro 1.
Reis - Livro 2.

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AUC):

Pergaminhos do Século XIV: Mosteiro de Pedroso - Documentos 82, 101, 109, 188, 203, 209 e 266.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO (BPMP):

Manuscrito 72 (Cristóvão Alão de MORAES, Miscelânea).

c) Fontes impressas e bibliografia

ABRANTES, Marquês de - O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Vol. I, Porto, I.N.I.C., 1987.

ALARCÃO, Jorge - A Propriedade Rural do Mosteiro de Grijó, Tese de Licenciatura, policopiada, Coimbra, 1957.

ALMEIDA, Fortunato de - História da Igreja em Portugal, nova edição por Damião Peres, 4 vols., Porto, Portucalense Editora, 1967-1971.

ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal) e Adrião Martins AMADO - Vimioso. Notas Monográficas, Coimbra, Junta Distrital de Bragança, 1968.

AMADO, Adrião Martins - Vd. Francisco Manuel ALVES e ...

AMARAL, António Caetano do - Memórias. V. Para a história da Legislação e costumes de Portugal, ed. de M. Lopes de Almeida e César Pegado, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1945.

ANTUNES, José, António Resende de OLIVEIRA e João Gouveia MONTEIRO, Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da Questão, in "Revista de História das Ideias", vol. VI, 1984, pp. 26-160.

ARNAUT, Salvador Dias - A Batalha de Trancoso, Coimbra, Universidade, 1947.

IDEM, A crise nacional dos fins do século XIV, in "Biblos", vol. XXXV, 1959, pp. 9-597.

AURELL I CARDONA, Martí, Les Cisterciennes et leurs protecteurs en Provence rhodanienne, in "Cahiers de Faujeaux", nº 21, s/d., pp. 235-267.

IDEM, La détérioration du statut de la femme aristocratique en Provence (X^e-XIII^e siècles), in "Le Moyen Âge", tomo XCI, nº 1, 1985, pp. 5-32.

AZEVEDO, Alfredo G., e Domingos A. MOREIRA - Fermedo. Aspectos da sua história, Porto, 1973.

AZEVEDO, Pedro A. de - Os de Vasconcellos, in "Archivo Historico Portuguez", vol. II, nº 10, 1904, pp. 363-380.

IDEM, Urraca Machado, dóna de Chellas, in "Archivo Historico Portuguez", vol. III, nº 1-2, 1905, pp. 1-33.

BARROS, Henrique da Gama - História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XIV, ed. por T. de Sousa Soares, 11 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945-1954².

BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - O Alentejo na 2ª Metade do Seculo XIV - Évora na crise de 1383-1385, in "Estudos Medievais", nº 7, 1986, pp. 119-154.

IDEM - Santarém Medieval, Lisboa, Universidade Nova, 1980.

BELMARTINO, Susana M. - Estructura de la familia y "edades sociales" en la aristocracia de León y Castilla según las fuentes literarias y historiográficas (siglos X-XIII), in "Cuadernos de Historia de España", tomo 47-48, 1968, pp. 256-328.

BOIS, Guy - Noblesse et Crise des Revenues Seigneuriaux en France aux XIV^e et XV^e siècles: essai d'interprétation, in "La Noblesse au Moyen Âge: XI^e-XV^e siècles" (dir. de Philippe CONTAMINE), Paris, P.U.F., 1976, pp. 219-233.

BOUCHARD, Constance B. - The structure of a twelfth-century family: the Lords of Seignelay, in "Viator-Medieval and Renaissance Studies", vol. 10, 1979, pp. 39-56.

BOURDIEU, Pierre - Stratégies matrimoniales dans le système de reproduction, in "Annales, E.S.C.", 27^e annee, 1972, pp. 1105-1127.

BRANDÃO, Fr. António - Vd. Monarquia Lusitana.

BRANDÃO, Fr. Francisco - Vd. Monarquia Lusitana.

BRITO, Fr. Bernardo de - Vd. Monarquia Lusitana.

BUR, Michel - L'image de parenté chez les Comtes de Champagne, in "Annales, E.S.C.", 38 année, nº 5, 1983, pp. 1016-1039.

CACEGAS, Fr. Luís - Primeira Parte da História de S. Domingos. Particular do Reino e Conquistas de Portugal. Por ..., da mesma Ordem e Provincia, e Chronista d'ella. Reformada em estilo e ordem, a amplificada em sucessos e particularidades por Fr. Luís de SOUSA, filho do Convento de Benfica, vol. II, Lisboa, Tip. do Panorama, 1866[3].

CAETANO, Marcelo - As Cortes de Leiria de 1254, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1954.

IDEM, História do Direito Português. I-Fontes. Direito Público (1140-1495), Lisboa, Editorial Verbo, 1981.

Cartulaire (Le) Baio-Ferrado du Monastère de Grijo (XI[e]-XIII[e] siècles), int. et notes de Robert DURAND, Paris, Centre Culturel Portugais, 1971.

CARVALHO, Abílio Pacheco de - Pachecos. Subsídios para a sua genealogia, Lisboa, 1985.

Censual do Cabido da Sé do Porto. Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924.

Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367), ed. preparada por A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova - I.N.I.C., 1984.

COELHO, Maria Helena da Cruz - O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII, Coimbra, Universidade, 1977.

IDEM e Leontina VENTURA - A Mulher como um bem e os bens da mulher (Sep. de "A Mulher na Sociedade Portuguesa", Actas, vol. I, Coimbra, 1985).

CONTAMINE, Philippe - La Guerre au Moyen Âge, Paris, P.U.F., 1980.

IDEM, La Noblesse au Moyen Âge (XI[e]-XV[e] siècles). Essais à la mémoire de Robert Boutrouche, réunis par..., Paris, P.U.F., 1976.

Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi aservantur antiquissimorum - Diplomata, Chartae et Inquisitiones, 6 vols., Porto, Câmara Municipal, 1891 e seguintes.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357), ed. do Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dir. por A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, I.N.I.C., 1982.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367), ed. do Centro (...), Lisboa, I.N.I.C., 1986.

COSTA, António Domingos de Sousa - Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs, Braga, 1963.

COSTA, Avelino de Jesus da - A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos Séculos XI a XVI. (Sep. de "Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra", vol. 38, 1983).

IDEM, - O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga, 2 vols., Coimbra, Universidade, 1959.

IDEM - Documentos da Colegiada de Guimarães, in "Revista Portuguesa de História", vol. III, 1947, pp. 561-589.

IDEM - Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto (Homenagem ao Abade de Tagilde), in "Revista de Guimarães", vol. LXIV, 1954.

COSTA, M. Gonçalves da - História do Bispado e Cidade de Lamego. I-Idade Média: a mitra e o município; II-Idade Média: paróquias e conventos, Lamego, 1977-1979.

Crónica de Cinco Reis de Portugal. Inédito quatrocentista reproduzido do Cód. 886 da Biblioteca Públ. Municipal do Porto; seguido de capítulos inéditos da versão portuguesa da Crónica Geral de Espanha e outros textos, ed. diplomática e prólogo de A. de Magalhães Basto, vol. I, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1945.

CRUZ, Guilherme Braga da - O Direito de Troncalidade e o regime jurídico do património familiar, 2 vols., Braga, Livraria Cruz, 1941-1947.

DAVID, Henrique, e José Augusto P. de Sotto Mayor PIZARRO - Nobres Portugueses em Leão e Castela (Século XIII), no prelo.

DAVID, Marcel - Le mariage dans la société médiévale, in "Annales, E.S.C.", 36e année, nº 6, 1981, pp. 1050-1055.

DAVID, Pierre - Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècles, Lisboa, 1947.

Dicionário de História de Portugal, dir. de Joel Serrão, 4 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1961-1971.

Dicionário Ilustrado da História de Portugal, 2 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1985.

Documentos da Chancelaria de D. Sancho I (1174-1211), ed. por Rui de Azevedo, Avelino J. da Costa e Marcelino Pereira, vol. I, Coimbra, Universidade, 1979.

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares, ed. por Rui de Azevedo, vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940; vol. IV, ed. por Rui de Azevedo e A. de J. da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da Historia, 1980.

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Regios, ed. por Rui de Azevedo, vol. I, Tomos I-II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1961.

Documentos para a história da Cidade de Lisboa. Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas, Lisboa, Câmara Municipal, 1954.

DUBY, Georges - Le chevalier, la femme et le prêtre. Le mariage dans la France médiévale, Paris, Hachette, 1981.

IDEM - L'Économie Rurale et la Vie des Campagnes dans l'Occident Médiéval (France, Angleterre, Empire, IXe-XVe siècles). Essai de synthèse et perspectives de recherches, 2 vols. Paris, Flammarion, 1977.

IDEM - Hombres y estructuras de la Edad Media, Madrid, Siglo XXI, 1977.

IDEM - Lignage, noblesse et chevalerie au XIIe siècle dans la région mâconnaise, in "Annales, E.S.C.", 27e année, 1972, pp. 803-823.

IDEM - Présantation de l'enquête sur "Famille et Sexualite au Moyen Âge", in "Famille et Parenté dans l'Occident Médievale", (Actes du Colloque), pp. 9-11.

Famille et Parenté dans l'Occident Médiévale (Actes do Colloque), Paris, École Française de Rome, 1977.

FERNANDES, A. de Almeida - Acção das linhagens no Repovoamento e na Fundação da Nacionalidade, in "Douro Litoral", IX^{a} série, vol. 3, Porto, 1960.

IDEM - Guimarães, 24 de Junho de 1128. Nos 850 anos da Batalha de S. Mamede, in "Revista de Guimarães", vol. LXXXVIII, 1978.

IDEM - A Honra de Gouviães e a sua Estirpe (Seculos XII-XV), in "Armas e Troféus", (Sep., Braga, 1971).

IDEM - A Nobreza na Época Vimarano-Portugalense. Parte I, Problemata, in "Revista de Guimarães", vol. LXXXVII, 1977.

FIGUEIREDO, Jose Anastasio de - Nova Historia da Militar Ordem de Malta, e dos Senhores Grão-Priores della, em Portugal, 3 vols., Lisboa, 1800.

FOSSIER, Robert - Histoire sociale de l'occident medieval, Paris, P.U.F., 1970.

FOX, Robin - Parentesco e Casamento. Uma perspectiva antropológica, Lisboa, Editorial Vega, 1986.

FREIRE, Anselmo Braamcamp - Brasões da Sala de Sintra, int. de Luis de Bivar Guerra, 3 vols. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973^{3}.

IDEM - A Honra de Resende, in "Archivo Historico Portuguez", vol. IV, 1906, pp. 10-71.

IDEM - Inventários e Contas da Casa de D. Dinis (1278-1282), in "Archivo Historico Portuguez", vol. X, 1916, pp. 41-59.

IDEM - D. João de Aboim, in "Archivo Historico Portuguez", vol. IV, 1906, pp. 106-170.

FREITAS, Eugenio de Andrea da Cunha e, e outros - Carvalhos de Basto. A descendência de Martim Pires de Carvalho, cavaleiro de Basto, Porto, 1977 e seguintes.

As Gavetas da Torre do Tombo, ed. de A. da Silva Rego, 12 vols. Lisboa, Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, 1960-1977.

GAYO, Felgueiras - Nobiliario das Familias de Portugal, (Barcelos), Agostinho de Azevedo Meireles e Domingos de Araújo Afonso, 1938-1941.

GENICOT, Léopold - Les Généalogies, in "Typologie des Sources du Moyen Âge", fasc. 15, Brepols, 1975.

IDEM - La noblesse dans l'Occident médiéval, Londres, Variorum Reprints, 1982.

IDEM - Le XIII^{e} siècle européen, Paris, P.U.F., 1968.

GOODY, Jack - L'Évolution de la Famille et du Mariage en Europe, Paris, Armand Colin, 1985.

GUENÉE, Bernard - Les généalogies entre l'histoire et la politique: la fierté d'être capetien, en France, au Moyen Âge, in "Annales, E.S.C.", 33^{e} année, nº 3, 1978, pp. 450-477.

GUERREAU-JALABERT, Anita - Sur les structures de parenté dans l'Europe médiévale, in "Annales, E.S.C.", 36^{e} année, nº 6, 1981, pp. 1028-1043.

HEERS, Jacques - Le clan familial au moyen âge, Paris, P.U.F., 1974.

HEINZELMANN, Martin - Les Changements de la Dénomination Latine à la fin de l'Antiquité, in "Famille et Parenté dans l'Occident Médiévale" (Actes du Colloque), Paris, 1977, pp. 19-24.

HENNEBIQUE, R. - Structures familiales et politiques au neuvième siècle: un groupe familial de l'aristocratie franque, in "Revue Historique", tomo 266, 1981, pp. 289-333.

HERCULANO, Alexandre - História de Portugal. Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de D. Afonso III, ed. crítica e notas de José Mattoso, 4 vols. Lisboa, Livraria Bertrand, 1980.

HIGOUNET-NADAL, Arlette - Familles patriciennes de Périgueax à la fin du moyen âge, Paris, C.N.R.S., 1983.

História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colectanea de Documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelarias Reais. Volume I (1208-1483), ed. por C.M. Baeta NEVES, Lisboa, Ministerio da Agricultura e Pescas, 1980.

HOMEM, Armando Luis de Carvalho - O Desembargo Regio. 1320-1433, Tese de Doutoramento em Historia Medieval apresentada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, 2 vols., Porto, 1985.

IRIA, Alberto - O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XIV

(Subsídios para a sua história), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1982.

KRUS, Luís - Martim Moniz, in "Dicionário Ilustrado da História de Portugal", vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, pp. 491-492.

LAPA, Manuel Rodrigues - Miscelânea de Língua e Literatura Portuguesa Medieval, Coimbra, Universidade, 1982.

LARIBIÈRE, Geneviève - Le mariage à Toulouse aux XIV^{e} et XV^{e} siècles, in "Annales du Midi", tomo 79, fasc. 4, 1967, pp. 335-361.

LE ROY LADURIE, Emmanuel - Système de la coutume; structures familiales et coutumes d'héritage en France au XIV^{e} siècle, in "Annales, E.S.C.", 27^{e} année, 1972, pp. 825-846.

LEVI-STRAUSS, Claude - Las estructuras elementales del parentesco, 2 vols., Barcelona, Planeta-Agostini, 1985.

Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas), ed. por Pierre David e T. de Sousa Soares, 2 vols., Coimbra, Instituto de Estudos Históricos, 1947-1948.

Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV). Mosteiro de São Salvador de Grijó, ed. por Jorge de Alarcão e Luís Carlos Amaral, Vila Nova de Gaia, Gabinete de História e Arqueologia e Câmara Municipal, 1986.

Livro das Leis e Posturas, ed. por Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Faculdade de Direito, 1971.

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, ed. por José Mattoso, in "Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série", vol. II em 2 tomos, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

Livro de Linhagens do Deão, ed. por J. Piel e J. Mattoso, in "Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série", vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

Livro de Linhagens do Século XVI, int. de António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1956.

Livro dos bens de D. João de Portel (Cartulário do século XIII), ed. por Pedro A. de Azevedo e Anselmo Braamcamp Freire, in "Archivo Historico Portuguez", vol. IV-VII, 1906-1910.

Livro Preto da Sé de Coimbra, ed. crítica por Leontina Ventura e M. Tere

sa Veloso, dir. por Avelino de J. da Costa, 3 vols. publicados, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1977-1979.

Livro Velho de Linhagens, ed. por J. Piel e J. Mattoso, in "Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série", vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

LOPES, Fernão - Crónica de D. Fernando, ed. por Salvador Dias Arnaut, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1986.

IDEM - Crónica de D. Pedro, ed. por Damião Peres, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1979.

MARQUES, José - A Administração de Mós de Moncorvo, em 1439, in "Brigantia-Revista de Cultura", vol. V, nº 2-4, 1985, pp. 510-560.

IDEM - D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais, no prelo.

Matosinhos em Textos Medievais (até D. Afonso III), Matosinhos, Biblioteca Municipal, 1978.

MATTOSO, José - L'abbaye de Pendorada des origines à 1160, Coimbra, 1962.

IDEM - Estruturas Familiares e Estratégias do Poder: a nobreza de Entre-Douro-e-Minho, in "Cadernos do Noroeste", Braga, 1986 (Abril), pp. 80-99.

IDEM - Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325. Volume I - oposição; Volume II - composição, Lisboa, Editorial Estampa, 1985.

IDEM - Le monachisme ibérique et Cluny. Les abbayes du diocèse de Porto de l'an mil à 1200, Louvain, Publications Universitaires, 1968.

IDEM - Narrativas dos Livros de Linhagens. Selecção, introd. e comentários por ..., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.

IDEM, A nobreza e a revolução de 1383, in "1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV. Jornadas de História Medieval. Lisboa, 20 a 22 de Junho de 1985. ACTAS", Lisboa, História e Crítica, 1985, pp. 391-402.

IDEM - A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder, Lisboa, Editorial Estampa, 1981.

IDEM - Portugal Medieval - novas interpretações, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

IDEM - Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa, Lisboa, Imprensa Na

cional-Casa da Moeda, 1982.

IDEM - Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII, Lisboa, Guimarães Ed., 1982.

MEIRELES, Fr. António da Assunção - Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Index dos Documentos do Arquivo, ed. por Alfredo Pimenta, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942.

Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricos. I. 959-1516, ed. por António Gomes da Rocha Madahil, Aveiro, Câmara Municipal, 1959.

MITRE FERNANDÉZ, Emilio - La emigración de nobles portugueses a Castilla a fines del siglo XIV, in "Hispania", tomo XXVI, nº 104, 1966, pp. 513-525.

Monarquia Lusitana, por Fr. Bernardo de BRITO, Fr. António BRANDÃO e Fr. Francisco BRANDÃO, ed. por A. da Silva Rego, vols. I-VI, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973-1980.

MONTEIRO, Fernando M. Moreira de Sá - Os Sás e as suas origens, in "Armas e Troféus", Vª série, tomo I, nº 1-3, 1980, pp. 205-227.

MONTEIRO, João Gouveia - Vd. José ANTUNES ...

MORAES, Cristóvão Alão de - Vd. FONTES MANUSCRITAS (BPMP).

MOREIRA, Domingos A. - Vd. Alfredo G. AZEVEDO...

MOREIRA, Manuel António Fernandes - O Antigo Mosteiro de S. Salvador da Torre e os Pergaminhos da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo (Sécs. XI-XIV), Viana do Castelo, 1986.

MORENO, Humberto Baquero - Exilados portugueses em Castela durante a crise dos finais do século XIV (1384-1388), in "Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", vol. I, Porto, 1987, pp. 69-101.

IDEM - Subsídios para o estudo da Sociedade Medieval Portuguesa. Moralidade e Costumes, Tese de Licenciatura, policopiada, Lisboa, 1961.

NEVES, C.M. Baeta - Vd. História Florestal (...), ed. por...

NOGUEIRA, Pedro Álvares - Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra. Escrito no século XVI pelo Cónego..., leitura, prefácio e publ. de Antonio Gomes da Rocha Madahil, Coimbra, 1942.

OLIVEIRA, Antonio Resende de - Vd. José ANTUNES...

OLIVEIRA, Miguel de - As Paroquias Rurais Portuguesas. Sua origem e formação, Lisboa, União Grafica, 1950.

IDEM - Ovar na Idade Média, Ovar, Câmara Municipal, 1967.

Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V, 5 vols., ed. fac-similada da de 1786, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo - Los Castros Gallegos del siglo XIV. Apuntes para un analisis de su proyeccion en la historia politica de Castilla, in "Hispania", tomo XLV, nº 161, 1985, pp. 477-511.

PASTOR DE TOGNERI, Reyna - Historia de las familias en Castilla y Leon (siglos X-XIV) y su relación con la formación de los grandes dominios Eclesiasticos, in "Cuadernos de Historia de España", tomo 43-44, 1967, pp. 88-118.

PEREIRA, Gabriel V.M. - Catálogo dos Pergaminhos do Cartório da Universidade de Coimbra, Coimbra, Universidade, 1880.

PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor - Vd. Henrique DAVID...

Portugaliae Monumenta Historica - Inquisitiones, 9 fasc. publicados, Lisboa, Academia das Ciências, 1888-1977.

Portugaliae Monumenta Historica - Leges et Consuetudines, 1 vol. e 1 fasc. do vol. II publ., Lisboa, Academia das Ciências, 1856--1868.

RAU, Virgínia - Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo, Lisboa, Editorial Presença, 1982².

IDEM - Sesmarias Medievais Portuguesas, Lisboa, Editorial Presença, 1982².

REAL, Manuel Luís - A Igreja de S. Pedro de Ferreira. Um invulgar exemplo de convergência de estilos, sep., Paços de Ferreira, 1986.

RIBEIRO, João Pedro - Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudência Ecclesiastica e Civil de Portugal, 5 vols. em 7 tomos, Lisboa, Academia das Sciencias, 1860-1896².

ROSENTHAL, Joel T. - Aristocratic marriage and the English peerage, 1350--1500: social institution and personal bond, in "Journal of Medieval History", vol. 10, nº 3, 1984, pp. 181-194.

RUAS, Henrique Barrilaro - A data do desastre de Vatalandi, in "Revista Portuguesa de História", tomo IV, vol. I, Coimbra, 1949, pp. 361-373.

RUIZ DOMENEC, J.E. - Las estructuras familiares catalanas en la Alta Edad Media, in "Cuadernos de Arqueologia e Historia de la Ciudad", nº 16, Barcelona, 1975, pp. 69-123.

IDEM - Système de parenté et théorie de l'alliance dans la société catalane (env. 1000-env. 1240), in "Revue Historique", tomo 262, 1979, pp. 305-326.

SÁ, Ayres de - Frei Gonçalo Velho, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1900.

IDEM - Frei Gonçalo Velho (Commentarios). 1416-1916, in "Revue Hispanique", tomo XXXVIII, 1916. (Sep. Vaduz, Kraus Reprint Lda., 1964).

SAÉZ, Emilio - Los ascendientes de San Rosendo (Notas para el estudio de la Monarquia astur-leonesa durante los siglos IX y X), in "Hispania", tomo VIII, 1948, pp. 3-76 e 179-233.

IDEM - Notas al episcopologio minduniense del siglo X, in "Hispania", tomo VI, 1946, pp. 3-79.

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos - O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento, vol. XXXIX de "Documentos e Memórias para a História do Porto", Porto, Câmara Municipal, 1973.

SÃO-PAIO, Marquês de - Um Português do século XIV que durante anos governou Castela - D. João de Albuquerque. - e de como ganhámos e perdemos a vila de Albuquerque, in "Anais" (da Academia Portuguesa da História), IIª série, vol. 24, tomo II, 1977, pp. 9--38.

SMITH, Richard M. - Hypothèses sur la nuptialite en Angleterre au XIII^{e}--XIV^{e} siècles, in "Annales, E.S.C.", 38^{e} année, nº1,1983, pp. 107-136.

SOUSA, D. António Caetano de - Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa, ed. de M. Lopes de Almeida e César Pegado, 12 tomos em 13 vols., Coimbra, Livraria Atlântida-Editora, 1946-1954^{2}.

IDEM - Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa, ed. de M. Lopes de Almeida e César Pegado, 6 tomos em 12 vols. Coimbra, Livraria Atlântida-Editora, 1946-1954².

SOUSA, J. M. Cordeiro de - Inscrições Portuguesas de Lisboa (Séculos XII a XIX), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940.

SOUSA, Fr. Luís de - Vd. Fr. Luís CACEGAS...

TAROUCA, Carlos da Silva - O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde. Edição de 37 cartas régias de D. Sancho I (a. 1200) a D. Manuel I (a. 1521), in "Arqueologia e História", 8ª série, vol. IV, 1947, pp. 12-119.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - A Nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385, in "Revista de História . Económica e Social", nº 12, 1983, pp. 47-89.

TOMÁS, Fr. Leão de Santo - Benedictina Lusitana, ed. crítica por José Mattoso, 2 vols. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974².

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de - Cancioneiro da Ajuda, 2 vols., Halle, Max Niemeyer, 1904 (ed. crítica e comentada por...).

VEIGA, Augusto Botelho da Costa - Estudos de Historia Militar Portuguesa. Volume I. Corografia Militar do Noroeste de Portugal, em 1220-1258; Análise da Tradição e da Polémica de Ourique, parte I, 2 vols., Lisboa, 1936.

VENTURA, Leontina - O Cavaleiro João Gondesendes - sua trajectória político-social e económica (1083-1116), in "Revista de História Económica e Social", nº 15, 1985, pp. 31-69.

IDEM, João Peres de Aboim - da terra da Nobrega a corte de Afonso III, in "Revista de História Económica e Social", nº 18, 1986, pp. 57--73.

IDEM - Vd. Maria Helena da Cruz COELHO...

VIANA, Abel - Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Alto-Minho. Pedra tumular e marco funerário provenientes da freguesia de Campos, concelho de Cerveira, Viana do Castelo, 1930.

VIEGAS, Valentino Subsídios para o estudo das legitimações Joaninas (1383-1412), Lisboa, Heuris, 1984.

Vimaranis Monumenta Historica a saeculo nono post Christum usque vicesimum, 2 vols., Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1929-1931.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de - Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram, ed. crítica de Mário Fiúza, 2 vols., Porto, Livraria Civilização-Editora, 1965-1966.

WERNER, Karl-Ferdinand - Liens de Parenté et Noms de Personne. Un problème historique et méthodologique, in "Famille et Parenté dans l'Occident Médiévale" (Actes du Colloque), Paris, 1977, pp. 13--18 e 25-40.

WOLLASCH, J. - Parente noble et monachisme réformateur. Observations sur les "conversions" à la vie monastique aux onzième et douzième siècles, in "Revue Historique", tomo 264, 1980, pp. 3-24.

ÍNDICE

Pág.

1. INTRODUÇÃO 4

NOTAS 9

2. METODOLOGIA E FONTES 10

NOTAS 20

3. OS NATURAIS DE GRIJÓ EM 1365 22

3.1. Identificação 23

3.2. As Famílias 105

3.3. Os Direitos 126

NOTAS 137

4. RECONSTITUIÇÕES GENEALÓGICAS 156

NOTAS 329

5. A FAMÍLIA PATRONAL 372

5.1. Origens 373

5.2. Evolução 378

5.2.1. A Sucessão 379

5.2.2. As Alianças 394

5.2.3. O Poder Territorial 414

5.2.4. Os Apoios Externos 420

Pág.

5.3. Que Destino? 426

NOTAS 429

6. CONCLUSÕES 439

7. APÊNDICES 443

7.1. Lista dos Naturais do Mosteiro de Grijó 444

7.2. Árvores Genealógicas (I-IX) 452

7.3. Quadros (I-XIII) 463

7.4. Gráficos (I-II) 477

8. BIBLIOGRAFIA 480